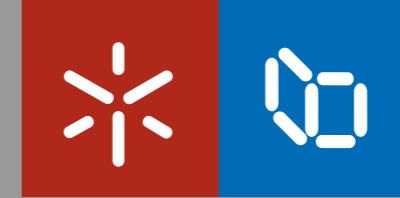




**Discursos de Tomada de Posse Presidencial
e Construção dos Tópicos Discursivos.
Brasil e Portugal nos tempos da Democracia**

Kátia Solange Fraifer Palhano Lopes

UMinho | 2024

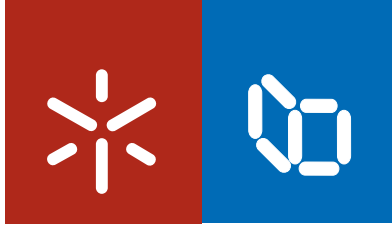


Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Kátia Solange Fraifer Palhano Lopes

**Discursos de Tomada de Posse Presidencial
e Construção dos Tópicos Discursivos.
Brasil e Portugal nos tempos da Democracia**

fevereiro de 2024



Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Kátia Solange Fraifer Palhano Lopes

**Discursos de Tomada de Posse Presidencial
e Construção dos Tópicos Discursivos.
Brasil e Portugal nos tempos da Democracia**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Ciências da Linguagem
Especialidade em Análise do Discurso

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Maria Aldina de Bessa Ferreira
Rodrigues Marques**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a. Maria Aldina Marques, minha orientadora, um exemplo de competência, de profundo conhecimento e rigor teórico, serei eternamente grata por seu apoio, por acreditar em mim, por sua revisão cuidadosa, disponibilidade e dedicação que me dispensou em todo o percurso.

Ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM - pelo acolhimento desta investigação, e também à Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas – ELACH.

À minha família amada, ao meu marido Robson, aos meus filhos Amanda e Gabriel, minha fonte de motivação, razão de minha construção pessoal permanente. À tia Jamile, *in memoriam*, pela atenção e carinho a mim dedicados em todos os momentos de nossas vidas.

À Prof.^a. Dr.^a. Maria das Graças Soares Rodrigues da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN - que há alguns anos me recebeu gentilmente como aluna especial no Grupo de Pesquisa em Análise Textual dos Discursos – ATD.

Aos amigos da Secretaria da Turma Recursal pela compreensão e apoio, e aos magistrados pela atenção dispensada e concessão de teletrabalho que permitiu as idas a Portugal, para orientações.

À Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, pela concessão de licença para estudo, fundamental para a realização deste trabalho.

Aos amigos no NULLB -Núcleo do Livro, Leitura e Biblioteca pelo carinho e compreensão nos momentos de ausência.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

**Discursos de Tomada de Posse Presidencial e Construção dos Tópicos Discursivos.
Brasil e Portugal nos tempos da Democracia**

RESUMO

O presente trabalho analisa os Discursos de Tomada de Posse dos Presidentes das Repúblicas de Portugal e do Brasil. Se desenvolve no âmbito do quadro teórico e metodológico da Análise dos Discursos, de orientação francófona, nos desenvolvimentos teóricos e metodológicos que são atualmente considerados. Os dados de pesquisa estão organizados em dois *subcorpora* constituídos de dezesseis discursos dos Presidentes eleitos democraticamente, em Portugal, de 1976 até 2016 e no Brasil, de 1990 até 2015. Sob o ponto de vista de uma abordagem comparada, nosso trabalho pretende identificar, descrever e explicar a construção dos tópicos e objetos de discurso mais frequentes nos discursos dos Presidentes dos dois países. O conceito de referenciação como atividade discursiva é central nessa análise, assim como a noção de tópico e de objetos de discurso, na abordagem e análise daquilo que os Presidentes dizem, que é indissociável do modo como o dizem.

Palavras-chave: análise dos discursos; discursos de tomada de posse presidencial; objeto de discurso; referenciação; tópico discursivo.

Discours D'investiture Présidentielle et Construction de Topiques Discursifs. Brésil et Portugal en Temps de Démocratie

RÉSUMÉ

Le présent travail analyse les discours d'investiture des présidents des républiques du Portugal et du Brésil. Il est développé dans le cadre théorique et méthodologique de l'analyse des discours, avec une orientation francophone, dans les développements théoriques et méthodologiques actuellement envisagés. Les données de recherche sont organisées en deux *sous-corpus* composés de seize discours des présidents démocratiquement élus, au Portugal, de 1976 à 2016 et, au Brésil, de 1990 à 2015. Du point de vue d'une approche comparative, notre travail vise à identifier, décrire et expliquer la construction des sujets et objets de discours les plus fréquents dans les discours des présidents des deux pays. Le concept de référenciation en tant qu'activité discursive de construction du monde est central à cette analyse, ainsi que la notion de topic et d'objet de discours, dans l'approche et l'analyse de ce que disent les présidents, indissociable de la manière dont ils le disent.

Mots clés: analyse des discours; discours d'investiture présidentielle; objets de discours; référenciation; topic discursif.

Presidential Inauguration Speeches and the Construction of Discourse Topics. Brazil and Portugal in the Times of Democracy

ABSTRACT

This paper analyzes the Inaugural Speeches of the Presidents of the Republics of Portugal and Brazil. It is developed within the theoretical and methodological framework of Discourse Analysis, of francophone orientation, in the theoretical and methodological developments that are currently considered. The research data are organized in two *sub-corpora* consisting of sixteen speeches of democratically elected presidents, in Portugal from 1976 to 2016 and in Brazil from 1990 to 2015. From the point of view of a comparative approach, our work aims to identify, describe, and explain the construction of the most frequent topics and objects of discourse in the speeches of the presidents of the two countries. The concept of referentiation as a discursive activity is central to this analysis, as well as the notion of topic and objects of discourse, in approaching and analyzing what presidents say, which is inseparable from how they say it.

Keywords: Discourse Analysis; discursive topic; objects of discourse; presidential inauguration speeches; referentiation.

ÍNDICE

PARTE I	1
INTRODUÇÃO	2
Questões Introdutórias de Contextualização	2
Objetivos e Questões de Investigação.....	5
Pertinência Científica e Social do Presente Estudo	6
CAPÍTULO I. OS DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE PRESIDENCIAL	9
1.1 O Estado da Questão: Análises do Discurso Político Presidencial.....	11
1.1.1 Panorama Internacional	14
1.1.2 Portugal.....	16
1.1.3 Brasil.....	18
1.2 O Discurso Político. Uma Atividade Política e Social	20
1.2.1 A Importância da Instituição Política que é o Presidente da República.....	24
1.3 O <i>Corpus</i> de Análise: Constituição e Descrição	28
1.3.1 Apresentação dos Presidentes.....	33
1.3.1.1 Presidentes Portugueses.....	33
1.3.1.2 Presidentes Brasileiros.....	37
CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	41
2.1 Discurso e Texto: Estatuto e Constituição.....	41
2.2 Organização Semântica dos Discursos.....	47
2.2.1 A Atividade Discursiva de Referenciação	48
2.2.1.1 Referenciação e Enunciação.....	54
2.2.1.1.1 O Posicionamento do Locutor no Discurso e Referenciação.	57
2.2.1.2 Referenciação e Argumentação no Discurso	60
2.2.1.2.1 Argumentação no Discurso e Ponto de Vista: Perspectivas Teóricas	65
2.3 O Tópico Discursivo.....	66
2.3.1 A Construção dos Objetos de Discurso	72
2.3.2. Mecanismos Linguístico-Discursivos de Construção do Tópico	74
2.3.2.1 O Plano de Texto.....	74
2.3.2.2 Parágrafos e Paratones	76

PARTE II	79
CAPÍTULO III. ANÁLISE DOS DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE PRESIDENCIAL: A ORGANIZAÇÃO COMPOSICIONAL	80
3.1. O Plano de Texto dos Discursos de Tomada de Posse Presidencial	80
3.1.1 A Sequência Inicial Protocolar	81
3.1.2 A Sequência de Abertura	82
3.1.3 A Macrossequência Central: O Corpo dos Discursos	83
3.1.4 A Sequência de Encerramento	84
3.2 Parágrafos e Paratones dos Discursos	86
3.3 Formas de Tratamento como Demarcadoras de Segmentos Textuais	93
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE PRESIDENCIAL: ORGANIZAÇÃO SEMÂNTICA.	96
4.1 Tópicos Fundamentais na Sequência de Abertura	96
4.1.1 Atos de Saudação, Agradecimento e Homenagem	97
4.1.2 O Ato de Tomada de Posse e os Simbolismos Construídos	101
4.1.2.1 Em Portugal.....	101
4.1.2.2 No Brasil	105
4.1.3 O Discurso de Reeleição.....	110
4.1.3.1 Desafios e Avanços do Primeiro Mandato	111
4.1.3.2 A Dimensão Experiencial na Construção do Tópico	114
4.1.3.3 Renovação da Confiança	115
4.1.3.4 Reafirmação dos Compromissos	116
4.1.4 O Locutor como Objeto: As Imagens de Si no Discurso.	119
4.1.4.1 A Construção do <i>Eu</i> Pessoal: O Lugar das Emoções	119
4.1.4.2 A Construção do <i>Eu</i> Institucional: O <i>Ethos</i> de Credibilidade.....	124
4.2 A Sequência de Encerramento: O Pessoal, o Emocional e o Simbólico	129
4.2.1 A Mensagem Positiva do Presidente para Futuro	129
4.2.2 A Retomada da Dimensão Pessoal	131
4.3 A Macrossequência Central: A Agenda do Presidente	134
4.3.1 Os Discursos Portugueses: Problemas e Desafios na Agenda Presidencial	135
4.3.1.1 A Coesão Nacional.....	136
4.3.1.1.1 Modernização, Desenvolvimento e Justiça Social	137

4.3.1.1.2 Em Busca de Consensos	141
4.3.1.1.3 Solidariedade como Elemento de Coesão Nacional	145
4.3.1.2 A Condição Geopolítica (Política Externa de Portugal)	149
4.3.1.2.1 A União Europeia	149
4.3.1.2.2 A Aliança Atlântica	153
4.3.1.2.3 A Identidade Nacional: Uma Vocação Universalista	155
4.3.1.2.4 A Língua Portuguesa, Timor-Leste e Macau	156
4.3.2 Discursos Brasileiros: Problemas e Desafios na Agenda Presidencial	160
4.3.2.1 Coesão Nacional	160
4.3.2.1.1 A Erradicação da Fome e da Miséria	161
4.3.2.1.2 A Luta Contra a Inflação e a Corrupção	166
4.3.2.2 A Condição Geopolítica (Política Externa Brasileira)	170
4.3.2.2.1 O Brasil Aberto ao Mundo	170
4.3.2.2.2 Integração Regional	175
4.3.3.1 “Serei o Presidente de Todos”	178
4.3.3.2 O Poder do Presidente da República: Entre a Magistratura de Influência e o Poder Executivo.	181
4.4 O Posicionamento do Presidente Face aos Tópicos Convocados.....	186
4.5 Tópicos Particulares.	189
CAPÍTULO V. DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DE UM TÓPICO TRANSVERSAL	195
5.1 A Democracia como Objeto de Discurso e como Tópico nos Discursos de Tomada de Posse Presidenciais Portugueses.	196
5.1.1 O 25 de Abril, As Forças Armadas e o Povo.....	196
5.2 A Democracia como Objeto de Discurso e como Tópico nos Discursos de Tomada de Posse Presidenciais Brasileiros.	200
5.2.1 Inflação e Corrupção: Os Inimigos da Democracia	202
5.3. A Democracia em Seus Princípios	203
5.3.1 Liberdade e Pluralismo	204
5.3.2 Direitos Humanos	207
5.3.3 A Dimensão Ética.....	210
5.4 O Maior dos Desafios	211
5.4.1 Crise de Representação Cidadã.....	216

CAPÍTULO VI - CONSTRUÇÃO, DELIMITAÇÃO E TRANSIÇÃO DE TÓPICO	219
6.1 Mecanismos Linguísticos de Transição de Tópico.....	219
6.1.1 Transição Tópica Explícita	219
6.1.2 O Parágrafo como Estratégia Linguístico-Discursiva na Transição e Delimitação de Tópico	220
6.1.3 As Formas de Tratamento na Função de Vocativo como Mecanismo de Transição e Delimitação de Tópico.	229
6.2. Mecanismos Linguístico-Discursivos de Construção de Tópico.....	232
6.2.1. O Processo de Referenciação: As Escolhas Lexicais	232
6.2.2 O Funcionamento Anafórico e Dêitico na Construção dos Tópicos Fundamentais	236
6.2.3 Marcas de Objetividade e Construção de Tópicos	243
6.2.4 A Estratégia da Implicitação na Construção dos Tópicos	246
CONSIDERAÇÕES FINAIS	248
REFERÊNCIAS	256
ANEXOS - <i>CORPUS</i> DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE (1976 – 2016).....	273

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Datas dos eventos de Tomada de Posse dos Presidentes de Portugal.	29
Quadro 2. Datas dos eventos de Tomadas de Posse dos Presidentes do Brasil.....	29
Quadro 3. Quantidade e média de palavras dos discursos de Tomada de Posse dos Presidentes portugueses. <i>Fonte: Elaboração própria</i>	30
Quadro 4. Quantidade e média de palavras dos discursos de Tomada de Posse dos presidentes brasileiros. <i>Fonte: Elaboração própria</i>	30
Quadro 5. Total de palavras e parágrafos dos discursos de Tomada de Posse dos Presidentes Portugueses. <i>Fonte: Elaboração própria</i>	88
Quadro 6. Total de palavras e parágrafos dos discursos de Tomada de Posse dos Presidentes Brasileiros.	88

PARTE I

INTRODUÇÃO

Questões Introdutórias de Contextualização¹

Esta tese de doutoramento, intitulada *Discursos de tomada de posse presidencial e construção dos tópicos discursivos. Brasil e Portugal nos tempos da democracia*, é resultado de uma investigação desenvolvida no ramo de conhecimento das Ciências da Linguagem, na especialidade da Análise do Discurso, com vista à identificação e análise da construção dos tópicos fundamentais dos Discursos de Tomada de Posse dos Presidentes eleitos democraticamente no Brasil e em Portugal. Para sua realização, adotamos uma perspectiva teórica interdisciplinar. Esta abordagem interdisciplinar obriga a um rigor acrescido no manuseamento dos conceitos, que têm especificidades nem sempre conciliáveis. Apesar deste risco, que tem a ver com a fundamentação teórica, esta é uma abordagem mais ampla e mais profunda do objeto de estudo.

Enquadramos a nossa investigação na análise do discurso de tradição francófona, nos contributos mais recentes de autores como Maingueneau (1997, 2005, 2008, 2012), Charaudeau (2002, 2005, 2008) e Jean Michel Adam (2011 [2008], 2019) acerca dos conceitos de discurso, texto e também de gênero discursivo, este fundamentado nos contributos clássicos de Bakhtin (2000, 2010). Seguimos os pressupostos de Benveniste (1976, 1989) e os desenvolvimentos recentes de sua linguística da enunciação, da qual realçamos o trabalho de Alain Rabatel (2007, 2008, 2016), a argumentação nos discursos de Ruth Amossy (2007, 2008, 2016, 2018 [2016]) e a referenciação discursiva proposta por Mondada (1995, 1997, 2001), Berthoud & Mondada (1994, 2018 [1995]), Mondada & Dubois (2018 [1995]), Koch & Marcuschi (1998), Koch (2001, 2002, 2006), Marcuschi (2001, 2002, 2006) e Cavalcante (2003, 2009, 2013, 2018).

A organização enunciativa e argumentativa dos discursos tem determinado a maior parte das perspectivas de análise contemporânea nas esferas das Ciências Sociais e da Linguagem, como veremos no item (1.1) que apresenta o resultado da pesquisa que fizemos sobre *o estado da questão*. Reconhecendo a importância do foco da análise nessas vertentes discursivas, pretendemos analisar, na necessária inter-relação com todas as dimensões discursivas, a organização semântica dos discursos de tomada de posse presidencial, com atenção específica à organização tópica e ao modo como as escolhas do locutor determinam o processo de referenciação, no quadro comunicativo em que se inscreve. A organização semântica tem sido menos trabalhada, ainda que seja fundamental

¹ Reconhecendo que estamos apresentando doutoramento numa Universidade Portuguesa, como falante do Português Brasileiro essa é a versão que estamos mantendo neste trabalho.

nos discursos políticos atender ao modo como os locutores representam discursivamente o mundo. Esta é aliás uma questão central para a análise dos discursos como práticas sociais.

Embora os discursos políticos assumam grande importância na sociedade, em termos de investigação é dada uma menor atenção aos discursos presidenciais, sobretudo aos de tomada de posse. Nosso interesse, porém, não se resume unicamente ao fato de os discursos presidenciais constituírem exemplares empíricos da linguagem em uso, o que por si só já justificaria seu aprofundamento. Verificamos, ainda, que esses discursos causam um impacto social, na medida em que constituem a apresentação da visão política e social do Presidente para o país. Os discursos de tomada de posse são discursos de influência por excelência, dado serem mecanismos essenciais do fazer político: “não há política sem discurso”; “a ação política e o discurso estão indissociavelmente ligados” (Charaudeau, 2008a, p. 39).

O presente trabalho é parte de um projeto de investigação mais amplo, intitulado *O Discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais em Portugal*. Esse projeto dedica-se à análise de todos os discursos de tomada de posse e de celebração nacional dos Presidentes da República Portuguesa, durante os primeiros 100 anos da República (1911 a 2011). Nosso trabalho, contudo, redefiniu um outro período para investigação que é a democracia, o que ultrapassa o período determinado no projeto; centrou-se na análise dos discursos de tomada de posse presidenciais, e incluiu em seu *corpus* os discursos presidenciais brasileiros, para a realização de uma abordagem comparativa.

O discurso de tomada de posse do Presidente da República (doravante PR) é parte constituinte de um evento público mais amplo, atraindo a atenção da grande mídia e de organismos nacionais e mesmo internacionais. Como expressão de poder político, a fala do Presidente mobiliza. Trata-se de um ato discursivo com forte impacto perlocutório nos níveis político e social, o que justifica o efeito que pode produzir nas ações futuras dos cidadãos comuns, condicionando ou influenciando de forma decisiva a construção de valores. O locutor-presidente é consciente do poder da sua palavra, sua enunciação é organizada tendo em mente a relação a estabelecer com o seu auditório, em função das particularidades que dele conhece e valoriza. Nesse sentido, o discurso de tomada de posse, sendo monologal, é dialógico. Os objetivos discursivos presidenciais orientam a interação e o modo como esta se organiza, desde a estruturação semântica, composicional e pragmática até o modo como a palavra é oralizada demonstrando o poder da linguagem.

O discurso de tomada de posse do Presidente é parte fundamental da sua ação política. Esse primeiro ato de comunicação, efetivamente realizado na função de presidente, se constrói num

contexto social e político muito específico, num momento cujo aspecto temporal mais relevante é a transição de um processo eleitoral para uma nova fase em que um “cidadão escolhido pelos cidadãos”² assume um cargo de forte simbologia nacional. Com efeito, o imaginário popular constrói do Presidente a imagem de um sujeito capaz de cumprir com todas as aspirações da sociedade. A palavra presidencial, neste discurso inaugural, é o garante desse designio.

São discursos de apresentação, ditos “de inauguração” na tradição norte-americana, proferidos por um locutor com identidade social e política conferida pela instituição que representa de forma unipessoal. Após um processo de campanha eleitoral, durante o qual a sociedade se encontra dividida em função do candidato que apoia, o discurso de tomada de posse tem de ser um discurso de união. Este é um dado que é previsto pelo locutor, e que orienta seu modo de comunicar e de apresentar sua visão sobre os contextos nacional e internacional ao auditório, cuja adesão é fundamental.

O *corpus* de nossa investigação é constituído de dezesseis discursos de tomada de posse dos Presidentes da república de Portugal e do Brasil, em tempos de democracia, dividido em dois *subcorpora*: nove discursos de tomada de posse de presidentes de Portugal, desde 1976 a 2016 e sete discursos de tomada de posse de presidentes brasileiros de 1990 a 2015. Questões pertinentes ao *corpus* investigado serão retomadas na seção (1.3), que contém sua Constituição e análise. A definição desse recorte espaço-temporal a partir do valor fundamental da democracia tem importância central para nossa análise e está, aliás, registrado no subtítulo da nossa tese.

A abordagem que privilegiamos neste trabalho é a da linguagem em uso, perspectiva pragmática de análise que nos obriga a considerar as dimensões políticas, sociais e culturais, tendo em vista que a construção discursiva não é independente de seu contexto de produção, antes, é um conhecimento necessário para a construção de um sentido que só ocorre verdadeiramente em interação.

No âmbito da grande área da pragmática linguística na qual nos situamos e no quadro mais estrito da Análise dos Discursos de inspiração francesa, tal como é praticada atualmente, os discursos de tomada de posse presidencial do nosso *corpus* são objetos empíricos, isto é, discursos autênticos, efetivamente realizados por participantes historicamente situados. É nossa pretensão conhecer o funcionamento linguístico-discursivo desses discursos através da abordagem comparativa de duas realidades diversas que são os discursos de tomada de posse dos Presidentes de Portugal e do Brasil. Estamos conscientes de que ao confrontarmos objetos empíricos historicamente situados nos colocamos diante de uma pluralidade e heterogeneidade que é constitutiva dos discursos,

² Presidente Jorge Sampaio em seu discurso de segunda tomada de posse. Assembleia da República, 9 de Março de 2001.

nomeadamente porque as funções presidenciais são distintas nos dois países, e portanto, nos perguntamos sobre como essas dimensões contextuais interferem na construção discursiva.

Objetivos e Questões de Investigação

Para analisar os discursos de tomada de posse elaboramos algumas questões de investigação que balizam o presente trabalho:

- 1) Que tópicos discursivos são privilegiados nos discursos de tomada de posse dos Presidentes de Portugal e do Brasil em tempos de democracia?
- 2) De que modo os contextos político-sociais e também experienciais influenciam a escolha dos tópicos?
- 3) Que objetos discursivos são convocados nesse processo de referenciação?
- 4) Que mecanismos linguístico-discursivos são usados para construir – e delimitar - os tópicos discursivos nos discursos de tomada de posse dos Presidentes Portugueses e Brasileiros?
- 5) Que convergências ou divergências se podem identificar na construção tópica dos discursos presidenciais de tomada de posse de Portugal e do Brasil?

Nosso trabalho é guiado pelas seguintes hipóteses de partida:

Hp.1 O evento político de tomada de posse presidencial determina a organização tópica dos discursos de tomada de posse presidencial.

Hp.2 Os contextos político-institucionais, nomeadamente os regimes presidenciais e semipresidenciais, dos países em questão condicionam a construção dos discursos de tomada de posse presidencial;

Hp.3 A construção dos discursos de posse e a organização semântica em particular são determinadas por condicionantes de natureza idiossincrática, tendo em conta os Presidentes e as suas circunstâncias;

Hp.4. A construção dos tópicos mais frequentes, embora de modo geral possam apresentar semelhanças decorrentes da pertença a um mesmo gênero, são condicionados por situações histórico-sociais particulares aos contextos de produção dos atos discursivos.

Estabelecemos como objetivo geral identificar e analisar a organização tópica (semântica) dos discursos de tomada de posse presidencial em Portugal e no Brasil.

Como objetivos específicos foram determinados:

- 1) Identificar, descrever e explicar as atividades discursivas de referenciação;
- 2) Identificar os objetos de discurso convocados nos dois *corpora*, ao serviço da organização tópica;

- 3) Determinar o modo como são construídos os objetos de discurso em análise;
- 4) Identificar os mecanismos linguísticos e discursivos de referência nos *subcorpora* selecionados;
- 5) Confrontar os processos de construção da referência e de organização tópica nos dois *subcorpora*.

Pertinência Científica e Social do Presente Estudo

Essa investigação enquadra-se no campo acadêmico-científico, sendo a comunidade acadêmica e científica o nosso interlocutor imediato. Por outro lado, há também um interesse social, na medida em que se pretende contribuir para uma melhor compreensão de duas vertentes da sociedade que são fundamentais, a da linguagem e a da política, e que se manifestam nos discursos políticos, sobretudo na atualidade. É nosso objetivo, portanto, contribuir para a divulgação de um conhecimento fundamental na promoção da literacia política das sociedades portuguesa e brasileira.

Nas sociedades democráticas a literacia política visa o desenvolvimento de competências linguístico-discursivas que permitam uma interação mais sustentável entre o cidadão comum e os políticos. Essa competência comunicativa é de fundamental importância para os cidadãos em geral, nesse caso portugueses e brasileiros. Numa altura em que se fala muito da democracia participativa é necessário desenvolver competências que permitam aos cidadãos serem interlocutores de pleno direito, capazes de lerem o mundo e de interagirem com o poder instituído.

A literacia política contribui para um conhecimento mais amplo e crítico das realidades políticas e sociais e desmitifica de modo efetivo (pré)conceitos ancorados em desconhecimentos que tendem, ora a produzir de forma acrítica descrenças generalizadas nos poderes políticos sob o argumento de que seus discursos nada dizem ou dizem sempre a mesma coisa, ora, em alternativa, sobrepor alinhamentos ideológicos a um livre e responsável exercício de análise e compreensão de tais discursos políticos. Entendemos que tais argumentos decorrem de um desconhecimento que leva ao desinteresse por temas ligados à política e ao caminho, talvez mais confortável, da desqualificação do que é dito. Esse raciocínio originou-se e desenvolveu-se em sociedade desde muito tempo e continua forte na atualidade. Reconhecemos que muitos políticos justificam o estabelecimento desse modelo de raciocínio, a ponto de os discursos políticos serem considerados pelo cidadão comum como empolados, fastidiosos, “cheios de “inverdades” e de retórica, no sentido mais pejorativo em que o termo pode ocorrer, como muito bem destaca Marques (2000, p. 15).

Mas é necessário que o cidadão saiba separar “o trigo do joio” e, nesse sentido, o único caminho possível é o da promoção da literacia política, fundamental numa sociedade imersa em discursos sobre os quais é preciso tomar uma posição informada.

Conjugamos, assim, objetivos acadêmico-científicos, já acima apresentados, com objetivos sociais que, aliás, são indissociáveis, pois a ciência faz-se em sociedade, não é independente dela. Ao privilegiar a literacia política esperamos contribuir para um tipo de sustentabilidade social que diz respeito a um nível de consciencialização das relações em sociedade, com destaque para as interações entre os cidadãos no campo dos discursos políticos e a forma como essa competência de linguagem e práticas comunicativas podem atuar para a modificação dessas relações.

Reconhecendo que, como toda situação social que se constitui de comportamentos, qualquer tipo de transformação ocorre de forma muito lenta, salientamos a importância dos discursos de tomada de posse que apresentam a visão do Presidente da República para o país. São, por isso, discursos estratégicos, cujos modos de construção urge conhecer.

Esta investigação está organizada em Parte I e Parte II, constituídas por seis capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na introdução, faz-se o enquadramento geral da tese, apresentam-se os objetivos, as questões de investigação, as hipóteses de partida e o objeto de análise, finalizando com uma breve apresentação do seu interesse científico e social, bem como de sua estruturação.

O capítulo I, intitulado *Os discursos de tomada de posse presidencial*, expõe o estado atual da investigação, referindo os trabalhos fundamentais que têm os discursos políticos como objeto, com destaque para os discursos presidenciais de tomada de posse. Numa segunda parte desse mesmo capítulo (item 1.3) faz-se a descrição pormenorizada do *corpus* de análise e da sua Constituição. O capítulo II, intitulado *Enquadramento teórico-metodológico: alguns conceitos fundamentais*, apresenta o quadro teórico da análise com destaque para alguns conceitos fundamentais no trabalho realizado. O capítulo III, intitulado *Análise dos discursos de tomada de posse presidencial. Organização composicional*, dedica-se à análise da estrutura do nosso *corpus* de investigação. O capítulo IV, intitulado *Análise dos discursos de tomada de posse presidencial. Organização semântica*, é dirigido à análise dos discursos, no que diz respeito a sua organização tópica, na inter-relação com todo o plano de organização textual. O capítulo V, intitulado, *Democracia: a construção de um tópico transversal*, trata a construção do tópico democracia que assume nesses discursos uma função central. O capítulo VI, intitulado, *Construção, delimitação e transição de tópico*, aborda os processos de referenciação e os mecanismos linguístico-discursivos implicados. Termina com as *Considerações finais* em que se

retomam os resultados da análise realizada. As *Referências bibliográficas* e os *Anexos* encerram o trabalho.

CAPÍTULO I. OS DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE PRESIDENCIAL

Neste capítulo, fazemos a apresentação do atual estado da questão relativa à análise dos discursos de tomada de posse presidencial, referindo alguns trabalhos que consideramos relevantes. Fazemos também uma reflexão acerca de alguns traços considerados característicos nesses discursos e de como os discursos políticos presidenciais e a instituição presidência da república influenciam a sociedade. Na sequência, apresentamos, sinteticamente, o nosso *corpus* de análise e aspectos sociossubjetivos relativos a cada presidente, através de um resumo biográfico que dá saliência àquilo que consideramos pertinente ao conteúdo dessa tese.

As designações *inaugural address* e *discours d'investiture*³ dadas pelas línguas inglesa e francesa bem traduzem o aparato do evento de posse presidencial. A cerimônia de posse é constituída por atos protocolares previstos em Constituição e por atos simbólicos, como o proferimento da declaração de compromisso que representa a efetiva tomada de posse do cargo pelo Presidente. A partir desse momento o Presidente eleito apresenta-se como instituição perante um auditório sobre o qual detém a atenção, dominando a cena comunicativa. O seu discurso é construído e organizado semanticamente por força de um projeto discursivo prévio, na seleção de tópicos fundamentais que deseja compartilhar com a audiência, através de dimensões pessoais e institucionais, que vão sendo valorizadas. A mensagem inaugural do Presidente à nação reflete sua visão política, uma visão ampla e englobante das dimensões social, econômica, política e cultural.

Estudiosos do assunto, como Campbell & Jamieson (1985), acreditam que os discursos de posse presidencial carregam particularidades que derivam da fusão de características epidíticas com as exigências do rito de investidura. Referem que as críticas que lhes são dirigidas, como tipo de “arte inferior”, resultam de um mal-entendido sobre o seu funcionamento, defendendo que esses discursos formam uma categoria ou gênero retórico próprio, constituído de elementos que só podem ser entendidos mediante a identificação daquilo que é recorrente e do que sofre variações. Segundo os autores, “while urging contemplation not action” (p.406) os discursos de tomada de posse presidencial têm como objetivos: unificar as audiências, resgatar valores tradicionais, estabelecer os princípios a serem seguidos, demonstrar que o Presidente aprecia as instituições e exige o cumprimento de suas funções executivas.

Importante ressaltar que os discursos de posse presidencial não são meramente epidícticos, como consideram os autores acima. A dimensão epidítica de fato existe, e pode estar relacionada à

³ As traduções para a Língua Portuguesa realizadas neste trabalho são de inteira responsabilidade de seu autor.

ritualização que acompanha a celebração do evento, mas esses discursos vão muito além dessa dimensão. Os tópicos contemplados pela agenda do Presidente refletem antes do mais suas propostas para lidar com os grandes problemas e desafios do país, são temas esperados com expectativa pela grande audiência, pela mídia nacional e internacional, que lhes oferece grande repercussão, estabelecendo debates sobre os temas que foram abordados ou deixados de lado pelo Presidente em seu discurso. A mesma atenção é dedicada pelas instituições internas e pelo povo em geral. Em termos de conteúdo, da quantificação que fizemos do nosso *corpus* de investigação (item 1.3), em confronto com outros discursos de posse presidencial, resultou que os discursos portugueses e brasileiros são bem mais extensos e privilegiam a discussão de temas importantes, que afetam o cotidiano das nações. O uso de formas de tratamento menos formais, nomeadamente nos discursos brasileiros, é uma outra questão a ser mencionada, como veremos na parte final do item (4.1.1), uma prática que jamais poderia ser considerada num gênero de discurso efetivamente epidítico.

Como referimos, trata-se de um tipo de comunicação cuja dimensão informativa deve ser considerada como instrumento de orientação em áreas relevantes para o país. Dessa forma, também não concordamos com a ideia de que “ce qui est important n'est pas tant “ce qu'on dit” mais surtout le fait même de parler” (Kryshtaleva, 2020, p. 13). A dimensão interacional tem, obviamente, sua importância, mas o que verificamos é que o conteúdo temático, a dimensão informacional de tais discursos é efetivamente fundamental.

A análise da organização tópica dos discursos de tomada de posse presidencial também é alvo de pesquisas acadêmicas. Citamos aqui a questão levantada por Adesnik (2017) acerca da análise do conteúdo temático do discurso do ex-Presidente Donald Trump. O autor constata a quase ausência de um tópico importante para o povo americano como é o da liberdade, tendo sido referido apenas uma vez. Na sua visão:

Inaugural addresses look ahead to new policies and programs, yet to guide the way forward, they have almost all look back to the lessons of our Founding. [...]By looking only forward and never back, Donald Trump's inaugural address stands in stark contrast to its predecessors. Untethered from the past, Trump's address never articulated any sense of responsibility for the traditions of freedom and constitutional self-government. (Adesnik, 2017, p. 2)

O autor faz uma comparação entre o discurso de Trump e o de seus predecessores no que tange à abordagem do tema da liberdade. A quase ausência de menção a esse tópico pode conduzir à construção de uma imagem negativa do locutor, a de um presidente da república americano que

abandona valores tradicionais compartilhados e a liberdade como bem estratégico. O autor destaca que os discursos de posse presidencial costumam olhar para o futuro, mas sem esquecer o passado, no entanto, “Untethered from the past, Trump’s address never articulated any sense of responsibility for the traditions of freedom and constitutional self-government” (p. 2).

A discussão de Adesnik faz sobressair a importância do que o Presidente diz e do modo como diz. Os tópicos abordados em seu discurso de posse repercutem simbolicamente na sociedade intervindo na construção do *ethos* presidencial.

1.1 O Estado da Questão: Análises do Discurso Político Presidencial.

Nessa subseção, apresentamos alguns trabalhos publicados que assumem os discursos políticos em geral, e os discursos de tomada de posse presidencial, em particular, como campo privilegiado de investigação. Esse é, de fato, um fenômeno que há muito tempo vem despertando o interesse de áreas diversas como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia Social, a Antropologia Social, as Ciências Políticas e as Ciências da Linguagem. Segundo Wilson (2005), “o estudo do discurso político já existe há tanto tempo quanto a própria política” (p. 2). E nesse ponto, não se pode deixar de destacar que a estreita ligação entre discurso, política e retórica foi o motor inicial para impulsionar as investigações. Um conteúdo político pode estar presente em qualquer tipo de discurso, restringindo-se as ferramentas de investigação à filiação teórica do investigador. Quer se considere o discurso como objeto de investigação ou instrumento metodológico, a análise do discurso político caracteriza-se por uma ampla gama de temas e metodologias de análise.

Nessa revisão, destacamos as perspectivas teóricas, os objetos e objetivos, privilegiando investigações desenvolvidas em Portugal e Brasil, mas integrando também os dois centros de estudos tradicionais em análise do discurso que são França e EUA; incluímos também alguns países latinos pela proeminência dos estudos.

Nossa revisão considerou destacar primeiramente trabalhos acerca do gênero discurso político presidencial em sentido mais amplo. Na sequência, é dada visibilidade ao subgênero discursos presidenciais de tomada de posse. A realização de uma revisão desse tipo tem como primeiro desafio o fator quantitativo. Há inúmeras investigações com teorias e metodologias muito diversas, todas assumidamente pertencentes ao quadro teórico-metodológico da análise do discurso. Desse fato origina-se o segundo desafio, que é compreender que noções de “discurso” e de “análise de discurso” subjazem ao uso dos termos, normalmente empregados com acepções muito diferentes.

Sabendo-se que toda análise científica requer um enquadramento epistemológico, Maingueneau (2015) refere:

Quem se considera filiado à problemática discursiva associa intimamente língua [...], atividade comunicacional e conhecimento [...]. Fazendo isso a análise do discurso se distingue de outras disciplinas que privilegiam uma só das três dimensões [...]. Refletir em termos de discurso é, então, necessariamente, articular espaços disjuntos. (p.30)

São duas as perspectivas teóricas que estão na origem da Análise de Discurso e têm norteado trabalhos no âmbito do discurso político. Estamos falando da Análise do Discurso de tradição Francófona (doravante AD) e da tradição anglo-saxã, onde se enquadra a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), nos estudos precursores de Fairclough (2004, 2012), Foucault (1996) e Pêcheux (1969, 1983), e uma tradição de estudos retóricos de Chaïm Perelman (1992). Em linhas gerais, as duas correntes de investigação foram evoluindo conceitualmente e, como todas as grandes correntes, apresentam pontos convergentes e divergentes. Podemos afirmar, certamente, que ambas pretendem o distanciamento de certa “vulgata estruturalista” (Maingueneau, 2008a, p. 17), isto é, os pressupostos da AD e da ACD pretendem em relação ao conceito de língua, distanciar-se da concepção de língua como sistema. Embora com percursos diferentes, as duas correntes convergem para o objetivo primeiro da AD já referido em Marques (2019a): “analisar as produções discursivas na sua complexidade, heterogeneidade e dinamismo. Assim também a metodologia usada passa pelo empirismo descritivo, o trabalho com *corpora* de textos autênticos” (p.13).

A ACD e a AD da primeira fase são perspectivas interpretativas. A ACD sempre esteve voltada para os estudos do posicionamento político, é assumidamente interpretativa, no sentido em que integra no processo de investigação um posicionamento teórico de intervenção social. As novas tendências da AD evoluem para centrarem-se na língua como fenômeno social, e nos discursos como práticas sociais, para analisar os seus usos e encontrar regras de funcionamento. Desse funcionamento resultam análises que, depois, podem ser importantes para compreender o posicionamento social.

Foi como objeto da linguística e a partir de um *corpus* especificamente político que a Análise do Discurso (AD) desenvolveu-se, em meados do século XX, na França. Inaugurada pelo filósofo Michel Pecheux (1969) e por questionamentos provocados pela articulação de três domínios disciplinares que são a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. O viés ideológico muito forte é o traço característico do quadro teórico inicial da AD de orientação francófona, a abordagem visava fundar

“uma teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (Pêcheux e Fuchs, as cited in Maingueneau, 2015, p. 32).

Nesse que é considerado o primeiro período da AD, o texto político era analisado na relação com o contexto sócio-histórico, os pesquisadores detinham-se em questões “exteriores” ao próprio texto. Nessa época, segundo Maingueneau (2010), o único grupo de estudos em lexicometria especializado no estudo do discurso político objetivava comparar *corpora* representativos de documentos políticos das entidades coletivas (partidos ou pequenos grupos). Esse grupo deu início a uma abordagem “interna” aos textos, uma abordagem que “tentou, portanto, manter o "dentro" e o "fora" do texto separados” (p.85). Esse “modelo tranquilizador”, como refere Maingueneau foi sendo questionado de vários pontos de vista, desde a concepção de interdiscurso, da pressão das correntes pragmáticas ou das “perspectivas abertas” representadas por Michel Foucault e depois em Bakhtin, um contributo fundamental a partir dos anos 80:

On ne conçoit plus le texte politique comme un simple agencement d' « idées » qui permettrait d'« exprimer » de manière plus ou moins détournée idéologies ou mentalités. Le « contenu » est en réalité traversé par le renvoi à ses conditions d'énonciation. Le contexte n'est pas placé à l'extérieur, dans une série d'enveloppes successives, mais l'énonciation ne fait qu'un avec la gestion même de son contexte. Il n'y a pas, d'un côté, un univers de choses et d'activités muettes, de l'autre, des « représentations » politiques déposées dans des textes. (Maingueneau, 2010, p. 86)

A outra tradição de análise do discurso, a ACD, ancora-se em disciplinas como a Sociologia e a Antropologia, e converge para outras vertentes⁴. Com efeito, tal como a AD francesa da primeira fase, o objetivo da investigação está para além do discurso. Como refere Fairclough (2012, p. 309), um dos principais nomes dessa corrente, a ACD é: “a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais” (p. 309). A disciplina pressupõe a análise dos discursos circulantes, identificando as relações de poder que subjazem, demonstrando como reproduzem e perpetuam as desigualdades sociais:

In the spirit of contemporary approaches in CDA this would mean that critical-political discourse analysis deals especially with the reproduction of political *power*, *power abuse* or *domination* through political discourse, including the various forms of resistance or counter-power against such forms of discursive dominance. In particular such an analysis deals with the discursive conditions and consequences of social and political *inequality* that results from such domination. (Van Dijk, 1997, p.11)

⁴ Segundo Teun Van Dijk(1994, p. 5), sua pesquisa pode ser encontrada em vários autores “agrupados nas seguintes linhas: A linha neo-Marxista, de Adorno a Habermas, da Escola de Frankfurt. A linha crítica inglesa do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, com Stuart Hall à frente, a linha de Basil Bernstein (inglês), bem conhecida na América Latina, em cujo trabalho *Lingua e Controle*, mostra uma análise sistemática da linguagem em relação à noção de controle. Também a linha sociolinguística de Halliday na Inglaterra, assim como o trabalho de análise do discurso na França sob a influência de Foucault e Pêcheux, e a linha de Gramsci na Itália.”

É com base, nomeadamente, nos pressupostos dos estudos retóricos da AD e da ACD que se têm desenvolvido investigações no âmbito do discurso político. Trata-se de um campo social que tem suscitado o interesse de pesquisadores de áreas como a Filosofia, a Ciência Política, a História, que privilegiam os fundamentos daquele enquadramento teórico na análise de diferentes *corpora*. Acrescentariamos também o domínio da Ciência da Comunicação, como área de interesse pela análise que, e assim como as demais, não tem os mesmos objetos e objetivos das Ciências da Linguagem.

Realizamos uma revisão seletiva da literatura existente para destacar o que de mais fundamental e significativo vem sendo desenvolvido em diferentes quadros teóricos sobre a temática dos discursos políticos presidenciais. Salientamos, em particular, os discursos de tomada de posse que, restritos a um espaço de investigação bem menor, têm ainda uma representatividade considerável. Abaixo, damos visibilidade primeiramente ao panorama internacional e, na sequência, aos trabalhos desenvolvidos em contextos português e brasileiro. Salientamos também que não estamos levando em consideração a origem, nem o local de apresentação destes trabalhos, mas o objeto de estudo. A análise dos discursos dos políticos é algo que é transversal, não há fechamentos, vemos efetivamente que em diferentes lugares há trabalhos de investigação sobre presidentes de países diversos. Para além dos desenvolvidos no domínio dos estudos da retórica, nomeadamente, é de se notar que há trabalhos realizados em outros domínios, em línguas e países diferentes sobre os discursos dos Presidentes, a exemplo do que ocorre com as análises dos discursos do Presidente Barack Obama.

1.1.1 Panorama Internacional

A dissertação desenvolvida por Clater (2012) e apresentada à Universidade da Pensilvânia examinou “a retórica presidencial durante a última era da Guerra Fria (1977-1992) através de uma lente interdisciplinar, destacando a retórica de cada um dos governos de Carter, Reagan e Bush”. A autora analisou os discursos dos Presidentes a partir de três tópicos, visão para a América, perspectivas do comunismo e vistas do muro de Berlim, no tocante ao pragmatismo retórico. A tese aborda aspectos da personalidade dos Presidentes, ideologia e estilo de falar únicos, e o quanto foi preciso ceder diante das exigências situacionais vivenciadas. Um dos argumentos que a tese sustenta “é que a retórica pública presidencial, grande ou pequena, famosa ou desconhecida, é única em sua formação e digna de exame porque cada pedaço de retórica fornece insights chave sobre o momento histórico e político no qual o Presidente dos Estados Unidos proferiu as palavras” (p.1).

Eisenstadt (2014) propõe em sua tese refinar as funções da retórica epidítica presidencial, atualizando-as para refletir como os Presidentes aprimoram o *ethos* em situações retóricas contemporâneas. O autor procedeu à análise textual do discurso do Presidente Barack Obama no Jardim das Rosas, em 12 de setembro de 2012, e do segundo *debate presidencial* com o Presidente Republicano Mitt Romney.

Para responder à questão de investigação sobre como os Presidentes usam a pesquisa de opinião pública instrumentalmente para criar suas mensagens públicas, Hall (2000) fez uso da técnica de pesquisa historiográfica, arquivística e entrevistas pessoais. A autora se propôs a examinar a maneira como os Presidentes americanos, Ronald Reagan, George Bush e Bill Clinton usaram a pesquisa de opinião pública para elaborar, orientar ou informar sua retórica pública.

No âmbito do *discurso de tomada de posse presidencial*, destacamos a tese de Casey (2016) apresentada à Universidade de Nevada. A autora adotou os pressupostos da ACD em vinte discursos inaugurais proferidos por doze Presidentes, desde a Segunda Guerra Mundial, para examinar de que forma ligam o consumo e os valores econômicos ao dever cívico e ao patriotismo.

Ainda no cenário internacional, salientamos o artigo de Molero De Cabeza (1999) publicado pela Universidade Autônoma do México, sobre os discursos de Hugo Chávez como candidato à presidência em 1998. A investigação centrou-se sobre o personalismo no discurso político venezuelano. Em Argentina, o artigo de Fair (2014) incluiu em seu *corpus* discurso do ex-Presidente do país, Carlos Menem, baseando-se nas ferramentas da teoria do discurso, segundo o próprio autor “numa concepção alargada que inclui elementos linguísticos e extralinguísticos” (p.254).

Segundo Gonzalez-Bled (2020), seu trabalho privilegiou a interdisciplinaridade baseada nas ferramentas teóricas da ciência política e da análise do discurso para investigar a narrativa política criada por Cristina Kirchner. Apesar de ter sido apresentado a uma universidade francesa, o tema é latino-americano. O mesmo ocorre com a tese de Mariana Romano⁵, em preparação, na Universidade Francesa Paris 12. A autora examina alguns discursos de Cristina Kirchner. No resumo da tese refere que examina “a reconversão discursiva de Cristina Fernández no período 2016-2019, durante o qual sua força política ocupou a oposição política após três mandatos presidenciais consecutivos”. O trabalho situa-se na grande área das ciências sociais, no campo do discurso e da linha teórica que integra o discurso polêmico em estudos argumentativos.

A pesquisa de Ambomo (2013), desenvolvida na Universidade de Franche-Comté, combinou os conceitos de análise do discurso (AD) aos métodos da lexicometria para rever discursos de Paul Biya, o

⁵ Por restrições de acesso, alguns sites não permitem que se veja a obra completa, apenas o resumo. <http://www.theses.fr/s321027>

Presidente da República dos Camarões, em determinado período. O objetivo da tese é identificar os elementos salientes do discurso político de Paul Biya, supondo ser “em torno desta saliência lexical que o conteúdo ideológico é estruturado” (p. 15). O autor parte da hipótese geral de que a colocação em ação da linguagem é acompanhada de toda uma série de escolhas mais ou menos conscientes.

A tese de Richmond Miguel (2015) toma como *corpus* as mensagens presidenciais chilenas que se iniciaram em 21 de maio de 2010 até o desenvolvimento de sua tese. O autor realiza uma análise crítica dos discursos para apresentar como os índices macroeconômicos, de Desenvolvimento Humano e de Gini⁶ chilenos são apresentados no discurso, “seja através de uma menção explícita ou uma alusão referencial” (p. 9).

O trabalho de Karlsson (2017) foi apresentado ao programa de linguística da Universidade de Uppsala, na Suécia. Do material de investigação fazem parte discursos de dois ex-Presidentes da República Popular da China, Jiang Zemin e Hu Jintao, e do atual Presidente Xi Jinping. A análise toma como corpus de investigação discursos de tomada de posse presidencial e também outros discursos que o autor afirma estarem em conexão com a posse. São empregadas ferramentas da ACD para examinar as relações entre linguagem, poder e discurso.

Para além das teses e dissertações, há muitos artigos sobre a temática. No quadro dos *discursos presidenciais de tomada de posse*, citamos o artigo de Jiménez e Patarroyo (2018) publicado na Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales. O autor apresenta o resultado de uma análise dos discursos de posse dos primeiros governos de três líderes na América Latina - Rafael Correa, Hugo Chávez e Álvaro Uribe. Com base nos pressupostos da ACD, o artigo tem como objetivo reconhecer os eixos articuladores do discurso político.

O artigo de Villarraga (2012), na perspectiva da análise crítica dos discursos, analisa as estratégias discursivas do discurso de posse do Presidente da Colômbia Juan Manuel Santo, lido a 7 de Agosto de 2010. E por fim, citamos o trabalho de Salama (2014), uma pesquisa linguística sobre o uso do “EU” como centro dêitico para explicar os significados sociopolíticos do último discurso presidencial de Hosni Mubarak, Presidente da República Árabe do Egito, em 10 de fevereiro de 2011.

1.1.2 Portugal

Em Portugal, o discurso político em geral e, especificamente, o discurso presidencial tiveram lugar como objeto de análise somente após a instituição da democracia no país, isto é, a partir de

⁶ O Coeficiente de Gini (G) é uma medida estatística de desigualdade, muito usada para indicar o grau de concentração de renda de uma região. Seu cálculo é baseado na Curva de Lorenz. Fonte: http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/63/apostila_gini.pdf

1974. São, portanto, estudos recentes, e como bem refere Marques (2016a), “En fait, la période de la dictature a été peu propice à l'étude des discours politiques [...]” (p.125).

Inicialmente, como referência, destacamos os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto intitulado *O Discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais em Portugal*, dos quais fazem parte os investigadores portugueses cujas publicações salientamos, Maria Aldina Marques (2014, 2019b), Rui Ramos (2019) e Micaela Aguiar (2017) da Universidade do Minho; Isabel Margarida Duarte (2017) e Alexandra Pinto (2013) da Universidade do Porto; e Isabel Seara (2019) da Universidade Aberta. Trata-se de um projeto importante de recolha e análise, realizado na área da Linguística, na especialidade da análise dos discursos. O projeto contempla os discursos políticos de tomada de posse e de celebração nacional de todos os Presidentes da República Portuguesa, nos primeiros cem anos da República.

Para além desse projeto, salientamos a tese de Marques (2000) desenvolvida no âmbito da análise linguística dos discursos que privilegiou o gênero *Debate da Interpeção ao Governo*, analisando e descrevendo a organização enunciativa de vinte e quatro interpelações realizadas. Referimos outras importantes contribuições da autora à área, numa perspectiva que aborda conjuntamente a análise linguística dos discursos políticos e a grande área da pragmática linguística, é o caso de Marques (2015a, 2015b), um trabalho centrado na análise das características do *discurso político parlamentar* em Portugal, verificando aspectos distintos, nomeadamente, o processo de argumentação; e Marques (2014), uma análise da construção da autoridade presidencial como parte fundamental da construção contextual dos sentidos no gênero *discursos presidenciais de celebração/comemoração* do 25 de abril.

Salientamos também o trabalho de Seara (2019) acerca do discurso oficial do atual Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, no momento de comemoração de dois anos do seu mandato. A investigação tem como objetivo principal investigar a construção da imagem de proximidade e de autoridade nesse discurso oficial e nos quase 40 minutos subsequentes de respostas aos jornalistas. O campo teórico de investigação é o da análise do discurso, nomeadamente da análise do discurso político.

Aguiar (2021) refere que as investigações atuais acerca do discurso presidencial e dos discursos presidenciais de tomada de posse seguem duas tendências, uma centrada num conjunto de discursos proferidos por um mesmo presidente, em ocasiões diferentes, e uma outra que privilegia a análise dos discursos presidenciais enquadrados em um período histórico-político determinado. A nossa revisão confirma a pequena, mas importante representatividade dos trabalhos sobre *discursos*

presidenciais de tomada de posse. Destacamos aqui a tese dessa autora (2021) como uma contribuição à área, um trabalho que foi desenvolvido a partir das ciências da linguagem, tomando como *corpus* de análise os discursos de tomada de posse dos Presidentes da República Portuguesa em sua totalidade. Foram vistos vinte e sete discursos com o objetivo de investigar o modo de construção do *ethos* presidencial.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito das ciências da comunicação, apoiados na técnica da análise de conteúdo também enveredam pelo campo dos estudos políticos. Espírito Santo (2007) centra-se numa abordagem analítica dos discursos de tomada de posse dos Presidentes da república portuguesa entre 1976 e 2006, para examinar tendências de comunicação. O trabalho Espírito Santo (2015) resulta na organização de uma obra que reúne artigos sobre discursos políticos de campanhas eleitorais, debates televisivos e propagandas, que, conforme a autora, tem como objetivo identificar “através da observação empírica, essencialmente, os mecanismos, estratégias e padrões de construção da mensagem política nos *media*, em particular na televisão, em tempo de campanha eleitoral” (p. 1).

Continuando na linha da análise de conteúdo de tradição americana, Vieira (2018) analisou os discursos políticos de dois Presidentes da República Portuguesa, António Ramalho Eanes e Mário Soares, no período democrático, com vista a identificar o modo como foi construído o conceito de regime, sob a ótica da análise de conteúdo no âmbito das ciências da comunicação.

Salientamos ainda uma outra contribuição importante para a área dos estudos dos discursos políticos, trata-se da tese de Rapaz (2012), apresentada à Universidade Paris II. O autor realizou a leitura de vinte e cinco coletâneas anuais de discursos presidenciais portugueses, cobrindo momentos diversos das atividades presidenciais, com o objetivo analisar a construção da figura do Presidente de Portugal após o ano de 1986. Conforme o autor, “a tese também agrega o valor dos dados e opiniões emitidos pela comunicação social, em forma escrita ou audiovisual, durante o período deste estudo” (p. 16).

1.1.3 Brasil

No âmbito das publicações brasileiras, referimos as teses de doutoramento de Dalinghaus (2016) e Bittencourt (2018). A primeira, uma pesquisa sobre o *debate político televisivo*, se desenvolve com base nos estudos linguísticos da cortesia e da descortesia nas interações humanas. O autor esmiuçou essas manifestações entre os candidatos à presidência da república, Dilma Rousseff e Aécio

Neves, às vésperas da campanha de 2014. A segunda tese, no âmbito da linguística e de uma análise do discurso que, segundo a autora, associa o pensamento de Michel Pêcheux e o de Michel Foucault, analisou a Constituição de imagens públicas das mulheres políticas que disputaram as eleições presidenciais brasileiras, particularmente em seu Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Foram analisados os enunciados de sete candidatas ao cargo de Presidente da República do Brasil, desde as eleições presidenciais de 1989 até 2014, com o objetivo de identificar os efeitos de sentido construídos a partir da fala das candidatas e também do que se diz a respeito delas.

A tese de Sant'anna (2014), como informa a sinopse, “analisa o emprego da polifonia e da metáfora nos discursos oficiais de Dilma Rousseff como recursos argumentativos, à luz de pressupostos da Análise Semiolinguística do Discurso, de acordo com algumas orientações da Linguística Cognitiva e com base na construção de imagens (*ethos*) e possíveis efeitos retóricos e discursivos direcionados ao auditório (*pathos*).”

No âmbito dos *discursos de tomada de posse*, destacamos a tese de Rodrigues (2017) que, no quadro da teoria sistêmico-funcional de linguagem, investigou a interpessoalidade nos discursos de posse presidencial no Brasil entre 1985 e 2011. Paulista (2017) também enfocou nos discursos de posse e na metáfora como efeito retórico argumentativo para analisar o processamento cognitivo-argumentativo no discurso de posse de alguns presidentes brasileiros. O mesmo fez Oliveira (2014), sua tese analisou a representação discursiva que a Presidente do Brasil Dilma Rousseff faz de si mesma em seu discurso de posse. A autora fez uso do quadro teórico-metodológico da análise textual dos discursos (ATD).

Ribas (2018) desenvolveu uma análise do discurso baseada em *frames*. Compõem o *corpus* de investigação os discursos de posse dos Presidentes Brasileiros a partir de 1995, ano da primeira tomada de posse de Fernando Henrique Cardoso, até a posse de Michel Temer, ao assumir definitivamente o cargo que ocupava como interino. Segundo o autor, a pesquisa visa identificar a construção do sentido nesses discursos políticos, sob o aporte teórico da Linguística Cognitiva em sua abordagem Ecológica e tem como objetivo principal “identificar o posicionamento político no contínuo conservador *versus* progressista dos discursos de posse dos Presidentes do Brasil dos últimos vinte anos” (p. 17). O artigo de Freitas *et al.*, (2022) contextualiza o discurso populista de extrema direita e sua manifestação no cenário político, na relação com os conceitos de arquétipos, no quadro da filosofia Junguiana, de cenografia e *ethos* sob os pressupostos de Maingueneau. A análise toma como *corpus* de investigação os discursos do Presidente Brasileiro Jair Bolsonaro sobre a pandemia da Covid-19.

Como vemos, o espaço das pesquisas atuais tem sido de certo modo ocupado pelo alinhamento ao quadro teórico da análise dos discursos, cujos trabalhos costumam focar sua organização enunciativa, a linguística de texto, as vozes do discurso, as imagens e, ainda, destacar aspectos argumentativos e estudos retóricos, estes nomeadamente no espaço internacional.

1.2 O Discurso Político. Uma Atividade Política e Social

O político não faz tanto o discurso como o discurso faz o político [...] Assim, tudo contribui para tornar o discurso o suporte fundamental das estratégias políticas. (Le Bart, 2010, p. 79)

Muitos linguistas e filósofos se dedicaram a refletir sobre política e sobre linguagem, e também a demonstrar e fundamentar a notória relação entre ambas. A política assim como a linguagem se estabelece socialmente, e essa é uma relação que vem sendo discutida ao longo da história. Ao falar sobre a natureza política do homem e da linguagem, Aristóteles explica que a capacidade de usar a fala é o que torna o homem um ser social:

Pero la palabra es para manifestar lo conveniente y lo perjudicial, así como lo justo y lo injusto. Y esto es lo propio del hombre frente a los demás animales: poseer, él sólo, el sentido del bien y del mal, de lo justo y de lo injusto, y de los demás valores, y la participación comunitaria de estas cosas constituye la casa y la ciudad. (livro I, p. 10)

O filósofo destaca a linguagem em uso como meio de fazer política e tornar possível a vida em sociedade. Podemos considerar que para Arendt (2007) essa temática também é relevante por referir o papel da linguagem e a permanente relação entre homem e política declarando que, “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política” (p. 15). Na continuidade desse pensamento, a filósofa faz sobressair uma outra atividade que julga ser “condição” humana, a da “pluralidade”, firmada através da “ação” como atividade dos homens com os homens, sempre em sociedade e que essa pluralidade “não é apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam*, de toda a vida política” (p. 15).

Dadas como condição humana, ação e pluralidade convergem no sentido de interação por ser o modo como os homens convivem socialmente. Essas discussões filosóficas costumam trazer à tona aspectos relativos à língua, mais precisamente da língua como forma de realização da comunicação. Os estudos sobre as interfaces da linguagem sempre tiveram espaço privilegiado nas ciências, não apenas em linguística. Charaudeau (2008a) acentua que a política depende da ação e que a linguagem é o “lugar de fabricação” do discurso político por ser ela própria motivadora de ação,

constituidora dos espaços de discussão, a linguagem “é o que motiva a ação, a orienta e dá sentido” (p. 39).

Do ponto de vista da AD, o discurso político não existe fora da ação, o que torna as relações entre linguagem, ação e poder objetos privilegiados de análise, embora complexos. Para Charaudeau (2002) “a questão básica para a análise do discurso político é até que ponto ele é susceptível de revelar a realidade do poder, um poder que é, em grande parte, ação” (p. 8).

Como já referido, os estudos sobre o discurso político têm sido dominados, desde meados do século XX, por duas grandes abordagens que são a Análise do Discurso Francófona (AD) e a Análise Crítica dos Discursos (ACD). A evolução da AD e consequente integração de novas noções como *enunciação, corpus de textos, contextos e condições de produção* permitiu novas abordagens à análise do discurso político. Do modo como é atualmente praticada, não mais centra-se em elucidar dimensões ideológicas por trás dos discursos políticos, como propunham os estudos iniciais de Michel Pêcheux; as novas noções contribuíram também para o desenvolvimento de novas concepções sobre a língua determinando um novo campo de análise da linguagem:

Novas noções [...] permitiram aos estudos linguísticos descobrir e determinar um novo campo de análise que não remetia mais à língua, ao estudo dos sistemas da língua, mas ao discurso, isto é, aos atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado. (Charaudeau, 2008a, p. 37)

Segundo Charaudeau (2002), a análise do discurso político deve tocar em todos os componentes dos quais resulta a política, fatos políticos, fatos sociais, fatos legais e fatos morais, “Il serait naïf de penser que son objet serait le seul contenu idéologique du discours, à moins de redéfinir l'idéologie” (p. 8). Sobre o objeto de análise do discurso político, Maingueneau (2010) refere como insuficiente a realização de uma análise “apenas interna ou apenas externa” do texto político (p. 85), ou seja, uma análise apenas linguística ou apenas extralinguística. O marco evolutivo da AD ocorre pela consideração de integração dessas dimensões e do reconhecimento de que o texto político não está apenas ao serviço de manifestações ideológicas, há efetivamente um conteúdo importante que é “atravessado pela referência às suas condições de enunciação” (p. 86).

Maingueneau (2010) complementa que a contribuição à área procedeu das correntes pragmáticas e das perspectivas de linguagem instauradas com a publicação da obra de Michel Foucault, *A Arqueologia do Saber*. Segundo o autor, essas correntes já vinham avançando na década de 70 e contribuíram de forma efetiva para que se chegasse a novas conclusões, nomeadamente

referentes à necessidade de integração, e não de separação, entre o social e o linguístico no que respeita à análise do texto/discurso político. Não fazia mais sentido manter a oposição entre *o dentro e o fora* dos textos, sabendo-se que “o texto implica uma atividade que é o discurso, indissociavelmente linguístico e social” (p. 86). Essa inseparabilidade conduz ao reconhecimento da dimensão contextual como dimensão fundamental da linguagem em uso, e portanto uma dimensão que também subjaz aos textos políticos.

A propósito do discurso político, precisamente sobre a relação entre contexto e conteúdo, Maingueneau (2010) refere que este é “atravessado por referência às condições em que é enunciado” (p. 86). Na concepção do linguista, contexto e conteúdo são dimensões que se complementam e não há, por um lado, um universo de coisas e atividades silenciosas e, por outro, representações políticas depositadas em textos, mas que a “l’*énonciation ne fait qu’un avec la gestion même de son contexte*” (p. 86).

À nova fase da AD interligam-se outras noções também dependentes dos processos de enunciação, como as noções de gênero discursivo e instituição discursiva, esta já referida por Maingueneau (2010) como inseparável da linguagem como forma de ação. A propósito do discurso político, o autor salienta que “L’*institution politique est sans cesse reconfigurée par les genres de discours qu’elle rend possibles et qui s’autorisent d’elle*” (p. 87).

As noções de gênero e instituição discursiva, em articulação, são básicas para a AD francesa, legitimam os enunciados que interessam a uma análise, portanto, simples produções discursivas do cotidiano não são consideradas, em princípio, como possíveis objetos de investigação. A AD, para além de se “apoiar sobre os conceitos e métodos da linguística”, se interessa por enunciados produzidos institucionalmente e que são “amostra de um certo gênero de discurso” (Maingueneau, 1997 p.13). É na articulação dessas noções e dos conceitos e métodos da linguística que se constitui o discurso:

Vale dizer que “um discurso não é delimitado à maneira de um terreno, nem é desmontado como uma máquina. Constitui-se em signo *de* alguma coisa, *para* alguém, *em* um contexto de signos e de experiências. (1997, p.34)

O discurso político como objeto da Análise do Discurso (AD) é atravessado por todas essas perspectivas. Trata-se de um tipo de discurso que circula de diversas formas, mas que no plano da linguagem existe num lugar no qual efetivamente se inscreve. Charaudeau (2008a) esclarece que a identificação de um discurso como sendo político é determinada menos pelo seu conteúdo de linguagem do que pela situação de comunicação no qual está inserido. O linguista destaca que o

reconhecimento de um discurso político passa pela consideração de determinadas dimensões que fazem parte do seu “lugar de fabricação” (p. 54), como o contrato de comunicação, as instâncias implicadas na ação política, a legitimidade e a credibilidade do político.

O que o linguista está a dizer é que no plano da linguagem, para se determinar um tal discurso como sendo político, deve-se considerar restrições de gênero, institucionais e situacionais, não se tratando apenas de observar o conteúdo dos enunciados ditos “políticos”, há que se considerar também o quadro situacional e os procedimentos “encenados”. E aqui, Charaudeau (2008a) estabelece uma relação metafórica entre a comunicação humana e o teatro⁷ que, no campo político, representa as relações de poder segundo os lugares, os papéis de cada ator político e os discursos previstos. A identidade social, diz Charaudeau (2009), tem como particularidade a necessidade de ser reconhecida pelos outros e no caso da instância política “a identidade social se define através de um princípio de legitimidade” (p. 6). É, portanto, sobre as bases de uma identidade social que se constrói a identidade discursiva do sujeito político, através da qual pode tentar construir sua credibilidade. Ambas não se confundem, uma está ligada ao “direito” do sujeito de dizer ou de fazer, enquanto a credibilidade se refere à “capacidade” do sujeito de dizer ou de fazer. Segundo Charaudeau (2008a, p. 97), “questionar a legitimidade é questionar o próprio direito e não a pessoa; questionar a credibilidade é questionar a pessoa, uma vez que ela não apresenta provas de seu poder de dizer ou de fazer”.

Do lado da ACD, Van Dijk (1997) procura explicar o que pode ser entendido por “discurso político”. Para o autor, o termo leva a duas possibilidades de interpretação, “Its most common interpretation is that PDA⁸ focuses on the analysis of 'political discourse', although we then still need to determine which discourse is political and which is not” (p. 11). Sugere ainda uma outra leitura possível, que denomina como “mais crítica” e, segundo ele, “mais interessante”, que permite uma abordagem política do discurso e da análise do discurso, defendendo a manutenção da ambiguidade verificada ao afirmar que “PDA is both about political discourse, and it is also a critical enterprise” (p. 11).

Van Dijk advoga em favor da inclusão da análise do discurso na ciência política. Para ele, a análise do discurso tem condições de responder às questões e problemas dessa área e também das ciências sociais em geral, e não apenas ao campo dos estudos do discurso. Para isso, defende um rigor maior na delimitação e definição da análise de discurso político; para o linguista, não é suficiente

⁷ O teatro é também referido por Maingueneau (1997, p. 30/34) como o segundo registro do qual a pragmática extrai os seus modelos, o primeiro é a referência à ordem jurídica, através da noção *de contrato*. Se contrapondo à concepção dos formalistas que tratam a língua como algo objetivo, descontextualizado, Maingueneau (1997) adverte para o fato de que a encenação não é uma máscara do real, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso. E argumenta, “aliás, se fosse diferente, a AD não teria razão de existir, ela seria apenas um anexo da sociologia ou da história, totalmente dedicada a mostrar como as conjunturas se traduzem em enunciados. (Maingueneau, 1997, p. 34)

⁸ Forma contraída da terminologia “Political Discourse Analysis”.

definir o que é discurso político apenas pela identificação de seus atores ou autores, no caso os políticos. À definição do objeto da análise do discurso político deve-se integrar outros atores, já que os políticos e seus discursos não são os únicos participantes dos eventos comunicativos políticos. Ressalta que do ponto de vista interativo da análise do discurso, devem ser incluídos os diversos destinatários e suas ações, estejam ativamente envolvidos ou não. E que a delimitação do objeto implica focar também a natureza das atividades ou práticas que estão sendo realizadas pelo discurso político, e não apenas a natureza de seus participantes.

As abordagens aqui destacadas, que visam destrinçar o universo de relações que envolvem o campo dos discursos políticos, têm em comum a constatação da relação indissociável entre discurso e circunstâncias de uso, e do discurso político como manifestação de linguagem que se materializa em sociedade e visa modificá-la, como refere Maingueneau (2010):

Le discours politique par nature vise à modifier la société dans son ensemble, mais, pour le comprendre, il faut au premier chef le rapporter non à la société considérée dans sa globalité, mais à un secteur limité de cette société, à son « champ », précisément, qui obéit à des règles spécifiques. (p.87)

Uma reflexão, portanto, acerca de fenômenos sociais e de discurso político em planos distintos ou independentes e até mesmo de modo separado, parece efetivamente impossível. É fato, como refere o linguista, que o discurso político visa a uma transformação social, mas cada campo traz especificidades que estão muito ligadas às circunstâncias de uso e é nelas que se deve buscar entender os discursos produzidos, uma vez que essa produção é determinada pelo complexo de práticas sociais em que os produtores estão imbricados.

1.2.1 A Importância da Instituição Política que é o Presidente da República.

Como referiu o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, em seu discurso de primeira posse, “o Presidente da República é, pois, o guardião permanente e escrupuloso da Constituição e dos seus valores”. A passagem é uma menção ao compromisso oficial assumido pelos Presidentes quando da sua tomada de posse, em conformidade com o artigo 127.º da Constituição da República Portuguesa, compromisso que é parte do ritual do evento. No Brasil, ao tomarem posse em sessão do Congresso Nacional, o Presidente da República e o Vice-Presidente assumem compromisso semelhante de “manter, defender e cumprir a Constituição”, conforme artigo 78.º da Lei. Em Cruz (1994) é referida a importância do estudo da instituição Presidência da República, nesse trabalho o

autor dedica sua atenção ao sistema de governo português, “só ele possibilitará a compreensão privilegiada da evolução recente do sistema de governo por muitos definido como sistema semipresidencial” (p. 237).

Rapaz (2012) também salienta a importância desse tipo de estudo ao referir que “pensar a importância dessa instituição é considerá-la no quadro do sistema de governo, como as bases que determinam suas funções, poderes e também relações com as demais instituições” (p.17). Por outro lado, acreditamos que um estudo num outro sentido, isto é, que parta do conhecimento dos regimes e sistemas de governo também contribui para se compreender o conteúdo dos discursos presidenciais, no que concerne aos tópicos que são privilegiados e o modo como são abordados. São, efetivamente, dimensões contextuais importantes que se mostraram relevantes durante a análise dos *subcorpora* em nossa investigação.

Portugal e Brasil têm sistemas de governo diferentes. O sistema presidencialista brasileiro permite que o Presidente da República detenha poderes executivos. Em Portugal, esse poder não é exercido pelo Presidente da República. Em razão do modelo semipresidencial, ocorre a chamada “coexistência” de duas figuras que são o chefe de estado e o chefe de governo, este sim com poderes executivos. Para além dos poderes⁹ consignados ao Chefe de Estado na Constituição, o Presidente da República portuguesa reconhece sua “magistratura de influência”, termo usado pela primeira vez pelo ex-Presidente Mário Soares, em seu discurso de posse de 1991. A designação escolhida por Soares enfatiza os poderes atribuídos constitucionalmente ao PR relativos a um nível superior de arbitragem, que, nessa ordem constitucional, não tem poder executivo, mas oferece uma orientação superior, analisando e sugerindo caminhos que entende mais adequados à situação do momento.

A Constituição Portuguesa usa o termo Presidente da República em vez de Chefe de Estado, uma terminologia que vem a ser comum nos sistemas semipresidenciais para distinguir da figura do Chefe de Governo:

A Constituição Portuguesa de 1976 - pós-revolucionária - optou deliberadamente por evitar a introdução do termo “Chefe de Estado”, fortemente associada à Constituição Corporativista de 1933¹⁰. Assim, preferiu o termo «Presidente da República», que indicia, por um lado, a importância de uma legitimidade republicana, derivada de eleições regulares, como resultado da vontade do povo, por outro lado, a importância de deixar claro que este órgão de soberania não é a *encarnação* do próprio Estado,

⁹ Capitulo II, §133, §134, §135 da Constituição. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art120>

¹⁰ Esta foi a única Constituição a ser aprovada por sufrágio referendário. Num universo eleitoral de cerca de um milhão e trezentos mil eleitores, as abstenções e os votos em branco contaram como votos a favor. A entrega do boletim em branco - onde constava a pergunta "Aprova a Constituição da República Portuguesa?" - contava como um "sim", enquanto, que, o "não" deveria ser expressamente escrito. O sufrágio era obrigatório e muitas das liberdades fundamentais estavam restringidas. Fonte: [parlamento.pt\(https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/EstadoNovo.aspx](https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/EstadoNovo.aspx) Ver também: Cunha (2006); Santos (2018).

como acontecia no período da Monarquia, mas um representante da comunidade estadual a que preside, com responsabilidades e competências legitimadas pelo Povo, portanto, pela *res publica*¹.

Cruz (1994) refere que o sistema de governo português é “por muitos” (p. 237) definido como sistema semipresidencial, colocando em evidência uma conhecida controvérsia sobre sua caracterização. Outros trabalhos também fazem referência a uma (in)definição terminológica, como Marques (2016a), Rapaz (2012), Freire & Pinto (2005). Esse sistema é por vezes categorizado como “sistema híbrido” (De Lucena, 1996, p. 835) e também “*premier-presidential*” (Shugart & Carey, 1992, p. 6).

Acontece que essa indefinição não é meramente terminológica, Rapaz (2012) refere um suposto “erro-presidencial” ao analisar o mérito da controvérsia, argumentando que o sistema político português não é semipresidencial, que há um erro na conceitualização desta categoria de regime. Ao longo de seu trabalho, argumenta que o regime português não corresponde às características da categoria semipresidencial “porque deixou de corresponder a ela ou porque não participa de uma realidade francesa que é inseparável de tal categoria” (p. 442).

Apesar desse ponto de partida controverso, Marques (2016a) refere que:

Les auteurs s'accordent à considérer que le président de la République a un pouvoir qui se veut modérateur et unificateur de la nation – on attend du président qu'il soit le garant de la Constitution – et autonome face aux pouvoirs exécutif et législatif. (p. 126)

Esse poder é reconhecido pelos Presidentes, e por diversas vezes propagado em seus discursos de posse, ao afirmarem que cabe ao Presidente da República, “pelas suas próprias funções, ser um fator essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis” (Mário Soares - discurso de posse, 1991).

Rapaz (2012) reconhece que, para fins de análise, é necessário se oferecer uma definição desse regime semipresidencial e, diante das possibilidades que afirma serem muitas, discute particularmente uma das definições propostas por Maurice Duverger. A definição escolhida, pese toda a controvérsia dos termos que compõem a definição, e que o autor coloca em questão no seu trabalho, concentra-se exclusivamente nos elementos constitucionais, evidenciando o modo de nomeação do Presidente da República por sufrágio universal, seus poderes e as responsabilidades políticas do primeiro ministro. O regime semipresidencial “juxtapose un président élu au suffrage

¹Fonte: https://www.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/portugues_institucional_e_comunitario/0%20Presidente%20da%20Republica.pdf

universel et doté de pouvoirs notables, comme aux Etats-Unis, et un premier ministre responsable avec son équipe devant le parlement comme dans les autres démocraties d'Occident" (p. 449).

Freire & Pinto (2005) afirmam que o modo como o PR é eleito, por sufrágio universal, representa uma característica central dos sistemas presidencial, semipresencial ou misto. Para além da eleição, os autores destacam que os outros dois elementos de definição do regime são essenciais, o Presidente da República "possui consideráveis poderes e coexiste com um primeiro-ministro e restantes ministros, os quais possuem poder executivo e governamental e podem manter esse poder apenas se o parlamento não se opuser a tal" (p. 42).

Shugart & Carey (1992) falam sobre um "pure presidentialism" ao se referirem ao sistema presidencial, o qual definem como "he popular election of the chief executive; the terms of the chief executive and assembly are fixed, and are not contingent on mutual confidence; and the elected executive names and directs the composition of the government" (p. 19). Segundo os autores essa definição capta a essência da origem e sobrevivência separadas do governo (executivo) e da assembleia, além de especificar que o Presidente seja eleito pelos eleitores (ou por um colégio eleitoral escolhido por eles com esse único propósito). Os autores identificam um quarto critério que decorre dos anteriores, "the president has some constitutionally granted lawmaking authority (p. 19).

Poguntke e Webb (2002) destacam a capacidade executiva do PR no sistema presidencialista. Falam sobre uma responsabilidade executiva unipessoal, "under presidentialism, only the president is mandated to govern by the people, and therefore, only he or she is politically accountable" (p. 3). Os autores dedicaram-se a estudar o sistema presidencial e sua suposta ascendência nos países democráticos. Desenvolveram um amplo trabalho sobre presidencialização e sua relação com o regime democrático, acreditando que existem fatores que empurram as democracias modernas para um modo de trabalho mais voltado para o sistema presidencial.

As reflexões até aqui apresentadas interessam à análise do discurso político. Embora centradas nas caracterizações dos sistemas e do regime, são dimensões contextuais, e são importantes à medida que repercutem discursivamente. Como já fora evidenciado em manchete por um jornal português algum tempo atrás, "os discursos de posse contam a história do regime"¹². Isso porque o que é dito nos discursos de posse dos Presidentes e o modo como é dito, revelam em muito as especificidades próprias de cada regime que, como veremos no item (4.3.3.2), são acessadas através de marcas linguísticas. Conforme já amplamente discutido por alguns autores aqui referidos, nomeadamente

¹² Fonte : <https://www.publico.pt/2011/03/09/jornal/como-os-discursos-de-posse-contam-a-historia-do-regime-21507045>

Maingueneau (2010, p. 86), “não há, por um lado, um universo de coisas e atividades silenciosas, por outro, representações políticas depositadas em textos”.

1.3 O *Corpus* de Análise: Constituição e Descrição

O *corpus* selecionado para pesquisa é composto por dezesseis discursos de tomada de posse presidencial, divididos em dois *subcorpora*: nove discursos de Presidentes de Portugal¹³, desde 1976 a 2016 e sete discursos dos Presidentes Brasileiros de 1990 a 2015. Trata-se, portanto, de um total de nove Presidentes eleitos democraticamente por sufrágio universal, sendo esta a condição primeira, e a que sustentou o recorte que fizemos em relação ao *corpus*.

Os discursos de tomada de posse de António de Spínola e Francisco da Costa Gomes não foram selecionados para análise. Ocorre que, embora a narrativa histórica os enquadre como Presidentes da República Portuguesa em democracia, a condução de ambos ao cargo, após a revolução de 1974, não se deu por sufrágio universal. O General António de Spínola foi nomeado Presidente pela Junta de Salvação Nacional na mesma noite da revolução, tomando posse em 15 de maio de 1974, para um mandato que durou apenas quatro meses. Francisco da Costa Gomes foi também nomeado pela Junta de Salvação Nacional, em 30 de setembro do mesmo ano, para ocupar o cargo após renúncia do General Spínola, permanecendo ali até 14 de julho de 1976.

Situação semelhante ocorreu no Brasil com os Presidentes José Sarney e Itamar Franco. O primeiro fora eleito indiretamente, por um Colégio Eleitoral como Vice-Presidente na chapa¹⁴ com Tancredo Neves, que não chegou a ser empossado como Presidente, em razão de graves problemas de saúde que o levaram ao óbito. José Sarney assume, assim, a presidência da república e permanece no cargo de 1985 a 1990. Quanto ao ex-Presidente Itamar Franco, embora em tempos de democracia, o político assume o cargo, mas de forma interina, de 1992 a 1995, substituindo o então Presidente Fernando Collor de Mello que renunciou ao cargo diante da iminência de um processo de *impeachment*.

O mandato dos Presidentes de Portugal tem duração de cinco anos. A tomada de posse tem lugar na Assembleia da República e atualmente ocorre em 09 do mês de março, a exceção foi a posse do Presidente Ramalho Eanes, o primeiro eleito por sufrágio universal, o Presidente tomou posse à

¹³ Os discursos dos presidentes de Portugal não estão disponíveis na internet para recolha, diferentemente do material escrito referente aos discursos brasileiros que são facilmente acessados por esse canal. O acesso ao *subcorpora* português foi disponibilizado pela Secretaria Geral da Presidência da República de Portugal, após solicitação via email.

¹⁴ Relação oficial dos nomes dos candidatos numa eleição, divulgada para conhecimento dos eleitores

primeira volta¹⁵ em 14.07.1976 e à segunda volta em 14.01.1981. Fato similar ocorreu com a posse do Presidente Brasileiro Fernando Collor, o primeiro a assumir o cargo após o processo de redemocratização. O Presidente tomou posse em 15.03.1990, data diversa da que ficou posteriormente estabelecida. Atualmente os Presidentes têm sua posse homologada no dia 1.º de janeiro, perante o Congresso Nacional, para um mandato com duração de quatro anos.

Os quadros 1 e 2 apresentam os dois *subcorpora* de análise, sintetizando as informações sobre as datas de primeira e de segunda tomada de posse.

<i>PRESIDENTES PORTUGUESES</i>	<i>Data da 1ª posse</i>	<i>Data da 2ª posse</i>
António dos Santos Ramalho Eanes	14.07.1976	14.01.1981
Mário Alberto Nobre Lopes Soares	09.03.1986	09.03.1991
Jorge Fernando Branco de Sampaio	09.03.1996	09.03.2001
Aníbal António Cavaco Silva	09.03.2006	09.03.2011
Marcelo Rebelo de Sousa	09.03.2016	—

Quadro 1. Datas dos eventos de Tomada de Posse dos Presidentes de Portugal.

Fonte: Elaboração própria

<i>PRESIDENTES BRASILEIROS</i>	<i>Data da 1ª posse</i>	<i>Data da 2ª posse</i>
Fernando Collor de Mello	15.03.1990	—
Fernando Henrique Cardoso	01.01.1995	01.01.1999
Luiz Inácio Lula da Silva	01.01.2003	01.01.2007
Dilma Vana Rousseff	01.01.2011	01.01.2015

Quadro 2. Datas dos eventos de Tomadas de Posse dos Presidentes do Brasil.

Fonte: Elaboração própria

Dos quadros 1 e 2 sobressai o facto de todos os Presidentes terem feito dois mandatos consecutivos. A exceção se dá com o Presidente Fernando Collor, como vimos acima, renunciou ao cargo após a abertura do processo de impeachment que o levou a perder os direitos políticos (ver item 1.3.1.2). O discurso de segunda posse do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente de Portugal

¹⁵ O mesmo que primeira posse.

em exercício, não consta em nosso quadro por razões metodológicas, à época de sua 2ª posse nosso trabalho já estava definido em termos de *corpus* a ser analisado.

Os quadros 3 e 4 pretendem dar visibilidade aos discursos a partir de informações como quantidade de palavras de cada um e as médias por Presidente em 1ª e 2ª tomadas de posse:

PRESIDENTES PORTUGUESES	N.º de palavras (1ª posse)	N.º de palavras (2ª posse)	Média por discurso
António dos Santos Ramalho Eanes	2.722	3.213	2.967
Mário Alberto Nobre Lopes Soares	2.579	3.987	3.283
Jorge Fernando Branco de Sampaio	3.294	4.751	4.022
Aníbal António Cavaco Silva	4.484	4.524	4.504
Marcelo Rebelo de Sousa	2.585	—	—
MÉDIA POR POSSE	3.132	4.118	

Quadro 3. Quantidade e média de palavras dos discursos de Tomada de Posse dos Presidentes portugueses.

Fonte: Elaboração própria

PRESIDENTES BRASILEIROS	N.º de palavras (1ª posse)	N.º de palavras (2ª posse)	Média por discurso
Fernando Collor de Mello	5.926	—	—
Fernando Henrique Cardoso	3.241	2.610	2.925
Luiz Inácio Lula da Silva	3.877	3.727	3.802
Dilma Vana Rousseff	3.658	4.538	4.098
MÉDIA POR POSSE	4.175	3.625	

Quadro 4. Quantidade e média de palavras dos discursos de Tomada de Posse dos presidentes brasileiros.

Fonte: Elaboração própria

Com algumas variações, nomeadamente nos discursos portugueses, a segunda tomada de posse apresenta discursos quantitativamente mais extensos. Com base na análise da estrutura composicional e semântica dos dois *corpora*, identificamos que os discursos de segunda posse apresentam um conjunto de sequências muito específicas, que não se encontra nos de primeira tomada de posse. Esses discursos são acrescidos de sequências textuais cujo tópico central é uma análise do percurso feito da primeira até a segunda posse. Essas estruturas compreendem avaliações do locutor-presidente acerca dos principais avanços do país e também alguns desafios que vivenciou

em seu primeiro mandato. Essa avaliação reflete uma visão política, centrada em questões internas e externas ao país, sem deixar de dar visibilidade às ações implementadas pelo Presidente durante os cinco/quatro anos anteriores. Os eventos aí relatados, e localizados no tempo passado, estabelecem associações com o tempo presente e com ações futuras:

(1) Percorri o país em todos os sentidos [...] contactei amplamente as populações [...] visitei os portugueses da diáspora [...] o que interessa agora, e isso sim, é atualíssimo é aprofundar nossa cooperação com os países africanos de língua portuguesa [...]. (Mário Soares, 2ª posse, sequência de abertura)

(2) Em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza [...]. Mas, como eu disse - e sei que é a convicção e a expectativa de todos os brasileiros - o fim da miséria é apenas um começo. Agora é a hora de prosseguir com o nosso projeto de novos objetivos. É hora de melhorar o que está bom, corrigir o que é preciso e fazer o que o povo espera de nós. (Dilma Rousseff, 2ª posse, sequência de abertura)

Parece-nos que essa particularidade vem a ser um tópico importante para a caracterização da organização semântica do gênero discursivo por ser comum a quase totalidade dos discursos de segunda posse, nos dois *subcorpora*.

Para efeito de comparação, realizamos uma breve pesquisa quantitativa em alguns discursos de tomada de posse presidencial na França e nos EUA. Para esse fim, consideramos apenas os discursos dos últimos cinco presidentes eleitos nesses países, contabilizando do mesmo modo, quantidade de palavras e médias por posse e por presidente. Após, fizemos um paralelo com nosso *corpus* de análise, a fim de verificar se os discursos de 2ª posse nesses países seguem a mesma tendência em termos de extensão. Deixamos claro que nossa pesquisa não considerou aspectos semânticos nos referidos discursos.

Nossa pesquisa considerou os oito discursos presidenciais de tomada de posse dos últimos cinco presidentes franceses que foram *Emmanuel Macron* (2017 e 2022), *François Hollande* (2012), *Nicolas Sarkozy* (2007), *Jacques Chirac* (1995 e 2002) e *François Mitterrand* (1981 e 1988). François Hollande e Nicolas Sarkozy¹⁶ não foram reeleitos. O discurso de 1ª tomada de posse do ex-Presidente Jacques Chirac, proferido em 1995, contém apenas 533 palavras, sendo, portanto, o discurso mais breve; o de segunda posse, em 2002, é um pouco mais extenso, contendo 933 palavras. Observando os discursos do ex-Presidente François Mitterrand, a somatória dos dois discursos de posse apresenta 1.314 palavras, são 680 palavras da primeira posse e 634 da segunda,

¹⁶ Em França, os mandatos não seguem a tendência de reeleição como ocorre em Portugal e no Brasil. Dos últimos cinco presidentes franceses eleitos, dois não se reelegeram para um segundo mandato, Nicolas Sarkozy e François Hollande. Nos EUA, apenas Donald John Trump não se reelegeu.

proferidas em 1981 e 1988. Após esse período, os discursos de posse dos demais presidentes apresentaram uma quantidade maior de palavras. O discurso de 1ª posse do atual Presidente francês, Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron, contém 1.432 palavras e o de 2ª posse 1.167. É possível que os três presidentes franceses que ascenderam ao segundo mandato tenham considerado desnecessário integrar aos seus discursos de tomada de posse uma análise retrospectiva das ações realizadas e dos resultados obtidos nos seus primeiros mandatos, como vemos nos discursos portugueses e brasileiros. Inclusive, o Presidente François Mitterrand, já no início de sua elocução de 2ª posse, em 1988, faz referência à brevidade de seu discurso e ao seu desinteresse sobre qualquer tipo de reflexão sobre o passado:

Au seuil de ce septennat, je souhaite interpréter en peu de mots, aussi justement que possible, la volonté populaire exprimée le 8 mai. Je le ferai tourner vers l'avenir, sans égrener les comptes du passé¹⁷. (François Mitterrand, 1988)

Quanto aos discursos americanos, os cinco últimos Presidentes foram *Joe Biden* (2021), *Donald Trump* (2017), *Barack Obama* (2009 e 2013), *George Bush* (2001 e 2005) e *Bill Clinton* (1993 e 1997). Donald Trump não ascendeu a um segundo mandato, e a gestão do atual Presidente Joe Biden está em curso. Assim como fizemos nos outros discursos, contabilizamos a quantidade de palavras de cada discurso e calculamos a média de palavras de cada presidente e também por tomada de posse em seis discursos de presidentes americanos que ascenderam ao segundo mandato. Os discursos de 2ª posse de Bill Clinton e George Bush têm uma quantidade maior de palavras. O de Bill Clinton, em 1997, tem 2.159 palavras e o de George Bush, em 2005, tem 2.112 palavras. O primeiro discurso de posse do ex-Presidente Barack Obama é mais extenso do que o segundo, contendo 2.420 palavras¹⁸.

A contabilização da média de palavras, por tomada de posse, revela que os discursos presidenciais americanos têm uma média de 1.881 palavras, na primeira posse, e de 2.124 na segunda. Os Presidentes franceses demonstram ser bem mais concisos quando o assunto é discurso de tomada de posse, a média é de 975 palavras na primeira tomada de posse, e de 904 na segunda. O resultado mostra que, em relação aos discursos franceses, os discursos americanos são bem mais

¹⁷ <https://www.vie-publique.fr/discours/139559-allocation-de-m-francois-mitterrand-president-de-la-republique-le-jou>

¹⁸ Alguns sites americanos interessam-se por curiosidades acerca dos discursos de tomada de posse dos seus presidentes. Conta-se que William Henry Harrison fez o discurso inaugural mais longo, com 8.445 palavras, no dia 4 de março de 1841 - um dia amargamente frio e úmido. Ele morreu um mês depois de pneumonia, que se acredita ter sido provocada pela exposição prolongada aos elementos em seu Dia de Inauguração. O discurso inaugural de John Adams, que totalizava 2.308 palavras, continha a frase mais longa, com 737 palavras. Após o segundo discurso inaugural de Washington, o mais curto seguinte foi o quarto discurso de Franklin D. Roosevelt em 20 de janeiro de 1945, com apenas 559 palavras. Roosevelt havia escolhido ter uma simples Inauguração na Casa Branca à luz do envolvimento da nação na Segunda Guerra Mundial. Acessível em: <https://www.inaugural.senate.gov/inaugural-address/>

extensos, mostra também que os discursos de reeleição parecem acompanhar a tendência dos discursos portugueses quanto à extensão, ainda que não tenhamos explorado seu conteúdo semântico. O mesmo não se verifica nos discursos franceses, em que a média de palavras em situação de primeira e segunda posse é praticamente equivalente. O resultado apresentou uma diferença de extensão considerável entre os discursos dos presidentes americanos (4.000 palavras) e franceses (1.876 palavras), em 1.^a e 2.^a posse, na relação com os discursos brasileiros (7.800 palavras) e portugueses (7.250 palavras).

1.3.1 Apresentação dos Presidentes

O objetivo dessa seção é apresentar alguns aspectos sociais e subjetivos dos Presidentes das duas democracias que compõem o *corpus* de nosso trabalho. Todas as informações adquiridas e publicadas abaixo foram pesquisadas nas áreas destinadas a descrever conteúdos bibliográficos constantes nos sítios da Presidência da República de Portugal¹⁹ e da Presidência da República do Brasil²⁰. A importância da seção justifica-se em razão do quadro teórico e metodológico que aqui é aplicado, que tem como princípio a língua em uso, construída socialmente para significar o mundo. Portanto, não se pode dissociar a atividade de significar o mundo das condições experienciais, sociais e culturais que envolvem o sujeito que, em contexto, faz uso da língua. Seleccionamos informações que consideramos fundamentais daquilo que é apresentado nos sítios da presidência da república, por serem oficiais e termos a garantia de um equilíbrio na apresentação da biografia de todos os Presidentes. É uma dimensão contextual importante inclusive em razão dos temas que os Presidentes privilegiam nos seus discursos.

1.3.1.1 Presidentes Portugueses

António Ramalho Eanes²¹ foi o primeiro Presidente eleito da democracia portuguesa e o último militar a ocupar o cargo presidencial. O General foi eleito e reeleito à primeira volta em 27.6.1976 e em 7.12.1980, foi Presidente da República Portuguesa de 14.7.1976 a 9.3.1986.

¹⁹ Fonte: <https://www.presidencia.pt/presidente-da-republica/a-presidencia/antigos-presidentes/>

²⁰Fonte: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/copy_of_galeria-dos-ex-presidentes-1

²¹ Em 2006, o Presidente Ramalho Eanes obtém o Doutorado em Filosofia Política pela Universidade de Navarra com a apresentação de uma tese intitulada Sociedade Civil e Poder Político em Portugal, que dedica aos portugueses e a Portugal, a quem deseja “um futuro de feliz e responsável liberdade, de realizante cidadania” e que termina apelando à participação cívica, sobretudo dos mais jovens, “que já nasceram em democracia, e que à democracia devem garantir a preservação, através de lúcido e empenhado crescimento”

Em 25.4.1974, está em Angola, em missão, pelo que não participa nas operações militares que derrubaram o Estado Novo, mas foi imediatamente chamado a Lisboa. Ligado ao grupo de militares moderados, que ficou conhecido por "Grupo dos Nove", foi por eles encarregado de preparar os planos operacionais de repressão daquilo que nomeavam como "uma eventual tentativa de golpe pela facção mais radical das Forças Armadas," um processo que tem um desfecho, com sucesso, a 25 de novembro de 1975.

Assume logo de seguida a posição de chefe do Estado-Maior do Exército, tornando-se o primeiro Presidente da República eleito na vigência da atual Constituição. Na tentativa de esbater divisões tão radicalizadas - ver os confrontos a tiro, de que resultou um morto, aquando da sua deslocação em campanha a Évora (18.6.1976) - afirma querer ser o "Presidente de todos os portugueses", mote que tem sido retomado pelos sucessores. A sua ideia da Presidência como um poder arbitral, mas que podia e devia criticar publicamente o Governo e os diversos partidos, esperando assim corrigir a atuação destes, foi vista pelos líderes partidários como um desafio à sua autoridade, numa estratégia considerada gaullista.

Mário Alberto Nobre Lopes Soares foi o primeiro Presidente Civil do pós 25 de abril. Advogado de profissão (desde 1957), foi uma figura importante da oposição desde os anos 40. Seu pai, João Soares, ministro das Colónias da I República, sempre o encorajou no sentido do empenho político²². A sua trajectória, independente do PCP (Partido Comunista Português) desde 1950, aliada à projecção internacional como advogado da família Delgado (1965), deportação para São Tomé (1968-1969) e subsequente exílio em Paris (1970-1974), deu-lhe um peso crescente no movimento socialista internacional e a atenção de importantes jornais estrangeiros. Foi na Internacional Socialista que encontrou os apoios indispensáveis para fundar o PS (19.04.1973, Bad-Munstereifel, RFA). Regressa a Portugal logo a seguir ao 25 de Abril. O processo político-militar acelera-se com o "Documento dos Nove" (19.06.1975) e a saída de Soares e dos restantes ministros PS (21.06.1975) do Governo Provisório, seguidos dos do PSD (23.06.1975). É clara a coordenação entre ele e os militares moderados (e.g. manifestação PS na Alameda a 23.11.1975, em apoio do Grupo dos Nove). A normalização da vida política começa com o 25 de novembro de 1975 e a eleição de Ramalho Eanes, com o apoio de Soares e do PS, que por sua vez nomeia Mário Soares como ministro do I (23.07.1976) e II Governos Constitucionais (30.01.1978). Inicia-se uma relação política, que vai tornar-se cada vez mais tensa, até à ruptura definitiva em finais de 1980²³. Os seus dois mandatos como

²² Por isso lhe foi possível ter demorado quase dez anos a concluir o primeiro curso, e mais sete até se estabelecer como advogado.

²³ Levando o Presidente Soares a auto-suspender-se (19.10.1980 a 10.12.1980) das funções de secretário-geral do PS.

Presidente foram marcados pela chamada coabitação, i.e, um presidente socialista, um governo PSD. Esta primeira fase da coabitação - relativamente pacífica - mereceu o apoio da maioria do eleitorado e a vitória de Soares apoiado pelo próprio PSD nas presidenciais de janeiro de 1991. Inicia-se então nova fase - mais conflituosa - da coabitação²⁴.

Jorge Fernando Branco de Sampaio: Advogado de profissão. Por imperativo da carreira do pai, passou largo tempo nos EUA e em Inglaterra, experiência que o marcou muito. Em 1961, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Na Universidade, desenvolveu uma relevante atividade académica, iniciando, assim, uma persistente ação política de oposição à Ditadura. Foi eleito Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito, em 1960-61, e Secretário-Geral da Reunião Inter Associações Académicas (RIA), em 1961-62. Nessa qualidade, é um dos protagonistas da crise académica do princípio dos anos 60, a qual esteve na origem de um longo e generalizado movimento de contestação estudantil, que durou até ao 25 de Abril de 1974, e que abalou profundamente o Regime. Prosseguindo a sua ação como opositor à Ditadura, candidatou-se, em 1969, às eleições para a Assembleia Nacional, integrando as listas da CDE. Desenvolve uma constante atividade política e intelectual, participando nos movimentos de resistência e na afirmação de uma alternativa democrática de matriz socialista, aberta aos novos horizontes do pensamento político europeu. Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, é um dos principais impulsionadores da criação do Movimento de Esquerda Socialista (MES), do qual se desvincula, todavia, logo no congresso fundador em dezembro do mesmo ano, por discordância de fundo com a orientação ideológica aí definida. Desempenha, nos anos da Revolução, um importante papel no diálogo com a ala moderada do MFA, sendo um ativo apoiante das posições do “Grupo dos Nove”. Com participação política ativa, apresenta em 1995 a sua candidatura às eleições presidenciais. Em 14 de janeiro de 1996, é eleito, à primeira volta²⁵. Apresentou-se de novo e voltou a ser eleito à primeira volta, em 14 de janeiro de 2001, para um novo mandato. Jorge Sampaio manteve, ao longo dos anos, uma constante intervenção político-cultural²⁶.

²⁴ O Presidente Soares não mais podia ser reeleito e fora-o por uma enorme margem - e não já os 2% de 1986 - estava portanto menos condicionado nas suas acções de "árbitro". Terminou o seu mandato corporizando o objectivo perseguido, pelos líderes partidários desde o 25 de Abril, uma maioria parlamentar, um governo e um presidente homogéneos, com a vitória do PS nas legislativas (01.08.1995). E foi sucedido por outro socialista, que assumiu muito do seu modelo de exercício da Presidência: poder moderador, arbitral, e supra partidário; frequentemente caracterizado como tendencialmente "monárquico" pela sua busca de consensos e pelo gosto pelo ritual político.

²⁵ Foi investido no cargo de Presidente da República, no dia 9 de março de 1996.

²⁶ Em 1991, publicou, sob o título “A Festa de Um Sonho”, uma coletânea dos seus textos políticos. Em 1995, é editado o seu livro “Um Olhar sobre Portugal”, no qual responde a personalidades de vários sectores da vida nacional, configurando a sua perspectiva dos problemas do País. Em 2000, publica o livro “Quero dizer-vos”, em que expõe a sua visão atualizada dos desafios que se põem à sociedade portuguesa. As suas intervenções presidenciais foram reunidas nos livros “Portugueses”.

Aníbal Cavaco Silva²⁷ foi o 19.º Presidente da República Portuguesa, tendo sido eleito por sufrágio universal à primeira volta em 2006 e reeleito em 2011, com base numa candidatura pessoal e independente. Terminou os seus dois mandatos presidenciais em 9 de março de 2016. É licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, e doutorado em Economia pela Universidade de York, Reino Unido. Foi docente do ISCEF, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, quando foi eleito Presidente da República pela primeira vez, era Professor Catedrático na Universidade Católica Portuguesa. Foi investigador da Fundação Calouste Gulbenkian e dirigiu o Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, instituição na qual viria a exercer funções como consultor. Exerceu o cargo de Ministro das Finanças e do Plano em 1980-81, no Governo do Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro, e foi Presidente do Conselho Nacional do Plano entre 1981 e 1984. Presidiu ao Partido Social Democrata (PSD) entre maio de 1985 e fevereiro de 1995.

Aníbal Cavaco Silva exerceu funções como Primeiro-Ministro entre 1985 e 1995. No primeiro semestre de 1992, Portugal assumiu, pela primeira vez e com reconhecido êxito, a presidência rotativa da União Europeia. Foi também sob a sua égide que Portugal esteve no centro da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e que foi decidida a realização anual das cimeiras luso-brasileiras.

Marcelo Rebelo de Sousa nasceu em Lisboa, a 12 de dezembro de 1948. É católico, tem 2 filhos e 5 netos. Licenciado em Direito, doutorou-se em Ciências Jurídico-Políticas em 1984. Foi Professor Catedrático na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo lecionado, ao longo da sua carreira, em diversas instituições de ensino superior, em Portugal e no estrangeiro. Foi jornalista, tendo dirigido o Jornal Expresso, entre 1980 e 1983, e colaborado com o Jornal Semanário, de 1983 a 1987. Posteriormente, participou na comunicação social como comentador político na rádio TSF e, mais tarde, nas televisões, RTP e TVI. Colabora com diversas associações e instituições cívicas e do setor social como fundador, patrono, dirigente ou simplesmente como voluntário. Exerceu o mandato de deputado à Assembleia Constituinte em 1976. Fez parte do VIII Governo Constitucional como Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e, mais tarde, como Ministro dos Assuntos Parlamentares. Militou no PSD desde a sua fundação e foi seu presidente entre 1996 e 1999, tendo contribuído decisivamente para a estabilidade governativa, enquanto líder da oposição. No plano internacional, promoveu a adesão do PSD ao Partido Popular Europeu no qual chegou a ocupar

²⁷ Da sua vasta obra publicada há a referir os livros *O Mercado Financeiro Português em 1966*, *Economic Effects of Public Debt*, *Política Orçamental e Estabilização Económica*, *A Política Económica do Governo de Sá Carneiro*, *Finanças Públicas e Política Macroeconómica*, *As Reformas da Década*, *Portugal e a Moeda Única*, *União Monetária Europeia*, *Autobiografia Política*, Volumes I e II, e *Crónicas de Uma Crise Anunciada*. Foi o diretor da revista *Economia*, da Universidade Católica Portuguesa, entre 1977 e 1985. As intervenções mais importantes produzidas como Primeiro-Ministro encontram-se reunidas nos livros *Cumprir a Esperança* (1987), *Construir a Modernidade* (1989), *Ganhar o Futuro* (1991), *Afirmar Portugal no Mundo* (1993) e *Manter o Rumo* (1995)

o cargo de Vice-Presidente²⁸. Foi eleito Presidente da República, pela primeira vez, a 24 de janeiro de 2016 tendo tomado posse a 9 de março e reeleito para um segundo mandato a 24 de janeiro de 2021 e posse a 9 de março do mesmo ano.

1.3.1.2 Presidentes Brasileiros

Fernando Collor de Mello: Jornalista, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949. Foi diretor da Gazeta de Alagoas, jornal de propriedade de seu pai, Arnon de Mello, e superintendente da Organização Arnon de Mello, grupo empresarial da família. Também se formou em Economia pela Universidade Federal de Alagoas (1972). Iniciou sua carreira política como prefeito (o mais jovem) nomeado de Maceió (1980-1982). Foi eleito deputado federal (1983-1987) pelo Partido Democrático Social (PDS) e governador (mais uma vez o mais jovem) de Alagoas (1987-1989) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Fundou o Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Foi eleito Presidente da República em 1989 (o mais jovem Presidente da República nas Américas), após derrotar Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) no segundo turno eleitoral. Em 2 de outubro de 1992, foi afastado temporariamente da presidência da República, em decorrência da abertura do processo de impedimento na Câmara dos Deputados. Renunciou²⁹ ao cargo de Presidente em 29 de dezembro de 1992, data da sessão de julgamento do processo de impedimento no Senado, que o tornou inelegível.

Fernando Henrique Cardoso é Sociólogo, nascido na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 18 de junho de 1931. Formou-se bacharel em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1952, especializando-se em Sociologia no ano seguinte e tornando-se doutor em 1961. Em meados da década de 1950, auxiliou na edição da revista "Fundamentos", do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual nunca se filiou³⁰. Após o golpe militar de 1964, exilou-se no Chile. Retornou ao Brasil em 1968, quando foi professor da cátedra de ciência política na USP³¹. Fundou em 1988 o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao lado de

²⁸ O Presidente Marcelo Rebelo desempenhou diversos cargos em autarquias locais, foi Deputado Municipal, Deputado Metropolitano, Vereador e Presidente da Assembleia Municipal dos Concelhos de Cascais, Lisboa e Celorico de Basto.

²⁹ Fernando Collor de Mello renunciou ao mandato pouco antes do início do julgamento do Senado Federal. Naquela Casa, essa decisão gerou muita polêmica. Alguns juristas consideraram que o julgamento, após a renúncia, não deveria ter acontecido. Assim, a questão acabou sendo decidida no Supremo Tribunal Federal, em sessão presidida pelo Ministro Sydney Sanches - que ratificou o resultado do Senado Federal pela perda do cargo de Presidente da República e pela inabilitação política de Collor por oito anos. Fonte: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment> -

³⁰ Antes mesmo de se graduar, foi professor da Faculdade de Economia da USP (1952-1953), graças ao sociólogo Florestan Fernandes, de quem se tornou primeiro-assistente em 1955, tendo sido também assistente do professor Roger Baptiste e analista de ensino da cadeira de Sociologia, da Faculdade de Filosofia da USP, em 1953. Em 1954, foi eleito representante dos ex-alunos, tornando-se o mais jovem membro do Conselho Universitário da USP. Já na década de 1960, integrou a direção do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), fundado na USP por Florestan Fernandes e pelo sociólogo francês Alain Touraine (1962).

³¹ Mas em 1969 foi aposentado compulsoriamente, por força do AI-5.

Franco Montoro e Mário Covas, entre outros, tornando-se líder da nova legenda no Senado. Foi Senador constituinte, foi o relator do regimento interno da Assembléia Constituinte, ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda durante o governo Itamar Franco. Candidato à presidência da República pela coligação PSDB/PFL/PTB, elegeu-se no primeiro turno eleitoral, em 3 de outubro de 1994, tendo obtido 54,3% dos votos válidos. Reelegeu-se Presidente da República em 1998 pela coligação PSDB/PFL/PTB/PPB. Sob o impacto do êxito do Plano Real, o maior desafio do governo de Fernando Henrique Cardoso foi manter a estabilização da moeda e, ao mesmo tempo, promover o crescimento econômico. Com esse objetivo, o governo submeteu à aprovação do Congresso Nacional uma série de medidas visando a alterar a Constituição Federal de 1988 e promover uma mudança estrutural na feição do Estado brasileiro, na tentativa de adaptá-los às novas realidades da economia mundial³². O programa de privatizações, objeto prioritário na estratégia do governo, foi alvo de críticas acirradas da oposição, que questionava as avaliações sobre o valor das empresas e, em alguns casos, como o da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o próprio valor estratégico do setor³³, em 1995, visando à desindexação da economia, o governo proibiu o reajuste automático dos salários pela inflação e estabeleceu a livre negociação entre patrões e empregados.

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945 na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco. Lula, como é popularmente conhecido, é o sétimo dos oito filhos de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello. Em dezembro de 1952, a família de Lula migrou para o litoral paulista, viajando 13 dias num caminhão "pau de arara". Foi morar em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá. Foi alfabetizado no Grupo Escolar Marcílio Dias. Em 1956, a família mudou-se para São Paulo, passando a morar num único cômodo, nos fundos de um bar, no bairro de Ipiranga. Aos 12 anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria. Também foi engraxate e office-boy. Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez³⁴. Trabalhando nas indústrias Villares, Lula começou a ter contato com o movimento sindical. Em 10 de fevereiro de 1980, fundou o Partido dos Trabalhadores(PT), juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, como lideranças rurais e religiosas. Em 1980, nova greve dos metalúrgicos provocou a intervenção do

³² Assim, determinados temas passaram a fazer parte do cotidiano político nacional, tais como reforma administrativa e previdenciária, desregulamentação de mercados, flexibilização das regras de contratação de mão-de-obra e fim do monopólio estatal nas áreas de siderurgia, energia elétrica e telecomunicações.

³³ A despeito das críticas, o programa foi implementado com eficácia: o setor de energia elétrica, na área de distribuição e geração regional, foi completamente privatizado; o setor de telecomunicações, incluindo a Telebrás e as empresas telefônicas estaduais, passou às mãos da iniciativa privada na segunda metade de 1998; teve fim o monopólio da Petrobras sobre a exploração e o refinamento do petróleo e sobre a exploração de gás natural; e o controle acionário da CVRD passou, em maio de 1997, a um consórcio formado por bancos nacionais e estrangeiros e fundos de pensão.

³⁴ Lula transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. O curso durou 3 anos e Lula tornou-se metalúrgico.

Governo Federal no sindicato e a prisão de Lula e outros dirigentes sindicais, com base na Lei de Segurança Nacional. Foram 31 dias de prisão. O PT lançou Lula para disputar a Presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Perdeu a disputa no segundo turno. Em 1994 e 1998, voltou a se candidatar a Presidente da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso. Em junho de 2002, a Convenção Nacional do PT aprovou uma ampla aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN) que teve por base um programa de governo para resgatar as dívidas sociais fundamentais que o país tem com a grande maioria do povo brasileiro³⁵. Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil. A redução das desigualdades foi uma das marcas dos quatro primeiros anos de governo, e nada menos que 7 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam à classe média. Terminou o primeiro mandato com a aprovação histórica de 57%. No dia 29 de outubro de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva, foi reeleito Presidente da República com mais de 58 milhões de votos, a maior votação da história do Brasil³⁶.

Dilma Vana Rousseff: Foi a primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil. Dilma nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva, nascida em Resende (RJ). Aos 16 anos, Dilma dá início à vida política, integrando organizações de combate ao regime militar. Em 1969, conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. Juntos, sofrem com a perseguição da Justiça Militar. Condenada por “subversão”, Dilma passa quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista. Livre da prisão, muda-se para Porto Alegre em 1973. Retoma os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul após fazer novo vestibular. Em 1975, Dilma começa a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho. Dedicar-se, em 1979, à campanha pela Anistia, durante o processo de abertura política comandada pelos militares, ainda no poder. Com o marido Carlos Araújo, ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Com a volta da democracia ao Brasil, Dilma, então diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, participa da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar. No segundo turno, Dilma vai às ruas defender o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT)³⁷. Em 1998, inicia o curso de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),

³⁵ O candidato a vice-presidente na chapa é o senador José Alencar, do PL de Minas Gerais.

³⁶ José Alencar continuou como vice-presidente.

³⁷ Em 1993, com a eleição de Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul, torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul.

mas não chega a defender essa tese. Com a aliança entre PDT e PT, Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Dois anos depois, filia-se ao PT. Em 2002, Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia. Entre 2003 e 2005, comandou profunda reformulação no setor com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para as práticas em Minas e Energia. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos. Ocupa a chefia da Casa Civil no governo Lula e coordena o trabalho de todo ministério em 2005. Em março de 2010, Dilma e Lula lançam a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que amplia as metas da primeira versão do programa. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidente da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos. Em 12 de maio de 2016, dois anos antes do término de seu segundo mandato, a Presidente Dilma Rousseff foi afastada da função sob acusação de crime de responsabilidade, denúncia que foi aprovada na Câmara e no Senado Federal resultando num processo de impeachment em desfavor da Presidente. Esse evento foi considerado golpe de estado³⁸ iniciado por integrantes do próprio governo e por uma extrema direita com o objetivo de ascender ao poder, o que efetivamente aconteceu logo depois, nas eleições de 2018. Dilma Rousseff teve seus poderes políticos mantidos.

³⁸ O processo contra a Presidente Dilma foi considerado golpe de estado por não ter havido fundamentação jurídica que o sustentasse. Recentemente, em 5 de julho de 2021, o ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, afirmou, em entrevista, que "não deve haver dúvida razoável de que" a ex-presidente Dilma Rousseff "não foi afastada por crimes de responsabilidade, nem por corrupção, mas, sim, foi afastada por perda de sustentação política". Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/motivo-real-de-impeachment-de-dilma-foi-falta-de-apoio-nao-pedaladas-afirma-barroso.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw

CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O objetivo principal deste capítulo é expor o enquadramento teórico no qual se inscreve nosso trabalho. É também esclarecer conceitos e noções fundamentais que adotamos e, assim, demonstrar nosso posicionamento teórico em favor da pragmática linguística, corrente que tem em Austin (1962) e Searle (1969) dois contributos fundamentais.

2.1 Discurso e Texto: Estatuto e Constituição

Maingueneau (2015) refere que alguns analistas do discurso usam as noções de texto e discurso como sinônimas e outros as distinguem. Também adverte para aquilo que poderia ser uma simplificação exagerada dessas noções, afirmando que “por mais cômodas que sejam essas soluções, elas não estão à altura da complexidade das relações entre os dois termos” (p. 35).

Esclarece, ainda, que a relação entre as noções de texto e discurso depende do uso que se faz do termo discurso. Quando usado no singular costuma-se englobar entidades de natureza muito diversas, como ocorre nos estudos da “teoria do discurso”, uma teoria que, conforme Maingueneau “não se deixava encerrar em nenhuma disciplina, mas intervir nelas” (p.31). Nesse âmbito, a análise “do discurso” tem como base uma orientação filosófica crítica e reúne estudos de várias disciplinas que “apreendem o discurso como o que lhes oferece indícios que franqueiam ao pesquisador o acesso a “realidades” fora da linguagem” (p. 32) (grifo do autor). No âmbito dessa tradição teórica fala-se muito em “discurso”, em “domínio do discurso” ou “análise do discurso”, esses usos conduzem ao estabelecimento de uma relação entre um discurso e um conjunto de textos de natureza diversa, como por exemplo, o discurso midiático, o discurso feminista, o discurso racista, etc.

Por outro lado, no âmbito das ciências da linguagem, o termo discurso é usado tanto no singular, quanto no plural. Seu uso no plural implica o reconhecimento de discurso como unidade empírica e não abstrata, por corresponder a um texto específico, isto é, cada discurso em particular.

Marques (2019a) aborda a relação entre texto e discurso pelo viés da polissemia dos termos, e pelo caráter abstrato e empírico das duas noções. Segundo a autora, os termos podem aparecer nomeadamente a partir de três usos diferentes, enquanto noções sinônimas ocorrem, sobretudo, em investigações inscritas no campo da ACD, mas também em trabalhos de filiações teóricas diversas; se tomados como noções distintas são usualmente colocados em oposição e associados aos suportes oral

e escrito, ligando o discurso ao oral e o texto ao escrito, “uma distinção consagrada pela linguagem do cotidiano, em que lemos textos e ouvimos discursos” (p. 95).

Um segundo modo de uso das noções diz respeito às concepções abstrata e empírica enquanto *unidades de análise*. O uso dos termos no singular é marcado por uma abstração, em razão do sentido de generalização que carrega, é esse caráter abstrato que nos faz entender, por exemplo, que o estudo do “texto” político, ou do “discurso” político abarca um conjunto de textos e discursos de diferentes tipos. Por outro lado, o uso pluralizado carrega um sentido inverso, o de particularização, o que comprova o caráter empírico das unidades de análise, como é caso da presente investigação sobre *os discursos* de tomada de posse presidencial; ou, por exemplo, a análise *dos textos* de divulgação produzidos por um partido X, que indica uma análise de objetos específicos. Como bem refere Marques (2019a), “A pluralização do nome discursos articula-se, como vimos, a uma concepção empírica do objeto de análise, produzido em situações singulares” (p. 95).

Um terceiro tipo de uso das noções apontado pela autora diz respeito à oposição discurso / texto concernente a uma oposição entre processo de construção da interação verbal e produto da atividade linguística, em função da (não) ligação ao contexto.

A proliferação do termo *discurso*, dizem Charaudeau & Maingueneau (2020):

É o sintoma de uma modificação no modo de conceber a linguagem. Falando de “discurso” toma-se implicitamente posição contra uma certa concepção da linguagem e da semântica. Em boa medida, essa modificação resulta da influência de diversas correntes pragmáticas. (p. 169/170)

Cavalcante (2015) aborda a noção de texto inserida num debate interdisciplinar com outras perspectivas linguísticas que lidam com o texto. Dessa forma, considera que o objetivo é privilegiar o texto visando à dimensão das práticas discursivas, e com um interesse especial pela produção e compreensão. A autora concebe texto e discurso como noções necessariamente imbricadas, mas metodologicamente dissociadas. Ambas são relacionadas ao contexto, já que analisar o texto é considerar a dimensão das práticas discursivas, é considerar ainda os sentidos que os discursos codeterminam e a interdiscursividade que a pistas contextuais evidenciam. Para a autora, a Linguística Textual praticada no Brasil, hoje, não encerra o texto na dimensão do cotexto organizado apenas na superfície materializada, mas o inscreve sim, na dimensão das práticas discursivas.

Para J. M. Adam (2011a), os conceitos de texto e discurso não são opostos nem complementares, mas se sobrepõem e se cruzam, dependendo da perspectiva de análise escolhida. Este foi um dos pressupostos que levou o linguista a tornar sem efeito a fórmula proposta por si

mesmo em trabalhos anteriores, segundo a qual Discurso = Texto + Contexto / condições de produção e seu simétrico Texto = Discurso - Contexto / condições de produção” (p. 51). A outra questão problemática da fórmula que levou Adam a revogá-la diz respeito à aparente exclusão de contexto da definição de texto, como o próprio autor faz referência em Adam (2006).

Segundo Marques (2019a) a objeção à definição de contexto que sobressai à fórmula de Adam, “funda-se no facto de o “contexto” que lhe está subjacente ser concebido como exterior à unidade linguística, com a qual estabeleceria uma relação de continente/conteúdo, o que é incompatível com o conceito de contexto e seu estatuto teórico” (p. 96).

Em direta e necessária relação com as noções de texto e discurso está a categoria de gênero. Adam (2006) é um dos investigadores que dedica atenção privilegiada à categoria de gênero textual/discursivo, “selon moi, le rôle de l’Analyse de discours n’est pas d’étudier des textes, mais des séries de textes. L’AD établit des séries ou familles de textes et, pour réaliser ce projet, elle dispose du concept de genres de discours” (p. 13). Tradicionalmente associado aos estudos literários, a abertura dos estudos da linguagem ao gênero ocorre pelos trabalhos de Bakhtin (2000) que enfatizam a importância, para a análise, de atender a “tipos particulares de enunciados que se diferenciam de outros tipos de enunciados, com os quais, contudo, têm em comum a natureza verbal (linguística)” (p. 280). É através da questão central de gênero de discurso, que Adam associa a análise textual dos discursos ao campo da Linguística Textual e ao da Análise do Discurso, é nessa perspectiva que encaminha seus mais recentes trabalhos, para demonstrar a necessidade de “reintegrar as teorias do texto às teorias do discurso” (Adam, 2010, p. 9).

Dando continuidade aos estudos de Bakhtin, Adam e Heidmann (2004) e Adam (2012, 2011a) propõem o conceito de “genericidade” ou “efeito de genericidade” considerado mais apropriado para lidar com a grande diversidade dos gêneros, uma categoria que é dinâmica, e tendo em vista que, uma vez havendo um texto, há um efeito de genericidade, que não se resume a fixação de classificações textuais e genéricas, não se trata de um conceito estanque, a observação das “potencialidades genéricas que atravessam”, é o que efetivamente deve ser observado (p. 21).

Segundo Adam (2011a) não há texto(s) sem gênero(s), portanto, toda atividade de textualização é resultado da relação de um texto, oral ou escrito, com outros. A teoria propõe fundamentalmente definir dois processos de construção do texto ou operações de textualização: as *operações de segmentação* (descontinuidade) da cadeia verbal a partir da segmentação de palavras-signos, proposições enunciadas, frases e ou versos, períodos e/ou sequências, parágrafos ou estrofes e partes de um plano de texto (p. 64); e as *operações de ligação* (continuidade), que compreendem

cinco grandes tipos de operações combináveis entre si, as ligações de significado (anáfora e correferências; isotopias e colocações), ligações de significante, implicações (elipses, implícitos, este subdividido em (pressupostos e subentendidos), conexões (conectores, organizadores e marcadores) e seqüências de atos de discurso (p. 131). Em suma, “agora, texto e discurso são dois modos de considerar a textualidade do objeto empírico de análise” (Marques, 2019a, p. 97).

O quadro abaixo (Adam, 2011a) resume a ideia central da proposta de ligação da linguística textual com a análise dos discursos, uma “perspectiva global de uma teoria de planos de organização da textualidade e da discursividade, que também são planos de análise” (p. 34):



Trata-se de uma proposta com vista a uma teoria pragmática do texto, na medida que inclui discursos como objeto de análise que se apresentam como “práticas discursivas institucionalizadas”, que no âmbito da linguística textual são compreendidas como “gêneros de discurso” (p. 60).

Nossa tese se apoia na constituição do texto-discurso, em conformidade com os autores que seguimos, como unidade complexa de natureza linguística, discursiva, social, cognitiva; e essa não exclusividade linguística implica, necessariamente, a dimensão do contexto constitutivo destas práticas de linguagem.

Tendo em mente os planos de organização do quadro acima, nossa investigação desenvolve-se nomeadamente no plano da organização semântica dos discursos (N6), um dos cinco níveis de análise textual como propõe Adam, não significando com isso que colocamos de lado todos os outros planos, mas que o modo como vamos analisar os discursos é feito a partir da organização semântica, nas relações que necessariamente estabelece com todos os outros planos da organização textual/discursiva.

A reflexão sobre texto e discurso é completada pelos estudos sobre o contexto discursivo, como dimensão fundamental para a interpretação e construção dos sentidos.

No âmbito da análise do discurso de Maingueneau (2004), o conhecimento de uma língua não é suficiente para a interpretação dos significados, o contexto atua como o que, efetivamente, permite essa interpretação.

Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipótese, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável. (p. 20).

Trata-se de um dado que não se resume a tudo que se encontra simplesmente ao redor do enunciado, “não é necessariamente o ambiente físico, o momento e o lugar da enunciação” (p. 20). O linguista aponta três tipos de contexto que podem fornecer alguns elementos necessários para uma interpretação; o *ambiente físico da enunciação ou contexto situacional*, onde a presença dos valores dêiticos permite compreender tempo, lugar e espaço da enunciação; o *cotexto*, relativamente às seqüências verbais de um texto, permite a mobilização da memória do sujeito interpretante; e os *saberes anteriores à enunciação*, muito próximos do conhecimento de mundo e das questões de gênero. Conforme Maingueneau (2004), o processo de compreensão dos enunciados leva o interpretante a buscar “recursos não estritamente de ordem linguística”, “a mobilizar regras pragmáticas” (p. 27), que permitem a compreensão dos sentidos produzidos textualmente ou discursivamente, porque levam à interpretação dos contextos de produção dos enunciados e das intenções do locutor.

A noção de contexto é considerada complexa, não consensual e multidisciplinar. E embora apresente variação de autor para autor, a ideia geral que foi formulada inicialmente por Malinowski (1923) ainda se mantém atual, como citado em Koch (2006a, p. 21) “um enunciado só se torna inteligível quando colocado dentro de seu contexto de situação [...]. A noção de contexto necessita ser substancialmente amplificada”. Essa noção foi sendo sucessivamente reelaborada, tendo em vista que o autor não propôs um modelo de como o contexto é determinado.

Reproduzimos as palavras de Lukin (2013) sobre a compreensão desse conceito na teoria da linguística sistêmico-funcional de Halliday:

For Halliday, a text is both the product and the generator of social context; text and context are related by *realization*, a notion Halliday (2003 [1992]: 210) considers “probably the most difficult single concept in linguistics.” (p. 1)

No âmbito de uma pragmática linguística, o contexto é distinguido em quatro diferentes níveis de acordo com Paveau e Sarfati (2006, p. 217). O nível *circunstancial* é entendido como o ambiente físico imediato, que orienta o interlocutor quanto à temporalidade, espacialidade, etc.; o *situacional* ou ambiente cultural dos discursos corresponde a aspectos pragmáticos de uso de uma determinada língua em determinada cultura; o *contexto interacional* referente às formas de discurso como, por exemplo, turnos de fala e gestos, e o *epistêmico* relativo às crenças e valores compartilhados pelos interlocutores, esses dois últimos equivalem, em nosso entendimento, aos *saberes anteriores à enunciação* como referido em Maingueneau (2004).

Para Van Dijk (2008) um dos principais nomes da ACD, o contexto não faz parte de uma realidade objetiva, é uma construção sociossubjetiva dos participantes sobre as propriedades que lhes parecem relevantes, associando-o a modelos mentais. O autor desenvolveu uma teoria de modelos de contexto como um tipo especial de modelo de experiência cotidiana:

This means that language users are not just involved in processing discourse; at the same time, they are also engaged in dynamically constructing their subjective analysis and interpretation of the communicative situation on line. (p. 56)

Já em 1992, Goodwin & Duranti haviam reconhecido o contexto como um conceito chave tanto no campo da pragmática como em estudos etnográficos sobre o uso da linguagem e reveladores de “a trend toward increasingly more interactive and dialogically conceived notions of contextually situated talk” (p. 1). Segundo os autores não há um acordo sobre a definição de contexto, que pode significar coisas bem diferentes, a depender de seu uso, a partir de problemas analíticos específicos. Em que pese esse quadro de inconsistências e contradições quanto à sua definição, os autores não consideram esse um problema a ser resolvido:

From our perspective, lack of a single formal definition, or even general agreement about what is meant by context, is not a situation that necessarily requires a remedy. Instead, the fact that so many investigators recognize the importance of context and are actively involved in trying to unravel how it works is precisely why this concept provides such a productive focus for study at the present time. (p. 2)

Charaudeau (2020) refere que, do ponto de vista da hermenêutica, as atividades de interpretação e de compreensão são próprias da linguagem, e que a opacidade característica da língua é o que obriga os sujeitos a construir os sentidos. O linguista faz aqui uma referência à questão da não relação direta entre as palavras e as coisas do mundo reforçando o conhecimento de que os significados não são fixos, antes construídos em interação, onde o contexto tem um papel fundamental.

Charaudeau adverte que não se fala nunca do mundo, nem da realidade que está no entorno ao indivíduo, mas do que está sendo construído sobre o mundo, o que chama de “real significante,” diz ainda que a compreensão é como uma totalidade de sentido final, que vem após a atividade de interpretação por um sujeito, e é sempre plural. É importante salientar desde já que não se trata de qualquer interpretação, há obviamente restrições impostas pelo uso da língua e pelo contexto. Como salienta Maingueneau (2004), não se deve entender que as unidades lexicais de uma sequência e suas relações deixam de orientar as interpretações:

o que se quer dizer é que fora do contexto não se pode falar realmente do sentido de um enunciado, mas, na melhor das hipóteses, de coerções para que um sentido seja atribuído à sequência verbal proferida em uma situação particular, para que se torne um verdadeiro enunciado, assumido em um lugar e em um momento específicos, por um sujeito que se dirige numa determinada perspectiva, a um ou a vários sujeitos.” (p. 20)

Nosso trabalho segue o posicionamento de autores como Maingueneau (2004, 2015), Bakhtin (2000, 2010), Kerbrat-Orecchioni (1980, 2005), e outros, que concebem o contexto como dimensão fundamental, por compreenderem que uma análise apenas linguística (cotextual) é insuficiente para compreender um enunciado, “Le discours est une activité tout à la fois déterminée (par le contexte) et transformatrice (de ce même contexte)” (Kerbrat-Orecchioni, 2005, p. 141).

2.2 Organização Semântica dos Discursos

A maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva sobre o mundo e de nossa inserção sociocognitiva no mundo pelo uso de nossa imaginação em atividades de integração conceitual, do que simples fruto de procedimentos formais de categorização linguística. (Marcuschi, 2002, p. 56)

Essa seção traz uma discussão sobre a organização de conteúdos. Uma organização que é inseparável da globalidade discursiva, e em particular da organização enunciativa. Trata daquilo que é dito e de como é dito pelo sujeito/locutor, um dizer que, como se pode apreender da citação acima de Marcuschi, é inseparável do olhar que organiza e constrói o discurso. Dessa forma, trataremos de noções fundamentais para o nosso trabalho como a de referenciação e os processos associados de tópico e objetos discursivos e de Ponto de Vista (doravante PDV).

Nossa investigação parte da concepção de que o conhecimento é construído, e não dado. Esse vem a ser um pressuposto central e que está na base dos demais conceitos e noções que

adotamos e especificaremos neste trabalho. Concordamos que o modo de significar o mundo faz parte de um processo que prevê interações entre indivíduos contextualmente situados, que mobilizam mecanismos linguísticos e cognitivos para significá-lo. Nos distanciamos, portanto, de uma concepção referencialista em que os “significados de uma expressão se reduzem ao objeto referido [...] são exteriores à mente e à linguagem” (Branquinho, 2016, p. 17), e seguimos o posicionamento de muitos autores que, na sequência de Mondada & Dubois (1995), reconhecem as dimensões cognitivas da linguagem no processo de construção do conhecimento, como Apothéoz & Béguelin (1995), Cavalcante (2003, 2009), Ciulla (2014), Pinheiro (2012), Koch (2005, 2006;), Marcuschi & Koch (1998), Marcuschi (2002, 2006) e Marques (2018).

2.2.1 A Atividade Discursiva de Referenciação

La question de la référénciation (...) elle ne privilégie pas la relation entre les mots et les choses, mais la relation intersubjective et sociale au sein de laquelle des versions du monde sont publiquement élaborées, évaluées en termes d'adéquation aux finalités pratiques et aux actions en cours des énonciateurs. (Mondada, 2001, p. 9)

Nossa pesquisa adota o conceito de “referenciação” tal como proposto por Mondada & Dubois (2018 [1995]), para quem a referência é abordada em termos de “processo”. Sob essa perspectiva, a referência às coisas do mundo é considerada como uma “atividade” discursiva que leva em conta “um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo” (p. 20). Essa mudança de paradigma implica em considerar a importância das atividades linguístico/discursivas dos sujeitos no processo de representação do mundo, não se trata apenas de mera transmissão de significados já preexistentes.

O problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão um sentido ao mundo (p. 20).

A adoção desse ponto de vista implica uma mudança de paradigma quanto ao conceito tradicional de referência ancorado nos estudos da semântica lógica e nas teorias estruturalistas e generativista da linguagem, que se apoiaram no paradigma “formalista”, instaurado pelos estudos filosóficos de Frege (1978), Russel (1972) e do chamado “primeiro Wittgenstein” (1968 [1921]) o do *Tractatus logico-philosophicus*, e continuado na geração seguinte com Carnap (2016) e Quine (1960). Na base dessas teorias está a concepção de língua como atividade mental ou como um código,

supondo uma relação de pré-existência do significado, de transparência e de objetividade entre as coisas do mundo e os significados construídos na língua.

O modelo apresentado por Mondada & Dubois (2018 [1995]) diverge desse modelo referencialista tradicional, no qual os significados são espelhos do mundo real, em favor de uma concepção em que os significados e os sentidos são construídos discursivamente.

Muitos teóricos como Maingueneau (2015) têm adotado essa perspectiva reconhecida como cognitivista, onde o sentido “não é diretamente acessível, estável, imanente ao enunciado ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado” (p. 29). Nessa questão, nosso trabalho enquadra-se teoricamente com os estudos de Apothéoz & Béguelin (1995), Marcuschi & Koch (1998), Marcuschi (2001, 2006), Cavalcante (2003, 2009), Koch (2005, 2006), Rabatel (2012, 2016, 2017), Marques (2018), Ciulla (2014), *inter alia*.

De forma mais geral, podemos referir que essa noção de referenciação surge em complementação a um conjunto de conceitos, nomeadamente acerca de significado e sentido, que adquiriram novos enquadramentos teóricos, em particular com a evolução dos estudos da pragmática linguística, corrente que privilegia a língua em uso. Nessa concepção, um referente é tido como “aquilo sobre o que se fala”, e se apresenta em termos de “objetos de discurso” ou discursivos, uma vez que sua “existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (Mondada, 2018, p. 35). A base construtivista com que a teoria é reconhecida justifica-se no próprio sentido da palavra “processo”, que pressupõe primeiramente a língua como atividade e, nesse aspecto, a referenciação como atividade discursiva, através da qual os objetos discursivos vão sendo ativados, mantidos, desativados e retomados, ou seja, vão sendo construídos no discurso de formas diferentes, com destaque para dimensões enunciativo-argumentativas.

É importante desde logo lembrar que este posicionamento que privilegia o uso, não anula o facto de os falantes partilharem um conhecimento da língua, e nomeadamente lexical, que é trazido para o discurso, para a atividade de construção do sentido. Há, efetivamente, uma partilha desse conhecimento, que não é apenas em termos culturais, sociais, mas também em termos linguísticos do qual fazem parte o léxico e o sentido das palavras. Conforme Marcuschi (2008):

[...] As pessoas, quando falam, não têm liberdade total de inventar, cada uma a seu modo, as palavras que dizem, nem têm a liberdade irrestrita de colocá-las de qualquer lugar nem de compor, de qualquer jeito, seus enunciados. (p. 56)

Portanto, as regras da língua que compartilhamos, semânticas, pragmáticas e sintáticas, assim como os sentidos, não são inteiramente construídos no discurso, existe um significado básico que ganha novas relações pela atualização em discursos, pelo lugar sintático, por redes semânticas, por instâncias enunciativas, por tudo o mais que influencia a produção discursiva.

Não esquecendo que a relação língua-mundo não é rígida, antes, construída durante um processo de interação a partir do qual ocorre a construção dos sentidos, a teoria da referenciação coloca em evidência “a dimensão intersubjetiva das atividades linguísticas e cognitivas responsável pela produção da ilusão de um mundo objetivo (da objetividade do mundo), “pronto” para ser percebido cognitivamente pelos indivíduos racionais” (Mondada & Dubois, 2018, p. 21). Uma dimensão da linguagem já referida em Benveniste (1976), ainda que seus estudos estejam vinculados à ideia de língua como sistema, o linguista reconhece as dimensões experienciais relacionadas a atividade de dar sentido ao mundo, considerando a enunciação como uma dimensão inseparável da referenciação:

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. (p. 26)

O entendimento de Rabatel (2016) é no sentido de indissociar referenciação e enunciação, ambas pertencem a uma problemática comum, considerada de dois pontos de partida opostos, mas que se juntam no discurso:

A enunciação parte dos traços do sujeito enunciador para ir até englobar as escolhas de construção de referentes, enquanto a referenciação liga-se à construção dos objetos do discurso, e recupera aí escolhas que remetem a um enunciador determinado ou a vários. (p. 71)

A abordagem de Rabatel (2016) leva, portanto, em consideração dimensões experienciais, sociocognitivas, de um sujeito que enuncia, dimensões apreendidas no próprio ato de enunciar, através das escolhas desse sujeito em relação à construção dos objetos discursivos. O linguista afirma explicitamente que sua abordagem de PDV pretende romper com a “abordagem imanentista da narrativa para se apoiar em uma análise interacionista da narrativa, inscrita no quadro da análise do discurso” (p. 16), abordando o fenômeno do Ponto de Vista (PDV) e “suas implicações narratológicas” a partir da dimensão da linguística da enunciação, com o objetivo de analisar o efeito que o PDV tem sobre o leitor. Embora possa parecer um estudo restrito ao campo literário, trata-se, na verdade, de

uma junção deste com os estudos linguísticos, onde o reconhecimento do processo de referenciação é fundamental para se analisar um PDV:

Analisar um PDV é recuperar, de uma parte, os contornos de seu conteúdo proposicional e, de outra, sua fonte enunciativa, inclusive quando esta é implícita, a partir do modo de atribuição dos referentes e dos agenciamentos das frases em um texto. (p. 71)

A esse modo de atribuição dos referentes pelos sujeitos falantes que se encontra na base do PDV soma-se a evidência de uma dimensão subjetiva. Essa, uma dimensão que subjaz à atividade de referenciação, englobando as dimensões perceptivas e argumentativas, intrínsecas ao uso da linguagem, como referem Marcuschi e Koch (1998). Os autores seguem essa noção de referenciação observando que, em sendo a atribuição de significado uma construção discursiva dos sujeitos diante de suas percepções sobre a realidade, o modo de referir essa realidade faz sobressair um olhar que é subjetivo, porque carrega dimensões experienciais. “Referir não é mais atividade de “etiquetar” (p. 173) um mundo existente e indicialmente designado, mas uma atividade discursiva de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes.

Como vemos, a ideia que está na base da concepção de referenciação é a de que o modo como referimos o mundo não deve mais ser visto como transparente ou objetivo, mas mediado por uma subjetividade construída socialmente. Na mesma linha, Adam (2011a) refere que a atividade discursiva de referência é uma “construção” de uma representação discursiva (Rd) pelo interpretante, que reflete os seus próprios objetivos discursivos, suas representações psicossociais acerca da situação particular, do enunciador e do mundo do texto. Isto é, cada um refere o mundo de modo particular, e ao mesmo tempo coletivo, porque o apreendemos no convívio sociocultural. A sua escolha pelo uso da expressão “construção de uma representação discursiva” é justificada pela relevância que dá à atividade individual do interpretante na (re)construção da referência:

Pretende-se dar a entender que a linguagem faz referência e que todo texto é uma proposição do mundo que solicita do interpretante(auditor ou locutor)uma atividade semelhante, mas não simétrica de (re)construção dessa proposição de pequeno mundo ou Rd. (p. 114)

A atividade discursiva de referenciação, que é parte da atividade cognitiva dos sujeitos falantes, permite-lhes categorizar o mundo no e pelo discurso. Ao mesmo tempo, dá relevo à dimensão intersubjetiva da linguagem, à medida que privilegia a presença ativa dos interlocutores e, nomeadamente, do alocutário no processo de referenciação, divergindo da concepção formalista de

passividade. Rabatel (2016) afirma que, “sendo o discurso o lugar de uma construção e de uma transformação, é preciso que nos interessemos pelo “homem que conta”” (p.17). Rabatel está a reconhecer o lugar do sujeito no enunciado, um sujeito que faz escolhas, que estabelece relações em sociedade, que emite um PDV verificável na materialidade discursiva. Essa visão, que é também a visão da AD francesa atualmente praticada, é conhecida como o “retorno do sujeito” (Charaudeau, 2010), e é contrária à visão de “sujeito assujeitado” que predominava nos estudos iniciais dessa disciplina, “tratava-se, de facto, do sujeito, mas este sujeito era a sociedade ou o social ou o pensamento social, em suma, uma entidade abstrata” (p. 58).

A abordagem sociointeracionista da linguagem considera que os objetos de discurso são essencialmente instáveis e dependem majoritariamente das práticas discursivas nas quais os locutores negociam uma versão provisória, contextual e coordenada do mundo. Sendo possível várias leituras, não é possível qualquer leitura, pois a língua (e o mundo, em que se inclui a sociedade) impõe restrições:

Je me situe dans le cadre d'une sémantique référentielle qui ne durcit pas la distinction entre sens littéral et sens figuré, dans la mesure où le mode de donation de la référence (la référentiation), avec ses visées énonciativo-pragmatiques, signifie que les lexies prédiquées ne décrivent pas (seulement) le monde réel, mais expriment les expériences et les représentations des locuteurs/énonciateurs sur les objets-du-discours. (Rabatel, 2021, p. 200)

A teoria da referenciação trata primeiramente das práticas discursivas entre os falantes de uma língua natural, e nesse espaço consideram-se as dimensões cognitivas e linguísticas, e também contextuais e experienciais, como referem Mondada & Dubois (2018). Dito de outro modo, o foco da teoria da referenciação está na análise do processo de categorização, nas atividades humanas que estruturam e dão sentido ao mundo (p. 20). É nesse sentido que a autora orienta para o tratamento dos objetos de conhecimento como sendo “objetos de discurso” por traduzirem com mais propriedade a ideia de uma atividade que é dinâmica, prática e localizada. Assim sendo, a observação do processo deve acompanhar o desenvolvimento dos objetos no texto/discurso através das categorizações e recategorizações. Os objetos não são palavras isoladas, ou coisas do mundo que foram linguisticamente codificadas, são parte da atividade de referenciação e devem ser compreendidos em termos de “entidades” construídas/ reconstruídas em interação. Como veremos na seção (2.3), na relação com o conceito de tópico, estes objetos discursivos participam em redes semânticas que configuram um tópico discursivo, conforme Mondada (1995b):

Une façon d'en développer l'analyse consiste à traiter les objets de savoir comme étant des objets de discours, c'est-à-dire des objets qui sont construits, proposés, négociés, modifiés, refusés ou ratifiés dans et par des processus discursifs. Les objets de discours, comme le terme l'indique, ont un mode d'existence discursif : c'est dans et par le discours qu'ils émergent contextuellement et se transforment dynamiquement (p. 57).

De acordo com essa concepção, as categorias e os objetos de discurso não são estáticos, são construídos no curso dos processos interacionais entre os sujeitos situados. Desse modelo decorre o que as autoras defendem como “instabilidade das categorias usadas para descrever o mundo”, isso porque a relação entre as palavras e as coisas são também instáveis, dependem, em certa medida, das dimensões experienciais e culturais dos sujeitos em interação. Apothéoz e Béguelin (1995) também se alinham à concepção de referentes enquanto objetos “de discurso” e não do mundo, e discutem a questão da instabilidade das categorias em termos de “referentes evolutivos”. Para os autores todo referente é evolutivo, isto é, sofre modificações à medida que é (re)recategorizado pelos sujeitos falantes no decorrer do seu discurso. As designações ou (re)categorizações sobre o mundo são periodicamente revisitadas, variam de acordo com as práticas sociais e culturais dos sujeitos, o que faz da (re)categorização uma operação não condicionada ontologicamente, pelo menos não inteiramente, “l'énonciateur, en fonction de facteurs intra- ou extra-discursifs, peut toujours choisir d'entériner ou non par ses choix lexicaux une transformation ou un changement d'état constaté ou prédiqué” (p. 25).

Nessa perspectiva, os sujeitos socialmente situados categorizam o mundo à luz de suas experiências em contexto, orientando as interpretações e representações que têm desse mundo, uma representação que não é cópia do mundo, mas resultado do modo como o percebem e o (re)apresentam em interação. De modo que a atividade de categorizar é influenciada por contextos diversos de produção, e é nesse sentido que Mondada (1997) defende a instabilidade das categorias como uma dimensão constitutiva do processo de referenciação:

Ceci permet de respécifier les catégories, conçues non plus comme données a priori dans un rapport d'adéquation ou de distorsion réaliste au monde, mais comme produites au cours de l'interaction par des membres d'une collectivité, de façon contextuelle et adaptée aux fins pratiques et à une situation particulière. (p. 297)

É importante ressaltar que essa concepção de linguagem não coloca de lado o significado linguístico, há, obviamente, um grau de constrição que decorre da língua, do contexto, do gênero de discurso e da própria realidade. Mas a instabilidade das categorias a que se refere Mondada é uma concepção compartilhada por grande parte dos estudos de linguagem contemporâneos. O processo de

referenciação/categorização é efetivamente provocado por um estado de coisas, incluindo-se a situação do discurso, que disponibiliza uma série de opções de designação ao locutor a depender dos objetivos comunicativos.

2.2.1.1 Referenciação e Enunciação

Começamos aqui por apresentar a enunciação pelos pressupostos mais centrais de Benveniste (1976, 1989) e de Ducrot (1987 [1984]) como duas referências de base numa tradição de investigação.

A enunciação assume um lugar central na análise da linguagem em uso, de um lado no desenvolvimento dessas teorias, de outro na recuperação das teorias da retórica clássica, nomeadamente nos conceitos de *ethos e pathos*.

Conforme Flores e Teixeira (2017), “Benveniste talvez seja o primeiro linguista, a partir do quadro Saussuriano, a desenvolver um modelo de análise da língua especificamente voltado à enunciação” (p. 29). A consideração de uma dimensão enunciativa torna possível à linguística moderna investigar outras dimensões que estavam fora das discussões dos estruturalistas da época, grupo ao qual Benveniste se integrava. Suas próprias análises o levaram a questionar a visão estrutural da língua, propondo a inclusão de temas enunciativos como objeto de estudo. Benveniste (1989) tentava estabelecer um raciocínio diferente sobre a linguagem pautado na tese de que a língua tem uma “dupla significância”, e sendo assim era “necessário ultrapassar a noção Saussuriana do signo como princípio único” por duas vias:

Na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão, a do discurso [...] na análise translinguística dos textos e das obras, pela elaboração de uma metassemântica [...] a da enunciação. (p. 67)

Propondo a distinção da semiologia da língua em duas partes, *o modo semiótico* daria continuidade aos estudos sobre o signo linguístico e suas relações internas, e *o modo semântico* trataria de dimensões próprias do funcionamento da língua, ou seja, do discurso. Tal modelo de análise da língua partiu da constatação de diferenças entre a língua e sua parte formal, para o linguista as “condições de emprego das formas não são idênticas às condições de emprego da língua, são na realidade dois mundos diferentes” (p. 81). Essa percepção o leva a incluir nos estudos da língua aspectos referentes ao seu uso, uma ideia até então desconsiderada pelos estruturalistas por considerarem apenas análises de relações internas à língua, entre os constituintes e seus significados,

analisava-se a língua apenas como estrutura. Considerar o emprego da língua era considerar o *contexto*, o que para os estruturalistas era um fenômeno extralinguístico, portanto, desnecessário. Benveniste (1989) insiste nas diferenças entre forma e língua:

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira [...] A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. (p. 82)

O aparelho formal da enunciação proposto por Benveniste privilegia dimensões a que o modelo de análise estruturalista havia dado pouca ou nenhuma importância. Era interesse desse autor entender como se passa da língua para a fala, oferecendo a essa última um espaço de investigação até então negligenciado pela linguística moderna. Ao referir que o objeto de estudo da enunciação “é o ato de enunciar e não o texto do enunciado” (p. 82), circunscreve os limites desse domínio como campo de investigação que começa a privilegiar a língua em uso. As dimensões do discurso e da “significância” são, conjuntamente, questões que surgem com a teoria, e são abordadas a partir do nível semântico, uma vez que “é a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância” (p. 83). O autor distingue semiótica (o signo linguístico) e semântica, colocando deste lado tudo o que se refere à dimensão da língua em uso, as questões sobre sentido e significado passam a ter um lugar de destaque na linguística, e com isso o reconhecimento de outras dimensões como, por exemplo, a presença do sujeito que enuncia, “a noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação” (p. 229).

A introdução da dimensão da intersubjetividade pela abertura da ciência linguística à enunciação direciona para um espaço de reflexão sobre as categorias de pessoa (*eu-tu*), espaço (*aqui*) e tempo (*agora*). Embora Benveniste (1989) não tenha desenvolvido essa noção, reconhece o lugar central do locutor na enunciação:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala[...]É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário. (p. 84)

O fundamento da subjetividade é dado pela categoria de pessoa, evidenciando-se os pronomes pessoais e demonstrativos agora considerados ““indivíduos linguísticos,” de formas que enviam sempre e somente a “indivíduos””, e dos tempos verbais que se determinam em relação ao *eu*, da

enunciação “procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria de tempo” (p. 85).

De acordo com o entendimento de Flores e Teixeira (2017), a referência de que fala a linguística da enunciação de Benveniste não é ao mundo, mas ao sujeito. “Não há possibilidade de se pensar uma referência objetiva em um quadro teórico estrutural como o oriundo de Ferdinand de Saussure” (p. 36). Para os autores, Benveniste foi muito claro ao afirmar que “a referência é parte integrante da enunciação, ato individual da língua no qual estão tempo/espaço/pessoa, e não ao mundo” (Flores e Teixeira, 2017). Os autores também se posicionam quanto a um pensamento de Benveniste amplamente citado sobre o emprego da língua para expressar o mundo:

Ora, é evidente que ao falarmos estabelecemos *uma certa relação com o mundo*, mas mediada, na opinião de Benveniste, pelo sujeito. Não é uma relação qualquer, ela é, pois, dependente da enunciação. Se assim não fosse teríamos que admitir que a língua é uma nomenclatura superposta à realidade. (p. 37)

Ducrot (1987), no âmbito da pragmática semântica ou pragmática linguística, desenvolve estudos sobre a enunciação, a qual liga às instâncias da enunciação, partindo da contestação da unicidade do sujeito falante, um postulado da linguística moderna que concebe apenas um falante para cada enunciado. Esta contestação lhe permite desenvolver a teoria da polifonia, com pontos de contato com Bakhtin, ainda que use o conceito de polifonia e não de dialogismo. Ademais, seu posicionamento é o de que a teoria de Bakhtin tenha sido sempre aplicada a textos, “jamais a enunciados de que estes textos são constituídos” (p. 161).

A particularidade de sua teoria diz respeito ao seu posicionamento estruturalista que o leva a tomar determinadas opções, ao considerar, por exemplo, que o locutor, ser empírico não faz parte da teoria polifônica do sentido. Pela primeira vez, é proposta não uma figura única, mas várias instâncias discursivas que permitem dar conta de uma pluralidade de pontos de vista. Ducrot introduz a figura do locutor como responsável pela enunciação, figura do discurso, não o sujeito empírico, e também de um outro locutor representado pelo símbolo (λ) que se toma como objeto de discurso, “já que o locutor (ser do discurso) foi distinguido do sujeito falante(ser empírico), proporei ainda distinguir, no próprio interior da noção de locutor, “o locutor enquanto tal” (por abreviação “L”) e o locutor enquanto ser do mundo (“ λ ”)” (p. 188).

Sua teoria polifônica coloca, de certa forma, em evidência novamente o extralinguístico, em razão desta separação entre o sujeito empírico e o locutor “ser do mundo” que abre portas para

dimensões culturais, sociais, psicológicas e experienciais que estavam afastadas. Propõe ainda a figura do enunciador para mostrar a presença de outras vozes, nomeadamente de diferentes vozes no enunciado. Curiosamente, assim como Benveniste, ele não desenvolve os conceitos de alocutário/destinatário, centra-se sobre o locutor/enunciador.

Nossa investigação segue os pressupostos de Rabatel (2007, 2012, 2016, 2018), nomeadamente de seus estudos que expandem a concepção de Ponto de Vista (PDV), considerando que tudo o que se diz contribui para a construção do PDV do Locutor/Enunciador (L/E), “cette théorie permet de rendre compte des PDV y compris quand ils ne passent pas par des paroles (2018, p. 7). Tendo em vista que partimos da análise de discursos monológicos, e ao mesmo tempo de natureza dialógica (Bakhtin, 2000), o Locutor/Enunciador (L/E) dos discursos de tomada de posse presidencial, em sincretismo, expressam seu PDV através dos modos de referência dos objetos de discurso.

2.2.1.1.1 O Posicionamento do Locutor no Discurso e Referência.

Alain Rabatel (2007) retoma de Ducrot os conceitos de locutor e enunciador, mas para reformular, nomeadamente o que diz sobre Locutor/Enunciador (L1/E1). A especificidade das teorias está no enfoque dado à enunciação. Ducrot desenvolve uma teoria da polifonia no enunciado, de onde parte para questionar a unicidade do locutor, como já referimos acima, acreditando que há, na verdade, uma multiplicidade de vozes, numa interlocução que não tem relação com o mundo real. Rabatel (2012) desenvolve uma teoria do Ponto de Vista autônoma, mais abrangente e mais consistente, dando-lhe o enquadramento discursivo, direcionando suas análises às “instâncias e operações que organizam a coprodução dialógica, cognitiva e interativa das enunciações” (p. 23). Articula as instâncias de Locutor/Enunciador (L/E), distinguindo enunciador primeiro (E1) e enunciador segundo (e2) com a noção de posições enunciativas. O Locutor é definido como a instância primária que produz materialmente as enunciações, correspondendo ao “sujeito falante” de Ducrot (1987), é o autor físico do enunciado, equiparando-se à noção de “voz” falada ou escrita. Já o Enunciador é definido “como fonte dos PDV que são expressos através da predicação do conteúdo proposicional, num enunciado” (p. 24).

É a partir destes conceitos que entendemos o PDV como vozes que atravessam o discurso, e é nesse sentido que Rabatel (2012) remete a uma multiplicidade de PDV que dialogam entre si, constituindo uma heterogeneidade enunciativa:

Je définis le locuteur comme l'instance première qui produit matériellement les énoncés – c'est pourquoi le locuteur peut être rapproché de la notion de voix, proférée (ou écrite) par un locuteur/scripteur, dotée d'une matérialité, subordonnée à l'expérience sensorielle (Rabatel 2010a, 2012d) – et l'énonciateur comme la source des points de vue (PDV) qui s'expriment à travers la prédication de contenus propositionnels (CP), dans un énoncé. (p.24)

Como especialista em texto e enunciação, Rabatel (2016) dedica-se ao estudo da construção textual do PDV, acreditando que “a compreensão plena e inteira do sujeito vai além das regras (co)textuais, para entrar na regra da subjetividade, presente em toda parte, por intermédio das escolhas de referenciação do mundo” (p. 18). Seus primeiros trabalhos publicados centram-se na análise interacionista da narrativa literária, sendo posteriormente alargados a todos os gêneros de discurso. Para o Linguista, “o PDV antes de ser um conceito linguístico, é primeiramente, uma postura cognitiva e psicossocial que leva o indivíduo a se colocar no lugar do outro, até de todos os outros, para poder melhor retornar ao seu” (p. 29). Por outro lado, para Ducrot (1987) o ponto de vista está relacionado às atitudes e posicionamentos que os enunciadores exprimem através do conteúdo enunciado pelos locutores, “o locutor responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes” (p. 192).

A abordagem enunciativa de PDV que Rabatel (2016) propõe vem a “articular abordagens linguística, estilística e literária, ao ceder lugar às paixões, às emoções e às sensações, por intermédio da atenção dada às questões entrecruzadas das vozes e dos pontos de vista, dos valores e da estética” (p. 15). Uma abordagem concebida numa dimensão dialógica, no sentido Bakhtiniano, o PDV funciona como centro de perspectiva que vai orientando o coenunciador rumo à construção dos sentidos, à medida que o enunciador também assume um determinado posicionamento, a partir das suas percepções.

Na relação com o processo de referenciação, Rabatel (2007) refere que ambas, enunciação e referenciação, são solidárias, são partes de uma mesma problemática em conexão com o conceito de PDV que pode ser identificado discursivamente através das escolhas que o enunciador faz em relação aos objetos de discurso:

Sous sa forme la plus générale, le PDV se définit par les moyens linguistiques par lesquels un sujet envisage un objet, à tous les sens du terme envisager, que le sujet soit singulier ou collectif et l'objet, concret ou langagier. Le sujet, responsable de la référenciation de l'objet, exprime son PDV tantôt directement, par des commentaires explicites, tantôt indirectement, par la référenciation, c'est-à-dire, à travers les choix de sélection, de combinaison, d'actualisation du matériau linguistique. Ces phénomènes opèrent dans tous les cas de figure, depuis les choix les plus subjectifs aux choix

apparemment les plus objectivants, depuis les marques les plus explicites aux indices les plus implicites. (p. 348)

Como se vê, Rabatel apresenta uma definição de PDV muito mais alargada, ultrapassando, assim, a análise literária que predominava no início de seus estudos, sendo essa a concepção que nos interessa neste trabalho. O linguista passa a levar em conta que tudo o que se diz contribui para a construção do PDV do Locutor/Enunciador (L/E) que é central, e por isso é considerado de forma hierárquica, seguido de outros PDV secundários que aparecem nos discursos, e que o locutor valoriza de formas diferentes, posicionando-se quanto aos PDV nas relações que estabelece com os outros.

De acordo com a teoria de Rabatel (2012), a noção de posição enunciativa corresponde ao modo como “l'énonciateur premier réfère aux objets de discours tout en se positionnant par rapport à eux, en indiquant de quel point de vue, dans quel cadre il les envisage” (p. 23). Os objetos discursivos são colocados no centro de perspectiva do enunciador que se posiciona por identificação, por ruptura, ou por diferenciação, são as operações enunciativas referidas pelo linguista. Do mesmo modo, os conceitos de sobre-enunciação, coenunciação e subenunciação, referidas também como “postures” correspondem às relações entre enunciadores na coconstrução linguística de um mesmo PDV (p. 34). A posição do enunciador primeiro relativamente aos PDV dos outros enunciadores é um conceito central à construção da coerência discursiva. Se o PDV do outro é o mais importante e o Locutor o adota, temos um caso de subenunciação, onde L/E fica submetido ao PDV do outro, como ocorre com os argumentos de autoridade que o locutor convoca para justificar o que diz; ou ao contrário, numa posição de sobre-enunciação, onde o PDV do locutor se sobrepõe a outros PDV, desta relação surge a dimensão da assertividade, um posicionamento assumido discursivamente por L/E para expressar sua importância sobre os demais enunciadores. A coenunciação é a coprodução de um PDV comum partilhado por dois locutores/enunciadores.

A hierarquização que Rabatel (2012) introduz na sua análise dos enunciadores e dos PDV ocorre a partir do conceito de sincretismo entre Locutor/Enunciador que representa um enunciador primeiro e permite-lhe ultrapassar os limites do enunciado, para tratar a questão do enunciador e do PDV no nível global do discurso:

Cette notion de syncrétisme est capitale : elle signale que, parmi tous les énonciateurs qui feuilletent les énoncés et les discours, il en est un qui est plus important que les autres, l'énonciateur premier, celui qui fait corps avec L1, à qui on s'adresse quand il y a accord ou désaccord, et que j'ai nommé le principal (Rabatel 2005a). C'est lui qui, en syncrétisme avec L1, prend en charge les PDV successifs de E1 et le méta-PDV qui résume sa position dans son discours. (p. 27)

As vozes que invadem o texto/discurso afetam a predicação dos objetos discursivos em vários níveis. Ao nível morfossintático, o enunciador escolhe entre *modalidades de enunciação* afirmativa, injuntiva ou interrogativa; as *modalidades de enunciado* exclamativo, negativo, enfático; o *valor modal* também é contemplado à medida que é especificado através de escolhas de termos “relatifs au caractère (plus ou moins) nécessaire, obligatoire, possible ou probable du procès représenté, à l’aide des auxiliaires modaux ou de leurs équivalents adverbiaux ou circonstanciels ou périphrastiques” (Rabatel, 2012, p. 26).

A referenciação está inter-relacionada a todas essas vertentes da enunciação, relaciona-se com as instâncias enunciativas, com o modo como se posicionam em relação aos objetos de discurso, relaciona-se, afinal, com o “aparelho enunciativo”, no dizer de Benveniste. A referenciação faz parte do sentido do enunciado, sabendo-se que um discurso enunciado não pode falar do mundo, sem falar de si (Ducrot). É isso que mostra que está implicada na construção do discurso; a referenciação vem a propósito da enunciação.

2.2.1.2 Referenciação e Argumentação no Discurso

A argumentação no discurso reúne duas aproximações teóricas que são, de um lado, a análise do discurso francesa e do outro a argumentação retórica, inspirada na Nova Retórica de Perelman e Olbrechts Tyteca (1992), um quadro teórico sociodiscursivo que privilegia os estudos empíricos. Nessa teoria, a argumentação é concebida sempre em relação de interlocução, privilegiando a linguagem em uso, uma linguagem, portanto, em contexto, não restrita à língua como sistema. As enunciações são concebidas como veículo de posicionamentos e valores, uma abordagem assumidamente dialógica no sentido bakhtiniano, onde cada enunciado é a continuidade de muitos outros, “é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (Bakhtin, 2000, p. 291). A argumentatividade é reconhecida como uma dimensão inerente à língua em uso, e consequência do dialogismo que, por sua vez, é inerente ao discurso (Amossy, 2018a); tal pressuposto indica que não há discurso ou linguagem em uso sem argumentatividade:

É a utilização da linguagem em seu contexto dialógico obrigatório que acarreta necessariamente uma dimensão argumentativa, mesmo quando não há uma programação declarada nem estratégias imediatamente perceptíveis. (p. 43)

A teoria da argumentação no discurso que privilegiamos nesta investigação diverge do sentido de argumentação empregado nos estudos pragmáticos de Ducrot (1987) e Anscombe e Ducrot

(1988), essa uma concepção reconhecidamente semântica em que a argumentação restringe-se à língua, isto é, a argumentação é um fato da língua, não do discurso. Como refere Plantin (2008), “é reconstruída em um plano exclusivamente linguístico, de acordo com o programa estruturalista em linguística” (p. 32). De acordo com essa percepção, para se reconstruir a argumentação implicada, recorre-se a à interpretação dos enunciados, uma perspectiva de microanálise, como refere Marques (2011):

Apesar da Teoria da Argumentação na Língua se limitar a uma perspectiva de microanálise, esta é uma perspectiva fundamental para a teoria da argumentação no discurso (Amossy 2000), porque tem como fundamento teórico central a matriz dialógica da língua, o que, nomeadamente, permite articular a dimensão local da análise linguística com a dimensão global textual. (p. 283)

A argumentação no discurso diverge também da teoria da argumentação lógica das línguas naturais que inscreve a argumentação nos processos cognitivos da linguagem, na atividade cognitiva do locutor. Sobre essa questão, Plantin (2008) contribui afirmando que “por um lado, trata-se de uma lógica que leva em conta o diálogo [...], por outro lado, trata-se de uma lógica de objetos. [...]. A noção central da lógica natural é a da esquematização” (p. 39-40).

O Tratado de argumentação de Perelman e Tyteca (1992) retoma alguns conceitos da retórica clássica, mas ao contrário daquela que se preocupava com a maneira como ocorria a comunicação perante uma multidão em praça pública, os autores não enfatizam o estudo da elocução, ao contrário, a ênfase é dada ao estudo dos textos escritos, centrando-se na estrutura da argumentação, nos mecanismos de pensamento para analisá-la. A nova retórica de Perelman e Tyteca é inspiração para a teoria da argumentação no discurso, nomeadamente no que concerne à valorização dada à dimensão comunicacional e interacional. Contudo a teoria da argumentação no discurso reformula e amplia a definição de argumentação definindo-a como:

Os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema. (Amossy, 2018a, p. 47)

Argumentação e persuasão estiveram ligadas na teoria clássica de argumentação retórica entendida como técnica apropriada à finalidades persuasivas. O objeto da retórica antiga detinha-se muito fortemente na arte de falar em público de modo persuasivo. Como define Aristóteles (2005), “entendemos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada passo com o fim de

persuadir” (p. 78). Também nos estudos contemporâneos do Tratado de Argumentação se afirma que, “nosso tratado só versará sobre os recursos discursivos para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer” (Perelman e Tyteca, 2005, p. 8).

A perspectiva da teoria de Amossy (2018a) é a de que a argumentação não participa apenas dos textos que têm a persuasão como finalidade, mas também “dos textos que levam a compartilhar um ponto de vista sobre o real, reforçando valores, orientando a reflexão” (p. 46).

Para Charaudeau (2008a), o discurso político está muito ligado à atividade linguageira de persuasão, considerada uma ordem argumentativa presente em situações cujo objetivo é, sobretudo, conquistar a adesão do auditório, e, nesse sentido, aparece também muito ligado à construção de imagens. Refere que “o discurso político é um jogo de máscaras” (p. 8), aqui entendido não como meio de esconder uma realidade, mas no sentido de imagens que o locutor constrói em função dos objetivos que pretende alcançar.

Segundo o linguista (p. 67), qualquer indivíduo constrói uma imagem de si em situação de interação, e no campo político não seria diferente; nesse lugar a noção de *ethos* parece ganhar reforço, em razão do largo alcance da fala do político. A presença do auditório, os atores, o discurso e as imagens construídas, tudo confirma a metáfora teatral de que fala Charaudeau e se, “todo sujeito que fala pode jogar com máscaras” (p. 116), sendo esse sujeito um político em uma situação específica, o seu discurso é construído com o objetivo de garantir adesões, de fazer crer. As escolhas que faz sobre o que vai dizer e como vai dizer estão a serviço de um projeto discursivo, e também da construção de uma imagem de si que deseja compartilhar; “há uma “intenção subentendida” onde as “identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*” (p.116), uma intenção que é percebida na situação de comunicação pelo modo como o sujeito se apresenta. A identidade social procura responder à questão sobre “o que dizer” e a identidade discursiva responde sobre o “como dizer” (Charaudeau, 2009, p. 5).

O *ethos*, uma noção retórica introduzida pela primeira vez por Aristóteles, juntamente com o *pathos* e o *logos* constituem as chamadas provas de persuasão fornecidas pelo discurso. Embora a noção de *ethos* nas teorias da argumentação contemporânea seja diferente da retórica clássica, adquirindo lugar de destaque nos estudos de autores como Adam (1999), Amossy et al (1999) e Maingueneau (2008), permanece a noção de *ethos* como construção discursiva de uma imagem positiva do orador orador/locutor como ser do discurso. Marques (2011) refere que as imagens do locutor e do alocutário, tal como são construídas no e pelo discurso, constituem dimensões fundamentais da linguística da enunciação, da organização enunciativa do discurso, e que “a

conjunção destes estudos com a dimensão retórica do conceito de *ethos* permite explorar a dimensão argumentativa das imagens dos interlocutores” (p. 287).

A construção discursiva do *ethos* não é sempre direta, Charaudeau (2008a) reconhece que não há garantias de que a construção da imagem que o locutor pretende compartilhar com o auditório terá a interpretação desejada, advertindo que o *ethos* não é totalmente voluntário, ou seja, não depende sempre de sua vontade. Como qualquer outro indivíduo, o político pode vivenciar situações em que as imagens construídas não coincidem sempre, podendo o destinatário (re)construir um *ethos* diferente do desejado pelo locutor. Nesse aspecto, Maingueneau (1997) é mais restritivo, referindo que a AD só pode integrar a noção de *ethos* retórico, “afastando qualquer preocupação psicologizante e voluntarista” (p. 45). Para o linguista, não é da vontade do enunciador escolher o papel que quer interpretar em função dos efeitos desejados e, embora associado ao locutor, o *ethos* não coincide com os seus atributos reais, ainda que este seja a fonte da enunciação. Trata-se de uma construção que parte de fora, é o alocutário que constrói representações do *ethos* do locutor, o *ethos* é referido pelo linguista como “uma voz da qual o discurso é inseparável” (p. 45).

Maingueneau (2008b) estabelece uma distinção entre o *ethos discursivo* e o *ethos pré-discursivo*, também conhecido como *ethos* prévio. Ainda que se trate de uma noção indissociável do ato de enunciação, o interlocutor constrói uma imagem prévia do locutor antes mesmo que ele fale. Esse é um fato presente em muitos gêneros discursivos, como no político e no midiático, certamente não é verificável em todos os gêneros.

Quanto à noção de *pathos*, Amossy (2018) também a define como uma questão da argumentação no discurso, e posiciona-se do seguinte modo, “se o conhecimento das paixões humanas é apresentado na *Retórica* como indispensável, é porque ele permite agir pela palavra: esse conhecimento contribui fortemente para conquistar a convicção do auditório” (p. 196). O *pathos* está relacionado “ao modo como se desperta no auditório as emoções adequadas à persuasão” (Marques, 2011, p. 287), um despertar que ocorre pelo discurso, uma condição que torna inseparáveis o discurso (o *logos*) e as emoções (o *pathos*).

Sobre a dimensão emocional da linguagem, Micheli (2013) refere que pode ser analisada a partir de diferentes modos de semiotização verbal, e propõe um modelo global e integrado de análise da linguagem emocional observável, destinado à descrição dos dados do discurso:

Nous proposons de parler des émotions en tant qu’elles sont sémiotisées par les locuteurs (ou en tant qu’elles font l’objet d’un processus de sémiotisation). Le verbe « sémiotiser » est ici entendu dans le

sens volontairement peu spécifique de « rendre quelque chose manifeste au moyen de signes. (Micheli, 2013, p. 4)

Também para Plantin (1997), estudar as emoções no discurso tem a ver com o modo como o locutor as constrói e usa, e não com experienciar emoções, que seria do campo da psicologia. A análise da emoção no discurso é feita a partir da noção de “énoncé d’émotion” (p. 82), ocorre o uso de um termo de emoção a um *locus* psicológico (os atores do texto/discurso) e de um tópico específico para a emoção, que a desperta, e cujas marcas linguísticas, substantivos de emoção, entram em contexto por designações diretas ou indiretas das emoções, que seriam os casos de emoções ditas ou percebidas. “Por um lado as emoções estão ligadas a certos *scripts* de ação ou situação, por outro lado, alguns temas carregam em si a emoção, que pode ser negativa ou positiva” (p. 87).

Para Plantin (1997), emoção é um sentimento³⁹ e está relacionada, segundo as teorias causais, a determinada situação que lhe serve de estímulo, não uma situação objetiva, mas a uma percepção subjetiva da situação, daí a ligação das emoções com o ponto de vista, “dado que as regras de construção e de justificação dos afetos não são diferentes das regras de construção e de justificativa dos pontos de vista” (Plantin, 2008, p. 124).

Jacquin & Micheli (2012), analisando a argumentação a partir da questão clássica do desacordo, consideram “excessivamente generalizadoras” as concepções que tornam a argumentação um componente intrínseco ao discurso, caso das teorias de Ducrot (1987) e Amossy (2016 [2018a]). Propõem, então, uma terceira via que permita identificar as especificidades da argumentação para lidar com a discordância, que as visões muito englobantes das outras teorias não trazem. Para identificar a especificidade da argumentação não é necessário evocar a reabsorção do desacordo do qual se origina; para os autores, essa dimensão nem precisaria estar incluída na sua definição geral. A chave estaria na identificação da cristalização dos desacordos e na construção de posicionamentos.

O processo de referenciação está ligado aos estudos da argumentação, na medida em que as escolhas de um locutor quanto aos objetos de discurso inscrevem seu posicionamento por meios linguísticos-discursivos. De acordo com os pressupostos da argumentação no discurso, não é válida a ideia de que se toma a palavra de modo aleatório, seja explícita ou implicitamente; a língua em uso impõe ao locutor posicionamentos, isto é, reconhece-se na linguagem não apenas sua dimensão comunicativa, que fora muito valorizada no quadro teórico da linguística estrutural. Segundo Marques

³⁹ O uso de emoção como sentimento está apoiado na explicação de Plantin (1997), onde o autor justifica a indiferença dos termos: “Nous parlerons indifféremment de sentiments ou d’émotions, le dérivé émotionnel étant d’emploi plus général que le dérivé sentimental.

(2011), nessa perspectiva, a argumentação é a essência da linguagem em uso. Falar é argumentar” (p. 269).

Para finalizar, e de um certo modo contextualizar a seção seguinte, diremos que depois de ter passado por um período negativo, em que a retórica foi considerada como um discurso vazio, há uma recuperação moderna da retórica e da argumentação. Mas nos interessa não propriamente a perspectiva de Perelman e Olbrecht-Tyteca ou Toulmin, mas a argumentação no discurso, designada por Rabatel (2004) como “argumentação indireta”, que permeia todos os discursos para tornar mais forte o que se diz, com vista à concretização do propósito discursivo e argumentativo de um locutor. Nos interessa, portanto, essa dimensão que se liga à teoria do Ponto de Vista, onde os PDV estão ao serviço dessa argumentação no discurso que é também indissociável da referenciação.

2.2.1.2.1 Argumentação no Discurso e Ponto de Vista: Perspectivas Teóricas

Rabatel (2016) sobre PDV e argumentação esclarece que:

O Fenômeno geral do ponto de vista é uma espécie de interface entre essas duas atividades linguageiras ou uma espécie de agente duplo, que instala a visada argumentativa no interior da narrativa, enquanto a dimensão argumentativa resulta das escolhas (explícitas e/ou implícitas) do emissor e das estratégias interpretativas do receptor consciente e/ou inconsciente, mais ou menos previsíveis. (p.171)

O linguista inclui o PDV no centro da discussão sobre o fundamento da linguagem como fronteira das atividades linguageiras da narrativa, e da argumentação da qual “o PDV é tributário de uma axiologia, de uma orientação argumentativa que tem a intenção de escapar de qualquer discussão” (p. 171).

Naquilo que considera uma teoria da argumentatividade geral da língua e dos discursos, salienta as ligações entre o apagamento enunciativo e a argumentação indireta no âmbito de uma teoria do ponto de vista, o PDV. “De certa maneira, os PDV mostram a que ponto a argumentação funciona forte e eficazmente no “implícito” (p. 173).

Considera ainda a argumentação indireta, ou argumentatividade, uma noção mais ampla do que a de argumentação, referindo que existem graus de argumentação, conforme ditam os pressupostos da teoria da argumentação no discurso (Amossy, 2018a). Para ultrapassar a problemática da oposição sobre o que é ou não argumentativo, essa autora propõe a substituição desse raciocínio, em favor de uma definição gradativa da argumentação, “um *continuum* que

apresenta modalidades argumentativas diversas, de tal modo que a argumentação pode revestir-se de aspectos variados” (p. 43). É certo que o discurso comporta efetivamente uma dimensão argumentativa, mas comporta também outras dimensões como a narrativa e a informacional, que podem apresentar níveis persuasivos distintos, ou mesmo tentar omiti-los. De acordo com Amossy (2018a) a argumentatividade nos discursos se reveste de duas dimensões, uma *dimensão argumentativa*, que encontramos em muitos discursos, tida como simples exposição do ponto de vista, e que difere da *visada argumentativa* que caracteriza-se pela intenção de modificar as posições do alocutário, que tem fins persuasivos e uma “intenção consciente e que oferece estratégias programadas para esse objetivo” (p. 44).

A construção enunciativa dos discursos, assim como a inscrição do locutor no seu discurso, traz questões fundamentais que ligam-se à construção da referenciação, que não é separável do conceito de argumentação no discurso. Há um objetivo discursivo global relacionado à argumentação, não a argumentação clássica, herdeira da filosofia, mas ao reconhecimento da fala como meio para conseguir algo, que permite o reforço de uma opinião que interessa ao locutor e também ao alocutário.

2.3 O Tópico Discursivo

O conceito de tópico apresenta-se de forma um tanto quanto complexa, muito em razão de uma diversidade terminológica. Ao termo tópico atribui-se conceitos diferentes, assim como, a termos diferentes, sentidos semelhantes. Não faremos aqui um longo apanhado dessas ocorrências, pretendemos apenas enquadrar o conceito que é abordado em diferentes correntes teóricas.

Na linguística, é introduzido pela Escola de Linguística Funcional de Praga, e restrito ao nível da frase. Mas há uma outra vertente de análise, na qual inscrevemos nosso trabalho, que é o tópico discursivo, aqui analisado a partir de dois sentidos, como parte de uma hierarquia, em que há um supertópico e um subtópico, mas também fora dessa hierarquia, como aquilo de que se está a falar no momento.

Como postulado inicialmente pela Escola de Praga, o tópico frasal ou *sentence-topic* seu equivalente anglo-saxão, de natureza sintática, é retomado por outros autores na distinção tema-rema, “para referir as partes da frase em que se organiza a distribuição da informação” (Barbosa, 2005, p. 343). O tema equivale ao tópico, uma noção funcional de tópico, portanto, ainda de natureza sintática, como refere Marcuschi (2006). Este autor refere ainda que, a depender do contexto teórico envolvido,

faz-se distinção entre *tópico e comentário*, uma distinção de caráter mais pragmático; e também entre o par *dado e novo*, de natureza mais cognitiva. Porém, em todos os casos, “trata-se de uma distinção sintática que faz uma ponte entre o semântico e o pragmático no âmbito da frase” (p. 8). Tem-se ainda a noção de *foco*, a qual o tópico também é associado e debatido sob a perspectiva da linguística gerativa e da semântica formal. A essa heterogeneidade de aplicações some-se ainda o enquadramento do tópico no campo dos estudos fonológicos, uma vez que o termo também é usado para descrever “proeminências prosódicas” (Barbosa, 2005, p. 339).

Segundo Barbosa (2005), a concepção alargada de tópico discursivo como uma problemática também do discurso, começou a ser delineada pela perspectiva funcional da frase como consequência dos estudos semântico-pragmáticos, atribuindo a Danes (1970) a introdução da dicotomia *tópico-comentário* ligada à distribuição da informação do conteúdo em unidades maiores do que a frase, contrariamente à organização *tema-rema* ligada à organização da estrutura informacional da frase.

Sobre essas concepções dicotômicas, Mondada (1995a) refere que o tópico é um “domínio linguístico controverso, não estabilizado por um paradigma ou uma definição partilhada”, tomado a partir de uma concepção “não integrada” que reduz o tópico a um único tipo de análise (p. 112).

Adotamos neste trabalho a noção de *tópico de discurso*, tomando como base os fundamentos teóricos de Mondada (1995, 2001) e Berthoud e Mondada (1994, 1995) que têm como principais continuadores os investigadores brasileiros Fávero (1999), Marcuschi (2006), Pinheiro (2006, 2012), Koch e Penna (2006), Jubran (2006), e os franceses Apothéloz e Pekarek Doehler (2003). Há ainda outros autores que contribuem para o desenvolvimento teórico, como Van Dijk (1977), a partir do conceito de macroestruturas semânticas, e Brown & Yule (1983), que trazem a questão em termos de tema discursivo.

Para Van Dijk (1977), tópico discursivo designa “macroestruturas” de natureza semântica, que determinam a coerência global de um discurso e que são, por sua vez, determinadas pela “coerência linear das sequências”, baseada, em grande medida, no tópico do discurso de uma determinada passagem. O autor lida com o tópico como uma noção intuitiva “que parece reduzir, organizar e categorizar a informação semântica das sequências como um todo” (p. 132), e deve ser aplicada em termos de estruturas proposicionais. A questão da hierarquização entre tópicos é levantada a par da referência ao subtópico:

That such subtopics cannot be the whole topic is shown by the fact that other sequences of sentences of the passage entail further atomic propositions. This means that only those propositions entailed by (a part of) a discourse are topics which DOMINATE all semantic information of the sequence. (p. 136)

Brown & Yule (1983) salientam a importância do contexto na identificação do tópico, enquanto conteúdo de um discurso/texto, reconhecendo que há várias interpretações possíveis, “In any conversation, 'what is being talked about' will be judged differently at different points and the participants themselves may not have identical views of what each is talking about” (p. 73). E sugerem que se deve “to work predictively in terms of his previous experience (similar speakers, similar genres, etc.) and on the other hand to examine the content of the text” (p. 75). Também fazem referência a uma certa hierarquia entre os tópicos justificando-a sob o argumento da importância dada, sugerindo que:

If it can also be shown that people remember these top-most elements better than others, then this might be evidence that what we have 'in our heads' after reading a text are those elements which constitute the discourse topic. In order to evaluate such an approach, we have to consider critically how such representations of discourse content are arrived. (Brown & Yule, 1983, p. 107)

Em Mondada (1995a) e Berthoud e Mondada (1995) o tópico discursivo é um fenômeno inseparável do contexto da sua enunciação e deve ser compreendido num processo de coconstrução interacional, a partir de uma concepção integrada dos fenômenos em questão:

Cette dimension constitutivement énonciative du topic est soulignée par Laparra lorsqu'elle le définit comme "ce dont JE parle, ou plutôt ce que JE me donne comme support de ma prédication (je peux me donner ce que je veux en fonction de la situation dénonciation): mais l'opération par laquelle je me donne quelque chose modifie ce quelque chose". (Berthoud e Mondada, 1995, p. 207)

Reconhecendo, portanto, que o conceito de tópico está intimamente relacionado ao assunto de que se está a tratar, o *aboutness*, a proposta das autoras não encerra uma definição ou delimitação do tópico, mas uma análise a partir de uma configuração dinâmica global resultante das sequências discursivas. Lhes interessa saber como as dimensões temáticas, enunciativas e interacionais “intervêm na organização do discurso e interpenetram no detalhe do desenvolvimento discursivo” (p. 206). Tal qual a referenciação, o interesse é mais uma vez processual, ou seja, é analisar o modo como o tópico é construído.

No âmbito dessa abordagem enunciativa e interacional de tópico, as autoras consideram que a proposição de um tópico insere-se num espaço intersubjetivo de construção e estruturação do discurso:

La mention du topic dépend de l'attribution de la propriété de mentionable, qui est motivée par rapport aux expériences du sujet. C'est cette expérience psychologique de la saillance qui permet une extraction de l'objet parmi tous les autres (3), ou la hiérarchisation des objets pour que l'un d'entre eux reçoive la première mention (4), ou bien la sélection d'un objet même s'il n'était pas un candidat à la topicalité (5). (Berthoud e Mondada, 1994, p. 6)

As autoras ligam a identificação de um tópico à dimensão cognitiva, quando referem que a “propriété de mentionable” depende da experiência do sujeito. No espaço da intersubjetividade no qual a teoria assumidamente se enquadra, essa relação acentua a dimensão social, uma dimensão fundamental nesse processo porque orienta as escolhas dos sujeitos para, diante de várias possibilidades, selecionar objetos discursivos apropriados à construção de determinado tópico, sendo esse tópico facilmente identificado pelos demais participantes. Essa inter-relação entre o cognitivo e o social é parte da experiência psicológica do sujeito, orienta o locutor e o interlocutor para o reconhecimento de dimensões contextuais, sociais e experienciais fundamentalmente envolvidas na organização tópica.

Do ponto de vista do analista, a identificação e interpretação da rede de sentidos instaurada pela convocação de certos objetos discursivos pelo locutor, leva a tópicos mais visíveis na materialidade discursiva do que outros. Marcuschi (2006) destaca que, no plano de sua organização e desenvolvimento, o tópico sofre certas alterações, em razão das condições de produção dos discursos orais e escritos; são alterações basicamente de tempo e de espaço.

No discurso dialogal, diferentemente do monologal e não espontâneo, o tópico é coconstruído num processo espontâneo e colaborativo: é introduzido, desenvolvido, retirado e reintroduzido. Numa conversação, por exemplo, em função da interação em tempo real, a progressão tópica é planejada, isto é, no âmbito da dimensão cognitiva, o locutor planeja sobre o que vai dizer, e decide se continua ou se muda de tópico, um processo que se desenrola simultaneamente no momento da conversação. Segundo Marcuschi (2006), esse processo não ocorre em textos escritos, em razão de um “tempo defasado (não só em relação à recepção, mas também em relação à produção)” (p. 9). Nessa configuração, ou seja, numa atividade discursiva monologal, o sujeito elabora antecipadamente os tópicos que lhe interessa destacar, para ser apresentado posteriormente; portanto, não há contribuição imediata de um outro na construção desses tópicos, embora saibamos que sempre há um outro a

quem o discurso se dirige, tendo em vista que o discurso é sempre dialógico, como refere Kerbrat-Orecchioni (1986): “tout discours, sans être nécessairement dialogal, est donc toujours dialogique” (p. 11).

Em termos de operacionalização do tópico discursivo, os estudos de Marcuschi (2006), Koch e Penna (2006) e Jubran (2006) contribuem nessa questão.

Segundo Marcuschi (2006), não se costuma distinguir entre tópico discursivo e outro polo, como nos casos anteriores, o tópico discursivo “é levado adiante em porções maiores” (p.9), ou seja, não se restringe à frase, é parte do processo enunciativo. Suas pesquisas verificaram a possibilidade de uma relação direta entre a organização tópica e a organização lexical, o tipo de relação estabelecida na construção do processo referencial global, e, ainda, a contribuição de aspectos contextuais e do conhecimento prévio em todo esse processo. Nessa análise, Marcuschi afirma que desmembra o tópico a partir do modo como se manifesta, em esquemas globais ou *frames*, para fins de verificação das relações que se pretende apreender. O autor considera que a relação direta entre o tópico discursivo e o objeto de discurso ocorre por meio de algumas operações internas denominadas *enquadre*, quando uma determinada expressão pode evocar um conjunto de propriedades, relações ou associações (*frames, cenários, esquemas* etc) de *textualização*, que são relações determinadas pelo domínio cognitivo gerado no processo de textualização de um elemento (cotextualidade), e de *referenciação* quando um elemento designa um universo de fenômenos nomeados por sinonímia ou por substituição (Marcuschi (2006, p. 11).

O estudo de Koch e Penna (2006) centra-se em descrever a progressão do tópico no texto, através da identificação das formas nominais, reconhecendo objetos de discurso como entidades responsáveis por essa progressão. Reconhecem também que o tópico pode ser mantido e continuado ou descontinuado por operações⁹⁰ de construção/ativação, reconstrução/reativação e desfocalização/desativação. As autoras concluem que a manutenção tópica, também responsável pela coerência textual, ocorre pela reconstrução/reativação dos objetos de discurso e das formas nominais referenciais que representam discursivamente as escolhas do locutor. O interesse pelas expressões nominais justifica-se na evidência da dimensão argumentativa que emerge dessas escolhas, portanto, de uma subjetividade marcada nas pistas linguísticas deixadas no texto/discurso.

⁹⁰ A construção ou ativação é a operação pela qual um novo “objeto” é introduzido no discurso, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceitual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo; a reconstrução/ reativação: um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nóculo continua em foco); a desfocalização/desativação: ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores.

Jubran (2006) e o grupo⁴¹ de pesquisas brasileiro, trabalhando com a perspectiva textual interativa, consideram o tópico uma categoria analítica abstrata e o definiram através de duas propriedades que são *centração e organicidade*.

Com a *centração* “o grupo destaca fundamentalmente a referencialidade textual”, o tópico é entendido como aquilo “acerca de” que se fala, isto é, “um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem” (p. 35).

A *centração* engloba mais três propriedades, cuja observação permite a identificação da relação de interdependência semântica entre elementos textuais (*concernência*), proeminência de elementos textuais na constituição do conjunto de referentes (*relevância*) localizado em determinado ponto do texto (*pontualização*). A propriedade da *organicidade* enfatiza a organização intertópica:

Manifestada por relações de interdependência tópica que se estabelecem simultaneamente em dois planos: no plano hierárquico, vertical, conforme as dependências de super ou subordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência com que são tratados na interlocução; no plano linear, de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de tópicos na linha do discurso. (p. 36)

Os investigadores brasileiros procuram delimitar o conceito de tópico e ao mesmo tempo propor instrumentos teóricos para determiná-lo e identificá-lo, o que vem a diminuir a nebulosidade que o circunda, que parece estar ancorada numa definição de tópico dependente de uma experiência psicológica. É na perspectiva da interpretação do alocutário que o tópico está sendo tomado, não como intenção a ser discursivizado pelo locutor. Essa interpretação é efetivamente dependente de outros fatores, nomeadamente de dimensões experienciais e discursivas dos sujeitos que levam a que, face a um discurso de um presidente da república haja interpretações diferentes quanto aos tópicos, nomeadamente quanto à sua hierarquização, o que vem a confirmar a importância da inter-relação do social com o cognitivo que leva à valorização de certos tópicos em detrimento de outros, e na relação com o conhecimento enciclopédico dos sujeitos.

⁴¹ Os autores são: Hudinilson Urbano, Ingedore Grunfeld Villaca Koch, Leonor Lopes Fávero, Luiz Antônio Marcuschi, Luiz Carlos Travaglia, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, Maria do Carmo Oliveira Turchiarri Santos, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, Mercedes Sanfelice Riso, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino e Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran. Recuperado de Jubran (2006).

2.3.1 A Construção dos Objetos de Discurso

Ficou evidente na seção anterior que a identificação dos tópicos discursivos requer, primeiramente, a identificação dos objetos discursivos que são convocados pelo locutor para a construção dos discursos, são entidades em constante inter-relação.

Com o advento do conceito de referenciação, em Mondada (2001) o conceito de objeto também ganha novos contornos. Entendendo a referenciação como atividade sociocognitiva-interacional, que leva à coconstrução de sentidos, e, como já referido anteriormente, os objetos, antes considerados do mundo, passam a “objetos de discurso”:

Au sein de ces opérations de référénciation, les interlocuteurs élaborent des objets de discours, i.e. des entités qui ne sont pas conçues comme des expressions référentielles en relation spéculaire avec des objets du monde ou avec leur représentation cognitive, mais des entités qui sont interactivement et discursivement produites par les participants au fil de leur énonciation. (p. 9)

No âmbito de uma perspectiva etnometodológica e analítica de conversação, com foco no processo de construção do conhecimento, Mondada & Dubois (2018) consideram que entre os objetos do mundo e os discursos a seu respeito há atividades de sujeitos socialmente situados, sendo esse, efetivamente, o interesse da abordagem. O sujeito tem um papel importante nessa abordagem, já que o modo de significar o mundo decorre do modo como interage socialmente e faz uso da linguagem:

Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo. (p. 20)

Dizer que os sujeitos constroem suas narrativas sobre o mundo em interação implica reconhecer “um grande número de divergências entre a linguagem ou conhecimento humano e o mundo, entre os nomes, seus sentidos comuns, seus usos, seus conceitos e as coisas” (p. 20/21). Segundo as autoras, isso ocorre porque os sujeitos têm particularidades decorrentes de fatores experienciais e contextuais, e assim: “as coisas” não têm um significado único e homogêneo, que vai sendo apenas internalizado e compartilhado sem alterações. Cada um constrói “o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso” (p. 20).

Mas nem tudo é possível. Se há liberdades cognitivas e sociais, há também restrições cognitivas e sociais. O reconhecimento de uma efetiva instabilidade que constitui o modo como os sujeitos constroem as categorias e objetos de discurso não significa que tudo se transforme numa “panacéia subjetivista” (Marcuschi e Koch, 1998), mas que “a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade” (p. 173).

Apothéloz e Béguelin (1995) também deram saliência a essa questão ao referirem que o alinhamento com essa concepção teórica e “construtivista de linguagem” não significa defender um desligamento total entre o referente e seu significado. Consideram, como não poderia deixar de ser, que há sim uma certa relação direta entre as coisas e as palavras, isto é, entre as coisas e os seus referentes:

D'une part, nous pensons que l'identité des objets-de-discours intègre forcément certains paramètres référentiels (au sens extensionnel du terme); d'autre part, il est bien entendu que l'interprétation des expressions référentielles sollicite constamment notre connaissance et notre expérience des propriétés du monde “réel”. (p. 9)

A questão da “instabilidade das relações entre as palavras e as coisas” é tratada por Mondada (1997) e Mondada & Dubois (2018) abrangendo o modo como os sujeitos categorizam o mundo, que não se resume apenas a escolhas lexicais adequadas a designarem objetos de discurso isolados, mas também ao modo como constroem os discursos. O processo de categorização implica certas escolhas pelos sujeitos, a depender do objetivo discursivo que têm em mente; é, portanto, uma dimensão (inter) subjetiva, como destacam as autoras:

Salientando as instabilidades categoriais, nós vamos querer mostrar que elas repousam sobre processos complexos, que operam a um nível psicológico, discursivo, linguístico, advindas de competências sociais, de pontos de vista, de atividades situadas e de práticas intersubjetivas e não de propriedades incertas do mundo. (2018, p. 40)

De acordo com os estudos das autoras, do ponto de vista linguístico, as categorias podem ser reavaliadas e transformadas quando um contexto discursivo é reenquadrado. Esse movimento direciona para um outro processo contínuo que é reconhecido pela literatura como processo referencial de recategorização, uma noção que vem sendo desenvolvida continuamente em trabalhos de autores como Apothéloz e Béguelin (1995), Cavalcante (2003, 2005), Koch e Penna (2008), Lima & Cavalcante (2015) e Cavalcante e Matos (2016).

A recategorização é também um processo que faz parte da referenciação como atividade discursiva, para fins de construção de sentidos e de objetos de discurso. Tem relação com a questão das categorias evolutivas já tratadas em Apothélos e Béguelin (1995).

Cavalcante e Matos (2016) assim a definem:

A recategorização é um processo cognitivo-discursivo de transformação dos referentes, a qual é de crucial importância para a orientação argumentativa do texto. Em outros termos, os objetos discursivos vão mudando ao longo do texto por meio de acréscimos de atributos ou predicados a eles conferidos pelo locutor, por meio de diversas marcas textuais estratégicas, as quais são capazes de remodelar a imagem do referente construída pelo interlocutor [...]. (p. 94)

Valorizando a perspectiva da cognição social e interacionalmente situada, Cavalcante (2005) considera que “é da inter-relação entre língua e práticas sociais que emergem os referentes ou “objetos-de-discurso””. De acordo com a autora, a referência às coisas do mundo instaura no discurso uma entidade que passa a ser continuamente construída a par da interação entre os sujeitos e “não uma entidade congelada que herdamos e transferimos” (p. 125). Os referentes são reconhecidos como objetos, e por serem uma entidade que desenvolve-se ao nível discursivo, são tidos como objetos de discurso.

2.3.2. Mecanismos Linguístico-Discursivos de Construção do Tópico

2.3.2.1 O Plano de Texto

A ampla pesquisa de Adam (2011/2019) é dedicada sobretudo à análise textual dos discursos e, dentre sua contribuição à área, referimos o destaque dado à organização/estruturação composicional e sequencial dos textos. É importante lembrar que a atenção dada a essa organização composicional, se tem um ponto inicial na retórica, tem, mais recentemente, um outro quadro de origem que são os trabalhos de Bakhtin (1986) ao definir como característica de gênero, o conteúdo temático, o estilo, mas “acima de tudo” a estrutura composicional, como citado em Silva (2016):

These utterances reflect the specific conditions and goals of each such area not only through their content (thematic) and linguistic style, that is the selection of the lexical, phraseological, and grammatical resources of language, but above all through their compositional structure. (p. 183)

Adam (2019) refere que “a posição radicalmente transfrástica” da tese de Bakhtin, ao buscar relacionar “os domínios classicamente separados dos estudos literários e linguísticos” (p. 24), influenciou o desenvolvimento de seu estudo, que prevê a articulação entre análise textual e discursiva. Sobretudo quanto à proposta, já apontada por Bakhtin e pelo círculo, de integração à análise do discurso de outros gêneros e não apenas dos literários como ocorria nos estudos retóricos clássicos, Adam se posiciona em favor dos pensamentos de Voloshinov e Bakhtin, para reconhecer que:

A riqueza e a variedade de gêneros da fala são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é interminável e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros da fala que vai se diferenciando e se amplificando à medida que se desenvolve e se complexifica essa esfera. (p. 24)

Ao retomar de forma mais sistemática e desenvolvida a questão dos gêneros discursivos, Adam (2019) agrega a noção de plano de texto a qualquer gênero e não apenas àqueles considerados pela retórica. Trata-se de uma noção central em seus estudos por considerá-la em seu papel ordenador e “obrigatório” da estrutura composicional global dos textos (p. 58). Os planos acolhem em seu interior as partes periódicas constituídas por frases, períodos e sequências descritíveis; são as estruturas sequenciais ou protótipos de sequências, segundo o linguista: “as sequências são categorias de textualização que articulam e hierarquizam agrupamentos de enunciados em um nível mesotextual pré-genérico que, assim, atravessa todos os gêneros” (p. 50).

Para Adam (2011a) a identificação do plano de texto, juntamente com o reconhecimento de suas partes, é fundamental para se compreender o sentido global de um texto; funciona como uma “base de composição assemelhando-se, nesse aspecto, a ideia de gêneros textuais/discursivos por estarem, ambos, disponíveis no sistema de conhecimento dos grupos sociais” (p. 256). O linguista faz uma analogia entre a noção de plano de texto e o que na retórica clássica denomina-se *dispositio* ou “parte da arte de escrever e da oratória que regrava a ordenação dos argumentos tirados da invenção” (p. 257). É, portanto, uma categoria que está diretamente relacionada à produção/compreensão de textos, desempenhando um papel fundamental no nível da composição macrotextual, o que também justifica sua importância em termos da análise.

Adam (2011a) também distingue os planos de texto em *convencionais e ocasionais* a partir da verificação do grau de ocorrência de fixação dos gêneros, sendo os planos de texto convencionais “mais estabilizados a nível linguístico, textual e social e, deste modo, beneficiam de um maior (re)conhecimento quer por parte dos produtores textuais, quer por parte dos leitores” (Rosa et al., 2018, p. 243).

Para além da noção de plano de texto e estruturação sequencial, Adam (2011a) introduz outros elementos como os conceitos de proposição-enunciado, períodos, macroestrutura semântica e macroato do discurso, que fazem parte de um complexo de relações aos quais subordina-se a compreensão geral de um texto. A concepção de texto como um “todo do enunciado acabado” proposto por Adam (p. 283) leva em conta a percepção de um arranjo de elementos interligados, num movimento que deve considerar o exterior e o interior. A definição de texto como “estrutura dialética” que Adam afirma adotar de Mink e Ricœur tem como objetivo tornar clara essa operação que se realiza durante a produção/interpretação textual.

2.3.2.2 Parágrafos e Paratones

Parágrafos e paratones, assim como outros mecanismos linguístico-discursivos, são recursos que permitem ao produtor do discurso/texto transitar de um tópico a outro, cabendo ao ouvinte/leitor perceber essa transição e identificar o tópico ativo na materialidade discursiva. São, além disso, um recurso pragmático fundamental, em razão do seu efeito perlocutório, sabendo que é sob a forma de registro oral que muitos discursos se apresentam pela primeira vez, podendo produzir reações no interlocutor, conforme Bakhtin (1981), como citado em Coutinho (2019):

Na base da divisão do discurso em partes, chamadas parágrafos na sua forma escrita, encontra-se *o ajustamento às reações previstas do ouvinte ou do leitor*. Quanto mais fracos forem o ajustamento ao ouvinte e a consideração das suas reações, mais o discurso será de um só bloco e menos parágrafos haverá. (p. 44)

A literatura sobre o assunto considera que paratones e parágrafos são mecanismos de segmentação global dos discursos/textos que auxiliam como facilitadores para identificação tópica e também para identificação de mudança de tópico. Brown e Yule (1983) enfatizam, contudo, que os parágrafos por si só não são suficientes para determinar a ocorrência de transição tópica, já que a relação entre os fenômenos não é direta. Referem ainda que, embora seja aceite o conceito de parágrafo como mecanismo responsável pela demarcação formal de pedaços de discurso escrito ou impresso, sua identificação não é uma tarefa tão simples, não se trata apenas de encontrar recuos nos textos, o que nem sequer pode existir. Os autores defendem a ocorrência de dois tipos de parágrafos (ortográfico e semântico), e sublinham que o ortográfico pode não corresponder ao parágrafo estrutural (semântico). Segundo os autores, há que se considerar que o parágrafo ortográfico pode resultar de

preocupações estilísticas de um escritor, parcialmente ditadas por apelo ocular, ou de convenções de impressão:

[...] Thus, it may be that the beginning of an orthographic paragraph indicates a point of topic-shift, but it need not do so. Both Longacre (1979) and Hinds (1977) appeal to languages other than English for evidence that there are formal linguistic markers of the beginning and end of paragraphs. What is immediately noticeable in the discussion of these markers is that they are genre-specific. (p. 95)

O paratone é o que no plano oral equivale “ao parágrafo na linguagem escrita, e carrega um significado implícito e/ou inconsciente” (Kadooka, 2008, p.27). O paratone é um marcador discursivo, tendo em vista seus aspectos semânticos e pragmáticos, mas é também, do ponto de vista da gramática sistêmico-funcional um fenômeno fonológico, e é com base nessa dimensão de paratone, como meio típico das funções discursivas da entonação, que o autor refere alguns traços característicos.

Para Van Dijk (1981), é necessário distinguir parágrafo de episódio. Segundo o autor, o episódio é propriamente uma unidade semântica, enquanto o parágrafo é a manifestação superficial ou a expressão de tal episódio. Diferentemente da condição fonológica de paratone atribuída por kadooka (2008), a noção de episódio como propriedade semântica, do modo como refere Van Dijk, assemelha-se à noção de parágrafo estrutural ou semântico, como proposto por Brown e Yule (1983). Nesse estudo, Van Dijk centra-se nas propriedades semânticas, priorizando a noção de episódio que considera na inter-relação com a caracterização das macroestruturas semânticas. Assume que o trabalho é de natureza predominantemente estruturalista, e acredita que enquanto unidades semânticas, a noção de episódio tem relevância psicológica, como unidade em um modelo cognitivo de processamento do discurso:

The theoretical relevance of the notion of episode first of all lies in the fact that we now have a text-based unit corresponding to the earlier notion of macroproposition, that is, the sequence of propositions from which the macroproposition is derived. Secondly, one may assume that this textual unit has cognitive and linguistic properties. As the theory predicts and as has been confirmed in descriptive analysis (Chafe 1980, Longacre 1979, Hinds 1979, and the analysis to be given further on in this paper) [...]. (Van Dijk, 1981, p. 181)

J. M. Adam (2011/2015) é um dos teóricos que mais tem discutido sobre o problema do parágrafo. No quadro dos diferentes níveis de textualização que propõe, considera o parágrafo como unidade do nível mesotextual, situada entre o nível da microsegmentação (unidade da cláusula ou

frase) e o nível da macrossegmentação (unidade do discurso), consoante o raciocínio de Van Dijk (1981), mas se afasta da distinção entre parágrafo semântico e ortográfico.

Sobre essa questão, Adam (2015) afirma que:

Un G § est toujours un S §, c'est-à-dire une forme-sens. Il faut considérer le formel-graphique comme un fait de ponctuation qui est aussi et toujours un fait de sens et un fait énonciativo-pragmatique. Le paragraphe est une meso-unité de sens à interpréter. (p.8)

Sobre as operações de textualização a que se encontram submetidas as unidades textuais, Adam (2011a) refere que a primeira operação é a operação de *segmentação*, aqui o parágrafo surge como mecanismo de segmentação tipográfica do registro escrito, a par das pausas, entonação e movimentos dos olhos e da cabeça na oralidade (p. 63). A outra operação de textualização chamada de operação de *ligação*, também considera o parágrafo já que se desenvolve com base nas “instruções dadas também pelas marcas de segmentação”. Adam (2015) refere que o parágrafo é um fato enunciativo-pragmático, um mecanismo que atua mantendo temporariamente a informação na memória do interlocutor.

Les travaux empiriques et expérimentaux de psychologie cognitive démontrent effectivement que la segmentation en paragraphes facilite et programme la lecture en donnant, par les encoches ou entailles entre paragraphes et entre sections regroupant des ensembles de paragraphes, des instructions de maintien temporaire d'informations en mémoire de travail et de mise en relation des informations textuelles par étapes ou boucles de traitement. (p. 2)

Os discursos de tomada de posse presidencial costumam apresentar uma grande quantidade de parágrafos e paratones que, se colocados em paralelo, não coincidem perfeitamente. Entre os planos oral e escrito há diferenciações já atestadas em Adam (2011a), ao referir que essas diferenças “são muito numerosas têm consequências importantes para a gestão da continuidade do fluxo verbal, tanto na produção, quanto na recepção, mas costumam ser negligenciadas” (p. 209).

PARTE II

CAPÍTULO III. ANÁLISE DOS DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE PRESIDENCIAL: A ORGANIZAÇÃO COMPOSICIONAL

Este capítulo apresenta nossa análise sobre o modo de organização composicional dos discursos de tomada de posse presidencial com base nos conceitos de plano de texto e parágrafo desenvolvidos por Adam (2011a, 2015, 2018).

3.1. O Plano de Texto dos Discursos de Tomada de Posse Presidencial

O plano de texto dos discursos de tomada de posse dos Presidentes portugueses e brasileiros, uma unidade organizacional de nível macro, é constituído por quatro partes, que também podemos formular como sendo um arranjo de 1+3, isto é, uma *sequência inicial protocolar* imposta pelo tipo de evento, seguida de uma organização tripartida, tal como a tradição retórica clássica preconiza. A sequência inicial protocolar, nem sempre aparece registrada na versão escrita dos discursos, justificando a organização 1+3 que propomos. A esta, segue-se a *sequência de abertura* e a *sequência central*, ou “corpo do texto”, nomeado dessa forma por constituir a parte central do texto/discurso, que absorve um conjunto maior de tópicos; e, por fim, a sequência de encerramento.

Para essa análise retomamos de algum modo a classificação de plano de texto apontada na retórica, constituído por introdução, desenvolvimento e conclusão, ainda que estas três partes não se ajustem perfeitamente ao plano de texto dos discursos de tomada de posse. A sequência de abertura não apresenta sinteticamente o assunto que será tratado no corpo do texto, este, por sua vez, não é construído unicamente para desenvolver questões já apresentadas, tampouco a sequência de encerramento tem como fim apresentar um desfecho, ou ponto de vista acerca de uma tese.

O plano de texto dos discursos de tomada de posse presidencial é identificado e delimitado sobretudo em função da ocorrência dos tópicos que vão sendo discursivamente construídos a partir da introdução dos objetos de discurso. Há outros mecanismos importantes no processo de identificação e delimitação desse plano, como parágrafos e formas de tratamento, que para além de delimitar segmentos textuais no corpo dos textos, atuam como recurso pragmático-discursivo mais complexo, e contribuem para a transição tópica, como será demonstrado no capítulo VI. A observação desse fenómeno que é a transição tópica é importante para o processo de identificação do plano textual, uma vez que no gênero discursivo em questão não se apresentam títulos ou seções que explicitamente orientem para uma mudança de tópico. Para além disso, favorece a percepção sobre a importância

dada pelo locutor a determinados tópicos, através de retomadas, manutenção ou simplesmente seu abandono.

Com base nos mecanismos citados acima, nossa investigação constatou que os discursos de tomada de posse presidencial apresentam -se de acordo com o plano textual de seguida explanado.

3.1.1 A Sequência Inicial Protocolar

A sequência inicial de saudação protocolar, como já mencionado, constitui uma parte que é por vezes desconsiderada na versão escrita de alguns discursos. No entanto, não há dúvidas de que está presente no ato de tomada de posse, e podemos inferir sua presença dado o alto grau de ritualização do evento. Uma possível ausência constituiria um grave atropelo do protocolo oficial.

Os atos de saudação protocolar constituem-se como uma importante dimensão pragmática. Sua principal função é estabelecer os diferentes destinatários a quem o discurso é diretamente dirigido e explicitar a relação interpessoal formal estabelecida. É uma relação institucional. Fazem parte de um protocolo a ser cumprido por todos os Presidentes, e sua pequena variação na materialidade discursiva é justificada pela ritualização do evento, isto é, esses atos são dirigidos às mesmas instituições, àquelas diretamente ligadas aos governos. Em conformidade com o contexto, e mais uma vez em cumprimento do rito oficial, justificam-se os usos das formas de tratamento muito formais como Exmos. Srs. Exmas. Sras., e formas de tratamento funcionais, privilegiando os cargos e as instituições, conforme se verifica nos exemplos abaixo.

(3) *Senhor Presidente da Assembleia da República*
Senhor Primeiro Ministro
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
Senhores Conselheiros da Revolução
Senhores Deputados Portugueses (António Ramalho Eanes, 2ª posse, sequência inicial protocolar)

(4) Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governos estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados;[...] Senhoras e Senhores. (Fernando Collor de Mello, sequência inicial protocolar)

Na versão oral dos discursos de posse a menção às autoridades presentes integra o rito do evento, entretanto, no *registro escrito* essa saudação protocolar não se encontra presente na totalidade desses discursos. No *corpus* português investigado, a sequência inicial de saudação protocolar está presente apenas na segunda posse do Presidente António Ramalho Eanes, como se vê

em (3). Nos discursos brasileiros, está presente na maioria dos registros escritos, com exceção dos discursos de 2ª posse dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Para além do uso de formas de tratamento formais, os discursos brasileiros também apresentam o tratamento “senhoras e senhores”, um apelativo geral, que não individualiza os diferentes destinatários do discurso. Apesar da relativa diversidade, consideramos que é pontual, sistematicamente temos, efetivamente, o cumprimento de um rito muito formal.

3.1.2 A Sequência de Abertura

A sequência de abertura dos discursos de tomada de posse em análise não corresponde ao modelo prototípico de *introdução* previsto nos estudos clássicos. Não consiste no anúncio antecipado dos temas que serão tratados no corpo do texto, como acima referimos. Essa parte dedica-se à abertura dos discursos propriamente dita, e, nela, o locutor aborda fundamentalmente tópicos relacionados à simbologia do ato de tomada de posse. Com esse propósito, integra a construção de uma dimensão pessoal, ao tomar a si mesmo como objeto discursivo, associada à construção de uma dimensão emocional. Abaixo, destacamos excertos da sequência de abertura que retomam essas questões fundamentais, mas que serão analisadas de forma detalhada em outra seção deste trabalho:

(5) Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, **vivi a experiência mais importante de minha vida** – a de assumir a presidência do meu País [...]. O que então ocorreu foi o resultado de um **poderoso movimento** histórico do qual eu me sentia – e ainda hoje me sinto – parte e **humilde instrumento** [...]. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, sequência de abertura)

(6) Portugal é a razão de ser do compromisso solene que acabo de assumir. **Aqui nasci, aqui aprendi** com meus pais a falar a língua que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo. **Aqui eduquei** os meus filhos e espero ver crescer os meus netos [...]. (Marcelo Rebelo, 1ª posse, sequência de abertura)

Em (5), a superlativação no discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, a par do uso da forma de primeira pessoa (“vivi a experiência mais importante de minha vida”), contribui para a construção de uma elocução emocionada, um efeito de sentido que é frequente nessa sequência do plano de texto. A adjetivação, *poderoso movimento* em contraste com *humilde instrumento* contribui para a construção do *ethos* do locutor. O uso desta expressão, por força da existência de um *ethos* pré-discursivo, leva à construção da imagem de homem simples, homem do povo, que não se considera agente, mas simples instrumento do que denominou como “poderoso movimento”. Esse *ethos* prévio está ancorado

no conhecimento dos interlocutores antes mesmo do locutor falar, é um conhecimento de domínio social que, aliado ao discursivo, permite que o interlocutor estabeleça relações de referência.

Em (6), o locutor também inicia seu discurso trazendo para o momento solene de tomada de posse a narrativa de sua história pessoal, exemplo modelar das histórias de vida da comunidade de falantes do português e dos portugueses em particular. São construções que ao tomar a si mesmo como objeto, através de narrativas experienciais, o locutor também coloca em evidência uma dimensão que é emocional.

3.1.3 A Macrossequência Central: O Corpo dos Discursos

A terceira parte dos discursos de tomada de posse presidencial é uma macrossequência, porque reúne várias sequências, justificando o fato de no decorrer deste trabalho referirmos “macrossequência central”. É a parte mais extensa e centralmente organizada e constituída por um conjunto de estruturas a serviço da construção de tópicos diversos, onde *a Agenda do Presidente* vem a ser o supertópico. A este agregam-se tópicos fundamentais como a política interna e a condição geopolítica do país, acrescidos de diversos outros tópicos e subtópicos.

Abaixo, destacamos alguns excertos como exemplos para ilustrar os tópicos fundamentais dessa parte composicional, sabendo que todos serão detalhadamente analisados na continuidade desse trabalho, como já referido:

(7) [...] A modernização de Portugal — com todas as **alterações profundíssimas** que implica nas estruturas da Sociedade Civil e do Estado — *é o nosso próximo objectivo*, como antes foram *a democratização, a descolonização, e a plena integração na Comunidade Europeia. É um objectivo* que está ao nosso alcance, como os anteriores estiveram [...], mas que implica sacrifícios e gera contradições, desequilíbrios sociais e mesmo conflitos que têm de ser geridos com tacto, inteligência, no tempo próprio, com um grande sentido da **concertação social e da sempre tão necessária coesão nacional** [...]. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

(8) [...] O meu governo continuará engajado na luta contra *a fome e a miséria no mundo*. Seguiremos aprofundando o relacionamento com **nossos vizinhos sul-americanos**; com **nossos irmãos da América Latina** e do Caribe; com **nossos irmãos africanos** e com os **povos do Oriente Médio** e dos países asiáticos [...]. **O Brasil reitera**, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político *ao nosso continente* [...]. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

Em (7), o tópico discursivo é *a modernização de Portugal*. Em outros momentos do discurso o referente *modernização* é convocado como objeto discursivo a serviço da construção de outros tópicos, vem a ser um elemento importante para a construção do tópico *desafios e problemas* da agenda do

Presidente. É importante falar sobre a modernização de Portugal; é efetivamente um *objetivo* da agenda do PR a ser cumprido, e é a partir desse sentido que é construído. Nesse excerto, a estrutura superlativa, *alterações profundíssimas*, funciona discursivamente como referência ao tópico discursivo *modernização de Portugal*, indicando o PDV de L/E face a esse tópico, e também na adjetivação do objeto *integração*, “plena integração”, confirmando um PDV de L/E em acordo com a importância de modernizar o país. Os objetos discursivos *democratização*, *descolonização* e *Comunidade Europeia* estão ao serviço da construção do tópico, assim como o uso da estrutura comparativa escolhida pelo locutor. É uma estratégia discursiva, cujo propósito argumentativo é equiparar a importância da modernização de Portugal a esses outros eventos que causaram grande impacto positivo na sociedade portuguesa. O que está em causa é a conquista da adesão do interlocutor para o “nosso próximo objetivo”, como referido pelo locutor.

No excerto (8), o tópico em construção é *objetivos do governo no âmbito da política externa*. Os objetos *fome e miséria* estão ao serviço da construção desse tópico, como também estão os demais objetos convocados, *vizinhos sul-americanos*, *irmãos da América Latina e do Caribe*, *irmãos africanos*, *povos do Oriente Médio e nosso continente*. Está em curso a construção da imagem do Brasil no exterior, e também do *ethos* de credibilidade do *eu* institucional que fala ora enquanto governo, “o meu governo continuará”; ora em nome do Brasil, “o Brasil reitera” e também nas reiteradas construções com o *nós* inclusivo, como “nossos irmãos”. O PR é a voz do povo, tem autoridade constituída, é em nome desse povo que fala ao mundo e demonstra seu conhecimento da problemática mundial. Sabendo que nesse momento do discurso está em construção o tópico mais abrangente que é a *política externa brasileira*, o objeto discursivo *Mercosul*, ainda que não tenha sido convocado de modo explícito, pode ser inferível a partir dos objetos “nossos vizinhos sul-americanos” e “nosso continente”.

3.1.4 A Sequência de Encerramento

A estrutura de encerramento tem como tópico central a construção de uma *mensagem positiva*, de esperança num *futuro* próximo. Recupera a construção de dimensões simbólicas e emocionais, pela introdução de objetos como o próprio *locutor*, em sua dimensão pessoal e institucional, também a identidade dos países, de sua cultura e, com isso, introduz o objeto *povo*, na sua imagem sempre positiva. O locutor reativa uma memória coletiva acerca de eventos históricos, que tiveram desfechos positivos. A construção de uma mensagem positiva propicia a introdução desses objetos que dão mais leveza ao discurso, num momento importante da composição textual que é sua

finalização, fazendo um contraponto com a sequência anterior, a macrossequência central, que tratou de tópicos mais difíceis, faz o diagnóstico dos desafios e dos problemas que ocuparão a agenda do PR nos anos seguintes:

(9) Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, **não como Nação submissa**, abrindo mão de sua soberania, **não como Nação injusta**, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, **mas como Nação altiva**, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. **Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade.** (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, sequência de encerramento)

(10) Queremos fazer de Portugal uma terra de gente livre e solidária. Uma terra de progresso, de prosperidade e de cultura. **É um sonho** que está ao nosso alcance realizar. **Retomemos a esperança e ganhemos confiança** no esforço próprio. Muito depende de nós. (Mário Soares, 1ª posse, sequência de encerramento)

Em (9), em ruptura com o passado, o uso do verbo *começar* na perífrase verbal com valor de presente (e valor aspectual de início de um processo), e em ruptura também com quem o precedeu, no uso das estruturas negativas, é um juízo de condenação, que contrasta com o ato assertivo de predição, realizado no último enunciado. A relação comparativa contrastiva entre o Brasil do passado e o que o locutor apresenta como sendo o novo, o diferente, é mostrada pelo sentido que o marcador contra-argumentativo “*mas*” associado ao advérbio de negação imprime ao discurso. O propósito do locutor é demonstrar que o Brasil do futuro será diferente, será melhor do que foi no passado, este descrito por um léxico disfórico, designando a “nação injusta, submissa e fraca”, imagem da qual o PDV do locutor se distancia, enquanto (re)apresenta o Brasil do futuro como “altivo, nobre e corajoso”. Importante referir o valor semântico da escolha do locutor pelo termo “Nação” para recategorizar o referente Brasil, um termo que concentra um sentido mais próximo de pátria, mais ligado a uma memória afetiva. Por fim, o modo assertivo como se posiciona em relação ao país do futuro, em “este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade”, faz sobressair um ato compromissivo do locutor acerca dos rumos que se compromete a dar ao país.

Em (10), esses valores estão também presentes, mas de uma forma mais expressiva e exortativa do que propriamente assertiva. Em, “queremos fazer de Portugal uma terra de gente livre e solidária” o locutor exprime um desejo em relação ao país, que não é só seu, já que faz uso do pronome pessoal inclusivo, *nós*, numa remissão que pode ser de todos os agentes políticos, ao governo como um todo. A expressão dessa que pode ser considerada uma ambição do locutor, que é fazer de Portugal “uma terra de gente livre e solidária”, é posteriormente recategorizada como “um

sonho”, designação que traduz um sentimento idealizado, e serve de escopo para a mensagem de positividade que vem em seguida.

A sequência de encerramento se caracteriza pela preocupação do locutor em deixar uma mensagem positiva de esperança no futuro que se aproxima. Esse propósito induz, como já referimos, a reativação de alguns objetos que também predominam na sequência de abertura dos discursos, por carregarem consigo valores simbólicos, que findam produzindo o efeito emocionado desejado pelo locutor. Dessa forma, é frequente a exaltação da *identidade nacional*, um tópico que engloba a cultura, a língua portuguesa e outros elementos que traduzem o modo de ser da sociedade, do povo e do próprio locutor, sobretudo na sua imagem pessoal. Tais estratégias conferem às sequências de encerramento uma similitude com as sequências de abertura, pelo relevo dado a essas dimensões.

3.2 Parágrafos e Paratones dos Discursos

A composição textual dos discursos de tomada de posse presidencial apresenta muitos parágrafos e paratones. Primeiramente, destacamos aspectos relevantes quanto à composição dos discursos em parágrafos ortográficos, e na sequência faremos algumas considerações sobre a relação dos dois fenômenos.

Pela audição de grande parte dos discursos, verificamos a ocorrência de um ritmo lento, em função das várias pausas (demarcando paratones), o que nos parece estar associado à formalidade que o evento suscita. Transcrevemos, abaixo, o segmento da escrita oralizada do discurso do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa para mostrar graficamente essas pausas, usando o símbolo (/; // e ///, para pausas breves, médias e longas) tentando destacar o local, a intensidade e a duração:

(11)

Portugal//é a razão de ser // do compromisso solene // que acabo de assumir///

Paratone 1

Aqui nasci /// aqui //aprendi com meus Pais // a falar a língua/ que nos une / e une / a centenas de milhões por todo o mundo///

Paratone 2

Aqui // eduquei os meus filhos // e espero / ver crescer os meus netos///

Paratone 3

Aqui se criaram // e sempre viverão comigo // aqueles sentimentos que não sabemos definir /// mas que nos ligam a todos os Portugueses///Amor à terra /// Saudade /// Doçura no falar /// comunhão no vibrar /// Generosidade na inclusão ///Crença / em milagres de Ourique ///Heroísmo / nos instantes decisivos///

Paratone 4

É pra Portugal /// para cada Portuguesa /// E para cada Português /// que vai / o meu primeiro // e decisivo pensamento///

Paratone 5

Feito de memória // de lealdade //de afeto // de fidelidade / a um destino comum///

Paratone 6

Abaixo, selecionamos a imagem (print) do registro escrito desse mesmo discurso para demonstrar sua organização em parágrafos ortográficos:

(12)

Portugal é a razão de ser do compromisso solene que acabo de assumir.

Aqui nasci, aqui aprendi com meus Pais a falar a língua que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo.

Aqui eduquei os meus filhos e espero ver crescer os meus netos.

Aqui se criaram e sempre viverão comigo aqueles sentimentos que não sabemos definir, mas que nos ligam a todos os Portugueses. Amor à terra, saudade, doçura no falar, comunhão no vibrar, generosidade na inclusão, crença em milagres de Ourique, heroísmo nos instantes decisivos.

É para Portugal, para cada Portuguesa e para cada Português que vai o meu primeiro e decisivo pensamento.

Feito de memória, lealdade, afeto, fidelidade a um destino comum.

Da observação dos dois excertos acima, percebemos que há divergência de apresentação entre parágrafos ortográficos e paratones em razão de a oralização dos discursos (11) ser realizada de modo bastante lento e pausado, originando com isso diversos paratones, inclusive um efeito semelhante ao de uma lista, que não encontram correspondência na versão escrita. Cada pausa longa (///) corresponde na oralidade a um paratone, se acaso o registro escrito correspondesse ao oral teríamos registrado não apenas seis, mas pelo menos 15 parágrafos.

Com os quadros abaixo pretendemos salientar o número de parágrafos dos discursos analisados em relação com o total de palavras de cada um:

PRESIDENTES	N.º de palavras		N.º de parágrafos ortográficos		Média de palavras por parágrafo	
	1ª posse	2ª posse	1ª posse	2ª posse	1ª posse	2ª posse
António dos Santos Ramalho Eanes	2.722	3.213	56	97	48	33
Mário Alberto Nobre Lopes Soares	2.579	3.987	29	26	88	153
Jorge Fernando Branco de Sampaio	3.294	4.751	67	107	49	44
Aníbal António Cavaco Silva	4.484	4.524	109	101	41	44
Marcelo Rebelo de Sousa	2.582	—	95	—	27	—

Quadro 5. Total de palavras e parágrafos dos discursos de Tomada de Posse dos Presidentes Portugueses.

Fonte: Elaboração própria

PRESIDENTES	N.º de palavras		N.º de parágrafos ortográficos		Média de palavras por parágrafo	
	1ª posse	2ª posse	1ª posse	2ª posse	1ª posse	2ª posse
Fernando Collor de Mello	5.926	—	70	—	84	—
Fernando Henrique Cardoso	3.241	2.610	90	81	36	32
Luiz Inácio Lula da Silva	3.877	3.727	61	190	63	19
Dilma Vana Rousseff	3.658	4.538	151	111	24	40

Quadro 6. Total de palavras e parágrafos dos discursos de Tomada de Posse dos Presidentes Brasileiros.

Fonte: Elaboração própria

Os registros escritos dos discursos de tomada de posse tendem a ser segmentados em vários parágrafos, alguns parágrafos são mais curtos do que outros, como ocorre no discurso do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, segundo o quadro (5). A verificação da quantidade de parágrafos ortográficos na relação com a de paratones, que é possível a partir da audição dos discursos, permite-

nos verificar uma correspondência entre ambos, tendo como base o registro escrito. Apesar de os quadros apontarem para uma segmentação em parágrafos maior nos discursos brasileiros (quadro 6), vemos que o registro escrito desses discursos também não corresponde totalmente ao modo como são oralizados pelo Presidente. Uma breve observação dos registros oral e escrito do discurso do Presidente dos EUA Joe Biden, pese não seja parte do nosso corpus de investigação, nos leva a um resultado diferente. Esse discurso contém um total de 2.377 palavras distribuídas em 218 parágrafos ortográficos, resultando numa média de 10 palavras por parágrafo, fato que nos leva a considerar esse um exemplo de correspondência perfeita, onde se verifica uma dependência total do registro escrito em relação ao oral.

Voltando à observação de nosso *corpus*, gostaríamos de referir algumas particularidades quanto à visolegibilidade (Adam, 2022) do plano de texto dos discursos de tomada de posse presidencial. Identificamos variações gráficas no plano de texto do *corpus* analisado, com relação ao que Adam chama de macropontuação branca, que são os “fatos de segmentação mesotextuais” (Adam, 2022, p. 95), a alínea simples, que “delimita a fronteira gráfica do parágrafo pelo recuo”, e a alínea marcada “com branco de uma ou várias linhas entre os parágrafos”.

Vejamos o recorte abaixo do discurso do Presidente Aníbal Cavaco Silva:

(13)

**Sessão Solene de Tomada de Posse
como Presidente da República**

Assembleia da República, 9 de Março de 2006

Quero, em primeiro lugar, saudar o povo português. Saúdo todos os Portugueses que me honraram com a sua escolha para Presidente da República.

A todos asseguro que darei o melhor de mim mesmo para corresponder à confiança que em mim depositaram, honrando o juramento solene que acabei de pronunciar, quando assumo os poderes e as responsabilidades do cargo de Presidente da República Portuguesa.

Quero ser e serei o Presidente de todos os Portugueses. Aqui reafirmo o meu propósito de fortalecer os vínculos que a todos nos unem e de estar atento às preocupações e anseios de todos os meus concidadãos e, também, daqueles que, não tendo nascido portugueses, escolheram a nossa terra para viver e se realizarem como pessoas.

Ao Senhor Presidente da Assembleia da República que, com tão grande dignidade e saber, dirige esta que é a casa-mãe da democracia portuguesa, agradeço, sentidamente, as palavras de saudação que me dirigiu.

Aos senhores Deputados, legítimos representantes da pluralidade da Nação Por-

Aqui não há alíneas simples para marcar o recuo do parágrafo, a ausência dessas marcações contribui para a aparência de agrupamento de vários parágrafos.

O excerto abaixo pertence ao discurso de 2ª posse do Presidente Mário Soares:

(14)

Proferido o compromisso constitucional de «defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição», perante a representação nacional, expressa neste Parlamento, e perante os altos corpos do Estado, aqui também reunidos, as minhas primeiras palavras serão para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao Povo Português, fundamento primeiro e último da soberania nacional, ter-me honrado de novo com a sua confiança — pela forma expressiva como o fez — para continuar a presidir aos destinos da República, nos próximos cinco anos. No desempenho das funções em que acabo de ser investido, tudo farei para ser em absoluto fiel a essa confiança reiterada e ao juramento solene que acabo de proferir, no entendimento que tenho da Constituição, da sua letra e do seu espírito, que é bem conhecido, e como garante que sou, por imperativo constitucional, do regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto popular, e dos princípios inspiradores do Estado de Direito, que somos, baseado na observância da lei e da legalidade, no respeito pelos direitos humanos e das minorias e na aceitação, a todos os níveis, do pluralismo e da alternância democrática.

Quero agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras que me dirigiu, ao saudar-

Vemos a presença de um pequeno recuo da alínea simples delimitando a fronteira gráfica, mas os parágrafos são bastante longos, englobando mais de um enunciado, como o que inicia em “no desempenho das funções que acabo de ser investido”, que poderia constituir um novo parágrafo, com alínea simples e marcada.

Verificamos o mesmo no discurso do Presidente Brasileiro Fernando Collor, como vemos abaixo:

(15)

Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

Também vemos a alínea marcando o início de parágrafos bastante longos, incluindo blocos de enunciados, o que não corresponde ao modo com o locutor profere o seu discurso.

Os registros escritos dos discursos de tomada de posse costumam apresentar em seu cabeçalho a indicação do autor, da data e do local do proferimento, como veremos no excerto (17). Não é frequente a presença de título, ou de nota de rodapé, embora possa ocorrer, como vemos abaixo, no registro escrito do discurso de 1ª posse do Presidente Mário Soares:

(16)

UNIR OS PORTUGUESES, SERVIR PORTUGAL *

Depois de ter jurado por minha honra «cumprir e fazer cumprir a Constituição», as minhas primeiras palavras são para saudar o povo português, garante da perenidade da Pátria — uma pátria com mais de oito séculos de história e que representa uma cultura, uma forma peculiar de estar no Mundo e uma língua, hoje falada por cerca de 150 milhões de seres humanos. E aos Portugueses, a todos os portugueses, sem esquecer os emigrantes espalhados pelo vasto mundo, e que com o seu trabalho honram Portugal, que exprimo o compromisso do meu empenhamento e da minha solidariedade.

Fui eleito pelos Portugueses para desempenhar o alto cargo de Presidente da República nos próximos cinco anos, que considero decisivos para assegurar um futuro de desenvolvimento a Portugal, no quadro da Comunidade Europeia, a que agora pertencemos por direito. Findo o período de transição para a democracia plena, sou o primeiro Presidente civil eleito, directamente, por sufrágio popular. E uma escolha que me honra e que me responsabiliza.

Tudo farei para estar à altura da responsabilidade histórica que me foi confiada pelo voto livre dos Portugueses. Com isenção e independência, ao serviço tão-só de Portugal e do que Portugal representa no Mundo.

* Discurso proferido na Assembleia da República, em 9 de Março de 1986, na Sessão Solene de Investidura como Presidente da República.

Em relação aos paratones, estão associados na oralidade às pausas e ao efeito pragmático. E, embora não tenhamos tido acesso a audição⁴² da totalidade do *corpus* investigado, estamos convencidos, pela consistente amostragem que conseguimos, de que os discursos seguem na oralidade uma tendência pausada e lenta. Nosso convencimento ancora-se também na audição de discursos de presidentes de outros países, como EUA e França. A título de comparação, vimos que, enquanto o proferimento do discurso de tomada de posse do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, por exemplo, tem duração de 26m22s e 95 parágrafos; o discurso do Presidente Americano Joe Biden tem duração de 21m34s, e está segmentado em 218 parágrafos ortográficos, como já mencionado.

Vejamos abaixo um excerto do registro escrito do discurso do Presidente Joe Biden:

(17)

THE PRESIDENT: Chief Justice Roberts, Vice President Harris, Speaker Pelosi, Leader Schumer, Leader McConnell, Vice President Pence, distinguished guests, and my fellow Americans.

This is America's day.

This is democracy's day.

A day of history and hope.

Of renewal and resolve.

Through a crucible for the ages America has been tested anew and America has risen to the challenge.

Today, we celebrate the triumph not of a candidate, but of a cause, the cause of democracy.

The will of the people has been heard and the will of the people has been heeded.

We have learned again that democracy is precious.

⁴² Arquivos RTP. disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/?advanced=1&s=DISCURSO+DE+TOMADA+DE+POSSE>

Constatamos que se trata de uma característica de gênero, isto é, os discursos de tomada de posse presidencial quando oralizados, apresentam um ritmo lento e pausado, com uma grande quantidade de paratones. O registro escrito, por sua vez, apresenta sua segmentação em parágrafos ortográficos que pode ou não coincidir em quantidade e extensão com o registro oral.

Vejam abaixo o excerto pertencente ao discurso do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa:

(18)

*Discurso de Tomada de Posse do Presidente da República
Assembleia da República, 9 de março de 2016*

Portugal é a razão de ser do compromisso solene que acabo de assumir.

Aqui nasci, aqui aprendi com meus Pais a falar a língua que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo.

Aqui eduquei os meus filhos e espero ver crescer os meus netos.

Aqui se criaram e sempre viverão comigo aqueles sentimentos que não sabemos definir, mas que nos ligam a todos os Portugueses. Amor à terra, saudade, doçura no falar, comunhão no vibrar, generosidade na inclusão, crença em milagres de Ourique, heroísmo nos instantes decisivos.

É para Portugal, para cada Portuguesa e para cada Português que vai o meu primeiro e decisivo pensamento.

Feito de memória, lealdade, afeto, fidelidade a um destino comum.

E o discurso do Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso:

(19)

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagraçamento.

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos tenentes revolucionários da Velha República.

A similaridade entre os registros escritos dos discursos portugueses e brasileiros, em contraste com o discurso americano, está no compromisso que demonstram com a lógica da escrita, nomeadamente na fidelidade à aspectos morfossintáticos e semânticos, do que com a lógica da oralidade, como vimos no discurso do Presidente Americano em (17). Os excertos (18) e (19) demonstram que os parágrafos são organizados em função dos tópicos, o que resulta em parágrafos mais extensos. Se olharmos para a seguinte passagem do excerto (19), “vem de longe a chama desse sonho. Vem dos heróis da independência, vem dos abolicionistas. Vem dos tenentes revolucionários da Velha República”, veremos que as quatro estruturas sintagmáticas ocupam um único parágrafo, ao

passo que, do ponto de vista da oralidade, da pragmática, para cada uma dessas estruturas corresponderia um parágrafo. Uma oralização lenta e pausada mantém o foco de atenção do auditório no que é dito pelo locutor, ou seja, no tópico em construção, pela valorização a um conjunto de estratégias pragmáticas, como vários paratones, entonações, pausas, ritmo da oralização, que orientam a interpretação discursiva.

Como já referimos no final do item (2.3.2.2), Adam (2011a) chama atenção para as consequências que essas diferenças entre a oralidade e a escrita provocam na gestão da continuidade do fluxo verbal, tanto na produção, quanto na recepção.

Importa destacar que mesmo em se tratando de um discurso previamente elaborado e registrado em suporte escrito, fiel, portanto, à dimensão gramatical, a organização dos discursos de tomada de posse presidencial está ao serviço do processo de oralização, tendo em vista os efeitos pragmáticos de sentido desejados, nomeadamente efeitos perlocutórios empáticos. E que, parágrafos e paratones possibilitam não apenas a organização estrutural (escrita e oral), também contribuem para a identificação, transição e delimitação de tópicos discursivos, como veremos na seção (6.1.2).

3.3 Formas de Tratamento como Demarcadoras de Segmentos Textuais

Para além da dimensão ritual de integrarem a sequência inicial protocolar dos discursos, as formas de tratamento funcionam para demarcar segmentos textuais, participando assim da organização textual dos discursos, da sua estrutura configuracional. Juntamente com os parágrafos asseguram a visolegibilidade (Adam, 2022) do plano de texto dos discursos de tomada de posse presidencial.

Notemos, em (20), que a interpelação dos destinatários delimita as sequências que compõem o plano de texto. O locutor dirige-se ao Presidente da Assembleia da República e aos Deputados para, em seguida, introduzir a sequência de abertura:

(20) Senhor Presidente⁴³

Senhores Deputados Portugueses

Este acto de investidura de um presidente da república que apenas deve este cargo ao sufrágio dos seus concidadãos, culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português a opressão e é um marco decisivo na institucionalização da democracia. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, sequência de abertura)

⁴³ O uso do negrito é de nossa responsabilidade, foi usado apenas para dar saliência ao uso das formas de tratamento e da segmentação.

Em (21), as formas de tratamento marcam a transição para a macrossequência central, onde vai ser apresentada a agenda presidencial:

(21) Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui. Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores[...] (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

Com o auxílio das formas de tratamento, o locutor introduz, em (22), a sequência de encerramento:

(22) Só assim se cumprirá o ideal de premiar o mérito que norteou a nossa República centenária.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Ao tomar posse como Presidente da República, estou firmemente convicto de que existem razões de esperança para o nosso país. (Aníbal Cavaco Silva, 1ª posse, sequência de encerramento)

Os excertos abaixo ilustram o uso das formas de tratamento no interior da sequência de abertura. Nesses casos, ao interpelar os destinatários, o locutor cria uma subdivisão nessa sequência que tem como finalidade delimitá-la, tornando visíveis as estruturas dedicadas a uma avaliação sobre o *percurso do primeiro mandato*, que vem a constituir um tópico importante no interior do plano textual dos discursos de tomada de posse presidencial. Essas ocorrências avaliativas caracterizam grande parte dos discursos de 2ª posse, ou reeleição, como veremos na seção (4.1.3). Vejamos o momento da delimitação:

(23) Quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente – para melhor – na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, sequência de abertura)

(24) Reconheço no vosso gesto um sinal de apreço por uma nação soberana de muitos séculos, orgulhosa do seu passado e confiante no seu futuro.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Como sempre tenho afirmado, só um diagnóstico correto e um discurso de verdade sobre a natureza e a dimensão dos problemas económicos e sociais que Portugal enfrenta permitirão uma resposta adequada [...]. (Aníbal Cavaco Silva, 2ª posse, sequência de abertura)

O uso de formas de tratamento funciona ainda como mecanismo linguístico-discursivo de transição tópica. Do ponto de vista da audiência e do leitor, a percepção dessa estratégia torna mais fácil a identificação desses tópicos, uma competência necessária à construção do sentido global do texto. Esse uso será analisado na seção (6.1.3).

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE PRESIDENCIAL: ORGANIZAÇÃO SEMÂNTICA.

A análise da organização tópica dos discursos de tomada de posse presidencial que realizamos ocorre em inter-relação com o plano de texto acima apresentado. Assim, analisamos, primeiramente, a construção dos tópicos fundamentais presentes nas sequências de abertura, em seguida nas de encerramento. Após, destacamos a organização semântica na macrossequência central dos discursos.

A relevância do quadro tópico justifica-se, sobretudo no discurso político, ao ser tomado como fio condutor e orientador de um modo particular de enunciar o mundo, indissociável da cena de enunciação (Maingueneau, 2016, p. 75). Nessa perspectiva, é importante notar que embora os discursos introduzam tópicos que podemos considerar comuns a todos os discursos, os objetos discursivos convocados e o modo como são tratados tornam cada construção discursiva única, revelando dimensões sociais, culturais e também experienciais dos próprios locutores-presidentes, dimensões importantes para a construção e reconhecimento desse gênero enquanto tal.

A identificação dessa organização tópica requer, primeiramente, a identificação dos objetos discursivos convocados. Esses objetos colocam em evidência a proposta discursiva do locutor, isto é, o que efetivamente planeja comunicar à nação no evento solene de posse presidencial e como escolhe fazê-lo. Como refere Mondada (1995b, p. 58) os objetos discursivos são estruturados de acordo com a percepção que os enunciadores têm deles e dos enunciatários.

4.1 Tópicos Fundamentais na Sequência de Abertura

Essa seção apresenta os tópicos fundamentais que compõem a sequência de abertura dos discursos de posse presidencial. São tópicos sistemáticos que, por ocorrerem na sequência de abertura, contextualizam os tópicos construídos na segunda parte, na macrossequência central dos discursos. Os objetos convocados refletem dimensões experienciais do locutor, trazendo em seu escopo o próprio contexto de produção. O linguístico e o social são dimensões inseparáveis no texto/discurso político. Como já referimos, ao distinguir os conceitos de texto e discurso, Maingueneau (2010, p. 86) afirma que o texto político implica o discurso como atividade que é indissociavelmente linguística e social, e o contexto não está fora dessa atividade.

A identificação de tópicos fundamentais e objetos discursivos, como referido por Mondada (1995a, p. 114), não é uma tentativa de isolar entidades estáveis, imunes à variação, a serem

descritas total ou parcialmente; nosso objetivo é descrever as discontinuidades e os processos enunciativos dinâmicos que lhes estão subjacentes.

4.1.1 Atos de Saudação, Agradecimento e Homenagem

Os atos expressivos de saudação, agradecimento e homenagem são parte importante das formalidades que integram o evento de tomada de posse presidencial. Constituem-se como um primeiro tópico que reforça as relações interpessoais e contribui para a construção da imagem do locutor. Para além de demonstração de respeito às instituições democráticas e aos convidados presentes, esses atos, simbolicamente, integram o locutor-presidente no grupo do qual agora faz parte. Nesse âmbito, a escolha das formas de tratamento tem um papel importante, indicando o destinatário direto e o tipo de inter-relação pretendido pelo locutor. Portugal e Brasil apresentam algumas particularidades quanto à construção discursiva desses atos.

Como vemos em (25) e (26), em Portugal é praxe do evento que o Presidente eleito dirija-se em atos explícitos de saudação, agradecimento e homenagem às autoridades presentes, ao Presidente da Assembleia da República (AR) e também ao Presidente da República cessante:

(25) A uns e outros **evoco e saúdo** na pessoa do **presidente da Assembleia da República** e nos camaradas de armas presentes nesta Assembleia ou nos seus postos de comando e de trabalho. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, sequência de abertura)

(26) Quero, nesta ocasião, prestar a minha **sincera homenagem ao Presidente da República cessante, Dr. Jorge Sampaio**, pela dignidade, patriotismo e profundo sentido de Estado com que exerceu a sua magistratura. (Aníbal Cavaco Silva, 1ª posse, sequência de abertura)

Esses atos podem ser estendidos a todos os Presidentes anteriores, desde que estejam presentes na solenidade, e não apenas ao Presidente cessante, como vemos no discurso do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa (excerto 27). Trata-se, sobretudo, de fazer jus ao sentido que é próprio do termo “saudação”, além de ser uma evidente demonstração de respeito que contribui para a construção de uma imagem positiva do PR que toma posse. Seu uso caracteriza a sequência inicial dos discursos, momento em que o Presidente se apresenta pela primeira vez ao auditório:

(27) Senhor General António Ramalho Eanes e Senhor Dr. Jorge Sampaio, a presença de Vossas Excelências é símbolo da continuidade e da riqueza da nossa Democracia, linhagem na qual também se insere o **Senhor Dr. Mário Soares**. (Marcelo Rebelo, 1ª posse, sequência de abertura)

O excerto (28) traz uma particularidade, o locutor expressa um ato de homenagem ao Presidente cessante não na sequência de abertura, mas na macrossequência central:

(28) Serei o Presidente de todos os portugueses, e não apenas daqueles que em mim votaram. É nessa qualidade que **desejo prestar uma homenagem sincera**, neste momento e neste lugar, ao meu ilustre antecessor, **o Presidente da República cessante, general Ramalho Eanes** [...]. (Mário Soares, 1ª posse, macrossequência central)

Os discursos brasileiros costumam concentrar as saudações apenas na sequência inicial protocolar (item 3.1.1). O excerto (29) evidencia uma excepcionalidade, o locutor reafirma seu agradecimento aos presentes na sequência de encerramento de seu discurso, reativando alguns referentes já citados na sequência inicial protocolar, como *Chefes de Estado e delegações estrangeiras*, além do *povo, cidadãos e cidadãs e Congresso*, uma referência cossignificativa ao *Congresso Nacional*, uma retomada anafórica parcial, portanto. A sequência de encerramento costuma apresentar uma dimensão emocionada, muitas vezes dita, como vemos abaixo no uso da expressão “uma palavra comovida”. Apresenta também uma articulação das vozes do *eu* institucional e do *eu* pessoal, este marcado discursivamente pelo referente à *minha família*:

(29) Ao encerrar este discurso, quero deixar **uma palavra comovida de agradecimento ao povo do meu país** [...]. A tantos que me acompanham nas lutas políticas. **À minha família** [...]. **Ao Congresso**, ao qual pertenci até hoje e que, nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República. **Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos** [...]. **Aos nossos convidados. A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil** [...]. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, sequência de encerramento)

Para além de uma dimensão protocolar, os atos de saudação também integram o projeto discursivo do locutor e podem participar da construção de certos tópicos. O excerto (30) evidencia uma discursivização que é parte da construção de um dos tópicos centrais que vem a ser a *política externa de Portugal*, na relação com os países outrora colonizados. Dirigir-se em saudação a esses países tem, nesse contexto, uma razão diplomática importante, e vem a complementar o sentido de *cooperação* que o locutor pretende construir em torno dos acontecimentos que iniciaram com o processo de descolonização, até à democratização desses países que ocorrera à época da segunda posse do Presidente Mário Soares:

(30) O que interessa agora e isso sim é actualíssimo — é aprofundar a nossa cooperação com os países africanos de expressão portuguesa [...]. **Nesse sentido, seja-me permitido saudar com satisfação** e uma ponta de orgulho lusófono, a tão significativa e promissora evolução democrática em países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

O *ato de homenagem* também permite a expressão de sentimentos mais profundos de admiração, como demonstram os dois excertos abaixo. O modo como o locutor organiza o seu discurso, escolhendo o uso da primeira pessoa, faz sobressair os sentimentos de respeito e admiração pelo Presidente cessante, que é, nesse contexto, tomado como objeto numa construção discursiva exortativa, que se vê presente nas escolhas lexicais, nas adjetivações e predicções. O destaque das enunciações (31 e 32) centra-se na dimensão simbólica que o locutor constrói a partir do ato de homenagem.

Em (31), o ato exortativo dirigido ao ex-Presidente Mário Soares é sustentado pelo simbolismo construído a partir da ativação de duas situações: a ascensão do locutor ao cargo de Presidente da República e o fato de receber a transmissão do cargo do Presidente Mário Soares. O locutor dedica cinco parágrafos ao desenvolvimento desse tópico que reproduzimos abaixo para dar visibilidade apenas ao conteúdo, e não a aspectos de segmentação textual:

(31) Mas as circunstâncias ditaram que eu pudesse **ter o prazer acrescido** de receber a passagem do testemunho de funções dessa **figura ímpar** da democracia portuguesa que é o Presidente cessante Mário Soares. O Dr. Mário Soares é, nacional e internacionalmente, um símbolo do combate constante pela Liberdade e pela Democracia. Um combate que não conheceu hesitações nem concessões. O ciclo político que coincidentemente se encerra com o fim do seu mandato presidencial, ficará sempre ligado ao seu nome. Ninguém, nas últimas décadas, marcou, persistentemente, de forma tão profunda, a vida política portuguesa. Hoje, como Presidente da República, quero-lhe testemunhar, Sr. Dr. Mário Soares, **o profundo reconhecimento** do País por uma vida inteira dedicada à procura do melhor para Portugal e para os Portugueses. **Ao Presidente da República é difícil sintetizar a vida de Vossa Excelência numa palavra**, tão diversificados foram os campos onde deixou a sua marca. Todavia, há uma que se impõe a todos os outros qualificativos. Vossa Excelência é um homem de Liberdade. Fiz questão que o primeiro gesto do meu mandato fosse, noutra cerimónia que hoje ocorrerá, a condecoração de Vossa Excelência com o Grande Colar da Ordem da Liberdade (Jorge Sampaio, 1ª posse, sequência de abertura).

Em (32), do mesmo modo, os atos de homenagem ao Presidente cessante fazem sobressair um movimento exortativo, nomeadamente pelo uso de expressões superlativas na construção do tópico *homenagem ao Presidente Lula da Silva*, é o que comprovam os segmentos, “a mais vigorosa experiência política, a maior homenagem e a maior lição”, deixando claro o PDV de L/E alinhado ao modo de governar do ex-Presidente, designado pelo locutor como “obra transformadora”. A referência ao Presidente Lula da Silva é nominal e através de construções discursivas que salientam a sua competência administrativa, como vemos em, “mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais...”. À construção de uma imagem positiva do Presidente cessante, que é o propósito argumentativo do locutor, agrega-se também a construção da sua própria imagem de responsabilidade e fidelidade para com os compromissos assumidos que designa como “missão”,

como demonstram os atos compromissivos que o responsabilizam nas passagens: “venho para consolidar...”, “a maior homenagem que posso prestar é ampliar e avançar” e, “minha missão agora é consolidar...”:

(32) Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a **mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país**, ao seu lado, nestes últimos anos. De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país. **A maior homenagem** que posso prestar a ele **é ampliar e avançar as conquistas do seu governo**. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi **a maior lição** que o Presidente Lula deixa para todos nós. Sob a sua liderança o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da nossa história. **Minha missão** agora é de **consolidar** esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades. (Dilma Rousseff, 1ª posse, sequência de abertura)

Sobre os usos das formas de tratamento, verificamos que, na continuidade do discurso, o locutor pode abrir mão do uso de formas de tratamento muito formais ao interpelar os destinatários quando não especifica nenhum grupo, como, por exemplo, o das autoridades presentes. Em (33), faz uso de um tratamento informal com o uso de “querido(a)”, uma forma que diz respeito à identidade brasileira:

(33) Faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição das leis, das liberdades individuais das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Queridos brasileiros e brasileiras,

Em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza [...]. (Dilma Rousseff, 2ª posse, sequência de abertura)

Em (34), a interpelação é feita através do uso do substantivo feminino em primeiro lugar, às *portuguesas*, seguida de *portugueses*. Entendemos que esse procedimento pode ter como propósito discursivo evidenciar a figura feminina, permitindo-lhe maior visibilidade por estar em primeiro plano; como também pode ser apenas o uso de uma variação habitual de interpelação que remete à “minhas senhoras e meus senhores”:

(34) Quero também manifestar, como é de inteira justiça, reconhecimento a todos os que apresentaram e defenderam as suas candidaturas às eleições presidenciais[...] Essa expressão de reconhecimento alarga-se àqueles — e tantos foram — que deram o seu contributo cívico à campanha eleitoral.

Portuguesas, portugueses,

No momento em que inicio um novo mandato, reitero os meus compromissos essenciais [...]. (Jorge Sampaio, 2ª posse, sequência de abertura)

Conforme Carreira (2017), a escolha das formas de tratamento se adequa às “situações prototípicas de comunicação [...] tendo em conta nomeadamente o grau de distância/familiaridade existente entre os interlocutores, as hierarquizações manifestadas, o local da interação e outros eventuais intervenientes, etc.” (p. 3).

Em função do contexto de solenidade, o estilo formal do evento impõe o uso de formas de tratamento condizentes, sendo o uso de “senhores e senhoras” o que efetivamente predomina nas interpelações aos destinatários, no decorrer dos discursos, quando o locutor não diferencia nenhum grupo. Verificamos, como exceção, a ocorrência de um estilo mais informal no tratamento, como demonstrado em (33), quando o locutor, a Presidente Dilma Rousseff, faz uso de “*queridos brasileiros e brasileiras*”, forma de tratamento que intercala com a forma do feminino em primeiro plano, isto é, “*queridas brasileiras e brasileiros*”, e também “*meus amigos e minhas amigas*”, um uso que funciona para aproximá-lo do povo como participantes do ato de comunicação. Em (34), o locutor faz uso simplesmente do nome pátrio “*portugueses, portuguesas*”, para convocar a atenção dos interlocutores, em outros casos apenas “*portugueses*”.

4.1.2 O Ato de Tomada de Posse e os Simbolismos Construídos

O ato de tomada de posse é um tópico considerado fundamental, e o simbolismo que lhes atribuem os locutores-presidentes sobressai em função do contexto histórico-social em que ocorre.

4.1.2.1 Em Portugal

Os acontecimentos em torno da instauração da democracia em Portugal, começando com a revolução de 1974, sustentam a simbologia do ato de tomada de posse presidencial como um tópico fundamental. São fatos que não ficaram esquecidos no passado, os locutores têm como propósito discursivo a convocação de objetos que colaborem para a construção desse tópico, e sempre num quadro de exaltação da democracia como um bem conquistado. É um tópico construído logo na sequência de abertura do plano textual, e o efeito simbólico justifica-se em razão da natureza do cargo e também da circunstância, isto é, a posse de um presidente eleito por sufrágio universal vem a ser a comprovação de uma luta que deu certo, é um dos símbolos da conquista da democracia, e é esse o sentido que o locutor-presidente pretende manter vivo em seu discurso.

Em (35), o locutor significa o tópic *ato de tomada de posse* como o resultado da conquista que foi a instauração da democracia no país:

(35) Este acto de investidura de um presidente da república que apenas deve este cargo ao **sufrágio dos seus concidadãos, culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português à opressão** e é um marco decisivo na institucionalização da democracia [...]. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, sequência de abertura)

O objeto discursivo *sufrágio* e a rede de sentidos instaurada pela convocação de outros objetos discursivos, tais como: *ato de investidura*, *povo português*, *democracia* e *caminho de resistência*, estão ao serviço da construção do sentido de simbolismo que o locutor associa ao *ato de tomada de posse* enquanto tópic. O sufrágio direto conquistado com a instauração da democracia em Portugal foi o que deu liberdade aos cidadãos para escolherem livremente seu Presidente, trata-se de um grande feito do processo revolucionário, que o locutor convoca para o discurso. A visibilidade que oferece às dimensões contextual e experiencial serve ao propósito argumentativo-discursivo de reforçar o sentido simbólico da posse, a partir do modo como reapresenta os fatos, um modo particular de construir o tópic. Nesse excerto, vemos objetos introduzidos ao nível do implícito como *ditadura*, inferível a partir da predicação do objeto *ato de investidura*, como vemos em “culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português à opressão”. A referenciação ao nível do implícito faz sobressair o posicionamento do locutor, assim como o destaque dado aos efeitos reais da ditadura na sociedade, através das adjetivações presentes na construção *um longo e penoso caminho de resistência*. A rede de sentidos instaurada funciona para tornar evidente o PDV de L/E em desacordo com o regime ditatorial.

No segmento do mesmo discurso, o excerto (36) destaca-se pelo uso dêitico e seu efeito na construção do tópic *simbolismo do ato de tomada de posse*:

(36) Ao mesmo tempo, **este acto de investidura** de um presidente da república que **acaba de jurar** a Constituição **livremente elaborada** pelos **legítimos representantes do povo**, consagra a derrota das minorias que se opuseram as **transformações políticas, económicas, sociais e culturais, agora** traduzidas num **projecto de vida colectiva** baseado na **justiça**, na **igualdade**, no **respeito pelas liberdades** e no **progresso partilhado** por todos. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, sequência de abertura)

Os valores dêiticos têm um importante papel no estabelecimento da dicotomia entre o passado e presente, que é parte do projeto discursivo do locutor. Primeiramente, o uso do demonstrativo em "*este acto de investidura*" atua no sentido de guiar o interlocutor para a construção do objeto referido

com o objetivo de particularizá-lo, isto é, não se trata de qualquer ato de tomada de posse, mas “este” especificamente, o primeiro *ato de tomada de posse* de um presidente eleito em democracia, após 48 anos de estado totalitário. É um efeito de sentido que o locutor reforça com o uso de elementos de valor adverbial, como vemos em “acaba de jurar a Constituição...” e “agora traduzidas num projecto de vida colectiva...”, ambos destacando o valor temporal de presente, de simultaneidade com o ato de enunciação em curso. Em seguida há uma abordagem dicotômica entre passado e presente, na qual a referência ao passado vem acompanhada de um léxico bastante disfórico, como em *um longo e penoso caminho de resistência*, cujos advérbios axiológicos estão ao serviço do juízo avaliativo negativo, e de um tempo presente referido por uma rede lexical eufórica, onde o locutor situa a conquista da democracia, que se concretiza no próprio ato de tomada de posse. A escolha por esse tipo de construção vem cumprir um dos objetivos argumentativos discursivos mais importantes do locutor, o de demonstrar o simbolismo dessa tomada de posse presidencial em particular.

Como se vê, o contexto histórico-social integra todo esse discurso de posse, o particulariza e sustenta a construção do tópico fundamental. O projeto discursivo do locutor é dar ênfase a todo esse contexto, dando-lhe a importância devida e, obviamente, as escolhas dos objetos vão na mesma direção. Muitos sentidos são construídos para além dos explícitos; o sentido de *mudança* é um dos que, sem ser referido, é possível de ser apreendido no modo como o locutor organiza esse discurso. A referência ao tempo presente, em contraposição ao passado, como vimos, deixa transparecer a grande *mudança* que o país vivencia. O posicionamento do locutor está também presente nas escolhas lexicais que integram a construção dos sentidos de *democracia*, como objeto explícito e implícito, e de *mudança*, presentes nos segmentos: “Constituição livremente elaborada”; “legítimos representantes do povo”; “transformações políticas, económicas...”; “projecto de vida colectiva baseado na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos”.

Em (37), a construção do tópico *ato de tomada de posse* fica a cargo da identidade social do locutor, o primeiro Presidente civil do pós 25 de abril. O efeito simbólico pretendido é explicitamente referido na construção subjetiva “[eu] sou” em que o locutor se responsabiliza pela verdade do enunciado em que se toma como objeto de discurso. É um enunciado que dá visibilidade a dois tópicos importantes, um deles a democracia, cuja construção de sentido está implícita no uso do objeto “*sufrágio popular*”, e um outro que diz respeito a sua condição de Presidente civil.

(37) Findo o período de transição para a democracia plena, sou o primeiro Presidente civil eleito, directamente, por **sufrágio popular**. É **uma escolha** que me honra e que me responsabiliza [...]. (Mário Soares, 1ª posse, sequência de abertura).

A auto designação como “primeiro Presidente civil eleito, directamente, por sufrágio popular” faz sobressair um outro objeto de discurso na dimensão do implícito, *o Presidente cessante*, o primeiro Presidente eleito diretamente por sufrágio popular, mas não civil. Esse objeto é reconhecido pelo interlocutor que detém conhecimentos antecipados e compartilhados sobre a função do Presidente Ramalho Eanes como oficial militar. O sentido construído pela oposição civil x militar também possibilita associações mais amplas com a história recente de Portugal no que concerne às liberdades individuais porque, de acordo com a experiência mundial, governos militares costumam ser governos autoritários. Obviamente que esse não foi o caso de Portugal à época da presidência do General António Ramalho Eanes, mas o país vivera há pouco tempo uma ditadura civil, mas de presidentes militares pelo golpe de 1926.

Na construção do tópico, os excertos (37) e (38) destacam-se pelo uso de duas expressões de localização temporal importantes na construção do sentido desejado pelo locutor, são as expressões “findo o período de transição para a democracia plena” (37) e “depois e ter jurado por minha honra” (38):

(38) Depois de ter jurado por minha honra «cumprir e fazer cumprir a Constituição», as minhas primeiras palavras são para saudar o **povo português**, garante da perenidade da **Pátria** — uma pátria com mais de oito séculos de história e que representa uma **cultura**, uma forma peculiar de estar no Mundo e **uma língua**, hoje falada por cerca de 150 milhões de seres humanos [...]. (Mário Soares, 1ª posse, sequência de abertura)

O locutor toma esses eventos como ponto de referência para o que vai dizer em seguida. Em (37), há duas avaliações, uma acerca do objeto *democracia* que introduz e avalia seu estado na sociedade com a expressão “democracia plena”, marcando discursivamente o PDV de L/E acerca desse objeto, tendo em vista tratar-se de uma conquista recente, pois passaram-se apenas 10 anos após a Revolução. Essa avaliação assume valor de verdade, o PR numa democracia tem autoridade conferida pelo sufrágio, o que reforça o valor de verdade da afirmação que reconhece a plenitude do regime. Uma outra avaliação do locutor diz respeito a sua eleição, a qual atribui a uma “escolha” do povo, esse objeto discursivo está ao serviço do tópico *eleição*, sobre o qual o locutor se posiciona através da construção: “que me honra e que me responsabiliza”.

Em (38), para construir o tópico *ato de tomada de posse* o locutor convoca os objetos *juramento*, *Constituição*, *povo português*, *pátria*, *cultura e língua*. O uso da expressão “depois de” funciona como localizador temporal e como mecanismo de organização da enunciação, permitindo ao locutor dar visibilidade ao que julga importante. Sobressai, em primeiro plano, *o juramento* que

compete a todo presidente em situação de posse, em seguida o referente de *Constituição*, como parte de seu propósito argumentativo e, na sequência, dirige um *ato de saudação ao povo*, um objeto explícito e (re)apresentado discursivamente através da valorização da língua e da cultura portuguesas. Está em construção uma imagem positiva desse povo que de acordo com o PDV de L/E é o “garante da perenidade da Pátria”. A rede de sentidos construída dá relevo ao reforço da identidade nacional, um elemento que sobressai ao olhar do Presidente e, por isso, traz para seu discurso. .

4.1.2.2 No Brasil

Os significados discursivamente construídos no entorno desse evento público que é o ato de tomada de posse têm em sua configuração traços particulares nos discursos brasileiros. Os objetos de discurso que o locutor convoca na construção do tópico que é o *simbolismo do ato de tomada de posse* colocam em evidência uma rede de sentidos, cuja recuperação nos permite afirmar que, no Brasil, esse simbolismo está ligado a significados próprios. A narrativa de uma revolução como a que resgatou a democracia em Portugal dá lugar, em contexto brasileiro, à narrativa de um outro tipo de revolução, mais silenciosa, mas que também implica na demonstração do poder da democracia. O locutor constrói o simbolismo na relação com uma certa ousadia da sociedade brasileira que, ao romper com valores pré-estabelecidos, elege pelo voto direto, primeiro um operário e depois uma mulher para assumirem o cargo de presidente da república. Essa mudança de atitude, até então inconcebível, é explorada discursivamente pelo locutor a partir da convocação de objetos que representam discursivamente a nova realidade. Os discursos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a que damos destaque abaixo, atestam, efetivamente, a importância do contexto de produção para a construção discursiva do tópico.

A sociedade brasileira elegeu pela primeira vez em sua história um presidente da república, cujo percurso pessoal em nada coincide com o estereótipo socialmente construído de cidadão que habitualmente assume esse cargo. Consciente dessa realidade, a construção do tópico *eleições de outubro* (39) traz em seu escopo a interpretação do locutor sobre o que designa como a *grande mensagem* do povo brasileiro:

(39) "Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a *grande mensagem* da sociedade brasileira nas **eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo** e a sociedade brasileira decidiu que **estava na hora de trilhar novos caminhos**. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, sequência de abertura)

No excerto acima, o desenvolvimento do tópico e objeto de discurso *eleições* contribui para a construção discursiva do sentido de *simbolismo* ligado ao tópico *ato de tomada de posse*. É pelo caminho das *eleições* que o povo conduz um operário à presidência da república, um movimento social que rompe com a lógica de um discurso dominante sobre o modelo considerado aceitável de cidadão a exercer esse cargo. O locutor-presidente tem consciência do estereótipo que tal discurso estabelece e constrói seu discurso de tomada de posse a partir desse ponto de vista. O que interpreta como “*mudança*” tem um duplo sentido associado ao uso das expressões “grande mensagem” e “estava na hora de trilhar novos caminhos”, ambas remetendo à uma transformação profunda no comportamento da sociedade que decidiu quebrar com padrões pré-estabelecidos, transgredir o discurso dominante e eleger um trabalhador como Presidente da República. Esse é o sentido mais amplo agregado ao objeto de discurso *mudança*, é a “grande mensagem” que refere o locutor. O outro sentido mais imediato, dado o contexto em que é verbalizado, está associado à mudança de governo, que leva a um modo particular de conduzir os problemas; diz respeito à ideologia dos partidos políticos, uma temática que o locutor irá tratar, ainda que de modo indireto, na macrossequência central, na construção do tópico *a agenda presidencial*. No início da sequência de abertura, o que prevalece é, efetivamente, a construção dessa rede de sentidos, ligada à abordagem do tópico *mudança* pelo viés das emoções, estabelecendo um contraste de sentidos a partir da convocação dos objetos *medo e esperança*.

O uso da expressão “a esperança finalmente venceu o medo” tem como objetivo imediato a referência ao *slogan* da campanha presidencial, “a esperança vai vencer o medo”. Essa referência é fundamental para a concretização do propósito argumentativo-discursivo do locutor, uma vez que contribui para a construção do simbolismo associado ao tópico.

A rede de sentidos instaurada pelo uso do advérbio *finalmente* contribui para a construção de vários sentidos nesse enunciado. Primeiramente, seu uso está aliado à construção do sentido de *vitória* do locutor nas eleições de outubro, após três tentativas frustradas, que se iniciaram em 1989, quando disputou pela primeira vez o cargo. Seu uso também ativa uma memória compartilhada, que diz respeito aos sentimentos de determinação e de persistência do locutor ao disputar o cargo em quatro eleições seguidas, estratégia discursiva que reforça a dimensão emocional do enunciado. O uso desse advérbio participa, ainda, da construção do sentido do objeto *mudança*, como aquilo que a partir dessa tomada de posse determina novos rumos na política brasileira. Os referentes *medo e esperança* reapresentam discursivamente dois sentimentos que sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, quando se tratava de decidir, pelo voto, a ascensão de um grupo político de esquerda ao poder. O valor temporal de *finalmente* na ligação com os objetos discursivos *medo e esperança*

também remete ao período de espera pela mudança, até que a sociedade estivesse preparada para afastar o *medo* do novo e decidir acreditar na possibilidade de um trabalhador comum corresponder às funções exigidas pelo cargo de PR.

Em (40), destacamos os usos anafóricos na construção do tópico *ato de tomada de posse*:

(40) Foi para isso que o **povo brasileiro** me elegeu Presidente da República:**para mudar. Este foi o sentido** de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E **eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós**, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais [...] para imprimir à **mudança** um caráter de intensidade prática, para dizer que **chegou a hora** de transformar o Brasil **naquela Nação** com a qual **a gente sempre sonhou** [...]. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, sequência de abertura)

O uso catafórico da anáfora encapsuladora, *para isso*, coloca o foco de atenção no tópico *mudança* introduzido logo depois. Ressaltamos o papel importante do uso de demonstrativos como elementos que também contribuem para manter o foco do interlocutor, dois usos chamam a atenção em particular, primeiramente, na construção “*este* foi o sentido de cada voto...”, nesse caso, o uso do demonstrativo individualiza e focaliza a atenção no tópico *mudança*, na relação com o objeto *povo brasileiro*, fazendo sobressair o sentido de *vontade*, o que levou o povo brasileiro a votar num trabalhador para PR. O outro uso está presente na construção “*neste* dia sonhado por tantas gerações...” que, do mesmo modo, individualiza o objeto discursivo *dia*, levando o foco de atenção para o Dia de Tomada de Posse em particular, e não outro.

Destacamos também os elementos dêiticos que participam da organização discursiva orientando o interlocutor quanto ao tempo, lugar e pessoa, origem da enunciação, esse funcionamento fica claro em “eu estou aqui.” Temos também a presença do dêitico memorial⁴⁴ *naquela nação*, como mais um mecanismo linguístico que funciona como orientação de um referente ausente do (co)ntexto, mas presente na memória do interlocutor. Na passagem “neste dia sonhado por tantas gerações”, a adjetivação faz sobressair o PDV do locutor pela avaliação subjetiva do objeto *dia*, que também reforça a individualização desse objeto e a simbologia desse ato de tomada de posse, contribuindo, portanto, à construção do tópico fundamental. A voz dos trabalhadores, com a qual o PDV do locutor se alinha, é trazida para o discurso também com o uso da expressão “neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós”, a dimensão empática sobressai desse posicionamento, que parece interpretar o interesse do grupo ao qual explicitamente o locutor diz pertencer, o dos trabalhadores, a partir do uso do pronome pessoal inclusivo *nós*. A escolha da expressão genérica

⁴⁴ Ver Fonseca(1989); Cavalcante (2000) e Apothéloz (2003)

“lutadores” com que designa o grupo de pertencimento, expressa uma subjetividade e remete também à reafirmação de um *ethos* prévio, por ser o modo como o locutor se apresenta discursivamente.

Por fim, destacamos o uso do tratamento “a gente”, uma forma menos protocolar que coaduna com o nível de inter-relação que o locutor pretende estabelecer com os interlocutores.

Abaixo apresentamos um outro discurso brasileiro como destaque na construção do tópico *simbolismo do ato de tomada de posse* associado, a partir da introdução do objeto discursivo *eleição* de uma mulher para o cargo de Presidente da República.

(41) Pela decisão soberana **do povo**, hoje será a primeira vez que **a faixa presidencial** cingirá o **ombro de uma mulher**. **Sinto** uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e *sei do significado histórico desta decisão*. (Dilma Rousseff, 1ª posse, sequência de abertura)

O excerto acima destaca-se pelo processo metonímico em razão de que a referência à cerimônia de tomada de posse é feita pela introdução do objeto discursivo *faixa presidencial*. O uso da primeira pessoa do singular em *sinto e sei* na superfície discursiva torna explícita a presença do locutor, na construção de enunciado, expondo seu PDV em relação à singularidade desse evento de tomada de posse, uma avaliação de ordem afetiva, que se percebe no valor semântico dos lexemas escolhidos. Os referentes que são aqui convocados, sobretudo os objetos, *faixa presidencial* e *mulher*, funcionam para fortalecer a dimensão simbólica ancorada na eleição de uma mulher para ser PR, pela primeira vez na história do Brasil. Uma situação, portanto, muito inovadora no contexto dessa sociedade, tal como foi a eleição de um operário. É importante também perceber que, pese o uso do modo delocutivo para referir o objeto *mulher* em “cingirá o ombro de uma mulher”, é a si próprio que refere esse locutor, escolhendo abordar o tópico a partir da sua condição feminina, e não na condição de militante de esquerda, por exemplo. Uma condição que, efetivamente, singulariza essa posse em relação às outras, o que vem a reforçar o sentido simbólico do tópico *ato de tomada de posse*.

Para a concretização do seu querer dizer, o locutor faz uso de uma expressão metafórica “hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”. O referente *faixa presidencial* remete ao adereço que faz parte da indumentária presidencial, carrega consigo, portanto, um simbolismo que remete aos poderes, e também às responsabilidades próprias do cargo que assume. O elo que o interlocutor estabelece entre esse objeto discursivo com esse significado é da ordem do cognitivo, permitido pela relação de congruência das partes com o todo, que a relação metonímica oferece. O sentido de “significado histórico” está ancorado numa dimensão contextual,

pela referência ao fato de que na história do Brasil, é a primeira vez que uma mulher assume o cargo de PR.

A seguir, temos um outro excerto do mesmo locutor-presidente que, na continuidade de uma modalidade de enunciação elocutiva (Charaudeau, 2019), faz referência à textura suave da seda da faixa presidencial:

(42) Sei, também, como é **aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial**, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia. (Dilma Rousseff, 1ª Posse, sequência de abertura)

Ainda no domínio da metonímia, o uso da construção destacada acima tem um duplo sentido, inicialmente destaca por contraste os objetos *seda verde-amarela e o cargo de PR*, cujos efeitos de sentido fazem sobressair suas características mais salientes que são a leveza da seda e as responsabilidades próprias do cargo que ora assume. Curiosamente, o uso da expressão “seda verde-amarela” traz para o discurso um certo sentido estético, a partir da convocação de um estereótipo da imagem feminina, como ser que reconhece e aprecia os diferentes tipos de tecido. Tendo consciência de um *ethos* prévio de força e coragem, o locutor não nega essa dimensão do estereótipo e vai usá-la em seus valores e significados.

A rede de sentidos que se constrói com a introdução desses dois objetos díspares, *seda e o cargo de PR*, coloca em relevo um juízo construído socialmente de que mulheres, em razão de uma sua suposta fragilidade, não têm capacidade para assumir cargos como o de PR. No entanto, o uso do adjetivo *aparente* em relação à seda, colocando uma dúvida quanto à característica da suavidade, revela também o projeto argumentativo-discursivo do locutor no sentido de contestar saberes que parecem incrustados na sociedade.

Esse talvez seja o sentido implícito dessa elocução, talvez o mais importante, que é a desconstrução do estereótipo de fragilidade da figura feminina, mas sem colocar a figura da mulher em segundo plano, ao contrário, o que vemos é um movimento exortativo dirigido à mulher brasileira, evidenciando que a *força* é também um traço que sobressai no feminino.

O posicionamento elocutivo faz sobressair um PDV que assume explicitamente as responsabilidades do cargo de PR, como vemos em, “para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira”. O sentido evocado pela leveza de que falava anteriormente o locutor, dá lugar agora à força, dois elementos discursivizados e que, por contraste, coloca em evidência dois lados da figura feminina, a sensibilidade e a força, remetendo esta ao sentido de coragem. A rede de

sentidos construída mostra um locutor que reconhece a importância das diferentes faces da figura feminina, valorizando-as, cada uma no tempo e no momento adequados. Por isso, para assumir o cargo de Presidente da República o locutor é explícito em afirmar que vai buscar a *força* e o *exemplo* da mulher brasileira, como motivação para o enfrentamento dos desafios do cargo que ora assume.

Consideramos, por fim, que nesse discurso, o *simbolismo do ato de tomada de posse* ancora-se num contexto social mais amplo, mas que é discursivamente reconstruído pelo locutor através da convocação de objetos que evidenciam o lugar do feminino na presidência da república. O objeto *povo* é construído a partir da valorização de sua “escolha e decisão”, como refere locutor (41), uma construção que traz para o discurso, ainda que de modo implícito, o sentido de *democracia*, pela referência à liberdade de escolha do povo.

4.1.3 O Discurso de Reeleição

Os discursos proferidos em situação de segunda posse, ou segunda volta⁴⁵, apresentam uma particularidade na sequência de abertura. O locutor agrega uma narrativa voltada para os quatro/cinco anos anteriores, para o seu primeiro mandato, portanto. O Presidente Mário Soares, em seu discurso de tomada de posse em 1991, designa como sendo uma “breve reflexão sobre o caminho percorrido”.

A sequência de abertura apresenta um tipo de subdivisão para dar lugar a essa reflexão que está presente na totalidade dos *corpora* analisados, o que nos leva a considerá-lo um *tópico* sistemático, que está ao serviço do reforço do tópico da credibilidade presidencial, portanto da imagem do *eu presidente*, que tem uma história presidencial que é recuperada para demonstrar e, assim, afirmar-se na sua credibilidade.

Da rede de sentidos construída a partir dos objetos convocados sobressaem tópicos mais centrais como *desafios e avanços do primeiro mandato* e *reafirmação dos compromissos*, ainda que a materialidade discursiva também aponte para outros tópicos como *avanços do primeiro mandato*, *a dimensão experiencial do locutor* e *renovação da confiança*. Conscientes da dificuldade que essa heterogeneidade impõe, destacamos abaixo esses tópicos que consideramos mais pertinentes a partir da análise que fizemos de cada discurso em particular.

⁴⁵ Termo usado em Portugal

4.1.3.1 Desafios e Avanços do Primeiro Mandato

Os desafios e avanços verificados no percurso do primeiro mandato constitui um tópico importante, e por isso frequente nos discursos de tomada de posse presidencial. É fundamental também para a construção da imagem de credibilidade e competência do locutor-presidente, estando os objetos discursivos convocados a serviço da construção dessa imagem.

A análise dos excertos abaixo pretende dar destaque ao modo como o locutor-presidente constrói esse tópico e aos objetos convocados para a realização daquilo que considera necessário dar visibilidade:

(43) As condições em que se realiza esta cerimónia de investidura são bem diferentes das que existiam **no início do meu primeiro mandato**. Então, a **incerteza e a insegurança** ainda **seriam** os traços mais marcantes que se encontravam em todo o sistema político [...]. **Apesar de termos depois atravessado um período de relativa estabilidade económica e social, persistiram tentativas de radicalizar o processo político. As instituições, porém, resistiram e o resultado eleitoral de 7 de dezembro**, por fim, consolidou-as. **Temos hoje experiências feitas e certezas adquiridas**; temos a demonstração de que as provas que **um sistema democrático** presta são sempre as suas melhores defesas. (António Ramalho Eanes, 2ª posse, sequência de abertura)

Em (43), para fazer uma análise positiva do seu primeiro mandato, o locutor escolhe inicialmente ressaltar *os desafios* com que teve que lidar, um tópico que é instaurado a partir da análise comparativa entre o presente e o passado.

Esse contraponto faz parte do projeto discursivo do locutor, o que implica no uso de valores dêiticos como recurso linguístico-discursivo que permite a orientação espaço-temporal do interlocutor. O propósito argumentativo-discursivo pretende dar visibilidade às ações positivas e ao enfrentamento dos desafios do primeiro mandato, razão pela qual o discurso de reeleição, um discurso realizado numa situação de segunda tomada de posse, obriga a uma narrativa voltada para o tempo anterior ao ato de enunciação, mas sem perder de vista o presente. Por isso, vemos no excerto acima o destaque do tempo presente, o *hoje* do tempo da enunciação nos sintagmas nominais “esta cerimónia de investidura”; e “início do meu primeiro mandato”, uma referência ao passado, a fatos já ocorridos.

Os tópicos escolhidos pelo locutor em seu discurso de reeleição privilegiam um contexto situacional inserido no período específico dos quatro/cinco anos anteriores, que corresponde ao primeiro mandato. Pode ocorrer também referência a algum outro momento mais específico, como demonstra o excerto acima, a partir da construção “início do meu primeiro mandato”. Esse marco temporal específico corresponde a uma propósito argumentativo-discursivo que é focar a atenção do

interlocutor nas sequências seguintes, que contextualizam o tópico *desafios*, a partir da ativação de uma memória recente acerca da instauração da democracia no país, o que comprova a não casualidade do uso do localizador temporal como estratégia linguístico-discursiva. Salientamos ainda o léxico disfórico, *incerteza e insegurança*, que adjetiva o objeto discursivo *primeiro mandato* e faz sobressair o posicionamento subjetivo do locutor, funcionando também para ativar o tópico central.

O propósito argumentativo-discursivo em desenvolvimento dá centralidade à construção do tópico *condições do início do primeiro mandato* do qual infere-se o sentido de *ameaça*. O acesso a esse sentido parte do uso de uma adversativa, que altera o eixo argumentativo e atrai a atenção do interlocutor para a negação da expectativa que vem com o segundo enunciado, é o que vemos em, “apesar de termos depois atravessado [...] persistiram tentativas de radicalizar o processo político”. A escolha desse modo de enunciação pretende dar visibilidade ao segundo enunciado, ao que evoca o sentido de *ameaça* à permanência e fortalecimento do regime democrático em Portugal, que, tendo saído de um processo revolucionário marcante e recente nesse contexto de produção, é rerepresentado discursivamente como um dos grandes desafios na agenda do PR. O uso do verbo *persistir* salienta a ideia de continuidade, e o aspecto verbal denota fatos negativos atribuídos ao passado. Em razão da proximidade de seu primeiro mandato com a instauração da democracia em Portugal, a construção do tópico *avaliação sobre o percurso* não poderia deixar de fazer referência a esse evento.

A rede de sentidos instaurada, a partir da construção “as instituições, porém, resistiram”, mudou o andamento da narrativa. Essa construção, também adversativa, funciona como uma retomada ao ponto de partida do discurso. A esse novo momento discursivo ligam-se aspectos muito positivos, em contraste com a negatividade ligada ao passado. O locutor faz um tipo de retomada ao tópico inicial, *as “condições dessa cerimónia de investidura”* para centrar-se, dessa vez, no tempo presente da enunciação, e a partir daí demonstrar os avanços conquistados. Os verbos *resistir e consolidar* na relação com os objetos, *instituições e eleições de 7 de dezembro*, assim como as escolhas lexicais, “experiências feitas e certezas adquiridas”, estão a serviço da construção desse sentido de positividade que é central na construção do tópico *os avanços do primeiro mandato*.

É de se notar que o objetivo discursivo-argumentativo é orientar espacial e temporalmente o interlocutor, para, então, fazer um balanço positivo do seu mandato na comparação dos dois momentos, o passado, mais difícil, e o presente positivo, onde a ação presidencial é obviamente o fator de mudança.

O fragmento destacado abaixo pertence ao discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O locutor realiza a análise do primeiro mandato apoiando-se na exposição dos maiores desafios, e também nas ações realizadas para os dirimir:

(44) Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um **novo mandato**, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro presidente antes. Estou pronto para **a nova jornada**. [...]. **Sinto-me renovado** pelo **apoio generoso** do povo brasileiro. Nos últimos anos, **o Brasil renovou** sua fisionomia [...]. **Promoveu um salto na produção de energia** [...]. **Mudou muito**. (Fernando Henrique, 2ª posse, sequência de abertura)

Há aqui um conjunto de objetos discursivos, como *apoio generoso*, *novo mandato*, *nova jornada*, que ativam uma rede de sentidos ao serviço da construção do tópico *reflexão sobre o primeiro mandato* e que justificam a predicação “estou pronto para a nova jornada”. Constatando o sucesso econômico do Brasil, o locutor sublinha a positividade do seu primeiro mandato, um procedimento discursivo comum aos locutores-presidentes que, através dessa reflexão, fazem sobressair, a partir de objetos discursivos diversos, os contextos sociopolíticos particulares.

O uso da metáfora *nova jornada*, em (44), expõe o PDV de L/E acerca do novo mandato. Nesse excerto predominam atos de fala expressivos, como “estou pronto para a nova jornada”, “tenho mais experiência pelo muito que pude aprender”, acrescidos de adjetivações, como *apoio generoso*, que remete à dimensão das emoções, funcionando para reforçar o ato de agradecimento do locutor ao povo por tê-lo reconduzido a um segundo mandato.

Para a construção de *uma reflexão sobre o caminho percorrido*, como tópico, o locutor introduz o objeto *Brasil* discursivizado como agente das transformações, essa uma estratégia discursiva que permite ao locutor expressar seu PDV a respeito do tópico *os avanços do Brasil*, mas passando a impressão de que não está implicado no processo. A construção desse tópico ocorre por retomada, em: “o Brasil renovou sua fisionomia”, “(o Brasil) promoveu um salto na produção de energia” e “(o Brasil) Mudou muito”. O propósito argumentativo-discursivo é orientar o olhar do interlocutor no sentido de concordar com o PDV de L/E, nesse caso com a voz de autoridade do PR. É levá-lo a coconstruir uma imagem positiva relativamente ao Brasil dos *últimos quatro anos*, tempo correspondente ao mandato do PR no Brasil, uma coincidência temporal que estabelece-se numa relação de causa-efeito. Há, portanto, uma rede de conexões entre objetos que constroem o tópico discursivo e a construção do *ethos* de credibilidade do Presidente.

Em (45), a construção do tópico *reflexão sobre o primeiro mandato* oscila entre narrativas no passado, como vemos em “puderam alimentar”, “tiveram acesso”, “realizaram”, “tudo começou”, “o

Real foi um grande divisor de águas”, e, no presente, “dão a confiança”, com vista ao futuro, “a geração do Real será diferente”:

(45) Milhões puderam alimentar melhor seus filhos [...]. Milhares tiveram acesso a bens [...]. Milhares realizaram aspiração tão antiga, quanto legítima, de **comprar a casa própria** [...]. Estas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. [...]. Tudo começou com a **nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas.** (Fernando Henrique, 2ª posse, sequência de abertura)

A escolha por esse modo de construção é condicionada pelo propósito argumentativo do locutor, que funciona para demonstrar a evolução da situação brasileira nos quatro anos anteriores. O tópico *plano real* ativado em razão do uso da expressão “o Real foi um grande divisor de águas” é bastante significativo nesse contexto de construção de um *ethos* de credibilidade do PR. A construção desse tópico permite a ativação de uma memória compartilhada acerca de um período de estabilidade econômica vivenciado no país, desde a implementação do plano⁴⁶ econômico que resultou na introdução da nova moeda, *o Real*, um projeto no qual o ex-Presidente Fernando Henrique teve participação central. Destacamos o efeito hiperbólico das construções, “milhões puderam alimentar...”, “milhares tiveram acesso...”, “milhares realizaram...”, também a serviço da construção do *ethos* de credibilidade do locutor, o uso dessa estratégia linguístico-discursiva, por repetição de sintagmas e pela escolha lexical, confere um sentido emocionado à elocução. A introdução do indefinido na função de anáfora encapsuladora, *tudo*, sintetiza o conteúdo precedente ligando o avanço do Brasil à introdução da nova moeda. A predominância de expressões avaliativas explícitas faz sobressair o posicionamento do locutor acerca do tópico implícito, *plano real*, um PDV de L/E em sincretismo, como referido por Rabatel (2016).

4.1.3.2 A Dimensão Experiencial na Construção do Tópico

No excerto abaixo (46), o locutor introduz explicitamente o tópico em questão, modalizando-o como *breve reflexão sobre o caminho percorrido*. A introdução dessa enunciação permite-lhe, ao mesmo tempo, comentá-la e avaliá-la, como vemos em, “trata-se de avaliar o percurso feito, o seu sentido e alcance, mas, sobretudo, de procurar discernir as linhas do futuro”. O metadiscorso que se estabelece ao comentar a enunciação no interior mesmo dessa enunciação, segundo Charaudeau e

⁴⁶ O Plano Real foi um conjunto de reformas econômicas iniciadas em 1993, no governo de Itamar Franco, foi um processo de estabilização econômica com o objetivo principal de combater a hiperinflação no país. À época, Fernando Henrique Cardoso assumia a pasta da Fazenda e com o apoio do presidente reuniu um grupo de economistas para conduzir as ações do plano, cuja moeda, o Real, entrou em circulação oficial em 1.º de julho de 1994. No fim de março de 1994, Fernando Henrique Cardoso deixou o cargo de ministro da Fazenda para concorrer às eleições daquele ano.

Maingueneau (2020), está ao serviço da construção de um *ethos* de “homem atento ao seu próprio discurso ou ao discurso do outro” (p. 326).

Após essa metadiscursividade, o locutor instaura uma dimensão pessoal e experiencial para concretizar o projeto discursivo de construção do tópico central, como veremos no excerto abaixo:

(46) Ao iniciar um segundo mandato, como Presidente da República, não devo furtar-me a uma **breve reflexão sobre o caminho percorrido, nos últimos cinco anos**, que hoje se completam [...]. **Trata-se de avaliar o percurso feito, o seu sentido e alcance** [...], mas, sobretudo, de procurar discernir **as linhas do futuro** [...]. **Conheço hoje melhor Portugal e os portugueses. Percorri o País em todos os sentidos** [...] **contactei amplamente as populações** [...] **visitei os portugueses da diáspora** [...]. **Portugal mudou muito, nos últimos anos, e vai mudar muito mais ainda.** (Mário Soares, 2^a posse, sequência de abertura)

A rede de sentidos criada, inicialmente, com a expressão “conheço hoje melhor Portugal e os portugueses” está ao serviço da construção do *ethos* de competência e credibilidade, de uma imagem de PR atuante, que não limita-se aos assuntos de gabinete, antes preocupa-se com realidade do povo, da qual procura se aproximar. Tal sentido é reforçado pelo uso dos verbos de movimento *percorrer*, *visitar* e *contactar*, associado à introdução dos objetos e do posicionamento do locutor face a esses objetos, como vemos em: “percorri o País em todos os sentidos...”, “contactei amplamente as populações...”, “visitei os portugueses da diáspora...”. O uso da modalização epistêmica asseverativa, “Portugal mudou muito, nos últimos anos, e vai mudar muito mais ainda”, contribui para o estabelecimento de um sentido de confiança no futuro do país, um efeito de sentido muito favorecido pelo *ethos* prévio de experiência do locutor, ancorado na sua trajetória como político, que o próprio reconhece, aceita e reforça trazendo para seu discurso em diversos momentos.

4.1.3.3 Renovação da Confiança

No excerto (47), o locutor coloca em evidência o objeto discursivo *eleitorado* como ponto de partida para a construção do tópico *renovação da confiança*. A rede de sentido construída em articulação com a ação expressa pelo verbo *sufragar*, e repetida por duas vezes, faz sobressair um duplo sentido de responsabilidade, primeiramente por parte do *eleitorado*, este um objeto construído discursivamente de modo agentivo por ter referendado as ações do PR no seu primeiro mandato, vemos isso em “o eleitorado sufragou de forma inequívoca...”, e também por parte do Presidente, que se precisa corresponder às expectativas depositadas:

(47) O eleitorado sufragou, de forma inequívoca, **o exercício do meu primeiro mandato**, nomeadamente o **entendimento consistente das funções presidenciais e o método utilizado para lhes dar corpo; sufragou** as metas enunciadas e as áreas de intervenção prioritárias; **sufagou**, finalmente, o meu propósito de congregar os portugueses e de dinamizar o Estado e a Sociedade. **A renovação da confiança do eleitorado** significa, antes de mais, que **devo prosseguir o caminho traçado dando à função presidencial** o carácter de vértice estabilizador do sistema político. (Jorge Sampaio, 2ª posse, sequência de abertura)

Nesse contexto, a *função presidencial* é um objeto discursivo convocado para dar sustentabilidade à confiança dos portugueses, sendo também tomado como escopo para justificar a *reeleição*, esse um objeto introduzido ao nível do implícito, acessível pela expressão, *renovação da confiança do eleitorado* e também em “o eleitorado sufragou...o exercício do meu primeiro mandato”. Esse posicionamento de L/E está ao serviço da construção da imagem do *eu presidente*, um *ethos* mostrado relativo a sua competência, como vemos em “entendimento consistente da função presidencial e o método...”, e também de humildade, em “a renovação da confiança do eleitorado significa que devo prosseguir...”. Aqui, sobressai ainda um *ethos* de credibilidade, de um presidente atento ao desejo do *eleitorado* e consciente das funções atribuídas ao PR. O *eu presidente* e o *eleitorado* como objetos discursivos são construídos em relação, sendo que o *eleitorado* é discursivamente construído como elemento agentivo, a quem o Presidente deve dirigir às suas ações.

4.1.3.4 Reafirmação dos Compromissos

Como vimos com a construção do tópico *avanços do primeiro mandato*, a predominância de construções no tempo passado, em paralelo com o presente evidencia os resultados positivos obtidos no primeiro mandato do PR, e mostra um propósito argumentativo-discursivo voltado para a credibilização do locutor, na sua função institucional. Do mesmo modo, a construção do tópico *reafirmação dos compromissos* parte de uma orientação argumentativa que centraliza a construção de uma imagem positiva do PR, de um *ethos* de respeito com os compromissos assumidos, com vista a um futuro promissor. Há uma predominância de atos de fala comissivos, em razão da natureza do objeto de discurso *compromissos*:

(48) No momento em que inicio um novo mandato, reitero os meus compromissos essenciais [...] são **compromissos fundamentais**, que decorrem da **Constituição** e da experiência histórica da **função presidencial na Democracia Portuguesa** [...]. **Prosseguirei uma magistratura de moderação e de equilíbrio**, no escrupuloso respeito pela separação de poderes [...] **defenderei** o interesse nacional e **darei atenção** permanente às questões da presença portuguesa na Europa e no Mundo; **tere**i uma preocupação redobrada com os desafios da

modernidade [...] **desenvolverei** uma acção próxima dos portugueses[...] (Jorge Sampaio, 2ª posse, sequência de abertura)

O tópico *reiteração dos compromissos* é construído na relação com o objeto *a função constitucional do PR*, a partir da convocação de outros objetos como *magistratura de moderação e equilíbrio*. As expressões de valor dêitico que abrem o discurso são decisivas para a indicação do tempo da enunciação, nesse caso o tempo presente, como vemos em “no momento em que inicio um novo mandato”, e também para a instauração do locutor no seu discurso, como vemos em “reitero os meus compromissos essenciais”, uma construção que instaura também, de modo explícito, o tópico *compromissos essenciais*. A convocação dos objetos *Constituição, função presidencial e democracia*, na relação com o tópico, funciona para reforçar o *ethos* de autoridade e credibilidade do locutor, o objeto *Constituição* é a voz de autoridade, o que estabelece os compromissos do Presidente perante o Estado Democrático de Direito. A introdução desses objetos é, antes de qualquer coisa, a afirmação da imagem de Presidente da República que respeita as Leis da República expressas na Constituição portuguesa.

Em (49), para construir o tópico *reafirmação dos compromissos*, o locutor convoca como objetos *partidos políticos, o governo e portugueses*.

(49) O meu compromisso de há cinco anos foi «unir os portugueses e servir Portugal» [...] colocando-me numa posição de equidistância em relação aos partidos políticos [...] oferecendo uma **solidariedade institucional** sem falhas ao Governo legítimo [...]. **O compromisso de então reassumo-o hoje**, nos mesmos termos e fazendo a mesma leitura da Constituição [...]. (Mário Soares, 2ª posse, sequência de abertura)

Na relação com a construção da imagem do *eu* presidente e da instituição democrática, esse tópico contribui para reforçar o propósito argumentativo-discursivo do locutor de evidenciar a dimensão ético-política. Os objetos selecionados para sua construção estão ao serviço também da construção do *ethos* de credibilidade do PR que deseja demonstrar seu respeito às instituições, representantes legítimas da democracia, um objeto que está presente no discurso, na dimensão do implícito. O respeito pela separação dos poderes está explicitamente referido nas passagens: “posição de equidistância em relação aos partidos políticos” e “oferecendo uma solidariedade institucional, sem falhas, ao Governo legítimo”. Como se vê, trata-se de um compromisso assumido primeiramente com os seus pares, e, podemos dizer, com a democracia.

Os discursos brasileiros, em razão do regime presidencial que atribui ao Presidente da República dupla função, apresentam uma construção discursiva que permite uma implicação mais

direta do Presidente na execução daquilo com que se compromete, sem deixar de construir o sentido de respeito às Leis da República:

(50) Hoje, posso **olhar nos olhos** de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que **mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam. Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.** [...]. *Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.* (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, sequência de abertura.)

O locutor é assertivo no modo como faz referência ao tópico, como verificamos na construção “posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam”. Essa assertividade vem, nomeadamente, da identidade discursiva (Charaudeau, 2009) de um locutor-presidente eleito democraticamente. No contexto de segunda posse existem algumas dimensões que ancoram o ato de fala assertivo, a modalidade epistêmica é uma delas, juntamente com a construção de *ethos*, para além de outras dimensões experienciais. A repetição do verbo *manter* nos tempos passado, presente e futuro funciona para reforçar essa assertividade, fazendo sobressair o sentido de certeza da concretização do que é dito pelo locutor-presidente, tendo em vista seu poder de execução.

Os objetos discursivos *brasileiros e brasileiras* são tomados como grupo para o qual o locutor se dirige, representando o seu interlocutor. A materialidade discursiva aponta, no entanto, para uma restrição desse grupo, expressa sobretudo na construção “governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada”, que funciona para evidenciar o PDV de L/E e a confirmação do *ethos* prévio de responsabilidade com os mais carentes; vemos isso também no uso da metáfora “posso olhar nos olhos...”. O processo referencial que destaca-se no uso da expressão “os que mais precisam” ocorre pela especificação de um grupo, como vemos no uso do determinante definido, e que é depois retomado através do sintagma lexical *os mais pobres*.

Os discursos ora analisados têm em comum a predominância de atos de fala assertivos e compromissivos. A escolha dessa modalidade ilocutória e o uso da primeira pessoa é coerente com a intenção comunicativa do locutor, esses atos de fala o comprometem, tanto com a verdade do que ele está afirmando, quanto com sua execução.

4.1.4 O Locutor como Objeto: As Imagens de Si no Discurso.

A questão da imagem do político é discutida na literatura a partir da questão do *ethos*, considerado por Charaudeau (2008a) como uma estratégia do discurso político. O linguista esclarece que esse discurso permite o desenvolvimento de duas figuras identitárias que se reagrupam em duas grandes categorias de *ethos*, de credibilidade (discurso da razão) e de identificação (discurso do afeto). A autoridade do Presidente da República é construída pela articulação das imagens de um *eu pessoal* e de um *eu presidente*, são dimensões que articulam-se discursivamente na construção do *ethos* de credibilidade, fundamental sobretudo no campo do discurso político, e construídas a partir de quadros enunciativos e discursivos particulares. As imagens de si que os locutores constroem, refere Marques (2016b) “são necessárias à compreensão dos sentidos dos discursos” (p. 10).

Veremos primeiramente como ocorre nos discursos de tomada de posse presidencial a construção da imagem do *eu* pessoal do locutor, de um sujeito que é anterior à instituição política, e que se apresenta no discurso, nomeadamente de modo implícito. A imagem do *eu* pessoal associa-se à imagem do cidadão(ã) na sua relação com a família, com o país e com determinados grupos sociais com quem tem mais afinidade; são imagens construídas a par de emoções, normalmente “ditas” que, de acordo com Micheli (2013), se constroem em enunciados que manifestam uma relação predicativa entre expressões que contêm termos de emoção e a entidade humana que supostamente a sente.

4.1.4.1 A Construção do *Eu* Pessoal: O Lugar das Emoções

Os enunciados abaixo são importantes na medida em que demonstram uma manifestação discursiva na qual o locutor-presidente toma a si mesmo como objeto de discurso para a construção da imagem do *eu* pessoal. Esse tópico é frequentemente introduzido na sequência de abertura, e retomado na sequência de encerramento. Em razão desse dado, consideramos que há uma relação de cooperação entre este tópico e os simbolismos construídos no ato de tomada de posse presidencial, sobretudo pela escolha de construções linguístico-discursivas que evidenciam a dimensão emocional, através de emoções ditas, como referimos.

Os segmentos destacados abaixo têm em comum a predominância de uma argumentação emocionada. Tal efeito é produzido pela rede lexical e valores dêiticos, reforçados também por referente de valor axiológico. As sequências em destaque compõem as estruturas de abertura da

composição dos discursos, momento em que o locutor se apresenta ao auditório pela primeira vez após o juramento à Constituição que é parte protocolar do evento.

Às imagens construídas estão associados vários sentimentos que se inter-relacionam no discurso, sobressaindo *amor à pátria* (51), *pertencimento*, *representatividade* (52) e *orgulho* (53).

Em (51), o locutor conjuga a emoção que sente pela ascensão ao cargo de presidente, aqui representado pelo *ato de tomada de posse*, com sua história pessoal. Essa operacionalização confirma que os mesmos objetos de discurso podem estar a serviço de tópicos diversos.

A introdução dos objetos discursivos, *Portugal, língua, filhos, pais, portugueses*, etc., está a serviço da construção do tópico *compromisso solene*, e da construção da imagem de um *eu* pessoal. Essa organização discursiva faz sobressair um efeito de sentido emocionado, nomeadamente em razão da repetição de lexemas, uma estratégia que está ligada à construção de um sentido de emoção. A repetição anafórica do dêitico espacial *aqui*, que retoma o referente *Portugal*, marca uma vertente emocionada da evocação da história pessoal do locutor. Um efeito de sentido que se fortalece pelas redes lexical e de sentido construídas:

(51) Portugal é a razão de ser do **compromisso solene que acabo de assumir**. Aqui nasci, **aqui aprendi** com **meus Pais** a falar **a língua** que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo. Aqui eduquei os **meus filhos** e espero ver crescer **os meus netos**. Aqui se criaram e sempre viverão comigo **aqueles sentimentos** que não sabemos definir, mas que nos ligam a todos os **Portugueses**. **Amor à terra, saudade, doçura** no falar, **comunhão** no vibrar, **generosidade** na inclusão, **crença em milagres** de Ourique, **heroísmo** nos instantes decisivos. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, sequência de abertura)

As construções *amor à terra* e *aqueles sentimentos* evocam um sentimento de pertencimento. Destaca-se o uso do demonstrativo na passagem *aqueles sentimentos* que parece convidar o interlocutor a restaurar na memória sentimentos que o locutor crê como presentes na sociedade portuguesa, e que logo em seguida são introduzidos cotextualmente como se vê nas estruturas, “amor à terra, saudade, doçura no falar...”. Esse funcionamento evoca um sentimento mais englobante que é o de reciprocidade, isto porque o interlocutor pode se reconhecer nessa enunciação, se identificar com os sentimentos evocados, já que são, do ponto de vista do locutor, sentimentos compartilhados. O discurso funciona para criar um sentimento de proximidade entre o *eu* pessoal do locutor e o povo português, esse é o propósito argumentativo-discursivo em construção.

Os sentimentos de reciprocidade e proximidade têm lugar de destaque também nos discursos brasileiros. Em (52), o propósito discursivo e argumentativo do locutor é dar visibilidade às mulheres

brasileiras dentre os demais destinatários a quem se dirige, propósito justificado em razão da dimensão contextual e experiencial do locutor:

(52) Pela decisão soberana **do povo**, hoje será a primeira vez que a **faixa presidencial** cingirá o ombro de **uma mulher**. **Sinto** uma imensa honra por **essa escolha do povo brasileiro** e **sei do significado histórico desta decisão**. **Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial**, pois ela traz consigo uma **enorme responsabilidade** perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a **força e o exemplo da mulher brasileira**. **Abro meu coração** para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia. **Venho para abrir portas** para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas [...]. **Não venho para enaltecer a minha biografia**; mas **para glorificar a vida de cada mulher brasileira**. (Dilma Rousseff, 1ª posse, sequência de abertura)

A construção de uma argumentatividade emocionada apresenta-se na materialidade discursiva através de um conjunto de mecanismos linguísticos-discursivos escolhidos pelo locutor. Destacamos o uso da metáfora “abro meu coração”; os atos expressivos “sinto imensa honra”; a rede lexical e os termos de emoção (Micheli, 2013:06), tais como *coração, honra, força e exemplo*, e também *povo, brasileiros, seda, mulher*; além das modalizações *imensa honra, significado histórico, enorme responsabilidade e imensa energia*. Destacamos, ainda, a construção “abro meu coração para receber [...] uma centelha da sua imensa energia”, porque, em razão de conceitos axiológicos, contribui eficazmente para a construção de um *ethos* de sensibilidade do locutor, na conjunção com a construção da imagem institucional. Há uma rede de sentidos em torno de enunciações como “sei do significado histórico desta decisão”, em que se constrói a consciência dos fatos, e o respeito à vontade popular que levou uma mulher à presidência da república. São sentidos construídos a partir da introdução de objetos discursivos em articulação como, *a escolha do povo, decisão soberana, significado histórico*.

A rede de sentidos evoca o sentimento de *pertencimento* a um grupo com o qual o locutor se identifica e que procura enaltecer, como vemos em “para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira”. A construção discursiva desse sentido é fundamental para a concretização do propósito argumentativo, expresso sobretudo em “venho para abrir portas”, em que o locutor, tomando-se como objeto discursivo em elocuições pessoais marcadas desinencialmente, como em “sinto, venho, abro meu coração”, constrói e articula as imagens do *eu* pessoal e do *eu* institucional. A voz de representatividade com a qual o PDV de L/E se alinha ao referir “venho para abrir portas” tem força persuasiva suficiente para fazer crer. O uso dessa metáfora guarda uma orientação argumentativa dirigida às mulheres, para que acreditem na sua força e capacidade para assumir

postos de trabalho de grande responsabilidade, o “abrir portas” pretende também imprimir o sentido fundamental e mais amplo de oportunidade.

Destacamos também o uso da estrutura negativa “não venho para enaltecer a minha biografia”, esse modo de construção que pode ser entendido como uma exclusão momentânea da dimensão pessoal, introduzida pelo uso do objeto de discurso *biografia*, em favor do coletivo, orienta a leitura a ser feita, e vem a ser também uma estrutura marcante de construção do *ethos* do locutor.

Os sentidos pragmáticos atuam eficazmente sobre uma enunciação onde o enunciador é fonte do conteúdo proposicional, em que é, ele próprio, o objeto de discurso daquilo que o conteúdo exprime, enquanto instância enunciativa; como afirma Rabatel (2016), “o enunciador principal, está em sincretismo com o locutor que exprime o PDV em um triplo aspecto: enquanto locutor, por intermédio de seu papel na enunciação [...] enquanto ser do mundo [objeto do discurso] e, por fim, enquanto sujeito que fala” (p.86).

Em (53), o locutor faz referência a dois momentos de sua história como político:

(53) Volto a esta Casa, onde **vivi** período de intenso aprendizado político, para receber **o mandato mais honroso e o desafio mais difícil** a que um homem público pode aspirar: **a presidência do Brasil** por delegação do **povo. Venho trazer** ao poder legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a presidência da república, meu **apreço e minha homenagem. Orgulho-me** de ter pertencido à Câmara dos deputados, onde **meu avô**, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. **Envaideço-me** da memória dos anos fecundos **que meu pai**, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal (Fernando Collor, sequência de abertura)

Na primeira parte, no enunciado “volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político”, o uso do dêitico pessoal e o modo como significa sua experiência como político permite a recuperação de um passado próximo, pelo qual o locutor se inclui no grupo de pertencimento, em razão de sua identidade social. A segunda enunciação com o sentido de finalidade, “para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil”, o coloca numa situação de superioridade entre os seus pares. A construção predicativa também revela o posicionamento do locutor acerca do objeto de discurso *presidência do Brasil*, que funciona para a construção da dimensão emocionada, a par dos atos de fala expressivos, *orgulho-me*, *envaideço-me*, e da introdução dos referentes *pai e avô*, que o locutor convoca em referência à sua identidade social. Micheli (2013) refere, inclusive, que, dentre os meios específicos de linguagem emocionada, as enunciações que manifestam relações predicativas se enquadram no âmbito das emoções ditas, que “reduzem drasticamente a quantidade de inferência deixada ao destinatário”. Os objetos convocados, as predicções a respeito e a dimensão das emoções fazem sobressair a

identidade social do locutor como *político*, recategorizada na expressão *homem público* em detrimento de uma imagem de cidadão dissociado da política.

O excerto abaixo pertence ao discurso de segunda tomada de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

(54) Quatro anos atrás, nesta casa, em um primeiro de janeiro, vivi **a experiência mais importante de minha vida** de assumir a presidência do meu país. **Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza**, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da república. **Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante**, que começara, como a de milhões de nordestinos, **em cima de um pau-de-arara**⁴⁷, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do planalto. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, sequência de abertura)

A enunciação enquadra a dimensão pessoal do locutor, à medida que faz, discursivamente, um retorno ao passado para resgatar memórias de sua primeira tomada de posse. O tom emocionado é construído pela convocação de objetos que remetem a sua história pessoal, sobretudo pela construção “pela primeira vez, um homem nascido na pobreza...”, que tem a particularidade de ser uma narrativa compartilhada por muitos brasileiros, que vivenciaram as mesmas dificuldades, portanto, facilmente acessada pelo conhecimento enciclopédico do alocutário, pelo menos por grande parte dele. A enunciação possui uma “vocalidade específica”, conforme conceitua Maingueneau (2016), uma fonte enunciativa que juntas determinam o corpo do enunciador, “o poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente situados” (p. 73).

O objeto discursivo em construção, o *eu pessoal*, é categorizado e recategorizado pelos referentes *homem nascido na pobreza e um retirante*⁴⁸. A escolha dessa rede lexical e o modo como foi discursivizado são parte de um propósito argumentativo discursivo que pretende reconstruir a realidade do cotidiano de um *retirante* que se desloca do nordeste para o sul do Brasil, para fugir da fome. É o que se coloca com os lexemas, *pobreza, risco crônico da morte, desesperança, longa jornada, pau-de-arara*. Essa imagem é facilmente acessada e reconstruída pelo coenunciador, sobretudo por aqueles que compartilham da mesma realidade. A rede lexical e o forte conteúdo emocional contribuem

⁴⁷ Pau de arara é um termo usado para designar os caminhões que levam os retirantes nordestinos para outras regiões do Brasil, nomeadamente a região sudeste, à procura de trabalho. Uma das explicações para essa designação “seria porque a armação de madeira e a lona colocada nos caminhões lembram a engrenagem feita para papagaios e araras, comuns nas casas do interior nordestino”. Para mais informações sobre essa designação ver: Douglas de Carvalho e Silva (2022), e também o Dicionário do Folclore Brasileiro, de Luís da Câmara Cascudo.

⁴⁸ O termo “retirante” nesse contexto, é usado em referência aos nordestinos que precisam deixar suas terras em direção às capitais, para sobreviverem à situações de seca extrema, fenômeno que decorre da falta de chuvas frequentes na região nordeste, sendo esta a razão do uso estendido do termo: “retirante nordestino”. A seca resulta no êxodo rural, as pessoas buscam por trabalho em outras regiões, já que sem chuvas não têm como manter o seu “roçado”, ou seja, o cultivo de frutas, hortaliças e cereais, de onde tiram o sustento de suas famílias. Seu significado pode se assemelhar ao de migrante, mas seu uso refere-se a um contexto muito específico de produção e a efeitos pragmáticos decorrentes da língua em uso.

também para a construção da personalidade do *retirante* como um sujeito forte, corajoso e determinado, sentido perceptível pelos verbos de modalização deôntica nas construções, “teve que derrotar”, “e vencer, depois a desesperança”. O uso dessas construções revela a realidade de uma classe, a trabalhadora, e de uma região, o nordeste brasileiro, além de um estado de coisas que inevitavelmente atravessa o cotidiano desse grupo, mas que por isso mesmo lhe confere uma personalidade forte, necessária na luta pela sobrevivência.

Com a referência à “longa jornada de um retirante” o propósito argumentativo do locutor é reapresentar a luta de um grupo, ao qual associa à construção de sua história pessoal e através da qual constrói discursivamente uma dimensão emocionada, presente nas escolhas lexicais. É propósito também do locutor afirmar o *ethos* prévio de pertencimento a esse grupo, ao reconhecer-se publicamente como um desses trabalhadores nordestinos, rompendo, portanto, com o modelo imposto pelo discurso dominante ao tornar-se Presidente da República. A rede de sentidos construída permite a construção de um sentido que se desenvolve na dimensão do implícito, o de que é possível à um *homem do povo*, como se auto-designa, ascender ao mais alto posto da nação.

Para além de mecanismos linguístico-discursivos tais como a rede lexical e os processos dêiticos, que tão bem reconstróem as emoções, o contexto é efetivamente fundamental. Entendido como *saberes anteriores à enunciação* (Maingueneau, 2005, p. 27), o contexto mobiliza regras pragmáticas que permitem a compreensão do ato de comunicação. Os excertos analisados demonstram a sua importância na produção e na construção dos sentidos pelo coenunciador, cuja compreensão não pode ser completada sem o conhecimento de mundo que o contexto possibilita.

Como vimos, a sequência de abertura tem como um dos tópicos centrais o *eu pessoal* do locutor-presidente, construído de modo subjetivo. Com o propósito de demonstrar proximidade com o auditório, vai sendo construída a imagem de um sujeito, cuja existência vai além do cargo que acabara de assumir, através do compartilhamento de uma história pessoal, que é também a história de muitos, e de valores também compartilhados. À medida que o discurso vai se encaminhando para a parte central, essa imagem vai dando lugar à construção de uma outra onde prevalece a figura do Presidente como Instituição, como veremos na seção seguinte.

4.1.4.2 A Construção do *Eu* Institucional: O *Ethos* de Credibilidade

A construção de um *ethos* de credibilidade associado à imagem do *eu institucional* é central no discurso político de posse presidencial. É preciso construir uma identificação recíproca entre locutor e

alocutário por meio da construção de uma imagem, que deve se aproximar, o quanto possível, da que o locutor deseja. Dessa forma, a apresentação da imagem de si pelo locutor acontece sempre em função do alocutário, da representação que tem dele; é uma imagem também construída discursivamente.

A credibilidade do Presidente é construída discursivamente. O locutor toma a si mesmo como objeto para apresentar um *eu institucional*, imagem construída a partir de escolhas subjetivas, modos de referência e estratégias discursivas que permitem a construção do *ethos* de credibilidade, tão importante ao PR, para reforçar, inclusive, sua autoridade enquanto tal. É preciso conquistar a adesão do auditório às propostas do programa de governo do Presidente que vão sendo apresentadas, uma adesão que evidentemente depende de como o Presidente é reconhecido, no que respeita sobretudo à sua competência para lidar com todas as responsabilidades que o cargo impõe.

Marques (2014) refere que:

A autoridade do Presidente da República decorre da legitimidade institucional mas também da sua credibilidade política, é, pois, necessário distinguir o estatuto *de* presidente e o estatuto *do* presidente. Coexistem aqui imagens de si complementares, construídas por mecanismos discursivos diversos. (p. 302)

A construção do *ethos* de credibilidade se articula com a construção do tópico *eu presidente* a par de um outro tópico fundamental, *o poder do Presidente*, este, construído na consideração da ordem constitucional dos países e de seus sistemas de governo. Essas constrições contextuais produzem organizações discursivas particulares.

Como demonstram os enunciados abaixo, o tópico *poder do Presidente*, nos discursos portugueses, é construído por um conjunto de objetos em que o sentido de *democracia* é central, razão pela qual o objeto *Constituição* é convocado por acréscimo, assim como outros elementos. O *ethos* de credibilidade associado à imagem do Presidente brasileiro convoca esses e outros objetos para seguir um caminho um tanto quanto diverso, nomeadamente, pela construção da imagem de um presidente que tem poderes executivos.

Os enunciados dão a conhecer os objetos discursivos preferenciais do locutor para estabelecer a relação com o auditório, via construção da imagem institucional como credível e capaz. Nesse processo, observamos que o posicionamento do locutor associado à construção dos objetos convocados, para além de demonstrar a determinação do Presidente no cumprimento dos

compromissos, demonstra também, em função da organização discursiva, os poderes instituídos pelo regime de governo.

Em (55), assim como as escolhas referenciais, as modalizações e as expressões indiciais contribuem para a construção da imagem de um *eu institucional*:

(55) A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos. **Serei rígida** na defesa do interesse público. **Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente,** e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com **firmeza e autonomia.** (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

No contexto desse enunciado, o locutor introduz os objetos explícitos *corrupção, desvio, malfeito, órgãos de controle e investigação*, centrando a atenção do interlocutor nesse que é um dos grandes problemas sociais. A ênfase que se percebe na condução dessa temática permite maior visibilidade ao posicionamento do locutor, que fica claramente expresso no modo assertivo de tomar a palavra. O efeito de continuidade, de permanência previsto pelo uso da expressão adverbial, “a partir desse momento”, no início do enunciado, faz sobressair o sentido de poder na construção da imagem do Presidente. Uma outra questão muito interessante diz respeito ao julgamento de valor expresso “serei rígida”, antecipado pelo locutor e atribuído ao tópico.

Em (56), a enunciação orienta para a construção do *ethos* de credibilidade associado a imagem do *eu presidente*:

(56) Por isso, a **Lei Fundamental** continua a ser o nosso denominador comum[...]Defendê, cumpri-la e fazê-la cumprir é dever do Presidente da República. **E sê-lo-ia sempre, mesmo que o tê-la votado, o ter acompanhado algumas das suas principais revisões e o tê-la ensinado ao longo de quarenta anos, não responsabilizassem acrescidamente quem acaba de assumir perante vós as funções presidenciais. O Presidente da República será, pois, um guardião permanente e escrupuloso da Constituição e dos seus valores,** que, ao fim e ao cabo, são os valores da Nação que nos orgulhamos de ser [...]. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, macrossequência central)

A imagem do *eu presidente* é construída a partir do respeito aos valores da *Constituição*, referente tomado como objeto e recategorizado como *Lei Fundamental*. O posicionamento do locutor face aos objetos *Constituição e presidente*, nomeadamente, na construção “o Presidente da República será, pois, um guardião permanente da Constituição e dos seus valores”, permite a construção do *ethos* de credibilidade associado a essa imagem. Trata-se de uma manifestação explícita de respeito e fidelidade a tais valores que revela, sobretudo, o PDV de L/E alinhado com o regime democrático, um posicionamento que reforça a construção desse *ethos*. A imagem que a expressão *um guardião da*

Constituição recia é a de um presidente sempre atento ao que preceitua a Lei Fundamental, o propósito argumentativo-discursivo é o de orientar o olhar do interlocutor para a construção da mesma imagem, de um *ethos* de respeito, fidelidade e credibilidade. O projeto de dizer determina as escolhas lexicais de modo a contribuírem ao propósito do locutor orientado para a construção de uma identificação com o alocutário. É importante que este se reveja na pessoa do Presidente, é um meio reconhecidamente eficiente à construção do *ethos*, como refere Charaudeau (2008a), "no domínio político, a construção das imagens só tem razão de ser se for voltada para o público, pois elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados" (p. 87).

O modo de tratamento delocutivo corresponde ao projeto discursivo do locutor. As modalidades delocutivas constituem um procedimento linguístico da construção enunciativa, que segundo Charaudeau (2019) "são desvinculadas do locutor e do interlocutor, o propósito existe em si, se impõe aos interlocutores em seu modo de dizer" (p. 100). Para Carreira (2017), o uso da forma de tratamento delocutivo, no caso em análise para fazer referência ao *Presidente*, tem como propósito manter um distanciamento, fazendo emergir dessa construção um efeito de objetividade considerado necessário, e que contribui para a construção da imagem *de* presidente. O modo delocutivo serve ao propósito do locutor de construir uma imagem de isenção no cumprimento da Lei, uma imagem que na materialidade discursiva é marcada pela construção do sentido de *afastamento* que essa modalidade propicia.

A auto-designação como *guardião da Constituição* e dos seus valores faz sobressair um sentido de dever que não apenas assume para si, como também ratifica discursivamente de várias maneiras; é um posicionamento expresso discursivamente que também está ao serviço da construção do *eu presidente*. Ainda que use a terceira pessoa na referência ao objeto *presidente*, o modo delocutivo é também a expressão de uma subjetividade, tendo em vista que as marcas dessa subjetividade vão além das marcas lexicais, apresentando-se sobretudo no modo como o locutor faz referências, como reiterado por Rabatel (1993), "la langue porte partout des traces de subjectivité, dans la façon de concevoir, nommer les référents, de les qualifier, quantifier, de modaliser, d'organiser les prédications, de choisir tel ou tel plan d'énonciation, etc." (p.35).

O excerto (56) destaca-se ainda pela apresentação de uma articulação simultânea das duas instâncias discursivas que são o *eu pessoal* e o *eu institucional*. A dimensão pessoal é introduzida em enunciados delocutivos, uma modalidade que vem sendo privilegiada pelo locutor: "E sê-lo-ia sempre, mesmo que o tê-la votado, o ter acompanhado algumas das suas principais revisões e o tê-la ensinado ao longo de quarenta anos, não responsabilizassem acrescidamente quem acaba de assumir perante

vós as funções presidenciais". A construção delocutiva permite ao interlocutor a ativação de um conhecimento possivelmente compartilhado, acerca da atividade do sujeito Marcelo Rebelo de Sousa como professor catedrático do curso de direito por diversos anos, a ativação de tais objetos evidencia a dimensão do *eu pessoal*, que nesse contexto, só vem a somar mais credibilidade à imagem pretendida.

O referente *Constituição* recategorizado como *Lei Fundamental* revela o PDV de L/E acerca do conteúdo proposicional, pelo modo de atribuição desse referente (Rabatel, 2016). Os sentidos possíveis de se construir colocam o *eu presidente* num lugar de subordinação quanto ao cumprimento das Leis da República, pela legitimidade que adquiriu com o voto direto. A construção dessa imagem institucional é fundamental, é parte do projeto discursivo do locutor pelo seu compartilhamento com o alocutário.

Abaixo, o locutor constrói o *ethos* de solidariedade na relação do Presidente para com os demais órgãos de soberania:

(57) A Assembleia da República pode contar com o **meu respeito, com minha solidariedade** e com a **minha cooperação. Estarei atento**, como é meu dever, às indicações desta Casa, que **todos os democratas têm o dever de prestigiar**, e manterei com V. Ex.a , Senhor **Presidente da Assembleia**, e com todos os partidos aqui representados, um diálogo atento e permanente. (Mário Soares, 1ª posse, sequência de abertura)

Segundo Amossy (2016), o discurso é o lugar que engendra o *ethos*, mediante escolhas feitas pelo locutor. No excerto em análise, as escolhas do locutor convergem à construção da imagem de um *eu presidente*, ligada ao *ethos* mostrado de solidariedade aos demais órgãos de soberania. O respeito expresso diretamente pelo locutor, em “meu respeito, com minha solidariedade”, mostra um PDV de L/E alinhado à norma constitucional que garante a separação e interdependência dos órgãos de soberania portugueses, e que são o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais. É, portanto, em sentido amplo, um PDV de L/E alinhado com os valores constitucionais e democráticos. Trata-se aqui de um discurso interinstitucional, onde o locutor tem como destinatários diretos os *Deputados e o Presidente da AR*, através de referência explícita. O uso das expressões nominais, *respeito, solidariedade e cooperação*, que participam da construção dos objetos *Assembleia da República e Presidente da Assembleia*, também participam da imagem *de presidente* (Marques, 2014) desejada. Os sentidos de isenção e ética no trato com as instituições democráticas que sobressaem ao enunciado também funcionam para a construção dos *ethé* de credibilidade e solidariedade do PR, do mesmo modo que os atos compromissivos e o modo assertivo do locutor nas construções, “estarei atento, como é meu dever” e “manterei o diálogo com todos os partidos”.

4.2 A Sequência de Encerramento: O Pessoal, o Emocional e o Simbólico

Na sequência de encerramento o locutor tem como propósito deixar uma *mensagem positiva*, de otimismo e de esperança. A construção desse tópico torna essa sequência um lugar em que predomina a retomada da *dimensão pessoal* do locutor, um tópico que como vimos, marca presença na sequência de abertura dos discursos, e contribui para a construção do simbolismo do ato de tomada de posse. A retomada desse tópico nessa parte dos discursos vem a reforçar a rede de sentidos positiva que se articula com o olhar do PR para o futuro.

Os tópicos que marcam essa estrutura composicional dos discursos de tomada de posse, e que consideramos fundamentais e prototípicos no gênero analisado, são construídos a partir da convocação de diferentes objetos discursivos que fazem sobressair efeitos de sentido emocionados. A emergência desses sentidos não é aleatória, mas parte do propósito argumentativo-discursivo do locutor que o leva a escolher objetos discursivos que favorecem a emergência desses sentidos. Como veremos, os objetos escolhidos são, nomeadamente, o próprio *locutor* na dimensão do *eu pessoal*; o *povo*, o *país*, a *família*, a *identidade nacional*, *os jovens*, etc.

Com a intenção de orientar o olhar do outro para um futuro de progresso, o locutor constrói discursivamente um paralelo entre um passado e um presente, com vista à construção de uma imagem positiva para o futuro. Nesse empreendimento, convoca como objetos discursivos fatos vividos pelo povo ao longo de sua história, também expressa avaliações subjetivas, e faz uso de uma modalidade epistêmica asseverativa que encontra reforço na construção do *ethos* de credibilidade como estratégia discursiva. A reapresentação de fatos que povoam a memória compartilhada dos interlocutores permite-lhe dar visibilidade às vitórias e conquistas vivenciadas, o que faz sobressair uma rede de sentidos que tem como efeito perlocutório a crença no presente e a esperança no futuro.

4.2.1 A Mensagem Positiva do Presidente para Futuro

No excerto (58), o locutor instaura-se no discurso em primeira pessoa e, de modo assertivo, demonstra sua *confiança no futuro*, esse um tópico que se interliga à construção do tópico central que é a *mensagem positiva do PR*. Ambos são reforçados pelo uso da construção “temos à nossa frente um enorme espaço para o optimismo” onde o valor hiperbólico destacado favorece à construção da positividade e da confiança que o locutor deseja transmitir, sendo esse seu propósito argumentativo-discursivo:

(58) Eu mantenho intacto e atualizado o sonho da **minha juventude** [...]. **Acredito** com a mesma força de então que é possível, necessário e urgente lutar por um mundo de maior **dignidade** para todos os seres humanos, por um Portugal mais **solidário** e mais **equânime** [...]. A possibilidade de concretização **desse sonho** de um **país livre e justo**, abriu-se para nós em **25 de abril de 1974**. [...]. **Não tenho dúvidas de que os tempos são difíceis**. Mas temos à nossa frente um enorme espaço para o **optimismo** [...]. **Tenho orgulho** no meu país e na sua história. Por tudo passámos, como povo [...]. **Estou certo** de que vamos conseguir mais uma vez. (Jorge Sampaio, 2ª posse, sequência de encerramento)

O valor modalizador das construções *eu mantenho, acredito, estou certo*, favorece ao propósito de orientar o olhar do interlocutor no mesmo sentido, isto é, levá-lo a compartilhar dos sentimentos de confiança e esperança no futuro que se anuncia. A presença do locutor no discurso através desses verbos e de construções pronominais como, *minha juventude, meu país*, associado ao *ethos* de credibilidade que a imagem do Presidente da República naturalmente suscita, favorece também ao projeto de persuasão em atividade, orientado para a construção do sentido de otimismo. A rede lexical e o posicionamento do locutor face aos objetos convocados como vemos em, “não tenho dúvidas que os tempos são difíceis”, e ainda, “tenho orgulho no meu país e na sua história”, revelam um forte apelo às dimensões emocional e simbólica na busca da adesão do auditório, um projeto que ganha reforço com a introdução de pelo menos dois objetos centrais e de grande simbolismo para a sociedade portuguesa que são o *25 de abril*, um projeto audacioso que saiu vitorioso, e a figura dos *jovens* que costuma aflorar no interlocutor o sentido de esperança.

O resgate da memória coletiva de uma sociedade vem normalmente acompanhada de emoções positivas, e costuma ser uma estratégia argumentativo-discursiva que resulta positivamente para o efeito desejado pelo locutor.

Em (59), para construir uma mensagem positiva para o futuro, com a qual vai finalizar o seu discurso, o locutor coloca o tempo presente em ruptura com o passado:

(59) Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, **não como Nação injusta**, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, **mas como Nação ativa, nobre**, afirmando-se corajosamente no mundo **como Nação de todos**, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. **Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade**. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, sequência de encerramento)

O uso do verbo *começar* com valor de presente, e valor aspectual de início de um processo, faz sobressair uma ruptura com quem o precedeu, ou seja, com o governo anterior. Note-se que o uso das estruturas negativas funciona para (re)apresentar a realidade do Brasil no passado, o uso das construções *nação submissa e nação injusta* apresenta um juízo de condenação que contrasta com o

Brasil do presente, ao qual são atribuídos os valores positivos de *nação ativa, nação de todos*. O ato assertivo de predição do último enunciado “este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade” reforça o sentido de positividade que o locutor deseja construir na relação com o tópico *mensagem positiva para o futuro*.

O excerto abaixo destaca-se pela construção da imagem do *povo português* como objeto discursivo na construção do tópico, *mensagem positiva para o futuro*:

(60) O essencial, é que o **nosso gênio** – o que nos distingue dos demais – é a **indomável inquietação criadora** que preside à nossa **vocação ecumênica**. Abraçando o mundo todo. Ela nos fez como somos. **Grandes no passado. Grandes no futuro**. Por isso, **aqui estamos. Por isso, aqui estou**. Pelo Portugal de sempre! (Marcelo Rebelo, 1ª posse, sequência de encerramento)

A convocação dos objetos discursivos, *nosso gênio, inquietação criadora e vocação ecumênica* estão ao serviço da construção do tópico, e permite ao locutor apresentar uma face singular da sociedade portuguesa, a partir do PDV de L/E de valorização das particularidades do povo português. Na articulação com o processo de referenciação envolvido na construção dos objetos, as marca discursivas revelam o PDV de L/E e fazem sobressair um movimento exortativo dirigido ao povo, é o que vemos no apelo metafórico da expressão, *indomável inquietação criadora*, e também *vocação ecumênica* e *grandes no passado e grandes no futuro*. Tais estratégias evidenciam um efeito perlocutório para levar o interlocutor a ver do mesmo modo e valorizar a si mesmo, pelo reconhecimento do valor de seu povo.

4.2.2 A Retomada da Dimensão Pessoal

Em (61), para construir o tópico, o locutor (re)apresenta alguns fatos importantes que marcaram o Brasil no passado, (re)apresenta uma face do Brasil à época da ditadura militar, e constrói discursivamente sentimentos individuais como sendo partilhados por todo um grupo:

(61) Pertencço a uma geração que desde cedo **sonhou** com a **reforma social** em nosso País. **Ansiava** por participar dela. **Foi ativa** na **universidade**, tanto na **sala de aula**, como **nas ruas**. **Lutou** contra o arbítrio. Com a **redemocratização**, **viu renascerem** as **esperanças de mudar o País**. Com a **estabilidade da economia**, percebeu **que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor**. [...]O Brasil espera com impaciência por uma **nação mais justa**. Esta é a esperança que leio nos olhos dos milhares de **brasileiras e de brasileiros** que encontro em minhas viagens pelo País. (Fernando Henrique Cardoso, 2ª posse, sequência de encerramento)

Os objetos discursivos *uma geração, a sala de aula, a universidade, e a reforma social* estão ao serviço da construção de uma imagem de Brasil rerepresentada a partir do PDV de L/E, em articulação com a construção da imagem que o locutor constrói de si mesmo, a imagem do *eu pessoal*.

A presença do locutor em seu discurso, assim como as escolhas lexicais fazem sobressair um sentimento emocionado, como vemos em, “pertencço a uma geração que desde cedo sonhou...”. O sentido de lugar de origem e de coletividade que o verbo *pertencer* evoca inclui o locutor nesse ambiente construído em remissão ao passado. A rerepresentação dos fatos aqui narrados explicita o PDV de L/E na referência ao objeto discursivo *geração* são eles, *sonhou, ansiava, foi ativa, viu renascerem*, na verdade, é de si mesmo que o locutor está a falar. A narrativa predominantemente pretérita que inicia o enunciado dá lugar ao presente a partir da introdução dos objetos, *redemocratização e estabilidade da economia*. As circunstâncias mudaram e o locutor passa a apresentar o hoje não mais como um sonho, mas como uma realidade, que é discursivamente construída de forma positiva. Os objetos discursivos, *estabilidade da economia e nação mais justa* ancoram a construção de uma rede de sentidos positiva que o PDV de L1/E1 em sincretismo se alinha e predica como sendo “o instrumento que vai edificar o Brasil”, essa uma referência a estabilidade econômica; e também “esta é a esperança que leio nos olhos dos brasileiros e brasileiras”, uma predicação que aqui remete à “nação mais justa”.

Do excerto abaixo sobressai a construção do *eu pessoal*. O locutor toma-se como objeto para colocar em evidência não mais a figura do *eu presidente*, mas a do locutor na sua dimensão pessoal:

(62) Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas **este processo** jamais destruiu em mim o **sonho** de viver num **país democrático** e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre **me emociono** ao dizer que **eu sou uma sobrevivente. Eu não tenho medo** de proclamar para vocês **que nós vamos vencer todas as dificuldades**, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades. **(Dilma Rousseff, 2ª posse, sequência de encerramento)**

Os objetos que escolhe para dar concretude ao seu projeto de dizer são, *regime de força*, expressão que aqui funciona como referência indireta à ditadura militar. *Dor e cicatrizes* são outros objetos que estão ao serviço da construção do tópico *eu pessoal*. Dessa enunciação sobressai a dimensão experiencial do locutor, um exemplo de *ethos* prévio, uma representação preexistente que o público faz do locutor antes mesmo que ele tome a palavra (Amossy, 2018a). Ao referir-se a si mesma como “ex-opositora de um regime de força”, o locutor se apoia nessa representação preexistente, não há uma negação, mas uma ratificação dessa imagem, esse é o modo com o qual se posiciona em

relação à construção do tópico. A construção da dimensão pessoal coloca em evidência sentidos emocionados, nesse caso essa emoção não está acessível por um processo de inferência, antes é dita explicitamente em, “me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente”, mais uma vez a presença do eu dêitico em, “eu sou uma sobrevivente” coloca em evidência um locutor que ratifica o *ethos* prévio.

A assertividade que sobressai ao enunciado “eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades”, revela o PDV de L/E que se alinha ao sentimento de esperança no futuro. Trata-se aqui também de um enunciado voltado para a construção do *ethos* de credibilidade do locutor-presidente, que se instaura no discurso em primeira pessoa para dar ênfase ao que diz, para reafirmar explicitamente sua crença no futuro, ressoando no interlocutor como valor de verdade.

Em (63) o locutor introduz o objeto discursivo *jovem* que está ao serviço da construção dos tópicos *mensagem positiva para o futuro e eu pessoal*.

(63) Foi especialmente a pensar nos **jovens** que decidi recandidatar-me à Presidência da República. **A eles dediquei a vitória que os Portugueses me deram. Agora**, no momento em que tomo posse como Presidente da República, faço um **vibrante apelo aos jovens de Portugal**: ajudem o vosso País! [...]. **Sonhem** mais alto, **acreditem na esperança** de um tempo melhor. **Acreditem em Portugal**, porque **esta é a vossa terra**. É aqui que temos de construir um País à altura das **nossas ambições**. **Estou certo** de que, todos juntos, **iremos vencer**. (Aníbal Cavaco Silva, 2ª posse, sequência de encerramento)

Na relação com a dimensão pessoal esse objeto é importante para a construção da imagem do *eu presidente*. O locutor dedica aos jovens portugueses a sua decisão de se recandidatar a PR, “foi especialmente a pensar nos jovens que decidi recandidatar-me à Presidência da República”. A rede de sentidos, nomeadamente, de motivação na relação com a juventude, faz emergir também os sentidos de esperança e de progresso, há uma simbologia associada à imagem de *juventude* que a liga ao sentido de esperança e de futuro promissor. É na conjunção desses sentidos que o locutor constrói discursivamente sua mensagem positiva para o futuro e dirige-se aos *jovens de Portugal* em forma de apelo através de atos de fala diretivos, “sonhem mais alto, acreditem na esperança de um tempo melhor, acreditem em Portugal”. Há efetivamente uma valorização desse grupo em específico, que o locutor introduz como objeto e retoma em várias passagens no decorrer do seu discurso. Os enunciados finais apresentam um locutor assertivo em relação à construção do tópico sobre um olhar positivo de futuro em, “é aqui que temos de construir um País à altura das nossas ambições. Estou certo de que, todos juntos, iremos vencer”.

Como já referimos, a mensagem positiva do PR ao povo é um tópico predominante na sequência de encerramento dos discursos de tomada de posse presidencial. É uma mensagem reforçada pela introdução de uma narrativa pessoal e pela retomada de objetos discursivos emocionados e de simbolismos construídos. Os tópicos até aqui destacados não são abandonados, podem ser retomados na continuidade dos discursos, sobretudo na construção do supertópico que é a *agenda do presidente*, constituído por tópicos diversos, com destaque para o fortalecimento da *coesão nacional*, que se traduz no estabelecimento de um ambiente de paz, de progresso, de segurança política e institucional. Todos esses elementos estão, efetivamente, ao serviço de um propósito mais abrangente do PR que é o fortalecimento do Estado Democrático.

4.3 A Macrossequência Central: A Agenda do Presidente

Neste trabalho adotamos a noção de sequência do ponto de vista funcional, por isso, o uso das terminologias *sequência inicial, de abertura e de encerramento*; e consideramos também como unidade temática, uma sequência constituindo, portanto, uma unidade temática. Nessa seção, apresentaremos a análise do supertópico *agenda presidencial*, uma unidade temática constituída por várias outras unidades, com as quais estabelece relações, razão pela qual consideramos que se trata de uma macrossequência.

Essa macrossequência central, que também designamos “corpo dos discursos”, agrega tópicos diversos, e destina-se a apresentar a *Agenda do Presidente*, relativa ao mandato que se inicia, constituindo-se como supertópico. Aqui, o locutor apresenta as propostas a serem desenvolvidas em seu governo no âmbito interno e externo ao país, sendo essas dimensões discursivizadas através de dois tópicos centrais que são a *política interna* e a *política externa (condição geopolítica)*. Ambos os tópicos englobam outros tópicos e subtópicos diversos que interagem entre si para construir a coerência global dos discursos.

No âmbito desta macrossequência, realizamos a análise de forma separada, ou seja, num primeiro momento apresentamos os tópicos identificados como fundamentais nos discursos portugueses, e depois, nos discursos brasileiros, a decisão de assim proceder diz respeito às condições particulares, contextuais, desses países.

Nesse aspecto, sobressaem as condições geopolíticas de Europa e América Latina, pela importância e atuação dos blocos econômicos (União Europeia e Mercosul) e, também, dos regimes de governo, presidencial e parlamentar, como particularidades que definem o tipo de função que o

Presidente exerce. Essas particularidades influenciam a produção dos discursos dos Presidentes quanto a escolha e a organização dos tópicos privilegiados pelo locutor, assim como seu modo de discursivizá-los. Como já referido, os discursos de posse dos Presidentes de Portugal e Brasil apresentam similaridades quanto a escolha dos tópicos mais englobantes, ambos tratam sobre *política interna e política externa*, ambos apresentam os *problemas e desafios* da agenda do Presidente e têm como propósito direcionar políticas para o *desenvolvimento*, a *modernização* e a *coesão nacional*. A partir desse quadro geral, as particularidades restringem-se ao modo como cada presidente escolhe tratar cada um desses tópicos, modo esse que se revela nos contextos particulares de cada país, confirmando a importância dessa dimensão para o fazer discursivo.

Em razão dessas especificidades, nesse capítulo a análise contempla primeiramente o *corpus* português, e na sequência o *corpus* brasileiro.

4.3.1 Os Discursos Portugueses: Problemas e Desafios na Agenda Presidencial

Problemas e desafios da agenda presidencial é, efetivamente, um tópico fundamental e abrangente, uma vez que reúne vários outros tópicos e subtópicos em seu interior, permitindo ao locutor uma apresentação eficaz do seu diagnóstico sobre a situação do país que presidirá.

O conceito *de agenda presidencial* tem relação com o sentido de condução da política geral da nação, razão pela qual é construído discursivamente, em consideração às particularidades de Portugal e do Brasil. As sequências de abertura e de encerramento enquadram discursivamente este supertópico, quer ao nível do plano de texto, estabelecendo uma relação de contiguidade entre partes do plano, quer ao nível da organização global dos discursos, pela construção de uma coerência enunciativa, composicional e argumentativa que credibiliza a *agenda presidencial*

O tópico pode ser introduzido numa referência direta, como vemos abaixo:

(64) Mas julgo que trairia as expectativas do povo que me elegeu, se não tivesse dado testemunho de alguns dos **principais problemas** que a todos afligem (António Ramalho Eanes, 1ª posse, macrossequência central)

Em (64), o uso da expressão anafórica encapsuladora, sumariza o conjunto de informações anteriormente apresentadas. Como refere Koch (2001) “sumarizam as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as sob a forma de um substantivo-predicativo e transformando-as em objetos-de-discurso” (p.77).

Ora o locutor faz referência a *desafio* (65), ora a *problema* (64):

(65) É por tudo isto que **me atrevo** a deixar perante esta Câmara e perante os portugueses **cinco grandes desafios** [...]. (Aníbal Cavaco Silva, 1ª posse, macrossequência central)

Essa variação demonstra uma proximidade de sentidos que se interpenetram, a ponto de não sabermos definir claramente, até porque os problemas são tomados como desafios, e estes por serem desafios costumam ser tratados como de difícil resolução, ou seja, como problema.

A apresentação dos problemas e desafios nos dois excertos se dá por um locutor instaurado no discurso, em primeira pessoa, que introduz o objeto de discurso e se posiciona em relação a ele. O locutor detém autoridade e reconhecimento social para fazê-lo, o interlocutor reconhece o *ethos* de autoridade do PR eleito, como alguém que detém conhecimento para dizer o que considera necessário no âmbito de um discurso de tomada de posse.

4.3.1.1 A Coesão Nacional

A *coesão nacional* é um tópico fundamental, apresentado de modo explícito, nomeadamente, nos discursos portugueses a partir dos sentidos de *unidade e solidariedade*. Integra o quadro tópico como um dos desafios da agenda do Presidente que o constrói como fator essencial ao cumprimento das metas voltadas para a modernização e desenvolvimento, com justiça social.

É um tópico de grande importância no contexto dos discursos em análise, sobretudo, porque agrega reflexões do Presidente sobre política interna, e também externa, afinal, a imagem de um país coeso, de um lugar de equilíbrio entre desenvolvimento, modernização e justiça social contribui para o fortalecimento da credibilidade desse país aos olhos do mundo, sendo também mais um fator de credibilidade do próprio PR, e da construção da imagem *de presidente* (Marques, 2014), o *ethos* de competência e credibilidade estão em evidência.

Pela sua importância, é um objeto introduzido e mantido na materialidade discursiva a partir, nomeadamente, de duas vertentes, primeiramente está relacionado com *desenvolvimento e modernização*; a *coesão nacional* é um tópico que se desenvolve transversalmente à questão econômica e traz como premissa que desenvolvimento e modernização não devem resultar em desigualdade, agravando, assim, o bem-estar social. O posicionamento do locutor-presidente orienta a busca do “desenvolvimento justo”, como faz referência o Presidente Cavaco Silva, em seu discurso de posse em 2006. Em segundo lugar, o tópico *coesão nacional* é também abordado no sentido de “consenso”, corresponde ao sentimento de convergência de pensamentos e opiniões diante de objetivos que o Presidente considera importantes, assim, o locutor apela por *consensos* que julga

necessários na busca da *coesão nacional*. Este apelo do Presidente é dirigido à classe política e também ao povo em geral, pelo entendimento e cooperação com as metas previstas na agenda presidencial.

4.3.1.1.1 Modernização, Desenvolvimento e Justiça Social

A construção do tópico *coesão nacional* ocorre na relação com os sentidos de *desenvolvimento, modernização e justiça social*, que nesse contexto discursivo são também objetos de discurso ao serviço da construção do supertópico *a agenda do Presidente*. A ideia central que sustenta a construção do sentido de *coesão nacional* revela-se na valorização de um fazer político que visa o desenvolvimento do país, mas sem agravamento do problema da desigualdade social, antes potenciar políticas que visem a resolução desse que é um dos grandes problemas a ser enfrentado pelo Presidente.

Abaixo, o discurso do Presidente Jorge Sampaio é representativo do valor que tem a busca da *coesão nacional*.

(66) Os próximos anos são decisivos para **o futuro de Portugal**. O País tem perante si **o desafio** de garantir um importante esforço de **modernização** sem gerar fracturas políticas e sociais **que minem a coesão nacional**. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

O tópico *futuro de Portugal* está sendo construído a partir de uma enunciação que evoca diretamente o sentido de *desafio*, “o desafio de garantir...”; e também através do uso da expressão, “os próximos anos são decisivos...” . O locutor constrói um sentido de expectativa, uma estratégia discursiva que contribui para atrair a atenção do interlocutor para o conteúdo a ser enunciado, um propósito que é reforçado pelo uso do determinante definido, *o desafio*, colocando, assim, o tópico *coesão nacional* no centro do enunciado como a razão do desafio de promover ações que possam modernizar o país, sem gerar desigualdade social. A construção do tópico *desafio* é levada adiante pela introdução dos objetos discursivos, *esforço de modernização, coesão nacional, fracturas políticas e sociais*.

O enunciado é construído a partir de uma dimensão da impessoalidade, quando o locutor não se instaura discursivamente através de marcas dêiticas de primeira pessoa, o que não implica em sua ausência. A presença do locutor está marcada discursivamente no modo como se posiciona face aos objetos, inicialmente pela escolha do objeto discursivo *desafio*, por todo valor semântico que essa designação evoca: nas adjetivações, “um importante esforço de modernização”, no modo como

designa metaforicamente os referentes, “sem gerar fracturas políticas e sociais”, e, ainda, pela escolha do verbo *minar*, e na relação sintático-semântica que estabelece com o tópico central, em “que minem a coesão nacional”. As construções discursivas destacadas também funcionam para demonstrar o PDV de L1/E1, em acordo com o conteúdo das proposições.

O excerto abaixo, pertencente ao mesmo discurso, tem como tópico em construção *estratégia nacional*.

(67) A estratégia nacional só pode passar pela firmeza na participação de Portugal na **União Europeia**, pela concretização de um **esforço sustentado** de **modernização** dos sectores produtivos e por uma atenção constante às **políticas sociais**. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

Construído com o apoio dos objetos de discurso *modernização, políticas sociais, União Europeia* e *esforço sustentado*, a articulação desses objetos instaura uma rede de sentidos, sobretudo pelas escolhas lexicais, permitindo ao locutor construir a ideia de *progresso*, que nesse contexto significa conquistar a *coesão nacional*. Esse tópico se mantém na memória discursiva com o apoio da rede de sentido instaurada, nomeadamente, pela dupla de objetos *modernização e políticas sociais*, e no modo como o locutor posiciona-se em relação, como vemos na construção “atenção constante às políticas sociais”. A assertividade presente na construção do tópico “a estratégia nacional só pode passar...” é reforçada pelas marcas linguísticas que favorecem a apresentação da opinião do locutor como uma verdade factual, nos referimos ao uso do modalizador “só” mais o verbo de valor deontico de obrigatoriedade. A escolha desse objeto e tópico em construção faz sobressair o PDV de L/E sobre a importância da presença de Portugal na *União Europeia*, um objeto discursivo fundamental nesse enunciado, cuja introdução leva a que os tópicos *política interna e política externa* sejam construídos por objetos comuns - em simultâneo - ao serviço do tópico que é *coesão nacional*.

A importância dada ao tópico *estratégia nacional*, na relação evidente com o tópico *coesão nacional* está relacionada à imagem do país também perante a comunidade internacional. Trata-se de uma prioridade que resultou de uma decisão conjunta⁴⁹ de todos os Estados-Membros da União Europeia (UE). É esperado que o Presidente da República oriente e apoie ações que minimizem as disparidades entre classes sociais, esse um objetivo geral que motivou a mobilização internacional. A Comunidade entende que nenhuma sociedade é isenta de diversidade étnica e cultural, e a questão que se coloca como um desafio para o PR é exatamente encontrar meios de “gerir a diversidade de

⁴⁹ Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da Organização, reunidos em Estrasburgo em Outubro de 1997, identificaram a coesão social como “uma das principais necessidades da Europa alargada e [...] um complemento essencial para a promoção dos direitos humanos e da dignidade” (Declaração Final).

modo a que esta se torne uma fonte de enriquecimento mútuo e não um factor de divisão e conflito” (CDCS, 2014, p. 3)⁵⁰.

Para o locutor, o reforço *da coesão nacional* é fundamental do ponto de vista da economia, do desenvolvimento, da modernização do país, mas também do ponto de vista da solidariedade, no respeito à dignidade do ser humano, às diferenças de classe social etc., dimensões consideradas basilares para o progresso do país.

O excerto abaixo traz como tópicos *desenvolvimento e modernização de Portugal e o grande desafio*:

(68) [...] tenho defendido que a **estabilidade política e a paz social** são **condições** indispensáveis para o **desenvolvimento e a modernização** de Portugal. *O desenvolvimento, com verdadeira dimensão social* [...] é, com efeito, **o grande desafio** com que estamos confrontados, até ao fim do século [...]. **É o desígnio** capaz *de* unir os Portugueses nos próximos anos [...] para construir uma sociedade aberta, **justa e de bem-estar e lutar sem descanso contra a pobreza, a ignorância e a intolerância que ainda atingem, infelizmente, tantos Portugueses.** (Mário Soares, 1ª posse, macrosequência central)

A *coesão nacional* funciona, nesse contexto, como um tópico não explícito, instaurado pela rede de sentidos que os objetos discursivos, *bem-estar, pobreza, ignorância, tolerância*, permitem construir, e sobretudo pelo sentido que sobressai da construção *desenvolvimento, com verdadeira dimensão social*, que é a expressão discursiva do PDV de L/E em relação a esse tópico, nomeadamente, através da expressão avaliativa, “verdadeira dimensão social”. Esse mesmo sentido contribui para a construção do tópico *desafio*, onde o uso das expressões definidas *o grande desafio e o desígnio* particulariza e intensifica o efeito pragmático de sentido desses referentes. Ressaltamos ainda a presença das escolhas lexicais que dão conta da interdependência de sentidos dos objetos convocados a serviço da construção dos tópicos.

Com o uso da primeira pessoa, em “tenho defendido”, o locutor assume a responsabilidade sobre o conteúdo da proposição “a estabilidade política e a paz social são condições indispensáveis para o desenvolvimento e a modernização de Portugal”, criando um efeito de sentido de dependência entre os tópicos *estabilidade e paz social* e desenvolvimento e modernização de Portugal, a partir da expressão do PDV de L/E pela referenciação ao objeto “condições indispensáveis”. O locutor também exprime seu PDV de outras formas, através, por exemplo, da adjetivação do tópico *grande desafio*, da

⁵⁰ European Committee for Social Cohesion (CDCS). A responsabilidade principal pelo desenvolvimento e implementação da estratégia de coesão social do Conselho da Europa foi atribuída a um novo órgão intergovernamental, o Conselho da Europa. A estratégia de coesão social do Conselho da Europa foi atribuída a um novo órgão intergovernamental, o Comitê Europeu de Coesão Social (CDCS), que foi criado no final de 1998. acessível em: https://www.coe.int/t/dg3/socialpolicies/socialcohesiondev/source/RevisedStrategy_en.pdf e : <https://www.coe.int/en/web/cddec>

escolha do lexema “desígnio”, e no posicionamento explícito e juízo de valor que exprime na construção, “a ignorância e a intolerância que ainda atingem, *infelizmente*, tantos Portugueses”.

O efeito pragmático, que o aspecto verbal imperfectivo evoca em *tenho defendido*, funciona para criar um sentido de continuidade, que contribui para a construção do *ethos* de credibilidade e comprometimento do locutor. Os conceitos de *desenvolvimento e modernização* em contexto de discurso de tomada de posse são comumente ligados à economia, mas aqui agrega-se mais um sentido, ligado às pessoas, ao seu bem estar, “o desenvolvimento, com verdadeira dimensão social”, acionando também um sentido de *progresso*.

O PR está exercendo sua magistratura de influência na condução da política geral quando afirma “tenho defendido...”, revelando um PDV de L/E único, e uma orientação argumentativa clara voltada para a conquista da adesão dos que têm o poder de execução. A modalidade epistêmica asseverativa na construção do tópico implícito *coesão nacional* revela a opinião do locutor-presidente tomada como valor de verdade.

O excerto abaixo tem como tópico os *princípios fundamentais da acção política*.

(69) Um dos **princípios fundamentais da acção política** é o **respeito pela dignidade da pessoa humana**, de que resulta como corolário que o **desenvolvimento é económico para poder ser social**. Daí que a busca da **coesão social**, do **desenvolvimento justo que a todos aproveite**, não possa deixar de constituir **uma prioridade** para todos os responsáveis políticos. (Aníbal Cavaco Silva, 1ª posse, macrossequência central)

Nessa construção, *coesão social* funciona como objeto de discurso a serviço da construção do sentido de *desenvolvimento justo*. A rede de sentidos construída a partir dos objetos discursivos *dignidade da pessoa humana, desenvolvimento, economia e igualdade social* coloca em questão o ponto nevrálgico da *coesão nacional*, expresso nomeadamente pelo posicionamento do PDV de L/E face ao objeto *desenvolvimento “justo”*, com o qual mantém uma inter-relação: um não se mantém sem o outro. Nesse contexto, *desenvolvimento justo* pressupõe *modernização com justiça social*. O objeto discursivo *Constituição* é introduzido ao nível do implícito, cujo acesso depende do conhecimento enciclopédico do interlocutor que leva à construção da rede de sentidos instaurada pelo objeto de discurso, *dignidade da pessoa humana*, como um dos princípios constitucionais fundamentais.

4.3.1.1.2 Em Busca de Consensos

A busca da coesão nacional visa o estabelecimento de consensos num sentido amplo, consensos de pensamentos, de sentimentos, de estímulo à solidariedade entre os povos, de valorização da língua, da cultura, da identidade nacional, enfim. Como vimos, é um tópico construído a partir de uma discussão mais ampla sobre promoção do bem-estar social, sendo também apresentado discursivamente como uma responsabilidade do Presidente da República. Como referiu o Presidente Jorge Sampaio, em seu discurso de primeira posse, “como Presidente da República tudo farei para estimular os consensos na sociedade portuguesa.”

O excerto abaixo destaca-se pelo funcionamento da modalidade deôntica, de atos de fala expressivos e recurso a efeitos de sentido emocionados na construção do tópico *busca da coesão nacional*.

(70) Temos de cicatrizar feridas destes tão longos anos de sacrifícios, no fragilizar do tecido social, na perda de consensos de regime, na divisão entre hemisférios políticos. Tudo indesejável, precisamente em anos em que urge recriar convergências, redescobrir diálogos, refazer entendimentos, reconstruir razões para mais esperança. Temos de reforçar o sentido de pertença a uma pátria, que é a mesma para todos e perante a qual só há – ou deve haver – portugueses de igual dignidade e estatuto. (Marcelo Rebelo, 1ª posse, macrossequência central)

A modalidade deôntica no uso e repetição da expressão *temos de*, aqui completada pelo sentido lexical do verbo *urgir* e seus complementos, *recriar convergências, redescobrir diálogos, refazer entendimentos, reconstruir razões para mais esperança*, estão ao serviço da construção do tópico. Tais construções são indicativas de um sentido de apelo do locutor que, exercendo a sua magistratura de influência, pode instar os poderes políticos e a nação a congregar esforços em favor da construção de consensos necessários ao desenvolvimento e modernização do país. A orientação argumentativa é no sentido de conquistar a adesão do interlocutor para a busca da *coesão nacional*, orientação que encontra reforço no uso do ato de fala expressivo “[eu sinto que] temos de cicatrizar feridas” e em construções cujo valor semântico dá ênfase à dimensão emocional. É o que vemos no enunciado que finaliza o excerto, “temos de reforçar o sentido de pertença a uma pátria... igual dignidade e estatuto”.

Em (71), a localização temporal, a partir do uso do advérbio *depois*, dá início a uma construção que tem como objetos discursivos referentes que dizem respeito a momentos específicos ao país:

(71) Depois da transição da revolução para o constitucionalismo, da estabilização da democracia partidária, da adesão europeia e da adoção do euro, das expectativas elevadas da viragem do século e das **frustrações**, entretanto, vividas, bem como da resposta abnegada dos portugueses, **esperam-nos cinco anos de busca de unidade, de pacificação, de reforçada coesão nacional** [...]. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, macrossequência central)

Ao evocar os eventos acima sublinhados, o locutor pretende destacar menos os eventos em si do que as mudanças que provocaram na sociedade, nomeadamente em relação à perda de consensos, um sentido inferível da rede de sentidos construída em (70) e (71).

A introdução desses eventos muito representativos para os portugueses tem um duplo propósito. Primeiramente, a ativação de uma memória coletiva tende a aproximar locutor e alocutário. Por outro lado, tais eventos agora tornados objetos discursivos são articulados pelo locutor numa enunciação que pretende primeiramente apresentar uma realidade negativa, um sentido construído pelo referente *frustrações*, e ao mesmo tempo justificar a necessidade de se estabelecer consensos, propósito para o qual a evocação da memória coletiva também constitui uma estratégia argumentativo-discursiva eficaz.

A enunciação do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa permite concluir que os eventos citados, as vitórias conquistadas não ocorreram de modo consensual, pelo contrário, geraram o que designa metaforicamente como *feridas* (70) e também *frustrações* (71) que precisam ser resolvidas para dar lugar à necessária unidade nacional.

A perspetivação de uma diacronia, do passado para o futuro, dois tempos vistos como disfóricos e eufóricos, respetivamente, assume aqui um papel importante para a construção do tópico *coesão nacional*, como vemos em “tão longos anos de sacrifícios” (70) e “depois da transição da revolução e esperam-nos cinco anos de busca de unidade”(71). Tais construções semânticas atuam como eixos de orientação espaço-temporal, como é próprio da dêixis, mas a situação de fala em uso resgata um passado, remete o interlocutor para o futuro, e ajuda a embasar argumentativamente o apelo do locutor, nomeadamente na construção “tão longos anos” e “esperam-nos...” como posicionamento explícito do locutor/enunciador.

Há uma mensagem implícita mais ampla, ou seja, os cinco anos seguintes não contarão mais com os mesmos desafios do passado, mas haverá certamente novos. O que permanece intacto, e estará sempre em evidência, é a competência e credibilidade do Presidente no gerenciamento dos conflitos e fomento da coesão nacional. Com isso, é introduzido um outro tópico importante que reforça o anterior, que diz respeito aos *problemas/desafios* da gestão presidencial, um efeito de sentido discursivizado a partir da assertividade das construções regidas pelo verbo urgir e seus

complementos, em (70), e continuado por um processo anafórico, em (71), com a construção, "esperam-nos cinco anos de busca de unidade, de pacificação, de reforçada coesão nacional".

Retomando o uso do paralelismo, presente na repetição da estrutura “temos de” (70), e sua importância para a construção do sentido de *apelo*, importa sublinhar que, do ponto de vista semântico, esse mecanismo indica um ato diretivo, enquanto força ilocucionária tomada pelo locutor, um “dispositivo indicador de função”, para instar algum tipo de alteração no comportamento do alocutário, conforme Searle (1965):

El dispositivo indicador de la función muestra cómo debe ser tomada la proposición, o, dicho de otra manera, qué fuerza ilocucionária ha de tener, esto es, qué acto ilocucionário esté realizando el hablante al emitir la oración. Los dispositivos indicadores de función incluyen en castellano el orden de las palabras, el énfasis, la entonación, la puntuación, el modo del verbo y finalmente un conjunto de los llamados verbos realizativos: puedo indicar el género de acto ilocucionario que estoy realizando comenzando la oración con ‘Pido disculpas’, ‘Aconsejo’, ‘Enuncio’, etc. (p. 5)

Nos dois excertos analisados, (70) e (71), o PDV de L/E face ao tópico está discursivamente marcado pelas escolhas lexicais e pela referência aos objetos discursivos nas passagens, *tão longos anos de sacrifício, tudo indesejável, frustrações vividas, temos de, (urge) recriar*. Todas essas estruturas demonstram uma face compreensiva do *eu* institucional em relação às *causas* da perda dos consensos, da perda, portanto, da coesão nacional. Outro indício linguístico da expressão do PDV de L/E vem a ser o uso da metáfora *feridas* para referir-se ao efeito da perda de consensos. Nesse caso, a ausência de determinante acarreta a perda de particularização, que é substituída pelos efeitos de acumulação e dispersão (Castilho, 2014, p. 492), isto é, há um propósito de comunicar uma generalização, de reforçar o efeito que os desentendimentos políticos provocaram, uma estratégia que também funciona para reforçar o sentido de apelo à busca da coesão.

Os dois excertos seguintes foram retirados do discurso do Presidente Cavaco Silva. São construções em que o locutor se instaura no discurso, a partir do uso da primeira pessoa, num ato de apelo à cooperação da sociedade:

(72) Ajudem Portugal a vencer as dificuldades, é o apelo que nesta ocasião dirijo a todos. Portugal precisa de todos os portugueses numa atitude de dedicação ao trabalho, de rigor e persistência, num **esforço redobrado** para fazer bem e com qualidade o que lhes compete fazer, numa nova atitude de iniciativa criadora e de um optimismo fundado na certeza de que os **nossos problemas não são maiores do que a nossa vontade coletiva de os vencer**. (Aníbal Cavaco Silva, 1ª posse, macrossequência central)

O propósito discursivo-argumentativo do locutor é expor as dificuldades econômicas que o país atravessa. O ato de apelo dirigido ao destinatário direto, nesse caso o povo português, funciona como uma estratégia discursiva eficaz na busca de adesões às propostas do Presidente. *Crise financeira* é um objeto discursivo que, nesse contexto, é convocado de modo implícito, mas acessível pelo próprio ato de apelo e pelo uso de um quadro lexical disfórico na referência à situação econômica do país. Nomeadamente as construções “Ajudem Portugal a vencer as dificuldades”, “Portugal precisa de todos” e “nossos problemas não são maiores...” exemplificam esse quadro. Aqui, o reforço do argumento consiste em aflorar emoções relativas ao amor à pátria, com esse fim, o locutor fala em nome do país: “Portugal precisa de todos os portugueses”. O fato pressuposto de que Portugal precisa de ajuda pode promover reações motivadas por sentimentos de pertencimento, solidariedade e generosidade frequentemente atribuídos ao povo português como característica natural, pelos PR em seus discursos de posse.

No excerto abaixo, os objetos de discurso *magistratura, desigualdades sociais, assimetrias regionais e exclusão e marginalização de minorias* estão ao serviço da construção do tópico *coesão nacional*.

(73) É necessário exercer uma **magistratura** que defenda, garanta e reforce a coesão nacional.”**Sinto** que se desenvolveram em Portugal **fatores** que afetam **hoje** essa coesão. **Há sinais** inequívocos de aumento das **desigualdades sociais**. Acumularam-se e **atingiram níveis preocupantes**, as **profundas assimetrias regionais** do desenvolvimento nacional, bem como os fenómenos de **exclusão e de marginalização de minorias**. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

Com o uso de estrutura unipessoal com agente indeterminado, *é preciso*, o locutor apaga-se parcialmente, mas sua presença se manifesta de diversos modos, nomeadamente no modo como se posiciona em relação ao objeto “profundas assimetrias regionais”, e pelas escolhas lexicais indicadoras de subjetividade, como em, “há sinais”. O ato expressivo presente na construção “sinto que” é mais um indício da presença do locutor no discurso, desta vez de forma canônica, quando essa presença é marcada linguisticamente pelo uso do dêitico de primeira pessoa, nesse caso na desinência do verbo.

O sentido de *coesão nacional* que funciona como um tópico fundamental é construído, no excerto acima, na inter-relação com a *função presidencial*, um sentido que é acessível a partir da introdução do objeto de discurso *magistratura*, como demonstra a expressão, “é necessário exercer *uma magistratura* que defenda, garanta e reforce a coesão nacional”. O posicionamento do locutor é no sentido de atribuir a busca da coesão nacional à função presidencial.

A reapresentação discursiva de uma realidade mundana negativa relativa ao tempo presente da enunciação, como vemos nas construções destacadas acima, serve ao propósito argumentativo do locutor que visa conquistar a adesão do auditório, nomeadamente dos políticos, a uma proposta central na agenda do PR, que é a busca dessa tão sonhada coesão social. Para isso, constrói discursivamente o tópico, *fatores que afetam a coesão nacional*, cujos objetos introduzidos (re)apresentam a mazelas sociais, como vemos no enunciado “há sinais inequívocos de aumento das desigualdades sociais e, “sinto que se desenvolveram em Portugal...”, que faz sobressair um ato de advertência, a partir do PDV de L/E que tem credibilidade e competência para, no exercício de sua magistratura de influência, mobilizar àqueles que tem o poder de execução.

4.3.1.1.3 Solidariedade como Elemento de Coesão Nacional

Solidariedade é um tópico que sobressai nos discursos de tomada de posse em relação com a construção de objetos diversos, sobretudo o *povo* na sua heterogeneidade, como sociedade global, ou como grupos de cidadãos. A sua construção articula-se a objetos de discurso de sentidos variados. Da solidariedade resultam os meios para modernizar o país, um contributo importante na preservação de valores identitários. Há também a construção de um sentido de dever, na relação do cidadão com a coletividade. A solidariedade como um objeto é construída discursivamente como uma característica peculiar do povo português, é uma das vertentes importantes para o reforço da coesão nacional, e para a consequente diminuição da desigualdade social. É um objeto de discurso introduzido a partir de um léxico muito positivo, representando uma dimensão importante que é levada em conta, inclusive, na formulação de políticas públicas.

Em (74), os objetos de discurso *valor fundamental, políticas públicas, modernização, emprego e segurança social* estão ao serviço do tópico *solidariedade*:

(74) A solidariedade deve ser um **valor fundamental** na sociedade portuguesa. Deve estar presente na **formulação das políticas** de modernização, de emprego e de reforma da segurança social. **Essa é a única forma de modernizar o País mantendo a coesão nacional** e o **sentido de partilha** de um futuro colectivo. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

A referência a *valor fundamental* e o uso da modalidade deôntica, em “deve ser um valor fundamental...”, cria uma relação de dependência entre os objetivos da agenda do PR e a solidariedade do povo. Note-se que a convocação dos objetos *solidariedade, formulação de políticas, modernização, etc.*, nesse contexto discursivo, permite o entendimento de que o sentimento de

solidariedade vem a ser uma dimensão essencial para mitigar as desigualdades sociais. Esse modo de construção revela o PDV de L/E em relação ao tópico, enquanto que a assertividade presente em “essa é a única forma de modernizar o País” demonstra o empenho do locutor em manter a ligação entre os objetos *solidariedade* e *coesão nacional*. Note-se, ainda, o processo de referenciação associado ao emprego do objeto *partilha* ligado ao sentido de *coesão nacional* e também de *solidariedade*, a rede de sentidos que sobressai emerge de escolhas na relação com a dimensão experiencial do locutor, com o modo de enxergar o mundo e as coisas.

Tanto no excerto anterior como no seguinte (75), o propósito argumentativo-discursivo do locutor é investir no que designa como *sentimentos de solidariedade*. A construção “essa é a única forma de modernizar o País mantendo a coesão nacional” (74) reforça a importância de se valorizar a identidade nacional como estratégia política para reforçar a coesão nacional.

Em (74), o locutor/enunciador, embora parcialmente apagado pela ausência de marcas dêiticas pessoais, tem sua presença manifestada pelo modo como predica o objeto *solidariedade*, como “valor fundamental na sociedade portuguesa”. Nesse contexto, *coesão nacional* é um objeto de discurso a serviço da construção do tópico *solidariedade*, juntamente com *modernização* e *segurança social*. É construído a partir do uso de um léxico eufórico, que constrói uma rede de sentidos positiva ao articular o tópico com os objetos discursivos *coesão nacional* e *sentimento de partilha*, uma organização enunciativa que funciona na construção de sentidos que o locutor deseja. O PDV de L/E concorda que, para além das políticas públicas de emprego, de segurança, etc., que são o foco da agenda do PR, há que se valorizar também a *identidade* de um povo, para o qual a solidariedade é uma dimensão discursivizada como fundamental.

Em (75) também sobressai a construção da imagem positiva do Presidente:

(75) Procurarei ser um elo de união entre Portugal e as **comunidades portuguesas**, vinculado à **valorização da sua identidade e das suas raízes portuguesas**[...]É responsabilidade do Presidente da República manter vivos **os sentimentos de solidariedade** nacional para com essas comunidades portuguesas. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

O ato de fala compromissivo “procurarei ser um elo...” e a convocação do objeto discursivo *comunidades portuguesas*, numa predicação de valorização da cultura e da identidade nacional, contribuem para a construção do *ethos* de confiança, inclusive, porque o locutor assume esses valores simbólicos como função do Presidente da República. O sentido anafórico da expressão *as raízes* reforça o sentimento de pertença a essa comunidade, convocando a memória afetiva do povo, pelo sentido de ancestralidade presente na dimensão do implícito.

Em (76), os objetos *solidariedade social, dignidade do homem, democracia pluralista e liberdade* servem ao propósito discursivo do locutor de fazer uma transposição dos valores presentes na *Constituição*, objeto implícito, para o seu discurso, destacando os tópicos *dignidade do homem e solidariedade social*. Em democracia a *solidariedade social* é um bem fundamental. O texto da Constituição refere a solidariedade como um princípio ligado à dimensão governamental, na relação entre gerações, entre todos os portugueses, etc., e o locutor traz esse princípio para o seu discurso para reforçar, posicionando-se em favor do sentimento de solidariedade como dever de todo cidadão, como se observa no uso da modalidade deôntica presente na construção, “a solidariedade social impõe que se assumam as exigências da vida colectiva”. Com esse propósito o locutor reforça o *ethos* de respeito e fidelidade à Constituição e ao regime democrático. A visada argumentativa ocorre pela defesa da solidariedade como algo a ser buscado, integrando o quadro das responsabilidades políticas do Presidente da República democraticamente eleito.

O enunciado “numa sociedade que recusa a opressão e a exploração” produz um efeito de homogeneidade. O referente *sociedade* é usado para garantir o efeito de totalidade, isto é, os cidadãos de uma sociedade que, através do voto livre recusaram a *ditadura*, objeto implícito, assumem, em tese, as obrigações do regime que escolheram.

(76) A dignidade do homem é a finalidade e o valor último para que convergem a **democracia pluralista, a liberdade, a solidariedade social e a justiça**, pelo que não admite qualquer desvio ao seu **respeito integral** e **exige** a sua consideração como objectivo permanente de toda a acção política [...]. **A solidariedade social** resultante da integração de cada cidadão na comunidade nacional, **impõe que se assumam inteiramente** as exigências da **vida colectiva** em liberdade, garantindo condições de existência, de segurança e de apoio a que todos têm direito **numa sociedade que recusa a opressão e a exploração**. (António Ramalho Eanes, 2ª posse, macrossequência central)

Ainda em (76), a enunciação objetivamente apresenta o PDV de L/E na defesa de uma solidariedade colocada em prática, não apenas em situações isoladas, mas como uma obrigação assumida por cada cidadão em particular, solidariedade como um princípio democrático a ser seguido.

Assim como no excerto anterior, em (77), a asserção objetiva e a modalidade deôntica fazem sobressair o sentido de *dever* no uso do verbo *exigir* e da expressão nominal “estrita e rigorosa obrigação”, na relação com a construção do tópico *solidariedade institucional*. O sentido do tópico particulariza-se, fazendo sobressair uma solidariedade na dimensão institucional, um projeto que também influi na construção positiva da imagem do PR, de rigor e profissionalismo. As construções

unipessoais mantêm o apagamento parcial do locutor/enunciador em razão da ausência de marcas explícitas, e também pelo uso da modalidade delocutiva na referência à terceira pessoa. Entretanto, seu posicionamento está presente no modo como se posiciona face aos objetos discursivos, *estrita e rigorosa obrigação*, e pela estrutura *mais do que*, com que realiza comparações ao regime semipresidencial. A objetividade, como recurso discursivo, sublinha que não há dúvidas sobre a verdade da proposição, uma verdade que está para além do locutor e do alocutário:

(77) A dualidade de órgãos eleitos pelo mesmo processo **exige**, porém, no regime **semipresidencialista, mais do que** em qualquer outro, a **solidariedade institucional**. Esta não significa a identidade permanente de concepções ou entendimentos. Traduz, sim, a **estrita e rigorosa obrigação** de respeito recíproco **entre presidente da república, assembleia da república e governo** [...]. (António Ramalho Eanes, 2ª posse, macrossequência central)

No excerto abaixo, o objeto discursivo *solidariedade* é significado como um traço da personalidade do povo português:

(78) Logo a seguir à revolução do **25 de abril**, a **sociedade civil** deu uma **prova excepcional** da sua vitalidade na forma como acolheu, sem convulsões, quase um milhão de Portugueses que regressaram de África, em condições extremamente difíceis [...]. **Graças ao apoio das famílias** e de diversas instituições, a sua integração no País processou-se sem sobressaltos de maior, apoiada naquela que **é uma das melhores qualidades do nosso povo**: a capacidade que revela para, nas horas difíceis, dar provas de um **espírito de solidariedade** e de entreatada que é **absolutamente extraordinário**. (Aníbal Cavaco Silva, 2ª posse, macrossequência central)

A referência ao objeto *espírito de solidariedade* na relação com o objeto *sociedade civil* permite construir um sentido implícito de qualidade intrínseca. O PDV de L/E se alinha à consideração de que o sentimento de solidariedade é inerente à sociedade portuguesa, gerando um movimento de exortação dirigido ao povo. Os objetos *sociedade civil*, *prova excepcional*, *apoio das famílias*, *qualidades do nosso povo* e *espírito de solidariedade* contribuem para reforçar esse posicionamento do locutor. A construção “logo a seguir à revolução do 25 de abril, a sociedade civil deu uma prova excepcional...” funciona para ativar a memória coletiva acerca de um fato bastante familiar, uma estratégia muito eficaz para centralizar a atenção do interlocutor, por remeter a fatos reais, a saberes socialmente compartilhados e trazidos à tona pela ativação do objeto *25 de abril*. Para reforçar o PDV de L/E, o locutor faz uso de uma analogia, designando como “prova excepcional” o modo como a sociedade recebeu os portugueses que regressaram de África. Segundo Amossy (2018a), o exemplo, ou a analogia, estabelece “a relação da parte à parte e do semelhante ao semelhante, é o segundo pilar sobre o qual a retórica de Aristóteles funda o *logos*” (p.152). A rede de sentidos faz sobressair uma

enunciação emocionada pela narrativa dos fatos em si e pelo sentimento de solidariedade, de entreatada, sempre que necessário.

4.3.1.2 A Condição Geopolítica (Política Externa de Portugal)

Estamos designando como *condição geopolítica* um segundo tópico que, juntamente com o da *coesão nacional*, é privilegiado pelos locutores no corpo dos discursos de tomada de posse presidencial. Aqui, o locutor discute aspectos relevantes sobre a *política externa* do seu país, agregando tópicos diversos aos quais deseja dar visibilidade, levando em consideração as condições particulares de Portugal e de Brasil na geopolítica mundial, que efetivamente determinam as escolhas desses tópicos.

A condução da política externa portuguesa aponta para três caminhos já explicitados em 1981, no discurso do então Presidente Ramalho Eanes:

(79) As linhas fundamentais da nossa **política externa** estão claramente definidas no que se refere **à Europa, à Aliança Atlântica, aos Estados de África e da América Latina** a que nos ligam fortes laços de história e de interesse mútuo, e aos países Árabes. (António Ramalho Eanes, 2ª posse, macrosséqüência central)

Ainda que os discursos exponham muito do entorno da realidade em que ocorrem, e aqui falamos de contexto situacional imediato como fator determinante, procuramos focalizar os tópicos aqui apresentados como linhas condutoras para a análise do tópico mais englobante que é a *política externa*.

4.3.1.2.1 A União Europeia

A *União Europeia* (UE) é um tópico central nos discursos de tomada de posse presidenciais portugueses. O país foi o 11.º membro da CEE, sua adesão entrou em vigor em 1ª de janeiro de 1986, após oito anos de negociações, integrando pareceres, acordos e negociações. Desde lá, tem sido reconhecida pelos Presidentes como uma decisão extremamente acertada, pese também ter sido considerada, inicialmente, um grande desafio:

Para Portugal, a adesão à CEE representa uma opção fundamental para um futuro de progresso e modernidade. Mas não se pense que seja uma opção de facilidade. Exige muito dos portugueses,

embora lhes abra simultaneamente, largas perspectivas de desenvolvimento. (Mário Soares, excerto do discurso na cerimónia de assinatura)⁵¹

O objeto discursivo *União Europeia* é frequentemente ativado a partir de uma rede lexical eufórica. No excerto abaixo, o tópico em construção é *integração europeia*:

(80) O choque europeu foi **indiscutivelmente benéfico** para Portugal, concorrendo para uma **acelerada modernização global da sociedade** e influenciando a **evolução** das próprias mentalidades. **Tenho dito** que a **integração europeia** foi de certo **a mutação mais significativa** que ocorreu na história contemporânea portuguesa, tendo apenas paralelo no **25 de Abril**. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

O 25 de Abril é um objeto importante nos discursos de posse presidencial portugueses. A reapresentação discursiva desse objeto projeta um conjunto de fatos empíricos de inegável destaque. Aqui, a comparação que o locutor estabelece entre esse objeto e a *integração europeia* tem como propósito colocá-los sob o mesmo nível de importância, levando o auditório a reconhecer a adesão como um fato histórico, tal qual o processo de democratização do país. O juízo de valor que o locutor expõe sobre esse objeto, e também tópico, almeja a aprovação do auditório. Trata-se, antes do mais, de uma busca por consensos tidos como necessários para o andamento das pautas da agenda do PR, sobretudo em função do estabelecimento de metas que são do conselho da UE e não apenas de Portugal. Ao lado da organização enunciativa comparativa, “a mutação *mais significativa...tendo apenas paralelo no 25 de abril*”, se verifica o PDV de L/E no modo como faz referência aos objetos, *choque europeu* e, depois, *mutação*, que vem a reforçar seu posicionamento em relação ao tópico *integração europeia*. A orientação argumentativa é no sentido de demonstrar as transformações positivas e profundas na sociedade portuguesa, e o posicionamento do locutor em total concordância com a *integração*, o uso do conector argumentativo *de certo* confirma e reforça esse posicionamento.

Em (81), vemos um tipo de exortação à União Europeia. O processo de referenciação está a serviço da construção de sua imagem positiva:

(81) Eu acredito num Portugal forte e digno da sua História. Um país que traga a esse **projecto extraordinário** que é a **União Europeia** uma contribuição própria e uma participação activa[...].E tal acontece **porque a União Europeia é um projecto de sucesso**. Neste período de reflexão sobre o futuro da Europa, **é bom que não nos esqueçamos disso**. (Aníbal Cavaco Silva, 1ª posse, macrossequência central)

⁵¹ <https://eurocid.mne.gov.pt/portugal-na-europa/cronologia-da-adesao>

A presença do locutor no discurso a partir de marcas dêiticas, em *eu acredito*, reflete o PDV de L/E alinhado à integração de Portugal na União Europeia. Um posicionamento que também deixa marcas no modo de atribuição do referente *projecto*, como sendo “extraordinário”, e também na predicação a seu respeito, “porque a União Europeia é um projecto de sucesso”. Pese o uso de estrutura unipessoal da expressão “é bom que não nos esqueçamos disso” soar como um ato ilocutório de conselho, está presente também um sentido de advertência.

No excerto abaixo, o PDV de L/E, face aos objetos *integração europeia* e *crescimento económico*, fica expresso no modo como o locutor os refere, como sendo um *grande desígnio nacional*:

(82) A integração europeia e o **crescimento económico** coincidem num **grande desígnio nacional** que é precisamente o de atingirmos os padrões da Europa mais desenvolvida. Em nome **desse desígnio** demos vigor a um notável esforço colectivo que não pode ser desperdiçado. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

Fortalecer ambos os projetos é meta importante na agenda do PR, justificando o ato de apelo implícito, contido na proposição “em nome desse desígnio demos vigor a um notável esforço colectivo que não pode ser desperdiçado”. Como estado-membro da UE, o país é contemplado pela agenda estratégica do Conselho Europeu que tem como prioridade, entre outras, desenvolver uma base económica forte e dinâmica para a Europa, um apoio que é essencial para o desenvolvimento do país. Esse desenvolvimento estratégico é visto como indispensável para o fortalecimento de Portugal no cenário internacional, daí que o *desígnio nacional*, como refere o locutor, se converte num *apelo aos consensos* para atingir as metas a que estão obrigados os países, conforme definiu o Conselho Europeu de Copenhaga em 1993. Os estados-membros precisam cumprir e manter:

Instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e protecção das minorias; uma economia de mercado funcional e a capacidade de fazer face à concorrência e às forças de mercado na UE; a capacidade de assumir e implementar eficazmente as obrigações da adesão, incluindo a adesão aos objectivos da união política, económica e monetária⁵².

A manutenção desse quadro é um dos grandes objetivos da agenda presidencial, a que os locutores dão especial atenção em seus discursos. Em termos tópicos, é uma questão frequentemente introduzida discursivamente como forma de conscientizar o interlocutor para a importância do cumprimento das metas que permite ao país avançar no caminho do desenvolvimento e de uma projeção internacional muito positiva.

⁵² https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/conditions-membership_pt

Os princípios e metas estabelecidos pelo Conselho da Integração Europeia justificam a saliência dada ao tópico na condução da política geral, como demonstra o excerto abaixo:

(83) Ninguém põe em causa, todavia, que o interesse nacional tem de ser hoje concebido também no quadro de um destino comum, do qual a **União Europeia é o mais ambicioso intérprete**. [...]. Feito o balanço, a **União Europeia tem sido um insubstituível factor de prestígio, credibilidade e projecção internacional de Portugal, e tem representado uma oportunidade única de desenvolvimento**, que é nossa obrigação, face às gerações futuras, consolidar e aproveitar plenamente. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

A rede lexical eufórica e o modo como o locutor predica o tópico funcionam como informação direta ao interlocutor, acerca da centralidade que adquire nos discursos de tomada de posse presidencial. É o que demonstram as construções “a União Europeia é o mais ambicioso intérprete”, “tem sido um insubstituível factor de prestígio, credibilidade e projecção internacional de Portugal” e “tem representado uma oportunidade única de desenvolvimento”. Essas construções expõem um PDV de L/E que se alinha à ideia de integração europeia como uma decisão que favorece a Portugal em várias dimensões, não apenas na política externa. Com a designação *destino comum*, o locutor defende que a condução da política geral deve ser planeada em termos de Europa, tendo em conta a posição de Portugal nesse contexto.

Como vimos, o posicionamento dos Presidentes face ao tópico *Integração/União Europeia* é de ampla concordância. O processo de referenciação que prevalece na construção desse tópico é sempre muito positivo, o propósito argumentativo-discursivo do locutor visa sempre demonstrar que a integração foi benéfica para a sociedade, pese todos os desafios que naturalmente impõe. Desafios que são considerados possíveis de serem vencidos, sobretudo pelo estabelecimento de consensos em todos os setores, e para o qual o Presidente apela.

A *mutação* referida por Mário Soares, apresentada no excerto (80), permite ao interlocutor inferir o estabelecimento de duas realidades no país, uma mais tímida em termos de desenvolvimento e modernização, e uma outra com investimentos mais significativos decorrentes da integração europeia. O Presidente Mário Soares no exercício de sua magistratura de influência orienta para a necessidade de uma maior ousadia do governo português diante do quadro de grandes incertezas que se vinha apresentando no cenário internacional e nacional, já nos idos de 1991:

(84) O Mundo mudou, igualmente, por forma aceleradíssima, em especial a Europa, em que naturalmente nos inserimos [...]. **Não vamos navegar, como nos anos que passaram, com uma realidade internacional bem definida, com parâmetros seguros que pareciam imutáveis**. Os condicionalismos mudaram. **Tudo é agora incerto e complexo**. Mas a navegação à vista da

costa, timorata e sem alma, que claramente é a que comporta menos riscos, não será porventura a mais compensadora no plano nacional. Teremos de aceitar riscos ponderados e reaprender a navegar ao largo, na linha de uma grande ambição nacional que foi comum aos nossos melhores antepassados – aqueles que ainda hoje recordamos. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

A cena reconstruída pelo locutor remete aos tempos áureos das navegações portuguesas. O uso da metáfora “não vamos navegar, como nos anos que passaram [...]” tem como propósito dar corpo ao projeto argumentativo-discursivo, por analogia, em que a decisão do governo é comparada à decisão de um navegador português à época das explorações marítimas. A imagem que a enunciação constrói coloca no centro os elementos implícitos *medo e coragem*, sentimentos que, efetivamente, invadem quando uma tomada de decisão é necessária. A analogia entre o governo de Portugal e o comandante de um navio pronto para zarpar contribui para a negociação dos sentidos, com vista à concretização de um projeto de dizer pessoal.

Perelman & Tyteca (2005) concebem a metáfora “no que tange à argumentação, como uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema” (p. 453). A analogia que o excerto apresenta é facilmente interpretada, porque acessível aos portugueses, como parte de uma memória coletiva, por isso mesmo a enunciação assume uma dimensão emocional, pela ancoragem em eventos que contam a história do país através dos tempos. Discursivamente, o locutor convoca o objeto *mundo*, o qual predica como *incerto e complexo*, um tipo de proposição que na sequência pode ser associado a um outro objeto, esse introduzido na dimensão do implícito, *o mar*, acessível pela introdução do referente *navegação à vista da costa*. A metáfora funciona para expressar um PDV de L/E que se alinha à necessidade de uma adequação a novas realidades, ou seja, se o mundo mudou, se *tudo mudou*, como refere o locutor, Portugal também deve se adequar a tais mudanças.

4.3.1.2.2 A Aliança Atlântica

Para além da integração de Portugal na União Europeia, há uma outra vertente importante que interessa ao locutor rerepresentar em seu discurso, e que diz respeito à importância do país para o resto do mundo. Esse, um sentido construído a partir da referência a uma *vocação ecumênica* que Portugal sempre reclama, ambos os sentidos são fundamentais para a construção do tópico central *política externa*:

(85) Projecto que assumimos e que queremos aprofundar, **a União Europeia** não esgota, porém, o âmbito da nossa **afirmação internacional**. Assim, a nossa posição na União será sempre valorizada

pelo reforço das **alianças** e da **cooperação externa** do País com o **resto do Mundo**. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

(86) Vocação universal, de **Nação** repartida pelos **cinco continentes**, em que mais de metade de nós, entre nacionais e descendentes, **vive a criar Portugais fora do nosso território físico, mas dentro do nosso território espiritual**. **Vocação universal**, no **abraço** que nos liga **aos povos irmãos**, que **partilham a nossa língua**, numa comunidade aberta e inclusiva. **Vocação universal**, em que a História se junta à Geografia, e em que o sermos europeus no ponto de partida e na firme vontade de participarmos na unidade europeia se enriquece com **o sermos transatlânticos** [...]. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, macrossequência central)

Em (85), o tópico discursivo em construção é a *afirmação de Portugal no mundo*, construído a partir da convocação dos objetos, *União Europeia, cooperação externa, alianças e resto do mundo*. O propósito discursivo-argumentativo é primeiramente valorizar, como é inerente aos discursos portugueses, a participação de Portugal na UE, um objeto também tomado como tópico. Há, no entanto, um propósito que se sobrepõe, que é a construção do sentido de que Portugal é maior do que a UE, esse sentido é acessível na construção “a União Europeia não esgota, porém, o âmbito da nossa afirmação internacional” em que o valor semântico da adversativa revela a abertura do país a outros interesses para além da Europa.

Em (86), a referência à *vocação ecumênica* ocorre pela introdução do objeto e também tópico *vocação universal*. Os objetos convocados, *nossa língua, os povos irmãos, comunidade aberta e inclusiva e transatlânticos*, estão ao serviço de sua construção. Salientamos, nesse enunciado, o apelo exortativo a Portugal, aliado à construção da imagem de país que transcende suas fronteiras, sobretudo pela partilha *da língua portuguesa*, um objeto especialmente valorizado nesse contexto e, por isso, construído com aquilo que une, que permite o partilhamento da cultura e identidade portuguesas. A construção dessa imagem de país que agrega povos e culturas está prevista pela rede de sentidos que as escolhas lexicais permitem, como, por exemplo, na escolha das formas nominais *abraço* e *nação*, termos dóxicos para identificar Portugal; dos verbos *ligar* e *partilhar*, e da construção “sociedade aberta e inclusiva” que favorece a construção da credibilidade do país no mundo, o que contribui para a efetivação das propostas da agenda do PR, no âmbito da política externa. Todos esses mecanismos linguísticos apresentam explicitamente o PDV de L/E em acordo com o conteúdo da proposição de que Portugal é, efetivamente, um país que tem uma *vocação universalista*. A presença do locutor no seu discurso está marcada pelo dêitico pessoal inclusivo, *nós*, em várias passagens, o que lhe permite articular as dimensões pessoal e institucional na construção do sentido do tópico. Destacamos, por fim, o uso de figuras, como a metáfora na construção “vive a criar Portugais *fora* do

nosso território físico, mas *dentro* do nosso território espiritual”, que também estabelece o sentido de contraste entre o *fora* e o *dentro* que reforça a orientação argumentativa acerca do tópico.

4.3.1.2.3 A Identidade Nacional: Uma Vocação Universalista

Em (87), *vocação histórica e universalista* é um elemento tomado como objeto discursivo a serviço da construção do tópico *reforço da identidade nacional*, aqui introduzido pelos objetos, *nossa cultura e nossa língua*:

(87) Devemos também **continuar o esforço de projectar melhor a nossa cultura e a nossa língua. Portugal será tanto mais respeitado na Europa quanto souber cumprir a sua vocação histórica universalista.** (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

A importância que é dada a esse tópico está ancorada no PDV de L/E, que valoriza o reforço da projeção da língua e da cultura portuguesas no mundo. O locutor posiciona-se discursivamente na referência aos objetos *língua e cultura*, como elementos essenciais para fortalecer o reconhecimento da importância de Portugal no cenário internacional, porque carregam consigo a identidade do país. A *vocação universalista* é um objeto construído como parte da identidade portuguesa, que o locutor acredita ser um elemento que deve ser valorizado, como forma de levar Portugal ao reconhecimento internacional.

No excerto abaixo (88), o enunciado tem como tópico *nossas origens e identidade cultural*:

(88) **A fidelidade às nossas origens e o culto renovado da nossa identidade cultural são trunfos decisivos na batalha do futuro**, em que estamos empenhados neste final do século. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

O uso do pronome possessivo, em destaque, funciona para particularizar a construção no nível sintático-semântico, e discursivamente aproxima o locutor do povo, contribuindo para a construção da imagem *de* presidente, para um *ethos* de homem simples que se reconhece como mais um entre tantos portugueses. A rede de sentidos que se estabelece a partir dos objetos de discurso escolhidos, como *língua, cultura, nossas origens e identidade cultural*, está ao serviço da construção do tópico e também desse *ethos* de presidente. A predicação desses objetos como *trunfos decisivos* faz parte de uma orientação argumentativa com foco numa possível estratégia diplomática para fortalecer a respeitabilidade de Portugal no cenário internacional, pela valorização da identidade nacional expressa pelo locutor-presidente

O colocar em discurso esses tópicos num movimento exortativo contribui para a construção da imagem de um PR que valoriza a identidade do país, imagem que é reforçada pela rede de sentidos construída a partir da ativação do objeto *trunfos decisivos*, expondo o PDV de L/E face aos tópicos em construção, uma marca linguística do posicionamento do locutor numa construção que se pretende impessoal. A escolha dos objetos *nossas origens e identidade cultural* não é aleatória, ambos funcionam para rerepresentar uma face da identidade do país, aquela que o locutor deseja exaltar, exatamente na sequência que tem como unidade temática a política externa. A orientação argumentativa é no sentido de valorizar essa identidade que é única, é “um trunfo”, uma particularidade do país, que o locutor-presidente atento e sensível reconhece como necessária para a construção de uma imagem de respeitabilidade do país no exterior.

4.3.1.2.4 A Língua Portuguesa, Timor-Leste e Macau

A língua portuguesa é um tópico construído a partir de um movimento exortativo, reconhecida como símbolo da identidade nacional:

(89) Se é verdade que a Pátria não é **só a língua portuguesa**, não é menos certo que ela constitui **o maior símbolo de identidade colectiva de um povo** que se caracteriza também pela sua vocação humanista e universalista. (Aníbal Cavaco Silva, 2ª posse, macrossequência central).

No excerto acima, o locutor posiciona-se em relação a esse tópico, que é também objeto de discurso, através do modo como o predica, “o maior símbolo de identidade colectiva de um povo”. O uso da superlativação é indicativo do valor que o PDV de L/E expressa para construir um sentido positivo atribuído à Língua Portuguesa, que ganha reforço a partir de outros objetos discursivos, como *pátria e vocação universalista*. O uso do lexema *Pátria* aciona uma dimensão axiológica e afetiva, em razão do sentido de pertencimento que carrega, para além do simplesmente geográfico; e o objeto *Vocação universalista* evidencia, como já referimos, o sentido de identidade nacional. Ambos contribuem para o apelo exortativo que é parte do propósito argumentativo do locutor para demonstrar seu reconhecimento.

É um tópico convocado pelo seu valor simbólico e atrelado à identidade nacional. A introdução desse objeto permite ao locutor apresentar seu interesse na criação de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que foi efetivamente fundada em 1996 e tem como objetivo “o

aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros⁵³". A ideia de sua criação, no entanto, é mais antiga, as narrativas dão conta de um evento,⁵⁴ no ano de 1983, como o primeiro movimento para sua concretização. Em 1981, o então Presidente da República António Ramalho Eanes, em seu discurso de 2.^a posse, fez referência a uma ação de valorização das comunidades portuguesas, que sob sua percepção era *ainda incompleta*.

Em (90) os objetos discursivos *emigrantes e comunidades portuguesas* estão ao serviço da construção do tópico *ação de valorização das comunidades portuguesas*:

(90) Iniciámos **uma acção de valorização das comunidades portuguesas espalhadas no mundo, obra ainda incompleta** e longe de satisfazer as naturais expectativas dos **emigrantes** e os reais interesses de Portugal. (António Ramalho Eanes, 2.^a posse, macrossequência central)

É a propósito de sua construção que o locutor/enunciador posiciona-se explicitamente designando-o como "obra ainda incompleta", uma construção que expressa o PDV de L/E face a esse tópico, assim como o ato de fala assertivo expresso na construção de valor dêitico "iniciámos uma acção de valorização...", uma ação que compromete o locutor com a realização daquilo que se propôs iniciar, e que, no futuro, dará origem à CPLP.

Em (91) o locutor faz referência à CPLP como tópico do enunciado que é construído a partir da introdução dos objetos discursivos *língua, diversidade de culturas, história e solidariedade, sete estados e Timor-Leste*. A introdução desses objetos corresponde ao propósito argumentativo-discursivo do locutor que é justificar a importância da concretização do que designa como "projeto" que é a CPLP, e o faz explicitamente pelo uso da construção, "tornam necessária a concretização...". A presença de um PDV de L/E face ao tópico e aos objetos no discurso está também marcada linguisticamente pela referência aos objetos "*rica diversidade de culturas e solidariedade efectiva*". Com o ato de fala compromissivo "projecto a que dedicarei a maior atenção", responsabiliza-se pela atenção que dedicará ao projeto em andamento.

(91) A língua, a rica diversidade de culturas expressas na mesma língua, **a história e uma solidariedade efectiva** entre os povos dos **sete Estados** e do território de **Timor** tornam necessária a concretização de uma **Comunidade de Estados e Povos de Língua Oficial Portuguesa**, projecto a que dedicarei a maior atenção. (Jorge Sampaio, 1.^a posse, macrossequência central)

⁵³ <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>

⁵⁴ Em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, do então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal Jaime Gama. Acessível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>

Discursivamente, as relações com os países oficiais de língua portuguesa são postas em evidência pelo locutor-presidente, sob a elocução de atos de saudação *ao Brasil, Timor-Leste e Macau*, objetos discursivos convocados no âmbito de uma dimensão diplomática que visa as boas relações entre os países.

Os referentes de *Timor-Leste e Macau* são tomados como objetos de discurso fundamentais no contexto da política externa portuguesa, tendo em vista as particularidades dos territórios na relação com a história recente de Portugal, e obviamente, que estas particularidades determinam a produção dos discursos de tomada de posse presidencial. Destacamos os excertos abaixo que têm como tópico a *autodeterminação de Timor-Leste*, e apenas neles nos deteremos para demonstrar a articulação dos mecanismos linguístico-discursivos que se pode perceber, e o posicionamento do locutor-enunciador na construção desse tópico que (re)apresenta o processo complexo que foi a descolonização desse país:

(92) Quero ainda referir dois outros pontos, especialmente caros a Portugal. O primeiro, respeita **a Timor e à solidariedade** que nos merece esse **martirizado Povo**, que ainda não logrou ver reconhecido, pela comunidade internacional, o seu **direito inalienável à autodeterminação** e à independência, se essa for a vontade expressa do Povo de Timor-Leste, em consulta totalmente isenta e livre. Como repetidamente tenho afirmado em todos os areópagos internacionais, **Portugal, como potência administrante de jure em relação a Timor-Leste, apenas deseja que a Carta e as resoluções das Nações Unidas sejam respeitadas**, os direitos humanos observados, e que o Mundo não continue a tolerar, ainda que pelo silêncio, uma invasão manu militari muito semelhante á que sofreu o Kuwait, **com igual desrespeito das normas internacionais** mas que, ao contrário do que sucedeu no Kuwait, não mereceu ainda, o repúdio da consciência universal e a rápida e eficaz reposição do Direito Internacional. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

O discurso do qual se extraiu o excerto acima foi proferido em 1991. A essa altura Timor-Leste, que fora colônia de Portugal, vivenciava ainda sua luta na conquista da *autodeterminação*, isto é, a sua independência. O processo de referenciação a partir dos modos de nomeação dos objetos discursivos, inicialmente na referência ao tema como, “especialmente caros a Portugal”, e depois ao objeto *cidadãos de Timor-Leste* como, “martirizado Povo’ faz sobressair o PDV do locutor e antecipa a face do problema que será privilegiado no discurso. A introdução do objeto de discurso *autodeterminação*, e o modo como o locutor se posiciona em relação à luta que categoriza como, *direito inalienável*, antecipa o seu posicionamento em favor dessa luta. Além disso, ativa o tópico *guerra* em referência ao confronto que iniciou com a invasão de Timor-Leste pela Indonésia.

Sem referi-lo expressamente, esse tópico vai sendo desenvolvido na dimensão do implícito. A introdução do objeto *Kuwait* retoma anaforicamente o referente *guerra do golfo*, que juntamente à narrativa da situação de Timor, servem ao propósito argumentativo do locutor de posicionar-se

contrariamente ao que nomeou como *invasão manu militari*, uma locução adverbial latina para se referir a intervenções militares violentas, como a que se sucedeu em Timor-Leste. O tratamento delocutivo funciona para trazer para o discurso a voz de Portugal, de quem o locutor-presidente é porta-voz, e declarar, através de um ato de linguagem expressivo que “Portugal deseja que o Mundo não continue a tolerar, ainda que pelo silêncio, uma invasão manu militari”, demonstrando, com isso, o posicionamento do país, contrário a qualquer forma de *desrespeito às normas internacionais*⁵⁵. No âmbito de um processo de transição conduzido pelo ONU, os timorenses alcançaram sua independência em 2002, após um *referendo* de autodeterminação, como sugerira o locutor já naquele ano ao ressaltar a necessidade de uma “consulta totalmente isenta e livre”

Na tomada de posse do Presidente seguinte, o locutor torna a discutir a situação da autodeterminação de Timor-Leste e da necessidade de um referendo, como vemos no excerto abaixo:

(93) Infelizmente, Timor-Leste ainda não poderá participar nesse projecto como povo livre e autodeterminado. Portugal tem uma responsabilidade histórica inalienável em relação a **Timor-Leste** e à comunidade timorense. Como potência administrante do território, **Portugal tem um dever político** claro, perante a comunidade internacional: garantir a conclusão do processo de descolonização, com a realização de uma **consulta livre, democrática** e fiscalizada pelas **Nações Unidas**, através da qual os timorenses possam exercer, com dignidade, o seu direito à autodeterminação[...] **Portugal deverá continuar a lutar** pela causa de Timor-Leste [...]. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

O enunciado parte de uma avaliação do locutor sobre o tópico: a *responsabilidade de Portugal na autodeterminação de Timor-Leste*. Os objetos convocados como *autodeterminação, Portugal e dever político*, assim como as predicções a respeito, como vemos em “infelizmente, Timor-Leste ainda não poderá participar nesse projecto como povo livre e autodeterminado”, tem como objetivo evidenciar o posicionamento de L/E em favor da autodeterminação de Timor-Leste. A construção do sentido de *responsabilidade* de Portugal perante aquele país é central nesse enunciado; é propósito argumentativo-discursivo do locutor assumi-las publicamente, salientando o sentido de *obrigação*, como vemos nas passagens, “Portugal tem uma responsabilidade histórica e inalienável...”, “Portugal tem o dever...” e Portugal deverá continuar...”. O enunciado reforça o sentido de *dever* no uso que o locutor faz de uma modalidade deôntica, funcionando duplamente, como orientação do PR que, no exercício de sua magistratura de influência, dirige-se diretamente aos demais órgãos de soberania; e também como modo de construir o *ethos* de credibilidade, porque assume publicamente as responsabilidades políticas de Portugal, na relação com aquele país.

⁵⁵ <https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/timor-territorio-nao-autonomo/>

O objeto discursivo *Nações Unidas* funciona como voz de autoridade; é um PDV imputado a um enunciador segundo (e2) com o qual L/E entra em acordo. É na dimensão do *eu institucional* que o locutor se posiciona para demonstrar esse acordo com a voz do outro. Rabatel (2016) define a imputação como a contraparte da Responsabilidade Enunciativa, e que é na exploração pragmática das imputações que o locutor-enunciador L1/E1 exprime seu acordo ou desacordo com o PDV imputado.

4.3.2 Discursos Brasileiros: Problemas e Desafios na Agenda Presidencial

Nos discursos brasileiros, *os desafios e problemas* da agenda presidencial são apresentados discursivamente a partir da construção dos tópicos, *desigualdade social, inflação e corrupção*.

No excerto abaixo, o locutor começa por apresentar o que designa como o grande desafio do Brasil:

(94) Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. Falta a **justiça social**. É esse **o grande desafio do Brasil** neste fim de século. **Será esse o objetivo número um do meu Governo**. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrossequência central)

Em (94), o tópico *desafio* é construído a partir da introdução do objeto discursivo explícito *justiça social*, que também está ao serviço da construção do tópico central, *problemas e desafios da agenda do PR*. O uso do determinante definido na construção “o grande desafio do Brasil” singulariza e focaliza o evento, e o adjetivo *grande* é fundamental para estes valores, porque remete à expressão de um PDV do L/E que, em acordo, reforça o valor semântico do lexema *desafio*. Da enunciação sobressai ainda o *ethos* de credibilidade do PR que de modo assertivo posiciona-se em relação ao objeto de discurso *justiça social*, na construção, “será esse o objetivo número um do meu Governo”, um posicionamento que ratifica a função do PR que, no Brasil, tem poder de execução.

4.3.2.1 Coesão Nacional

O reforço da *coesão nacional* é também um tópico importante na agenda dos Presidentes Brasileiros, mas construído de modo diferente, tendo em vista o contexto particular em que o país está inserido.

Numa rápida quantificação, podemos verificar que nos discursos portugueses que acabamos de analisar a expressão *coesão nacional* aparece em torno de vinte vezes, ao passo que nos discursos brasileiros esse lexema praticamente inexistente. Mas, a propósito desse tópico, é importante referir que

os discursos brasileiros constroem seu sentido com o apoio de um quadro semântico particular, nomeadamente através da introdução dos objetos discursivos, *fome, inflação, corrupção, desequilíbrio econômico, justiça social, igualdade/desigualdade, etc.* Reconhecendo que nos discursos brasileiros, ao buscar por *justiça social*, o locutor também apela por consensos dirigidos ao povo e à classe política, consideramos que se trata igualmente de buscar a *coesão nacional*. Ambos os tópicos, *coesão nacional e justiça social*, são também tomados como objetos discursivos ao serviço da construção do tópico fundamental *desafios e problemas da agenda do PR*.

4.3.2.1.1 A Erradicação da Fome e da Miséria

No excerto abaixo está em construção o tópico *mutirão⁶⁶ nacional contra a fome*. O enunciado destaca-se pela presença de atos de *apelo* do locutor ao povo brasileiro para combater *a fome* no Brasil, e também atos de fala diretivos, como *eu desejo*, que fazem sobressair o sentido de conclamação construído a partir da convocação dos objetos, *povo brasileiro, mutirão cívico, fome e generosidade*:

(95) O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, **tem dado provas** incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional **em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo**, justamente para um grande **mutirão cívico**, para um **mutirão nacional** contra a fome[...]. Enquanto houver **um irmão brasileiro ou uma irmã** brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha [...]. É por isso que **hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país**. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, macrossequência central)

O sentido de continuidade transmitido pelo uso do aspecto verbal imperfectivo, em "o povo tem dado provas", favorece a construção dos sentimentos de *grandeza e generosidade* atribuídos ao objeto discursivo *povo brasileiro*, como sendo um traço natural de sua personalidade. O reconhecimento público do Presidente, acerca dessa característica tida como peculiar ao povo, encontra consentimento no auditório por tratar-se, em certa medida, de uma concepção, um lugar comum (Amossy, 2018a, p. 128) que subjaz, em função da evocação de um saber que é compartilhado. A estratégia dóxica satisfaz o propósito discursivo central que é buscar a adesão do povo ao programa de combate à fome,

⁶⁶ Mutirão é um termo usado para referir a (re)união de pessoas para a realização de fins específicos. Originou-se a partir de mobilizações de ajuda àqueles que se encontram em situação de risco por motivos diversos e pontuais, causados por fatores de ordem político-social que levam à pobreza extrema um grande número de pessoas, negando-lhes o acesso à alimentação básica. É esse o contexto a que o locutor especificamente se refere, mas essa mobilização também ocorre em decorrência de causas naturais, desastres ambientais que provocam a retirada de pessoas de suas residências e a consequente perda de bens essenciais. Para além disso, o termo se ampliou na sociedade brasileira, revelando-se em usos bastante diversos e circunscritos a setores específicos da sociedade; se convocam mutirões, por exemplo, em repartições públicas para dar conta de trabalhos acumulados.

implementado pelo Presidente, do qual o locutor falará expressamente na continuidade do discurso, designando-o como *fome zero*.

A predicação atribuída ao objeto discursivo *povo*, sobretudo pelo uso de adjetivações positivas, como vemos em *grandeza e generosidade*, expõe o PDV de L/E acerca desse objeto. Ancora-se também num propósito argumentativo-discursivo que visa conquistar a adesão do povo brasileiro a uma das propostas centrais da agenda presidencial que é o *combate à fome*, um objeto de discurso fundamental nesse contexto. O objeto *mutirão cívico* está ao serviço da construção do tópico *erradicação da fome e da miséria*, e representa uma estratégia concreta do PR no combate à fome, uma proposta da agenda do PR que é discursivamente construída, não como tarefa apenas do governo, mas sim de toda a sociedade. A proposição “o povo brasileiro tem dado provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos” implica em um raciocínio lógico implícito, isto é, se o povo é generoso, então o Presidente pode esperar uma atitude positiva de unidade, de coesão nacional em torno de um objetivo comum, principalmente porque se trata de buscar a erradicação do grande problema brasileiro que é a fome.

O ato de apelo a uma *coesão* nacional para erradicar o problema da fome é reforçado pelo efeito de sentido emocionado que é instaurado pelo modo como o locutor designa o *povo brasileiro*; a escolha dos lexemas *irmão e irmã* como forma de tratamento delocutivo ativa o sentimento de *fraternidade*. A presença dessa dimensão emocionada reforça o ato de *apelo* que, juntamente com o uso da expressão *meu povo*, dão o destaque do enunciado acima. O locutor se assume como líder do povo, o uso do possessivo, nessa construção, salienta um grupo, para além do povo brasileiro na sua globalidade, que está obviamente incluído, é propósito do locutor destacar “o povo do Presidente”, evocando outras informações implícitas, como, por exemplo, “os iguais a mim”, “os trabalhadores como eu”, o que justifica a escolha da construção *meu povo*. É importante destacar, também, que essa escolha do locutor permite-lhe confirmar um *ethos* pré-discursivo que o identifica com uma parcela do povo brasileiro, aquela que o locutor acredita que, efetivamente, se engaja em grandes mutirões. A interpretação dessas passagens exige do interlocutor a recuperação de um conjunto de informações pertencentes a dimensões contextuais e experienciais compartilhadas, há efetivamente uma atividade de inferência.

Em busca da adesão do povo, o locutor reforça o sentimento de *unidade a um objetivo comum*; esse é o principal sentido da *coesão nacional* e um componente essencial para a *realização do mutirão cívico de combate à fome* na construção do propósito argumentativo-discursivo:

(96) Estamos em um momento particularmente propício para isso. **Um momento raro da vida de um povo.** Um momento em que **o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional**[...]Trata-se de uma **poderosa energia solidária** que a nossa campanha despertou e que não podemos e **não vamos desperdiçar**. (Luiz Inácio, 1ª posse, macrosequência central)

As marcas linguístico-discursivas das expressões *momento raro na vida de um povo e poderosa energia solidária* introduzem o locutor no discurso; o PDV de L/E sobressai sobretudo nas adjetivações que indicam o modo como faz referência aos objetos convocados.

Destacamos aqui também a construção do sentido de liderança. O ato de fala compromissivo que vemos na construção, *não podemos e não vamos desperdiçar*, coloca em cena o poder do PR brasileiro, um poder de execução que lhe é garantido constitucionalmente. Essa particularidade é fundamental para determinar o modo como discursivamente se posiciona em relação a alguns objetos de discurso, nesse caso, o PDV de L/E se responsabiliza pelo conteúdo do enunciado, cuja rede de sentidos construída faz sobressair o sentido de *consenso*, saliente sobretudo nas construções “um momento raro na vida de um povo, “o Presidente da República tem, consigo...”, e “poderosa energia solidária”, que favorecem a conclamação do povo na expressão “não vamos desperdiçar”. O uso do *nós* inclui o PR na realização da ação que planeja, esse posicionamento explícito, que indica poder de executar as ações propostas, é uma vertente de sentidos comum nos discursos brasileiros, mas que inexistente nos discursos portugueses. Trata-se de uma particularidade que decorre dos sistemas de governo de cada país, uma questão analisada na seção (4.3.3.2).

O locutor tem como propósito argumentativo mobilizar a sociedade brasileira na sua globalidade. A introdução do objeto discursivo “vontade nacional” salienta o sentido de inclusão, é com todos os brasileiros que o locutor compartilha a tarefa de combater à fome, uma meta fundamental na agenda do Presidente. Os atos de fala assertivos/preditivos, “não podemos e não vamos desperdiçar”, reforçam o posicionamento assertivo do locutor em relação à valorização desse momento de *consenso* na sociedade, trata-se de reforçar a coesão nacional, como meio de implementar as propostas e projetos direcionados ao combate do problema da fome, das desigualdades sociais. O apelo à unidade nacional que o locutor vem construindo através das escolhas dos objetos e do modo de referi-los, como *solidariedade, mutirão, irmão e irmã, momento cívico*, é reforçado pelo modo positivo como traduz o momento que o país vivencia.

No excerto abaixo, o locutor também constrói discursivamente o sentimento de solidariedade como natural ao povo brasileiro. O propósito argumentativo-discursivo centra-se na conquista de consensos voltados para o combate da desigualdade social:

(97) O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: **solidariedade** [...]. **Nós, brasileiros, somos um povo solidário.** Vamos fazer desse sentimento a mola de grande **mutirão nacional** [...] para varrer do mapa do Brasil **a fome e a miséria**[...] **Vamos assegurar** uma vida decente às nossas crianças [...]. **Vamos assegurar** com energia direitos iguais aos iguais; **às mulheres** [...]. O País deve respeito, oportunidades de educação e de trabalho [...] **às minorias raciais** e a algumas quase minorias [...] **aos negros**, principalmente, que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra [...] **grupos indígenas** testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade. [...]. **Vamos fazer** da solidariedade o fermento da nossa **cidadania**, em busca **da igualdade**. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrossequência central)

Em (97), *solidariedade* é também um objeto discursivo importante, assim como *o combate à fome e à miséria* é um tópico fundamental. O referente de *solidariedade* é introduzido e articulado com o referente *povo brasileiro*, a fim de construir a imagem de *povo solidário*. Juntos, os sentidos que esses objetos imprimem ao enunciado contribuem para o propósito argumentativo do locutor que é convocar o apoio do povo para a realização de um *mutirão* contra a fome e a miséria. Como se vê, o locutor também escolhe trazer para o seu discurso o objeto *mutirão*, evidenciando que se trata de uma estratégia importante para mobilizar ações coletivas movidas pelo sentimento de solidariedade.

A introdução dos objetos *crianças, jovens, mulheres, negros e indígenas* reforça o projeto argumentativo-discursivo do locutor. A seleção desses objetos e do conteúdo veiculado pelas predicções enfatizam a realidade difícil do povo mais carente, sobretudo dos grupos que o locutor dá destaque. A discursivização toma forma de denúncia pela exposição da situação das *crianças e jovens* que estão sendo mortos, das *mulheres* às quais são negadas oportunidades, dos *negros e indígenas* que esperam por igualdade de fato, esse grupo recategorizado como *minorias raciais* e a *algumas quase minorias*. São escolhas que (re)apresentam a imagem que o locutor fabrica sobre esses referentes, apontando para a manifestação de uma subjetividade na materialidade do discurso. Um outro ponto a ser comentado diz respeito a presença do locutor no seu discurso, através do uso do pronome pessoal inclusivo *nós*, representando a instituição que é o PR e o povo, como vemos em “*nós, brasileiros, somos um povo solidário*”, “*vamos fazer desse sentimento...*”, “*vamos assegurar uma vida decente...*” e “*vamos fazer da solidariedade...*”. A repetição dos atos de fala diretivos em que locutor e alocutário se incluem funciona também com um apelo ao sentimento de solidariedade, marcando discursivamente o engajamento do PR na realização das ações previstas nas proposições. O propósito argumentativo do locutor é o de construir consensos na sociedade, com quem compartilha e pede apoio nessa tarefa tão fundamental na agenda do Presidente que é a erradicação da fome e da miséria.

O excerto abaixo traz como tópico fundamental *a erradicação da pobreza*. A continuidade desse tópico na materialidade discursiva é garantida pelo processo de recategorização que se verifica nas expressões lexicais, *a luta mais obstinada, o sonho, a tarefa, um compromisso e erradicação da miséria*, e também na predicação, *a forma mais trágica de atraso*. As anáforas encapsuladoras, “é este o sonho que vou perseguir” e “para isso”, também contribuem para a continuidade do tópico central:

(98) A luta mais obstinada do meu governo será pela **erradicação da pobreza extrema** e a criação de oportunidades para todos. Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. **Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país** e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido. **Não vou descansar** enquanto houver **brasileiros sem alimentos** na mesa [...]. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. **É este o sonho que vou perseguir! Esta não é tarefa isolada** de um governo, mas **um compromisso** a ser abraçado por toda a nossa sociedade. **Para isso peço com humildade** o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas [...]. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

O locutor posiciona-se de modo assertivo, convocando a sociedade para contribuir com o enfrentamento do problema da pobreza no Brasil, como vemos em, “esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a nossa sociedade”. Em todo o enunciado, a construção desse tópico coexiste com a construção de um sentido de apelo presente nos atos diretivos “não vou descansar” e “a luta mais obstinada do meu governo será...”; e em construções como, “é este o sonho que vou perseguir”. No ato de pedido: “para isso peço com humildade...”, a expressão *com humildade* é um modalizador, ao serviço da construção do *ethos* do Presidente da República.

O locutor se instaura no discurso, em primeira pessoa, em atos compromissivos, colocando em evidência o poder do Presidente para realizar as ações a que se propõe. O uso das expressões “a luta mais obstinada do meu governo”, “não vou descansar” e “vou perseguir” também funciona para demonstrar esse poder, uma permissão dada pela função executiva no regime presidencial.

Discursivamente, essas construções funcionam como expressão de um PDV de L/E que se alinha com a necessidade de erradicar a pobreza no Brasil, o uso da designação “luta mais obstinada” vem a ser mais uma marca do posicionamento no locutor, de subjetividade, que contribui para a construção do *ethos* de credibilidade e responsabilidade do locutor-presidente.

Os discursos de tomada de posse presidenciais brasileiros, assim como os portugueses, exploram a construção do tópico *coesão nacional* pela importância dada à construção de consensos na sociedade. No Brasil, vemos que há um projeto discursivo que visa ao fortalecimento do engajamento

de todos para erradicar a fome e a miséria, um dos grandes desafios da agenda do PR, talvez o maior deles.

4.3.2.1.2 A Luta Contra a Inflação e a Corrupção

Inflação e corrupção são tópicos fundamentais nos Discursos Brasileiros. O Brasil já conviveu com elevados níveis de inflação, nomeadamente na década de 80, quando vivenciou a chamada hiperinflação, atribuída ao choque do petróleo no final dos anos 70, à crise da era de ouro do capitalismo e ao modelo desenvolvimentista de crescimento, adotado pelos militares (Hermann, 2011).

As falhas na administração dos recursos públicos pela ditadura militar que culminaram com o endividamento externo, contribuíram para essa situação: “no esforço para resgatar o crescimento da fase do milagre e com isso garantir a continuidade do regime, a ditadura foi permitindo que a inflação ganhasse força nos anos 1980, gerando a escalada que alcançaria seu clímax na era democrática” (Memorial da Democracia, s.d., <http://memorialdademocracia.com.br/hiperinflacao>). Desde o governo interino de José Sarney⁵⁷ seis planos econômicos foram implementados no Brasil, até que em 1994 o Plano Real equilibrou a taxa inflacionária. O ex-Presidente Brasileiro Fernando Henrique Cardoso referiu em seu discurso de primeira posse que “o Real foi um grande divisor de águas”. Pereira (1994) refere que “o Plano Real é o décimo terceiro plano de estabilização tentado no Brasil, desde o momento em que a atual crise econômica foi desencadeada em 1979, com o segundo choque do petróleo” (p. 132).

Na sequência desses fatos, houve períodos de inflação de dois dígitos, nunca mais hiperinflação, mas o controle desses níveis tem sido uma preocupação e um compromisso da agenda dos Presidentes brasileiros em democracia; por isso, a inflação é um tópico importante no quadro dos principais desafios e problemas a serem enfrentados. Por conseguinte, discursivamente é um objeto que adquire saliência quando o assunto é política monetária brasileira.

No excerto abaixo *inflação* é introduzido como objeto, é construído como entrave ao desenvolvimento do país, ao cumprimento de uma das principais metas da agenda do PR que é a promoção de desenvolvimento e modernização com justiça social. A demonstração dessa face negativa é um dos propósitos argumentativo-discursivos na construção desse tópico fundamental, como veremos no excerto abaixo:

⁵⁷ José Sarney assumiu interinamente a presidência, em 15 de março de 1985, em virtude da doença de Tancredo Neves e, com a morte de Tancredo, em 21 de abril, foi efetivado no cargo. Acessível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/biografia?TSPD_101_R0=086567d05fab2000e51600f56e9ab303e819e272eb13f872bcc2eb43f4e534850b492a123df1b10873d0cb5314300ba4e5251dcb791e71d4dc2f90880d67e168c0806dda7f4ebf41be18bf0830ff0d0e8bb20b3aa1dadbd05272356749a55

(99) A cultura da inflação se nutre do **egoísmo**, do **individualismo vicioso**, do **imediatismo descarado**. **É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo**. Estimula a **ganância** ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva. **A inflação** nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, **o imposto mais cruel**. **É uma agressão permanente aos assalariados**, ou seja, à maioria da nossa gente. [...]. A inflação é, além disso, um enorme fator da desmoralização. [...]. Um país que admite conviver para sempre com a **ciranda inflacionária** pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo. Nada repugna mais ao espírito de cidadania que **a corrupção, a prevaricação e o empreguismo**. [...]. **O propósito imediato de meu Governo**, Senhores, **a meta número um** de meu primeiro ano de gestão não é conter a inflação: é liquidá-la. [...] **A guerra** contra a inflação será uma **luta incondicional**, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. (Fernando Collor, 1ª posse, macrossequência central)

A construção disfórica estabelecida pelas adjetivações e pelo uso de metáforas é a marca da discursivização do objeto *inflação*, que é também o tópico nesse discurso. O locutor não economiza predicções negativas na construção de um cenário metafórico de guerra que deseja compartilhar, (re)apresentado explicitamente pelo uso dos objetos discursivos *guerra, combate e luta*. O uso de metáforas é uma importante estratégia para a concretização do projeto de dizer, por meio da alteração da propriedade do objeto. Como refere Castilho (2014, p. 133) as metáforas ontológicas criam entidades através da própria metáfora, como podemos ver nas construções “ela é, sabidamente, o imposto mais cruel”, “minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social” e “a erva daninha da inflação”. Isto é, o locutor escolhe e atribui ao objeto *inflação* certas propriedades que passam a caracterizá-lo, uma escolha motivada pelo seu propósito argumentativo-discursivo.

O posicionamento do locutor que sobressai a discursivização desse tópico tem relação com o contexto de hiperinflação que o Brasil vivenciava à época da tomada de posse do Presidente Fernando Collor. Essa informação pode ser reconstruída pelo interlocutor pela análise da expressão “atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos”. Destacamos também a metáfora “a cultura da inflação se nutre do egoísmo...”, por meio da qual o locutor compara a inflação com uma erva daninha que é cultivada pelos que se beneficiam dela, em vez de ser erradicada. O objeto discursivo *luta* que participa da metáfora “a guerra contra a inflação será uma luta incondicional” reforça o sentido do tópico *inflação* como um dos grandes desafios e problemas da agenda do Presidente.

No excerto abaixo, o tópico *inflação* é introduzido em sequências do tipo narrativas (Adam, 2019) e de uma análise subjetiva do locutor, acerca de um determinado período da história recente do Brasil:

(100) Os “anos dourados” de JK terminaram com **inflação** e tensões políticas em alta. Vieram, então, **anos sombrios**, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas **sacrificaram a liberdade**. Trouxeram **progresso, mas para poucos**. E, depois, nem isso, mas somente **o legado – este, sim, para todos – de uma dívida externa** que amarrrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrosssequência central)

O locutor traz para o discurso certos acontecimentos vividos durante um período democrático brasileiro, especificamente a presidência do Brasil sob o comando do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). A convocação do objeto de discurso *anos dourados de JK* tem como propósito argumentativo-discursivo destacar esse período de reconhecida estabilidade política e também econômica. O historiador Boris Fausto (2019) refere que “foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico” (p. 360).

Ao lado da apresentação eufórica ligada à construção do objeto *anos dourados de JK*, o uso da expressão “vieram, então, anos sombrios” permite ao locutor introduzir implicitamente o objeto discursivo *ditadura*, através de um processo metonímico, mantido na materialidade discursiva em construções que lhe conferem um sentido bastante negativo, como vemos nas passagens “trouxeram progresso, mas para poucos” e “somente o legado [...] de uma dívida externa...”. Com a introdução desses dois lados tomados discursivamente como opostos, um positivo e o outro negativo, o locutor dá visibilidade ao antes e ao depois que marcaram a situação econômica do Brasil em uma determinada época. O objeto *inflação* é posto do lado negativo, associado à construção de um sentido que atribui à ditadura militar a responsabilidade pela má gestão financeira do país. Do mesmo modo, o uso do referente *dívida externa* reforça esse quadro disfórico, uma vez que seu sentido é reconhecidamente negativo entre os brasileiros. Temos ainda o lexema *legado* que remete em diversos outros contextos ao sentido de herança, uma remissão de sentido positivo, entretanto, nesse contexto de produção seu uso pode ser interpretado como uma ironia, ficando a impressão de que os responsáveis pela implantação da ditadura no Brasil deixaram uma situação de *inflação* descontrolada como herança para a sociedade e para as gerações futuras.

No excerto abaixo, analisamos a construção do tópico *corrupção* que na esteira da inflação é tratado como entrave no processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro:

(101) O povo brasileiro quer mudanças [...]. É isso que **também quero** [...]. **O povo** brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a **todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção** [...]. **Eu não tenho medo** de encarar **estes desafios** [...]. **A corrupção rouba** o poder legítimo do povo. **A corrupção ofende e humilha** os **trabalhadores, os empresários e os**

brasileiros honestos e de bem. **A corrupção deve ser extirpada.** (Dilma Rousseff, 2ª posse, macrossequência central)

A construção do tópico corrupção ocorre a partir da introdução de uma rede lexical disfórica, nomeadamente pelo uso de predicacões e dos verbos em “a corrupção ofende e humilha...”. Destaca-se ainda pelo posicionamento assertivo do locutor nas construções “eu não tenho medo de encarar esses desafios” e “eu também quero”. O uso de primeira pessoa, instaurando o locutor no seu discurso e a assertividade do ato de linguagem, estão a serviço da construção do *ethos* de credibilidade e também de poder, correspondendo à função da instituição PR em consonância com o regime presidencial, que lhe garante o poder de executar os compromissos assumidos. Uma outra questão importante diz respeito ao aspecto polifônico e dialógico das expressões “o povo brasileiro quer ainda mais transparência...”, “e mais combate a todos os tipos de crime, especialmente a corrupção”; aqui, o locutor imputa ao povo brasileiro a responsabilidade do conteúdo proposicional, mas ao mesmo tempo também traz para si essa responsabilidade sobre o dito, porque o considera verdadeiro afirmando “é isso que também quero”.

O excerto abaixo, como continuidade do excerto (101) destaca-se pela construção da imagem da Instituição:

(102) O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção [...] luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre. (Dilma Rousseff, 2ª posse, macrossequência central)

O locutor introduz o objeto de discurso *eu presidente* como tópico nas construções assertivas “jamais compactuei”, e pela superlativação “meu governo foi o que mais apoiou...”, que evidenciam o propósito argumentativo-discursivo de reforçar a imagem de seriedade da Instituição Presidencial. O sintagma que dá início ao parágrafo, “O Brasil sabe...”, é uma referência ao povo brasileiro, uma relação metonímica que se verifica na movimentação de traços semânticos (Castilho, 2014). A escolha do modo perfectivo do aspecto verbal dessa proposição contribui para demonstrar que as ações positivas do governo contra a corrupção têm sido contínuas, e continuarão a ser no segundo mandato, como se observa no ato comissivo “me comprometo”.

4.3.2.2 A Condição Geopolítica (Política Externa Brasileira)

Em relação à construção do tópico que trata dessa vertente que é *a política externa brasileira*, os discursos de tomada de posse presidencial dão visibilidade a subtópicos distintos. A seguir, destacamos alguns e o modo como o locutor (re)apresenta discursivamente esse tópico. Sua construção ocorre na conjunção do sentido de política de *abertura do Brasil* ao mundo e também na importância dada às organizações *multilaterais*, nomeadamente a integração sul-americana e *Mercosul*, e na busca de participação ativa do Brasil no debate com as grandes nações em desenvolvimento como China, Índia e África do Sul.

4.3.2.2.1 O Brasil Aberto ao Mundo

Com exceção do último quadriênio, em que o Brasil vivenciou um período de confinamento e de marginalização internacional, a política diplomática brasileira era reconhecida internacionalmente, segundo Almeida (2004), como “extremamente profissional e bem preparada substantivamente” (p. 162). Os discursos tornam explícito que a abordagem tradicional da diplomacia brasileira mantém como princípios a soberania, a autonomia, o desenvolvimento e a não intervenção. Segundo o debate acadêmico nas ciências políticas e sociais, atualmente, com o alargamento dos parceiros e dos temas a política externa brasileira não é mais acessória à estabilidade macroeconômica, segundo Lima (2010):

Na atualidade, a política exterior, pró-ativa e pragmática, é um dos pés da estratégia de governo calcada em mais três pilares: manutenção da estabilidade econômica; retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neo-desenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas. (p. 23)

Política externa e interna são duas faces de uma mesma agenda governamental que busca sobretudo modernização/desenvolvimento e coesão social. A imagem real de um país coeso é fundamental para a aquisição da confiabilidade do mundo:

(103) No mundo pós-Guerra Fria, a **importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos**, mas sobretudo da **estabilidade política interna**, do **nível geral de bem-estar**, dos sinais vitais da **economia** – a **capacidade de crescer e gerar empregos**, a **base tecnológica**, a participação no **comércio internacional** – e, também, de

propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrossequência central)

No excerto acima, o locutor traz como tópico *a importância do Brasil no mundo*. Para sua construção convoca diversos objetos discursivos conforme destacados acima, repetimos aqui apenas alguns como, *Brasil, fatores militares e estratégicos, estabilidade política interna, bem-estar e economia*. O propósito discursivo do locutor é referir que a importância do Brasil no mundo depende sobretudo de fatores internos, da situação de estabilidade política e econômica, dando visibilidade a dois tópicos centrais na agenda do PR que são as políticas interna e externa, à serviço da construção do tópico central. O argumento sustentado é o de que consensos internos reforçam a seriedade do debate e a credibilidade do Brasil no exterior.

O PDV de L/E se posiciona em acordo com o argumento de que somente fatores militares e estratégicos não são suficientes para dar ao Brasil a importância de que necessita no cenário internacional. Esse é um posicionamento em consonância com uma visão real de país, que se desenvolve no âmbito de uma política diplomática em tempos de democracia, reconhecida como uma política de abertura do Brasil ao mundo. Essa, uma opção diametralmente oposta à política praticada nos governos militares, em que os EUA estavam no centro das negociações, um período que ficou conhecido por praticar uma “política externa americanista”, nomeadamente entre os anos de 1964 e 1967⁵⁸, uma política considerada interdependente:

Carlos Estevam Martins, aponta o período como de institucionalização do "projeto elitista", com prevaecimento da "segurança coletiva", para a doutrina militar e de "ideologia liberal-imperialista". Sua linha de atuação externa era voltada para cooperação com os EUA e o capital internacional, pois, ainda segundo o autor, buscava-se um "desenvolvimento dependente e associado". (Ramos Luiz, 2011, p.2)

A política externa adotada no Brasil com a redemocratização diverge frontalmente do unilateralismo do período anterior. O reforço ao *multilateralismo* é um objeto de discurso frequente nos discursos brasileiros, introduzido a serviço da construção do tópico central *política externa*, focada num diálogo multilateral, e sem privilégios. Discursivamente, essa abertura ao diálogo envolve o debate de grandes temas como comércio, clima, cooperação internacional, paz e segurança. São referentes

⁵⁸ “O Brasil não tem dúvida em reconhecer a liderança dos Estados Unidos na comunidade democrática ocidental, com o enorme ônus que essa liderança impõe, e os Estados Unidos podem contar com a solidariedade do Brasil em qualquer caso de ameaça à segurança coletiva do mundo livre”. Embaixador em Washington, Juracy Magalhães, em palestra proferida na Escola de Estudos Internacionais da American University, Diário de Notícias, 12/2/1965, p.3 Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Shiguenoli-Miyamoto/publication/216800940_A_politica_externa_e_o_regime_militar/links/5415aa860cf2bb7347db4083/A-politica-externa-e-o-regime-militar.pdf

introduzidos nos discursos para reapresentar as preocupações que mobilizam os fóruns internacionais do mundo atual.

No excerto abaixo, o locutor toma a *diplomacia* como tópico discursivo:

(104) Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no **plano bilateral e coletivo** [...]. **É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista**, do **pseudonacionalismo** que induz ao **isolamento**, da **desconfiança**, da **ilusão míope de auto-suficiência**. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

Em “queremos integração, crescente e competitiva” o uso da pessoa ampliada *nós* convoca a voz da Instituição na referência à política diplomática do governo brasileiro. Na construção desse tópico, o locutor enfatiza a política de abertura e valorização do diálogo com o resto do mundo adotada pelo Brasil. O objeto discursivo *integração* é uma referência à participação do país nos blocos econômicos, nomeadamente com o Mercosul, mas também com outras comunidades internacionais. Na construção desse tópico, o uso da expressão *discurso estéril e irrealista* é um caso de dialogismo, quando traz para o discurso outros discursos, o já dito que funciona como mecanismo na construção tópica; no caso do excerto, o resgate desse já dito contribui para o propósito do locutor de dar evidência ao discurso anteriormente praticado na condução da política externa, com o qual o locutor se posiciona em contrário.

Com a forma lexical *pseudonacionalismo*, o locutor ativa o objeto *nacionalismo*, uma referência ao modelo de desenvolvimento que segundo Ramos Luiz (2011) reconhece “o papel do estado como articulador necessário ao processo produtivo” (p. 4), uma tese que foi “reincorporada” à diplomacia brasileira no ano de 1967, em oposição ao americanismo do período anterior, como referido anteriormente. O locutor posiciona-se em desacordo ao discurso praticado no período da *ditadura militar*, esse é um objeto não explícito, mas inferível pelas pistas contextuais, sobretudo pela referência ao *nacionalismo*, discurso característico do governo militar de Costa e Silva (1967-1969). Com o uso da designação *pseudonacionalismo*, o locutor sugere que o discurso nacionalista teria sido, na verdade, uma forma disfarçada de conduzir a política internacional ao isolamento. Pese o uso de construções unipessoais que poderiam dar a impressão de desvinculação do locutor com o que é dito, como em *é imperioso abdicar*, o que vemos é um locutor implicado, cujo PDV fica expresso, e em desacordo com o PDV do outro (e2), no caso o discurso “nacionalista”, suporte das qualificações *estéril e irrealista*.

O PDV do locutor a que corresponde sua orientação argumentativa é no sentido de contrapor um discurso realista na condução da política externa brasileira, que equacione as mudanças mundiais

e a disposição de abertura diplomática. Esse é o propósito argumentativo expresso na continuação do seu discurso, como vemos abaixo:

(105) Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

Na construção do tópico *abertura do Brasil ao mundo* vemos uma alternância da instância enunciativa; ora o locutor faz uso do pronome inclusivo “nós”, como em “temos que demonstrar...”, ora de construções unipessoais como “é preciso que o mundo se convença...”. A modalidade deôntica da construção unipessoal permite ao locutor trazer para o discurso um outro PDV com o qual entra em acordo, um mecanismo discursivo que na relação com a orientação argumentativa pretende intervir no alocutário para convencê-lo sobre a verdade da proposição, de que “é preciso que o mundo abra as portas ao Brasil”. O uso dessa construção metafórica tem como propósito a introdução do tópico discursivo *política de abertura*, uma concepção defendida pelo locutor no seu discurso, referente ao modo de condução da política diplomática que foi se afirmando no Brasil na continuidade dos governos democraticamente eleitos.

O propósito argumentativo-discursivo do locutor é convencer o interlocutor de que a política de abertura que defende é o meio mais eficaz para “integrar o Brasil na política mundial” (104), um propósito levado adiante pela construção de comparações entre o modo de condição da política diplomática anterior e a atual. As comparações lhe permitem estabelecer um paralelo entre o passado e o presente, sendo o governo anterior reapresentado discursivamente de modo negativo, através de um PDV de L/E que se posiciona em desacordo como a política de isolamento praticada, ao lado de um presente que corresponde ao seu governo, construído a partir de uma rede de sentidos positiva, com ênfase na política de abertura do Brasil ao mundo: “temos que demonstrar[...] o potencial e a pujança do Brasil”. O uso das expressões nominais está ao serviço da construção da imagem positiva do país, funcionando como marca linguístico-discursiva da expressão do PDV de L/E e reforçando a orientação argumentativa em andamento.

No excerto abaixo, o tópico *mensagem* funciona anaforicamente como um rótulo para o conteúdo que vem em seguida, em que o objeto *projeto nacional* é fundamental na sua construção:

(106) Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta [...]. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, macrossequência central)

Em (106), o locutor constrói o tópico *mensagem*. O uso da expressão “temos uma mensagem a dar ao mundo” faz sobressair um sentido de obrigatoriedade quanto ao objeto *projeto nacional*, trata-se portanto de uma modalidade deôntica. Por outro lado, coloca em evidência o PDV de L/E em acordo com o conteúdo dessa mensagem que é o tópico, isto é, a favor da *abertura do Brasil ao mundo*, esse um dos tópicos centrais da agenda do PR, no que se refere à política diplomática brasileira.

Os objetos *projeto nacional*, *diálogo aberto* e *nações do planeta* estão a serviço do tópico *mensagem*, a construção “diálogo aberto como as demais nações do planeta” faz sobressair o seu sentido oposto, isto é, a política diplomática de isolamento praticada nos governos militares, um sentido que se constrói ao nível do implícito, e dependente do conhecimento enciclopédico do interlocutor. O objeto de discurso *diálogo aberto* que está ao serviço do tópico *mensagem*, permite a identificação do PDV de L/E, que está alinhado a uma política diplomática de abertura do Brasil, em contraposição ao *isolamento* vivenciado em anos anteriores. A construção desse sentido está acessível ao nível do implícito, necessitando do locutor um processo de inferência acionado pela construção “diálogo aberto”.

Como vemos, na relação com a construção do tópico *política externa*, o posicionamento do locutor dos discursos de tomada de posse brasileiros é de contraposição à política de isolamento, em favor da abertura ao diálogo e ao multilateralismo.

O excerto (107) vem reforçar essa orientação argumentativa com o uso da expressão que abre o enunciado:

(107) Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento [...]. (Fernando Henrique Cardoso, 2ª posse, macrossequência central)

O uso dessa proposição negativa “não pelo distanciamento” com ênfase no substantivo, traz ao discurso um PDV de e2, com o qual o PDV de L/E entra em desacordo. Aqui a *política de abertura* como tópico vai se desenvolvendo em oposição à já conhecida política de isolamento que vinha sendo praticada.

No excerto abaixo, o tópico em construção é *abertura da economia brasileira*:

(108) Rapidamente, no **ritmo veloz das comunicações** e da **abertura da economia brasileira**, **estamos deixando para trás atitudes xenófobas**, que foram mais efeito do que causa do **nosso relativo fechamento no passado**. Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da **nossa soberania**, nem descuidar dos meios para garanti-la. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrossequência central)

O locutor constrói uma relação de contraste entre os dois modos de condução da política diplomática no Brasil, uma predominante no passado, em tempos de ditadura, ativada pela construção “nosso relativo fechamento no passado”, e a política atual referida em “abertura da economia brasileira”. A esta é atribuído valor positivo, como resultado de um progresso que vem tomando conta do Brasil, progresso que é discursivizado através da convocação do objeto de discurso *comunicações* na construção “ritmo veloz das comunicações”. À política anterior, de isolamento, é atribuído um sentido negativo a partir da convocação do objeto *atitudes xenófobas* que está ao serviço dessa construção e contribui para que o locutor expresse seu posicionamento, segundo o qual a política de isolamento favorece comportamentos xenófobos.

O uso dessa construção contrastiva, para apresentar seu posicionamento a favor da política de abertura, funciona também para reforçar o propósito argumentativo-discursivo de construir o sentido positivo acerca do tópico *soberania*. Esse item lexical carrega um sentido de superioridade e independência na relação com a imagem que o locutor deseja construir do Brasil no âmbito internacional. A expressão *nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania*, em que a expressão “nada disso” funciona como anáfora encapsuladora, resume todo o conteúdo dito anteriormente, e reforça o posicionamento de L1/E1, segundo o qual a abertura econômica fortalece a política interna, contribuindo para o afastamento de atitudes xenófobas, e externamente fortalece a soberania brasileira na relação à outras nações.

4.3.2.2.2 Integração Regional

Em (109), o locutor traz como objetos discursivos os valores que orientam a política externa brasileira:

(109) Nossa **inserção soberana na política internacional** continuará sendo marcada pela **defesa da democracia**, pelo **princípio de não-intervenção** e **respeito à soberania das nações**, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo **multilateralismo**. (Dilma Rousseff, 2ª posse macrossequência central)

Os objetos discursivos escolhidos, inserção *soberana*, *política internacional*, *defesa da democracia*, *não intervenção*, *soberania* e *multilateralismo*, são referentes que representam discursivamente os valores que norteiam a *agenda diplomática do Brasil*, estão ao serviço da construção do sentido deste tópico. O locutor é assertivo no seu posicionamento de defender a abertura das relações do Brasil com o mundo, uma abertura pautada nos valores referidos, em articulação com o sentido de democracia, como princípio de base.

O debate bilateral e multilateral resultou da política de abertura que o Brasil desenvolve desde o início dos governos democráticos. Discursivamente, o objeto *multilateralismo* tem como referente a possibilidade de o Brasil participar ativamente dos *fóruns* internacionais, em amplo debate com as demais nações, sem abrir mão de sua autonomia.

Em (110), o tópico *política externa* é construído a partir de uma dimensão emocionada:

(110) Nossa política externa – motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação – foi marcada por uma **clara opção pelo multilateralismo**, necessário para lograr um mundo de **paz e de solidariedade**. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

Os objetos discursivos *multilateralismo*, *paz e solidariedade* estão ao serviço da construção do tópico e do propósito argumentativo do locutor de exaltar a decisão do governo, designada aqui como *clara opção*, de apoiar o diálogo do Brasil com o resto do mundo. A dimensão emocionada que se estabelece no discurso em “nossa política externa - motivo de orgulho” reforça o PDV de L/E que se alinha à política diplomática brasileira de multilateralismo.

Nesse contexto de construção do tópico *política externa*, o objeto discursivo *mercosul* é convocado, e tratado como tópico:

(111) [...]É o que estamos fazendo **no Mercosul – dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia**[...] (Fernando Henrique Cardoso, 2ª posse, macrossequência central)

A predicação “dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia” acerca do tópico *Mercosul*, marca discursivamente um PDV de L/E que se alinha com ideia de que o Mercosul é uma dimensão prioritária para a política externa brasileira. Após a implementação de uma política de *abertura do Brasil* ao mundo são retomados e reforçados acordos com os blocos econômicos, e nesse contexto diplomático, o *Mercosul* é um objeto discursivo fundamental nos discursos de posse presidencial, e construído a partir de uma rede de sentidos sempre muito positiva.

No exemplo (112), o tópico *integração* é construído de forma muito positiva. A presença do locutor no discurso, permitida pelo uso do verbo cognitivo *penso*, pelas predicações e referências construídas, nomeadamente em “passo obrigatório para a modernização...” e “condição para que a América Latina ...”, assim como a construção dóxica, “a integração latino-americana vai deixando de ser um sonho...”, marca discursivamente seu posicionamento face ao tópico *integração latino americana*, uma referência ao estado de cooperação entre o Brasil e os blocos econômicos, nomeadamente o *mercosul*, um objeto implícito:

(112) Penso que a **integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias** e, portanto, **condição** para que a **américa latina** possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial. A **integração latino-americana vai deixando de ser um sonho** para se tornar realidade tão concreta quanto fecunda. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

A ligação que constrói discursivamente entre o tópico *integração latino-americana* e o objeto de discurso *sonho*, que participa de sua construção, salienta a importância que essa integração tem para o locutor. Uma importância que vai além de um desejo pessoal, e vemos isso pela introdução no discurso de outras vozes, cuja origem do PDV não é indicada, mas com as quais o PDV de L/E entra em acordo para expressar o desejo de ver o Brasil integrado aos grandes blocos econômicos. A relação *integração e sonho* é também metafórica, e parte de uma orientação argumentativa para reforçar no interlocutor a percepção da importância que o processo de integração aos grandes blocos econômicos tem para o Brasil, trata-se aqui de uma clara visada argumentativa (Amossy, 2019) como empreendimento para conquistar a adesão do auditório.

A dimensão *econômica* é efetivamente um objeto fundamental nos discursos de tomada de posse presidenciais. No excerto acima, o locutor não deixa de introduzi-lo na construção do tópico *integração*, a rede de sentidos estabelecida permite a construção do sentido de obrigatoriedade, como forma de modernizar a economia do país. Nesses discursos a *economia* é um tópico frequente e fundamental para agenda do Presidente, não é uma dimensão, entretanto exclusiva para a construção do tópico *política externa*, assim como não é a única, há ainda as dimensões política e a social.

No excerto abaixo o *mercosul* é um tópico central:

(113) O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao **Mercosul** e à Comunidade Sul-americana de Nações. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

A construção do sentido do termo “ associar ” é um indicativo do PDV de L/E em favor da valorização do Mercosul como parceiro comercial brasileiro. Ainda que no enunciado predomine o uso de uma construção unipessoal, o locutor-presidente fala em nome do Brasil, exercendo seu papel de porta-voz do povo brasileiro.

A valorização do Mercosul é uma estratégia diplomática mantida no governo da Presidente Dilma Rousseff, uma continuidade consciente, que é explicitada discursivamente, como vemos no excerto abaixo:

(114) O Brasil **reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente.** (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

O locutor toma o referente de *Brasil* como objeto discursivo para em seu nome posicionar-se em favor da manutenção da estratégia diplomática em andamento, como vemos na construção “o Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de...”. As expressões nominais *veemência e firmeza* fazem sobressair o PDV de L/E em acordo com a decisão diplomática tomada pelo Brasil, no que refere à aliança diplomática com a América do Sul. O uso da expressão nominal *a decisão* funciona nesse contexto discursivo como anáfora encapsuladora, resumindo o conteúdo do enunciado, que é o próprio tópico em andamento, ou seja, a associação do Brasil com o Mercosul, esse um objeto implícito, acessível pelo referente *nosso continente*. Os objetos discursivos implícitos *mercosul* e também *integração econômica* são introduzidos na materialidade discursiva a partir da rede de sentidos expressa em todo enunciado, nomeadamente, sendo sua introdução do objeto discursivo, *nosso continente* na relação que o locutor estabelece com o outro objeto que é *desenvolvimento econômico*.

4.3.3.1 “Serei o Presidente de Todos”

O uso da expressão “Serei o Presidente de todos” tem como propósito a busca de unidade e pacificação. Essa expressão de que fazem uso os Presidentes portugueses e brasileiros foi dita pela primeira pelo Presidente António Ramalho Eanes, numa altura de confrontos de campanha eleitoral. Em razão de sua condição de militar, e de todo o contexto que o pós Revolução dos Cravos suscitava, o Presidente antecipava nos discursos de campanha que governaria para todos, um discurso de pacificação de uma sociedade que se encontrava dividida. Mário Soares foi o primeiro Presidente civil de toda a história republicana portuguesa (Aguiar, 2021) e foi também o primeiro a usar essa expressão em seu discurso de posse. O “ser Presidente de todos” tem um sentido que é fundamental, e está presente em diferentes momentos.

Na relação que constrói com o povo, o propósito do Presidente é assegurá-lo de que governará não apenas para o povo que o elegeu. Esse compromisso que os Presidentes assumem revela o modo como entende a função presidencial no enquadramento de um sistema democrático. É objetivo dos Presidentes estimular os consensos na sociedade, a evocação dessa expressão, desde o discurso de vitória, permite-lhe dar o primeiro passo para a concretização desse consenso. Assim, o Presidente

deixa claro que o período de campanha eleitoral e todas as divisões, que porventura existiam, estão encerradas, o Presidente não faz distinções, governa para todos.

Vejamos esse uso no excerto abaixo:

(115) Disse-o aos Portugueses durante a campanha eleitoral e **reafirmo-o hoje**, com solenidade: **serei o Presidente de todos os portugueses**, e não apenas daqueles que em mim votaram. (Mário Soares, 1ª posse, macrossequência central)

O uso da expressão “Serei o Presidente de todos” tem como propósito a busca de unidade e pacificação. Essa expressão de que fazem uso os Presidentes portugueses e brasileiros em seus discursos de posse foi dita pela primeira vez pelo Presidente António Ramalho Eanes, numa altura de confrontos de campanha eleitoral. Em razão de sua condição de militar e de todo o contexto que o Pós-Revolução dos Cravos suscitava, o Presidente antecipava nos discursos de campanha que governaria para todos, um discurso de pacificação de uma sociedade que se encontrava dividida. Mário Soares, que foi o primeiro Presidente civil da Segunda República, inaugurou o uso dessa expressão em discursos de tomada de posse, quando assumiu o cargo, em 1986.

O “ser Presidente de todos” tem um sentido que é fundamental e está presente em diferentes momentos nos discursos:

(116) Os partidos são instituições essenciais à democracia — tão essenciais que sem eles não há democracia — e, por isso, é dever de todos os democratas prestigiá-los. **Tendo renunciado a todos os cargos, direitos e deveres partidários**, uma vez eleito Presidente da República — por os julgar incompatíveis com a função presidencial — estou em condições de assegurar a todos os partidos, com **imparcialidade**, e designadamente aos que têm representação parlamentar, uma **cooperação isenta** e que tenha em conta tão-só o interesse nacional. (Mário Soares, 1ª posse, macrossequência central).

O locutor vincula a *despartidarização* à função presidencial, à democracia e seus valores. É um tópico construído na relação com a dimensão ética da função presidencial e representa uma ação fundamental, dirigida, nomeadamente, à classe política - representada discursivamente pelo objeto *partido político* -, à qual o Presidente se dirige em solidariedade e toma como escopo de uma predicação que evidencia sua importância para o regime democrático: “os partidos são instituições essenciais à democracia”. O uso de atos expressivos em “conheço e compreendo os problemas dos partidos, quer estejam no Governo, quer na oposição” aproxima o locutor-presidente da problemática enfrentada pelos deputados portugueses, construindo assim uma imagem de empatia e solidariedade.

O uso de atos expressivos e a atitude de desfiliar-se do partido de origem contribuem para gerar tranquilidade e confiabilidade aos destinatários principais dessa mensagem.

No Brasil não há o recurso da *despartidarização*, mas o compromisso de governar para todos é discursivizado, ancorando-se na necessidade de construir uma coesão nacional. Há uma orientação argumentativa no sentido de congregar a sociedade em sua globalidade, assim o “governar para todos” demonstra a atenção do Presidente com os que não votaram nele, como forma de valorizar o pluralismo e respeitar as divergências, como fatores inerentes ao regime democrático. Está em jogo a construção do *ethos* de respeito à ordem democrática, uma imagem fundamental que acrescenta credibilidade ao PR eleito.

Do mesmo modo, nos discursos brasileiros, o posicionamento do locutor é no sentido de unificar a sociedade, de eliminar divisões originadas no processo de campanha eleitoral, mas há um enquadramento particular que parte de perspectivas diferentes:

(117) Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com **privilégios** de poucos para fazer justiça à **imensa maioria** dos brasileiros, que ninguém duvide: **eu estarei ao lado da maioria.** (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrossequência central)

(118) Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos **mais pobres é o que nos guia** nesta caminhada. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

(119) Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

O dêitico pessoal (eu) marca linguisticamente a presença do locutor na materialidade discursiva em construções assertivas para expressar a decisão de governar para todos. A particularidade que os discursos brasileiros apresentam, e que não verificamos no *corpus* português investigado, diz respeito ao destaque explícito de um determinado grupo, para além do compromisso que assumem com todos.

Em (117), a superlativação em “*imensa maioria*” contribui para a construção da imagem do grupo que o locutor pretende destacar e também para a construção do *ethos* de credibilidade do locutor-presidente, uma dimensão que está presente na construção dos tópicos fundamentais.

Em (118), a referência ao grupo é explícita, o locutor escolhe designá-lo como “*os mais pobres*”, uma designação que particulariza o sentido do objeto discursivo. Note-se que, nesses dois casos, o conector argumentativo “mas” hierarquiza duas conclusões, que nesse caso não são opostas, tendo em vista que o adjetivo *todos* dá ideia de completude, mostrando que o locutor identifica-se com

esse PDV. Em (119), o PDV do locutor focaliza os objetos introduzidos de modo diferente, *as mulheres, os mais frágeis e todos*. O uso do determinante particulariza cada grupo a que discursivamente dá visibilidade, e a escolha por uma construção aditiva integra esses grupos no âmbito de sentido que o pronome indefinido *todos* proporciona, isto é, todas as pessoas para as quais vai governar.

Em síntese, o enunciado “serei o Presidente de todos” coloca em evidência o compromisso do Presidente com a democracia, sua preocupação com a coesão nacional e sua proposta unificadora. No enquadramento dos dois sistemas de governo, o ato compromissivo “serei Presidente de todos” adquire diferentes nuances. No semipresidencialismo português recorre-se à despartidarização, o que favorece o exercício da magistratura de influência do Presidente da República. A Instituição funciona como árbitro dos destinos da nação, através da orientação superior do Presidente, como uma voz de referência. A desfiliação tem como mensagem clara que o Presidente não vai defender interesses particulares; é uma atitude oficializada, que tem como propósito assegurar isenção e apoio independente do Presidente aos partidos em geral. É efetivamente simbólica, até porque a sociedade não deixa de reconhecer o quadro ideológico originário do Presidente, e compreende a mensagem como demonstração de sua preocupação com a imagem de isenção institucional. Após a evocação pelo Presidente Mário Soares em seu discurso de posse, o uso da expressão “serei Presidente de todos” foi continuado por todos os Presidentes seguintes.

Essa desfiliação mesmo que simbólica não ocorre no Brasil. O “serei Presidente de todos” é dito pelo chefe do executivo, de onde partem ações efetivas em direção ao cumprimento do que foi prometido em campanha. Implica, portanto, na responsabilidade do PR em termos de ações governativas a implementar. O cumprimento dos princípios éticos de isenção e respeito na relação com as instituições democráticas, o que também contribui para a construção do *ethos* de credibilidade, é o que se espera de um PR eleito pelo voto popular.

4.3.3.2 O Poder do Presidente da República: Entre a Magistratura de Influência e o Poder Executivo.

A função do Presidente da República decorre da Constituição, que em seu **artigo 120^o**, define que:

O Presidente da República representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas.

O Presidente da República Portuguesa é o Chefe de Estado. Nos termos da Constituição representa a República, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas, e é o Comandante Supremo das Forças Armadas, sobressaindo uma cooperação estratégica com os outros órgãos de soberania:

O Presidente da República surge, assim, como um símbolo do Estado, mas que não se limita a ser um mero elemento «decorativo»; antes possui um poder de soberania efetivo, ao nível das relações com outros órgãos - exercendo poderes de controlo - representação internacional e interna, poderes de direção política, entre outras realidades de que é titular. (In Joaquim Ramos, Português Institucional e Comunitário, Universidade Carlos IV, Praga, 2010 (Adaptado)⁹⁹

No Brasil, o Presidente acumula duas funções, conforme regulamenta a Constituição da República:

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

O estatuto de Presidente da República decorre da ordem constitucional e do sistema de governo. Como República Presidencialista, no Brasil, o Presidente é o chefe do Executivo e também de Estado, isto é, tem poder executivo. O mesmo não ocorre em Portugal. Em razão do sistema semipresidencial, o Presidente da República portuguesa exerce o que o ex-Presidente Mário Soares, em 1991, designou como uma *magistratura de influência*, para dizer que o PR português não tem poder executivo, cabendo-lhe, em vez disso oferecer interpretação e orientação superiores aos demais órgãos de soberania.

Naquilo que é discursivamente construído pelo locutor como tópico fundamental que é a *função do Presidente da República*, vemos uma clara relação com os poderes do Presidente determinado pela Constituição, em função do sistema de governo de cada país. As singularidades de ambos os países são evidenciadas no modo como o locutor se posiciona frente aos objetos discursivos.

⁹⁹https://www.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/portugues_institucional_e_comunitario/0%20Presidente%20da%20Republica.pdf

Abaixo, selecionamos para análise, primeiramente, excertos dos discursos brasileiros; na sequência dessa análise, apresentaremos os discursos portugueses, com o objetivo de, por contraste, tornar mais clara a distinção quanto à construção desse tópico em ambos os *corpora* de investigação:

(120) Vou usar, sim, a força do Governo Federal para acompanhar a qualidade do **serviço prestado e o respeito ao usuário**. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

(121) Vou implantar o Mais Especialidades. [...]. O povo brasileiro quer mudanças [...]. **É isso que também eu quero**. É isso **que vou fazer**. (Dilma Rousseff, 2ª posse, macrossequência central)

(122) Hoje nós sabemos o que o Governo tem que fazer para sustentar o **crescimento da economia**. **E vamos fazer**. Aliás, **já estamos fazendo**. (Fernando Henrique, 1ª posse, macrossequência central)

(123) Farei realizar um rigoroso levantamento e racionalização do **setor público** [...]. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

(124) Vamos destravar o Brasil para **crescer e incluir** de forma mais acelerada. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

Todos os excertos demonstram a presença do locutor no discurso pelo uso da primeira pessoa *eu*, e do pronome pessoal inclusivo *nós*, além dos verbos presentes, evidenciando com isso atos de fala de valor compromissivo. Tais marcas são reveladoras do posicionamento do locutor diante do objeto de discurso convocado; por isso, as construções com auxiliar+verbo, “vou usar, vou implantar, vou fazer, vamos fazer, estamos fazendo, farei realizar, e vamos destravar”, representam o grau de responsabilidade dos locutores no que respeita à execução das ações previstas.

Em (120) e (121), em relação aos objetos respectivamente convocados *qualidade do serviço prestado ao usuário* e *mais especialidades*⁶⁰ o que vemos é uma assertividade forte do locutor, expressa pelos atos compromissivos “vou usar, sim a força do governo” (120) e “vou implantar” (121), como marcas discursivas da assunção explícita da responsabilidade do locutor, trata-se da construção da imagem do *eu presidente* no cumprimento das ações de sua agenda.

Podemos referir o mesmo acerca do excerto (123), onde o locutor se responsabiliza expressamente em executar ações no sentido de otimizar o “funcionamento do setor público”, esse é o objeto de discurso convocado frente ao qual o locutor posiciona-se assertivamente referindo “farei realizar”.

⁶⁰ Trata-se de uma etapa dentro de um dos programas do então governo de Dilma Rousseff chamado “mais médicos”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/08/mais-especialidades-e-a-proxima-etapa-diz-ministro-da-saude>

As construções em (122), “vamos fazer. Já estamos fazendo” e em (124) “vamos destravar o Brasil” são, do mesmo modo, exemplos de atos de fala compromissivos marcados pelo uso da pessoa inclusiva “nós”. O que acontece nesses casos é uma certa responsabilidade coletiva, que o locutor convoca para o discurso com o uso dessa pessoa inclusiva, fazendo emergir outras vozes, possivelmente a do grupo que compõe o governo.

Vejamos agora alguns excertos relativos aos discursos portugueses:

(125) É preciso que a **escola**, mais do que ensinar, ensine a aprender. Mais ainda, **é decisivo** aprender a empreender [...]. O empreendedorismo chegou tarde às nossas escolas e agora **é preciso acelerar o passo**. (Anibal Cavaco Silva, 1ª posse, macrossequência central)

(126) Tudo farei para ajudar e estimular as artes, as letras e as ciências [...]. Como Presidente da República **tudo farei para estimular os consensos na sociedade portuguesa**. (Mário Soares, 1ª posse, macromacrossequência central)

As construções “é preciso” e “é decisivo” (125) revelam um tipo de modalidade deontica de obrigatoriedade, a partir de uma estrutura unipessoal, marcada pela ausência do locutor, pelo apagamento da fonte enunciativa. Em (126), o indefinido, em “*tudo* farei para ajudar, estimular...”, imprime um sentido englobante ao enunciado em que o locutor se instaura discursivamente em primeira pessoa, para demonstrar o seu posicionamento na construção dos objetos discursivos *as artes, as letras e as ciências*, e, também, *consensos*. Entretanto, o valor semântico das expressões pronominais “tudo farei para ajudar/estimular” diverge de construções do tipo “vou fazer” ou “farei realizar”, embora todas funcionem para marcar discursivamente o poder do Presidente. Mesmo levando em conta as estruturas declarativas como em “tudo farei para ajudar/estimular”, vemos que o posicionamento assertivo do locutor frente aos objetos “estímulo às artes” e “consensos” é no sentido de colaboração e não de execução, o que é condizente com os poderes do Presidente determinados constitucionalmente.

Comparando as declarações acima, percebemos que o tipo de engajamento que sobressai em (120) e (121) pela assertividade do locutor “(eu) vou fazer” coloca em relevo um posicionamento agentivo na relação com o objeto discursivo.

Selecionamos abaixo dois excertos que têm em comum a construção do mesmo tópico, “a reforma do estado”. Vejamos o posicionamento de ambos os locutores na relação com esse objeto:

(127) O quarto desafio que importa referir diz precisamente respeito à **reforma do estado**. [...] Este é um tema fundamental de cidadania. **Penso que não deve ser aprisionado na luta político-partidária. É um imperativo da democracia**, pois **a democracia exige** um estado democrático

forte, justo, eficaz, imparcial e prestigiado [...]. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macromacrossequência central)

(128) Tudo isso, senhores congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de **reforma do estado**. Para obter seu saneamento financeiro, **empreenderei sua tríplice reforma**: fiscal, patrimonial e administrativa. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

Em (127), o locutor introduz o tópico *reforma do estado*, e posiciona-se com um ato de fala avaliativo, “penso que”. O uso dessa modalização de pensamento atenuante dá lugar à uma modalidade epistêmica a partir do uso da estrutura unipessoal, “*é um imperativo da democracia*”, como estratégia linguístico-discursiva que agrega valor de verdade, reforçado pela convocação do objeto discursivo *democracia*, a quem o locutor atribui uma voz de autoridade em “a democracia exige”. Esse modo de construção funciona para chancelar a verdade da proposição, com a qual o PDV de L/E entra em acordo.

Em (128), destaca-se o posicionamento de compromisso que reforça o empenhamento do locutor ao afirmar “empreenderei sua tríplice reforma”, que assume explicitamente.

É pelos objetos de discurso construídos que o objeto *função presidencial* também se constrói. De um lado a magistratura de influência, de outro o poder executivo, ambos discursivamente marcados por atos de fala de valores ilocutórios distintos, pelo grau de assertividade do locutor no seu posicionamento em relação aos objetos discursivos.

Em (127), o uso de modalizações como “penso que não deve ser aprisionado” coaduna-se com a função de orientação superior do Presidente português prevista no sistema semipresencial, porque efetivamente é sua função orientar e cooperar junto aos demais órgãos de soberania, é sua função exercer a *magistratura de influência*, como vemos no excerto abaixo como tópico:

(129) Não deixarei de exercer a **magistratura de influência** a que habituei os portugueses. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

Por outro lado, os atos de fala declarativos assertivos, “vou fazer”, “empreenderei” apresentam um locutor que tem o poder de realizar aquilo que promete, um poder executivo previsto na Constituição da República. Esse uso acional da linguagem não tem registro nos discursos portugueses; não faria sentido, tendo em vista as restrições ao poder do PR conferidas pelo sistema político semipresidencial, como veremos abaixo, na análise de alguns excertos.

4.4 O Posicionamento do Presidente Face aos Tópicos Convocados

O Presidente Jorge Sampaio, em seu discurso de 1995, refere que o reforço da coesão nacional é função do Presidente da República:

(130) É necessário exercer uma magistratura que defenda, garanta e reforce a coesão nacional. **Sinto** que se desenvolveram em Portugal **fatores** que afetam **hoje** essa coesão. **Há sinais** inequívocos de aumento das desigualdades sociais. **Acumularam-se e atingiram** níveis preocupantes, as profundas assimetrias regionais do desenvolvimento nacional, bem como os fenómenos de exclusão e de marginalização de minorias. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

O objeto *magistratura* ativa o tópico *função do Presidente*, um termo que, como já vimos, faz referência ao tipo de intervenção do Presidente da República Portuguesa na condução da política geral do país. A construção unipessoal reforça o sentido da função do PR, que é de orientação superior ao governo.

O propósito argumentativo do locutor é referir que os fatores negativos que afetam a sociedade têm como causa a perda da *coesão nacional*, por isso convoca novos objetos de discurso como *desigualdade social, assimetrias regionais, exclusão, marginalização e minorias*. O quadro negativo construído pelo locutor tem valor persuasivo, busca conquistar a adesão do interlocutor, nomeadamente o Governo, que tem poder de execução, para a necessidade de reforçar a coesão nacional na sociedade. O verbo de atitude proposicional *sinto* marca esse posicionamento do locutor face ao dito, que fica expresso também na construção “é necessário exercer uma magistratura que defenda, garanta e reforce a coesão nacional”, na defesa portanto, de ações que atentem para o bem-estar da sociedade.

Do excerto abaixo, sobressai a construção do tópico *escolha do povo brasileiro*:

(131) Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade **do Plano Real** e pelas **reformas estruturais** necessárias para afastar de uma vez por todas **o fantasma da inflação. A isso eu me dedicarei** com toda a energia, como Presidente, contando com o **apoio do Congresso**, dos **estados e de todas as forças vivas da Nação**. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrossequência central)

Para sua construção discursiva são introduzidos os objetos, *plano real, reformas estruturais* e o *fantasma da inflação*, construídos numa relação de causalidade estabelecida com o tópico. A rede de sentidos construída permite recuperar a informação de que a eleição do Presidente, escolhido pela “maioria absoluta dos brasileiros”, é a demonstração de que o povo ratifica as reformas estruturais que

estavam em desenvolvimento. O objeto *plano real* funciona nesse contexto para apresentar discursivamente essas reformas, tendo, por isso, um significado positivo, de promoção da estabilidade da economia, modelo estratégico do governo para “afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação”.

A introdução do objeto *inflação*, a partir de uma referência metafórica de sentido negativo, marca, no discurso, o posicionamento de desacordo do locutor face ao objeto, *inflação*, posicionamento que é reforçado pela construção, “a isso me dedicarei com toda a energia, como Presidente”. O uso do dêitico de primeira pessoa confirma uma responsabilidade expressamente assumida pelo locutor sobre o dito, onde o pronome demonstrativo *isso* funciona como anafórico, por recuperar, a expressão (co)textual *afastar o fantasma da inflação*.

Em (132), o locutor constrói o tópico *função presidencial* a partir da necessidade de reforço dos valores da identidade esse tópico é também a fonte enunciativa, com o qual o locutor se identifica:

(132) Os **Portugueses** conhecem a minha concepção sobre a **função presidencial**. Construí-a tendo presente *uma preocupação* a que **darei** a maior atenção. Num mundo e num tempo cada vez mais submetidos à **massificação**, a **violentas tensões desagregadoras** e à **perda da memória colectiva**, **é necessário o reforço dos valores da identidade**. (Jorge Sampaio, 1ª posse, Macrossequência central)

O uso de uma elocução impessoal, *é necessário*, assim como os objetos discursivos introduzidos, *massificação*, *violentas tensões desagregadoras*, *perda da memória colectiva* e *valores de identidade*, estão ao serviço da construção dos tópicos, e contribuem para reforçar o PDV de L/E sobre a importância de se investir em *cultura geral*, *língua*, e *artes*. Todos esses sentidos agregados ao objeto *identidade nacional* são construídos no sentido de mitigar os efeitos negativos da sociedade moderna. O estatuto do locutor no exercício de sua magistratura de influência, e a modalidade epistêmica, intensificam o valor de verdade do enunciado.

No excerto abaixo, os objetos de discurso sublinhados, dentre eles, *saúde*, *segurança pública*, *população mais pobre*, e *qualidade de vida*, estão ao serviço da construção do *ethos* de credibilidade e competência do locutor:

(133) Outras **áreas vitais** para a população – e objeto de **permanente demanda** – são as da **saúde e da segurança pública**. Como fizemos no **nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores** para que a população brasileira, **em especial a mais pobre**, tenha uma melhor **qualidade de vida**. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

A enunciação “áreas vitais para a população” coloca em evidência a fonte enunciativa, origem do PDV, reconhecendo a importância da saúde e da educação no cotidiano da sociedade, por isso a escolha da designação *áreas vitais*. A colocação em cena de referentes que ativam discursivamente o objeto *primeiro mandato*, como vemos em “como fizemos em nosso primeiro mandato”, é uma forma de reafirmação dos compromissos pelo locutor, mas é sobretudo uma estratégia discursiva eficaz para dar visibilidade às ações exitosas do primeiro mandato e, assim, reforçar o *ethos* de credibilidade e capacidade do locutor no exercício da presidência da república. A evocação de sua gestão passada funciona como uma voz de autoridade, com a qual o locutor se identifica e se compromete a dar continuidade, como vemos pelo ato de fala compromissivo “vamos continuar modernizando”.

Retomamos o excerto abaixo já apresentado anteriormente para desta vez analisar o posicionamento do locutor face à construção do tópico *princípios fundamentais da acção política*:

(134) Um dos **princípios fundamentais da acção política** é o **respeito** pela **dignidade da pessoa humana**, de que resulta como corolário que o **desenvolvimento é económico para poder ser social**. Daí que a busca da **coesão social**, do **desenvolvimento justo** que a todos aproveite, não possa deixar de constituir uma **prioridade para todos os responsáveis políticos**. (Anibal Cavaco Silva, 1ª posse, macrossequência central)

O objeto discursivo *dignidade da pessoa humana* está a serviço da construção do tópico central. O locutor apresenta o PDV, fonte enunciativa de um conhecimento partilhado, indiscutível e aceite pela comunidade de que o “desenvolvimento é económico para poder ser social”, com o qual o PDV de L/E se identifica.

Coesão social e desenvolvimento justo são convocados como objetos discursivos também ao serviço dessa construção, o locutor os apresenta como dimensões que precisam ser valorizadas, em respeito à *dignidade da pessoa humana*, outro objeto com o qual os demais se articulam para a construção do tópico central. Esses objetos são introduzidos a partir de uma proposição de valor conclusivo “daí que a busca da coesão social...”, o que reforça a relação de dependência entre o tópico e esses objetos tomados como valores de base na relação com o tópico *princípios fundamentais*. O locutor deseja dar visibilidade ao sentido de prioridade que é instaurado de modo explícito e assertivo como vemos na construção “a busca da coesão nacional e do desenvolvimento justo não possa deixar de constituir uma prioridade para todos os responsáveis políticos”. O ato de fala e a modalidade epistêmica faz sobressair o *ethos* de autoridade do PR.

Do âmbito de uma modalidade epistêmica própria do estatuto do locutor como PR, o PDV de L/E é apresentado no enunciado como valor de verdade, em consonância com a outra voz introduzida

no discurso, a *função presidencial*, que vem com o tópico central para reforçar o PDV de L/E na conclusão de que é preciso primeiro equilibrar a economia, e que se o respeito à dignidade *da pessoa humana é um princípio fundamental* unanimemente aceite, logo *coesão social* deve ser tomada como prioridade.

4.5 Tópicos Particulares.

Nas seções anteriores nos concentramos na análise dos tópicos mais frequentes e fundamentais da agenda dos Presidentes, que remetem a obrigações impostas pelo cargo de Presidente da República. São por isso considerados tópicos permanentes, tendo sido esse o principal critério para sua identificação, seleção e análise.

Acontece que a agenda do PR também contempla tópicos mais específicos, escolhidos em função de dimensões pessoais, contextuais e experienciais de cada Presidente. Podemos considerá-los permanentes não em relação ao *corpus* como um todo, mas a cada locutor e discurso em particular, à medida que permitem expressar um interesse individual que é também parte de um projeto argumentativo-discursivo do PR. Nessa seção daremos visibilidade a esses tópicos, embora de forma breve.

Esses tópicos coexistem com uma diversidade de outros tópicos e subtópicos da agenda do PR. Considerando-se obviamente todas as dimensões já citadas, esses tópicos particulares podem, de alguma forma, ser levados em consideração pelo locutor, no modo como constrói os tópicos fundamentais.

Esclarecemos que os excertos que selecionamos abaixo não serão tomados como objetos de uma análise da materialidade discursiva como foi feito até aqui, o objetivo é apenas demonstrar os tópicos especialmente valorizados por cada locutor-presidente, através dos quais expressa discursivamente preocupações e interesses individuais:

António Ramalho Eanes: No discurso desse Presidente predomina a construção da imagem do *eu presidente*. Os tópicos escolhidos (re)apresentam a Revolução dos Cravos, contam a história desse evento social contemporâneo do discurso. Os tópicos que constrói coincidem em grande parte com os tópicos permanentes por privilegiar *o regime democrático, o socialismo, a função de presidente, a Constituição, as forças armadas, o 25 de abril, o sufrágio* etc.,. Esse foco nos tópicos permanentes, entretanto, também fala sobre esse locutor que dá saliência em seu discurso à dimensão pessoal. Desse fato sobressai um *ethos* de lealdade às forças armadas, ao regime democrático e à Constituição,

sobressaindo uma dimensão da ética, do respeito pelas regras do jogo democrático, no cumprimento de sua função presidencial. A expressão da subjetividade quando aparece, é logo dirigida a outras dimensões, como vemos abaixo ao construir o tópico reeleição:

(135) Não interpreto a reeleição como uma vitória pessoal. Em democracia, não pode haver vitórias pessoais [...] a vitória é o êxito de um sistema de ideias e de concepções que são comuns a muitos responsáveis políticos, que são democraticamente afirmadas e praticadas por organizações e instituições, que correspondem aos anseios e sentimentos da maioria dos portugueses. (António Ramalho Eanes, 2ª posse, macrossequência central)

Mário Soares: Os discursos do ex-Presidente combinam uma dimensão pessoal, na construção de um *eu pessoal* com a construção de uma imagem do *eu institucional*. São duas dimensões em relação e em que o objeto de discurso *povo português* é fundamental, como um destinatário a quem o locutor se dirige em exortação. Há um *ethos* pré-discursivo de um político capaz de unir os portugueses, de dialogar com todas as instâncias, experiente, atento às necessidades do povo, um democrata, que respeita a pluralidade e a diversidade de opiniões, *ethos* que o locutor confirma discursivamente na relação que estabelece com os objetos de discurso. A dimensão da *solidariedade, dos consensos sociais, da justiça social* são também objetos de discurso salientes na materialidade discursiva:

(136) Vivi por dentro todas as crises políticas do regime e penso conhecer-lhes as razões e os mecanismos subtis. Sei o que custam ao País. Os Portugueses têm a garantia de que tudo farei para as evitar, poupando perdas de tempo irreparáveis e recursos que nos fazem falta e serão melhor aplicados numa estratégia nacional de desenvolvimento. Disse-o aos Portugueses durante a campanha eleitoral e reafirmo-o hoje, com solenidade: serei o Presidente de todos os portugueses, e não apenas daqueles que em mim votaram. (Mário Soares, 1ª posse, macrossequência central)

Jorge Sampaio: Os discursos do ex-Presidente demonstram a preocupação com o bem-estar da sociedade, esse é um tópico muitas vezes não explicitado, mas acessível pelos outros objetos presentes e no modo como se posiciona contrário a um processo de modernização que agrave os problemas sociais. O tópico *coesão social*, a rede lexical que escolhe e o processo de referenciação envolvido na designação dos objetos de discurso que convoca fazem sobressair um locutor preocupado com os problemas reais da sociedade, das famílias, em particular, e com a perda da solidariedade entre as gerações. As dimensões pessoal e emocional são bastante marcantes, há emoções ditas, e também construídas em atos de agradecimento, na referência à família portuguesa e aos portugueses em geral:

(137) No quadro das minhas competências, apoiarei todos os esforços que contribuam para encontrar formas que permitam aos pais investirem cada vez mais na educação dos seus filhos e para que se concilie a vida profissional dos pais e mães com a vida familiar, pois tenho bem presente a crescente importância da afectividade na construção da vida de cada um de nós [...]. Quero, hoje, aqui, reafirmar, perante vós, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal, que quero servir, com todas as minhas capacidades, honrando o mandato que recebi dos Portugueses. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

Aníbal Cavaco Silva: Da construção dos discursos do ex-Presidente, os *jovens e a economia* são tópicos que sobressaem, são muitas vezes construídos em relação. Esses referentes introduzidos como objetos discursivos estão ao serviço de uma orientação argumentativa que tem como propósito conquistar consensos na busca da estabilidade econômica do país. O objeto de discurso *o(s) jovem(ns)* é introduzido dezesseis vezes no discurso de segunda posse do Presidente, sua construção remete a uma preocupação particular do locutor com as gerações futuras, com a migração dos jovens para outros países por não encontrarem estabilidade econômica em Portugal, e pelo desinteresse pelas questões políticas. Esse afastamento é discursivizado como um desafio, que motiva o apelo explícito do PR aos jovens para que tenham esperança no país:

(138) O afastamento dos jovens em relação à atividade política não significa desinteresse pelos destinos do País; o que acontece, isso sim, é que muitos jovens não se revêem na atual forma de fazer política nem confiam que, a manter-se o atual estado de coisas, Portugal seja um espaço capaz de realizar as suas legítimas ambições. (Aníbal Cavaco Silva, 2ª posse, macrossequência central)

Marcelo Rebelo de Sousa: A construção de uma dimensão pessoal e emocionada, a exortação da Constituição e de seus valores, a vocação universal traduzida na construção da imagem do povo português, da valorização da língua e da cultura são tópicos a que o Presidente Marcelo Rebelo oferece uma atenção especial. O Presidente foi durante muito tempo professor de direito constitucional, fato que apresenta explicitamente em seu discurso de primeira posse, fazendo sobressair sua ligação e atenção com o fortalecimento dos valores democráticos que estão para além do cargo de PR. Mas há também que se mencionar uma outra vertente que emerge do discurso do Presidente, que é sua preocupação com problemas sociais, sobretudo os relacionados a comportamentos xenófobos e intolerantes que, de acordo com seu ponto de vista, avançam na sociedade portuguesa. Esse problema é apresentado a partir da convocação de objetos discursivos explícitos:

(139) Vocação universal, no abraço que nos liga aos povos irmãos, que partilham a nossa língua, numa comunidade aberta e inclusiva. Vocação universal, em que a História se junta à Geografia, e em que o sermos europeus no ponto de partida e na firme vontade de participarmos na comunidade europeia se enriquece com o sermos transatlânticos e, mais do que isso, podermos aproximar gentes e

falas e economias e sociedades as mais distintas, sem xenofobias, intolerâncias, complexos de falsa superioridade ou de incompreensível inferioridade. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, macrossequência central)

Fernando Collor de Mello - Os tópicos mais salientes estão ao serviço da construção da imagem do *eu presidente*. O locutor convoca para o seu discurso objetos como *inflação, corrupção, e economia* etc, a serviço da construção do *ethos* de presidente preocupado com a ética, com a honestidade no serviço público. Os posicionamentos do locutor são muito assertivos em relação aos tópicos, onde o uso de metáforas como estratégia linguístico-discursiva é especialmente valorizado nesse discurso, além do processo de referenciação presente na construção dos referentes. O discurso do Presidente privilegia o uso de metáforas e a construção da dimensão pessoal a partir da narrativa de sua história pessoal como filho e neto de políticos, factos que introduz em seu discurso, em construções eufóricas, e onde o léxico escolhido reforça o sentido de orgulho que o locutor deseja transmitir:

(140) Senhores Congressistas, filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. (Fernando Collor de Mello, 1ª posse, macrossequência central)

Fernando Henrique Cardoso: Os discursos desse Presidente brasileiro trazem como particularidades um *ethos* prévio de confiança e credibilidade ancorado sobretudo na sua participação para a implementação do “plano real”, quando exerceu o cargo de Ministro da Fazenda do então Presidente Itamar Franco. Preocupado com as questões econômicas, o Presidente também salienta em seu discurso as implicações do desequilíbrio econômico para o avanço das desigualdades sociais. A construção do *eu pessoal* parte da narrativa de sua juventude marcada pelo estado ditatorial no Brasil, a discursivização do que os “anos sombrios”, como refere, provocaram no país, contribui para o propósito discursivo de valorização do regime democrático.

(141) Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. [...]. Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça – justiça, liberdade e desenvolvimento – andariam juntos nesta terra. Eu nunca duvidei de que esse dia chegaria. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrossequência central)

Luiz Inácio Lula da Silva – Os discursos analisados do atual Presidente do Brasil trazem como objetos privilegiados a construção de uma dimensão pessoal a partir da narrativa do *eu pessoal* como

proveniente das classes populares. A dimensão experiencial do locutor determina a construção de tópicos que valorizam o trabalhador brasileiro, nomeadamente os nordestinos. A dimensão experiencial, que é muito marcante na materialidade discursiva, também é ponto de partida para as preocupações do locutor com os mais pobres e com a fome, que é um fator persistente no país. Essa dimensão é responsável por determinar as escolhas dos tópicos fundamentais pelo locutor e constitui também o ethos prévio que o locutor confirma discursivamente. *O povo brasileiro, a fome, Brasil* são alguns dos objetos de discurso convocados para construção da imagem de “homem do povo” que o locutor constrói discursivamente.

(142) Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

Dilma Rousseff: Os discursos de Dilma Rousseff fazem sobressair a valorização da figura feminina na construção da imagem do *eu presidente*. É a dimensão do *eu pessoa* na articulação com a construção da imagem de um presidente que não abandona traços do feminino ao assumir o mais alto posto do país, em vez disso, faz uso de dimensões que são intrínsecas ao gênero feminino para gerir os destinos do país. O lugar da dimensão experiencial é muito marcante nos discursos de Dilma Rousseff, é determinante na construção de tópicos discursivos, nomeadamente, a construção do tópico da democracia e também da ditadura como objetos introduzidos ao nível do explícito e também do implícito, e em que o propósito discursivo do locutor é, por contraste, se dirigir em atos exortativos ao regime democrático:

(143) É com essa coragem que vou governar o Brasil. Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa. É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

Como antecipado no início desta seção, apresentamos apenas alguns aspectos mais salientes da dimensão experiencial do locutor-presidente. Os tópicos particulares que o locutor escolhe convocar discursivamente o são porque traduzem uma dimensão que lhe é própria, o tornar tópico permite revelar pensamentos, posicionamentos que têm um significado importante e próprio de cada PR, mas que de algum modo lhe interessa compartilhar. Do lado do interlocutor, esses tópicos participam de

um acervo de conhecimentos partilhados que contribuem para a literacia de textos e discursos políticos de tomada de posse presidencial.

CAPÍTULO V. DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DE UM TÓPICO TRANSVERSAL

Inicialmente, é importante esclarecer o motivo pelo qual o tópico da *democracia* está sendo analisado em capítulo à parte.

Ocorre que se trata de um tópico transversal a cada discurso, ou seja, ele está para além das partes do plano de texto, funcionando como base para o modo como o locutor constrói os outros tópicos. É transversal também no modo como determina efetivamente as escolhas do tópico de todos os discursos presidenciais, porque é a democracia que está na base dos desafios que os Presidentes consideram que são fundamentais, começando pelo desafio do *fortalecimento do regime democrático* (seção 5.4), um tópico presente não apenas nos discursos mais próximos ao evento que foi a revolução de 1974, onde a preocupação dos Presidentes era primeiramente a *manutenção do regime*, mas também em discursos mais recentes⁶¹. Também não está restrito aos discursos portugueses; os Presidentes brasileiros também discursivizam esse tópico de modo explícito ou por uma rede de sentidos que subjaz à construção de outros tópicos como a *pobreza*, este um desafio imediato que só a democracia permite resolver. Portanto, a democracia é um tópico que, explícito ou implícito, tem um valor comum a todos os Presidentes e que nós, efetivamente, consideramos, desde o título dessa tese, ao apontarmos para os discursos de posse “em tempos de democracia”.

Um segundo critério que queremos referir diz respeito à apresentação do resultado da análise. A análise da *democracia como tópico e objeto de discurso* será apresentada em dois momentos, a seção (5.1) centra-se no *corpus* português e a seção (5.2) no *corpus* brasileiro. Essa decisão levou em conta a transversalidade do tópico *democracia* enquanto valor partilhado (princípios), mas também como “aquilo de que se fala”, o que, em função das dimensões política e histórico-social, que são particulares a cada país e também a cada locutor-enunciador, determinam a escolha dos tópicos e dos objetos, e do modo como são construídos.

Na apresentação do resultado da análise do tópico *democracia em seus princípios*, retomamos o modelo de apresentação dos dois *corpora* em conjunto (seção 5.3).

⁶¹ O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa em seu discurso de tomada de posse (2016) refere vários fatos como sendo desafios vencidos, dentre eles a estabilização da democracia partidária, e a partir daí vislumbra desafios futuros: “**Depois da** transição da revolução para o constitucionalismo, da estabilização da democracia partidária, da adesão europeia e da adoção do euro, das expectativas elevadas da viragem do século e das frustrações, entretanto, vividas, bem como da resposta abnegada dos Portugueses, **esperam-nos** cinco anos de busca de unidade, de pacificação, de reforçada coesão nacional”.

5.1 A Democracia como Objeto de Discurso e como Tópico nos Discursos de Tomada de Posse Presidenciais Portugueses.

No âmbito da instituição que é a Presidência da República, em que um cidadão é eleito por sufrágio popular e universal, obviamente que o tópico da democracia é fundamental. Como referente, a democracia é um objeto discursivo introduzido e mantido na materialidade discursiva de modo explícito, e também implícito, como veremos nessa seção.

Nos discursos presidenciais portugueses de tomada de posse o tópico *democracia* é construído a partir da convocação de mais três objetos discursivos fundamentais que são *a revolução de 25 de abril, forças armadas e povo*. Tais objetos são introduzidos e mantidos do discurso ao serviço do PDV do locutor(L/E), por serem frequentemente introduzidos em conjunto e ativarem o tópico democracia.

5.1.1 O 25 de Abril, As Forças Armadas e o Povo

Como já referido no Jornal Português *O Público*², edição de 09 de março de 2011, “os discursos de posse contam a história do regime”. Efetivamente, em função do contexto de realização, os discursos contemporâneos à Revolução de 25 de abril atribuem um lugar de destaque a esse evento que instaurou a democracia em Portugal. Os referentes *25 de abril, Forças Armadas e povo* são convocados como objetos discursivos preferenciais que vão sendo incorporados aos discursos de modos particulares, como contributo para a construção da democracia como tópico.

O excerto (144) está sendo retomado para fins de análise da construção do tópico *democracia*. A orientação discursiva do locutor-presidente, um militar que participou ativamente da Revolução dos Cravos, é determinada por uma enunciação que coloca em evidência as dimensões política, histórico-social e pessoal, reforçada por uma particularidade, a da proximidade entre a tomada de posse presidencial e o evento que foi a Revolução. A subjetividade do locutor é discursivamente expressa pelo modo como constrói o tópico *25 de abril*, uma referenciação onde prevalece um léxico bastante eufórico e atos exortativos dirigidos *ao povo* e às *forças armadas*:

(144) Foi um **duro e difícil** caminho de resistência até um **25 de abril** em que as **forças armadas** restituíram a **este povo** o seu próprio país, a este país o seu lugar no mundo e a si próprias a sua verdadeira função social. Foi um movimento de juventude e de renovação [...]. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, sequência de abertura)

² <https://www.publico.pt/2011/03/09/jornal/como-os-discursos-de-posse-contam-a-historia-do-regime-21507045>

Nessa construção discursiva os objetos, *forças armadas e povo*, construídos em inter-relação, são particularmente salientes. A partir da introdução desses objetos, o locutor introduz o referente *ditadura*, mas de modo implícito, sem torná-lo tópico, inferível apenas pelo modo como designa o período anterior à revolução, usando a expressão *um duro e difícil caminho de resistência até um 25 de abril*". Há uma referência a "resistência antifascista", aqui só referida como "resistência", não sendo preciso clarificar porque é um conhecimento partilhado na comunidade, na construção dos valores de abril que são os valores da democracia. A metáfora na expressão "caminho de resistência" tem dupla adjetivação, permitindo que se construa um quadro negativo, mas também positivo. Se por um lado o caminho *foi duro e difícil*, por outro foi o caminho que levou à vitória. Aqui, o significado de *resistência* pode ser entendido como uma disposição para o enfrentamento das dificuldades, uma dimensão positiva do termo; foi a resistência do povo que o conduziu à vitória, como vemos na construção, "até um 25 de abril", o indefinido generaliza o sentido do objeto, que não é *o 25 de abril de 1974*, mas um caminho de resistência que leva à vitória.

O tópico *revolução* é construído a partir da rede de sentidos que se instaura com a introdução dos objetos discursivos, *povo, forças armadas e 25 de abril*, esse dois também funcionando como tópicos. As construções que predicam esses tópicos, como vemos em "as forças armadas restituíram a este povo o seu próprio país..." e "o 25 de abril foi um movimento de juventude e de renovação", expressam o PDV de L/E que se identifica com o conteúdo das predicções. É enquanto tópicos que se tecem as relações com as *forças armadas* e com *o povo* por um lado, e com a *resistência* por outro. Discursivamente, esses tópicos são construídos a partir da introdução de um léxico eufórico. O objeto *25 de abril* é construído a partir de um significado simbólico de encerramento de um período negativo, e também de começo de uma nova era, marcada pelo respeito às liberdades individuais.

O objeto discursivo *forças armadas* também carrega um significado simbólico que é fundamental à construção do tópico *revolução*. É construído a partir da seleção de um léxico eufórico, a partir de atos de elogio, como vemos na passagem "as forças armadas restituíram a este povo o seu próprio país...", aqui um ato de elogio àqueles que participaram do 25 de abril.

Com a expressão "foi um movimento de juventude e de renovação" (144), por recategorização anafórica o locutor retoma e predica o objeto *25 de abril* para designá-lo como tendo sido conduzido pela *juventude*, uma referência *aos jovens capitães milicianos*⁶³, homens que aos dezoito anos

⁶³ A revolução do 25 de abril é conhecida como o "movimento dos capitães". Os capitães eram milicianos, jovens do sexo masculino com 18 anos que cumpriam serviço militar, e tinham que ir para a guerra colonial, ainda que contra a vontade. São eles e não uma hierarquia militar que dão início a revolução, só depois participam também os generais. O ex-presidente Ramalho Eanes era um desses jovens milicianos, sua promoção a general ocorreu em 1978, quando já exercia o cargo de Presidente da República.

cumpriam serviço militar obrigatório e que fizeram avançar a Revolução dos Cravos, também conhecida como “movimento dos capitães”. O sentido de juventude a que remete o locutor parte de um imaginário popular e tem uma ligação estreita com a sociedade civil.

Em (145) os objetos *coragem e o patriotismo* estão ao serviço da construção do tópico *militares de Abril*, ao qual o locutor dirige atos de homenagem:

(145) É o momento de **prestar homenagem** aos **militares de Abril**, sem a **coragem e o patriotismo** dos quais nada teria sido possível. Não esqueceremos nunca o que lhes devemos. (Mário Soares, 1ª posse, macrossequência central)

Esse posicionamento explícito do locutor em relação ao tópico é comum a todos os discursos de posse presidencial portugueses, tem a ver com o propósito de construir discursivamente o reconhecimento do PR quanto à importância dos *militares de abril* para o sucesso que foi a Revolução. Os atos de homenagem constituem uma demonstração de respeito e empenho do Presidente em fortalecer a solidariedade entre as instituições, como é próprio do regime democrático, fortalecendo-se também com isso a tão buscada coesão nacional.

O locutor homenageia os militares de abril, jovens capitães que levaram em frente a revolução, o que não corresponde à totalidade dos militares. Não se trata, entretanto, de uma exclusão, até porque na sequência de seu discurso as homenagens estendem-se a todos os militares, mas de exaltar esse grupo em particular. Com isso, o locutor reforça um simbolismo que é nacional e aproxima-se do povo ao compartilhar dos mesmos sentimentos.

Abaixo, *o povo português* é tomado como tópico pelo locutor, na construção de uma imagem positiva:

(146) Mas a **firmeza** com que o **povo português** soube responder a todas **as situações ditatoriais**, a sua **determinação** de viver a **liberdade e a paz**, demonstraram a justeza do **programa do MFA** e a firme adesão do povo português a sua mensagem [...]. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, sequência de abertura)

Do enunciado sobressaem dois tópicos em inter-relação, que são *o povo português e o programa do MFA*. Ambos são tomados pelo locutor como objetos de predicções que permitem a construção de imagens positivas, ao povo atribui *firmeza e determinação* e ao programa do MFA *justeza*, característica do que é exato, preciso, sentido que vem a satisfazer a orientação argumentativa em curso. As predicções funcionam, assim, para expressar o PDV de L/E alinhado ao reconhecimento da participação do povo português e do programa do MFA como indispensáveis para o processo de

revolução. A escolha dos referentes de *liberdade e paz* para comporem a materialidade discursiva permite o acesso do interlocutor ao sentido de *democracia*, um objeto discursivo implícito. Tais construções contribuem para que o locutor dirija-se em agradecimento ao Programa do MFA e também ao povo pela firmeza na luta contra o que designou como *situações ditatoriais*, modo escolhido para fazer referência ao objeto, também implícito, *ditadura*.

Em (147) o uso da expressão definida *o isolamento internacional* remete a uma situação recorrente em tempos de ditadura:

(147) É mais uma prova de que **Portugal saiu definitivamente do isolamento internacional**, em que tantos anos viveu, e que **é hoje, graças ao 25 de Abril**, um país prestigiado e respeitado na Comunidade Internacional. (Mário Soares, 1ª posse, sequência de abertura)

O locutor faz referência à ditadura por contraste com a democracia. Os tempos verbais que permitem a construção discursiva do passado-presente e o índice dêitico *hoje* reforçam essa oposição. Tal organização discursiva está ao serviço de um propósito argumentativo, mais amplo, de exaltar a instauração da democracia em Portugal, pela qual o país passou a se integrar no cenário mundial e a construir imagens de *respeito e prestígio* perante a comunidade internacional. Tal posicionamento subjetivo do locutor está presente nas construções “graças ao 25 de Abril” e “Portugal saiu definitivamente do isolamento internacional em que tantos anos viveu”, sendo essa uma construção que ativa, por inferência, o objeto de discurso *ditadura*, frequentemente convocado na dimensão do implícito.

Em (148) e (149) prevalecem enunciações emocionadas na construção do tópico *25 de abril*:

(148) O 25 de Abril, que **quero evocar neste momento com emoção**, representa o fim de um longo percurso onde muitos pagaram com a liberdade e a vida a sua dedicação à causa da democracia. (Jorge Sampaio, 1ª posse, sequência de abertura)

(149) Assim foi, também, em **25 de Abril de 1974**, com os **jovens capitães, resgatando a liberdade, anunciando a Democracia, permitindo** converter o Império Colonial em Comunidade de Povos e Estados independentes, **prometendo a paz**, o desenvolvimento e a justiça para todos. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, macrosequência central)

No excerto (148), a emoção é dita, *quero evocar neste momento com emoção*. A evocação daqueles que o locutor considera como os principais responsáveis pela instauração da democracia, da liberdade e da paz em Portugal se constitui como um ato de homenagem, em razão de ser uma fala do PR, em seu discurso de posse.

Já no item (149), o sentido da emoção não é mostrado, mas construído discursivamente pela introdução de outros elementos. O uso do referente “jovens capitães” ativa uma dimensão emocionada, em razão do simbolismo que está associado à referência ao processo revolucionário, pela convocação do objeto *25 de abril*. A predicação a respeito desse objeto tem como núcleo os sentidos expressos pelas formas verbais *resgatando, anunciando, permitindo e prometendo*, que expressam o papel agentivo das FA na luta pela instauração das liberdades, mas também o reconhecimento de quem se sente destinatário desta entrega generosa. O uso do aspecto verbal, que indica duração do processo, tem como objetivo transmitir um sentido de continuidade, isto é, o empenho das forças armadas para a restauração da democracia não foi pontual, mas duradouro.

Em (150), a construção do tópico *democracia* reúne outros objetos e outros propósitos argumentativo-discursivos:

(150) Findo o período de transição para a democracia plena, sou o primeiro Presidente civil eleito, directamente, por sufrágio popular. É uma escolha que me honra e que me responsabiliza. (Mário Soares, 1ª posse, sequência de abertura)

Acima, dois elementos se destacam na enunciação, primeiramente o próprio locutor, uma vez que se instaura no discurso em primeira pessoa de modo assertivo quando diz, *sou o primeiro Presidente civil eleito, directamente, por sufrágio popular*, e o objeto *democracia*, presente também no referente *sufrágio popular*. O uso do lexema *escolha* funciona como anáfora encapsuladora, seu uso resume e rotula o enunciado anterior já destacado acima. De acordo com o PDV de L/E, a escolha de seu nome entre outros para assumir o cargo expressa uma *preferência*, um valor semântico importante para o propósito argumentativo do locutor-presidente, que se toma como objeto e faz uso de atos expressivos, *me honra e responsabiliza* para agradecer ao povo por essa escolha.

5.2 A Democracia como Objeto de Discurso e como Tópico nos Discursos de Tomada de Posse Presidenciais Brasileiros.

No Brasil, o processo de transição democrática não ocorreu por força de uma revolução levada a termo pelas forças armadas, tampouco foi iniciado por pressão da sociedade civil, embora esta tenha influenciado, segundo Codato (2005), “menos no curso e mais no ritmo dos acontecimentos:”

[...] Esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos *determinados* também pelos militares ou, mais exatamente, por uma de suas muitas correntes político-ideológicas. Por fim, ele correspondeu à

necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato. (Codato, 2005, p. 83).

O movimento popular iniciou-se em 1984 e ficou conhecido como a “campanha das diretas”, quando a população brasileira lota as ruas do país reivindicando o direito de votar para Presidente da República, motivado pela Emenda Constitucional “Dante de Oliveira”, apresentada em 1983, que propunha o restabelecimento das eleições diretas. Consta que a nova república, ou a redemocratização como é conhecida, é iniciada no ano de 1985, data da gestão do último governo militar, mas apenas em 1989 houve as primeiras eleições diretas para Presidente, desde 1960⁶⁴. Esse momento político foi marcado pela preocupação de corrigir erros históricos da administração pública dos militares, que tomaram o poder por 21 anos⁶⁵.

A principal preocupação dos atores políticos na redemocratização foi tentar corrigir os erros cometidos pelos militares, dando pouca importância à necessidade de se construir um modelo de Estado capaz de enfrentar os novos desafios históricos. (Abrucio, 2017, p. 68).

Nos discursos de tomada de posse presidenciais brasileiros, a construção do tópico *democracia* explora o modo como ocorreu sua retomada, ainda que de forma bastante resumida, não se aprofundando no passo a passo dos acontecimentos como vemos nos discursos portugueses. Dessa forma o locutor discursiviza sobre o processo de democratização, termo normalmente usado para referenciar o período que corresponde ao final da ditadura militar e início do estado democrático no Brasil.

Diferentemente do que vimos no discurso do Presidente Português António Ramalho Eanes, contemporâneo à Revolução de 1974, em (151), o locutor não se dedica a uma exploração mais detalhada dos fatos que culminaram com a conquista da abertura política brasileira. Privilegia uma narrativa do presente, e não do passado, como propósito discursivo e, por um ato de fala comissivo se compromete com a manutenção e fortalecimento do novo regime:

(151) Meu primeiro compromisso inalterável, absolutamente inalterável é com a **democracia**. Ao **restaurá-la** no Brasil, **reatamos** com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. (Fernando Collor, macrossequência central)

⁶⁴ No dia 1.º de março de 1984, os brasileiros tiveram a oportunidade de, pela primeira vez na história, escolherem o Presidente da República. O Brasil ficou por apenas dois períodos sem poder escolher um presidente de forma direta: na Era Vargas (de 1930 a 1945) e do início do regime militar (1964 a 1985) até as eleições de 1989. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2019/03/primeira-eleicao-direta-para-presidente-do-brasil-completa-125-anos>

⁶⁵ Alguns consideram que o período foi de 25 anos, por incluírem o governo civil de José Sarney, de 1985 a 1989, designado como regime liberal-democrático (Codato, 2005). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/abstract/?lang=pt>

A introdução direta do tópic *democracia* e as ações descritas pelo uso dos verbos *restaurar* e *reatar* fazem sobressair as principais informações contextuais sobre o momento político e social que o país atravessava. Os significados de reatar e restaurar pressupõem uma situação anterior que interrompeu o regime democrático, esses significados ativam também o objeto implícito *ditadura*, acessível ao interlocutor atento. A *democracia*, este um objeto explícito, é acompanhado de uma rede lexical eufórica como vemos nas expressões nominais, *reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça*.

5.2.1 Inflação e Corrupção: Os Inimigos da Democracia

A construção do tópic *democracia* nos discursos brasileiros de tomada de posse presidencial também está associada aos conceitos de *liberdade* e *cidadania*, ainda que os objetos discursivos preferenciais para ativá-lo sejam, em grande parte, os mesmos que constituem o quadro dos desafios e problemas da agenda do PR, a saber, *inflação, corrupção e desigualdade social*. Nos discursos brasileiros não há um movimento exortativo, dirigido a um evento específico como foi, por exemplo, a Revolução de *25 de abril*, nem à instituição militar que possa orientar discursivamente a construção desse tópic, sua construção ocorre por contraste com os principais problemas que o país enfrenta, e na conjunção com um ato de apelo do PR para o seu enfrentamento.

No excerto abaixo, num primeiro momento, o locutor introduz os tópicos *princípio democrático* e *prática da cidadania*, como sentidos que se complementam:

(152) Hoje, mais do que nunca, o **princípio democrático** se acha vivificado **pela prática da cidadania** [...]. Por isso **me esforçarei por governar** sem jamais perder de vista **o valor do cidadão**. **Certo é**, porém, que a **virtude republicana, o espírito de cidadania**, pressupõe determinado **clima moral**. Requerem determinado **capital de confiança e de estabilidade**. Essa **confiança**, essa **estabilidade**, inexistente na **atmosfera de inflação crônica** em que o Brasil vive há anos. (Fernando Collor de Mello_macrossequência central)

O uso desses dois objetos em articulação sustenta o conceito que o locutor constrói sobre o referente *cidadão* como o que dá vida à *democracia*, ao praticar a *cidadania*, estabelecendo assim uma relação direta entre os objetos *democracia* e *cidadania*. A organização discursiva desses objetos e o efeito de sentido metafórico, em *se acha vivificado*, justificam o ato de linguagem compromissivo que vem em seguida: “*por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão*.”

O uso do conector argumentativo, *certo é*, permite destacar a verdade da asserção que introduz, é um PDV cuja origem é doxal. O locutor assimila-se a esse PDV que se apresenta

discursivamente através da referenciação aos objetos de discurso, como vemos nas expressões completivas, *a virtude republicana, o espírito de cidadania, clima moral*, e também na construção, “requerem determinado capital de confiança e de estabilidade”. O objeto introduzido, *clima moral*, contribui para a introdução dos tópicos *corrupção e inflação*, que o locutor passa a construir sem perder de vista o tópico *democracia*, introduzido em termos de *princípio democrático*.

A rede de sentidos que resulta da construção desses objetos discursivos, nomeadamente, *princípio democrático, clima moral, estabilidade e capital de confiança*, vem a reforçar o PDV de L/E acerca da impossibilidade de coexistência entre democracia e inflação crônica. Esses objetos são introduzidos por contraste, para o qual o conector argumentativo, *porém*, funciona para estabelecer o limite entre o enunciado anterior que veicula um juízo avaliativo positivo no uso das expressões *princípio democrático, prática da cidadania e valor do cidadão*; e o seguinte, onde predomina o contrário, *desconfiança, desestabilidade e inflação*, este objeto discursivizado de modo sempre muito negativo, a partir de construções como *atmosfera de inflação crônica*, um uso metafórico que agrega sentido negativo ao tópico em construção.

5.3. A Democracia em Seus Princípios

Como explicado no início desse capítulo, nessa seção apresentaremos conjuntamente o resultado da análise dos dois *corpora*.

Os valores e princípios democráticos estão na base da construção discursiva de diferentes tópicos. Neste trabalho, o sentido de democracia é o de valores comuns e universalmente compartilhados pelos povos de todo o mundo, como referido na Declaração Universal de Democracia (2007):

A democracia é um direito básico de cidadania, a ser exercido em condições de liberdade, igualdade, transparência e responsabilidade, com o devido respeito à pluralidade de pontos de vista, no interesse da comunidade.

Para além de um modo de governar, a democracia é um ideal a ser perseguido, que tem a ver também com o conceito de república como "uma forma de vida política fundada na primazia do interesse comum – que requer o engajamento da comunidade na condução da coisa pública e se faz

expressar de maneira especial nos princípios, nas práticas e nos procedimentos que conformam as instituições" (IPEA, 2010, p. 18).

São conceitos que na dimensão do discurso se encontram interligados servindo de base para a construção discursiva dos tópicos e objetos que são do interesse do locutor comunicar ao povo em seu discurso de posse. É com base nesses princípios que o locutor-presidente enuncia sobre a condução de sua política, através da apresentação de seu programa de governo, sustentando a imagem da instituição democrática que é a Presidência da República. O tópico *democracia* é discursivamente construído pela introdução de objetos que o representam em seus principais valores como a liberdade, a cidadania, a ética, o respeito à coisa pública, pela pluralidade de opiniões, objetos de discurso, que vão sendo difundidos na medida em que o locutor trata de questões mais próximas da sociedade, como o papel da imprensa, do poder político, do relacionamento do cidadão com a política, etc. Trata-se de colocar em relevo uma face da sociedade que é democrática e republicana.

5.3.1 Liberdade e Pluralismo

Liberdade e pluralismo são premissas democráticas. O Presidente Ramalho Eanes, em seu discurso de 1976, sobre o movimento das forças armadas, afirma que:

(153) Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que **não cedeu a tentação de usar o poder em proveito próprio**, antes soube devolver aos cidadãos a escolha do seu destino e a definição do seu futuro. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, sequência de abertura)

É sobre respeito à liberdade, e aos valores democráticos e republicanos que está a falar o locutor-presidente, defendendo a ética como uma dimensão que se ancora na prática da função presidencial. Nesse sentido, o movimento epidítico de elogio às FA, nomeadamente, na expressão “não cedeu a tentação de usar o poder em proveito próprio” está em sintonia com o propósito argumentativo-discursivo do locutor em demonstrar que o respeito às regras do jogo democrático pode ser real, e não mera retórica. Tal posicionamento contribui também para a construção do *ethos* positivo de presidente que respeita a democracia e a alternância de poder na sucessão governamental. A democracia foi mantida em Portugal, e o povo pode continuar exercendo seu direito ao sufrágio universal para escolher livremente seu presidente; e foi, efetivamente, um presidente civil o sucessor de Ramalho Eanes, após dois mandatos consecutivos, Mário Soares discursiviza sobre essa escolha em seu discurso de posse, como vimos no item (150).

Para além dessa dimensão contextual tão positiva, historicamente, as Forças Armadas têm sido associadas a ações antidemocráticas, que desencadearam, por exemplo, a perda da democracia brasileira em 1964. E mesmo em Portugal, os militares apoiaram o regime ditatorial durante todo tempo em que Salazar esteve no poder, comprovando, portanto, que havia um movimento em favor da ditadura no interior das forças armadas. No entanto, com a revolução, a instituição adquire uma face positiva, associada a valores democráticos e compartilhada socialmente, criando-se um simbolismo em torno da Instituição, no modo como é (re)apresentada nos discursos de posse presidencial.

O compromisso com a democracia encontra na prática de seus princípios fundamentais e republicanos ações que levam ao fortalecimento da coesão social. Uma dessas ações é o movimento de *despartidarização* ao qual os Presidentes portugueses recorrem ao assumir o cargo. Tal conceito é tomado como objeto do discurso do Presidente Mário Soares (excerto 116) e, embora saibamos que se trata de uma saída partidária momentânea, e que ali ainda existe, obviamente, uma fidelidade a uma ideologia, a busca pela isenção no trato com os partidos, corresponde à busca de uma coerência democrática que o Presidente deseja demonstrar na sua relação com os vários partidos que compõem a Assembleia da República e com o povo,

Em (154) os princípios de *liberdade e pluralidade* são introduzidos como objetos de discurso a serviço da construção do tópico, a *liberdade de expressão dos meios de comunicação*. A *democracia* é um objeto introduzido indiretamente, acessível por meio da expressão que abre o enunciado, e dos sentidos opostos que carregam os referentes *barulho e silêncio*:

(154) Prefiro **o barulho** da **imprensa livre** ao **silêncio** das **ditaduras**. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

Com o ato de fala expressivo "prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras", o locutor posiciona-se explicitamente em favor da pluralidade e da liberdade de expressão. A metáfora "o barulho da imprensa livre" é usada num sentido positivo, refere o barulho da comunicação, das vozes plurais que se fazem ouvir e se comunicam entre si.

Para alguns, o barulho da imprensa livre pode também significar efetivamente um incômodo, em tempos de ditadura a livre expressão sofre ataques constantes. O locutor tem consciência desse significado e introduz o referente *censura* como um objeto de discurso ao nível do implícito e inferível pelo uso da expressão "silêncio das ditaduras". A Censura foi uma prática muito comum no Brasil em tempos de ditadura militar, tinha como objetivo silenciar todas as vozes, reprimir toda manifestação

que não estivesse de acordo com os propósitos do regime, atingindo não apenas a imprensa, mas também a classe artística e a política mais progressista.

No excerto abaixo, os objetos de discurso, *arbitrio, censura e ditadura* estão ao serviço da construção do sentido do tópico *ditadura*:

(155) Quem, como **eu e tantos outros da minha geração lutamos** contra o **arbitrio, a censura e a ditadura**, somos naturalmente amantes da mais **plena democracia** e da defesa intransigente dos **direitos humanos**, no nosso país e como **bandeira sagrada** de todos os povos. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

Ditadura e democracia são tópicos construídos em contraste. O locutor/enunciador salienta a natureza de ambos, ligando o primeiro à censura e ao arbitrio e o segundo ao respeito aos direitos humanos. Esse modo escolhido permite ao locutor concretizar o seu propósito discursivo que é, a partir da exposição dessas particularidades, exaltar a democracia e seus valores. A construção discursiva da dimensão experiencial do locutor, em “quem, como eu e tantos outros [...] lutamos contra o arbitrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos”, é uma estratégia argumentativa que funciona para reforçar o seu projeto de dizer. Temos aqui, portanto, a dimensão experiencial ao serviço da construção dos tópicos. O uso do advérbio e dos adjetivos nas expressões “naturalmente amantes”, “defesa intransigente dos direitos humanos” e “bandeira sagrada de todos os povos” faz sobressair o PDV de L/E na construção do sentido do tópico *democracia* como regime que valoriza os direitos humanos e a liberdade.

Em (156), o léxico escolhido para caracterizar os objetos discursivos tem como propósito construir a imagem de um presidente que defende a liberdade, a pluralidade, e portanto a democracia:

(156) O poder político, como qualquer poder, deve ser susceptível de contestação e de crítica, **aceitando a controvérsia como um facto natural** e mesmo salutar, decorrente da existência de uma **opinião pública livre**, informada e responsável. **É assim que se estruturam as democracias modernas** e essa é mesmo a **sua mais efectiva superioridade** sobre os regimes fechados. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

O PDV do locutor fica explícito no modo como caracteriza os objetos fundamentais como *controvérsia* que coloca em questão o *pluralismo*, reconhecido como *natural e salutar*, benéfico ao *poder político*, e *liberdades*, aqui representada pelo referente, *opinião pública*, qualificada como *livre, informada e responsável*. A partir do uso da dêixis discursiva que remete ao conteúdo anterior, em “é assim que se estruturam as democracias...”, o locutor introduz uma conclusão, é um movimento

argumentativo para demonstrar sua convicção sobre o que vem a ser o funcionamento normal de uma sociedade em *democracia*, entendida como *superior* aos outros regimes, de acordo com seu PDV. Como vimos, nesse excerto o locutor não se instaura em primeira pessoa, há uma ausência de elementos dêiticos que leva a um efeito de objetividade, pelo apagamento do enunciador do enunciado, embora saibamos que trata-se apenas de um efeito, já que a subjetividade está sempre presente, é uma dimensão inerente à linguagem.⁶⁶

Em (157), o tópico *democracia* é construído de forma indireta, através da introdução do objeto de discurso “*liberdade*”, um dos seus valores de bases:

(157) Salvar a vida, a integridade física e espiritual, **a liberdade de pensamento, de crença** e de **expressão** e o **pluralismo** de **opinião** e de **organização** é um **dever de todos nós**. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, macrossequência central)

A esse objeto o locutor interliga outros como *integridade física e espiritual, pensamento, crença, etc.*, que conjuntamente formam a rede de sentidos que permite construir o tópico *democracia*. A escolha da modalidade deontica presente na construção *é um dever de todos nós* faz sobressair um locutor assertivo em seu posicionamento em relação ao tópico; é uma voz (PDV) coletiva, doxal a que o locutor se assimila. A modalidade epistêmica está também em evidência em razão de ser um enunciado proferido por um locutor que detém um *ethos* de credibilidade, daí que o conteúdo sobre o qual se posiciona tem valor de verdade.

5.3.2 Direitos Humanos

Em (158), a construção do tópico *novo humanismo* é central para dar visibilidade ao tópico *democracia*:

(158) É tempo do nascimento de um **novo humanismo**, fundado nos **valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade**. **O Brasil tem muito o que contribuir neste debate**. Colocamos o **respeito aos Direitos Humanos** no centro de **nossas preocupações** [...]. **Por isso** cresce a participação das **mulheres** na vida econômica, social e política do país. Cada vez mais, **os negros** ocupam o lugar que lhes é devido em um **Brasil democrático**. Assim como os **povos indígenas**, que reconquistam e consolidam a sua **dignidade histórica**. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

⁶⁶ Segundo Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 91), “naturalmente que toda unidad léxica es, en un cierto sentido, subjetiva, dado que las “palabras” de la lengua no son jamás otra cosa que símbolos sustitutivos e interpretativos de las “cosas”.

Em (158), o locutor convoca os objetos discursivos *democracia, tolerância e solidariedade* a serviço da construção do tópico *novo humanismo*. Do mesmo modo a introdução dos objetos discursivos *mulheres, negros e povos indígenas* serve ao locutor para construção do sentido de *respeito aos direitos humanos*, aqui introduzido como objeto de discurso e também tópico na relação com o tópico *novo humanismo*. O PDV do L/E é expresso no discurso primeiramente na referência aos objetos, *democracia, tolerância e solidariedade*, ainda que a partir de uma construção unipessoal como “é tempo do nascimento...”, e no tratamento delocutivo com que o objeto discursivo *Brasil* é introduzido em “o Brasil tem muito o que contribuir neste debate”. Esse objeto tem como referente o *povo brasileiro*, em nome do qual o locutor se posiciona, como porta-voz oficial, para expressar um PDV de concordância em defesa dos *valores universais da democracia*, e que é, em síntese, um posicionamento em relação ao tópico *novo humanismo*, que tem como pressuposto básico a defesa dos valores democráticos.

Num segundo momento, posiciona-se assertivamente em relação ao tópico *direitos humanos* em “[nós] colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações”, que vem a expressar discursivamente o PDV de L/E em identificação com o respeito aos valores democráticos, uma identificação que se reforça a partir do uso da construção “nossas preocupações”, uma forma de expressão do PDV de L/E que orienta para a construção do *ethos* do locutor-presidente como sujeito preocupado com a defesa das causas sociais. Todo o enunciado contribui para a construção de um *ethos* de credibilidade e de respeito às diferenças, construção que encontra reforço nas expressões explicativas, introduzidas pela locução *por isso* em “cresce a participação das mulheres...”, “os negros ocupam...”, e “os povos indígenas reconquistam e consolidam...”, que carregam o sentido de valorização de grupos sociais específicos, rerepresentados discursivamente na convocação dos objetos *mulheres, negros e indígenas*. Como propósito discurso-argumentativo do locutor, esse modo de construção dos tópicos faz emergir outros sentidos como o de *coesão nacional*, presente na implementação de ações que visam a inclusão social, como forma de minimizar as desigualdades sociais. São sentidos que estão disponíveis ao interlocutor, a partir da rede de sentidos construída na relação com o tópico *direitos humanos*.

Em (159), os objetos discursivos *dignidade da pessoa humana, pessoas de carne e osso, pobres, grupo, regiões e classes sociais* estão ao serviço da construção do tópico *direitos humanos*:

(159) O valor do **respeito da dignidade da pessoa humana**, antes do mais. De pessoas de carne e osso. Que têm **direito a serem livres**, mas que têm igual **direito a uma sociedade em que não haja, de modo dramaticamente persistente, dois milhões de pobres**, mais de meio milhão em

risco de pobreza, e, ainda, **chocantes diferenças entre grupos, regiões e classes sociais.** (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, macrossequência central)

Esse tópico é construído a partir da introdução e articulação dos objetos discursivos *respeito e direito* evocando sentimentos que o locutor deseja expressar, e que são efetivamente valores democrático estabelecidos em Lei. Esse enunciado evoca também o sentido de *desigualdade*, um sentido inferível a partir de uma rede lexical disfórica e do modo como o locutor se posiciona diante dos objetos que convoca em, “dois milhões de pobres, mais de meio milhão em risco de pobreza, e, ainda, chocantes diferenças entre grupos, regiões e classes sociais”. O uso dessas construções funciona para expressar o PDV do locutor e, ao mesmo tempo, apresentar discursivamente o cenário de desigualdade, um grande problema vivenciado por grande parte dos portugueses. O tópico *respeito à dignidade da pessoa humana* tem como referente um dos princípios democráticos de base, uma voz com a qual o PDV de L/E entra em acordo, como vemos pelas escolhas de qualificação dos objetos nas construções “dois milhões de pobres”, “dramaticamente persistentes” e “chocantes diferenças”. O conceito de dignidade para o locutor está relacionado ao de igualdade, de respeito aos direitos estabelecidos na Constituição; são valores expressos discursivamente por um locutor que tem autoridade institucional para fazê-lo, portanto, é a voz da instituição que reconhece a necessidade de garantir respeito aos direitos pessoais. O uso da expressão “de pessoas de carne e osso” tem como efeito pragmático reforçar o sentido do tópico *dignidade da pessoa humana*, que por um processo metonímico leva a uma associação dos sentidos.

No excerto abaixo, o objeto de *democracia* não está explícito, mas é inferível pela rede de sentidos que se forma em torno do objeto de discurso *miséria*, este servindo à construção do tópico *fim da miséria*.

(160) O fim da miséria é apenas um começo. [...]. **É hora** de melhorar o que está bom, corrigir o que é preciso e fazer o que o povo espera de nós. Sim, **neste momento**, ao invés **de simplesmente garantir o mínimo** necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, **temos, agora, que lutar** para **oferecer o máximo possível.** (Dilma Rousseff, 2ª posse, sequência central)

O PDV do L/E identifica-se com o princípio fundamental de *democracia* que é o *respeito à dignidade da pessoa humana*, expressando-se através de construções subjetivas como no uso do advérbio em “*simplesmente* garantir o mínimo”. Com o uso do pronome pessoal inclusivo *nós*, na construção “temos, agora que lutar para oferecer o máximo possível”, o locutor toma para si a responsabilidade de seu dito, a modalização deôntica reforça o propósito argumentativo-discursivo de adesão do interlocutor ao que designa como *luta*, uma designação que corresponde semanticamente à

desafio. Destacamos o uso das expressões nominais *é hora de melhorar, neste momento e temos agora*, que funcionam como orientação temporal para reforçar o sentido de emergência na resolução do desafio que é acabar com a miséria, o que também contribui para a construção do *ethos* de empatia, de um locutor atento às necessidades mais urgentes do povo.

5.3.3 A Dimensão Ética

Em (161), assim como no excerto anterior não há referência explícita à democracia, mas os valores construídos e convocados como objetos dirigem o processo inferencial para sua ativação na materialidade discursiva:

(161) Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também **aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos** focados em resultados sociais concretos. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, macrossequência central)

O locutor constrói uma comparação estabelecendo o sentido de superioridade em, *mais do que*, entre dois conceitos introduzidos como objetos discursivos, o de *ser honesto* e o de *não deixar roubar*. A intensificação do adjetivo, “ser honesto é mais do que [...]” funciona como estratégia linguístico-discursiva para a concretização do propósito argumentativo-discursivo do locutor que é alargar o sentido de honestidade, dessa construção sobressai um valor de verdade próprio da modalidade epistêmica ligada à imagem de autoridade do PR. O uso do advérbio apenas funciona como um modificador para a estrutura discursiva comumente aceite de que “*ser honesto é não roubar e não deixar roubar*”.

O PDV do L/E assimila-se ao posicionamento de que honestidade está ligada à construção de caráter, sendo que a introdução do objeto discursivo *recursos públicos* permite ao locutor associar honestidade à competência administrativa, isto é, ao uso correto desses recursos. A rede de sentidos construída pela introdução dos objetos, *ser honesto, eficiência, transparência, desperdícios e recursos públicos* em articulação, expressa o PDV de L/E sobre a má administração dos recursos públicos como uma forma de desonestidade.

No excerto abaixo, o locutor introduz o objeto de discurso *serviços públicos* que é também tomado como tópico. Esse e os outros objetos discursivos, *serviços, cidadãos, interesses e conveniências privadas, e bem comum* estão ao serviço da construção desse tópico, que está ligado à questão da ética e do comportamento democrático dos cidadãos:

(162) Como tenho dito, precisamos de **serviços públicos** que sejam verdadeiramente o que são: serviços e públicos. **Serviços**, porque estão ao serviço dos **cidadãos; públicos**, porque não estão ao serviço **de interesses ou conveniências privadas**, em detrimento do interesse geral e do **bem comum**. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

O locutor explica, a partir de seu ponto de vista, os significados dicionarizados dos lexemas *serviços e públicos*, como forma de orientar o interlocutor na interpretação do conteúdo informacional, tornando mais claros esses conceitos. A dimensão da metalinguagem se une ao propósito argumentativo-discursivo que é o de reforçar a *dimensão ética* no serviço público, um modo de construção aparentemente didático como meio para construir o tópico. A expressão “precisamos de serviços públicos que sejam verdadeiramente o que são...” poderia ser substituída por “como é sabido”, ou ainda por, “como é do conhecimento de todos”. Esse modo escolhido pelo locutor na referência ao tópico tem a ver com a voz doxal, com um saber que é compartilhado pela comunidade. O uso do aspecto verbal de continuidade, *tenho dito*, é coerente com a decisão do locutor de fazer uso de uma explicação pormenorizada dos lexemas, inclusive pelo sentido de repetição expresso pelo aspecto verbal.

5.4 O Maior dos Desafios

Na agenda presidencial o grande desafio diz respeito à manutenção, fortalecimento e consolidação da *democracia*.

Como demonstram os discursos, a implantação do regime tanto em Portugal como no Brasil dá início a uma conjunção de forças que atuam para o seu fortalecimento. Esse é um tópico presente em todos os discursos, referido explicitamente ou não. Como acabamos de ver, são muitos os desafios que integram a agenda do PR, mas para os resolver é preciso antes que a democracia esteja forte, é uma condição da qual depende todo o resto, dessa preocupação resulta a construção do tópico *o grande desafio*.

A construção do tópico *fortalecimento da democracia* ganha contornos diferentes nos discursos, em razão de dimensões contextuais. Nosso objetivo, nesta subseção, é analisar o percurso diacrônico dos discursos de tomada de posse para verificar como esse tópico evolui ao longo do tempo, o que representa em termos de desafio na agenda do PR. Tomamos como ponto de partida os anos de 1976, quando se tem o primeiro discurso em democracia em Portugal; e 1989 no âmbito do Brasil. Para isso, selecionamos excertos de cada um dos discursos, para, seguindo o PDV de L/E sobre o tópico, verificar a evolução desse desafio importante na agenda do Presidente.

Por força do critério diacrônico, que aqui é central, resgatamos exemplos que já foram ou ainda serão apresentados na continuidade desse trabalho. Apresentaremos uma análise conjunta dos dois *corpora*, português e brasileiro, tendo em vista que nosso foco é a evolução do tópico que é comum a todos os discursos:

(163) Temos a nossa frente **dificuldades que é imperioso vencer para assegurar a consolidação da democracia** [. ..]. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, macrossequência central)

(164) **Apesar de** termos depois atravessado um período de relativa estabilidade económica e social, **persistiram tentativas de radicalizar o processo político**. (António Ramalho Eanes, 2ª posse, macrossequência central)

(165) **Meu primeiro compromisso inalterável** é com **a democracia**. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, **não só mantê-la** como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la [...]. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

Os discursos acima são contemporâneos da instauração da democracia nos dois países. A materialidade discursiva apresenta os objetos discursivos *consolidação* (163) e *manutenção* (165), sentidos que reforçam o desafio de fortalecer uma democracia que sequer estava mantida. A organização enunciativa (em 164), “apesar de [...] persistiram tentativas de radicalizar o processo político”, ainda que numa construção impessoalizada, ativa conhecimentos compartilhados sobre a disputa de forças envolvida, que de acordo com o PDV de L/E são forças antidemocráticas, dado que é inferível do conteúdo informacional apresentado.

Vejamos os exemplos abaixo:

(166) **Findo o período de transição para a democracia plena, sou o primeiro Presidente civil eleito**, directamente, por sufrágio popular. (Mário Soares, 1ª posse, macrossequência central)

(167) **O ciclo da transição da Ditadura para a Democracia, que vivemos nas décadas passadas, está completo e encerrado** [...]. Mas no sentido em que é **inimaginável**, na Europa de hoje, **um regresso**, em Portugal, **a situações antidemocráticas** e, portanto, que certo tipo de **discursos radicalizados**, [...] que vivemos e tanto **nos ocuparam e preocuparam** no passado recente, se encontram hoje **definitivamente ultrapassados**. (Mário Soares, 2ª posse, macrossequência central)

(168) **Nossos esforços** para **consolidar a democracia**,[...] são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, macrossequência central)

(169) **Reunimos hoje as condições** para construir um Brasil efetivamente **solidário e mais justo**. **O objetivo central do Governo** que ora se inicia será o de **radicalizar a democracia** [...]. (Fernando Henrique Cardoso, 2ª posse, macrossequência central)

Os discursos dos Presidentes Mário Soares e Fernando Henrique Cardoso, proferidos na sequência dos anteriores, apresentam de outra forma o tópico *fortalecimento da democracia*. Em (166) e (167) a rede de sentidos instaurada pelos objetos de discurso faz sobressair o sentido de finitude em, "findo o período de transição para a democracia plena" (166). A enunciação "sou o primeiro Presidente civil eleito" salienta o facto do retorno dos militares aos quartéis, e também a dimensão da cidadania, esses objetos representam a realidade empírica a partir de um PDV a que L/E se assimila, e estão ao serviço da construção do tópico, apresentando o objeto *democracia* sob novos contornos. Começa, aqui, a aparecer um sinal de estabilidade do regime.

Em (168), a construção enunciativa coloca em primeiro plano o desafio relacionado ao objeto democracia, em "nossos esforços para consolidar a democracia", rerepresentado ainda num quadro de incerteza, demandando esforços do PR. Já em (169), o posicionamento do locutor sobre o objeto se modifica, o objeto discursivo *radicalizar* é introduzido no âmbito de uma enunciação positiva, o PDV de L/E é de esperança no Brasil, há uma rede lexical eufórica, nomeadamente, no uso dos lexemas *solidário e justo*, e no sentido do verbo *radicalizar*. Entretanto, o desafio permanece, ainda que com outras nuances e com as *condições* a que o locutor faz referência.

Vejamos mais esses exemplos:

(170) O regime democrático está consolidado. (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

(171) Não esqueçamos que a liberdade e a democracia nunca são adquiridas definitivamente. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

Em termos de PDV, é de salientar em todos os enunciados um valor doxal, isto é, um PDV que se identifica com a voz da comunidade. O uso do pronome *nós* tem função similar, o locutor explicitamente integra-se nessa comunidade, assumindo esse PDV.

Em (170) e (171), vemos dois modos de expressão da assertividade do locutor na relação com a construção do tópico *fortalecimento da democracia*. A brevidade com que enuncia, em (170), que "o regime está consolidado" faz sobressair o fechamento de um ciclo de preocupações, estabelece um sentimento de tranquilidade a partir da exposição do PDV de L/E, que tem autoridade institucional para dizer o que disse, o *ethos* de autoridade é uma dimensão que tem lugar na construção do tópico.

Em (171), a enunciação proferida no 2.º mandato do PR se modifica. Há um sentido de advertência implícito na construção dos objetos discursivos *democracia e liberdade*. O enunciado "democracia e liberdade nunca estão adquiridas definitivamente" destaca-se pelo valor semântico dos lexemas na formação da rede de sentidos que coloca em dúvida a estabilidade do regime. O verbo

estar e o adjetivo epistêmico asseverativo *adquirido* reforçam o conteúdo da informação sobre os objetos discursivos. O sentido do advérbio *definitivamente* reforça essa organização.

(172) A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é **tão importante** para o futuro da Humanidade **quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia** no interior de cada estado. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, macrossequência central)

(173) O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

O excerto (172) destaca-se pela construção de uma avaliação do locutor. A democracia como objeto discursivo é abordada do ponto de vista de seu *desenvolvimento e consolidação*, com vista à construção de uma enunciação comparativa. O efeito pragmático desse tipo de enunciação coloca em evidência o conteúdo informacional do segundo elemento do enunciado, sobre a importância de se conquistar a consolidação e o desenvolvimento da democracia. Relações como a de comparação, que vemos nesse excerto, funcionam para evidenciar o PDV de L/E e para manter o tópico ativo na materialidade discursiva.

Em (173), mais uma vez a discursivização centraliza-se no objeto *fortalecimento da democracia* que está a serviço da construção do tópico *imagem do Brasil no exterior*, abordado numa perspectiva de futuro. Aqui, vemos a confluência de vozes no discurso, no caso, as vozes do estrangeiro sobre o Brasil, como outros enunciadores (I2/e2), permitindo construir o *ethos* de credibilidade de L/E. O locutor associa a boa imagem do Brasil no exterior ao fortalecimento da democracia, são sentidos construídos em inter-relação, a partir de um posicionamento assertivo que o locutor imprime à construção do objeto, como vemos em todo o enunciado, "o fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade...".

(174) Na política é **tarefa indeclinável** e urgente **uma reforma** com mudanças na legislação **para fazer avançar nossa jovem democracia**. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

(175) **Tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo** converge para **um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia**. (Dilma Rousseff, 2ª posse, macrossequência central)

(176) **Depois** da transição da revolução para o constitucionalismo, **da estabilização da democracia partidária** [...] esperam-nos cinco anos de busca de unidade, de pacificação [...]. (Marcelo Rebelo, 1ª posse, macrossequência central)

Em discursos mais recentes, o *fortalecimento da democracia* ainda é um tópico presente. Os objetos discursivos introduzidos ao serviço de sua construção fazem sobressair enunciações mais modalizadas.

Em (174), está em construção o tópico *reformas*. As adjetivações ao objeto *tarefa* como “indeclinável e urgente” estabelecem no discurso o PDV do locutor face à importância dessas reformas, com vista ao fortalecimento da democracia. Portanto, o objeto discursivo *jovem democracia* está ao serviço da construção do tópico, sendo também parte de um movimento de persuasão do locutor com vista a conquistar a adesão do interlocutor para a necessidade de realização das *reformas*, um tópico que tem grande relevância na agenda do PR. Esse movimento está acessível na materialidade discursiva pela expressão que indica finalidade, “para fazer avançar a nossa jovem democracia”, o uso da metáfora, nesse contexto, faz sobressair a ideia de algo que precisa ser cuidado, fortalecido; as reformas que o PR julga necessárias têm como objetivo esse fortalecimento.

Em (175), a rede de sentido estabelecida em torno do objeto *democracia*, sobretudo o posicionamento de L/E, no sentido de *ampliá-la e fortalecê-la*, demonstra que discursos proferidos em contextos de aparente estabilização democrática, como foi esse da Presidente Dilma Rousseff, não permitem abandonar o fortalecimento da democracia como propósito permanente na agenda do PR. A construção dos objetos *grande objetivo* e *democracia* em articulação reforçam esse sentimento, sobretudo o uso e a repetição do indefinido em “*tudo* que estamos dizendo... propondo”, que funciona como anáfora encapsuladora, resumindo todas as propostas da agenda do PR já elencadas anteriormente e direcionando para o que designa como o “grande objetivo”.

Em (176), destacamos as marcas de tempo decorrido, em *depois de [...]* e de perspectiva de futuro, *nos espera [...]*, na construção do objeto de discurso *estabilização da democracia partidária*; o locutor faz referência a uma *estabilização* e foca em outros desafios.

Como vemos, a apresentação do tópico *fortalecimento da democracia* vai sofrendo modificações ao longo do percurso. A análise da materialidade discursiva nos mostra que o modo como é construído depende do contexto de sua produção; é um tópico fundamental que integra o quadro de desafios e problemas da *agenda presidencial*. Mesmo em discursos temporalmente mais distanciados do processo de democratização, tanto em Portugal como no Brasil, observadas as devidas proporções, esse é um tópico presente nos discursos de tomada de posse a qualquer tempo. O propósito-argumentativo que sobressai da rede de sentidos construída, ainda que não de modo explícito, orienta no sentido de que o regime democrático deve ser fortalecido cotidianamente, para que todo o resto seja possível. Esse é um PDV compartilhado, a partir do qual resulta a construção do

sentido de *desafio* como um tópico permanente na agenda do PR, ainda que contextualizando todos os outros desafios que no quadro da democracia surgem em cada momento e em cada país de modo particular.

A análise dos discursos mais recentes demonstra que as condicionantes mudaram. O tópico *fortalecimento da democracia* permanece presente em todos os discursos, mas, como vimos, os fatores que preocupam os locutores-presidentes sofrem adequações por razões contextuais. Os tópicos até aqui analisados, desde a política interna que contempla tópicos como a busca da coesão nacional, o combate à inflação, à corrupção, a promoção de modernização e desenvolvimento, etc., até a política externa e a preocupação dos locutores com a imagem dos países no exterior, são construídos a partir do PDV de um locutor que tem como propósito o *fortalecimento do regime democrático*.

Os discursos mais recentes apontam para um *desinteresse dos cidadãos por política* como fator de risco para o fortalecimento da democracia. Um modo de interpretação desse problema que não se vê nos discursos do Presidente Ramalho Eanes, por exemplo, onde o locutor aponta para um descrédito ancorado num certo posicionamento controverso dos dirigentes políticos, em forças antidemocráticas, como se percebe da construção “apesar de termos depois atravessado um período de relativa estabilidade econômica e social, persistiram tentativas de radicalizar o processo político”. Os discursos posteriores ampliam o motivo desse descrédito à instância cidadã, a um contexto de crise do sistema político, que gera uma descrença generalizada na política e nos próprios políticos, sem deixar de referir o ambiente de desinformação que agrava todas essas questões e que, de algum modo, enfraquecem a democracia.

5.4.1 Crise de Representação Cidadã

O *desinteresse dos cidadãos por política* é um tópico recorrente nos discursos de tomada de posse presidencial. É construído como uma consequência de um sistema político falho, mas é, sobretudo, considerado um risco à democracia. O locutor constrói esse tópico a partir da introdução dos objetos discursivos, *cidadão, política, risco, desmotivação, divórcio, e despolitização*.

(177) É hoje patente, no comportamento dos **cidadãos** face à **política**, aquilo que vários observadores vinham diagnosticando: **o risco de um divórcio** entre os **cidadãos e a política**[..]Há sinais de **desmotivação e de despolitização** que **me preocupam**, que **preocupam todos** os que querem uma **democracia viva e dinâmica**, uma **República moderna e solidária**. Não esqueçamos que a **liberdade e a democracia** nunca estão adquiridas definitivamente. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

O *desinteresse do cidadão por política* é um subtópico discursivizado no quadro dos desafios da agenda do PR. Segundo o PDV de L/E, esse é um problema que decorre de um modo inadequado de fazer política. A rede de sentidos construída, a partir dos objetos introduzidos *cidadão, política, democracia e república*, comprova que o afastamento da política é uma preocupação para o PR, sobretudo por comprometer o fortalecimento do regime. Podemos comprovar isso a partir do modo como discursivamente o locutor se posiciona em relação a esse subtópico “há sinais de desmotivação e de despolitização que me preocupam”, e, ainda, em “não esqueçamos que a liberdade e a democracia nunca estão adquiridas definitivamente”; aqui sobressai o sentido de advertência em relação aos objetos democracia e liberdade.

A metáfora presente na construção “*o risco de um divórcio entre os cidadãos e a política*” faz sobressair o sentido de ruptura, sentido negativo porque gera preocupações, como referido pelo próprio locutor “me preocupam, que preocupam todos”. A importância dada à participação cidadã na política está ligada à democracia de várias formas. É fato que um cidadão bem informado, participativo contribui para o fortalecimento da democracia. Se, por um lado, a valorização do pluralismo é fundamental num regime democrático que permite a expressão de opiniões diversas, de outro, um cidadão esclarecido contribui para o fortalecimento da democracia à medida que opina, compreendendo o que efetivamente é importante.

O excerto abaixo também discorre sobre o tema:

(178) Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que **do folclore dos fatos** diversos da vida cotidiana; **quando puderem pôr mais em perspectiva** os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, **mais capacitados** vão estar para **o exercício da cidadania**. (Fernando Henrique Cardoso, 2ª posse, macrossequência central)

O excerto destaca-se pelo aspecto verbal indicando um tempo futuro pelo uso do sintagma adverbial, “quando os brasileiros puderem”, uma estrutura que se repete no discurso. Essa construção põe em relevo a escolha do locutor por um tratamento delocutivo ao se dirigir ao interlocutor direto (*tu/você*), no caso *os brasileiros*, mas tratado como terceiro (*e/e*). Ainda que o locutor não se dirija diretamente *aos brasileiros*, há uma orientação argumentativa envolvida que pode ser entendida como um pedido para que os brasileiros se informem e sejam mais críticos da política. O uso do verbo *poder* em, *quando os brasileiros puderem ser mais informados* orienta para a construção de um sentido de *restrição* na relação do brasileiro com a informação. O acesso à informação vai além da simples vontade, é dependente de outros fatores, nomeadamente, de um poder de acesso

relacionado a uma condição econômica, que possibilite ao brasileiro o acesso a livros e outros meios de informação sérios e de qualidade.

O afastamento do cidadão da política e a crise no sistema político também podem ser tópicos construídos em interligação, como causa e consequência, como vemos nos dois excertos abaixo:

(179) A vida, tantas vezes, parece correr à margem do **sistema político**[...] **Temos de ser capazes de quebrar o ciclo vicioso** que leva **os cidadãos** a distanciarem-se da **política** porque a acham pouco influente, contribuindo, com esse mesmo afastamento, para a perda de influência da política [...]. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

(180) Nunca o mundo viveu – como vive hoje – um período de **tão grande descrédito na política**[...] **Temos no Brasil um desafio pela frente. Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social** [...]. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2ª posse, macrossequência central)

Os objetos discursivos convocados, *sistema político*, *cidadãos*, *ciclo vicioso*, em (179), e *política*, *descrédito*, *desafio*, *sistema político*, em (180), estão ao serviço da construção do tópico central *distanciamento do cidadão da política*. A rede de sentidos instaurada por esses objetos contribui para a construção de uma relação de causa e consequência entre a prática da política atual e a desmotivação dos cidadãos. Funciona também para concretizar o propósito argumentativo do locutor, que é conquistar a adesão do auditório para a efetivação de uma *reforma política*, um subtópico introduzido na dimensão do implícito, que mantém relação com o tópico central. O seu sentido é construído a partir da introdução do objeto, *desafio*, em *temos no Brasil um desafio pela frente*. A reforma política integra o conjunto de reformas previstas na agenda do PR, que vai sendo construído na relação com o tópico central, tomado como estratégia que pode contribuir para reverter o quadro de desinteresse dos cidadãos em relação à política, o que justifica o ato de apelo implícito na construção, *precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social*.

O modo como o locutor constrói o tópico *desinteresse do cidadão pela política* é parte de um propósito argumentativo-discursivo que visa convencer os agentes políticos da necessidade de se implementar a reforma política. O PDV do locutor assimila-se à outra voz que traz para o discurso e argumenta que a política que vem sendo praticada não corresponde aos interesses dos cidadãos, o que resulta em seu afastamento. A expressão desse PDV pode ser percebida na materialidade discursiva a partir da construção “ a vida, tantas vezes, parece correr à margem do sistema político”, em (180).

CAPÍTULO VI - CONSTRUÇÃO, DELIMITAÇÃO E TRANSIÇÃO DE TÓPICO

Neste capítulo analisamos alguns mecanismos linguístico-discursivos que permitem ao locutor transitar de um tópico a outro, e abordaremos também a construção de tópicos implícitos.

6.1 Mecanismos Linguísticos de Transição de Tópico

A percepção da mudança de tópico nos discursos de tomada de posse presidencial nem sempre é clara. Diferentemente do que ocorre, por exemplo, num discurso dialogal, onde o contexto de interação face a face permite que a transição seja percebida mais facilmente, em razão de trocas de turnos de fala, e de um conjunto de estratégias próprias do diálogo simultâneo, no contexto monologal em que os discursos de tomada de posse presidencial se constituem, a percepção da transição intertópica assume maior complexidade, sobretudo em razão da grande quantidade de tópicos e de objetos que são introduzidos.

Esta seção analisa alguns mecanismos linguístico-discursivos escolhidos pelo locutor para a realização da transição de tópico, mecanismos que, em sendo reconhecidos pelo alocutário, contribuem para a identificação dos diversos tópicos que compõem os discursos de tomada de posse presidencial.

6.1.1 Transição Tópica Explícita

Nos discursos de tomada de posse em análise os tópicos discursivos vão sendo introduzidos linearmente em função do desenvolvimento textual. Não é uma estratégia frequente o aviso explícito pelo locutor sobre os tópicos de que vai tratar, mas eventualmente esse aviso pode ocorrer, o Discurso do Presidente do Brasil Fernando Collor vem a ser um exemplo dessa estratégia:

(181) Senhores Membros do Congresso Nacional, **é meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato** e a profissão de fé de presidente eleito, **as diretrizes** do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me **a tópicos essenciais**, para que tenham diante de si, com nitidez, **os grandes temas** de meu programa [...]. São eles [...] (Fernando Collor de Mello, 1989, sequência de abertura)

O locutor apresenta explicitamente, no final da sequência de abertura, os tópicos que serão tratados no corpo de seu discurso. O uso dessa estratégia está ligada à construção de uma imagem de coerência do PR, tendo em vista a crença compartilhada de que os políticos prometem muitas coisas,

e na maioria das vezes não cumprem quando passam a exercer o poder. Essa é uma questão que pode estar ligada às esferas do “desejável e do possível” (Charaudeau, 2008a, p. 19); enquanto candidato, o discurso que produz centra-se na esfera do desejável, para atender à instância cidadã que o elegeu, e quando assume o poder precisa agir em função da esfera do possível.

Note-se que o objeto discursivo *candidato*, convocado para a construção “minhas propostas de candidato”, recupera essa imagem. O propósito é ressaltar que as propostas do candidato passaram a integrar a agenda do PR e serão colocadas em prática, isso explica o processo de recategorização do referente *propostas* em *diretrizes* do Programa do Presidente da República. A modificação da dimensão pessoal de *candidato* para *eu presidente* está marcada na materialidade discursiva no segmento “os grandes temas de meu programa”, isto é, do programa do PR. Dessa construção sobressai o juízo avaliativo que é, efetivamente, a expressão do PDV de L/E na referência ao objeto de discurso *os grandes temas*, uma estratégia ligada à construção de uma imagem de coerência política, do *ethos* de credibilidade do locutor-presidente.

Abaixo, temos mais um exemplo em que o locutor torna explícita a mudança de tópico:

(182) Senhores Congressistas, **direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo** [...]. (Fernando Collor de Mello, 1989, macrossequência central dos discursos)

Este excerto pertence à macrossequência central do discurso. Para passar da sequência dedicada à construção do tópico *política interna*, para o tópico *política externa*, o locutor torna explícita essa transição com o auxílio do recurso dêitico e da apresentação do tópico que será tratado por ele. O uso do dêitico pessoal e temporal “direi agora algumas palavras...” expressa o PDV de L/E no discurso, indicando explicitamente o tempo/espaço da enunciação, isto é, o tempo/espaço do discurso. A expressão “situação do Brasil no mundo contemporâneo” antecipa ao interlocutor a organização tópica do discurso, é portanto, uma estratégia metadiscursiva, onde o próprio discurso é tomado como objeto enquanto processo em curso, atribuindo-lhe uma coloração didática.

6.1.2 O Parágrafo como Estratégia Linguístico-Discursiva na Transição e Delimitação de Tópico

Consideramos que o parágrafo é o meio mais frequentemente usado pelo locutor para a realização da transição tópica no gênero discursivo em questão. Isso não significa que cada parágrafo sempre corresponda a um novo tópico, mas é verdade que novos tópicos costumam ser introduzidos

com o auxílio de novos parágrafos. Do mesmo modo, há casos em que vários parágrafos servem à construção do mesmo tópico, trata-se, nomeadamente, de tópicos que abrangem muitos objetos discursivos ao serviço da sua construção e dos subtópicos relacionados.

Para mostrar a contribuição do parágrafo para a transição de tópico e como isso ocorre, dividimos os excertos retirados do nosso *corpus* e com o auxílio da ferramenta *tabela do word*, destacamos alguns parágrafos onde há introdução e transição do tópico.

Ressaltamos de antemão que a numeração dos parágrafos que estamos usando não corresponde à numeração real nos textos dos discursos, esse uso tem apenas finalidade metodológica, pretende tornar mais clara a análise em andamento.

O excerto abaixo pertence ao discurso de primeira posse do Presidente Jorge Sampaio:

(183)

§1	O princípio da cooperação institucional não pode ser sinónimo de unanimidade. O normal funcionamento das instituições políticas exige que todos: Presidente, Assembleia e Governo, exerçam os seus poderes com exigência e respeitem a manifestação das competências recíprocas.
§2	Serei constante na expressão da minha cooperação institucional com o Governo , tal como serei firme no exercício dos deveres que me estão constitucionalmente conferidos.
§3	Manterei com a Assembleia da República , centro por excelência da vida democrática nacional, uma relação de respeito e de solidariedade e manterei com todos os partidos um diálogo constante [...].
§4	Quero aqui saudar as Forças Armadas portuguesas , garantia da defesa e da segurança nacional e cuja lealdade institucional foi decisiva para consolidar o regime democrático saído do 25 de Abril .
§5	O essencial do destino de Portugal joga-se na Europa . Esse é hoje um dado incontornável da inserção internacional do País [...].
§6	Tanto as dificuldades dos últimos anos, como as exigências da nova fase da construção europeia , exigem o reforço dos consensos internos adequados a suportar as exigências permanentes da estratégia portuguesa para a Europa . (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

O tópico em andamento é a *cooperação institucional*. Como vemos, dos seis parágrafos que destacamos, três se ocupam da sua construção, indicando que mudança de parágrafo não implica necessariamente em mudança de tópicos. Por outro lado, é importante perceber que novos parágrafos propiciam a introdução de novos objetos de discursos. No parágrafo (§1), o locutor convoca os objetos discursivos centrais, *presidente, instituições políticas, assembleia e governo* que permitem a introdução do tópico, já o parágrafo (§2) para fins de sua manutenção, são convocados os objetos de discurso *governo, deveres* e uma referência à *constituição*. Do mesmo modo, no parágrafo (§3), os objetos

Assembleia da República, também subtópico, e *partidos políticos* estão ao serviço do tópico central, mantendo-o ativo na materialidade discursiva.

O parágrafo (§4) tem como particularidade a presença de ato de fala de saudação. O locutor introduz o parágrafo saudando às *forças armadas portuguesas*, referente dessa instituição democrática que é discursivamente construída de modo sempre positivo, a qual o locutor dirige atos de saudação, homenagem e agradecimento. O locutor mantém o tópico ativo e para além de reforçar a cooperação do PR com essa instituição é seu propósito demonstrar um sentimento de respeito às *forças armadas*, ao *25 de abril* e ao *regime democrático*, um sentimento que é construído a partir da rede de sentidos que esses objetos instauram no discurso.

O parágrafo (§5) marca a transição para o novo tópico que será desenvolvido nos parágrafos seguintes, que é *estratégia portuguesa na Europa*. Com o contributo de diferentes objetos discursivos, o seu sentido já começa a ser construído a partir da convocação do objeto discursivo *destino de Portugal e Europa*.

A contribuição dos parágrafos como estratégia de transição tópica é verificada nos demais discursos. Abaixo, temos o discurso do atual Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa:

(184)

§1	Portugal é a razão de ser do compromisso solene que acabo de assumir.
§2	Aqui nasci, aqui aprendi com meus Pais a falar a língua que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo.
§3	Aqui eduquei os meus filhos e espero ver crescer os meus netos.
§4	Aqui se criaram e sempre viverão comigo aqueles sentimentos que não sabemos definir, mas que nos ligam a todos os Portugueses. Amor à terra, saudade, doçura no falar, comunhão no vibrar, generosidade na inclusão, crença em milagres de Ourique, heroísmo nos instantes decisivos.
§5	É para Portugal, para cada Portuguesa e para cada Português que vai o meu primeiro e decisivo pensamento.
§6	Feito de memória, lealdade, afeto, fidelidade a um destino comum.
§7	Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Dr. Eduardo Ferro Rodrigues,
§8	Na pessoa de Vossa Excelência, saúdo a representação legítima e plural da vontade popular expressa na Assembleia da República. E garanto a solidariedade institucional indefetível entre os dois únicos órgãos de soberania fundados no voto universal e direto de todo o Povo que somos. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse sequência de abertura)

No exemplo acima, o locutor dedica seis parágrafos à construção do tópico *simbolismo do ato de tomada de posse*, até fazer a transição para um novo tópico, que inicia no parágrafo (§7), dedicado a atos de saudação ao Presidente da AR.

Na construção desse tópico, o locutor toma a si mesmo como objeto para a construção do *eu pessoal* que inicia no excerto acima sombreado em “aqui nasci...” até “feito de memória, lealdade, afeto...”. Após, o locutor inicia novo parágrafo e passa a construir um novo tópico “*saudações às autoridades presentes*”, ao qual dedica mais quatro parágrafos até nova mudança de parágrafo e introdução do novo tópico *agenda do Presidente*, que, como vimos, reúne vários outros tópicos.

O excerto abaixo (185) pertence ao discurso do Presidente Português Aníbal Cavaco Silva. O locutor mobiliza 16 parágrafos para a construção de um tópico que é central nesse discurso que é a *situação econômica e social de Portugal*. Informamos que, em razão da grande quantidade, esses parágrafos não estão todos reproduzidos na tabela abaixo, destacamos apenas o que inicia esse tópico e o parágrafo que marca a transição tópica:

(185)

<p>§1 ao §15</p>	<p>Como sempre tenho afirmado, só um diagnóstico correto e um discurso de verdade sobre a natureza e a dimensão dos problemas económicos e sociais que Portugal enfrenta permitirão uma resposta adequada, quer pelos poderes públicos, quer pelos agentes económicos e sociais e pelos cidadãos em geral. A informação objetiva sobre a situação económica e social do País é um bem público que beneficia a sociedade no seu conjunto, porque estimula comportamentos favoráveis à resolução das dificuldades. Os indicadores conhecidos são claros. Portugal vive uma situação de emergência económica e financeira, que é já, também, uma situação de emergência social, como tem sido amplamente reconhecido.</p>
<p>§16</p>	<p>Portugal está hoje submetido a uma tenaz orçamental e financeira - o orçamento apertado do lado da procura e o crédito apertado do lado da oferta. Este quadro afetará negativamente o crescimento económico e a qualidade de vida das famílias, a não ser que os responsáveis políticos, económicos e financeiros correspondam, com firmeza e sem ambiguidades, à obrigação que têm de libertar o país desta situação. [...]Esta é a realidade que não deve ser ignorada e que é minha obrigação deixar bem clara, no início do meu segundo mandato, como contributo para que a urgência de atuar seja por todos apreendida [...]. Esta é uma tarefa que exigirá um esforço coletivo, para o qual todos somos chamados a contribuir. (Aníbal Cavaco Silva, 2ª posse, macrossequência central)</p>

Com o propósito de demonstrar a situação econômica de Portugal, o locutor inicia por fazer o que designou como *diagnóstico* (§1 ao §15). Para essa construção convoca diversos objetos discursivos como, *taxas de crescimento, rendimento nacional, déficit externo, desemprego, mercado, juros, etc.*, objetos que não estão no recorte que fizemos acima, mas dispersos nos 16 parágrafos como referimos. São objetos expectáveis levando em conta o tópico central que o locutor está a desenvolver.

Com a introdução da expressão “como sempre tenho afirmado”, o locutor mobiliza a imagem de coerência, como estratégia discursiva de credibilização.

Apresenta explicitamente o tópico a ser construído, *os problemas econômicos e sociais*; o uso do artigo definido como mecanismo discursivo implica uma pressuposição de verdade, algo que o locutor apresenta como verdadeiro, como sendo compartilhado pela comunidade, nomeadamente pelo interlocutor, com o qual pressupõe um acordo.

Ainda no (§1) com a construção “os indicadores conhecidos são claros. Portugal vive uma situação de emergência económica e financeira”, são convocados PDV, cuja origem não está explícita, mas pelo conteúdo da predicação se pode identificar como organizações que fornecem dados numéricos a fim de medir o desempenho da atividade económica de um país e, como não há nenhuma marca de afastamento de L/E relativamente a estes PDV, significa que L/E (e o sujeito falante) se assimilam a estas vozes.

A avaliação do locutor acerca do objeto de discurso *emergência económica e financeira*, e o aspecto verbal de continuidade reforçado pelo advérbio *sempre* em “como sempre tenho afirmado”, mostra esse acordo entre os PDV. Além disso, o uso da adjetivação para qualificar o objeto *diagnóstico* como “correto”, e o sintagma preposicional com função adjetival para designar o objeto *discurso* como “de verdade” reforçam a credibilidade do locutor, que, para além de sua condição de Presidente da República reeleito, detém sobre o assunto um conhecimento que lhe é familiar, por ser parte da sua formação académica como economista.

Após quinze parágrafos destinados à construção do tópico central que é o *diagnóstico da situação económica de Portugal*, o parágrafo seguinte inicia com uma avaliação e orientação do locutor-presidente, no âmbito da função presidencial que lhe cabe, sobre os rumos a serem tomados (§16). O locutor mantém a centração no tópico central, mas vemos um deslocamento em direção à construção de uma *orientação do PR*, é um comentário final, que encerra um movimento argumentativo, mas que também dá início a outros. O locutor encaixa o tópico central entre dois comentários que reforçam a sua argumentação. A dimensão metadiscursiva é importante para a credibilização do posicionamento do locutor.

O uso dos sintagmas no presente e no futuro em, “Portugal está hoje submetido”, e “este quadro afetará”, e ainda, “esta é a realidade”, fazem sobressair uma voz de autoridade, por isso assertiva que confere mais credibilidade ao dito. O uso da primeira pessoa numa construção de valor deontico, *é minha obrigação*, apresenta o locutor no discurso, responsabilizando-se pelo conteúdo proposicional, conforme Rabatel (2016, p. 88).

O mesmo funcionamento do parágrafo como recurso de transição tópica é observado nos discursos brasileiros.

O excerto abaixo é parte da macrossequência central do discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa sequência, como já referido, são construídos tópicos e subtópicos diversos, por ser uma sequência maior onde se apresenta a *agenda do PR*. Os parágrafos são o principal mecanismo linguístico-discursivo para a transição de tópicos.

(186)

§1	Oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições . O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia .
§2	O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa , de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para a vitalidade democrática .
§3	Mas precisamos avançar mais.
§4	Queremos aprofundar a parceria com a sociedade. Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “ opinião pública ” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade , que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não governamentais .
§5	Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria , mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios. (Fernando Henrique Cardoso, 1ª posse, sequência de abertura)

Nesse caso, o locutor introduz um tópico diferente por parágrafo, embora todos mantenham relação com o tópico mais amplo, nesse caso, a *política interna brasileira*.

Os parágrafos (§1 e §2) têm como tópico central o *exercício da democracia*. Nessa construção é dada visibilidade à construção do subtópico *eleições* (§1), que permite ao locutor posicionar-se subjetivamente sobre a participação do povo nas *eleições*, motivada pela crença *na democracia*. A apresentação dos números, *oitenta e três milhões de eleitores*, vem a reforçar o argumento do locutor como demonstração tácita dessa participação que atribui à democracia. Só o regime democrático permite ao cidadão manifestar *livremente seu pensamento*; a introdução dos objetos *liberdade de opinião e de imprensa*, que vem a ser, portanto, o tópico do parágrafo (§2) lhe permite valorizar a circunstância atual, pela expressão de seu PDV na construção, *de que muito nos orgulhamos*, em relação ao exercício da cidadania que motivou o povo a votar e à democracia como regime que permite o exercício das liberdades. A proposição do parágrafo (§3) funciona como estratégia pragmático-

discursiva para manter a atenção do interlocutor. É marcada por uma construção que pretende aproximar locutor/interlocutor por meio desse foco de atenção, mas também em razão do conteúdo exposto, pela assertividade do locutor ao afirmar que, *precisamos avançar mais*, deixando para o parágrafo seguinte (§4) a apresentação do dito.

No parágrafo (§4), o tópico é *opinião pública*. Os objetos discursivos *sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e organizações não governamentais* estão ao serviço da construção do projeto discursivo do locutor, da expressão de seu posicionamento que se assimila a um PDV que vê uma mudança na sociedade atual, em decorrência da visibilidade que outros setores passaram a ter, não mais restrita a classes sociais privilegiadas, a *setores privilegiados da sociedade*, como refere, um fenômeno designado como *opinião pública*. No parágrafo (§5), o locutor centra-se no tópico, *política social do governo*, e posiciona-se em defesa dos *mais pobres*, objeto discursivo designado pelo locutor como *maioria silenciosa*, uma designação que orienta para o PDV de L/E na referência ao objeto, *mais pobres*, uma voz que considera que os mais pobres, mesmo com o avanço do respeito ao exercício da cidadania, da liberdade de expressão, continuam não sendo ouvidos. A rede de sentidos instaurada permite a construção de um contraste entre maioria silenciosa e liberdade de expressão, como propósito argumentativo-discursivo do locutor.

O excerto abaixo também é parte da macrossequência central do discurso da Presidente Dilma Rousseff. Cada divisão encaixada corresponde a um novo parágrafo e um novo tópico que o locutor dedica-se a construir com o apoio de objetos diversos, mas que são também subtópicos, se os considerarmos na relação com o tópico central da agenda do PR.

(187)

§1	Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia , fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições , restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública .
§2	Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade , especialmente a estabilidade de preços , e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo da nossa economia , facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo , da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar .
§3	É, <i>portanto</i> , inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário , orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade . O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.
	Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A

§4	competitividade de nossa agricultura e da nossa pecuária , que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda a nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)
----	---

No parágrafo (§1) a orientação argumentativa do discurso é no sentido de conquistar a adesão do auditório e pôr em prática a *reforma política*, que é o tópico do parágrafo. Os lexemas, em negrito, funcionam como objetos de discurso para a construção do tópico e sobretudo para reforçar o argumento do locutor em defesa da reforma política como uma meta na agenda do PR que deve ser cumprida, por isso, o PDV de L/E posiciona-se assertivamente na referência ao tópico em “na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma”. Como reforço desse PDV, o locutor faz uso da expressão metafórica “para fazer avançar nossa jovem democracia”, ancorado num propósito de fortalecer a democracia, um objetivo da agenda dos Presidentes que extrapola o espaço/tempo dos discursos de tomada de posse, isto é, as ações do PR sempre focam no fortalecimento do regime, em qualquer tempo, é uma meta inerente aos governos democráticos. Destacamos nessa construção mais uma questão importante que é o uso da locução verbal “fazer avançar” a propósito da política. Essa escolha torna claro o propósito argumentativo do locutor de atribuir aos agentes políticos o dever de fazer com que a democracia avance; o que seria muito diferente se, em vez disso, houvesse uma construção unipessoal, como por exemplo, *é preciso que nossa jovem democracia avance*. Uma construção que é privilegiada no parágrafo seguinte (§2), que tem como tópico, *ciclo de crescimento*, construído a partir da rede de sentidos que os objetos discursivos convocados permitem, como *estabilidade de preços, capacidade empreendedora*, etc.. A transição para esse tópico é apoiada na mudança de parágrafo, e no uso de uma expressão de valor final, *para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento*.

O parágrafo seguinte (§3) abriga um outro tópico que é a *modernização do sistema tributário*, uma transição tópica que também se beneficia da mudança de parágrafo, e faz uso de uma conjunção conclusiva, “é, portanto, inadiável...”, que permite manter uma relação semântica com o conteúdo tópico dos parágrafos (2 e 3). No último parágrafo (§4) o locutor desenvolve o tópico *modernização do parque industrial*.

Abaixo, destacamos apenas três parágrafos para mostrar que a transição tópica pode ocorrer de forma gradual:

(188)

§1	O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras , e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. [...]. Esta é uma Nação que fala a mesma língua , partilha os mesmos valores fundamentais , se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.
§2	Esta Nação , que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente , fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente , afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.
§3	Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional . Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros , elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, macrossequência central)

No parágrafo (§1), o locutor centra-se na construção do tópico *diversidade da cultura brasileira*, para o qual são convocados os objetos discursivos *língua, a mestiçagem e o sincretismo, judeus e árabes, migração*, etc. Há um propósito argumentativo-discursivo de construir o sentido de valorização do *Brasil*, a partir da valorização da sua cultura. O locutor inicia o parágrafo posicionando-se em relação a esse objeto de discurso com uma construção avaliativa “o Brasil é grande”, uma qualificação que funciona como marca linguística do PDV de L/E, e tem menos relação com a dimensão geográfica do Brasil do que com sua capacidade para se desenvolver e modernizar, uma construção metafórica, portanto. A orientação argumentativa é no sentido de que o reconhecimento e valorização da cultura brasileira, sobretudo pelo próprio PR, pode favorecer que outros países também enxerguem no Brasil um ambiente seguro, contribuindo, assim, de forma positiva para a adesão de amplos acordos internacionais. Essa intencionalidade está inscrita na materialidade discursiva na construção, “o Brasil tem que dizer a que veio...internamente...externamente”, presente no parágrafo (§2).

O objeto discursivo *Brasil* é recategorizado como “Nação”, um lexema cujo sentido construído pelo locutor vai além do que está dicionarizado, ativando uma dimensão emocionada, semelhante à do

lexema *pátria*. No último parágrafo (§3), o locutor introduz o tópico, *política externa*, construído a partir dos objetos discursivos destacados em negrito.

Os exemplos demonstram que a transição tópica pode ocorrer de forma gradual, quando a manutenção de uma relação semântica intertópica leva a uma delimitação de tópicos. Em (188), a relação de sentidos permanece mesmo após a segmentação em parágrafos, neste caso, reforçada pelo uso do demonstrativo em “esta nação” (§2) e “nossa política externa refletirá também” (§3), que têm valor anafórico, ambas marcam uma continuidade de sentido.

No excerto anterior (187), a intenção do autor é mudar de tópico, não apenas delimitar, por não haver uma ligação mais saliente de sentidos entre os tópicos.

Para finalizar esta seção, ressaltamos que até agora temos tratado de transição e delimitação de tópico, mas também da Constituição/organização de cada tópico. Essa abordagem, que será continuada na seção seguinte, justifica-se em razão do nosso objetivo de trabalho no que concerne à investigação da organização tópica do *corpus* de análise, e sobretudo porque, embora possamos nos centrar no destaque aos mecanismos de transição e delimitação, o tópico é inseparável do(s) objeto(s) discursivo(s) que o constroem, e dessa forma consideramos importante também indicar o modo de organização dos objetos que o constituem.

6.1.3 As Formas de Tratamento na Função de Vocativo como Mecanismo de Transição e Delimitação de Tópico.

A segmentação em parágrafos que estamos considerando como a principal estratégia linguístico-discursiva de transição e delimitação de tópico encontra reforço no uso das formas de tratamento que, sendo multifuncionais, têm em foco uma função estruturadora da organização tópica do discurso.

No *corpus* que analisamos, as formas de tratamento na função de vocativo contribuem para a “visibilidade” (Adam,2022) das principais partes da estrutura composicional, como vimos na seção 3.3.

Demonstraremos, aqui, que a interpelação dos destinatários associada à introdução de novos parágrafos contribui para reforçar o processo de transição de tópico. O que não significa dizer que toda mudança tópica seja obrigatoriamente acompanhada de interpelações.

Apresentamos o excerto abaixo como exemplo típico dessa estratégia:

(189)

Da União Europeia, devemos esperar não apenas que assegure a estabilidade e a sustentabilidade da zona euro, mas também que desenvolva uma estratégia comum e solidária que promova o crescimento, o emprego e a coesão.

**Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhoras e Senhores Deputados**

A nossa sociedade não pode continuar adormecida perante os desafios que o futuro lhe coloca. **É necessário que um sobressalto cívico** faça despertar os Portugueses para a necessidade de uma sociedade civil forte, dinâmica e, sobretudo, mais autónoma perante os poderes públicos. (Aníbal Cavaco Silva, 2ª posse, macrossequência central)

Como vemos acima, o uso das formas de tratamento na interpelação dos destinatários funciona para delimitar os tópicos em construção, contribuindo para que o locutor faça a transição do tópico *União Europeia* para o tópico *sobressalto cívico*.

O excerto abaixo (190) pertence ao discurso de primeira posse do Presidente Ramalho Eanes:

(190)

§1	E para atingir todos estes objectivos , precisamos ainda de órgãos de comunicação social , que não sejam fatores de perturbação, veículos de mentiras, difamações ou injúrias [...] mas que servem antes para informar [...].
§2	Senhores deputados Portugueses
§3	Esta hora é de optimismo e de esperança
§4	Mas julgo que trairia as expectativas do povo que me elegeu, se não tivesse dado testemunho de alguns dos principais problemas que a todos afligem.
§5	Para os resolver , assegurarei ao governo condições de autoridade e de eficácia [...].
§6	E neste país, com os seus recursos e com os seus filhos, que havemos de reencontrar a nossa dignidade e a nossa identidade nacional [...].
§7	Somos um povo amante da paz e queremos contribuir activamente para uma solução pacífica dos problemas que afligem a vida dos povos [...].
§8	Intensificaremos a nossa participação nesses espaços, na Europa em que estamos integrados [...].
§9	Não esqueceremos que da nossa realidade fazem parte muitas centenas de milhares de portugueses que noutros países procuram o que um regime padraço lhes negou.
§10	Senhor presidente Senhores deputados Portugueses
§11	Encerramos o " ciclo do império " e eis-nos perante a tarefa de continuar a pátria nas primitivas dimensões das terras que nasceram portuguesas. Emergimos da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas do regresso a um passado em que só porventura mudariam os

dominadores. Estamos mais pobres, mas a experiência vivida nos ensinou que a liberdade é um bem inestimável que merece a vida e sem o qual não há democracia nem dignificação do homem (Antônio Ramalho Eanes, 1ª posse, macrossequência central)
--

O parágrafo (§1) apresenta o tópico que está em construção, *órgão de comunicação social*. A expressão que abre o enunciado no parágrafo, “e para atingir todos estes objetivos”, anuncia a transição, expressa uma finalidade, e ainda sintetiza o que foi dito antes, funcionando como anáfora encapsuladora, em que o uso do demonstrativo “*todos esses objetivos*” é fundamental para a continuidade do sentido.

Um novo tópico é introduzido desta vez com a contribuição das formas de tratamento. O locutor interpela os destinatários, “*senhores deputados*” e os “*portugueses*” (§2) e faz a transição de tópico (§3). Com o uso da expressão *esta hora é de otimismo e de esperança* reforça o simbolismo do ato de tomada de posse, e anuncia a introdução de um novo tópico. Os sentidos positivos que os objetos *otimismo e esperança* constroem funcionam para descentralizar o foco de atenção no tópico *desafios e problemas*, e introduzir uma mensagem positiva na construção do tópico *as propostas do PR para os resolver*, para a qual são convocados vários objetos, destacamos o *povo e integração europeia* como fundamentais.

Uma nova interpelação no parágrafo (§10) leva à introdução de um novo tópico. Os objetos discursivos destacados em (§11), *ciclo do império, noite totalitária* estão ao serviço do tópico *as experiências vividas*, que também é um objeto de discurso fundamental nesse contexto de produção. A (re)apresentação discursiva de alguns desafios enfrentados historicamente na sociedade portuguesa contribui para a concretização do propósito argumentativo do locutor de dirigir uma mensagem positiva e um sentimento exortativo à liberdade e à democracia.

Abaixo, destacamos novamente o excerto (191), desta vez para dar visibilidade ao uso de formas de tratamento como estratégia de transição tópica. Nesse caso, o locutor introduz uma forma de tratamento com a qual interpela os “*senhores congressistas*”, uso que lhe permite delimitar e transitar do tópico relativo à *política interna* para o tópico sobre a *política externa*, um tópico bastante abrangente e que tem como um dos seus subtópicos “*a situação do Brasil no mundo*”, que o locutor passa a desenvolver:

(191) Senhores Congressistas, direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

É importante sublinhar que as formas de tratamento como mecanismo que contribui para a transição e delimitação tópica não está presente na totalidade dos discursos de tomada de posse presidencial.

Dos *corpora* investigados, não apresentam tal recurso os dois discursos de tomada de posse do Presidente Mário Soares, o discurso de 1ª posse do Presidente Luiz Inácio da Silva, o discurso de 1ª posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ainda o discurso de 1ª posse do Presidente Jorge Sampaio. Por outro lado, alguns locutores, sobretudo os Presidentes brasileiros, fazem uso da estratégia em diversos momentos do discurso, chegando a ocorrer por dez vezes no discurso de segunda posse dos Presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio da Silva. Os discursos portugueses são mais acautelados quanto a esse uso, apenas o discurso do Presidente Aníbal Cavaco Silva foi mais além, com cinco ocorrências.

Em síntese, o uso das formas de tratamento nos discursos de tomada de posse tem a finalidade de identificar nominalmente os destinatários, mas também funcionam, com o valor de vocativo, para estruturar a organização tópica desses discursos e, aqui, é sobretudo este funcionamento como mecanismo de transição de tópico que nos interessa.

6.2. Mecanismos Linguístico-Discursivos de Construção de Tópico

Nessa seção discutiremos os mecanismos linguístico-discursivos mais salientes que participam da construção dos tópicos. Iniciaremos apresentando o funcionamento das anáforas, em particular das encapsuladoras, dos dêiticos, das marcas de objetividade, e da estratégia da implicatura na construção de objetos e tópicos discursivos.

6.2.1. O Processo de Referenciação: As Escolhas Lexicais

No âmbito do processo de referenciação, a construção dos tópicos discursivos deve-se menos à presença de cadeias anafóricas do que por isotopia.

Sucessivos objetos de discursos, não se tratando aqui de anáforas associativas e sim de objetos novos, estabelecem entre si uma rede semântica, uma rede isotópica, que instaura um percurso de sentidos que orienta para a identificação dos tópicos. Os objetos de discurso introduzidos, em sua maioria, não serão retomados no decorrer do discurso, mas funcionam como pistas que atuam na construção do tópico que está sendo tratado, e, conseqüentemente, para a compreensão do sentido global do texto/discurso.

A rede de sentidos construída pelos objetos permite a identificação dos tópicos. Mas, a ocorrência de tópicos vizinhos resulta na dificuldade de se estabelecer limites; partimos, no entanto, do princípio da heterogeneidade das categorias na análise do que pode ser mais e menos prototípico.

Desse processo de construção tópica resulta um grande número de objetos convocados para sua construção, criando-se um efeito de lista ou paratático, pela introdução de objetos diversos que servem à construção dos tópicos que o locutor deseja, e que são depois abandonados.

Vejam os excertos abaixo que são parte da construção do supertópico *agenda presidencial*. O locutor convoca diversos objetos a serviço da construção dos tópicos *modernização do país* e *coesão nacional*.

(192) Os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal. O País tem perante si o **desafio** de garantir um importante esforço de **modernização** sem gerar fracturas políticas e sociais que minem a **coesão nacional**. A **estratégia nacional** só pode passar pela firmeza na participação de Portugal na **União Europeia**, pela concretização de um esforço sustentado de modernização dos sectores produtivos e por uma atenção constante às **políticas sociais**. Olho com confiança para o futuro de Portugal. Somos um país quase milenário. Temos uma cultura [...]. Uma língua [...]. **Foi a coragem e a determinação de vencer do nosso povo que fez a riqueza da nossa história, cultura e língua.** [...]. **Sei** que o **povo português será sempre capaz de encontrar as energias e os meios necessários a garantir o futuro de Portugal.** (Jorge Sampaio, 1ª posse, macrossequência central)

Para a construção desses tópicos, destacamos especificamente os objetos discursivos *desafio*, *estratégia nacional*, *união europeia*, *esforço de modernização* e *políticas sociais* que estão ao serviço de sua construção, uma vez que a rede de sentidos que estabelecem na materialidade discursiva corresponde ao propósito discursivo do locutor na relação com esses tópicos. Temos visto até aqui que esses tópicos estão sempre em inter-relação, o que corresponde a um projeto de dizer que visa comprovar que ações voltadas para o investimento em modernização precisam ocorrer, mas sem agravar a coesão nacional. Essa, como já mencionamos, vem a ser uma das principais metas da agenda presidencial; discursivamente, é construída a partir do sentido de *desafio* porque é assim apresentada pelo locutor-presidente, mas é vista também como uma *estratégia nacional*, como ele próprio refere, porque está diretamente ligada ao fortalecimento de Portugal na UE. São designações que discursivamente expressam o PDV de L/E na referência a esses objetos discursivos

O enunciado é iniciado com um posicionamento subjetivo do locutor pela avaliação que faz sobre o objeto *futuro de Portugal*, a partir da construção “os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal”. A escolha dessa construção, sobretudo no início do parágrafo, tem um forte efeito perlocutório, no sentido de mobilizar a atenção do interlocutor para o que será dito. A introdução do

objeto *desafio* corresponde ao propósito argumentativo-discursivo de conquistar a adesão do povo, um contributo necessário para que o PR consiga manter a coexistência entre modernização e coesão nacional. Dessa forma, a convocação do objeto discursivo *povo* é acompanhada do posicionamento do locutor, que se expressa na referência a esse objeto, atribuindo-lhe qualificações positivas, através de um léxico eufórico: *o povo é sempre capaz de encontrar as energias e os meios necessários a garantir o futuro de Portugal*.

A referência à identidade nacional pela introdução dos objetos “história, cultura, língua e povo” num ato exortativo, serve de escopo para a construção de um discurso que remete a um passado de vitórias, isto é, o locutor recorda situações passadas, “foi a coragem e a determinação de vencer do nosso povo que fez a riqueza da nossa história, cultura e língua”, para demonstrar sua certeza no futuro positivo para Portugal: “é ela que me fará sempre ter confiança no futuro”.

Como vemos, os objetos vão sendo sucessivamente introduzidos, criando um efeito semelhante ao de lista, como já mencionamos.

Na busca por adesões, sobressai o sentido de confiança do locutor-presidente, que pode ser interpretada também como um tipo de cobrança quando afirma *sei que o povo português será sempre capaz de encontrar as energias e os meios necessários a garantir o futuro de Portugal*; pressupõe-se que o interlocutor compreende o conteúdo pragmático da mensagem, que pode ser interpretado como um ato de apelo do Presidente, exortativo, mas que, de certa forma, pode expressar um tipo de manipulação, pois é um ato assertivo “sei que...”, cujo conteúdo proposicional veicula um juízo valorativo elogioso do destinatário.

Em (193) o locutor convoca vários objetos discursivos para a construção de tópico *estabilidade e credibilidade da economia*:

(193) Neste momento solene de posse **é importante que eu detalhe algumas ações e atitudes concretas** que vão nortear nosso segundo mandato. **As mudanças** que o país espera para os próximos quatro anos dependem muito da **estabilidade e da credibilidade da economia**. Com o **Programa de Investimentos em Logística**, demos um passo adiante, construímos **parcerias** [...] implementando um **novo modelo de concessões** [...]. Asseguramos **concessões de aeroportos** e de milhares de km **de rodovia** e a autorização para **terminais privados** nos portos. Agora, vamos lançar o **3º PAC**, o 3º Programa de Aceleração do Crescimento e o segundo **Programa de Investimento em Logística**. Assim, a partir de 2015 iniciaremos a implantação de uma nova carteira de **investimento em logística, energia, infraestrutura social e urbana**, combinando **investimento público** e, sobretudo, **parcerias privadas**. (Dilma Rousseff, 2ª posse, macrossequência central)

Para a construção desse tópico, o locutor convoca os objetos *mudanças, estabilidade, credibilidade da economia, programa de investimentos, parcerias, concessões, 3.º PAC, programa de investimento em logística, energia, infraestrutura*, entre outros destacados acima. A questão econômica é sempre fundamental nesse gênero, e o posicionamento do locutor nesse sentido é sempre assertivo. A rede de sentidos que se instaura permite compreender que grande parte das metas da agenda do PR, passa primeiramente pela estabilidade econômica, o locutor é explícito quanto a isso ao afirmar que *as mudanças que o país espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade da economia*.

O enunciado apresenta passagens em que há o apagamento do locutor, como em “é importante que ...”, mas há também atos assertivos sem o apagamento de L/E em outros momentos como vemos nas construções “demos um passo adiante...” e “iniciaremos a implantação...”, inscrito linguisticamente no uso do pronome pessoal inclusivo “nós”. Trata-se de um posicionamento de um locutor que pode pôr em prática as ações previstas na agenda. A análise dessa dimensão, que é a função do Presidente, que se particulariza no Brasil e em Portugal, é tratada na seção (4.3.3.2).

Para finalizar, retomamos aqui o excerto do discurso do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, já apresentado anteriormente:

(194) Portugal é a razão de ser do **compromisso solene** que acabo de assumir. **Aqui nasci**, aqui aprendi com meus **pais** a falar a **língua** que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo. **Aqui eduquei** os meus **filhos** e espero ver crescer os **meus netos**. [...]. É para **Portugal**, para cada **Portuguesa** e para cada **Português** que vai o meu primeiro e decisivo pensamento. Feito de **memória, lealdade, afeto, fidelidade a um destino comum**. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, sequência de abertura)

Destacamos, aqui, o efeito de sentido emocionado construído, sobretudo, em razão de uma rede lexical que inclui os objetos discursivos *pais, filhos, netos, portuguesa, português, etc.*, acompanhada de mecanismos dêiticos.

A rede de sentidos construída, nomeadamente na dimensão das emoções, permite ao locutor reforçar um *ethos* de simplicidade, de um homem do povo, que é mais um entre tantos, um propósito argumentativo-discursivo que é intensificado pela rede lexical escolhida. Essa rede de sentidos contribui, portanto, para a construção da dimensão do *eu pessoal*, na relação com o *simbolismo de tomada de posse*, uma característica muito frequente na sequência de abertura dos discursos. A narrativa da história pessoal é mostrada por dimensões experienciais de uma forma muito marcante, porque coincide com a do interlocutor. Note-se que o efeito de sentido que resulta da repetição do

dêitico espacial “aqui”, acompanhado dos verbos *nasci, aprendi e eduquei* orienta para um sentido de pertencimento, que orienta, por sua vez, para a construção de um sentido de aproximação com o interlocutor, que também pode se encontrar nessa narrativa. O objeto discursivo *língua* faz sobressair o sentido de pertencimento, pelo próprio sentido que evoca, como o meio que permite uma interação efetiva, uma “união” dos povos como refere o locutor, no seguimento da referência ao país e ao povo em geral como vemos em “cada português, e cada portuguesa”. A rede de sentidos que permite a interpretação dessas dimensões ocorre em razão de objetos introduzidos e não retomados. O parágrafo termina com a afirmação explícita de uma relação emocionada com os portugueses, efeito fortalecido pelas escolhas lexicais e pelo efeito de lista que a enumeração dos sentimentos permite, como vemos em, *memória, lealdade, afeto, fidelidade a um destino comum*, criando, assim, um nítido efeito de proximidade entre o PR e os cidadão portugueses.

6.2.2 O Funcionamento Anafórico e Dêitico na Construção dos Tópicos Fundamentais

Nesta seção, examinaremos o funcionamento anafórico e dêitico nos discursos de tomada de posse presidencial.

A dinamicidade dos objetos de discurso leva à valorização da anáfora, que é efetivamente um dos mecanismos que permite construir um determinado tópico por retoma de um objeto de discurso, que ao ser introduzido, pode ser desativado, reativado ou recategorizado na relação com outros mecanismos linguísticos, por hiperonímia, meronímia, etc.

Mas, como já antecipado acima, o que efetivamente verificamos é que nos discursos políticos de tomada de posse presidencial analisados o uso de anáforas não se constitui uma dimensão de relevo, o que efetivamente sobressai é a introdução de novos e sucessivos objetos de discurso a serviço da construção de uma quantidade menor de tópicos discursivos.

Há alguns casos de uso anafórico por repetição total de referentes, e outros por encapsulamento, que a literatura também trata como anáforas “rotuladoras”⁶⁷ nos casos de retomada de referentes por sintagmas nominais (Cavalcante, 2000, 2003), Dos Santos & Cavalcante (2014); Koch (2006).

Abaixo, destacamos um caso de retomada total, na construção do tópico *Constituição*. Dessa construção sobressai um processo anafórico correferencial por repetição total desse referente, com o propósito de mantê-lo em evidência na materialidade discursiva:

⁶⁷ Sobre rotulação ver Frances(1996);Koch e Penna(2006); Cavalcante(2003)

(195)[...]devemos aqui estar, eleitos pelo Povo, em cumprimento da **Constituição**. Digo bem, a **Constituição**. Neste mesmo hemiciclo, discutida e aprovada no meio de uma Revolução[...]Recordo, com emoção, esses tempos inesquecíveis[...]Para que pudesse nascer a **Constituição** que nos rege e que foi sendo revista e afeiçoada a novas eras. (Marcelo Rebelo, 1ª posse, macrossequência central)

A retomada correferencial do objeto discursivo *Constituição* funciona na construção de sentidos exortativos e emocionados que são uma dimensão importante nesse contexto. O locutor evidencia aqui uma dimensão importante, a experiencial, relativamente a sua história pessoal, como deputado à Assembleia Constituinte, um jovem que participou da elaboração da Constituição de 1976. Esses saberes constroem-se no discurso, originando uma rede de sentidos que justifica o movimento de exortação e de emoção que são mais salientes, e sobretudo construídos a partir da escolha desse tópico em específico e dos objetos convocados que lhe dão corpo.

No excerto abaixo está em construção o tópico *Constituição*:

(196) Recordo, com emoção, esses tempos inesquecíveis, em que, jovem constituinte, juntei a minha voz e o meu voto a tantos mais [...]. Para que pudesse nascer a **Constituição** que nos rege, e que foi sendo revista e afeiçoada a novas eras. **Por isso, a Lei Fundamental** continua a ser o nosso denominador comum. Todos, nalgum instante, contribuíram para, ao menos, uma parte do seu conteúdo. **Defendê-la, cumpri-la e fazê-la** cumprir é dever do Presidente da República. (Marcelo Rebelo, 1ª posse, macrossequência central)

A expressão definida *Lei Fundamental*, recategoriza o objeto de discurso *Constituição*, mantendo esse objeto e também tópico discursivo na memória discursiva. Como objeto é retomado pelo uso do pronome pessoal de complemento “a”, em *defendê-la, cumpri-la e fazê-la* cumprir. Note-se ainda o uso da locução *por isso* em, “por isso, a Lei Fundamental continua...” funcionando como anáfora encapsuladora, por retomar todo o um conteúdo (co)textual anterior.

No excerto abaixo, o tópico discursivo em construção é *compromissos fundamentais*.

(197) [...] prosseguirei uma magistratura de moderação e de equilíbrio [...] defenderei o interesse nacional [...] e darei atenção permanente às questões da presença portuguesa na Europa e no Mundo [...] desenvolverei uma acção próxima dos portugueses, dos seus problemas e das suas expectativas. **Estes são compromissos fundamentais**, que decorrem da Constituição e da experiência histórica da função presidencial na Democracia Portuguesa. (Jorge Sampaio, 2ª posse, macrossequência central)

O uso do demonstrativo *estes* na expressão nominal “estes são compromissos fundamentais”, resume, rotula, o conteúdo do segmento precedente que tem como tópico *os compromissos do Presidente*.

Abaixo, selecionamos mais alguns segmentos como exemplos de anáfora encapsuladora/rotuladora. Koch (2006b, p. 271) entende a rotulação como uma situação que encerra, na maioria dos casos, um valor persuasivo, “isto é, os rótulos (avaliativos) mobilizados para construir o objeto-de-discurso – frequentemente metafóricos – têm o poder de orientar o interlocutor no sentido de determinadas conclusões”.

(198) Mais que ninguém **sei que o Brasil precisa voltar a crescer**. Os primeiros passos **desta caminhada** passam por um ajuste nas contas públicas, [...] e a elevação da produtividade da economia. (Dilma Rousseff, 2ª posse, macrossequência central)

Acima, estamos classificando a expressão nominal acompanhada de determinante *desta caminhada* como um caso de anáfora rotuladora.

Para além de sumarizar o conteúdo do segmento anterior, *sei que o Brasil precisa voltar a crescer*, a escolha dessa expressão é resultado de uma seleção dentre outras possibilidades, uma escolha que revela a subjetividade do locutor; essa construção apresenta discursivamente o PDV do locutor sobre a necessidade de fazer o Brasil se desenvolver.

O mesmo processo referencial anafórico destaca-se no segmento abaixo:

(199) O Povo Português, tradicionalmente pacífico e tolerante, elegeu-me porque confia na minha capacidade para unir os Portugueses[...] **Essa vontade de promover um clima de concórdia** nacional não exclui firmeza e exigência, no respeito pelas regras democráticas e pelas leis da República. (Mário Soares, 1ª posse, macrossequência central)

(200) O estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, **passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro. Essa perversão das funções estatais** [...] exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

Os excertos acima apresentam usos anafóricos semelhantes. As expressões nominais "essa vontade" (199) e "essa perversão das funções estatais" (200) funciona como anáforas encapsuladoras, por resumirem o conteúdo precedente, permitindo ao locutor dar continuidade ao tópico. Essas anáforas funcionam como rótulos metadiscursivos, por corresponderem a manifestações de subjetividade do locutor, expressas nas escolhas lexicais, na rede de sentido que constrói.

Assim, o uso da expressão em (199) está em consonância com o propósito argumentativo do locutor de promover a paz na sociedade portuguesa, e corresponder às expectativas dessa sociedade, que acredita na sua capacidade de contribuir para o encerramento de polarizações. Esse contexto que o locutor evoca no discurso explicitamente, como vemos em “o povo” elegeu-me porque confia na

minha capacidade para unir os Portugueses", justifica a escolha de construções como, "manter o clima de concórdia nacional".

Do mesmo modo, a expressão destacada no excerto (200) corresponde ao posicionamento do locutor acerca da construção do tópico *estado*, que nesse ponto do discurso é apresentado de forma negativa, a partir da introdução dos objetos, *errático e perverso*, e de construções discursivas que manifestam sua subjetividade, como em: "passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro", e finalizando com o uso da anáfora rotuladora, "essa perversão das funções estatais".

Verificamos que a presença de anáforas encapsuladoras⁶⁸ ocorre com mais frequência, em comparação com outros tipos. Seu uso está relacionado ao poder de síntese, e sua função metadiscursiva comenta o que foi dito, e o que ainda vai ser, orientando mais para a explicação da importância do objeto de discurso, do que para sua continuidade. Essa característica das encapsuladoras coloca em evidência o propósito argumentativo do locutor, ao privilegiar determinados referentes e negligenciar outros; a orientação dessas escolhas depende da informação que o locutor se propõe a compartilhar. Em complementação a essa característica, o termo encapsulador enquanto resultado de uma escolha subjetiva, acrescenta ao discurso uma dimensão fundamental por ser mais um indicativo da apresentação do PDV do locutor. O posicionamento de um locutor nos discursos, no mais das vezes, está em sincretismo com o enunciador, fortalece a modalidade epistêmica em razão do estatuto da instância de enunciação que é o locutor. Esse conjunto de fatores em articulação levam a assertividade do locutor-presidente no modo como se posiciona com os tópicos que introduz no discurso, uma assertividade que, nos discursos de tomada de posse presidencial, se pretende clara. A articulação de todo esse conjunto de mecanismos linguístico-argumentativos participa ainda da construção do *ethos* de credibilidade do locutor, da influência da dimensão argumentativa para garantir a adesão do interlocutor, etc..

Segundo Dos Santos e Cavalcante (2014, p. 227), as anáforas encapsuladoras carregam características das anáforas indiretas e das anáforas diretas. São "inferenciais e, ainda que ancoradas em informações dadas, introduzem um novo referente, que sintetiza porções de texto"; as anáforas diretas carregam "um certo grau de correferencialidade entre a porção de texto sintetizada e o encapsulador".

No exemplo abaixo, o sintagma nominal determinado pelo demonstrativo em *é este o fator crítico* encapsula o que foi dito anteriormente, exprime um posicionamento subjetivo do locutor, acerca do tópico *condição geopolítica de Portugal*.

⁶⁸ Sobre encapsulamento anafórico ver: Conte (2018); Krenn (1985); Frances (1986); Koch e Penna(2006).

(201) Para além disso, somos **periferia da Europa**, estamos **geograficamente** situados no seu extremo sudoeste. Aparentemente, olhamos para um mundo que nos é adverso. Mas, vendo bem, somos o **espaço** onde a Europa se abre ao Atlântico [...]. Acresce que, hoje, **a periferia** já não é ditada pela **geografia**. A periferia é onde mora **o atraso competitivo**. **É este e só este o factor crítico**. (Anibal Cavaco Silva, 1ª posse, macrossequência central)

Os objetos de discurso *atraso competitivo*, *periferia*, entre outros estão ao serviço da construção do tópico. O uso da expressão *é este o fator crítico* dá visibilidade ao posicionamento do locutor, e nesse contexto faz sobressair um sentido de preocupação na repetição do demonstrativo “é *este* e só *este*”, reforçando o foco de atenção do interlocutor ao conteúdo para o qual o pronome aponta, ou seja, a avaliação do locutor sobre a situação de Portugal, na relação com outros países da Europa. O propósito argumentativo-discursivo é efetivamente mobilizar a atenção dos que o ouvem, nomeadamente, o Governo.

O objeto de discurso *competitividade* também está ao serviço da construção do tópico *condição geopolítica de Portugal*. Sua convocação permite ao locutor avançar na discussão sobre os aspectos econômicos, um tópico que se reconhece como fundamental. É seu propósito argumentativo-discursivo mostrar a importância de se fortalecer a internacionalização da economia do país, ao mesmo tempo que faz sobressair discursivamente um sentido de preocupação, tendo em vista a centralidade desse tópico na agenda do PR. O uso de um sintagma nominal com um adjetivo avaliativo como modificador, “factor crítico”, rotula o conteúdo contextual precedente, e revela-se indicador do PDV do locutor e de sua orientação argumentativa, no sentido de orientar o interlocutor para a mesma avaliação. Conte (2018, p. 181) faz referência a esses termos avaliativos como “axiológicos”.

Relativamente ao conceito de dêixis, os trabalhos pesquisados remetem aos estudos tradicionais de Lyons (1977), Bühler (1982) e Levinson (1983), seguidos depois por outros como o de Fonseca (1989), Pardillos (1995) e Maingueneau (1997), Apothéloz (2003) e mais recentes como os de Cavalcante (2000), Ciulla (2002) e Rabatel (2016), entre outros.

Retomando o conceito considerado tradicional, a dêixis define “na língua, as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas pelo triângulo, eu/tu-aqui/agora” (Maingueneau, 1997, p. 41). Categorizada como dêixis pessoal instaurando um *eu/tu*, de referência ao espaço da interação, como dêixis espacial; e de referência ao tempo da enunciação, categorizada como dêixis temporal.

Cavalcante (2000) aponta para a problemática de definição e delimitação da dêixis discursiva relativamente ao conceito de anáfora. A autora toma como base dois critérios para delimitar a dêixis discursiva, já apontados pelos estudos de Fillmore (1971) e Lyons (1977), e que são a referência a

porções difusas do discurso e a consideração do posicionamento do falante na situação enunciativa, e ainda a questão da retomada metalinguística, para, de seguida, dizer que nenhum deles resolve o problema da definição dos dêiticos discursivos, “porque conflituam sempre com a caracterização de anafóricos muito semelhantes”.

Mainueneau (1997, p. 41) refere o conceito de dêixis discursiva, um conceito mais subjetivo, tendo em vista que, de acordo com o linguista, sua manifestação ocorre em “um outro nível, o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói”.

Fonseca (1989) considera a dêixis como “fenômeno que atesta a gênese enunciativa da possibilidade da referência, funcionando os dêiticos como operadores da obrigatória ancoragem da língua no seu contexto de produção” (p.41). A referência que faz ao contexto marca a importância dessa dimensão para a construção e interpretação dos enunciados dêiticos.

Se como prevê a semântica lógica, o conteúdo semântico de uma frase se identifica com as condições de verdade, há frases com elementos dêiticos que não podem ser interpretadas. Situações da língua em uso demonstram que é preciso considerar um outro tipo de referência, para além de função descritiva, a de mostração ou dêitica, porque todo enunciado é enunciado por alguém a partir de uma perspectiva de lugar e espaço.

Nesta seção, demonstramos o modo como cada locutor-presidente faz uso desse mecanismo, com vista ao seu projeto discursivo. Nos interessa, sobretudo, o funcionamento dêitico ligado ao processo de organização discursiva que orienta para as escolhas dos objetos, para os posicionamentos assumidos, relativamente à construção dos tópicos, tendo em vista que a dimensão dêitica está ligada à dimensão da subjetividade, entendida como a presença do sujeito no seu discurso; daí a centralidade da função discursiva do dêitico.

A análise do discurso do Presidente Fernando Collor pode ser um exemplo de uso do dêitico pessoal na construção do tópico, um discurso proferido na transição da ditadura para a democracia, num contexto de estabilidade e credibilidade econômica abaladas pela hiperinflação dos anos 80. Nesse contexto, o liberalismo é uma tendência mundial e o discurso do Presidente vai ao encontro desse projeto neo-liberal, a partir de um posicionamento assertivo de um locutor que se apresenta no discurso:

(202) Entendo assim o estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza [...]. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas [...]. **Não abrigamos**, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro [...]. (Fernando Collor de Mello, macrossequência central)

Como já referido em várias passagens deste trabalho, o dêitico pessoal marca no discurso a presença da instância de enunciação, um procedimento, portanto, inverso ao apagamento enunciativo. No discurso acima, o locutor está presente, pessoal e desinencialmente, no verbo *entendo*, colocando em evidência a imagem do *eu presidente*, um locutor forte, que posiciona-se assertivamente na construção do tópico *economia de mercado*, como podemos verificar nas construções, “daí a convicção...”, “daí a certeza...”. O locutor traz outra voz para o discurso, um PDV I2/e2 que defende o sistema neo-liberal, uma voz com a qual o PDV L/E concorda, como vemos no enunciado, “daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza nomeadamente”, um alinhamento de PDV linguisticamente marcados não apenas nessa, mas também na passagem, “são as economias abertas as mais eficientes e competitivas”. Os objetos introduzidos, *economias abertas e economia de mercado* estão ao serviço da construção do tópico.

Num segundo momento, por contraste, o locutor passa a usar a primeira pessoa do plural ao introduzir o objeto “capital estrangeiro” em “não abrigamos nenhum preconceito colonial”, o dêitico pessoal *nós* permite entender que o locutor apresenta as certezas e convicções de um PDV coletivo, são as convicções do Brasil, do povo brasileiro, de quem é o porta-voz.

Pardillos (1995) faz referência a uma ambiguidade presente nos significados do pronome *nós*, argumentando que a única informação que se tem como certa é a de que um de seus componentes é a presença do próprio locutor, e, aqui, reforçamos mais uma vez a importância da dimensão contextual na construção dos sentidos. O autor, citando Cifuentes (1989), assemelha o efeito da dêixis a um terreno comum, “deixis turns spaces into “stages” (*âmbitos*), where human beings meet in language” (p. 59).

Convocamos novamente o excerto abaixo, desta vez para analisar centralmente o efeito da dêixis na construção do tópico *simbologia do ato de tomada de posse*.

(203) Portugal é a razão de ser do **compromisso solene que acabo de assumir**. **Aqui** nasci, **aqui** aprendi com meus Pais a falar a língua que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo. **Aqui** eduquei os meus filhos e espero ver crescer os meus netos. **Aqui** se criaram e sempre viverão comigo aqueles sentimentos que **não sabemos definir**, mas que **nos ligam** a todos os Portugueses [...]. (Marcelo Rebelo de Sousa, 1ª posse, sequência de abertura)

O locutor inicia seu discurso tomando a si mesmo como objeto na relação com o objeto Portugal sob duas dimensões fundamentais, que se veem interligadas, o *eu pessoal* e o *eu institucional*. O efeito do dêitico temporal da expressão verbal “acabo de assumir” participa da construção da dimensão do *eu institucional*, é o Presidente que está a falar, mas escolhe instaurar,

discursivamente, a dimensão pessoal, através da história de vida do cidadão Marcelo Rebelo de Sousa. O propósito argumentativo do locutor é construir uma aproximação do *eu presidente* com o cidadão comum, um propósito conseguido pela rede de sentidos que os objetos de discurso *Portugal, filhos, língua e outros* possibilitam, e que é reforçado pelo uso reiterado dos dêiticos pessoal e sobretudo espaço/temporal, “aqui” seguido de forma verbal de 1ªp/s. A indicação da coordenada tempo/espaço que os dêiticos permitem é fundamental ao propósito do locutor em estabelecer a aproximação com o interlocutor e para a construção do tópico discursivo. Com o uso do dêitico “nós” em *nos une; nos ligam*, e pela forma verbal “sabemos”, o locutor integra a comunidade portuguesa; trata-se de um PDV coletivo.

6.2.3 Marcas de Objetividade e Construção de Tópicos

Os discursos de tomada de posse presidencial apresentam diversas construções que se destacam pelo apagamento enunciativo que provoca um efeito de objetividade (Kerbrat-Orecchioni, 1980). O apagamento do locutor é, na verdade, mais uma marca de sua presença no discurso, e não de ausência como se poderia pensar. Vion (2001), (*as cited in* Rabatel, 2004, p. 2), refere que “o locutor dá a impressão de que se retira da enunciação, que objetifica o seu discurso”, através do apagamento da fonte enunciativa. O uso dessa estratégia discursiva, “não necessariamente consciente”, leva à discussão sobre a oposição objetividade-subjetividade, uma reanálise que, segundo Marques (no prelo), mostra “a impossibilidade da objetividade total em favor de uma subjetividade generalizada, que é constitutiva dos discursos e, portanto, da língua.”

Os *corpora* investigados apresentam asserções gerais em que o locutor não está marcado explicitamente, como se não houvesse um ponto de vista, ou posicionamento por trás da enunciação, havendo um “simulacro enunciativo” conforme Vion, citado em Rabatel (2004, p. 2). A ideia de que a simples ausência de marcas implicaria em ausência de pontos de vista é afastada pelos estudiosos da área porque o enunciador sempre deixará suas marcas na linguagem. Segundo Kerbrat-Orecchioni (1980), referência nos estudos sobre o tema, “esta subjetividade es omnipresente todas sus elecciones implican al hablante, pero en diversos grados” (p. 42).

Para Rabatel (2004), que articula a linguística da enunciação com a natureza subjetiva da linguagem, a presença do locutor “est sensible à travers la référenciation” (p. 2), o que significa que sua não instauração por meio de marcas linguísticas não indica ausência de posicionamentos, uma vez que « il repose sur les marques qui favorisent le surgissement de l'objet (du discours)

indépendamment du locuteur” (p. 2). Esse linguista faz referência a alguns mecanismos que “entram na construção de um aparelho formal” (grifo do autor) de apagamento enunciativo” (p.3). São marcas de objetividade que exprimem a afirmação de uma convicção pelo afastamento de marcas explícitas da subjetividade do locutor, isto é, não há um *EU/TU*, mas uma voz genérica com a qual o locutor se assimila. A aparente desinscrição do locutor pode ocorrer em certas impessoalizações, como em estruturas substantivas com verbo ser impessoal mais adjetivo, que “diluem[em] a responsabilidade inerente ao acto de afirmação” (p. 3), mas reforçam o valor de verdade do conteúdo enunciado. Criam um sentido de distanciamento entre o locutor e o objeto discursivo, e atribuem ao enunciado um sentido amplo, em que se faz ouvir uma voz genérica com a qual o locutor se assimila.

Vejamos:

(204) A nossa sociedade não pode continuar adormecida perante os desafios que o futuro lhe coloca. **É necessário** que um sobressalto cívico faça **despertar os Portugueses** para a necessidade de uma sociedade civil forte, dinâmica e, sobretudo, mais autónoma perante os poderes públicos. (Aníbal Cavaco Silva, 2ª posse, macrossequência central)

Em (204), o conteúdo proposicional é uma avaliação do locutor a respeito do tópico *nossa sociedade portuguesa*. Interessante observar que a presença do locutor que se estabelece pelo uso do pronome pessoal inclusivo “nós” é, a seguir, substituída pelo seu apagamento, gerando um “efeito de objetividade” (Kerbrat-Orecchioni, 1980) causado pelo suposto apagamento do locutor de seu discurso, pelo uso de estruturas unipessoais, com agente indeterminado, como vemos na construção: “é necessário que um sobressalto cívico faça despertar os Portugueses”. Trata-se de um exemplo de “subjetividade objetivada”⁶⁹ (p. 108), uma objetividade apenas aparente, tendo em vista que a construção negativa “a nossa sociedade não pode continuar *adormecida*” faz sobressair o PDV de L/E na referenciação desse objeto. O locutor constrói um sentido negativo acerca do tópico, posicionando-se em desacordo, como indica a negação reforçada pela modalidade deôntica em “não pode continuar”. A orientação argumentativa que sobressai é no sentido de apelo, implícito, para que a sociedade se modifique, se torne “*forte*, dinâmica e autónoma...”.

A mesma estratégia é percebida no excerto abaixo (205). Na primeira parte do enunciado aparentemente neutro, o locutor convoca uma voz genérica, mas a ideia da subjetividade como dimensão intrínseca ao enunciado permite-nos perceber que há um locutor por trás dessa voz genérica. Pode não estar explicitado na superfície discursiva, mas não há enunciado sem locutor. Há sempre um eu sei/eu concordo, antes de construções como “é preciso aproximar o governo do povo”

⁶⁹ Segundo a autora, o uso dessa modalidade permite que o enunciador tome uma posição sem confessar abertamente ser a fonte do juízo avaliativo.

(205) Não basta governar para o povo - **é preciso** aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o estado da nação. **É um compromisso sagrado de minha parte.** (Fernando Collor Mello, macrossequência central)

Se num primeiro momento há um apagamento da presença do locutor por ausência de marcas dêiticas, em seguida, através de procedimento anafórico encapsulador, o locutor toma para si a enunciação de um valor ilocutório “é um compromisso *sagrado* de minha parte”. O uso do pronome possessivo de primeira pessoa marca não apenas um valor assertivo, mas sobretudo um valor compromissivo. Os valores ilocutórios estão sempre ligados a uma orientação argumentativa; àquilo que poderia ser interpretado num primeiro momento como uma generalização, com efeito de objetividade, pelo afastamento de marcas explícitas da subjetividade, o locutor vai mais longe e estabelece uma relação subjetiva entre essas duas sequências para dar força ao seu discurso, “*é um compromisso sagrado...*”, portanto uma adjetivação que funciona como argumentação discursiva positiva de valor axiológico.

Rabatel (2004, p. 1) considera o apagamento do locutor/enunciador como uma espécie de “aparelho formal do apagamento enunciativo”, que, no nível linguístico, afeta a referência nominal e verbal, e mostra algumas marcas que favorecem a “emergência do objeto de discurso independente do locutor”. Na superfície linguística dos discursos de tomada de posse, o efeito de objetividade que o apagamento enunciativo de L/E provoca é marcado, nomeadamente, pelo uso de estruturas unipessoais com o verbo “ser”, mas é possível encontrar outras marcas.

Abaixo damos visibilidade a alguns casos de apagamento enunciativo, a partir do uso de algumas marcas referidas pelo linguista:

(206) A cedência a quaisquer pressões, se por um lado não **dignifica** os tribunais, por outro **ofende** gravemente os princípios democráticos. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, macrossequência central)

(207) Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. (Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª posse, macrossequência central)

(208) Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção. (Dilma Rousseff, 1ª posse, macrossequência central)

O uso da nominalização em (206) no segmento *a cedência a quaisquer pressões*, é uma estratégia que leva ao apagamento da fonte enunciativa. O tópico é construído a partir de uma voz de autoridade, genérica, com a qual o PDV do locutor se assimila; há um tipo de modalidade epistêmica, doxal, envolvida que leva à interpretação do conteúdo como indiscutível.

Do mesmo modo, em (207), o apagamento enunciativo é marcado pelo uso de declarações doxais. É introduzida uma outra voz no discurso, com a qual o PDV de L/E entra em acordo, na construção do tópico.

O excerto (208) destaca-se pela mesma aparente objetificação do enunciado. No uso de passivação *sem agente nunca as instituições foram tão fortalecidas*, o locutor apaga-se, e a modalidade epistêmica faz sobressair o valor de verdade da proposição e intensifica a construção do tópico.

6.2.4 A Estratégia da Implicação na Construção dos Tópicos

Sobre essa questão é importante frisar que o modo como inferimos o tópico, caso não esteja explícito, não ocorre, obviamente, a partir de marcas isoladas, mas de uma rede de sentidos e conteúdos que nos permitem fazer relações.

(209) As **Forças Armadas** assumiram, ao depor **em 25 de abril um regime anti-democrático**, o pesado encargo de lançar os fundamentos de um **estado participado**. (António Ramalho Eanes, 1ª posse, macrossequência central)

(210) É mais uma prova de que Portugal saiu definitivamente **do isolamento internacional, em que tantos anos viveu**, e que é hoje, graças ao **25 de Abril**, um país prestigiado e respeitado na Comunidade Internacional. (Mário Soares, 1ª posse, macrossequência central)

Em (209) e (210) o referente *ditadura* não é introduzido explicitamente, mas é um objeto de discurso implícito, acessível por um processo inferencial a partir dos objetos explícitos *regime anti-democrático* (209) e pela construção “isolamento internacional em que tantos anos viveu” (210). Essa estratégia discursiva, que é frequente nos discursos de tomada de posse analisados, faz desse referente um tópico, ainda que ao nível do implícito, a funcionar nos discursos portugueses para engrandecer a memória da revolução.

Os discursos brasileiros fazem uso da mesma estratégia linguística, quanto a referenciação do objeto discursivo *ditadura*.

Vejamos:

(211) Vieram, então, **anos sombrios**, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, **mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos**. E, depois, nem isso, mas somente o legado – este, sim, para todos – de uma **dívida externa** que amarrrou a economia e de **uma inflação** que agravou **as mazelas sociais** na década de 1980. (Fernando Henrique, 1ª posse, sequência de abertura)

(212) Sou ex-opositora de **um regime de força** que provocou em mim **dor** e me deixou **cicatrices**, mas não tenho nenhum revanchismo. (Dilma Rousseff, 2ª posse, macrossequência central)

Em (211), o objeto *ditadura* é introduzido ao nível do implícito, sua inferência é permitida pela rede de sentidos que o objeto discursivo (e tópico) “*anos sombrios*” constrói na materialidade discursiva. Essa designação coloca em evidência o PDV do locutor no discurso, pelo modo como se posiciona quanto ao objeto implícito. Os demais objetos convocados, *sacrificaram a liberdade, dívida externa, inflação, mazelas sociais*, enfim, toda a enunciação faz emergir uma voz com a qual o locutor se assimila, resultando numa rede de sentidos muito negativa em referência ao tópico.

A mesma estratégia é verificada em (212), em que o referente *ditadura* é introduzido indiretamente, um sentido inferível a partir da rede de sentidos construída pela introdução do objeto, *regime de força*, que juntamente com os objetos *dor e cicatrices* estão a serviço da construção desse tópico implícito.

O uso dessa estratégia que resulta na ausência de certos objetos na materialidade discursiva, não é aleatória, é, antes, parte do propósito discursivo do locutor para dar mais saliência ao comunicado, do que ao dito. A dimensão do implícito ativa um conhecimento partilhado, por meio do qual é possível recuperar os sentidos do texto/discurso. Mas é também um modo de aproximação entre locutor e interlocutor, uma experiência comum, tomada como verdadeira por este, e que adere aos conteúdos veiculados e ao posicionamento daquele. Trata-se, enfim, de uma estratégia discursiva que tem força persuasiva.

Selecionamos abaixo um último excerto que ilustra a dimensão do implícito:

(213) Apesar de termos depois atravessado um período de relativa estabilidade econômica e social, **persistiram tentativas de radicalizar o processo político**. (Antônio Ramalho Eanes, 2ª posse macrossequência central)

Aqui, o sentido implícito não se manifesta pela escolha de um referente adequado à orientação discursiva do locutor, mas pela indeterminação do enunciado “*persistiram tentativas de radicalizar o processo político*”. A recuperação do sentido depende de alguns critérios, que têm no conhecimento compartilhado, efetivamente, uma condição fundamental, mas é preciso também levar em conta o gênero, a instância de enunciação e o contexto em que o discurso foi produzido. Esse conhecimento permite ao interlocutor, por um processo de inferência, recuperar o sentido que o locutor deixou implícito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Determinamos como objeto de nossa investigação os discursos políticos de tomada de posse presidenciais, e, para os analisar, partimos de algumas questões de investigação e hipóteses. Nossa pretensão era fundamentalmente saber o que os Presidentes dizem em seus discursos de posse e também o modo como dizem, tendo em vista que a visibilidade que oferecem a determinados tópicos, passa por escolhas, por uma subjetividade que lhes permite fazer essas escolhas.

As questões de investigação que balizaram nosso trabalho foram: 1) Que tópicos discursivos são privilegiados nos discursos de tomada de posse dos Presidentes de Portugal e do Brasil em tempos de democracia? 2) De que modo os contextos político-sociais e também experienciais influenciam a escolha dos tópicos? 3) Que objetos discursivos são convocados nesse processo de referenciação? 4) Que mecanismos linguístico-discursivos são usados para construir – e delimitar – os tópicos discursivos nos discursos de tomada de posse dos Presidentes portugueses e brasileiros? 5) Que convergências ou divergências se podem identificar na construção tópica dos discursos presidenciais de tomada de posse de Portugal e do Brasil?

Em relação às questões 1 e 3, os capítulos IV e V apresentam nossa análise acerca da organização semântica dos discursos de tomada de posse, contemplando a identificação e análise desses tópicos que determinamos como fundamentais. Para lhes dar visibilidade, nos centramos na organização composicional dos discursos, ou seja, apresentamos os tópicos fundamentais que compõem cada sequência discursiva, desde a sequência de abertura, passando pela macrossequência central até a sequência de encerramento. Nos discursos de segunda posse, demos visibilidade aos tópicos privilegiados pelo locutor para reforçar o seu propósito de fazer uma *reflexão sobre o percurso*, um tópico que, na organização composicional dos discursos, pertence à sequência de abertura. A análise da construção tópica não é separável da análise dos objetos de discurso convocados, porque estão ao serviço dessa construção, da construção do sentido global dos discursos que corresponde ao propósito discursivo do locutor-presidente.

Sobre a questão 2, a análise remete à compreensão dos diferentes contextos político-sociais e também experienciais do locutor. Como salientamos em todo o desenvolvimento do nosso trabalho, essa dimensão vai sendo demonstrada no decorrer da análise, porque inseparável do sujeito-locutor, portanto inseparável também das escolhas que faz de determinados tópicos, atribuindo-lhes um lugar central nos seus discursos. Da consulta aos capítulos V e VI é possível verificar também a influência que os diversos contextos exercem no processo de produção dos discursos, desde a escolha dos

tópicos até o seu modo de construção que é particular a cada discurso. Em função dessa vertente, verificamos, por exemplo, que nos discursos brasileiros o tópico da *coesão nacional* tem relação com a erradicação da fome e da miséria, e por isso é construído como um grande desafio da agenda do PR; e nos discursos portugueses esse tópico é também um desafio para o Presidente, mas construído discursivamente a partir de objetos como desenvolvimento, modernização e desigualdade social. Concluimos, portanto, que os tópicos discursivos são construídos a partir de relações particulares, porque dependem das relações contextuais de cada país. A dimensão experiencial, relativa ao locutor, integra o modo como os tópicos são construídos, se apresentando discursivamente a partir de escolhas, que emergem da convocação dos objetos de discurso, em todo o processo de referenciação. É o que leva, por exemplo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a fazer uso da expressão *retirante*, a Presidente Dilma Rousseff a referir-se à ditadura como *regime de força*, e o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa a convocar, para a construção do sentido do tópico *Lei fundamental*, uma dimensão do *eu* pessoal, na referência que faz a sua atividade como Professor de Direito e deputado constituinte. O reconhecimento dessas relações semânticas, na relação com a organização composicional, permite uma compreensão mais eficaz do sentido global do discurso pelos interlocutores, do sentido que o locutor deseja compartilhar.

A questão número 4 é respondida no capítulo VI, onde centralizamos a análise dos mecanismos linguístico-discursivos identificados na construção e delimitação dos tópicos discursivos. Essa análise levou-nos a desconstruir conceitos prévios, nomeadamente, sobre a importância de cadeias anafóricas para a organização tópica dos discursos investigados. Em vez disso, constatamos que essa organização é devedora de uma rede isotópica, construída a partir da introdução de vários novos objetos de discurso, sendo esse mecanismo o que, efetivamente, contribui para o processo de construção tópica.

A quinta questão dizia respeito às convergências e divergências presentes na construção tópica dos discursos. A investigação nos mostrou que a influência dos contextos sociais, políticos, e também experienciais são determinantes para as escolhas do locutor sobre o que dizer e sobre o modo como dizer. A dimensão contextual é, efetivamente, fundamental e está na base das particularidades apresentadas. Há tópicos aos quais é dada uma importância diferenciada, são construídos de modo muito particular, como vimos na construção do tópico *coesão nacional* nos discursos portugueses e brasileiros. As condições geopolíticas dos países são outro ponto que leva, como não podia deixar de ser, a uma construção discursiva que revela divergências. O contexto sociopolítico e geográfico favorece a uma construção discursiva que privilegia tópicos como *União Europeia*, enquanto no Brasil o

destaque é dado à necessidade de se fortalecer uma *abertura do Brasil* a acordos multilaterais, sobretudo com o *Mercosul*, esse um objeto discursivo privilegiado para a construção do tópico central.

Algumas hipóteses guiaram nossa investigação. A primeira delas apontava para o fato de o evento político de tomada de posse presidencial determinar a organização tópica dos discursos de tomada de posse presidencial. Tomando como base o conceito de gênero discursivo, sabemos que todo enunciado é parte de uma esfera da atividade humana e reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, que delimitam não apenas a seleção tópica, mas também o estilo e a estrutura composicional desses discursos (Bakhtin, 2000). Esses modelos genéricos, que estão na memória compartilhada do interlocutor, que de algum modo os internaliza, são o que lhe permite prever os possíveis assuntos a serem tratados num discurso de posse presidencial, que são aqueles próprios da esfera de atividade política, e não outros. Do lado da construção discursiva não é possível ao locutor-presidente se afastar de tais tópicos cabendo-lhe selecionar dentre vários, aqueles que considera importante valorizar; por outro lado, ao interlocutor cabe o conhecimento consciente dessas características genéricas e também das dimensões contextuais, conforme explicita Maingueneau (2004) para que possa atribuir sentido ao enunciado.

Uma segunda hipótese focava os contextos político-institucionais, nomeadamente os regimes presidenciais e semipresidenciais dos países, como condicionantes da construção dos discursos de tomada de posse presidencial. Como vimos na seção (4.3.3.2), os poderes dos Presidentes de Portugal e do Brasil estão submetidos aos regimes de governo, semipresidencial e presidencial, que faz com que o PR português, enquanto chefe de estado, exerça sua magistratura de influência e o PR do Brasil, que reúne as funções de chefe de governo e de estado, o seu poder de execução. Na materialidade discursiva essa distinção fica muito clara pelo posicionamento assertivo do Presidente brasileiro, ao fazer uso de atos fala com predominância da primeira pessoa, por exemplo, *farei, vou fazer*. Tais construções linguístico-discursivas não são predominantes nos discursos portugueses porque, em razão dos poderes constitucionalmente atribuídos, o locutor modaliza seu enunciado face à construção de certos tópicos, fazendo uso de expressões unipessoais como *é preciso que*. O Presidente da República Portuguesa tem como função ser um fator de orientação superior aos demais órgãos de soberania, e não de execução. Concluímos assim que os contextos político-institucionais dos países determinam a construção discursiva.

A nossa terceira hipótese incidia na dimensão experiencial do locutor. Importa mostrar que a construção dos discursos de posse e a organização semântica em particular são determinadas por condicionantes de natureza idiossincrática, tendo em conta os Presidentes e as suas circunstâncias. A

dimensão experiencial não é separável das escolhas dos tópicos, e do modo como o locutor se posiciona em relação. É uma dimensão que se verifica em todo o discurso, e que consideramos na seção (4.1.3.2) como um tópico a ser analisado, mais marcante nas sequências inicial e final dos discursos. Cada locutor constrói discursivamente os tópicos de modos diferentes e devedores de contextos históricos, políticos e sociais, mas também de uma dimensão experiencial construída em sociedade. Como vimos na seção (2.2.1), a referenciação às coisas do mundo que privilegia a língua em uso não anula outras dimensões da linguagem, e não exclui também o mundo empírico. Nessa construção há sempre relações entre o ser do discurso e o ser empírico, porque não é possível ao ser do discurso assumir um *ethos* que não esteja de algum modo ligado àquilo que ele é como ser empírico (Kerbrat-Orecchioni). Tais relações ficam visíveis na construção dos discursos e nos tópicos que interessam diretamente ao locutor.

Nossa quarta hipótese de trabalho dizia respeito a construção dos tópicos mais frequentes, que, embora de modo geral possam apresentar semelhanças decorrentes da pertença a um mesmo gênero, são condicionados por situações histórico-sociais particulares aos contextos de produção dos atos discursivos. A resposta a essa hipótese passa pelo reconhecimento de que no *corpus* analisado uns tópicos são *sistemáticos*, outros são *episódicos*.

Estamos designando *tópico sistemático* aquele ligado aos gêneros de discurso, a uma ritualização como é o caso dos discursos de tomada de posse presidenciais, são tópicos, por isso, expectáveis. A agenda do PR é um tópico sistemático, que agrega em seu interior outros tópicos como *desenvolvimento e modernização do país*, este muito ligado a questões econômicas. Um outro tópico sistemático é *o simbolismo do ato de posse* que relativamente a sequência de abertura, é um tópico que ultrapassa em muito o evento de tomada de posse, por isso há esse simbolismo que contribui também para engrandecer a *função do Presidente*; este é um tópico que se inter-relaciona com a imagem de/do Presidente (Marques, 2014). A imagem *de* presidente é institucional, e se conjuga à imagem pública *do* Presidente que é variável porque dependente de particularidades, de modos de construção do *eu pessoal*, como homem do povo, homem sensível, e ainda também da valorização da imagem da mulher brasileira. Outros tópicos são sistemáticos como *reflexões sobre o primeiro mandato*, mais um a servir de reforço da *credibilidade do PR*, enquanto tópico; a participação de *Portugal na UE* é, do mesmo modo, um tópico sistemático, desenvolvido no âmbito da *política externa*; no âmbito dos discursos brasileiros *as reformas políticas* são um tópico sistemático como parte da agenda do PR no que concerne à *política interna*.

O tópico *episódico*, por outro lado, está relacionado não apenas a restrições genéricas, mas ao contexto de produção dos atos discursivos. Tomamos como exemplos o caso de Castelo de Paiva, convocado no discurso do Presidente Jorge Sampaio, e o caso Olof Palm, convocado no discurso do Presidente Mário Soares, como objetos de discurso que estão presentes na memória compartilhada do interlocutor, são introduzidos na sequência de abertura como objetos de discurso, e não mais retomados, são tópicos episódicos, sempre na relação com tópicos sistemáticos, nesse caso ligado também à imagem de Presidente, sensível aos acontecimentos que afetam de algum modo a sociedade. No contexto brasileiro, o tópico *plano real* pode ser reconhecido como episódico, em razão de sua convocação num determinado contexto brasileiro, sua convocação pelo locutor ativa uma memória compartilhada sobre um determinado momento do país, e está ligado à construção do supertópico *agenda do PR*, e do tópico *aspectos da economia brasileira*, estes sim, considerados tópicos sistemáticos, que apontam de algum modo para características de gênero.

Poderíamos pensar que o tópico *25 de abril* que foi convocado no primeiro discurso de posse presidencial por força de um contexto situacional muito marcante como foi o da Revolução do Cravos foi, naquele momento específico, um tópico episódico, mas que tornou-se sistemático, presente em todos os discursos portugueses, em razão do simbolismo adquirido por tudo que representou e representa para a sociedade. Os tópicos episódicos são dependentes de um contexto social, político e experiencial que intervém nas produções discursivas, mas que podem se tornar sistemáticos por razões particulares.

Ultrapassado a exposição das questões de investigação e das hipóteses de partida, é preciso referir que o desenvolvimento desta tese nos fez entender que tomar como objeto de investigação a organização tópica em discursos monológicos é defrontar-se com um obstáculo decorrente da aplicação de uma teoria quase que totalmente voltada para uma construção discursiva e organização tópica em discursos dialogais.

A teoria elaborada sobre tópico pelos estudos da conversação não nos parece suficiente para aplicar ao discurso monológico, onde se enquadra o gênero *discurso de tomada de posse presidencial*; há que se ter em conta as restrições implicadas. No discurso monológico tem-se locutor e alocutário, mas, ao contrário da construção dialogal, este não toma a palavra, não há uma construção discursiva com intervenção direta de um alocutário que se torna locutor, numa mudança de papéis resultante desse entendimento negociado e visível, e que dá centralidade ao tópico. Os discursos monológicos não contam com uma interpretação simultânea, enquanto isso, o locutor prepara previamente o seu discurso para ser oralizado no dia da posse, sem abertura para intervenções. No lugar dessa

construção tópica simultânea há discursos na sociedade que fazem eco à fala do PR, como os discursos midiáticos que retomam os discursos de tomadas de posse presidencial e valorizam tópicos diferentes, mas não qualquer tópico.

A materialidade discursiva conta com marcas linguístico-discursivas fundamentais, e desde que se considere essas marcas que funcionam como pistas, chega-se à identificação dos tópicos, mesmo os implícitos, porquanto trazem consigo um conjunto de indícios que guiam o processo inferencial, que tem a ver com questões textuais/discursivas, mas que é devedor do contexto e do conhecimento de mundo do alocutário. A conjunção desses mecanismos que são as marcas discursivas, o co(n)texto discursivo e o conhecimento de mundo funcionam para guiar a interpretação do alocutário no sentido de reconhecer, por exemplo, que há tópicos expectáveis próprios de um discurso político de tomada de posse presidencial. Apesar das pistas e do co(n)texto, há variações de leitura ou interpretação, obviamente que não qualquer leitura; mas, a depender de fatores que vão além do propósito discursivo do locutor-presidente, e que tem a ver com o interesse do alocutário, há valorização de certos tópicos, em detrimento de outros. Um adversário político, por exemplo, valorizará um tópico que o PR não mencionou, ou mencionou rapidamente, essa é uma prática muito comum a partir do discurso midiático, após os discursos de posse do Presidente da República.

Como dito, há na materialidade discursiva uma orientação tópica, de que estamos à procura, seguindo conceitos como os de centração e organicidade (Jubran, 2006), conceitos desenvolvidos a partir de análise de um contexto dialogal. A manutenção do tópico na materialidade discursiva leva efetivamente à valorização da anáfora como um dos mecanismos que permite dar continuidade a determinados tópicos, por retomada de um determinado objeto discursivo ou através de anáforas associativas, ou por relações de hiperonímia, meronímia ou outras relações. Nos discursos políticos de tomada de posse presidencial, a anáfora, nomeadamente as anáforas encapsuladoras, estão presentes e fazemos a leitura da sua presença, porque efetivamente os tópicos permanecem na memória de trabalho, e o locutor vai buscar de um já dito, o que lhe interessa retomar para tornar mais pertinente e mais vincado aquilo que deseja comunicar.

No entanto, o desenvolvimento de nossa investigação também tornou patente, é preciso referir, que as anáforas não constituem uma presença única ou mesmo nuclear. Em vez disso, verificamos que os tópicos são construídos não por retomadas anafóricas, mas pela introdução de sucessivos e novos objetos de discurso, formando uma rede de sentidos ao serviço da construção de tópicos, e que provavelmente não serão retomados. Tal constatação desconstruiu nossa percepção inicial quanto à

presença de uma grande variedade de tipos de anáforas e de cadeias anafóricas nos discursos de tomada de posse presidenciais.

Os objetos discursivos funcionam como pista para a construção de determinados tópicos que estão em memória de trabalho, são selecionados para corresponder à importância que lhes é dada pelo locutor; afinal a organização tópica dos discursos resulta de uma escolha, com vista à concretização de propósitos argumentativos-discursivos específicos, e é efetivamente ao nível da superfície discursiva que essas construções estão acessíveis ao interlocutor.

O tópico, entendido em termos de *aboutness* (Berthoud & Mondada, 1995), é construído a partir de objetos de discurso convocados, nos quais reconhecemos o estabelecimento de relações de sentido que nos permite delimitar esse tópico, ainda que reconheçamos a existência de tópicos vizinhos, o que pode dificultar o estabelecimento desse limite. Mas também partimos do princípio de que as categorias são heterogêneas, o que nos remete ao que pode ser mais e menos prototípico, com a ajuda da linguística cognitiva.

O conceito de objeto de discurso é, portanto, fundamental na construção do tópico, mas há também outros mecanismos discursivos, como nos mostra o grupo brasileiro ao tratar das propriedades do tópico. Para além dos objetos convocados, o grupo destaca a importância do modo como são apresentados, o que permite que algum objeto de discurso possa se apresentar como tópico, ou como subtópico, trata-se de uma proposta hierárquica na teoria conversacional de tópico, conferindo a certos objetos uma importância maior do que a outros.

Nossa investigação revelou que a análise do tópico discursivo pode ser bem mais complexa do que apresenta a análise conversacional.

A rede lexical através da qual os sentidos são construídos retira a centralidade que esses estudos costumam oferecer à presença de cadeia anafórica. O tópico tem, efetivamente, uma espessura discursiva que lhe é dada por essa rede de sentidos, que a introdução de um objeto por si só não tem. Interligando dimensões interpretativas que têm a ver com o modelo de contexto, com as representações contextuais do locutor, tendo em conta o gênero discursivo, o tipo de discurso, o quadro comunicativo e a superfície discursiva, texto e contexto indissociáveis, podemos encontrar marcas que nos permitem recuperar essa organização tópica que constitui o discurso. Mas para encontrar esse tópico há essa espessura discursiva, entendida como uma permanência de sentidos, que nos permite falar de tópicos, alguns bem delimitados - identificamos onde começam e onde terminam -, e outros bem menos, como é para nós o tópico da *democracia*, que está presente em todo o discurso, de forma implícita ou explícita. Há efetivamente objetos que vão sendo introduzidos e

retomados, o que contribui para construir essa espessura do tópico. Portanto, essa identificação e hierarquia de tópicos está relacionada com essa espessura que depende dos objetos de discurso e da forma como são desenvolvidos.

A agenda do Presidente, que estabelecemos como supertópico, é desenvolvida muito claramente na parte central dos discursos, é preparada na sequência de abertura, e é também retomada na sequência final, ainda que por meio de tópicos diferentes. São tópicos que vêm dar importância à *agenda do Presidente*, importante por aquilo que o Presidente considera que é necessário, mas é importante também porque o Presidente tem credibilidade, e o lugar que ocupa lhe permite dizer com autoridade exatamente aquilo que deseja comunicar.

Desde a sequência de abertura, tudo concorre para a construção discursiva de uma simbologia que envolve o evento de tomada de posse, a imagem do Presidente, a magistratura de influência que os Presidentes portugueses constroem em seu discurso. Por outro lado, o poder de execução dos Presidentes brasileiros, tem como ponto de chegada fazer com que o interlocutor ouça com atenção o que o Presidente tem a dizer sobre sua agenda para os anos seguintes. A magistratura de influência dos Presidentes portugueses acompanha a construção discursiva desde o discurso de tomada de posse quando eles se afirmam nessa magistratura de influência, e falam para os portugueses, mas os “recados” têm como foco o governo. Todas essas questões estão relacionadas. Do mesmo modo, o posicionamento assertivo dos Presidentes brasileiros diante de certos tópicos está ao serviço da construção da imagem *de* presidente capacitado a corresponder às expectativas do povo. Está em construção o *ethos* de responsabilidade e competência, necessário para se afirmarem como porta-voz da nação.

Para finalizar, diremos que muitas análises foram feitas, muitas relações estabelecidas, chegamos a conclusões importantes sobre a organização composicional e semântica dos discursos de tomada de posse presidencial, e concluímos também que há muito ainda a ser feito.

Esperamos finalmente que nosso trabalho possa contribuir de algum modo para o desenvolvimento de outras investigações. Análises de discursos de tomada de posse presidencial não são frequentes, se comparamos com outros gêneros de discurso político, nomeadamente numa proposta comparada. Acreditamos, portanto, que seria interessante ampliar as análises desse campo, que em termos de organização tópica apresenta uma densidade considerável devido a grande quantidade de objetos discursivos convocados.

REFERÊNCIAS

- Adam, L-M. Amossy, R. Dascal, M. (1999) *Images de soi dans le discours : la construction de l'éthos*. Sous la dir. de Ruth Amossy.
- Adam, J-M, Heidmann U. (2004) *Des genres à la généricité. L'exemple des contes (Perrault et les Grimm)*. In: *Langages*, 38e année, n°153, Les genres de la parole. pp. 62-72; doi : <https://doi.org/10.3406/lgge.2004.934> https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_2004_num_38_153_934.
- Adam, J.M. (2006). *Texte, contexte et discours em questions*. *Pratiques*, 129(130), 21-34.
- Adam, J. M. (2010). *A análise textual dos discursos: entre gramáticas de texto e análise do discurso*. *Eutomia*, 1(06).
- Adam, J. M. (2011a [2008]). *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. trad. Maria das Graças Soares Rodrigues et al.
- Adam, J.M. (2011b) *Genres de récits. Narrativité et généricité des textes*. ouvain-la-Neuve, Éd. L'Harmattan-Academia, coll. Sciences du langage : carrefours et points de vue, 324 p.
- Adam, J.M. & Heidmann, U. (2011c). *O Texto Literário: Por Uma Abordagem Interdisciplinar*. Organizador da tradução: João Gomes da Silva Neto; Coordenador da tradução Maria das Graças Soares – São Paulo: Cortez.
- Adam, J. M. (2012). *Discursivité, généricité et textualité. Distinguer pour penser la complexité des faits de discours*. *Recherches*, (56), 9-27.
- Adam. J.M. (2015). *Le paragraphe : unité transphrastique et palier d'analyse textuelle*. Jean-Michel ADAM Université de Lausanne.
- Adam, J. M. (2018). *Le paragraphe: entre phrases et texte*. Armand Colin.
- Adam, J. M. (2019). *Textos tipos e protótipos*. Traduzido por Mônica Magalhães Cavalcante...[et all], São Paulo : Contexto. 329p.
- Adam, J-M. (2022) *A noção de texto*. [recurso eletrônico] / Jean-Michel Adam ; tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi ; revisão técnica da tradução: João Gomes da Silva Neto. – Dados eletrônicos (1 arquivo:4360 KB). – Natal, RN : EDUFRN.

Adesnik, D. (2017). FPI Bulletin: President Trump and the Cause of Freedom. Foreign Policy Initiative. <http://www.jstor.org/stable/resrep07427>

Aristoteles. (2019) *Política*. Biblioteca Clássica Gredos - Tradução: Manuela García Valdés. – iBooks - Editor digital: Titivillus. ePub base r1.2.

Aristóteles. (2005) *Retórica*. [livro eletrônico] / Obras completas; Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior; Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena (Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa). Volume VIII, Tomo I. Disponível em: https://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/aristoteles_-_retorica2.pdf

. iBooks.

Ambomo, C. (2013). Analyse d'un discours politique présidentiel: étude lexicométrique (Paul Biya, Cameroun, 1982 à 2002) (Doctoral dissertation, Université de Franche-Comté). <https://theses.hal.science/tel-01293663>.

Aguiar, M. (2017). Manipulação nos discursos presidenciais de tomada de posse do estado novo – estratégias discursivas e manipulatórias - *redis: revista de estudos do discurso*, no 6, pp. 12-37.

Aguiar, M. (2020). *Ethos presidencial de autoridade: análise da modalidade deontica nos discursos de tomada de posse do Estado Novo*. Revista da Associação Portuguesa de Linguística, (1).

Aguiar, M. M. A. (2021). *Imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse nos cem anos da República Portuguesa*. [Tese de doutoramento, Universidade do Minho].

Amossy, R. (2007). O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia linguística. Port.*, n. 9, p.121-146.

Amossy, R. (2008). « *Argumentation et Analyse du discours* : perspectives théoriques et découpages disciplinaires », *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 1 | mis en ligne le 06 septembre 2008, consulté le 12 octobre 2018. URL : <https://journals.openedition.org/aad/200>.

Amossy, R. (org.) (2016). *Imagens de si no discurso : a construção do ethos* - 2. ed. , 3ª reimpressão. – São Paulo : Contexto.

Amossy, R.(2018a[2016]). *A Argumentação no discurso*. Coordenação de tradução: Eduardo Lopes Pires e Moisés Olímpio-Ferreira ; tradução de Ângela M. S. Corrêa...[et al.]. – São Paulo: Contexto.

Amossy, R. (2018b). "La dimension argumentative du discours - enjeux théoriques et pratiques", *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 20 | mis en ligne le 15 avril 2018, consulté le 16 avril 2018. URL : <http://journals.openedition.org/aad/2560>.

Anscombre, J. C., & Ducrot, O. (1988). *La argumentación en la lengua*, versión española de J. Sevilla y M. Tordesillas.

Apothéloz, D. & Reichler-Béguelin, M.J. (1995). Constructions de la référence et stratégies de désignation. TRANEL. Travaux Neuchâtelois de Linguistique, Institut de sciences du langage et de la communication(Neuchâtel, Suisse), pp.227-271. Hal – 00869154.

Apothéloz, D., & Pekarek Doehler, S. (2003). *Nouvelles perspectives sur la référence: des approches informationnelles aux approches interactionnelles*. Verbum, 25(2), 109-139.

Apothéloz, D. (2003). *Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual*. In: Cavalcante, M.M; Rodrigues, B.B; Ciulla A. (org.) Referenciação. São Paulo: Contexto. p. 53-84,(clássicos da linguística).

Arendt, H. (2007[1958]). *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. – 10.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Austin, J. L. (1990[1962]). *Quando dizer é fazer*. Palavras em ação; trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 136p.

Bakhtin, M. (2000[1979]). *Estética da Criação Verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão ; revisão da tradução Maria Appenzeller. 3ª ed. São Paulo - Martins Fontes.

Bakhtin, M. (2010[1992]). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra - 5 ed. - Rio de Janeiro, Forense Universitária. [1963].

Bakhtin, M. (1986). *The problem of speech genres* (trad.), *Speech genres and other late essays*. Austin: The University of Texas Press, pp. 60-102.

Bakhtin, M. (1981[1929]). *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 2a edição. Ed. HUCITEC - São Paulo, 1981[1029-1930].

Barbosa, J. (2005). *Foco e tópico: algumas questões terminológicas*. In G.Rio-Torto, O. Figueiredo, & F. Silva (Eds.), Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela (Vol. 1, pp. 339– 351). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/9381>.

Benveniste, É. (1976). *Problemas de Linguística Geral*. tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do professor Isaac Nicolau Salum. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo.

Benveniste, É. (1989[1974]). *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. E. Guimarães et al. Campinas; Pontes.

Berthoud, A.-C. et Mondada, L. (1994) *Gestion du topic et marquages énonciatifs dans des textes visant la construction de connaissances*, Les Carnets du Cediscor [En ligne], 2 | mis en ligne le 26 août 2009. URL : <http://journals.openedition.org/cediscor/589> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cediscor.589>.

Berthoud, A.-C., Mondada, L. (1995) Traitement du topic, processus énonciatifs et séquences conversationnelles, Actes du 6ème Colloque de Pragmatique de Genève, 17-19 juin, Cahiers de Linguistique Française, 17, 205-228.

Bittencourt, J. S. (2018). *Mulher, palavra e poder construções discursivas do feminino em campanhas eleitorais para a presidência*. [Tese de doutoramento] https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6792583.

Brown, G., e D., Yule, G.(1983). *Discourse analysis*. Cambridge university press.

Branquinho, J. (2016). *Significado e Cognição. O Legado de Frege*. In L. P. J. E. B. Valle (Ed.), Filosofia da Linguagem.

Campbell, K., & Jamieson, K. (1985). *Inaugurating the Presidency*. Presidential Studies Quarterly, 15(2), 394-411. Retrieved July 15, 2021, from <http://www.jstor.org/stable/27550215>.

Carreira, M. H. (2017). *Formas de tratamento de português como designação do outro e de si: perspectivas de investigação e transposição didáctica*.

Carnap, R., & Segatto, A. I. (2016[1931]). *Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*. Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade, 21(2), 95-115.

Casey, M. L. (2016). Working as civic and patriotic duty for consumption: A critical discourse analysis of American presidential inaugural speeches since World War II. [Tese de Doutoramento], acessível em: <https://digitalscholarship.unlv.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3650&context=thesesdissertations>.

Cavalcante, M. M. (2000). *A dêixis discursiva*. Repositório institucional UFC Revista de Letras – n.º 22 - Vol. 1/2 - jan/dez.

Cavalcante, M.M.(2003). *Expressões referenciais: uma proposta classificatória*. Cadernos de Estudos Linguísticos., Campinas, (44): 105-118, jan/jun.

Cavalcante, M.M. (2005). *Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram*. In Koch, Ingedore V. Morato, Edwiges Maria; Bentes, Anna Cristina, (orgs.). Referenciação e discurso – São Paulo : Contexto, P. 125 a 148.

Cavalcante, M. M. (2009). *Referenciação e uso*. VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística.

Cavalcante, M. M. & Lima, S.M.C. de, (orgs) (2013). *Referenciação : teoria e prática* - São Paulo : Cortez.

Cavalcante, M.M. (2015, novembro 10-12). I Simpósio de Linguística Textual. [Sessão de conferência] Universidade Federal do Ceará - UFC. <https://youtu.be/z8uBjWumtYo?t=847>.

Cavalcante, M. M., & Matos, J. G. (2016). Discutindo as marcas avaliativo-argumentativas das recategorizações. *Revista Intersecções*, 9(18), 93-111.

Cavalcante, M.M, Rodrigues, B.B., & Ciulla, A. (2018). *Referenciação* – São Paulo : Contexto (coleção clássicos da linguística).

Codato, A. N. (2005). *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. *Revista De Sociologia E Política*, (25), 83–106. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>.

Conte, M-E. (2018). *Encapsulamento anafórico*. Referenciação. Org. Monica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Ciulla. p 177 – 190, 1ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto.

Cruz, M.B. (1994). *O Presidente da República na gênese e evolução do sistema de Governo Português, Análise Social*. *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXIX, no 1-2 [no 125-126], p. 237-265.

Charaudeau, P. (2002) *A quoi sert d'analyse le discours politique?*, in *Análisi del discurs polític*, IULA-UPF, Barcelone. URL: <https://www.patrick-charaudeau.com/A-quoi-sert-d-analyse-le-discours.html>.

Charaudeau, P. (2005). *Une analyse sémiolinguistique du discours*, revue *Langages* n° 117, Larousse, Paris, mars URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/Une-analyse-semiolinguistique-du,64.html>.

Charaudeau, P. (2008a). *Discurso Político*, tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz.- 1 ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto.

Charaudeau, P. (2008b). *L'argumentation dans une problématique de l'influence*. *Revue Argumentation et Analyse du Discours*, (AAD) n° 1, L'analyse du discours au prisme de l'argumentation, en ligne (<http://aad.revues.org>). URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/L-argumentation-dans-une.html>.

- Charaudeau, P. (2009) *Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional* In :PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) O trabalho da tradução. Rio de Janeiro : Contracapa, p. 309-326.
- Charaudeau, P. (2010). *Discurso propagandista : uma tipologia*. In Machado, Ida Lúcia & Mello, Renato, *Análises do Discurso Hoje*, vol. 3. Rio de Janeiro : Nova Fronteira (Lucerna), p.57-78.
- Charaudeau, P. (2019). *Linguagem e Discurso: modos de organização*, Coordenação da equipe de tradução Angela MS Corrêa & Ida Lúcia Machado, 1ª reimp., São Paulo. *Contexto*.
- Charaudeau, P. (2020). *Explicação, compreensão, interpretação: interrogações em torno de três modos de apreensão do sentido nas Ciências da Linguagem*. Conferência em simpósio (maio). Abralín ao vivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IFx6z9h8Az8>.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2020). *Dicionário de análise do discurso; coordenação de tradução Fabiana Komesu. – 3. ed., 4ª reimpressão, – São Paulo : contexto*.
- Coutinho, M.A. (2019) *Plano de Texto*, Textos e [m] linguística: teorias, cruzamentos, aplicações. Edições Colibri.
- Cifuentes Honrubia, J. L. (1989) *Lengua y espacio: introducción al problema de la deixis en español*. Alicante: Universidad de Alicante.
- Clater, M. E. (2012). *Without mincing words: Presidential rhetoric in the late Cold War era, 1977-1992*. The Pennsylvania State University. [Tese de doutoramento] <https://doi.org/10.4000/mots.19867>.
- Cunha, P. F. (2006). *Da Constituição do Estado Novo Português (1933)*. História Constitucional : Revista Electrónica de História Constitucional, ISSN-e 1576-4729, N.º 7.
- Dalinghaus, I. V. (2016). *Da cortesia à descortesia: análise linguístico-interacional de um debate político televisivo*. [Tese de doutoramento] <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25170/lone%20Vier%20Dalinghaus.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Danes, F. (1970). *One instance of Prague School methodology*. Functional analysis of utterance and text. *Method and theory in linguistics*, 132-146.
- De Lucena, M. (1996). *Semipresidencialismo: teoria geral e práticas portuguesas (I)*. *Análise social*, 31(138), 831-892.
- Dos Santos, L. W., & Cavalcante, M. M. (2014). Referenciação: continuum anáfora-dêixis. *Revista Intersecções*, 7(12), 224-246.

Douglas de Carvalho e Silva, M. (2022). Os paus de arara: a migração de nordestinos na década de 1950, sob o olhar das fotorreportagens da revista O Cruzeiro. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica* (01024736), 40(2).

Ducrot, O. (1987[1984]). *O dizer e o Dito.*; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. – Campinas, SP : Pontes.

Duranti, A., & Goodwin, C. (Eds.). (1992). *Rethinking context: Language as an interactive phenomenon* (No. 11). Cambridge University Press.

Eisenstadt, M.(2014). Presidential Epideictic Rhetoric During Times of Crisis: Barack Obama's "9/11" Moment". UNLV Theses, Dissertations, Professional Papers, and Capstones. 2077. <http://dx.doi.org/10.34917/5836096>.

Espirito Santo, P. (do). (2007) *Mensagem nos discursos presidenciais de tomada de posse: 1976-2006*.

Espirito Santo, P. (do) e Lisi, M. (Coords), (2015). *Campanhas eleitorais, debates televisivos e propaganda, comunicação política e as eleições legislativas de 2011*.

Fair, H.. (2014). Claves para entender el éxito de la hegemonía menemista en la Argentina neoliberal de los años '90. *Sociologias*, 16(37), 252–277. <https://doi.org/10.1590/15174522-016003713>.

Fairclough, N. (2004[2003]). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Taylor & Francis e-Library.

Fairclough, N. (2012) *Critical Discourse Analysis*. Disponível em: https://www.academia.edu/3791325/Critical_discourse_analysis_2012_ Acesso em: 15 dez. 2019.

Fairclough, N. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social. In: *Methods of critical discourse analysis*, organizado por Wodak e Meyer, 2 ed. Londres: Sage, 2005. p. 121-138. Tra.: Iran Ferreira de Melo.

Foucault, M. (1996[1971]) *Ordem do discurso (A)* (Vol. 1). Edições Loyola.

Fausto, B. (2019) *História do Brasil*, colaboração de Sérgio Fausto. 14. Atual. E ampl, 3. reimpr.– São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo. (d]Didática, 1).

Fonseca, F. I. (1989) *Dêixis, tempo e narração* [Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto].

Flores, V.N. & Teixeira, M. (2017) *Introdução à linguística da enunciação*. 2.ed., 4ª reimpressão. – São Paulo : Contexto.

Freire, A., & Pinto, A.C. (2015) O poder dos presidentes. A República Portuguesa em debate. Campo da Comunicação.

Freitas, E. C. de; Antunes, F. S. e Boaventura, L. H. (2022) *O rei e o bobo da corte: cenografia, etos e arquétipos no discurso presidencial*. Galáxia (São Paulo) [online]. 2022, v. 47. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-2553202254761>>. Epub 24 Jun 2022. ISSN 1982-2553. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202254761>.

Frege, G. (1978[1892]). *Sobre o Sentido e a Referência*. In: ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.

Hall, W. C. (2000). Presidents, polls, and political marketing: the instrumental uses of public opinion research in presidential discourse (Doctoral dissertation, Texas A&M University).

Hermann, J.(2011). *Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento. O II PND e a Crise da Dívida Externa*. In: *Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945-2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]*. – Rio de Janeiro:Elsevier.

IPEA- (2010). Estado, Instituições e Democracia: república – Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro - Livro 9 – Volume 1 – Brasília. 2010 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Jacquin, J. & Micheli, R. (2012). *Entre texte et interaction : propositions méthodologiques pour une approche discursive de l'argumentation en sciences du langage*. Université de Lausanne Congrès Mondial de Linguistique Française – CMLF 2012- SHS Web of Conferences.

Jiménez, J. A. & Patarroyo, S. (2019). El populismo en contextos democráticos en América Latina: revisión a los significantes vacíos en el discurso de tres líderes populistas, un estudio desde el análisis político del discurso.[Tese de doutoramento] *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, LXIV(235),255-287.[fecha de Consulta 18 de Agosto de 2022]. ISSN: 0185-1918. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42159682010>.

Jubran, C. C. A. S. (2006). Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 48(1), 33-42.

Kadooka, K. I. (2008). Paratone as a discourse marker. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 2, 27-40.

Karlsson, S. (2017) *Passing on the Torch Discourse Strategies in the Inaugural Speeches of Jiang, Hu and Xi* disponível. [Tese de doutoramento] Disponível em: <http://uu.diva-portal.org/smash/get/diva2:1127501/FULLTEXT01.pdf>.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). La enunciación. De la subjetividad en el lenguaje. Buenos Aires: Hachette, 117-135.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1986) Nouvelle communication et analyse conversationnelle. In: Langue française, n°70, 1986. Communication et enseignement. pp. 7-25;doi : <https://doi.org/10.3406/lfr.1986.6368> https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1986_num_70_1_6368.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2005). Le discours en interaction. Armand Colin.

Koch, I.G.V. (2001). A Referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, 41: 75-89.

Koch, I.G.V. (2002). Linguagem e cognição: a construção e reconstrução dos objetos-de-discurso. Veredas. revista de estudos linguísticos. Juiz de Fora, v.6, n.1 p.29 a 42.

Koch, I.G.V; Morato, E. M. Bentes, A. C. (orgs.) (2005). *Referenciação e discurso* – São Paulo : Contexto.

Koch, I. G.V. (2006a). Desvendando os segredos do texto – 5. ed.– São Paulo : Cortez.

Koch, I. G. V. (2006b). Léxico e progressão referencial. In: RIO-TORTO, G.; Silva, F.; Figueiredo, O. (Orgs.). Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela. 1.ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 263 – 276.

Koch, I.G.V; Penna, M.A. de O. (2006c). Construção/Reconstrução dos objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. – Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, 48 (1): 23-31.

Koch, I.G.V. & Penna. M.A de O. (2008). A Referenciação como construção sociocognitiva: o caso dos rótulos. Revista Estudos linguísticos. , Belo Horizonte, v. 16, n.1, p. 201-213.

Koch, I. G.V., Morato, E. M., & Bentes, A. C. (2011). Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun Van Dijk. Revista latinoamericana de estudios del discurso, 11(1), 79-91.

Koch, I.G.V, Cortez, Suzana Leite. (2015). A construção heterodialógica dos objetos de discurso por formas nominais referenciais. Revel, vol.13. n. 25, [www.revel.inf.br]

Kryshtaleva, V. (2020) Les allocutions d'investiture des présidents en tant que genre du discours politique russe et français », *Linx* [En ligne], 13 | mis en ligne le 30 mai 2020, URL : <http://journals.openedition.org/linx/4018> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/linx.4018>.

Le Bart, C. (2010). *Parler en politique*. *Mots*. Les langages du politique [En ligne], 94, mis en ligne le 06 novembre 2012, <http://journals.openedition.org/mots/19867>; DOI : <https://doi.org/10.4000/mots.19867>.

Lima, S.M. C. de.; Cavalcante, M.M. (2015). *Revisitando os parâmetros do processo de recategorização*. *ReVEL*, vol.13,n.25[www.revel.inf.br].

Lukin, A. (2013). What do texts do? the context-construing work of news. *Text and Talk*, 33(4-5), 523-551. <https://doi.org/10.1515/text-2013-0024>.

Paveau, M. A., & Sarfati, G. É. (2006). *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 201-210.

Maingueneau, D. (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. In *Novas tendências em análise do discurso* (pp. 239-239).

Maingueneau, D. (2004). *Análise de textos de comunicação*. Trad.: Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez.

Maingueneau, D. (2005). L'analyse du discours et ses frontières. *Marges Linguistiques*. Recuperado de: <http://dominique.maingueneau.pagesperso-orange.fr/pdf/L-analyse-du-discours-et-ses-frontieres.pdf>.

Maingueneau, D. (2008a). *Gênese dos discursos*; tradução Sírio Possenti.-São Paulo: Parábola Editorial.

Maingueneau, D. (2008b). A propósito do ethos. In: MOTTA, R. A.; SALGADO, L. (Comps.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Editora Contexto.

Maingueneau, D. (2010) Le discours politique et son "environnement". *Mots*. Les langages du politique [En ligne], 94 |, mis en ligne le 06 novembre 2012, consulté le 02 mai 2019. URL : <http://journals.openedition.org/mots/19868> ; DOI : 10.4000/mots.19868.

Maingueneau, D. (2012). Que cherchent les analystes du discours ?, *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 9 | 2012, mis en ligne le 15 octobre 2012: <http://journals.openedition.org/aad/1354> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/aad.1354>.

Mainueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso* ; tradução Sírio Possenti. – 1. Ed. – São Paulo : Parábola Editorial.

Mainueneau, D. (2016). Ethos, scénographie, incorporation. En: Amossy, R. (Org.) Images de soi dans le discours. La construction de l'éthos. Lausanne: Delachaux y Niestlé.

Malinowski, B. (1994). The problem of meaning in primitive languages. Language and literacy in social practice: A reader, 1-10.

Maldidier, D. & Mainueneau, D. (1991). L'analyse du discours, introduction aux lectures de l'archive. In: Mots, n°29, décembre 1991. Politique et sport. Retours de Chine, sous la direction de Simone Bonnafous, pp. 108-110.

Marçalo, M. J. B. M. (2004). Fundamentos para uma gramática de funções aplicada ao português. Universidade de Évora (Portugal).

Marcuschi, L. A. & Koch, I.G.V. (1998) Processos de Referenciação na Produção Discursiva. DELTA [online], vol.14, n.spe, pp.00-00. ISSN 0102-4450. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000300012>.

Marcuschi, L. A. (2001). *Atos de referenciação na interação face a face*. Cadernos de Estudos Linguísticos, 41, 37-54.

Marcuschi, L. A. (2002). *Do código para a cognição*: o processo referencial como atividade criativa. Veredas-Revista de Estudos Linguísticos, 6(1-).

Marcuschi, L. A. (2005). Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In Koch, Ingedore Grunfeld Villaça; Morato, Edwiges Maria; Bentes, Anna Christina. Referenciação e Discurso (eds.)São Paulo: Contexto.

Marcuschi, L. A. (2006). Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, 48(1): 7-22, 2000 [2006].

Marcuschi, L. A. (2008) Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 298p.

Marine Riou, « A Methodology for the Identification of Topic Transitions in Interaction », Discours [Online], 16 | 2015, Online since 09 September 2015, connection on 01 May 2019.URL <https://journals.openedition.org/discours/8997>.

Marques, M. A. (2000). O Funcionamento do Discurso Político Parlamentar. A Organização Enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo.[Tese de doutoramento]. Universidade do Minho- Centro de Estudos Humanísticos -CEHUM. Colecção Poliedro.

Marques, M. A. (2011). *Argumentação e(m) Discursos*. In Duarte, I. M. & Figueiredo, O. (Orgs), Português, Língua e Ensino (pp. 287-310). Porto: Universidade do Porto.

Marques, M. A. (2014). *Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril*. forma breve, 11, 297-311. RepositóriUM: <http://hdl.handle.net/1822/64858>.

Marques, M. A. (2015a). *Argumentar em tempos de crise no Parlamento português*. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Recuperado de: <https://doi.org/10.17990/RPF/2016>.

Marques, M. A. (2015b). *Especificidades do discurso político parlamentar em A queda de um anjo, de Camilo Castelo Branco*. 217–225;Recuperado de: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/63331/1/AQdA.Maria%20Aldina%20Marques.pdf>.

Marques, M.A. (2016a) *Discours présidentiels au Portugal. Un regard pluridisciplinaire* », Mots. Les langages du politique [En ligne], 112 | mis en ligne le 15 octobre 2018, consulté le 24 juillet 2022. URL : <http://journals.openedition.org/mots/22534> ;DOI :<https://doi.org/10.4000/mots.22534>.

Marques, M. A. (2016b). *Todos os rios vão dar a março. O movimento dos indignados e a construção de um ethos coletivo*. In Aquino, Z. & Gonçalves-Segundo, P. R. (Eds), Estudos do discurso: caminhos e tendências (pp.7-24). S. Paulo: Ed. Paulistana. RepositóriUM: <http://hdl.handle.net/1822/53326>.

Marques, M.A. (2018). *Enunciação e Referenciação. Os discursos de celebração de Abril*. Enunciation and referencing. The speeches celebrating April redis: revista de estudos do discurso, no 7 ano 2018, pp. 120-141.

Marques, M. A. (2019a). *Análise Linguística do Discurso* (Programa, conteúdos programáticos, métodos e avaliação). Universidade do Minho. (Relatório das provas de agregação, ed. policopiada). RepositóriUM: <http://hdl.handle.net/1822/76483>.

Marques, M. A. (2019b). *Discursos políticos presidenciais de Ano Novo. Gerir a incerteza*. Gragoatá Niterói, vol.24 n.º50, 717-736.Indexed on: Web of Science RepositóriUM: <http://hdl.handle.net/1822/63406>.

Marques, M. A. Objetivar o discurso? Modos e estratégias de apagamento enunciativo. In Pinto, A. et al. (eds), Estudos discursivos na contemporaneidade (e-book) no prelo.

Martelotta, M. E. (org.) (2015). Manual de Linguística - 2.ed., 3ª reimpressão – São Paulo : Contexto.

Micheli, R. (2012). *Les visées de l'argumentation et leurs corrélats langagiers: une approche discursive*. Argumentation et Analyse du discours [en ligne]. 9 – 2012, mis en ligne le 15 octobre 2012. Consulté le 30 septembre 2016. Recuperado de:<http://aad.revues.org/1406> ; DOI : 10.400/AAD.1406.

Micheli, R. (2013) *Esquisse d'une typologie des différents modes de sémiotisation verbale de l'émotion*, Semen [En ligne], 35 | 2013, mis en ligne le 21 avril 2015, consulté le 13 juillet 2023. URL : <http://journals.openedition.org/semem/9795> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/semem.9795>.

Molerode Cabeza, L., (2002). El Personalismo en el Discurso Político Venezolano. Un Enfoque Semántico y Pragmático . Convergencia. Revista de Ciencias Sociales, 9(29).

Mondada, L. (1995a). La construction interactionnelle du topic. Université de Lausanne, Institut de Linguistique. Cahiers de l'ILSL, 7, pp. 11 –135.

Mondada, L. (1995b). La construction discursive des objets de savoir dans l'écriture de la Science. In: Reséaux, volume 13, n.º 71. Les faits scientifiques : construire et communiquer. pp. 55–77; doi : <https://doi.org/10.3406/reso.1995.2691>.

Mondada, L. (1997). *Processus de catégorisation et construction discursive des catégories*. Dans : Danièle Dubois éd., Catégorisation et cognition : de la perception au discours (pp. 291-313). Paris: Éditions Kimé. <https://doi.org/10.3917/kime.duboi.1997.01.0291>

Mondada, L. (2001). Gestion du topic et organisation de la conversation- Université de Bâle & Université de Lyon 2 . ad.Est.Ling., Campinas, (41):7-35, Jul/Dez. 2001

Mondada, L. & Dubois. (2018[1995]). Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: Cavalcante, Mônica Magalhães; Rodrigues, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena (Org.). Referência. São Paulo: Contexto;

Oliveira, A. S. Z. de. (2014) Análise textual das representações discursivas no discurso político brasileiro: o discurso da primeira posse da presidenta Dilma Rousseff (1º/01/2011). [Tese de doutoramento] Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/19800/1/AnahySamaraZamblanoDeOliveira_TESE.pdf

Orecchioni, C. K. (1980). La enunciación. De la subjetividad en el lenguaje. Buenos Aires: Librería Hachette.

Paulista, R. E. (2017) Perspectividade e Ação: análise do processamento cognitivo-argumentativo no pronunciamento político de posse. [Tese de doutoramento]. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_PaulistaRE_1.pdf

- Pinheiro, C. L. (2006). O tópico discursivo como categoria analítica textual-interativa. *Cadernos de estudos linguísticos*, 48(1), 43-52.
- Pinheiro, C. L. (2012). Objeto de discurso e tópico discursivo: sistematizando relações. *Linguagem em (Dis) curso*, 12, 793-812.
- Pêcheux, M. (1997[1969]). *Análise Automática do Discurso - AAD-69*. In: GADET, F.; HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, p. 61- 162.
- Perelman, C.; Olbrechts-Tyteca, L. (2005[1992]). *Tratado da argumentação. A Nova Retórica – Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão : Revisão de tradução: Eduardo Brandão*. 2. Ed. São Paulo : Martins Fontes;
- Plantin, C. (1997) *L'argumentation dans l'émotion*. In: *Pratiques : linguistique, littérature, didactique*, n°96, 1997. Enseigner l'argumentation. pp. 81-100;
- Plantin, C. (2008). *A Argumentação*. tradução Marcos Marcionilo – São Paulo : parábola Editorial;
- Plantin, C. (2011). *Análise e crítica do discurso argumentativo*. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 17-37.
- Poguntke, T. & Webb, P. (2002). *The Presidentialization of Politics in Democratic Societies: A Framework for Analysis*. 10.1093/0199252017.003.0001
- Quine, W. V. O.(1960) *Word and object* (pp. 147-147). Cambridge, Mass.: MIT Press, –XV, 294 p.
- Rapaz, P.J.C. (2012). *Le Président de la République Portugaise La construction de la figure présidentielle portugaise depuis 1986*. Université Panthéon-Assas Ecole doctorale Georges Vedel, de Droit Public Interne, Science Administrative et Science Politique.
- Rabatel, A. (1993) *Les apports de l'analyse des discours médiatiques: de l'interprétation des données à la critique des pratiques discursives et sociales*. . *Dacromania*. halshs-01745779
- Rabatel, A. (2004) *Effacement énonciatif et effets argumentatifs indirects dans l'incipit du Mort qu'il faut de Semprun* », *Semen* [En ligne], 17 | 2004, mis en ligne le 29 avril 2007, consulté le 15 juillet 2023. URL : <http://journals.openedition.org/semem/2334> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/semem.2334>
- Rabatel, A. (2007). *Analyse énonciative du point de vue, narration et analyse de discours*. – *Filologia linguística*. Port., n.9, p. 345-368;

Rabatel, A. (2008) Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. : Tome 1. Les points de vue et la logique de la narration.. Editions Lambert-Lucas, pp.690, [\(halshs-00368155\)](#);

Rabatel, A., Chauvin-Vileno, A (2006) La question de la responsabilité dans l'écriture de presse. Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours, 22, pp.5-24. halshs-00366905

Rabatel, A. (2012). Positions, Positionnements et postures de L'énonciateur. Linha d'água – Associação de Professores de Língua e literatura. –n.1 (1980) – São Paulo : USP;

Rabatel, A. (2016). Homo narrans : por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa : pontos de vista e lógica da narração teoria e análise : tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto ; revisão técnica João Gomes da Silva Neto. _ São Paulo :Cortez;

Rabatel, A. (2017). L'énonciation, la praxis énonciative et le discours . Semiotica, 2017(219), 273-291. <https://doi.org/10.1515/sem-2017-0077>

Rabatel, A. (2018). Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours – Argumentation et Analyse du Discours [en ligne], 20 | 2018, mis en ligne le 15 avril 2018, consulté le 05 juillet 2018. Recuperado de: <http://journals.openedition.org/aas/2493>;

Rabatel, A. (2021) Homo narrans [recurso eletrônico] : por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa / Alain Rabatel ; tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi ; revisão técnica: João Gomes da Silva Neto. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 2130 KB). – Natal, RN : EDUFRN, 2021.

RAMOS, R. (2019). Discursos do Presidente Mário Soares nas comemorações do 25 de Abril (1986-1995). In MARQUES, M. A.; SÁNCHEZ REI, X. M. (Eds.) Estudos atuais de linguística galego-portuguesa. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, pp. 185-210 (ISBN 84-8487-439-3)

Reunião, U. I. (2007) Declaração universal da democracia: resolução A/62/7 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, setembro de 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243080/000954851.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Ribas, R. S. (2018). Moral e política em (dis) curso: análise baseada em frames de discursos de posse dos presidentes do Brasil dos últimos 20 anos. [Tese de doutoramento] <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/>

Richmond Miguel, F. (2015). Índices macroeconómicos y de desarrollo humano en los mensajes presidenciales del 21 de mayo, un análisis crítico del discurso. Disponible en <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/135850>

Rodrigues, D. L. (2017). A interpersoalidade nos discursos de posse presidencial do Brasil (1985-2011) (Doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Maria);

Romano, M. (2019). Les formes de la polémique dans le discours de Kirchner: la reconversion discursive de Cristina Fernández entre la défaite du « Frente Para la Victoria » en 2015 et le triomphe du “Frente de Todos” [Projeto de tese] <http://www.theses.fr/s321027>

Rosa, R., Fidalgo, M., Gonçalves, M. A., Leal, A. A., & Jorge, N. D. O. (2017). Organizadores textuais e plano de texto. XXXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 93-94.

Russell, Bertrand. (1972) Da Denotação. In: Ensaio em “Lógica e Conhecimento”, Col. Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural.

Sant’anna, S. (2014) Polifonia e metáfora no discurso de Dilma Rousseff: a construção do ethos. [Tese de doutoramento]. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1310608

Santos, P. B. (2018) Na Gênese da Constituição Política de 1933: o ideário corporativo e a estrutura econômico-social do autoritarismo português. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. 2018, v. 31, n. 64 [Acessado 7 Setembro 2022] , pp. 173-196. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942018000200004>

Searle, J. (1969). Speech Acts. Cambridge: CUP.

Searle, J (1965) ¿Que és un acto de habla? Ensayo originalmente publicado bajo el título ‘What is a Speech Act?’ (en Philosophy in America, Londres:

Shugart, M. S., & Carey, J. M. (1992). Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics. Cambridge University Press.

Allen & Unwin, pp. 221-39) por su autor, quien ha concedido a Teorema el permiso para la presente versión castellana.

Seara, I. R. (2019). “O presidente é o fusível de segurança do sistema”. Discurso de comemoração de mandato presidencial e diálogo subsequente. Construção do ethos de proximidade e de autoridade. Em: Marques, M. A. e Sousa, S.G. (org.) Linguagens e Poder. 1ª ed. CEHUM.

Silva, P. N. da, & Rosa, R. (2019). O plano de texto do artigo científico: caracterização e perspectivas didáticas. DELTA: Documentação de Estudos Em Linguística Teórica e Aplicada, 35(4).

<https://doi.org/10.1590/1678-460x2019350409>

Silva, P. N. da. (2016). Gênero, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto. Revista Diacrítica, 30(1).

Gonzalez-Bled, V. La construction des antagonismes politiques dans les discours présidentiels de Cristina Fernández de Kirchner : le peuple, la présidente, les adversaires, Le serveur TEL (thèses-en-ligne), ID : 10670/1.obn4yi

Van Dijk, T. A. (1981). Episodes as units of discourse analysis. Analyzing discourse: Text and talk, 177-195.

Van Dijk, T. A. (1997). What is political discourse analysis. Belgian journal of linguistics, 11(1), 11-52.

Van Dijk, T. A. (1977). Text and context: Explorations in the semantics and pragmatics of discourse.

Van Dijk, T. A. (2008) Discourse and context: A sociocognitive approach. Cambridge: Cambridge University Press;

Vieira, M. S. & Alvares, C. (2018). A construção da democrática” em Portugal; análise dos discursos de Ramalho Eanes e Mário Soares. [Tese de doutoramento] Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias -Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação;

Vion, R. [2001], ‘Effacement énonciatif’ et stratégies discursives, in De la syntaxe à la narratologie énonciative, De Mattia, Monique et Joly, André (éds), pp. 331-354, Ophrys, Gap, Paris.

Villarraga, L. Y. (2012). Análisis del discurso de posesión de Juan Manuel Santos: la ideología de la unidad nacional. Forma y Función, 25(1), 35-51.

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-338X2012000100003&lng=en&tlng=es.

Wilson, J. (2015). Political discourse. The handbook of discourse analysis, 775-794.

Wittgenstein, L. (1961[1921]). Tractatus logico-philosophicus. Tradução e apresentação de José Arthur Giannotti, Companhia editora nacional, editora da universidade de são paulo: routledge & kegan paul ltd 1961. publicado em 1921 na revista de Ostwald Annalen der Naturphilosophie.

ANEXOS - *CORPUS* DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE (1976 – 2016)

Discursos Portugueses

1. António Ramalho Eanes (1976)
2. António Ramalho Eanes (1981)
3. Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1986)
4. Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1991)
5. Jorge Fernando Branco de Sampaio (1996)
6. Jorge Fernando Branco de Sampaio (2001)
7. Aníbal António Cavaco Silva (2006)
8. Aníbal António Cavaco Silva (2011)
9. Marcelo Rebelo de Sousa (2016)

Discursos Brasileiros

10. Fernando Collor de Mello (1990)
11. Fernando Henrique Cardoso (1995)
12. Fernando Henrique Cardoso (1999)
13. Luiz Inácio Lula da Silva (2003)
14. Luiz Inácio Lula da Silva (2007)
15. Dilma Vana Rousseff (2011)
16. Dilma Vana Rousseff (2015)

DISCURSOS PORTUGUESES

Presidente: António Ramalho Eanes

Proferido em: 14.07.1976

Acessível em: DSDA⁷⁰ – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT%3d%5bDiscurso+do+Presidente+da+Rep%C3%ABlica%5d+na+tomada+de+posse+na+Assembleia+da+Rep%C3%ABlica+&DataBase=10011_DISCURSOSPR&Operator=&Profile=Default

Senhor presidente
Senhores deputados
Portugueses

Este acto de investidura de um presidente da república que apenas deve este cargo ao sufrágio dos seus concidadãos, culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português a opressão e é um marco decisivo na institucionalização da democracia.

Ao mesmo tempo, este acto de investidura de um presidente da república que acaba de jurar a constituição livremente elaborada pelos legítimos representantes do povo, consagra a derrota das minorias que se opuseram as transformações políticas, económicas, sociais e culturais, agora traduzidas num projecto de vida colectiva baseado na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos.

Foi um duro e difícil caminho de resistência até um 25 de abril em que as forças armadas restituíram a este povo o seu próprio país, a este país o seu lugar no mundo e a si próprias a sua verdadeira função social.

Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que não cedeu a tentação de usar o poder em proveito próprio, antes soube devolver aos cidadãos a escolha do seu destino e a definição do seu futuro. Arredados que andávamos da prática democrática, inexperientes no campo da actividade sindical e cooperativa, condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e as metas definidas pelos homens do 25 de abril e por quantos se bateram para que Portugal e os portugueses fossem livres.

Mas a firmeza com que o povo português soube responder a todas as situações ditatoriais, a sua determinação de viver a liberdade e a paz, demonstraram a justeza do programa do MFA e a firme adesão do povo português a sua mensagem, que em 25 de novembro de 1975 ficou de novo claramente expressa.

Ao iniciarmos um novo período na vida da nossa pátria, legitimamente constituídos os diversos órgãos de soberania que caracterizam um estado de direito, cabe aqui a evocação e a homenagem a quantos na resistência a ditadura ou no movimento das forças armadas deram o melhor de si próprios, quantas vezes a vida, para que a todos os portugueses coubesse decidir em liberdade a pátria que queriam ser.

A uns e outros evoco e saúdo na pessoa do presidente da assembleia da república e nos camaradas de armas presentes nesta assembleia ou nos seus postos de comando e de trabalho.

Não quero aqui antecipar-me à história no registo dos nomes. Ela o fará com perspectiva e com justiça. À história, pois, o que a história pertence.

Apresentei-me aos portugueses com o compromisso solene de cumprir a constituição, não como um quadro de referência, mas como um projecto de vida colectiva, apontando para metas concretas e estabelecendo como caminho o respeito permanente pela vontade do povo português livremente expressa.

Hoje jurei perante o país e o mundo defendê-la; e ao fazê-lo, mais uma vez me comprometo a assegurar e desenvolver as condições que hão-de garantir o primado do estado de direito democrático e as bases. De uma sociedade socialista.

A eleição do presidente da república significou, de forma inequívoca e clara, a adesão a um projecto político que lhe foi apresentado sem ambiguidades e com realismo. Esta adesão responsabiliza todos os

⁷⁰ Direção de Serviços de Documentação e Arquivo da Presidência da República

portugueses na participação efectiva na construção de um estado e de um regime de que a constituição e o fundamento.

Definido este quadro, está delimitado o campo de actuação das forças políticas. Não há, pois, lugar para actuações que visem a restauração dum passado que o povo português claramente rejeitou, nem serão toleradas quaisquer tentativas de criação de poderes paralelos, radicados em actividades de carácter insurreccional que só podem conduzir de novo a miséria e à ditadura.

Projecto de vida colectiva, quadro de garantia da democracia e do seu desenvolvimento, directriz de todas as participações individuais ou colectivas, a constituição representa a realidade e as conquistas revolucionárias que o 25 de abril desencadeou, e consagra a eliminação do golpismo e da anarquia a que o 25 de novembro pôs termo.

Jurei defender a constituição e cumprirei com fidelidade o meu dever. Mas esse é também o dever de todos os cidadãos democratas e patriotas, e de todos os outros órgãos, instituições e agentes do estado. Estou certo de que todos assumiremos as responsabilidades históricas que nos cabem, neste iniciar de uma nova era na vida de uma pátria que soube sempre escrever, a seguir a cada crise, uma nova página de grandeza.

Exercerei o cargo de presidente da república consciente de que um estado de direito democrático se caracteriza pela pluralidade e independência dos órgãos e poderes constituídos. Comprometo-me a respeitar a esfera de cada um, a exigir de todos o cumprimento integral da sua missão e a todos garantir as condições do seu correcto exercício.

As forças armadas assumiram, ao depor em 25 de abril um regime anti-democrático, o pesado encargo de lançar os fundamentos de um estado participado. Nos dois últimos anos, o exercício do poder político assentou na legitimidade revolucionária e na fidelidade a um programa que agora se concretiza na própria legalidade constitucional.

No prolongamento das responsabilidades que os militares assumiram em 25 de abril de 74, a constituição consagra o conselho da revolução como a expressão política das forças armadas, como garante do seu cumprimento e da fidelidade ao espírito do 25 de abril, a par de lhe atribuir funções legislativas em matéria militar.

A entrada em vigência plena da nossa lei fundamental e dos órgãos nela instituído; representando a materialização de compromissos tomados, contribuirá eficazmente para a coesão e operacionalidade das forças armadas, no exercício da missão que lhe cabe na defesa da democracia e da independência nacional. Esta é também a melhor garantia do que o conselho da revolução cumprira correctamente os fins que lhe são inerentes e lhe estão justamente atribuídos, e contribuirá de modo decisivo para o equilíbrio e unidade de acção que ao presidente da república compete assegurar.

Na assembleia da república se consubstancia a própria democracia pluralista. A história do funcionamento dos parlamentos em Portugal constitui matéria de reflexão e fonte de ensinamentos. A oposição deve ter neste país um lugar e uma voz. Mas tem que constituir uma alternativa real, e não um mero exercício lúdico de querelas partidárias, para que se não transforme de oposição a um governo em oposição à democracia.

A vida na assembleia constituinte foi um capítulo de luta e coerência nos agitados tempos da sua existência. Envidarei todos os meus esforços para dignificar a actividade desta assembleia, mas é no ajustamento da sua prática a situação real do país e as aspirações concretas do povo que assentam as determinantes do seu prestígio.

Os tribunais são as únicas instituições a quem compete administrar a justiça, protegendo os interesses dos cidadãos e defendendo a legalidade. Ninguém ignora a diversidade do espectro político de algumas regiões do país. Da força moral que representa o funcionamento independente dos tribunais e da sua capacidade para verter na vida as regras constitucionais e as novas leis, depende em larga medida o clima de autoridade democrática e a garantia de igualdade dos cidadãos. A cedência a quaisquer pressões, se por um lado não dignifica os tribunais, por outro ofende gravemente os princípios democráticos em que assenta a nova sociedade, uma sociedade em que não haja mais lugar para o medo, nem para a impunidade do terrorismo e do crime.

Senhores deputados
Portugueses

A democracia em Portugal é possível; e sendo possível, tem de ser viável. O país tem cada dia uma consciência mais clara das dificuldades que nos assoberbam. Generalizou-se a irresponsabilidade e a incompetência quantas vezes usurpando o nome e os interesses dos trabalhadores – e avançou-se largamente no campo da irracionalidade económica, que poderia conduzir a muitos lugares, mas não por certo a democracia, e muito menos ao socialismo.

Cabe ao governo encontrar os caminhos da viabilidade em que assentam em larga medida os avanços das conquistas das classes mais desfavorecidas, mas todas as forças políticas serão de certo modo responsáveis pela criação de condições que permitam a concretização do programa que esta assembleia vier a aprovar. Não se espera o monólogo, nem o diálogo de surdos. A consciência da gravidade da situação, presidirá a procura de formas de actuação política que, sem prejuízo de uma indispensável actividade política, saibam salvaguardar o essencial para este povo, que é a defesa da paz, da liberdade e de um progresso real e duradouro.

A recuperação da situação económica, passando por uma política de austeridade, não poderá porém limitar-se ao seu aprofundamento, num país que de há largos anos detém os padrões de vida mais baixos da Europa, essa Europa que constitui local de trabalho e ponto de referência para mais de um milhão de trabalhadores portugueses.

A exploração não pode voltar ou continuar onde ainda existia, e esta recuperação não se fará em nenhum caso a custa dos legítimos direitos dos trabalhadores, das suas organizações e associações, e evidentemente só os poderá favorecer. Mas para que a economia, a democracia, e o próprio país se salvem, e indispensável que todos os trabalhadores de facto trabalhem e produzam como se impõe, e com uma crescente maturidade política, e no cumprimento do dever patriótico, recusem frontalmente demagogias irresponsáveis, ilusões utópicas, vantagens imediatas que se traduzem em prejuízos irreparáveis a curto prazo, reivindicações irrealistas e formas de actuação que neste momento só podem servir a falência do Portugal novo e democrático, com o conseqüente e inevitável regresso ao passado.

A rentabilização do sector nacionalizado e a criação. De condições de exercício aos empreendimentos privados que permitam o relançamento do investimento, são objectivos que é imperativo atingir a curto prazo. Importa prosseguir uma política de melhoria de condições de vida das classes mais desfavorecidas, com prioridade para os trabalhadores cujos salários se situam abaixo da média nacional, nomeadamente no sector da agricultura, da função pública, das pequenas e médias empresas e reformados. Por outro lado, ao mesmo tempo que importa combater, na medida do possível, o aumento do custo de vida, há que desenvolver condições que possibilitem a criação de novos postos de trabalho, pondo termo a situação dramática dos desempregados e de muitos dos deslocados de África.

O país exige um ponto final no lamentável espectáculo dum sistema educativo que não funciona, e que dia a dia continua a hipotecar o nosso futuro, pela sua demissão na formação das gerações que hão-de garantir ao nosso país as condições de progresso e de independência.

Há que lançar programas ousados no domínio da habitação e da saúde, e que encontrar soluções que melhorem a qualidade de vida das populações da cintura dos grandes centros urbanos, onde vivem desenraizados os que abandonaram os campos e as aldeias na procura de sobrevivência para si e para os seus.

O conjunto de transformações que se torna necessário dinamizar, exige uma organização administrativa qualificada e eficiente, e, em consequência, a dignificação da função pública, de forma a ultrapassar a situação de bloqueamento em que se vem arrastando.

Nos vários sectores de actividade, temos de terminar com quaisquer formas de irresponsabilidade e corrupção, impondo o primado da seriedade e da competência.

E para atingir todos estes objectivos, precisamos ainda de órgãos de comunicação social que não sejam factores de perturbação, veículos de mentiras, difamações ou injúrias, campos de batalha fomentando a agressividade ou o ódio entre as pessoas, mas que sirvam antes, em todas as circunstâncias, para informar e esclarecer honesta e serenamente, contribuindo de modo decisivo para um consciente empenhamento do povo português nas ingentes tarefas da reconstrução nacional.

Senhores deputados

Portugueses

Esta hora é de optimismo e de esperança. Mas julgo que trairia as expectativas do povo que me elegeu, se não tivesse dado testemunho de alguns dos principais problemas que a todos afligem.

Para os resolver, assegurarei ao governo condições de autoridade e de eficácia que lhe permitam corresponder a esperança que é legítimo nele depositar um povo cansado de viver num país provisório e sucessivamente adiado.

E neste país, com os seus recursos e com os seus filhos, que havemos de reencontrar a nossa dignidade e a nossa identidade nacional, criando uma sociedade mais rica e mais igual que todos sintam como sua.

Somos um povo amante da paz e queremos contribuir activamente para uma solução pacífica dos problemas que afligem a vida dos povos. Guiar-nos-emos pelo respeito dos outros na colaboração que com eles estabelecermos. Temos consciência da nossa dimensão e da nossa integração em espaços geográficos, económicos, culturais e afectivos que nos são afins.

Intensificaremos a nossa participação nesses espaços, na Europa em que estamos integrados, no mundo de expressão portuguesa a quem nos ligam profundos laços afectivos e culturais; e colaboraremos com todos os países que conosco quiserem percorrer os caminhos da paz e comungar o pão da esperança, num mundo sem blocos e sem o desvio de poderosos recursos para a indústria de armamento.

Não esqueceremos que da nossa realidade fazem parte muitas centenas de milhares de portugueses que noutros países procuram o que um regime padraço lhes negou. Estou certo que a participação que já lhes é garantida nas eleições para a Assembleia da Republica, possa ser reforçada com outras formas que dêem ao país que somos a dimensão de um povo que transcende o seu próprio território, e procurar-se-á com pragmatismo encontrar com os países de acolhimento, a solução para os problemas concretos que os afligem.

Senhor presidente

Senhores deputados

Portugueses

Encerramos o "ciclo do império" e eis-nos perante a tarefa de continuar a pátria nas primitivas dimensões das terras que nasceram portuguesas. Emergimos da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas do regresso a um passado em que só porventura mudariam os dominadores. Estamos mais pobres, mas a experiência vivida nos ensinou que a liberdade é um bem inestimável que merece a vida e sem o qual não há democracia nem dignificação do homem.

Temos a nossa frente dificuldades que é imperioso vencer para assegurar a consolidação da democracia e abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito permanente pela vontade do povo português. Impõe-se que as dificuldades não nos façam esquecer os verdadeiros objectivos e antes reforcem a determinação do nosso povo em construir a sociedade que claramente escolheu em três eleições livres nestes últimos dois anos.

Para isso impõe-se também que se viva o ambiente de estabilidade social e tranquilidade cívica, um espaço de tolerância e diálogo entre os cidadãos, um clima de concórdia e reconciliação nacional no respeito mútuo pelas divergências de opinião legítimas no quadro das instituições democráticas.

Temos de acabar com o sectarismo, a intolerância, a violência, o ódio; temos de acabar com os atentados, as perseguições, a agressividade nas relações entre as pessoas e os grupos. Temos de banir totalmente as sequelas do fascismo e realizar integralmente o 25 de abril.

E assim, nos caminhos da verdadeira justiça social, haveremos de construir um país em que haja uma liberdade igual para todos e todos possam viver em paz, com segurança e bem estar, a sua liberdade; haveremos de fazer desta terra, que é a nossa terra, uma pátria com lugar para todos os portugueses.

Mas, que fique bem claro, esta não é, não pode nem deve ser, tarefa de um homem, ou sequer de um governo: tem de ser tarefa de nós todos, tem de ser uma missão do povo português.

Como presidente da republica, espero a colaboração e o contributo decisivo, dos vários órgãos de soberania, e também dos da administração e do poder local para a consecução destes grandes objectivos nacionais mas, como presidente da república, para os atingir apelo sobretudo para o povo português para uma experiência, consciência e uma cultura que tem atrás de si oito séculos de história, para um sonho transformado em projecto e um projecto que se quer transformar em realidade que tem à sua frente todo o futuro.

Hoje como em muitas encruzilhadas da nossa história, o povo português há-de reconciliar-se em torno de um projecto verdadeiramente nacional e erguer um mundo novo nos limites das suas fronteiras.

Hoje como sempre que esteve em causa o seu futuro.

Saibamos todos ser dignos dessa história e deste futuro; saibamos ser dignos do povo a que pertencemos – e que Portugal se cumpra em Portugal.

Presidente: António Ramalho Eanes

Proferido em: 14.01.1981

Acessível em: DSDA – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT%3d%5bTomada+de+posse+do+Presidente+da+Rep%C3%BAblica%5d+&DataBase=10011_DISCURSOSPR&Operator=&Profile=Default

Senhor presidente da assembleia da república
Senhor primeiro ministro
Senhor presidente do supremo tribunal de justiça
Senhores conselheiros da revolução
Senhores deputados
Portugueses

As condições em que se realiza esta cerimónia de investidura são bem diferentes das que existiam no início do meu primeiro mandato.

Então, a incerteza e a insegurança ainda seriam os traços mais marcantes que se encontravam em todo o sistema político, mesmo que fossem ocultos pela nossa esperança democrática, pela convicção de que só a democracia permitiria resolver os graves problemas nacionais.

Apesar de termos depois atravessado um período de relativa estabilidade económica e social, persistiram tentativas de radicalizar o processo político.

As instituições, porém, resistiram e o resultado eleitoral de 7 de dezembro, por fim, consolidou-as. Temos hoje experiências feitas e certezas adquiridas; temos a demonstração de que as provas que um sistema democrático presta são sempre as suas melhores defesas.

Por isso encontro o primeiro e mais importante resultado da minha reeleição na expressão clara da vontade do povo português em manter, sem rupturas, o processo democrático aberto em 25 de abril e reafirmado em 25 de novembro.

Reconhecendo o comportamento democrático, o realismo responsável e a fidelidade ao espírito do 25 de abril, que procurei manifestar ao longo do meu primeiro mandato, a minha reeleição impõe um compromisso indeclinável.

Um compromisso indeclinável com o regime democrático, com um futuro de pluralismo, de convivência aberta e livre, de justiça e de tolerância, de estabilidade e de progresso.

Tendo sido critérios permanentes das minhas decisões, continuarão a ser os marcos orientadores da minha acção, por compromisso consciente e por imposição da vontade dos portugueses.

Não interpreto a reeleição como uma vitória pessoal.

Em democracia, não pode haver vitórias pessoais.

Ainda que, como acontece nas eleições presidenciais, não exista um confronto entre partidos nem entre programas de governo, a vitória é o êxito de um sistema de ideias e de concepções que são comuns a muitos responsáveis políticos, que são democraticamente afirmadas e praticadas por organizações e instituições, que correspondem aos anseios e sentimentos da maioria dos portugueses.

A democracia pluralista e a garantia de convivência livre e aberta entre concepções e interesses distintos são os principais valores políticos que saíram realmente vencedores.

E importa reter o seu significado, porque o pluralismo e a liberdade de expressão dos interesses sociais são valores permanentemente ameaçados.

Pudemos verificá-lo no período aditado e violento que antecedeu a institucionalização do regime democrático constitucional.

E mesmo depois disso, em múltiplas ocasiões e em diferentes oportunidades, foram defendidos projectos e concepções que admitiam o condicionamento das liberdades; que admitiam a limitação das relações e da legitimidade dos partidos políticos como fontes de representatividade do poder soberano dos eleitores; ou que admitiam ainda a utilização das posições de autoridade do executivo para condicionar a expressão legítima de correntes de opinião.

Em democracia, o pluralismo e a liberdade de expressão são valores absolutos. Mas constituem também pressupostos indispensáveis para responder à crise, conseguir a modernização e o desenvolvimento.

Não haverá esforço colectivo real e consistente baseado na exploração e na opressão.

Não haverá capacidade criativa se o nosso regime democrático não estiver aberto ao debate das alternativas, à capacidade crítica, à expressão das divergências. Só assim poderemos escolher o caminho mais eficaz e conhecer os sacrifícios que aceitamos suportar.

Competirá sem dúvida, ao estado democrático, responsabilidade de afirmação do interesse nacional. Mas as suas decisões só serão ajustadas e compreendidas se se basearem num exame atento das possibilidades em confronto e numa pedagogia aberta dos fundamentos aceites como válidos.

Neste sentido, foram superados pela expressão eleitoral o voluntarismo que se apoia na autoridade, e os projectos de concentração formal dos poderes políticos, que esquecem o pluralismo das vontades, bloqueiam a alternância, ameaçam a continuidade democrática e dividem os cidadãos.

E igualmente superadas se encontram as concepções que se apoiam em conceitos de vanguardas políticas ou sociais, estejam elas orientadas para objectivos revolucionários ou para o restauracionismo de privilégios.

Consubstanciando a defesa do consenso e do pluralismo, da legalidade e da estabilidade, a expressão da vontade eleitoral representa também a vitória das condições legítimas de revisão constitucional.

Os significados políticos da reeleição assentam na minha acção política passada e no programa que apresentei ao país.

Por isso, considero que se impõe, no momento solene da investidura no cargo de presidente da república e do juramento da constituição, reafirmar o quadro orientador que contém os critérios dos meus actos, onde reside o conteúdo da responsabilidade política que assumo perante os portugueses.

A democracia pluralista é o princípio superior a que se subordinam o estado, o sistema político e o quadro orientador das relações sociais, no reconhecimento de que só a expressão diferenciada dos interesses políticos e sociais permite a realização plena da liberdade e da dignidade do homem, a afirmação responsável dos seus direitos e deveres, a garantia permanente dos vínculos de solidariedade que unem e obrigam a todos os cidadãos.

A liberdade é valor indiscutível que a democracia pluralista garante e que assegura a todos e sem excepção os direitos de livre expressão, de livre associação, de acesso real às oportunidades, da sua realização no quadro das responsabilidades consagrado pelas regras democráticas.

A solidariedade social, resultante da integração de cada cidadão na comunidade nacional, impõe que se assumam inteiramente as exigências da vida colectiva em liberdade, garantindo condições de existência, de segurança e de apoio a que todos têm direito numa sociedade que recusa a opressão e a exploração.

A justiça, assegurando a igualdade perante a lei democraticamente legitimada e assumida, é o valor permanente que uma sociedade livre, aberta e responsável, não pode deixar transgredir, sob pena de se degradar na insegurança, na arbitrariedade, na luta fratricida e na violência.

A dignidade do homem é a finalidade e o valor último para que convergem a democracia pluralista, a liberdade, a solidariedade social e a justiça, pelo que não admite qualquer desvio ao seu respeito integral e exige a sua consideração como objectivo permanente de toda a acção política.

A defesa da identidade nacional corresponde ao compromisso patriótico inviolável de assegurar a continuidade e o desenvolvimento das nossas raízes históricas e culturais, dos valores permanentes da nossa sociedade, em independência e com dignidade, e constitui a exigência suprema que vincula quem, servindo a pátria, serve os portugueses.

O respeito permanente por este quadro de valores fundamentais determina a dimensão ética em que considero dever situar-se o presidente da república como garante último da democracia e da unidade nacional.

No plano específico da função política do presidente da república, considero que, com uma legitimidade democrática própria que se justifica e o responsabiliza no seu programa de candidatura, tem as suas funções na política interna e na política externa definidas pela constituição que respeita e se obriga a fazer respeitar.

A autoridade que para o presidente da república decorre da sua eleição por sufrágio directo e universal permite-lhe ser, em termos efectivos, o garante da regularidade do funcionamento das instituições, o ponto de referência final do sistema, a última salvaguarda nos momentos de crise ou de emergência.

A dualidade de órgãos eleitos pelo mesmo processo exige, porém, no regime semipresidencialista, mais do que em qualquer outro, a solidariedade institucional.

Esta não significa a identidade permanente de concepções ou entendimentos. Traduz, sim, a estrita e rigorosa obrigação de respeito recíproco entre presidente da república, Assembleia da República e Governo, no quadro das respectivas competências constitucionais, e de ação concertada, para além de todas as divergências que porventura possam existir.

O presidente da república não faltarà com a sua solidariedade institucional e com o apoio que desta deriva. A única condição do governo é a sua legitimidade democrática. A partir daí, qualquer governo tem direito aos meios para governar e a obrigação de fazê-lo à única luz do interesse colectivo. De qualquer governo, sem aceção de partidos ou de pessoas, esperará sempre o presidente da república correcção, lealdade, transparência de processos, respeito pelas regras de relação entre os órgãos de soberania.

O presidente da república exercerá o seu mandato sem nunca ultrapassar as suas competências ou usurpar poderes alheios. Mas jamais prescindirá do exercício da sua autoridade constitucional, conforme as circunstâncias e as necessidades.

Realizado o objectivo que me propus, em 1976, de normalização das forças armadas, não acumularei as minhas funções políticas com quaisquer outras de natureza militar, salvo as que decorrem da qualidade de comandante supremo das forças armadas. Neste sentido, decidi que a transmissão de poderes para o novo chefe do estado maior general das forças armadas se fará até ao final do próximo mês de fevereiro.

No entendimento rigoroso do que é a defesa e a garantia da evolução estável do regime constitucional, exercerei o meu mandato, como o fiz no passado, com os objectivos permanentes de garantir a paz, a liberdade e a segurança, com a firmeza que impõe a legitimidade democrática da minha investidura.

Do mesmo modo, manterei no âmbito das minhas atribuições, os objectivos de procura dos consensos políticos e sociais, como factores de estabilidade e de coerência, de resolução dos conflitos pela negociação e de promoção das acções de cooperação entre interesses distintos que contribuam para o reforço da solidariedade social. Como está estabelecido na constituição, não cabe ao presidente da república qualquer função própria no processo de revisão constitucional.

A responsabilidade pela revisão constitucional pertence integralmente aos parlamentares, que recebem o poder constituinte. Porém, o presidente da república, dentro dos limites das suas competências, assegurará o respeito pelas normas a que o próximo processo de revisão constitucional tem de obedecer.

Se estes são os princípios gerais a que se subordina a acção política do presidente da república, em função dos seus poderes constitucionais e das responsabilidades assumidas com a reeleição, é em relação a eles que se determina a sua posição perante as questões políticas concretas.

O presidente da república não tem, na nossa ordem constitucional, uma acção directa na área executiva.

Mas é sua obrigação estrita explicitar as coordenadas de interpretação das situações, realizando assim a sua missão de orientação superior da nossa vida política e criando as condições para que os grandes problemas nacionais sejam resolvidos em convergência de esforços.

A crise que atravessamos, onde os factores internos se conjugassem os factores externos, exige que os responsáveis políticos não abandonem os caminhos do realismo, da ponderação e da serenidade que têm vindo a ser percorridos nos últimos anos. Conseguimos encontrar as bases da estabilidade política, assegurando as condições de alternância e obtendo, pelo menos em relação às questões essenciais, espaços de consenso significativos.

Esse é um contributo importante para que possamos, agora, enfrentar com determinação as exigências da democracia, da modernização e do desenvolvimento.

Só o conseguiremos se soubermos compreender a necessidade da transformação e da mudança.

Por isso, teremos de decidir, com coragem política, com adequação social e com fundamentação técnica, quais as melhores condições de organização da actividade económica que permitam obter melhores resultados dos capitais disponíveis, do trabalho e dos sacrifícios que impomos às gerações actuais. Só assim será possível um desenvolvimento assente em condições sólidas e ajustadas aos novos desafios.

Teremos também de decidir, com igual coragem, quais os caminhos que queremos trilhar na modernização da agricultura, da indústria e do comércio, qual a nossa atitude perante a urgência de modernizar o sistema educacional, a produção e difusão de conhecimentos científicos, a criação cultural. Só assim enfrentaremos os desafios do desenvolvimento e do progresso.

É importante o debate ideológico para a formação de uma consciência colectiva informada das alternativas existentes. Mas ele não nos pode distrair das tarefas necessárias, nem nos pode fazer perder as oportunidades que estão ao nosso alcance.

Nestes termos, o realismo que se impõe na decisão económica, olhando com coragem para o futuro sem ficarmos presos a considerações estereis sobre o que foi o passado, exige também que se assumam inteiramente os imperativos de solidariedade social e de satisfação das expectativas legítimas de segurança, de justiça e de bem-estar que os portugueses alimentam.

A modernização e o desenvolvimento não se atingirão se as realidades prometidas se colocarem apenas num horizonte longínquo, incapaz de motivar o esforço no presente e os sacrifícios que se exigem no imediato.

Neste sentido, a participação de todos os agentes económicos, sejam empresários ou trabalhadores, técnicos ou investidores, de todos os grupos sociais, no debate e na formulação da política económica geral, não pode ser uma promessa vazia de conteúdo.

Mas, igualmente, não pode ser esquecido o compromisso político de protecção e de apoio aos que, menos capazes de exercerem um poder reivindicativo, são mantidos afastados dos benefícios do desenvolvimento.

Em todo este caminho complexo que nos conduzirá, pela consolidação da democracia política, pela concretização do princípio democrático nos domínios económico, cultural e social, terá um papel decisivo a comunicação social como veículo da máxima importância na formação de uma consciência e de uma vontade colectivas.

Será, contudo, necessário que os meios de comunicação social, especialmente a rádio e a televisão, não sejam utilizados como instrumentos de pressão política ilegítima ou de adulteração deliberada de notícias ou de fundamentos de decisão, para serem, como sempre devem ser, espaços de expressão pluralista, de alternativas e de concepções. Se não for assim, a comunicação social trai a sua responsabilidade democrática, aviltando os seus profissionais e pervertendo um instrumento essencial na organização das sociedades modernas.

Mais do que no passado recente, essencialmente orientado para a procura da clarificação e da estabilidade política, importa agora que o debate das alternativas que se colocam na determinação de uma política de modernidade seja enriquecido pela produção de uma informação séria, verdadeira e responsável.

Isso se espera, como condição conscientemente aceite, de todos os responsáveis pela comunicação social e que cada um dos seus profissionais.

Senhor presidente

Senhores deputados

Vivemos tempos de transformações, de mudança, de superação de concepções tradicionais.

Defrontamos novos problemas, reconhecemos novas condicionantes da vida em sociedade, encontramos, em toda a sua extensão, o desafio da construção do futuro.

Já vencemos, na nossa história, outras crises globais, outras situações de transformação e de inovação, outros momentos em que a capacidade colectiva derrotou os que, fechados no seu

Conservantismo e dogmatismo, anunciavam a catástrofe.

Conhecemos bem os comportamentos de recusa perante o que é novo, a negatividade sistemática dos velhos do restelo, a crença fantasista em salvadores-iluminados, a tendência para os messianismos secularizados.

Nascidos, como entidade política autónoma e independente, da evolução histórica da europa, das suas condicionantes económicas, sociais e religiosas, cedo manifestámos a nossa vocação universalista.

Exercemos uma função crucial na abertura da europa ao mundo, iniciando o ciclo imperial europeu no momento exacto em que as condições materiais permitiam a expressão e o desenvolvimento da concepção universalista da renascença.

Fizemos o mundo conhecido, relacionámos culturas, desenvolvemos a convivência fraterna com outros povos, contribuimos para a concepção aberta e ecuménica que marca a cultura europeia, no nosso modo singular de entender e realizar a relação entre os homens.

Voltámos à unidade das terras que nasceram portuguesas, encerrando o grande ciclo da expansão europeia, quando as condições geopolíticas de afirmação da vontade, da concepção e da identidade europeias transformam e modelam em novos termos as possibilidades da sua expressão.

Regressados à europa, partilhamos com o velho continente uma crise de orientação que, tendo aspectos específicos em cada país, marca profundamente as condições de expressão dos nossos valores de cultura e de civilização.

Nestes tempos de perturbação, em que teremos de responder aos que querem impor o seu dogmatismo imobilista, parece-me bem que se recordem as palavras de um dos nossos pensadores: "...quando a crise enfim se manifesta a claro, a ideia que ocorre à maioria dos homens é a do simples regresso à estabilidade antiga (...). Esta ideia, porém, tem o inconveniente de ser quimérica, e de chegar somente a soluções transitórias, que não-de desabar catastroficamente.

É necessário um equilíbrio novo, que seja essencialmente um equilíbrio dinâmico, por assim dizer: não a harmonia da uma coisa estática, mas o decorrer dialéctico de um movimento, – o que torna evitáveis as revoluções sangrentas. A elite que viveu até aí do tradicional, já não tem remédio senão inventar, conceber com audácia, corrigir seus rumos (...). No que toca à sociedade e ao viver político, torna-se indispensável avançar sem termo por "mares nunca dantes navegados", e passar a ideia dos descobrimentos para o íntimo domínio do espiritual.

Inventar, revolucionar, andar, transformar pela história as instituições históricas, procurar a igualdade e a fraternidade entre os homens, desejando a aproximação de um ideal longínquo...

Só no momento em que a nação portuguesa adoptar enfim esse modo de ver e essa mesma concepção da sua própria história – só então, digo, terá adquirido a consciência plena da sua personalidade e do seu destino: e estará de posse, pois, das condições intelectuais do seu ressurgir e dos rumos progressivos da sua vida pública". É em confronto com estas palavras que podemos estabelecer um juízo sobre o caminho já percorrido pela nossa democracia.

O nosso estado democrático caminha para a plena consolidação. Dispõe das condições necessárias para orientar Portugal neste período difícil e de profundas transformações.

Demos, nos últimos anos, passos seguros e que serão continuados, na via da descentralização e do respeito pela autonomia das regiões insulares, reconhecendo a legitimidade dos interesses diferenciados que aí encontram a sua expressão.

Longe de enfraquecerem o estado ou de lhe reduzirem a eficácia, essas condições aumentaram a capacidade de realização e de satisfação das necessidades das populações e deram uma consciência mais firme, porque mais flexível, à unidade nacional.

As exigências democráticas são claras e imperativas para a responsabilização dos detentores do poder, que não podem limitar a criação de condições para que cada comunidade local e regional possa desenvolver livremente as suas capacidades e assim participar, livre e conscientemente, na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

As linhas fundamentais da nossa política externa estão claramente definidas no que se refere à Europa, à aliança atlântica, aos estados de África e da América Latina a que nos ligam fortes laços de história e de interesse mútuo, e aos países árabes. Iniciámos uma acção de valorização das comunidades portuguesas

espalhadas no mundo, obra ainda incompleta e longe de satisfazer as naturais expectativas dos emigrantes e os reais interesses de Portugal.

Permitem-nos afirmar a nossa capacidade singular no diálogo internacional, contribuir para a redução dos conflitos e das tensões, reforçando o prestígio de Portugal na comunidade das nações.

Permitem-nos ainda a afirmação dos nossos interesses, a maximização de oportunidades e o reforço das ligações externas através da organização de um sistema de relações económicas internacionais estável e equilibrado.

Senhor presidente

Senhores deputados

É neste quadro de esperança e de responsabilidade que assumo, como presidente de todos os portugueses, perante esta assembleia e perante o país, o compromisso solene de defender e de garantir a nossa democracia aberta, expressa nas suas dimensões de participação política, de desenvolvimento económico, de solidariedade social e de criação cultural, respondendo aos desafios do presente e construindo um futuro de progresso e de fraternidade.

Os tempos actuais são exigentes pelas dificuldades que nos colocam.

Os tempos futuros são, pelas oportunidades que se nos oferecem, pela experiência que recolhemos e pela consciência e serenidade que saberemos manter, espaços abertos de realização e de afirmação do nosso destino colectivo.

Saibamos todos ser dignos da nossa história e do nosso futuro.

Saibamos ser dignos do povo a que pertencemos.

Assim cumprimos Portugal.

Presidente: Mário Alberto Nobre Lopes Soares

Proferido em: 09.03.1986

Acessível em: DSDA – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT%3dUnir+os+portugueses%2c+servir+Portugal&DataBase=10011_DISCURSOSPR&Operator=&Profile=Default

Depois de ter jurado por minha honra «cumprir e fazer cumprir a Constituição», as minhas primeiras palavras são para saudar o povo português, garante da perenidade da Pátria — um a pátria com mais de oito séculos de história e que representa uma cultura, uma forma peculiar de estar no Mundo e uma língua, hoje falada por cerca de 150 milhões de seres humanos. E aos Portugueses, a todos os portugueses, sem esquecer os emigrantes espalhados pelo vasto mundo, e que com o seu trabalho honram Portugal, que exprimo o compromisso do meu empenhamento e da minha solidariedade.

Fui eleito pelos Portugueses para desempenhar o alto cargo de Presidente da República nos próximos cinco anos, que considero decisivos para assegurar um futuro de desenvolvimento a Portugal, no quadro da Comunidade Europeia, a que agora pertencemos por direito. Findo o período de transição para a democracia plena, sou o primeiro Presidente civil eleito, directamente, por sufrágio popular. É uma escolha que me honra e que me responsabiliza.

Tudo farei para estar à altura da responsabilidade histórica que me foi confiada pelo voto livre dos Portugueses. Com isenção e independência, ao serviço tão-só de Portugal e do que Portugal representa no Mundo.

Sou um homem de convicções e de fidelidade. É com humildade que lhe agradeço, Senhor Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras de confiança e de apreço que me dirigiu, com a autoridade democrática e o talento que lhe são unanimemente reconhecidos. Foi com igual humildade e com o sentido pesado das responsabilidades que assumi, perante os Senhores Deputados, legítimos representantes do povo português, o meu compromisso para com a Nação.

Sempre considerei — e considero — a Assembleia da República como o centro vital da democracia. Honro-me de ter sido parlamentar. Deputado às Constituintes, fui sucessivamente reeleito em todas as legislaturas. Nos últimos dez anos vivi momentos históricos exaltantes neste hemiciclo, de que guardo indelével recordação. Num regime pluralista e pluripartidário, como o nosso, o papel do Parlamento é primordial e insubstituível. E da eficácia da sua acção, no plano político e no plano legislativo, que em grande parte depende o regular funcionamento das instituições democráticas, de que sou, a partir de agora, constitucionalmente, garante.

A Assembleia da República pode contar com o meu respeito, com minha solidariedade e com a minha cooperação. Estarei atento, como meu dever, às indicações desta Casa, que todos os democratas têm dever de prestigiar, e manterei com V. Ex.a, Senhor Presidente da Assembleia, e com todos os partidos aqui representados, um diálogo atento e permanente.

Muito me honra também a presença, neste acto solene, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de altos representantes de nações amigas com que Portugal mantém relações especiais. Desejo agradecer-lhes e saudá-los calorosamente. A sua ilustre presença é um testemunho de solidariedade para com o Povo Português, que muito me sensibiliza. E mais uma prova de que Portugal saiu definitivamente do isolamento internacional, em que tantos anos viveu, e que é hoje, graças ao 25 de Abril, um país prestigiado e respeitado na Comunidade Internacional.

Há, no entanto, um lugar vazio nesta sala, que impede que o nosso regozijo seja completo. Esse lugar deveria ter sido ocupado por um grande estadista, por um humanista, defensor das causas nobres e generosas, um amigo sincero de Portugal. Refiro-me a Olof Palme. Um atentado brutal e absurdo — como todos os actos terroristas — roubou-lhe a vida. Curvo-me, respeitosamente, perante a sua memória. Foi um homem de diálogo, de tolerância e de paz. Honro-me de ter sido seu amigo e companheiro de ideal durante quase três décadas.

O terrorismo representa hoje uma das principais ameaças ao desenvolvimento da democracia. Nos planos nacional e internacional. Por isso, as democracias têm de saber defender-se, pondo-se de acordo numa acção concertada e eficaz de luta contra o terrorismo, fruto amargo da violência, do fanatismo e da intolerância. Nas sociedades abertas a segurança é um bem tão precioso quanto a liberdade. O terrorismo, flagelo até há pouco desconhecido em Portugal, não pode ser hoje arredado, infelizmente, das nossas mais instantes preocupações. Tudo farei para que lhe seja dado um combate efectivo e sem tréguas.

O Povo Português, tradicionalmente pacífico e tolerante, elegeu-me porque confia na minha capacidade para unir os Portugueses, contribuindo assim para criar condições de convivência cívica e de colaboração responsável entre todos, ao redor de objectivos claros que nos são comuns. Essa vontade de promover um clima de concórdia nacional não exclui firmeza e exigência, no respeito pelas regras democráticas e pelas leis da República. Nesse aspecto, serei inflexível. Consciente do perigo que sucessivas crises representam para o regime, tenho defendido que a estabilidade política e a paz social são condições indispensáveis para o desenvolvimento e a modernização de Portugal. O desenvolvimento, com verdadeira dimensão social — o que pressupõe correcções e aperfeiçoamentos do sistema político e económico — é, com efeito, o grande desafio com que estamos confrontados, até ao fim do século, e que justifica o nosso empenhamento colectivo, com vontade de ganhar. E o designio capaz de unir os Portugueses nos próximos anos, congregando energias e boas vontades — a inteligência, a criatividade e o entusiasmo de muitos, e em especial dos jovens, para construir uma sociedade aberta, justa e de bem-estar e lutar sem descanso contra a pobreza, a ignorância e a intolerância que ainda atingem, infelizmente, tantos Portugueses. Para tanto, exige-se a responsabilidade solidária e a cooperação leal dos órgãos de soberania, cabendo ao Presidente da República, pelas suas próprias funções, ser um factor essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis. Esse será o meu principal objectivo.

Conheço bem as dificuldades de governar e sei, portanto, medir a importância que tem, para a acção governativa, a compreensão e o estímulo do Presidente da República. Sempre considerei um erro opor maiorias que não devem ser, em termos de defesa do regime, oponíveis. Por isso afirmei, antes e após serem conhecidos os resultados eleitorais, que a maioria que me elegeu se esgotou no próprio acto da eleição. Para evitar ambiguidades. Considero, assim, ser meu dever trabalhar lealmente com os governos que tenham a confiança da Assembleia da República ou que por esta sejam viabilizados, quaisquer que forem. Asseguro, pois, ao actual Governo, embora minoritário, o meu apoio leal e a minha solidariedade, nos termos expressos.

Conheço e compreendo os problemas dos partidos, quer estejam no Governo, quer na oposição. Os partidos são instituições essenciais à democracia — tão essenciais que sem eles não há democracia — e, por isso, é dever de todos os democratas prestigiá-los. Tendo renunciado a todos os cargos, direitos e deveres partidários, uma vez eleito Presidente da República — por os julgar incompatíveis com a função presidencial — estou em condições de assegurar a todos os partidos, com imparcialidade, e designadamente aos que têm representação parlamentar, uma cooperação isenta e que tenha em conta tão-só o interesse nacional. Tal como a entendo, a função presidencial não deve ser interferida por projectos pessoais nem por egoísmos partidários, sejam de que natureza forem. Durante o meu mandato, os Portugueses estão certos de que isso não acontecerá.

Vivi por dentro todas as crises políticas do regime e penso conhecer-lhes as razões e os mecanismos subtis. Sei o que custam ao País. Os Portugueses têm a garantia de que tudo farei para as evitar, poupando perdas de tempo irreparáveis e recursos que nos fazem falta e serão melhor aplicados numa estratégia nacional de desenvolvimento.

Disse-o aos Portugueses durante a campanha eleitoral e reafirmo-o hoje, com solenidade: serei o Presidente de todos os portugueses, e não apenas daqueles que em mim votaram.

E nessa qualidade que desejo prestar uma homenagem sincera, neste momento e neste lugar, ao meu ilustre antecessor, o Presidente da República cessante, general Ramalho Eanes. Conhecidas que são algumas divergências que pertencem agora ao passado, estou à vontade para enaltecer o papel que desempenhou o Presidente Eanes no processo político e militar com plexo que conduziu à estabilidade democrática, ao longo dos seus dois mandatos.

Desejo igualmente saudar, com todo o respeito, os candidatos à Presidência da República que defrontei na primeira e na segunda volta das eleições presidenciais e o valioso contributo que deram para o esclarecimento democrático dos Portugueses.

Completa-se hoje um ciclo da vida portuguesa. Outro começa, em plenitude democrática, que gostaria fosse marcado pela confiança dos Portugueses em si próprios e nas potencialidades de desenvolvimento de Portugal. Podemos hoje olhar o futuro com esperança.

No passado próximo vivemos crises difíceis, um processo político -social complexo e sinuoso, ultrapassámos dificuldades económicas e financeiras que pareciam invencíveis, sofremos frustrações e choques de diversa índole, alguns de grande gravidade. A tudo resistimos. E resistimos sem nunca pôr em causa os interesses nacionais essenciais e sabendo preservar e aprofundar as instituições democráticas pluralistas, nascidas com o 25 de Abril.

E o momento de prestar homenagem aos militares de Abril, sem a coragem e o patriotismo dos quais nada teria sido possível. Não esqueceremos nunca o que lhes devemos. E é tempo, igualmente, de saudar a instituição militar —as Forças Armadas—, que, na sua hierarquia, profissionalismo, disciplina e lealdade democrática, tem contribuído decisivamente para consolidar, por forma que representa um grande exemplo, o regime saído da vontade popular. As Forças Armadas, de que sou a partir de hoje, por inerência, o Comandante Supremo, incumbe, constitucionalmente, o importante papel da defesa militar da República. Dotá-las das condições necessárias ao cumprimento das suas missões, à sua modernização e reestruturação, é, pois, uma exigência nacional.

A segurança dos Portugueses e a absoluta garantia dos seus direitos e liberdades, bem como dos seus direitos e deveres económicos, sociais e culturais, são imperativos constitucionais do Estado democrático. Os tribunais são órgãos de soberania a quem incumbe, na administração da justiça, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados. Saúdo, respeitosamente, os Magistrados portugueses, de todas as categorias, que são um pilar essencial na manutenção e aperfeiçoamento do Estado de direito.

Como garante da unidade do Estado, desejo saudar os órgãos próprios das regiões autónomas e assegurar-lhes uma leal e efectiva cooperação. A autonomia regional constitui uma das grandes realizações da nossa democracia, que importa prosseguir e desenvolver, visto que trouxe inúmeros benefícios às populações insulares.

E unanimemente admitido que o poder local constitui uma pujante realidade democrática. Por isso merece toda a minha solidariedade. Com efeito, as autarquias têm sido uma escola de democracia,

possibilitando a participação e o empenhamento de milhares de cidadãos na vida da comunidade e em defesa dos interesses locais e regionais. Aprofundando a tradição municipalista, tão celebrada por Herculano, o poder local tem modificado, com as suas realizações, a própria estrutura de Portugal e trazido às populações melhoramentos sem paralelo na nossa história contemporânea.

Durante a campanha eleitoral assumi voluntariamente compromissos políticos e culturais, que desejo neste momento reiterar. Agirei no respeito escrupuloso das minhas competências, observando em relação aos outros órgãos de soberania a separação e interdependência estabelecidas na Constituição. Tudo farei para garantir a estabilidade política e institucional, de acordo com a responsabilidade que me foi conferida pelos Portugueses. E nesse quadro que considero ser meu dever tomar as iniciativas que entenda adequadas aos grandes objectivos nacionais. Sempre entendi que o Presidente deve acompanhar a acção governativa, mas não tem de se intrometer nas decisões de política corrente. O Presidente da República é portador de um desígnio nacional e compete-lhe, no âmbito dos seus poderes, ser um factor de orientação e de referência, em termos genéricos, que permita a realização progressiva daquele desígnio, com tempo, serenidade e moderação.

Não hesito em identificar esse desígnio nacional, nesta nova fase da vida portuguesa, com a estratégia para o desenvolvimento, a reforma do Estado, a modernização da Sociedade e a afirmação da vitalidade indelével da nossa Cultura. São objectivos interligados que importa prosseguir sem perda de tempo, suscitando para tanto amplos consensos e fazendo apelo aos Portugueses de boa vontade.

É óbvio que há divisões, conflitos e contradições na sociedade portuguesa, que se exprimem livremente, como é próprio das sociedades abertas, e que se não podem ignorar. Mas, longe de nos paralisarem, devem estimular a nossa criatividade e capacidade de concertação, dado que em democracia os conflitos se dirimem pelo voto e pela aceitação da regra da alternância democrática.

Quero endereçar à população de Macau a expressão da minha solidariedade e apreço. Tudo farei para lhe garantir as melhores condições de estabilidade, de progresso e de desenvolvimento.

Desejo também exprimir aqui a minha preocupação relativamente à situação de Timor Leste, que tem sido acompanhada por Portugal, nos últimos anos, com tealismo e persistência, de harmonia com as regras do direito internacional. Nos termos da Constituição, Portugal continua, relativamente a Timor Leste, vinculado às responsabilidades que lhe incumbem. É na fidelidade a esses princípios e responsabilidades que continuaremos a afirmar e a lutar, na medida das nossas possibilidades, pelo direito imprescritível do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência.

Neste momento solene e na presença tão honrosa de ilustres personalidades nacionais e estrangeiras, seja-me permitido endereçar, em nome de Portugal, as nossas saudações à Comunidade Internacional. Portugal é hoje uma nação de paz e que luta, esforçadamente, pela paz no Mundo. Fiel às suas alianças tradicionais, membro fundador da Aliança Atlântica e membro de pleno direito da CEE, Portugal não esquece os laços fraternos e de excepcional afectividade e solidariedade que o unem aos Países Irmãos de África de língua oficial portuguesa e à grande Nação Brasileira. Não esquece, igualmente, a presença portuguesa que a história deixou repartida pelo Mundo e que o trabalho dos nossos emigrantes, que efusivamente saúdo, rejuvenesce cada dia.

A fidelidade às nossas origens e o culto renovado da nossa identidade cultural são trunfos decisivos na batalha do futuro, em que estamos empenhados neste final do século. Ao Presidente da República competirá dar o seu patrocínio a acções que visem promover externa e internamente a cultura portuguesa e a voz da Pátria. Queremos fazer de Portugal uma terra de gente livre e solidária. Uma terra de progresso, de prosperidade e de cultura. É um sonho que está ao nosso alcance realizar. Retomemos a esperança e ganhemos confiança no esforço próprio. Muito depende de nós. Saibamos despertar a iniciativa criadora de trabalhadores e empresários. Façamos confiança à inteligência portuguesa — aos nossos professores, cientistas, técnicos, escritores, artistas. Dêmos à juventude condições para construir, pelas próprias mãos, o futuro que lhe pertence. Sejamos, sobretudo, solidários com os mais pobres e os mais carecidos — os idosos, os doentes, os deficientes. Com eles está a preocupação permanente e a solidariedade activa do Presidente da República.

Nesta hora de responsabilidade e de alegria, nesta sala de tantas e tão antigas tradições liberais, na presença dos nossos convidados, seja-me permitido reafirmar o meu compromisso nacional: unir os Portugueses, servir Portugal.

Presidente: Mário Alberto Nobre Lopes Soares

Proferido em: 09.03.1991

Acessível em: DSDA – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT%3dImperativo+nacional+&DataBase=10011_DISCURSOSPR&Operator=&Profile=Default

Proferido o compromisso constitucional de «defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição», perante a representação nacional, expressa neste Parlamento, e perante os altos corpos do Estado, aqui também reunidos, as minhas primeiras palavras serão para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao Povo Português, fundamento primeiro e último da soberania nacional, ter-me honrado de novo com a sua confiança — pela forma expressiva como o fez — para continuar a presidir aos destinos da República, nos próximos cinco anos. No desempenho das funções em que acabo de ser investido, tudo farei para ser em absoluto fiel a essa confiança reiterada e ao juramento solene que acabo de proferir, no entendimento que tenho da Constituição, da sua letra e do seu espírito, que é bem conhecido, e como garante que sou, por imperativo constitucional, do regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto popular, e dos princípios inspiradores do Estado de Direito, que somos, baseado na observância da lei e da legalidade, no respeito pelos direitos humanos e das minorias e na aceitação, a todos os níveis, do pluralismo e da alternância democrática.

Quero agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras que me dirigiu, ao saudar-me em nome dos Senhores Deputados, e assegurar, a esta ilustre Assembleia, o meu respeito, como sede principal da democracia portuguesa, e a minha intenção de estreita cooperação e solidariedade.

Ao iniciar um segundo mandato, como Presidente da República, não devo furtar-me a uma breve reflexão sobre o caminho percorrido, nos últimos cinco anos, que hoje se completam — as grandes mutações ocorridas na vida nacional e, principalmente, no plano internacional — considerando-as obviamente numa perspectiva de futuro. Trata-se de avaliar o percurso feito, o seu sentido e alcance, por forma objectiva, mas, sobretudo, de procurar discernir as linhas do futuro, para melhor o preparar para as gerações que despontam.

O meu compromisso de há cinco anos foi «unir os portugueses e servir Portugal», com absoluta independência política, colocando-me numa posição de equidistância em relação aos partidos políticos, que respeito por igual, oferecendo uma solidariedade institucional sem falhas ao Governo legítimo, porque resultou do voto popular expresso nas eleições legislativas de 1985 e de 1987, observando, e fazendo observar, as regras de jogo normais numa sociedade aberta, que implicam concertação cívica, espírito de tolerância, respeito pelas minorias e plena igualdade entre os partidos, qualquer que seja a sua representação parlamentar, em especial no acesso aos meios de comunicação social sob tutela do Estado.

O compromisso de então reassumo-o hoje, nos mesmos termos e fazendo a mesma leitura da Constituição, com plena consciência, todavia, de que os próximos cinco anos serão diferentes, porventura mesmo mais difíceis e com desafios bem mais complexos a vencer. Faço, entretanto, com idêntica determinação, fiel a mim próprio, com total devoção ao bem comum e à ideia que tenho de e para Portugal, repetidamente exposta em diferentes oportunidades, mas decerto com um conhecimento mais aprofundado dos problemas nacionais, e da sua ordem de prioridades, bem como das resistências burocráticas, dos grupos de pressão e dos mecanismos entorpecedores da Sociedade Civil e do Estado.

Conheço hoje melhor Portugal e os portugueses. Percorri o País em todos os sentidos, de norte a sul, do litoral ao interior, o continente e as ilhas atlânticas; contactei amplamente as populações, como porventura ninguém antes o fizera tão sistemática e intimamente, procurando auscultar os seus diferentes segmentos sociais, tão diferenciados entre si, e ouvir as opiniões das pessoas responsáveis, dos mais distintos padrões culturais e condições sociais. Além disso, visitei os portugueses da diáspora, dispersos pelos vários continentes — que daqui saúdo com especial carinho —, e tenho procurado aperceber-me das pulsões do País profundo, do sentido e evolução dos costumes, dos modos de pensar, de reagir e dos sentimentos, frustrações e ambições dos portugueses.

Portugal mudou muito, nos últimos anos, e vai mudar muito mais ainda. Somos hoje uma Nação muito diferente — e melhor — do que éramos em 25 de Abril. Temos perante nós, em aberto, exaltantes perspectivas

de futuro. O Mundo mudou, igualmente, por forma aceleradíssima, em especial a Europa, em que naturalmente nos inserimos. Os portugueses devem ter plena consciência dessas mudanças e preparar-se para elas, com criatividade e sentido inovador. Por isso, a política, obviamente, e as concepções estratégicas para o desenvolvimento e adaptação de Portugal, ao mundo que aí vem, devem também mudar, bem como o discurso, as propostas e quiçá mesmo os objectivos políticos, a curto e médio prazo. Não vamos navegar, como nos anos que passaram, com uma realidade internacional bem definida, com parâmetros seguros que pareciam imutáveis. Os condicionalismos mudaram. Tudo é agora incerto e complexo. Mas a navegação à vista da costa, timorata e sem alma, que claramente é a que comporta menos riscos, não será porventura a mais compensadora no plano nacional. Teremos de aceitar riscos ponderados e reaprender a navegar ao largo, na linha de uma grande ambição nacional que foi comum aos nossos melhores antepassados — aqueles que ainda hoje recordamos.

O ciclo da transição da Ditadura para a Democracia, que vivemos nas décadas passadas, está completo e encerrado. Não, que a nossa democracia não comporte aperfeiçoamentos ou não possa ser aprofundada, mediante uma maior participação e um mais amplo pluralismo. Claro que pode, deve e é importante que isso aconteça. Mas no sentido em que é inimaginável, na Europa de hoje, um regresso, em Portugal, a situações antidemocráticas e, portanto, que certo tipo de discursos radicalizados, num sentido ou outro, de antagonismos e de contradições, que vivemos e tanto nos ocuparam e preocuparam no passado recente, se encontram hoje definitivamente ultrapassados. Já não mobilizam ninguém. Julgo que os homens políticos e os partidos terão vantagem em ser os primeiros a aperceber-se disso, procedendo em conformidade.

A descolonização e todas as sequelas desse período tão dramático como inevitável, dado o condicionalismo anterior, constituem outro exemplo de uma temática esgotada, que pertence igualmente ao passado. Os historiadores com certeza, em tempo próprio, oferecer-nos-ão os seus juízos, com a objectividade possível. Serão seguramente interessantes e válidos. Mas o potencial de controvérsia que a descolonização ainda encerra, por maior que seja, importa pouco à sociedade portuguesa de hoje e, muito menos ainda, aos países africanos lusófonos, abertos à paz e ao pluripartidarismo. O que interessa agora — e isso sim é actualíssimo — é aprofundar a nossa cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, a todos os níveis, na igualdade, no respeito mútuo e na reciprocidade de vantagens, cimentando em bases sólidas a comunidade de afecto e de língua que nos une já e estimulando as tão necessárias relações de compreensão, amizade fraterna e de entreajuda.

Nesse sentido, seja-me permitido saudar com satisfação e uma ponta de orgulho lusófono, a tão significativa e promissora evolução democrática em países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — em especial os Presidentes eleitos Mascarenhas Monteiro e Miguel Trovoada e o seus respectivos Governos — países que se revelaram pioneiros, em África, dessa imensa mutação democrática que está em curso nesse continente mártir, e que a nós, portugueses, com manifesta vocação africana, importa seguir atentamente, estimular e ajudar, com todas as nossas forças. Saúdo igualmente os esforços perserverantes de paz que estão a ser feitos em Angola e Moçambique — com significativa participação portuguesa, no primeiro caso — e que representam uma condição imprescindível para o desenvolvimento desses países irmãos.

Somos hoje uma Nação plenamente inserida na Comunidade Europeia e desde há cinco anos participamos, activamente, na sua construção. O choque europeu foi indiscutivelmente benéfico para Portugal, concorrendo para uma acelerada modernização global da sociedade e influenciando a evolução das próprias mentalidades. Tenho dito que a integração europeia foi de certo a mutação mais significativa que ocorreu na história contemporânea portuguesa, tendo apenas paralelo no 25 de Abril. Os períodos de transição previstos no Tratado de Adesão estão, no entanto, a chegar ao seu termo. Sem prejuízo de novos quadros de apoio que venham a ser negociados, temos de nos habituar a viver dos recursos próprios e da criatividade e força de trabalho dos portugueses, em regime de duríssima competitividade na área dos Doze. É uma situação nova. Todos sabemos que não vai ser fácil. Mas não há alternativa. As índias que hoje temos para descobrir resultarão da nossa capacidade de potenciar os recursos próprios, de valorizar o trabalho, a criação da riqueza e o espírito de criatividade nacional. A modernização de Portugal — com todas as alterações profundíssimas que implica nas estruturas da Sociedade Civil e do Estado — é o nosso próximo objectivo, como antes foram a democratização, a descolonização, e a plena integração na Comunidade Europeia. E um objectivo que está ao nosso alcance, como os anteriores estiveram — apesar do que em contrário disseram os velhos do Resto — mas que implica

sacrifícios e gera contradições, desequilíbrios sociais e mesmo conflitos que têm de ser geridos com tacto, inteligência, no tempo próprio, com um grande sentido da concertação social e da sempre tão necessária coesão nacional.

A modernização de Portugal é um imperativo nacional, uma vez que se não ocorresse — ou viesse a dar-se parcialmente e apenas por simples arrastamento, conservando amplos espaços de arcaísmo e subdesenvolvimento na sociedade — nunca nos conseguiríamos integrar, como um igual, na Europa dos Doze. O que quer dizer que os portugueses — e sobretudo os jovens — para poderem aspirar, como é legítimo, a padrões de vida plenamente europeus, têm de ser capazes de criar novas formas de organização do trabalho e de estruturação das próprias vidas, empresas e actividades profissionais, em todos os domínios, com destaque para a produção científica, cultural, técnica e para a própria formulação de ideias novas — em liberdade, autonomia, pluralidade e em regime de pleno intercâmbio europeu mas também de grande competitividade. Digamos aqui, antecipando, que aquilo que vai acima de tudo contar nessa autêntica revolução pacífica, que é a modernização da sociedade portuguesa, é a libertação da sociedade civil, entendida também como sociedade de cidadãos — livres, conscientes, determinados e participantes — muito mais do que as reformas também necessárias do Estado, o qual deixará, pela força das coisas, de ser proteccionista e em permanência interventor, para necessariamente ser, na Europa em construção, descentralizado, plural, aberto e supletivo, atento sobretudo às políticas de solidariedade, para poder corrigir as assimetrias regionais e as desigualdades sociais que a modernização não deixará de provocar, como um efeito perverso.

Nesse sentido, devemos estar muito atentos à erradicação das manchas de pobreza que subsistem — e aos novos pobres, marginalizados pelo progresso — e às condições inaceitáveis em que vivem, em autênticos ghettos sociais, os africanos imigrantes que trabalham em Portugal.

Os anos que aí vêm são, assim, de progresso, de grande mutação e de criatividade mas obrigam-nos, necessariamente, a grandes reajustamentos internos, de que muitos portugueses não terão ainda perfeita consciência. Para além do termo dos períodos de transição, com tudo o que para nós representa de concorrência acrescida, havemos de nos preparar, a partir de Janeiro de 1993, para as exigências do Mercado Único Europeu, com a crescente liberdade de circulação no nosso território de pessoas, serviços, mercadorias e capitais, da área dos Doze; teremos de nos preocupar com a segunda fase da União Económica e Monetária, que está em gestação e que implica uma obrigatória partilha de soberania; ter em conta a inevitabilidade da entrada do escudo no sistema monetário europeu; e, sobretudo, teremos de ser capazes de produzir ideias claras para a construção da União Política, que, quer se queira quer não, entrou na ordem das preocupações comunitárias uma vez verificada, com a guerra do Golfo e a crise do mundo comunista, a necessidade de uma coordenação efectiva das políticas externas e de defesa dos Doze, sem o que a Europa deixará de ter voz audível e peso, no concerto internacional. Se a isso acrescentarmos que, a partir de Julho deste ano, passaremos a fazer parte da Troika Comunitária e que em Janeiro de 92 — num período decisivo para a Europa e para o Mundo — assumiremos, pela primeira vez, a presidência da Comunidade, com todas as obrigações e responsabilidades internacionais que daí decorrem, havemos de reconhecer que o tempo urge — e não tem paralelo com o passado — que os desafios que teremos de vencer são novos, enormes e estão calendarizados, tudo aconselhando um grande trabalho colectivo de consciencialização, de esclarecimento e de concertação dos interesses em conflito ou, pelo menos, divergentes.

Refira-se, como anotação à margem, que a poucos meses de vista, por imperativo constitucional, teremos eleições legislativas, uma vez que se completa, pela primeira vez na história da II República — e releve-se-me o orgulho com que o refiro — uma legislatura, a actual, de quatro anos. Não entro, obviamente, nessa problemática eleitoral que respeita principalmente aos partidos e que o Povo Português, em plena liberdade, deverá dirimir. Qualquer que seja, porém, o resultado, aceita-lo-ei, como me cumpre, animado tão só pela preocupação de manter com o futuro governo a melhor cooperação institucional.

Mas não me dispensarei de referir, a esse propósito, que a proximidade de eleições — com a pré-campanha e a campanha que necessariamente as precedem — não deve servir de pretexto para desviar a atenção dos portugueses dos desafios com que estão confrontados, na própria Pátria, na Europa Comunitária e em Africa. Pelo contrário: aconselha um amplo — e prévio — debate nacional, sereno, informado e responsável, sobre toda esta problemática, que a meu ver deve iniciar-se quanto antes, e postula, como se compreende, uma estreita cooperação inter-partidária — e entre parceiros sociais — na preparação dos dossiers comunitários, que

responsabilizam a Nação no seu conjunto, de modo a não haver vazios e para que Portugal esteja bem preparado para enfrentar as dificuldades que aí vêm, seja qual for o resultado das eleições.

Esta insistência na importância do debate político responsável — sem esquecer as dimensões económica, social, cultural e ecológica que hoje também comporta — relaciona-se com a necessidade de reafirmar o pluralismo, em todos os escalões da Sociedade e do Estado, pluralismo que representa uma condição sine qua non das sociedades abertas. O poder político, como qualquer poder, deve ser susceptível de contestação e de crítica, aceitando a controvérsia como um facto natural e mesmo salutar, decorrente da existência de uma opinião pública livre, informada e responsável. É assim que se estruturam as democracias modernas e essa é mesmo a sua mais efectiva superioridade sobre os regimes fechados. O poder político, como o poder económico — que, em Portugal, sofreram as vicissitudes conhecidas, ao longo do nosso processo democrático — irão ser necessariamente re-pensados e reestruturados nos próximos anos — as privatizações são apenas um exemplo disso, e que importa acompanhar de perto — à medida que se for aprofundando a nossa integração comunitária. É inevitável que assim aconteça. Por isso, quanto mais cedo todos nós dermos conta dessa exigência, melhor. E aí terá um papel decisivo a desempenhar uma comunicação social verdadeiramente independente, ciosa das suas garantias deontológicas e qualificações profissionais — como lhe cumpre — mas responsável e responsabilizável perante órgãos jurisdicionais, eles também, em absoluto, independentes do poder político e do poder económico.

Numa sociedade democrática ninguém está acima da lei. Todos os assuntos são susceptíveis de ser discutidos, com sentido da responsabilidade e do interesse nacional, desde que o sejam no respeito pelo direito de cada cidadão ao seu bom nome e dignidade. Em caso de lesão desses direitos — ou de conflito — é aos Tribunais, independentes do poder político e do poder económico, que cumpre aplicar a lei e dirimir os conflitos, presumindo-se a inocência dos arguidos até ao trânsito em julgado das sentenças. Em Portugal, como exemplos recentes demonstram, as instituições funcionam e a independência dos Tribunais é felizmente um facto.

Os próximos cinco anos serão exaltantes: grandes transformações estão em curso no Mundo; tudo evolui com excepional rapidez — países, instituições, as próprias concepções, as ideias e as pessoas. Está em via de se construir, pela força das coisas, uma nova ordem internacional. Qual ela seja, é a grande questão. Como a Guerra no Golfo veio demonstrar, o precário equilíbrio criado em Yalta não actua mais, como antes, e novas realidades se impõem. O mundo deixou de ser bipolar. Poderemos esperar das Nações Unidas um reforço de prestígio e uma racionalização das regras do seu funcionamento, que as torne mais eficazes? Assistiremos ao renascer em forças da Europa, tendo com centro motor a Comunidade, associada aos países da EFTA e solidária dos países da Europa Central e Oriental, em vias de democratização? Estaremos, como os optimistas previam, antes da guerra do Golfo, no limiar de uma nova era de paz, com a gradual universalização das regras do pluralismo democrático, a observância dos direitos humanos, e o sentimento generalizado de que o Mundo é um só, o que nos obrigará, por forma consequente, a retomar o diálogo Norte-Sul, as preocupações ecológicas à escala planetária e a um trabalho sério de erradicação das causas da miséria, da doença e da ignorância que continuam a afligir dois terços da humanidade?

Não me arrisco, obviamente, a entrar na futurologia, nem seria indicado fazê-lo neste momento. Mas que os problemas referidos estão no centro de todas as preocupações — e não podem, por muito mais tempo, ser iludidos — isso é evidente.

Portugal é um pequeno País, que tem a consciência das suas limitações, mas sabe, igualmente, que o seu prestígio internacional e o peso da sua longa história não se medem pela extensão geográfica do seu território nem pela expressão numérica da sua população. Espero que possa contribuir, validamente, para esse grande debate universal. É um país euro-atlântico, fiel às Alianças em que se insere, situado numa posição geo-estratégica ímpar, na entrada do Mediterrâneo, com uma língua hoje falada por 170 milhões de seres humanos, em todos os continentes, e uma memória histórica que perdura. Integrado na Comunidade Europeia, em cujo desenvolvimento activamente participa, ligado intimamente à África Lusófona e ao Brasil, por sólidos laços afectivos, culturais e de interesse, que estão a renovar-se intensamente, o mais próximo vizinho dos Estados Unidos, na Europa, Portugal é hoje uma nação segura de si, que sabe o que quer, com um rumo definido. A coesão nacional é um facto óbvio para todos os portugueses, que resulta directamente da larga convergência

existente quanto aos grandes objectivos nacionais, e como tal reconhecidos, da comunidade de interesses e da imensa consensualidade que foi possível estabelecer quanto às instituições que nos regem.

Como Presidente da República e por inerência Comandante Supremo das Forças Armadas cumpre-me saudar a instituição militar, garante também dessa unidade e da independência nacional, nas pessoas dos seus Chefes, aqui presentes. Devo também saudar o Senhor Cardeal Patriarca, figura máxima da Igreja Católica portuguesa, cuja presença nesta sessão de investidura dá testemunho das excelentes relações existentes entre o Estado e a Igreja, que representa a religião da maioria do Povo Português, relações hoje baseadas na separação, no respeito mútuo e na estrita observância pelo Estado da liberdade religiosa.

Quero ainda referir dois outros pontos, especialmente caros a Portugal. O primeiro, respeita a Timor e à solidariedade que nos merece esse martirizado Povo, que ainda não logrou ver reconhecido, pela comunidade internacional, o seu direito inalienável à autodeterminação e à independência, se essa for a vontade expressa do Povo de Timor-Leste, em consulta totalmente isenta e livre. Como repetidamente tenho afirmado em todos os areópagos internacionais, Portugal, como potência administrante de jure em relação a Timor-Leste, apenas deseja que a Carta e as resoluções das Nações Unidas sejam respeitadas, os direitos humanos observados, e que o Mundo não continue a tolerar, ainda que pelo silêncio, uma invasão *manu militari* muito semelhante à que sofreu o Kuwait, com igual desrespeito das normas internacionais mas que, ao contrário do que sucedeu no Kuwait, não mereceu ainda, o repúdio da consciência universal e a rápida e eficaz reposição do Direito Internacional.

O segundo, refere-se às responsabilidades de Portugal, relativamente a Macau, cujo Território nos cumpre administrar, nos termos da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, até Dezembro de 1999- Macau, como tenho dito, representa, para Portugal, um grande desígnio nacional que como tal deve ser assumido pelos portugueses, na convergência de pontos de vista entre os órgãos de soberania da República e as autoridades da China Popular, quanto à estratégia do desenvolvimento integrado definida para aquele Território, na base da Declaração Conjunta e numa perspectiva de futuro que ultrapassa de longe 1999 e se prolongará, pelo menos, até meados do próximo século. Aproveito este momento solene para saudar carinhosamente a população de Macau, na pessoa dos seus legítimos representantes, aqui presentes, — o Presidente da Assembleia Legislativa, uma representação de Deputados e o Presidente do Leal Senado — enviando-lhe uma mensagem de confiança no futuro, de tranquilidade e de progresso.

É tempo de terminar. No segundo mandato, que hoje inicio, continuarei a ser, como fui, reconhecidamente, no primeiro, «o Presidente de todos os portugueses» — isento, independente, solidário com os outros órgãos de soberania, intransigente na defesa da Constituição e da legalidade — nomeadamente no que se refere às liberdades e garantias de segurança dos cidadãos — empenhado na defesa do prestígio de Portugal na ordem externa e no bem estar e progresso dos portugueses, principalmente os jovens, e os mais pobres e carenciados de solidariedade. Unidade nacional, solidariedade social e modernização da sociedade, em todos os planos, são as minhas ideias-força e principais preocupações. Nesse sentido, tudo farei para ajudar e estimular as artes, as letras e as ciências que considero — bem como a educação — das nossas primeiras prioridades, sem o que não haverá modernização nem desenvolvimento. Estarei atento aos abusos do poder e denunciá-los-ei sem hesitação. Garantirei a estabilidade político-institucional, que tem sido uma das condições de desenvolvimento, estimulando, ao mesmo tempo, o espírito crítico dos cidadãos, a inovação, em todos os domínios da vida nacional e a criatividade da Sociedade Civil, tão necessárias. Serei sempre solidário com o poder local, expressão de desenvolvimento e de democracia, com as Regiões Autónomas, na definição de uma autonomia tranquila, radicada na liberdade e na unidade da Nação, e com todas as formas de associativismo e de descentralização que dêem maior vigor à sociedade e maior participação aos cidadãos. Estes são os meus compromissos solenes.

Os portugueses sabem que podem contar comigo e que, aconteça o que acontecer, me encontrarão disponível sempre que de mim precisem. Alguns, considerando que não necessito mais de me submeter ao sufrágio popular, têm-se interrogado, de diferentes e imaginativas formas, sobre as minhas intenções e propósitos. Não há que alimentar dúvidas: são transparentes. A resposta está no meu passado e na coerência política que me conduziu onde me encontro hoje, por vontade expressa dos meus concidadãos. Não trairei a confiança que em mim depositaram. Não deixarei de exercer a magistratura de influência a que habituei os portugueses. Há, para além disso — digo-o com modéstia e sem querer usar expressões grandiloquentes —, «o

juízo da História» e o da própria consciência. Esses são os mais exigentes. Obrigam-me a um rigor cada vez maior no exercício das minhas funções e uma absoluta fidelidade a mim próprio. Os portugueses poderão continuar tranquilos: de mim não virão surpresas. O caminho é claro e está bem definido.

Presidente: **Jorge Fernando Branco de Sampaio**

Proferido em: 09.03.1996

Acessível em: DSDA – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT%3dSess%C3%A3o+solene+de+posse+de+Presidente+da+Rep%C3%BAblica+&DataBase=10011_DISCURSOSPR&Operator=&Profile=Default

Ao fim de vinte anos de democracia e após uma década de integração europeia Portugal encerrou um ciclo da sua história contemporânea. O regime democrático está consolidado.

A adesão à Comunidade Europeia provou ser a aposta certa, permitindo ao país condições de desenvolvimento e transformação estrutural de outro modo impossíveis.

Hoje, às novas gerações que atingem a maioria, essas duas grandes condições para a modernização de Portugal parecem óbvias, quase naturais. E ainda bem que assim é.

Todavia, para que a Liberdade e a Democracia estivessem garantidas foi necessário o combate de várias gerações que pela sua determinação e coragem garantiram o exemplo do caminho a seguir.

O 25 de Abril, que quero evocar neste momento com emoção, representa o fim de um longo percurso onde muitos pagaram com a liberdade e a vida a sua dedicação à causa da democracia. Ser eleito Presidente da República representa uma responsabilidade e uma honra incomparáveis na vida de um político. Mas as circunstâncias ditaram que eu pudesse ter o prazer acrescido de receber a passagem do testemunho de funções dessa figura ímpar da democracia portuguesa que é o Presidente cessante Mário Soares.

O Dr. Mário Soares é, nacional e internacionalmente, um símbolo do combate constante pela Liberdade e pela Democracia. Um combate que não conheceu hesitações nem concessões.

O ciclo político que coincidentemente se encerra com o fim do seu mandato presidencial, ficará sempre ligado ao seu nome. Ninguém, nas últimas décadas, marcou, persistentemente, de forma tão profunda, a vida política portuguesa. Hoje, como Presidente da República, quero-lhe testemunhar, Sr. Dr. Mário Soares, o profundo reconhecimento do País por uma vida inteira dedicada à procura do melhor para Portugal e para os Portugueses.

Ao Presidente da República é difícil sintetizar a vida de Vossa Excelência numa palavra, tão diversificados foram os campos onde deixou a sua marca. Todavia, há uma que se impõe a todos os outros qualificativos. Vossa Excelência é um homem de Liberdade. Fiz questão que o primeiro gesto do meu mandato fosse, noutra cerimónia que hoje ocorrerá, a condecoração de Vossa Excelência com o Grande Colar da Ordem da Liberdade. Senhor Presidente da Assembleia da República, agradeço-lhe, sentidamente, as palavras de apreço que me quis dirigir na sua eloquente intervenção. Esta é a sede da representação da vontade soberana do povo português. Conheço bem esta casa, onde vivi intensos anos de actividade parlamentar. Cria, Senhor Presidente, que a Assembleia da República pode contar sempre com a cooperação institucional do Presidente da República.

Quero exprimir a honra que sinto pela presença neste acto solene de posse, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de altos representantes de países amigos. Quero a todos saudar calorosamente e agradecer a sua tão ilustre presença nesta cerimónia.

Os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal. O País tem perante si o desafio de garantir um importante esforço de modernização sem gerar fracturas políticas e sociais que minem a coesão nacional.

A estratégia nacional só pode passar pela firmeza na participação de Portugal na União Europeia, pela concretização de um esforço sustentado de modernização dos sectores produtivos e por uma atenção constante às políticas sociais.

Olho com confiança para o futuro de Portugal. Somos um país quase milenário. Temos uma cultura que tem sido capaz de manter a sua diversidade e riqueza século após século. Uma língua que os Portugueses espalharam «pelas sete partidas do mundo» e que é hoje falada por mais de duzentos milhões de pessoas.

Foi a coragem e a determinação de vencer do nosso povo que fez a riqueza da nossa história, cultura e língua. É ela que me fará sempre ter confiança no futuro.

Fui adquirindo e amadurecendo um conhecimento profundo dos Portugueses. Esse é sem dúvida o património que mais valorizo de um percurso político que iniciei há mais de trinta e cinco anos. Sei que o povo português será sempre capaz de encontrar as energias e os meios necessários a garantir o futuro de Portugal. Mas sei, também, que o novo ciclo político corresponde a uma maior exigência dos Portugueses no seu relacionamento com o sistema político, sobretudo à necessidade de uma maior transparência e uma renovada capacidade de dar respostas concretas às expectativas e ansiedades do quotidiano das pessoas.

Os Portugueses conhecem a minha concepção sobre a função presidencial. Construí-a tendo presente uma preocupação a que darei a maior atenção. Num mundo e num tempo cada vez mais submetidos à massificação, a violentas tensões desagregadoras e à perda da memória colectiva, é necessário o reforço dos valores da identidade. É necessário exercer uma magistratura que defenda, garanta e reforce a coesão nacional.

Sinto que se desenvolveram em Portugal factores que afectam hoje essa coesão. Há sinais inequívocos de aumento das desigualdades sociais. Acumularam-se e atingiram níveis preocupantes, as profundas assimetrias regionais do desenvolvimento nacional, bem como os fenómenos de exclusão e de marginalização de minorias. A quebra de solidariedade entre gerações aumentou. O papel da família, e mesmo a sua articulação com o sistema educativo, carecem de profunda reflexão.

Expressão desta quebra de coesão nacional são os crescentes indicadores de insegurança, o aumento dos factores de conflitualidade, o acumular de tensões inter-regionais, a intolerância e a intransigência que vejo desenvolverem-se com preocupação.

O reforço da coesão nacional exige reformas profundas, quer para realizar as políticas de descentralização, quer para adaptar as políticas educativas e sociais. Seja para restaurar a confiança dos cidadãos no sistema político, seja para garantir a eficácia do papel do Estado.

O reforço da coesão nacional exige dar resposta ao fortalecimento das instituições municipais e locais, assim como às formas organizadas de representação da sociedade.

Na procura dessa solução a Unidade do Estado não pode nunca ser posta em causa.

Mas, o reforço da coesão nacional passa também por encontrar uma solução consensualmente aceite e institucionalmente estável para o problema da fórmula de descentralização política e administrativa do Continente. Este é um problema pendente de resolução há demasiado tempo.

Desejo saudar os órgãos próprios das Regiões Autónomas e garantir-lhes uma cooperação sempre empenhada. As autonomias regionais foram decisivas para a transformação da vida das populações dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. O modelo autonómico regional provou a sua validade e todo o nosso esforço tem de ser no sentido de o aperfeiçoar e consolidar.

Mas a coesão nacional depende ainda do modo como se respeitarem os direitos sociais adquiridos, garantindo a segurança mínima das famílias e as suas expectativas de reforma, sobretudo dos mais carenciados, sozinhos e ameaçados por uma modernização feita, tantas vezes, passando por cima dos valores da solidariedade.

Como Presidente da República tudo farei para estimular os consensos na sociedade portuguesa. Só eles podem abrir caminho a uma nova concertação estratégica, capaz de responder às exigências da coesão nacional, num período de mudança acelerada e também de acelerada mobilização nacional.

O Mandato que recebi dos Portugueses tem um sentido claro. O Presidente da República deve ser um garante da estabilidade política e institucional e exercer uma magistratura por forma a assegurar os equilíbrios institucionais. Entendo, naturalmente, ser meu dever respeitar e fazer respeitar a vontade democraticamente expressa dos

Portugueses, tal como respeitarei rigorosamente as esferas de competência próprias dos outros órgãos de soberania. Empenhar-me-ei na criação das condições necessárias para que o Parlamento e o Governo possam exercer as suas funções e cumprir os seus mandatos. A lealdade e a cooperação institucional, ao contribuírem para a estabilidade política, serão decisivas também para que os Portugueses se revejam nas instituições da República.

O Governo presidido pelo Senhor Engenheiro António Guterres, saído de eleições onde recolheu um inequívoco sufrágio do povo português, conta, naturalmente, desde hoje, com a minha cooperação institucional.

Exercerei os meus poderes constitucionais com imparcialidade. Cumpre-me trabalhar com todas as maiorias e com todos os governos legítimos.

O princípio da cooperação institucional não pode ser sinónimo de unanimidade. O normal funcionamento das instituições políticas exige que todos: Presidente, Assembleia e Governo, exerçam os seus poderes com exigência e respeitem a manifestação das competências recíprocas.

Serei constante na expressão da minha cooperação institucional com o Governo. Tal como serei firme no exercício dos deveres que me estão constitucionalmente conferidos.

Manterei com a Assembleia da República, centro por Excelência da vida democrática nacional, uma relação de respeito e de solidariedade e manterei com todos os partidos um diálogo constante. As oposições sabem que têm em mim um observador atento e sensível à defesa dos seus importantes direitos constitucionais, como forma de manutenção de condições para a livre escolha das alternativas democráticas.

Quero aqui saudar as Forças Armadas portuguesas, garantia da defesa e da segurança nacional e cuja lealdade institucional foi decisiva para consolidar o regime democrático saído do 25 de Abril. Ao assumir, por inerência, as funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, quero reiterar o meu empenhamento total no sucesso da missão de paz na Bósnia-Herzegovina, da qual depende, em parte, a estabilidade da Europa neste final de milénio. O essencial do destino de Portugal joga-se na Europa. Esse é hoje um dado incontornável da inserção internacional do País. Ele não se compadece com políticas expectantes e defensivas, antes aconselha políticas firmes e coerentes alicerçadas numa determinação clara dos nossos interesses nacionais.

Tanto as dificuldades dos últimos anos, como as exigências da nova fase da construção europeia, exigem o reforço dos consensos internos adequados a suportar as exigências permanentes da estratégia portuguesa para a Europa.

Essa estratégia não pode mais assentar no secretismo e no facto consumado, factores que minaram os consensos anteriormente existentes. Hoje, ela terá de depender sempre de uma política transparente quanto às opções a tomar, e suas exigências. Hoje, ela terá de assentar numa participação alargada das forças políticas e sociais e na consulta aos cidadãos. Só assim os Portugueses compreenderão que a União Europeia é uma comunidade de Estados soberanos, onde, portanto, não se pode querer apenas colher benefícios, sem nunca ter de partilhar responsabilidades.

Os desafios que a União Europeia tem perante si na viragem do século — a intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, a expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias — são desafios para Portugal. A resposta a esses desafios não está na hesitação, mas sim na identificação de objectivos prioritários no estabelecimento de consensos nacionais e numa política externa portuguesa firme e determinada.

Uma Europa unida e forte será uma Europa aberta para o exterior e preparada para garantir um quadro de estabilidade regional. Essa condição é relevante para a continuidade da comunidade transatlântica, designadamente da aliança entre os Estados Unidos e a Europa. A Organização do Tratado do Atlântico Norte continua a ser a trave mestra da nossa segurança, embora as circunstâncias actuais exijam o desenvolvimento efectivo do pilar europeu, como uma real capacidade dos aliados europeus para assumirem responsabilidades acrescidas na defesa colectiva.

As relações com os Estados de Língua oficial Portuguesa ocupam naturalmente um lugar efectivo na nossa política externa. Essas relações representam um traço de união com a nossa própria história, uma longa história partilhada com os povos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste.

A língua, a rica diversidade de culturas expressas na mesma língua, a história e uma solidariedade efectiva entre os povos dos sete Estados e do território de Timor tornam necessária a concretização de uma Comunidade de Estados e Povos de Língua Oficial Portuguesa, projecto a que dedicarei a maior atenção. Infelizmente, Timor-Leste ainda não poderá participar nesse projecto como povo livre e autodeterminado.

Portugal tem uma responsabilidade histórica inalienável em relação a Timor-Leste e à comunidade timorense. Como potência administrante do território, Portugal tem um dever político claro, perante a comunidade internacional: garantir a conclusão do processo de descolonização, com a realização de uma consulta livre, democrática e fiscalizada pelas Nações Unidas, através da qual os timorenses possam exercer, com dignidade, o seu direito à auto-determinação.

Para o cumprimento desse objectivo, os órgãos de soberania com responsabilidade nesta importante questão devem sempre procurar as formas e os meios que melhor se coadunem à evolução das circunstâncias internacionais.

Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste, em todos os fora internacionais, bem como a apoiar os esforços do Secretário-Geral da O N U , no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste, com a participação de todos as partes interessadas.

O empenhamento nacional nesta matéria é, aliás, feito em coerência com um valor essencial de referência na actuação externa do Estado português: a defesa da liberdade dos povos, a defesa dos direitos humanos.

O Presidente da República tem especiais responsabilidades em relação a Macau. Pela minha parte entendo ser necessário uma estrita consonância com o Governo, tanto para a administração do território, como no quadro das relações com a República Popular da China.

A política portuguesa tem um sentido claro: garantir a estabilidade e a prosperidade do território de Macau, bem como a defesa dos direitos e interesses dos seus habitantes, não esquecendo nunca que Portugal tem uma responsabilidade inalienável na defesa dos direitos de todos os cidadãos portugueses de Macau. A moderna evolução das sociedades e dos sistemas políticos implica uma nova concepção das relações entre o cidadão e o poder político. Uma relação baseada na informação e na proximidade da decisão política, o que implica novas formas de participação democrática dos cidadãos, ampliando os seus direitos.

Sem incorporação no sistema político dessas novas exigências não será possível adaptar a democracia representativa à complexidade das relações sociais e de poder no final deste milénio. A tendência das sociedades modernas vai no sentido do desenvolvimento de uma cultura de intervenção cívica e de uma saudável intransigência dos cidadãos na defesa dos seus direitos legítimos perante o Estado.

A pressão sobre o sistema político português é já grande, sobretudo porque uma persistente política centralista adiou o desenvolvimento natural de reformas institucionais de desconcentração e de descentralização do poder.

Garantir a estabilidade da democracia significa um empenho constante na defesa do prestígio das instituições representativas e da participação política dos cidadãos.

Tenho, e assumo, a obrigação de estimular uma cultura de exigência democrática. Mas entendo imprescindível assegurar o respeito pelo Estado de direito e a defesa do prestígio das instituições que o definem e aplicam, como forma de assegurar a confiança dos cidadãos nas instituições da República. O respeito pelo Estado de direito é uma base fundamental do regime democrático. Sobre ela não pode haver transigências.

Procurarei ser um presidente próximo das pessoas. Farei dessa minha intenção o timbre do meu mandato. Ouvirei atentamente os Portugueses. Ouvirei todos. Mas estarei, naturalmente, atento aos excluídos do sistema ou das políticas, remetidos, tantas vezes, a um estatuto de dispensáveis. Não há portugueses dispensáveis. Essa é uma ideia intolerável.

Dedicarei aos problemas das famílias portuguesas uma particular atenção. Estou consciente das múltiplas questões que afectam as famílias portuguesas, e não posso deixar de manifestar a minha preocupação sobre todas as formas de violência familiar — de que as mulheres e as crianças são as principais vítimas.

No quadro das minhas competências, apoiarei todos os esforços que contribuam para encontrar formas que permitam aos pais investirem cada vez mais na educação dos seus filhos e para que se concilie a vida profissional dos pais e mães com a vida familiar, pois tenho bem presente a crescente importância da afectividade na construção da vida de cada um de nós.

A solidariedade deve ser um valor fundamental na sociedade portuguesa. Deve estar presente na formulação das políticas de modernização, de emprego e de reforma da segurança social. Essa é a única forma de modernizar o País mantendo a coesão nacional e o sentido de partilha de um futuro colectivo.

A mais preocupante expressão da quebra do sentimento de solidariedade é o desenvolvimento, nos últimos anos, de fenómenos crescentes de intolerância política, social e até religiosa. Portugal, que é um país coeso, sem questões étnicas, regionais, linguísticas ou religiosas, tem de saber preservar este bem único, sem o qual, como temos visto em tantos países, tudo seria posto em causa: a paz cívica, o progresso, a solidariedade, o prestígio e a afirmação no Mundo. Os Portugueses têm consciência disto mesmo.

Um patriotismo forte, claramente assente em valores democráticos, culturalmente esclarecido e civicamente assumido, é a melhor defesa contra os nacionalismos agressivos, a xenofobia, o racismo e é também a mais eficaz resposta à insegurança, ao medo do futuro.

Quero, hoje, aqui, reafirmar, perante vós, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal, que quero servir, com todas as minhas capacidades, honrando o mandato que recebi dos Portugueses.

A nossa cultura, tão rica e tão variada, nas suas formas populares e eruditas, tão forte nos seus traços caracterizadores, é o testemunho de um grande Povo — aberto aos outros, ao universal, ao novo, ao desconhecido — e de um País que, há cinco séculos, uniu a espécie humana e mundializou a comunicação, sabendo, embora pequeno, transportar-se até aos confins dos mares e da Terra, onde deixou as suas marcas, as maiores das quais são a língua e uma memória que ainda hoje perdura e de que recebemos, constantemente, sinais de reconhecimento.

Procurarei ser um elo de união entre Portugal e as comunidades portuguesas, vinculado à valorização da sua identidade e das suas raízes portuguesas, multiplicando os contactos directos. É responsabilidade do Presidente da República manter vivos os sentimentos de solidariedade nacional para com essas comunidades portuguesas.

Neste dia, quero incitar os Portugueses — sobretudo os jovens — a estudarem e a conhecerem melhor a nossa história, a nossa cultura, o nosso património natural e construído, a nossa geografia, as raízes e os fundamentos da nossa identidade.

Temos de assegurar às novas gerações uma formação exigente, capaz de os habilitar para os desafios de um mercado aberto. Mas temos também de lhes garantir perspectivas de futuro, oportunidades, a capacidade de olhar com esperança para o início da sua vida profissional e familiar. Sem isso, dificilmente poderemos resolver muitos dos problemas que hoje afectam os jovens portugueses.

É ao reforço da nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombradamente para a aventura do futuro, sem medo, com arrojo, na convicção firme de que fomos grandes sempre que deixámos as questões mesquinhas e pequenas que nos dividem e diminuem. Conseguimos realizar grandes obras e afirmarmo-nos como Povo e como Nação, sempre que nos soubemos unir e concentrar no essencial, abrindo-nos à modernidade, aos valores da liberdade e do universalismo, praticando uma cultura de tolerância e curiosidade pelo diferente, um modo que nos é tão próprio, de afectividade e de aproximação humana.

Esta é uma lição para o nosso tempo, que mais do que nunca precisa de assumir esses valores. Este é, por isso mesmo, o contributo original que podemos dar à construção de uma Europa de solidariedade e de cidadania, à edificação de um Mundo de paz e de liberdade.

Quando me candidatei às altas funções de que acabo de ser empossado afirmei de forma inequívoca: não há maiorias presidenciais. Serei o Presidente de todos os Portugueses. De todos, sem excepção.

Viva Portugal!

Presidente: Jorge Fernando Branco de Sampaio

Proferido em: 09.03.2001

Acessível em: DSDA – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT%3dSess%C3%A3o+solene+de+posse+do+Presidente+da+Rep%C3%BAblica&DataBase=10011_DISCURSOSPR&Operator=&Profile=Default

As minhas primeiras palavras dirijo-as aos portugueses, com quem quero partilhar este momento. Deles recebi legitimidade e confiança; a eles se destina a minha acção. Peço, neste dia, a todos os portugueses que reafirmemos juntos o amor que temos a Portugal, que reiteremos a vontade de reforçar os vínculos que nos unem e nos tornam uma comunidade nacional viva, solidária e voltada para o futuro. Dessa comunidade sou símbolo activo e da sua unidade continuarei a ser o garante.

É na certeza de interpretar o sentimento de toda a comunidade que exprimo o meu profundo pesar pela tragédia de Castelo de Paiva, renovando as minhas sentidas condolências às famílias dos que morreram. Devemos à memória dos mortos e ao sofrimento dos vivos o apuramento rigoroso da verdade daquilo que aconteceu.

Agradeço-lhe muito, Senhor Presidente da Assembleia da República, a sua saudação. Moldada como é por uma larga experiência política, por um elevado sentido de serviço à República e por um laço de estima pessoal, recebo-a como estímulo que me honra e responsabiliza.

Nos termos da Constituição, o Presidente da República dirige-se à Assembleia por direito próprio. Permita-me, contudo, Senhor Presidente, que, em vez desse direito, invoque a praxe parlamentar, por mim tantas vezes aqui usada num passado cuja recordação me é tão grata, e lhe peça licença para falar a esta Câmara, sede da representação plural da Nação, saudando todos os senhores deputados com respeito e apreço.

Quero também manifestar, como é de inteira justiça, reconhecimento a todos os que apresentaram e defenderam as suas candidaturas às eleições presidenciais, num espírito de serviço ao País e à democracia. Essa expressão de reconhecimento alarga-se àqueles — e tantos foram — que deram o seu contributo cívico à campanha eleitoral.

Portuguesas, portugueses,

No momento em que inicio um novo mandato, reitero os meus compromissos essenciais: prosseguirei uma magistratura de moderação e de equilíbrio, no escrupuloso respeito pela separação de poderes e empenhado na cooperação institucional com os restantes órgãos de soberania; defenderei o interesse nacional e darei atenção permanente às questões da presença portuguesa na Europa e no Mundo; terei uma preocupação redobrada com os desafios da modernidade, da cidadania, da justiça, da solidariedade e da coesão nacional, esta tão posta à prova nos dolorosos momentos que vivemos; desenvolverei uma acção próxima dos portugueses, dos seus problemas e das suas expectativas.

Estes são compromissos fundamentais, que decorrem da Constituição e da experiência histórica da função presidencial na Democracia Portuguesa. A eles tenho emprestado, naturalmente, a minha interpretação, de acordo com a análise que faço da situação do País e com a antecipação, que também me cabe fazer, das questões decisivas para o futuro dos portugueses.

O eleitorado sufragou, de forma inequívoca, o exercício do meu primeiro mandato, nomeadamente o entendimento consistente das funções presidenciais e o método utilizado para lhes dar corpo; sufragou as metas enunciadas e as áreas de intervenção prioritárias; sufragou, finalmente, o meu propósito de congregar os portugueses e de dinamizar o Estado e a Sociedade.

A renovação da confiança do eleitorado significa, antes de mais, que devo prosseguir o caminho traçado, dando à função presidencial o carácter de vértice estabilizador do sistema político. Interpretei-a sempre no sentido de prevenir bloqueios artificiais e inúteis, de estimular e apoiar as reformas necessárias. Assim continuarei a fazer, pois esse é o interesse do País.

A renovação da confiança impõe, igualmente, o exercício de uma magistratura activa, atenta e vigilante que dê voz às necessidades de mudança, que aponte orientações nacionais de modo a garantir aos portugueses desenvolvimento, justiça, segurança e igualdade de oportunidades. E que tenha como causa a dignificação permanente da República, entendida tanto nos seus valores éticos de sempre, como nos valores modernos da promoção da liberdade e da tolerância, da integração social e da abertura cultural.

Cidadão escolhido pelos cidadãos para os representar a todos, devo ser o cidadão mais atento, mais exigente, mais responsável, mais solidário. Que fique claro: o sufrágio universal confere ao Presidente da República capacidade moderadora e magistério de iniciativa. Intérprete das expectativas dos cidadãos e da vontade colectiva, sem deixar de ser o garante do regular funcionamento das instituições, cabe-lhe exprimir um impulso transformador e reformista, pois só ele permite manter viva a ambição de um Portugal dinâmico, competitivo e solidário.

Esse impulso é hoje indispensável, todos o reconhecem. Estou atento às preocupações que perpassam na sociedade portuguesa e tenho o dever de ajudar a vencer os desafios nelas contidos. Quero garantir aos portugueses que mobilizarei as vontades necessárias e estimularei todas as competências e todas as capacidades de que dispomos para lhes dar respostas.

Sendo certo que todos, mas todos, temos responsabilidades, que cada um assuma integralmente as suas, sem transferência nem desculpa! Os portugueses sabem que eu assumirei as minhas. Por isso me reelegeram. Considero que a primeira dessas responsabilidades é contribuir para que se ganhe consciência clara dos problemas e dos desafios, pois esse é o primeiro passo para os enfrentar, assumir e resolver. É disso que vos falo, agora. Um primeiro conjunto de desafios a que temos de fazer face respeita ao crescimento económico.

Têm-se multiplicado, nos últimos tempos, os avisos sobre a situação económica portuguesa. Lembrando traumas antigos, algumas realidades, como o défice comercial e a subida das taxas de juro, geraram pessimismo.

A economia portuguesa conheceu, nas últimas décadas, transformações profundas e logrou uma integração europeia bem sucedida. Encurtou-se substancialmente a distância entre o nível de vida dos portugueses e a média da União Europeia. Portugal integrou o pelotão da frente da moeda única e o euro defendeu-nos já de sobressaltos que foram correntes no passado. Esses factos não devem, todavia, servir para ocultar os problemas que persistem.

No curto prazo, Portugal terá de corrigir alguns factores que afectam o equilíbrio da sua economia, nomeadamente no que respeita ao rápido crescimento do endividamento externo, à inflação e às subidas de custos superiores à média da zona euro e, por conseguinte, à despesa nacional, com particular destaque para as despesas públicas e para a taxa de poupança das famílias.

Mas é no médio e no longo prazo que se joga o crescimento sustentado. Aqui, todo o esforço tem de ser dirigido para aumentar a competitividade e a capacidade produtiva da economia nacional.

Uma viragem impõe-se neste aspecto de forma absolutamente decisiva. Há que libertar recursos para os sectores produtivos, privilegiar o investimento em vez do consumo, fomentar o desenvolvimento industrial, difundir as novas tecnologias e melhorar a gestão empresarial, reabilitar — com sentido ecológico — a agricultura, renovar o tecido urbano, corrigir assimetrias regionais.

Embora as dificuldades a vencer sejam grandes, há que prosseguir e intensificar reformas estruturais em áreas como a da equidade fiscal, da racionalização das despesas públicas, a do aumento da eficiência dos serviços públicos de saúde, justiça e outros, a da melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional, a da subida da produtividade na maior parte das actividades produtivas, a do desenvolvimento de uma política mais eficaz de defesa da concorrência no mercado interno e a da atracção do investimento estrangeiro produtivo.

Os sectores produtivos da nossa economia, a indústria sobretudo, não desempenham o papel que deviam desempenhar. O investimento industrial tem de ser ainda mais encorajado, através de uma política selectiva de apoios financeiros e da criação de estímulos à inovação científica e modernização tecnológica. É igualmente crucial obter uma articulação mais exigente entre os sistemas de ensino, os centros de investigação e as empresas. A nossa sociedade tem de ser mais aberta à inovação e ao risco, a começar por muitos empresários, mais apta a valorizar a qualidade e a aceitar a mudança.

A competitividade da economia portuguesa, em concorrência global, coloca também um desafio à nossa capacidade de reinventar o pacto social.

A renovação do pacto social significa que a sociedade é capaz de se fixar objectivos de médio prazo para criar mais valor acrescentado e gerar emprego de qualidade através de uma relação contratualizada entre os diversos sectores e interesses sociais. É um imperativo a que patrões e sindicatos dinâmicos não devem furtar-se, pois só ele garante sustentabilidade económica e coesão social.

Outros avisos têm surgido alertando-nos sobre a possibilidade de crescermos menos do que a média europeia. Não podemos ser precipitados nesta matéria e admito que uma divergência temporária não deva ser tomada como um desfasamento duradouro. Mas quero expressar a minha profunda convicção de que Portugal e os portugueses não se resignariam se, a prazo, a convergência real em relação à Europa não prosseguisse a ritmo sustentado e significativo.

Se a tendência de crescimento que animou a esperança dos portugueses estiver ameaçada, é necessário, sem demora, tomar as medidas que garantam uma mudança de orientação. Trata-se de um desafio para o Governo, sem dúvida, mas também para todos os parceiros sociais, para todos os responsáveis políticos,

para os técnicos, para o mundo das empresas, para o sistema de ensino, e — convém não esquecermos — para os cidadãos em geral.

Esta é uma meta que só pode ser atingida com trabalho, disciplina e rigor, mas também com imaginação, criatividade, visão e ousadia.

A integração europeia e o crescimento económico coincidem num grande desígnio nacional que é precisamente o de atingirmos os padrões da Europa mais desenvolvida. Em nome desse desígnio demos vigor a um notável esforço colectivo que não pode ser desperdiçado.

A recuperação do atraso tem de continuar, a bom ritmo, em nome de uma solidariedade entre gerações que é o cimento mais forte de uma comunidade que partilha valores históricos e projecta o seu futuro.

Um segundo desafio que quero assinalar respeita ao lugar de Portugal na Europa depois de Nice.

O alargamento da União Europeia às novas democracias da Europa Central e Oriental é indispensável e justo. No entanto, é um processo que exige de nós especial atenção, para prevenirmos os riscos e aproveitarmos as oportunidades que contém.

A negociação do Tratado de Nice mostrou que a perspectiva do alargamento da União tende a agravar as tensões entre os interesses próprios de cada Estado Membro e o interesse comum de todos eles. Ninguém põe em causa, todavia, que o interesse nacional tem de ser hoje concebido também no quadro de um destino comum, do qual a União Europeia é o mais ambicioso intérprete.

Participar nesse projecto implica compromissos, por vezes mesmo sacrifícios, que são a contrapartida da segurança, prosperidade e união das democracias europeias, num mundo cada vez mais globalizado.

Feito o balanço, a União Europeia tem sido um insubstituível factor de prestígio, credibilidade e projecção internacional de Portugal, e tem representado uma oportunidade única de desenvolvimento, que é nossa obrigação, face às gerações futuras, consolidar e aproveitar plenamente.

Para conseguirmos percorrer este caminho, beneficiámos, até agora, de um amplo acordo nacional sobre o sentido e o alcance da nossa participação na construção europeia. É indispensável que ele possa ser sempre assumido e invocado.

O Tratado de Nice não pôs em causa os fundamentos desse acordo, mas, reconhecamos, também não os solidificou. Suscitou mesmo algumas dúvidas e apreensões. Importa, pois, reflectir em conjunto sobre a marcha do projecto europeu, de modo a renovar permanentemente o consenso em torno de uma estratégia nacional que constitua suporte e orientação para a nossa acção política e diplomática no âmbito da União. Não tenho dúvidas de que esse consenso é do interesse nacional. Darei o meu empenhado contributo no sentido de o confirmar e consolidar.

Dois questões fundamentais avultam nessa reflexão. A primeira: como garantir condições para que Portugal continue no caminho da convergência com os países mais desenvolvidos da União? A segunda: como defender os interesses e a posição do Estado no modelo institucional reformado que a Europa do alargamento adoptará?

Temos uma contribuição própria a dar para a definição do futuro comum. Seja qual for a direcção que o debate venha a tomar entre os Estados Membros, é fundamental desde já, evitar dois riscos: por um lado, a ilusão de que terceiros, melhor do que nós próprios, defenderão os nossos interesses; e, por outro, o engano de que, isolados, estaremos melhor defendidos.

Projecto que assumimos e que queremos aprofundar, a União Europeia não esgota, porém, o âmbito da nossa afirmação internacional. Assim, a nossa posição na União será sempre valorizada pelo reforço das alianças e da cooperação externa do País com o resto do Mundo. Devemos também continuar o esforço de projectar melhor a nossa cultura e a nossa língua. Portugal será tanto mais respeitado na Europa quanto souber cumprir a sua vocação histórica universalista.

A nossa afirmação na Europa e no Mundo passa igualmente pela capacidade de contribuirmos para a defesa comum e para a segurança colectiva, para o que precisamos de Forças Armadas modernas e adaptadas às necessidades do nosso tempo. Também aqui o impulso reformista não pode abrandar. A democracia compete actualizar os objectivos estratégicos da defesa nacional e os meios para os realizar. É tarefa urgente que compete ao poder político democrático.

Como Comandante Supremo, quero saudar todos os militares portugueses, manifestando-lhes o reconhecimento do País pelas missões que têm desempenhado com tanta eficácia e dedicação, prestigiando a Nação e reforçando a sua posição internacional.

Um terceiro desafio que temos de ter presente é o que resulta da disseminação de factores de insegurança e risco na nossa sociedade.

Nas sociedades modernas, a segurança tem de ser encarada como uma dimensão da cidadania. Ao cidadão, o Estado tem de garantir tanto o acesso a patamares de dignidade e bem-estar, como a segurança pessoal e patrimonial.

Sabemos que as causas da insegurança são diversificadas, múltiplas, pouco controláveis e que simplificar os dados do problema não ajuda a resolvê-lo. A violência que existe nas nossas sociedades é, em parte, resultado de uma sociedade que é desumana, agressiva e em que os factores de exclusão social se acentuaram, provocando rupturas e antagonismos graves. Mas reconhecer que a violência tem causas complexas não significa desculpá-la nem impede que o programa de combate seja claro, actuando-se sobre as causas profundas e sobre os efeitos imediatos.

É preciso, nesta matéria, adequar as capacidades do Estado, tornar mais eficazes as acções de prevenção e dissuasão, prestigiar o papel social das forças de segurança, assegurar a cooperação entre o Estado central e as autarquias, obter a colaboração das organizações de solidariedade social, incluindo o voluntariado. É ainda fundamental ser firme na repressão das novas formas de criminalidade, pois, como sabemos, também o crime hoje está globalizado.

Mas, para além da violência, existem na nossa sociedade novos factores de risco, ligados a mudanças de tipo civilizacional, que geram também inseguranças de outro tipo.

Alguns deles vêm de trás, como os que resultam das assimetrias regionais e das dificuldades do mundo rural em modernizar-se. Outros são consequência dos impactes, por vezes brutais, de uma competição económica e social sem regras, que precariza o emprego, enfraquece as estruturas sociais, a começar pela família, ou ainda do individualismo exacerbado que mina a responsabilidade colectiva. Por isso, tenho apelado incessantemente ao reforço da cidadania e da coesão social. Continuarei a fazê-lo.

O papel das famílias é essencial para este objectivo da coesão e da integração, não podendo ser transferido. Deve, por isso, promover-se uma articulação mais consistente entre a escola e as famílias, desde o pré-escolar.

A escola não pode ser vista como uma oportunidade de transferir responsabilidades que cabem à família, mas como um assumir dessas responsabilidades num quadro mais amplo. O apoio à família implica igualmente políticas novas em domínios como o da fiscalidade, da diversidade de horários de trabalho do homem e da mulher e da partilha de responsabilidades familiares entre os seus membros.

Por outro lado, o sentimento de insegurança acentua-se ainda porque se rompem equilíbrios ecológicos e biológicos e se utilizam processos e materiais que representam perigos sérios para a vida e para a saúde humana. As mutações e as inovações surpreendem, abrem horizontes, mas também provocam inquietação e temor.

Precisamos de estar mais atentos a estes temas dos quais depende o futuro.

Portugal tem de dispor de um aparelho técnico-científico sempre muito apto, que proporcione informação, conhecimento rigoroso e pontual em áreas estratégicas, como a agro - alimentar, a saúde pública, o ambiente e o clima. O país não pode prescindir de dispositivos de fiscalização e controlo devidamente creditados dos ecossistemas e das intervenções que neles são operados pelas obras públicas e implantação de equipamentos sociais.

Essa é uma exigência do nosso tempo. Se podemos e devemos aceder à investigação europeia e mundial, isso não pode, em caso algum, servir de pretexto para descurarmos os nossos próprios meios materiais, sobretudo, as nossas qualificações humanas nesses campos.

As Universidades e os Politécnicos têm aí um contributo fundamental a dar. Só assim, aliás, se pode cumprir cabalmente a responsabilidade que o Estado e os seus serviços têm perante os cidadãos.

Sabemos que, actualmente, a segurança e a tranquilidade dos portugueses dependem muito da credibilidade do Estado e da eficácia da Administração Pública. Só com rigor e transparência asseguraremos

essa credibilidade; só com qualificação, modernização, racionalização de meios, garantiremos esta eficácia. Esta é uma batalha que não podemos perder.

Por isso, o quarto desafio que importa referir diz precisamente respeito à reforma do Estado.

Como tenho repetidamente afirmado, há, em muitos domínios, uma descrença nas capacidades do Estado em servir os portugueses. Essa desconfiança é, aliás, crónica entre nós. De facto, é frequente apontar-se situações em que o Estado falhou por inoperância ou falta de meios aptos. Mas ainda há casos em que cedeu a grupos de pressão ou assumiu ele próprio uma lógica corporativa, onde devia ter assumido uma ética de serviço público.

Quando age assim, o Estado torna-se parte, e parte do problema, em vez de árbitro, e portanto parte da solução.

Este é um tema fundamental de cidadania. Penso que não deve ser aprisionado na luta político-partidária. É um imperativo da democracia, pois a democracia exige um Estado democrático forte, justo, eficaz, imparcial e prestigiado. Para isso, precisamos de restaurar a confiança na relação entre o Estado e os cidadãos. Precisamos de uma nova atitude, que vença suspeitas e rotinas que se vêm arrastando. Precisamos de um Estado democrático moderno e reformista.

Como tenho dito, precisamos de serviços públicos que sejam verdadeiramente o que são: serviços e públicos. Serviços, porque estão ao serviço dos cidadãos; públicos, porque não estão ao serviço de interesses ou conveniências privadas, em detrimento do interesse geral e do bem comum.

Necessitamos de maior igualdade regional na oferta e na utilização dos serviços e dos recursos. Necessitamos de assegurar o acesso e a utilização efectiva dos serviços, e serviços descentralizados, por parte das pessoas a quem se destinam.

Só assim garantiremos a educação, a saúde, a justiça a que os portugueses têm direito. Só assim o Estado será um instrumento de progresso e de desenvolvimento da sociedade e da economia — e não um peso, uma inércia, um factor de asfixia e de opacidade das decisões.

Refiro, por fim, como quinto desafio, que se prende com este, o da reforma do sistema político.

E hoje patente, no comportamento dos cidadãos face à política, aquilo que vários observadores vinham diagnosticando: o risco de um divórcio entre os cidadãos e a política.

De facto, sinto desencanto e por vezes até desinteresse dos meus concidadãos pela vida política.

Há sinais de desmotivação e de despolitização que me preocupam, que preocupam todos os que querem uma democracia viva e dinâmica, uma República moderna e solidária. Não esqueçamos que a liberdade e a democracia nunca estão adquiridas definitivamente. Temos de cultivar os seus valores, o seu espírito, os seus ideais, os seus princípios: a autoridade democrática, a igualdade dos cidadãos perante a lei, o pluralismo, a participação, a tolerância e a fraternidade. Temos de fortalecer as associações cívicas e políticas, a começar pelos partidos políticos, tornando-os mais abertos e mobilizadores.

Temos de prestigiar as instituições representativas que devem demonstrar mais eficácia e prestar contas da sua ação em defesa do interesse público. Temos de impor uma ética da responsabilidade na vida democrática e na acção política, subordinando os interesses pessoais ao interesse colectivo.

A vida, tantas vezes, parece correr à margem do sistema político. Por isso temos também que fortalecer todas as formas de associativismo social, o voluntariado, as organizações dinâmicas da comunidade.

Uma das causas do afastamento dos cidadãos está provavelmente na convicção de que o poder político está longe dos problemas e é pouco eficaz na sua solução. Esta questão põe às instituições da vida democrática, designadamente aos partidos, os mais sérios reptos.

Temos que criar organizações menos fechadas e mais abertas à cidadania. Esta é a razão porque, em democracia, não é adequado falar-se em «classe política». Os políticos não podem nem devem constituir uma classe assente numa qualquer solidariedade corporativa de interesses ou privilégios. O exercício de funções políticas, sempre transitório, é um serviço prestado à comunidade, de quem se recebe legitimidade e a quem se tem de prestar contas.

Temos de ser capazes de quebrar o ciclo vicioso que leva os cidadãos a distanciarem-se da política porque a acham pouco influente, contribuindo, com esse mesmo afastamento, para a perda de influência da política. Quebrar o círculo vicioso implica garantir que o cidadão tem a palavra, que o seu voto conta, que a sua participação é querida e respeitada.

Temos também de aperfeiçoar o recenseamento eleitoral, realizando com determinação uma mudança profunda no actual sistema.

Durante o meu primeiro mandato, chamei a atenção do País e dos responsáveis políticos para a necessidade de uma reforma do modo de fazer política. Num mundo que mudou tanto, só a política parece ter mudado pouco, ficando agarrada a formas de intervenção pouco motivadoras.

Algumas alterações foram, no entanto, experimentadas. A campanha eleitoral das presidenciais decorreu já sob uma nova lei de financiamento das campanhas eleitorais que contém aspectos positivos. Com a experiência entretanto adquirida, julgo estar em condições de sobre ela me pronunciar, o que farei proximamente em mensagem a esta Assembleia.

A desconfiança que, por vezes, se manifesta em relação à política e aos políticos tem de ser contrariada, não apenas com palavras, mas com actos, com rigor nos comportamentos e com exemplos de dedicação à causa pública. Falo à vontade, pois penso — e tenho-o dito — que os portugueses devem muito aos eleitos que os representam e servem nas mais diversas instâncias, desde as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, até às Regiões Autónomas e à Assembleia da República.

Esse reconhecimento é devido e não será regateado, se mostrarmos capacidade de vivificar o poder local, de aprofundar as autonomias, de aproximar os representantes dos representados. Os desafios que enumerei decorrem, como disse, de preocupações que sinto presentes na sociedade portuguesa. Decorrem também das ambições e expectativas dos portugueses. Ambições e expectativas naturais. A sociedade portuguesa é hoje menos resignada e mais crítica. Ainda bem que o é.

Não podemos, por isso, ficar surdos perante as críticas, quando justas, e inertes perante as exigências, quando legítimas. Pior do que uma resposta, mesmo incompleta, é a indiferença, o deixa andar. Os portugueses sabem que não terei nunca contemplação com a desatenção, com a falta de empenhamento na solução dos problemas, com o arrastamento das decisões. A minha única ambição é Portugal — e quero que Portugal seja digno da ambição dos portugueses. Os desafios de que vos falei devem ser tomados como metas:

A meta do crescimento económico, da convergência real com os padrões europeus e da competitividade da economia nacional.

A meta de um Portugal forte numa União Europeia alargada e num Mundo globalizado.

A meta de um Portugal seguro, coeso e solidário.

A meta de um Estado responsável e responsabilizado.

A meta de uma República moderna e participada.

Pela minha parte, quero transmitir ao Estado e à sociedade os impulsos transformadores e modernizadores que no âmbito da minha magistratura considero prioritários: na formação, no ensino, na cultura e na ciência; na vida empresarial; na justiça; na saúde; nas Forças Armadas e de segurança pública; na vida política.

Trabalharei com todos os órgãos, instituições e partidos, no apreço e respeito pela diversidade plural de opiniões de que se faz a democracia. Agora como no mandato anterior, serei fiel aos princípios que regem o exercício da função em que fui investido: isenção, imparcialidade, cooperação institucional.

Sei que há capacidades e vontades que se podem congregam, mobilizando os portugueses residentes no Continente e nas Regiões Autónomas, e em ligação com os portugueses que se encontram emigrados em vários países do Mundo. A todos saúdo afectuosamente neste dia.

Saúdo também os imigrantes que vivem entre nós, acatando as nossas leis e contribuindo com o seu trabalho para o nosso desenvolvimento. Dirijo-lhes uma palavra de solidariedade nas suas dificuldades de integração.

Considero meu primeiro dever impulsionar e unir os portugueses para mudarmos o que está mal, consolidarmos e ampliarmos o que conseguimos, prosseguirmos a modernização e o desenvolvimento do País. Não podemos realizar este objectivo sem uma clara visão global.

Os problemas que temos de enfrentar têm uma natureza e uma dinâmica que não é estritamente nacional. O mesmo se pode dizer das respostas a esses problemas.

Chegámos ao século XXI com alguns problemas velhos, mas tendo como fundo um Mundo que é novo. Nele, os velhos problemas mudam a sua dimensão e a esses juntam-se novos problemas. Não há mais lugar

para receitas gastas ou soluções de facilidade. A chave que nos abriu a porta do novo milénio não é a das certezas, é a das interrogações.

A história ensina-nos, contudo, que, se estas são épocas de riscos, são também de exaltante invenção de novas possibilidades de viver e de construir um Mundo melhor. Nos tempos de grandes mudanças, apareceram algumas das obras mais admiráveis criadas pelo génio humano.

A obra de Camões, por exemplo, é de um tempo de mudança, incerteza e globalização. É disso que nos fala.

Não devemos, pois, ficar paralisados pelo medo ou pela descrença. Nem assustados pela grandeza da obra a fazer. Ousemos, norteados por valores que, sobretudo nas épocas de crise, nos devem dar ânimo. Esses valores traduzem-se na responsabilidade de sermos mais humanos e na convicção de que só a liberdade é criadora e apenas a justiça funda o que é duradouro.

Foi em nome dessa responsabilidade e dessa convicção que, desde a Universidade, me empenhei no combate político. Continuo fiel a esse mandamento interior. Diferentemente de alguns a quem a passagem dos anos ou a vida desiludiu, afundando-os num cepticismo cínico ou resignado, a que às vezes chamam pragmatismo, eu mantenho intacto e actualizado o sonho da minha juventude. Ao contrário deles, a experiência dos homens e das situações confirmou-me no essencial das minhas convicções.

Acredito com a mesma força de então que é possível, necessário e urgente lutar por um Mundo de maior dignidade para todos os seres humanos, por um Portugal mais solidário e mais equânime, com menos discriminações entre homens e mulheres, entre filhos de ricos e filhos de pobres, entre habitantes do interior e do litoral, entre jovens e mais velhos.

A possibilidade de concretização desse sonho de um país livre e justo, abriu-se para nós em 25 de Abril de 1974. Quero evocar com emoção essa data fundadora do novo Portugal democrático. Lembro todos os que, durante décadas de coragem e de dádiva pessoal, lutaram pela liberdade. Presto homenagem aos capitães de Abril que, nesse dia em que «a poesia estava na rua», nos fizeram reencontrar o futuro.

Para sermos fiéis ao inicial, grande e generoso impulso transformador do 25 de Abril, temos o dever de estar à altura da esperança dos portugueses.

É chegada a hora de vencermos a desconfiança secular por nós próprios, de sacudirmos o pessimismo, a resignação, «o meu remorso de todos nós», de que falava, com tanta inteligência crítica, Alexandre O'Neill. É chegada a hora de ultrapassarmos aquela atitude mental que nos faz apontar os males, arranjando logo álibis, desculpas e explicações para a sua continuação. O meu apelo é este: Sejamos exigentes connosco, sejamos ambiciosos com Portugal.

Viva a República! Viva Portugal!

Presidente: Aníbal António Cavaco Silva

Proferido em: 09.03.2006

Acessível em: DSDA – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT%3dSess%C3%A3o+solene+de+tomada+de+posse+como+Presidente+da+Rep%C3%BAblica&DataBase=10011_DISCURSOSPR&Operator=&Profile=Default

Quero, em primeiro lugar, saudar o povo português. Saúdo todos os Portugueses que me honraram com a sua escolha para Presidente da República.

A todos asseguro que darei o melhor de mim mesmo para corresponder à confiança que em mim depositaram, honrando o juramento solene que acabei de pronunciar, quando assumo os poderes e as responsabilidades do cargo de Presidente da República Portuguesa.

Quero ser e serei o Presidente de todos os Portugueses. Aqui reafirmo o meu propósito de fortalecer os vínculos que a todos nos unem e de estar atento às preocupações e anseios de todos os meus concidadãos e, também, daqueles que, não tendo nascido portugueses, escolheram a nossa terra para viver e se realizarem como pessoas.

Ao Senhor Presidente da Assembleia da República que, com tão grande dignidade e saber, dirige esta que é a casa-mãe da democracia portuguesa, agradeço, sentidamente, as palavras de saudação que me dirigiu.

Aos senhores Deputados, legítimos representantes da pluralidade da Nação

Portuguesa, manifesto o meu respeito e a minha inteira disponibilidade de leal cooperação, para que a Assembleia da República cumpra com eficácia as elevadas responsabilidades que lhe cabem na construção de um País de mais progresso, justiça e solidariedade.

Aos Chefes de Estado e de Governo e altos representantes de países amigos, que tanto honram o nosso País com a sua presença nesta cerimónia, agradeço e saúdo calorosamente.

Num momento em que as dificuldades que Portugal atravessa estão suficientemente diagnosticadas e reconhecidas, reafirmo ao Senhor Primeiro-Ministro e ao seu Governo a minha inteira disponibilidade e empenhamento numa cooperação leal e frutuosa.

Quero, nesta ocasião, prestar a minha sincera homenagem ao Presidente da República cessante, Dr. Jorge Sampaio, pela dignidade, patriotismo e profundo sentido de Estado com que exerceu a sua magistratura. É para mim uma honra fazer-lhe a entrega do Grande-Colar da Ordem da Liberdade, numa outra cerimónia que hoje terá lugar.

Num tempo de sérias dificuldades, como é aquele em que vivemos, são enormes as responsabilidades que impendem sobre os titulares de cargos políticos.

No respeito pelas diferenças e pelo debate de ideias, os Portugueses esperam e exigem dos políticos, que democraticamente escolheram, que deixem de lado divisões estêreis, minudências e querelas que pouco ou nada têm a ver com a resolução dos problemas nacionais. Que não percam tempo e energias em recriminações sobre o passado e pensem no futuro do País, porque é esse que agora interessa.

Os diagnósticos estão feitos. O que os Portugueses esperam dos seus representantes, cada um com a sua própria responsabilidade, é acção, mais acção.

Num momento de muitas preocupações, em que há tanta coisa difícil para fazer, os Portugueses gostariam certamente de perceber que a classe política está, até onde em democracia é possível, disposta a juntar esforços para ultrapassar diferenças e fazer obra em comum.

Há seguramente domínios onde podem e devem ser procurados entendimentos alargados entre Governo e oposição e mesmo com organizações da nossa sociedade civil.

É por tudo isto que me atrevo a deixar perante esta Câmara e perante os portugueses cinco grandes desafios que, nas circunstâncias em que o País se encontra, considero cruciais para abrir caminhos consistentes de progresso. Para eles, os Portugueses esperam, com sentido de urgência, uma resposta da parte dos responsáveis políticos.

O primeiro desafio que quero destacar é o da criação de condições para um crescimento mais forte da economia portuguesa e, conseqüentemente, para o combate ao desemprego e para recuperação dos atrasos face à União Europeia.

Sem isso, tudo será mais difícil.

Na vida das nações, cada geração tem o dever de legar à geração seguinte uma sociedade social, cultural e economicamente mais desenvolvida. É isso que os jovens têm o direito a esperar da nossa geração.

Vivemos num mundo que é cada vez mais global, somos membros de uma União Europeia que se alargou para Leste e, por isso, a produção nacional está sujeita a uma fortíssima inovação nos mercados interno e externo. Esta é uma realidade que se nos impõe.

Para além disso, somos periferia da Europa, estamos geograficamente situados no seu extremo sudoeste. Aparentemente, olhamos para um mundo que nos é adverso. Mas, vendo bem, somos o espaço onde a Europa se abre ao Atlântico, o que pode ser uma enorme vantagem.

Acresce que, hoje, a periferia já não é ditada pela geografia. A periferia é onde mora o atraso competitivo. É este e só este o factor crítico.

O desenvolvimento, a melhoria das condições de vida das populações, mora onde moram a inovação, a criatividade, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a Excelência no ensino, onde as universidades interagem com as empresas, onde o Estado não é entrave à actividade dos cidadãos, mas sim uma entidade que regula e fiscaliza o cumprimento das regras de uma concorrência saudável.

Que este caminho está ao nosso alcance demonstram-no muitas das nossas empresas, nos mais variados sectores, que têm elevada produtividade, apostam na qualidade e na inovação e são altamente competitivas nos mercados internacionais.

É este o caminho que tem de ser seguido, porque não há outro.

Não podemos também esquecer que somos um País fortemente dependente e ineficiente em matéria energética e que temos pela frente importantes desafios relacionados com os altos preços do petróleo, com a segurança dos abastecimentos, as alterações climáticas e as exigências do protocolo de Quioto. A sustentabilidade do crescimento da nossa economia passa também por uma política energética ajustada às novas realidades.

O segundo desafio refere-se à recuperação dos atrasos em matéria de qualificação dos recursos humanos.

O futuro de Portugal está indissociavelmente ligado ao que formos capazes de fazer no plano da qualidade da educação dos nossos jovens e da formação dos nossos trabalhadores. Trata-se não só de um elemento central da estratégia de desenvolvimento, mas também de um factor decisivo para a realização de uma efectiva igualdade de oportunidades, princípio fundamental de uma democracia moderna.

O combate ao insucesso e abandono escolar não pode deixar de ser uma prioridade de todos os responsáveis políticos, por forma a que uma percentagem maior dos nossos jovens complete o ensino secundário, para o que é crucial o empenho dos professores e a cooperação activa dos pais, na certeza de que a melhor herança deixada aos filhos é a educação.

No mundo em que vivemos, é preciso que a escola, mais do que ensinar, ensine a aprender. Mais ainda, é decisivo aprender a empreender. A empresa de hoje faz apelo a quem seja capaz de empreender, seja ao seu modesto colaborador seja àquele que a gere e organiza. O empreendedorismo chegou tarde às nossas escolas e agora é preciso acelerar o passo.

O terceiro desafio é o da criação de condições para o reforço da credibilidade e eficiência do sistema de justiça.

É hoje indisfarçável que se têm vindo a avolumar entre nós as preocupações acerca do funcionamento do sistema de justiça. Não se trata apenas de preocupações centradas na morosidade dos processos judiciais, mas também de sintomas de degradação da credibilidade e prestígio das instituições.

A justiça constitui um valor superior da ordem jurídica, um fim irrenunciável do Estado e a primeira e última garantia dos direitos e liberdades das pessoas. Constitui responsabilidade inadiável das forças políticas, ouvindo os operadores judiciários, gerar os consensos indispensáveis para se poder assegurar o funcionamento de um sistema de justiça eficaz, caracterizado pela qualidade, pela certeza e pela responsabilidade das suas decisões.

É uma responsabilidade de todos contribuir activamente para que, em Portugal, tenhamos uma justiça que inspire a confiança dos cidadãos quanto à defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, que reprima as violações da legalidade e não seja obstáculo ao desenvolvimento equitativo do País.

O Presidente da República dará sempre o seu apoio às mudanças que se mostrem necessárias ao fortalecimento da legitimação democrática das instituições judiciárias, à garantia da sua independência, ao prestígio dos seus titulares e à eficácia da imprescindível função que a Constituição lhes atribui.

O quarto desafio diz respeito à sustentabilidade do sistema de segurança social.

Tem vindo a desenvolver-se na sociedade portuguesa, tal como noutros países da União Europeia, um crescente sentimento de ansiedade quanto à capacidade de o Estado assegurar, no futuro, o pagamento das pensões àqueles que completam o seu ciclo de vida activa.

É uma questão muito séria, que exige dos responsáveis políticos uma atenção especial.

Urge aprofundar os estudos técnicos e promover um amplo debate nacional sobre a sustentabilidade a médio e longo prazo do financiamento do nosso sistema de segurança social. Seria desejável alcançar um consenso político alargado quanto à estratégia adequada para enfrentar a tendência para o envelhecimento da população portuguesa, a par do declínio da taxa de natalidade.

Um quinto desafio que quero referir é o da credibilização do nosso sistema político, um domínio de crescente insatisfação dos cidadãos que importa não ignorar.

Numa sociedade fundada no princípio democrático, a política é uma das mais nobres actividades, porque tem a ver com a realização do bem-comum e com a preservação e reforço dos interesses perenes de uma comunidade nacional. E, precisamente por isso, a democracia não se esgota em eleições e alternância no poder. Ela é acima de tudo um código moral e é daí que advém a sua supremacia em face dos demais regimes políticos.

Os agentes políticos têm de ser exemplo de cultura de honestidade, de transparência, de responsabilidade, de rigor na utilização dos recursos do Estado, de ética de serviço público, de respeito pela dignidade das pessoas, de cumprimento de promessas feitas.

Um Estado ao serviço de todos, como se exige em democracia, deve ser servido pelos melhores e, por isso, a escolha dos altos responsáveis não eleitos não pode senão nortear-se exclusivamente por critérios de mérito, onde as considerações político-partidárias não podem contar.

Um regime que se funda neste conjunto de valores é um regime que tem de ser firme no combate à corrupção porque, justamente, ela corrói a democracia, porque lhe subverte os valores matriciais, cava injustiças num regime que tem a justiça como princípio essencial e porque prejudica o desenvolvimento. Exige-se, por isso, em nome da democracia, uma luta permanente e sem tréguas a este seu inimigo: a corrupção. Exige-se firmeza nas leis, que urge ajustar para melhor combater as formas mais correntes de corrupção, e exige-se firmeza na investigação e na punição.

Um dos princípios fundamentais da acção política é o respeito pela dignidade da pessoa humana, de que resulta como corolário que o desenvolvimento é económico para poder ser social. Daí que a busca da coesão social, do desenvolvimento justo que a todos aproveite, não possa deixar de constituir uma prioridade para todos os responsáveis políticos.

Devem preocupar-nos, em particular, aqueles que, em virtude da sua especial vulnerabilidade, se encontram mais expostos à adversidade e ao infortúnio. Refiro-me, especificamente, aos idosos, aos cidadãos portadores de deficiência, aos desempregados e às vítimas de violência, destacando, de entre todas elas, as mais desprotegidas: as crianças.

A melhoria da justiça social, o combate à exclusão, o apoio aos mais desfavorecidos da nossa sociedade é uma razão superior para fazer com que o País volte a abraçar a batalha da criação de riqueza.

O desenvolvimento para ser justo tem também de ser sustentável, tendo em devida conta a herança que nos compete transmitir às gerações futuras.

As políticas de defesa da qualidade ambiental e de correcção do desordenamento na ocupação do território, quando prosseguidas com bom senso, devem ser encaradas não como limites ao desenvolvimento mas como elementos de inovação e modernização que tornam o País mais competitivo.

Se é verdade que a Pátria não é só a língua portuguesa, não é menos certo que ela constitui o maior símbolo de identidade colectiva de um povo que se caracteriza também pela sua vocação humanista e universalista.

Saúdo, assim, de uma forma particularmente calorosa, os países africanos de expressão oficial portuguesa, o Brasil e Timor. A todos nos ligam fortíssimos laços que a história teceu, com todos mantemos relações privilegiadas, falamos um idioma comum, formamos a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Podemos de alguma maneira dizer que constituímos uma comunidade de destino. Não me pouparei a esforços para valorizar esta comunidade que somos, convicto de que, em conjunto, seremos capazes de construir algo que é muito maior do que a soma das suas partes.

"Nesga de terra debruada de mar", assim qualificou Miguel Torga o nosso Portugal. É tempo de prestar ao mar uma nova atenção. A vasta área marítima sob jurisdição nacional, que nos posiciona como uma grande nação oceânica, ponte natural entre a Europa, a África e a América, encerra potencialidades económicas e um valor estratégico que não podemos ignorar. O mar, para além do seu significado histórico, constitui, para Portugal, uma enorme oportunidade.

Portugueses

É uma ilusão pensar que basta a acção do Governo, da Assembleia da República e do Presidente da República, por mais empenhada e certa que ela seja, para que Portugal ultrapasse as actuais dificuldades e vença os desafios que tem à sua frente.

Como tenho dito repetidamente, neste momento que não é fácil, Portugal precisa de todos. Todos somos responsáveis pelo nosso futuro colectivo. A situação do País é demasiado complexa para que alguém pense que isto não é consigo, é só com os outros.

É errado pensar que o Estado resolve tudo ou quase tudo. O Estado não é o legatário de todos os problemas que nos afligem.

Como Presidente da República, empenhar-me-ei para que na sociedade portuguesa, ao lado dos direitos, se afirme uma cultura cívica de responsabilidade, em que cada um compreenda que é seu dever contribuir para o progresso do País, melhorando por essa forma a sua própria situação pessoal.

Ajudem Portugal a vencer as dificuldades, é o apelo que nesta ocasião dirijo a todos.

Portugal precisa de todos os Portugueses numa atitude de dedicação ao trabalho, de rigor e persistência, num esforço redobrado para fazer bem e com qualidade o que lhes compete fazer, numa nova atitude de iniciativa criadora e de um optimismo fundado na certeza de que os nossos problemas não são maiores do que a nossa vontade colectiva de os vencer.

Dos trabalhadores e dos seus sindicatos exige-se uma atitude realista, que possibilite a defesa do emprego e do poder de compra dos salários, no quadro internacionalmente exigente em que se insere a nossa economia.

Precisamos de aumentar a produtividade e ser mais competitivos. Mas não se pense que a produtividade é baixa porque os trabalhadores portugueses trabalham pouco. Pelo contrário. O que acontece é que o trabalho é pouco eficiente e, na grande maioria dos casos, não é por culpa dos trabalhadores.

Se os desafios do presente fazem apelo aos trabalhadores, eles exigem muito dos nossos empresários e gestores. À classe empresarial cabe ser o agente motor da mudança nas empresas, fomentando a modernização tecnológica, a inovação nos produtos e nos processos, promovendo a qualificação dos recursos humanos, incentivando a criatividade e premiando o mérito.

Cabe aos empresários e gestores apostar na especialização em produtos de maior valor acrescentado, na melhoria da qualidade da gestão, na conquista de novos mercados e saber aproveitar as oportunidades que a globalização encerra. É assim que se produz o sucesso empresarial.

Tentar preservar a competitividade à custa de salários baixos é uma estratégia sem futuro.

Às universidades e politécnicos exige-se também que compreendam o mundo novo em que vivemos. Exige-se que apostem na Excelência a todos os níveis, que se integrem nas redes internacionais, que vão ao encontro das empresas e com elas interajam por forma a que o conhecimento científico e tecnológico se traduza em reforço da capacidade competitiva do País.

O momento é exigente para os servidores do Estado. A eles se pede que se empenhem em servir melhor os cidadãos e as empresas e que, com o sentido de responsabilidade que os caracteriza, procurem ser agentes dinamizadores da mudança e não travão da vida económica e social do País.

Estou convencido de que são os primeiros a reconhecer a necessidade de avançar na reforma da Administração Pública, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados, reduzir a burocracia, aumentar a transparência e reduzir gradualmente o peso da despesa pública.

Às famílias e aos professores relembro a responsabilidade que lhes cabe na formação da juventude. Aos pais e à escola exige-se um empenho permanente para que os nossos jovens concluam pelo menos o ensino secundário, por forma a que possam singrar na sociedade do conhecimento e no mundo globalizado.

Às autarquias locais que, ao longo das três décadas de democracia que o 25 de Abril tornou possível, têm dado um contributo inestimável para a melhoria das condições de vida das populações, cabe-lhes agora a responsabilidade de ajustarem a sua acção à difícil situação financeira em que se encontra o sector público português e às novas condições de desenvolvimento que o País enfrenta. A preocupação pela competitividade das empresas e a sua capacidade para criar empregos tem também de ser assumida pelo poder local.

Aos Portugueses espalhados pelo mundo, a quem expressei o meu apreço e solidariedade, peço que, na medida em que lhes for possível, lancem um novo olhar sobre as oportunidades de investimento e criação de riqueza no País que é de todos nós.

Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhoras e Senhores Deputados

Não é possível pensar a política externa independentemente da realidade interna do País.

A defesa dos interesses de Portugal na cena internacional será tanto mais fácil quanto mais confiantes nos sentirmos nas nossas capacidades. Um país estável e mobilizado, um país que cresce e progride, um país que cria e inova, um país que é capaz de abraçar as oportunidades que se lhe oferecem, será certamente um actor muito mais credível e respeitado na cena internacional.

Eu acredito num Portugal forte e digno da sua História. Um país que traga a esse projecto extraordinário que é a União Europeia uma contribuição própria e uma participação activa. A União Europeia alargou-se e outros alargamentos se preparam. E tal acontece porque a União Europeia é um projecto de sucesso. Neste período de reflexão sobre o futuro da Europa, é bom que não nos esqueçamos disso.

Mas não nos iludamos: há o risco de que os cidadãos se não revejam nesta União Europeia que vamos construindo, seja porque se sentem demasiado longe dos seus processos de decisão, seja porque nela não encontram resposta para os problemas que os preocupam.

Acredito firmemente no projecto de integração europeia. A União Europeia constitui um quadro fundamental para a afirmação dos nossos interesses. Mas é preciso que os nossos parceiros nos vejam como um actor empenhado e participativo, capaz de constituir uma mais-valia.

No segundo semestre do próximo ano, Portugal assumirá, pela terceira vez, a Presidência do Conselho da União Europeia. Teremos, assim, uma oportunidade única para, repetindo o sucesso que foram as presidências anteriores, reforçarmos a imagem de seriedade e credibilidade que temos sabido consolidar.

A construção de uma relação transatlântica saudável é fundamental para Portugal e para a União Europeia. Enquanto Estados democráticos, abertos ao confronto de ideias, estamos todos, de cada um dos lados do Atlântico, particularmente bem posicionados para compreender a naturalidade da divergência de opiniões e, até, a riqueza que pode advir dessa divergência. Mas, enquanto Estados responsáveis, tudo devemos fazer para evitar que aquilo que nos une, e que é o essencial, se veja sacrificado no altar daquilo que circunstancialmente nos divide. Esta é uma preocupação estratégica de Portugal a que nos conduzem as nossas circunstâncias geográficas, o nosso legado histórico, a presença de grandes comunidades portuguesas na outra margem do Atlântico e, não o esqueçamos, uma comunhão de princípios e de valores.

Durante a campanha eleitoral assumi um conjunto de compromissos políticos que faço questão de reafirmar nesta cerimónia solene.

Os Portugueses sabem que sempre considerei a estabilidade o pressuposto essencial do bom funcionamento das instituições e da realização das mudanças necessárias ao desenvolvimento do País. No entanto, entendo que a estabilidade política não é um valor em si mesmo. A estabilidade é uma condição, não um resultado. E para que a estabilidade não se confunda com imobilismo, é necessário imprimir-lhe um sentido dinâmico e reformista.

De acordo com a leitura que faço dos poderes presidenciais inscritos na Constituição, considero que o Presidente da República deve acompanhar com exigência a acção governativa e deve empenhar-se decisivamente na promoção de uma estabilidade dinâmica no sistema político democrático.

Julgo, por outro lado, que os desafios que Portugal enfrenta neste momento histórico exigem uma magistratura presidencial que favoreça consensos alargados em torno dos grandes objectivos nacionais.

É em torno do muito que nos une que o Presidente da República pode exercer uma acção relevante no seu relacionamento com os demais órgãos de soberania, especialmente com o Governo.

Julgo que o País necessita de mais do que mera cooperação institucional, que os Portugueses têm uma ambição maior em relação àquele que, nos termos da Constituição, representa a República e é o primeiro garante do regular funcionamento das instituições democráticas.

Perante os grandes desafios que se colocam a Portugal, entendo que do Presidente da República não se pode esperar uma simples promessa de lealdade institucional em relação aos demais poderes do Estado. O Presidente da República deve empenhar-se numa autêntica cooperação estratégica em torno dos grandes objectivos nacionais, com os restantes órgãos de soberania e, em particular, com o Governo legítimo de Portugal.

Os Portugueses sabem que, a par da estabilidade política, sempre valorizei o diálogo entre os diversos agentes políticos, económicos e sociais. Considero, aliás, que existe uma interdependência essencial entre

estabilidade e diálogo. Por um lado, só a estabilidade permite um diálogo autêntico e frutuoso. Por outro lado, o diálogo é um dos elementos essenciais da estabilidade política e da paz social.

É esse o sentido da cooperação estratégica do Presidente da República com os outros órgãos de soberania. Trata-se, em palavras simples, de fazer obra em comum. De todos fazermos obra em comum. Ouvindo os Portugueses, escutando o País, o Presidente da República pode ser um interlocutor privilegiado dos anseios e legítimas preocupações da sociedade civil, sem se assumir como porta-voz de interesses corporativos e sem interferir na esfera própria de competências de cada órgão de soberania.

Além do respeito pela separação de poderes, assumo igualmente um compromisso político de isenção. No exercício das funções em que fui investido, tratarei por igual todas as forças políticas e sociais representativas da nossa sociedade. Serei o Presidente de Portugal inteiro.

No exercício das funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, que a Constituição atribui ao Presidente da República, considero da maior relevância o reforço da coesão e do prestígio da instituição militar, objectivo que, em permanência, deve merecer atenção prioritária de todos os responsáveis políticos. Importa que a população portuguesa saiba que as nossas Forças Armadas têm demonstrado um profissionalismo exemplar nas missões externas em que têm

estado envolvidas, prestigiando o País e contribuindo para o reforço da sua posição no plano internacional. Acompanharei de perto, em articulação com os demais órgãos de soberania, o processo de reestruturação e modernização das Forças Armadas e estimularei o trabalho conjunto dos ramos, por forma a reforçar a operacionalidade das forças e a promover uma adequada racionalização dos meios.

Saúdo as autonomias regionais dos Açores e da Madeira, realizações frutuosas da nossa democracia, como o testemunha o progresso económico e social registado nessas Regiões nas duas últimas décadas.

Como garante da unidade do Estado e como defensor da coesão nacional, procurarei contribuir para um clima de bom relacionamento e diálogo leal e construtivo entre os órgãos de governo regionais e da República e para que as especificidades das Regiões sejam devidamente tidas em conta, no quadro da solidariedade entre as diferentes partes do todo nacional.

Faz hoje precisamente quinhentos e seis anos que partiu a frota de Pedro Álvares Cabral para a sua viagem imortal de aventura e descoberta. O embarque tinha ocorrido com grande pompa no dia 8 de Março, data fixada para a partida. Todas as condições pareciam reunidas, mas faltou qualquer coisa. O vento mudou, e a frota de Cabral teve de aguardar no estuário do Tejo pelo dia seguinte, 9 de Março de 1500. Foi só então que zarparam todas as naus e caravelas, com as brisas propícias por fim enfunando as suas velas. E dali a quarenta e quatro dias arribaram a uma angra do outro lado do oceano. Porto Seguro, assim a baptizou o Capitão-Mor. Foi aí que desembarcaram em segurança no Novo Mundo.

Quando hoje, tantos séculos volvidos, invocamos a memória colectiva, não pretendemos tão somente celebrar o nosso passado. Pelo contrário! Uma Pátria viva oferece-nos inúmeros episódios exemplares que, sobretudo, servem de inspiração para o presente e nos dão esperança quanto ao futuro.

Desejo que a minha eleição para Presidente da República fique associada a bom tempo para a vida do País, que brisas favoráveis o conduzam no rumo certo, que os Portugueses reavivem a esperança e ganhem o ânimo e a crença que permitam conduzir a nau colectiva para além da distância, da incerteza e do desconhecido, até porto seguro.

Não tenho dúvidas de que os tempos são difíceis. Mas temos à nossa frente um enorme espaço para o optimismo, que é o espaço da vontade, da coragem e do querer.

Tenho orgulho no meu País e na sua História. Por tudo passámos, como povo. Momentos altos, e até de glória, e momentos de dificuldade e mesmo de angústia. Mas estamos aqui. Quando fez falta - e tantas vezes fez falta - mobilizámos o melhor de nós próprios e conseguimos. Estou certo de que vamos conseguir mais uma vez.

Hoje, como ontem, vamos provar que somos capazes de vencer a tirania da resignação e o espartilho do pessimismo. Pela minha parte, estou profundamente convicto de que a nossa determinação é maior do que qualquer melancolia, de que a nossa esperança é mais forte do que qualquer resignação, de que a nossa ambição supera qualquer desânimo. Sei que os Portugueses, tal como eu, não se resignarão a um destino menor.

Na história dos povos nunca é demasiado tarde para realizar o sonho e cumprir a esperança. Nunca é tarde, desde que saibamos ser fortes e unidos, desde que tenhamos orgulho no que somos e desde que saibamos o que queremos ser.

O que os momentos altos da nossa História nos ensinam é que somos um povo marcado pela insatisfação. Que nos marca a ambição de fazer mais e melhor.

Marca-nos a ideia de que somos agentes da História, senhores do nosso destino. Somos um povo capaz de superar as dificuldades nas horas de prova.

Os Portugueses podem contar comigo.

É para servir os Portugueses e servir Portugal que aqui estou.

Presidente: Aníbal António Cavaco Silva

Proferido em: 09.03.2011

Acessível em: DSDA – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT%3dSess%C3%A3o+solene+de+tomada+de+posse+como+Presidente+da+Rep%C3%ABlica&DataBase=10011_DISCURSOSPR&Operator=&Profile=Default

Ao iniciar funções como Presidente da República, quero começar o meu mandato saudando o Povo português de uma forma muito calorosa.

Saúdo todos os Portugueses, quer os que vivem no nosso País, no Continente e nas Regiões Autónomas, quer os que engrandecem o nome de Portugal nas comunidades da Diáspora.

Saúdo os Portugueses que me ouvem, mas também aqueles que, através da língua gestual, acompanham a palavra fraterna que lhes quero dirigir neste dia. De todos serei Presidente.

Serei Presidente dos Portugueses que me honraram com o seu voto, mas também daqueles que o não fizeram. É perante todos, sem exceção, que aqui assumo o compromisso solene de cumprir e fazer cumprir a Lei Fundamental da nossa República.

Ao Senhor Presidente da Assembleia da República, que desempenha com grande sentido de Estado a exigente missão de presidir à instituição onde a democracia e o pluralismo se realizam todos os dias, agradeço as palavras que me dirigiu. Assumo perante vós, Senhores Deputados, o firme e sincero propósito de colaborar com a Assembleia da República, na certeza de que o momento que o País atravessa exige uma especial cooperação entre as diversas instituições democráticas. Ao Governo e ao Senhor Primeiro-Ministro reitero o compromisso de cooperação que há cinco anos assumi perante os Portugueses. Pela minha parte, pode contar o Governo com uma magistratura ativa e firmemente empenhada na salvaguarda dos superiores interesses nacionais.

Enquanto Presidente da República, cumprirei escrupulosamente os compromissos que assumi perante os Portugueses no meu manifesto eleitoral. No quadro de todos os poderes que me são conferidos pela Constituição, serei rigorosamente imparcial no tratamento das diversas forças políticas, mantendo neutralidade e equidistância relativamente ao Governo e à oposição.

Irei cooperar com os demais órgãos de soberania para que Portugal ultrapasse as dificuldades do presente e atuei como elemento moderador das tensões da vida política e como fator de equilíbrio do nosso sistema democrático. Agradeço a presença nesta cerimónia dos representantes de países amigos, em particular dos países de língua oficial portuguesa. Reconheço no vosso gesto um sinal de apreço por uma nação soberana de muitos séculos, orgulhosa do seu passado e confiante no seu futuro.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Como sempre tenho afirmado, só um diagnóstico correto e um discurso de verdade sobre a natureza e a dimensão dos problemas económicos e sociais que Portugal enfrenta permitirão uma resposta adequada, quer pelos poderes públicos, quer pelos agentes económicos e sociais e pelos cidadãos em geral. A informação

objetiva sobre a situação económica e social do País é um bem público que beneficia a sociedade no seu conjunto, porque estimula comportamentos favoráveis à resolução das dificuldades.

Os indicadores conhecidos são claros. Portugal vive uma situação de emergência económica e financeira, que é já, também, uma situação de emergência social, como tem sido amplamente reconhecido.

Acredito que conseguiremos ultrapassar os problemas atuais se formos capazes de dar uma resposta verdadeiramente coletiva aos desafios que temos à nossa frente, o que exige transparência e um conhecimento rigoroso e completo da situação em que nos encontramos. Como em tudo na vida, para delinear o melhor caminho para atingirmos o futuro que ambicionamos, temos de saber de onde partimos.

Nos últimos dez anos, a economia portuguesa cresceu a uma taxa média anual de apenas 0,7 por cento, afastando-se dos nossos parceiros da União Europeia. Esta divergência foi ainda mais evidente no caso do Rendimento Nacional Bruto, que constitui uma medida aproximada do rendimento efetivamente retido pelos Portugueses. O Rendimento Nacional Bruto per capita, em termos reais, cresceu apenas 0,1 por cento ao ano, refletindo, na prática, uma década perdida em termos de ganhos de nível de vida.

De acordo com as últimas estimativas do Banco de Portugal, "o crescimento potencial da economia portuguesa, o qual determina a capacidade futura de reembolso do endividamento presente", é atualmente inferior a 1 por cento e, em 2010, o valor real do investimento ficou cerca de 25 por cento abaixo do nível atingido em 2001.

O défice externo de Portugal tem permanecido em valores perto de 9 por cento do produto, contribuindo, por força do pagamento de juros ao exterior, para a deterioração do saldo da balança de rendimentos, cujo défice anual, de acordo com o Banco de Portugal, se aproxima rapidamente dos 10 mil milhões de euros, privando a nossa economia de recursos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Simultaneamente, a taxa de poupança nacional tem vindo a decair, passando de cerca de 20 por cento do Produto, em 1999, para menos de 10 por cento nos últimos dois anos.

Em 2010, o desemprego atingiu mais de 600 mil pessoas, o que contrasta com cerca de 215 mil em 2001. Nestes dez anos, a taxa de desemprego subiu de 4 por cento para um valor de 11 por cento.

Os dados publicados pela Comissão Europeia indicam que, em 2008, o número de residentes em Portugal que se encontravam em "risco de pobreza ou exclusão social" superava os 2 milhões e 750 mil, o que equivale a cerca de 26 por cento da nossa população. De acordo com as informações qualitativas disponibilizadas pelas instituições que operam no terreno, esta situação ter-se-á agravado nos últimos dois anos.

A margem de manobra do Estado português para acudir às necessidades de crescimento da economia e para combater os problemas de natureza social encontra-se severamente limitada, como o provam os níveis da despesa pública, da dívida pública e do endividamento do Setor Empresarial do Estado, a que acrescem os encargos futuros com as parcerias público-privadas.

Também a capacidade de os agentes nacionais acederem ao crédito e de financiarem, quer as suas necessidades de capital quer o crescimento da economia, está cada vez mais dificultada. O saldo devedor da Posição de Investimento Internacional, que corresponde ao grau de endividamento líquido da economia, é superior a 100 por cento do Produto.

Os mercados continuam a limitar fortemente o recurso ao financiamento por parte do sistema bancário nacional, o que se reflete num agravamento das restrições de acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas e num aumento das taxas de juro.

Além disso, o financiamento do Estado continua a ser feito a taxas anormalmente elevadas, condicionando o funcionamento do sistema financeiro português e da nossa economia. É elementar perceber que, como escreve o Banco de Portugal no seu último Boletim Económico, e cito, "o atual contexto de elevados prémios de risco da dívida soberana para Portugal implica um serviço da dívida externa acrescido". Existe, assim, um risco sério de o pagamento de juros ao exterior travar a indispensável redução do desequilíbrio externo, mesmo no caso de um comportamento positivo das exportações.

Vários outros indicadores podiam ser apresentados para confirmar que Portugal se encontra numa situação particularmente difícil.

Neste contexto, surpreende que possa ter passado despercebido nos meios políticos e económicos o alerta lançado pelo Governador do Banco de Portugal, em janeiro passado, de que, e cito, "são insustentáveis

tanto a trajetória da dívida pública como as trajetórias da dívida externa e da Posição de Investimento Internacional do nosso País".

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Portugal está hoje submetido a uma tenaz orçamental e financeira - o orçamento apertando do lado da procura e o crédito apertando do lado da oferta. Este quadro afetará negativamente o crescimento económico e a qualidade de vida das famílias, a não ser que os responsáveis políticos, económicos e financeiros correspondam, com firmeza e sem ambiguidades, à obrigação que têm de libertar o país desta situação. Esta é a realidade que não deve ser ignorada e que é minha obrigação deixar bem clara, no início do meu segundo mandato, como contributo para que a urgência de atuar seja por todos apreendida. A resolução dos problemas exige plena consciencialização da situação em que estamos. É urgente encontrar soluções, retomar o caminho certo e preparar o futuro. Esta é uma tarefa que exigirá um esforço coletivo, para o qual todos somos chamados a contribuir.

Ao Estado cabe definir com clareza as linhas estratégicas de orientação, as prioridades e os principais desígnios para o todo nacional. Estas serão referências essenciais não apenas para o setor público mas também para a iniciativa privada. Além disso, é imperativo melhorar a qualidade das políticas públicas. Em particular, é fundamental que todas as decisões do Estado sejam devida e atempadamente avaliadas, em termos da sua eficiência económica e social, do seu impacto nas empresas e na competitividade da economia, e das suas consequências financeiras, presentes e futuras. Não podemos correr o risco de prosseguir políticas públicas baseadas no instinto ou em mero voluntarismo.

Só com políticas públicas objetivas, consistentes com uma estratégia orçamental sustentável e com princípios favoráveis ao florescimento da iniciativa privada, poderemos atrair investimento para a economia portuguesa e ambicionar um crescimento compatível com as nossas necessidades. Sem crescimento económico, os custos sociais da consolidação orçamental serão insuportáveis.

Neste contexto difícil, impõe-se ao Presidente da República que contribua para a definição de linhas de orientação e de rumos para a economia nacional que permitam responder às dificuldades do presente e encarar com esperança os desafios do futuro.

Em coerência com o que tenho defendido e com o que está inscrito no meu manifesto eleitoral, entendo que há princípios muito claros de orientação estratégica que Portugal deve assumir. Face à situação em que o País se encontra, há que atuar simultaneamente no domínio estrutural, visando a resolução dos desequilíbrios que têm afetado a economia portuguesa, e no domínio conjuntural, visando mitigar o impacto negativo da atual crise sobre o emprego, sobre as empresas e sobre os Portugueses mais carenciados.

A nível estrutural, e como há muito venho a insistir, temos de apostar de forma inequívoca nos setores de bens e serviços transacionáveis. Só com um aumento da afetação de recursos para a produção competitiva conseguiremos iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Este é um desafio que responsabiliza, em primeiro lugar, o Estado e o sistema financeiro. De resto, é fundamental que os Portugueses assimilem, de forma convicta, a necessidade de produzir mais bens que concorram com a produção estrangeira. Um défice externo elevado e permanente é, por definição, insustentável.

Ainda no âmbito da afetação de recursos, é necessário estimular a poupança interna e travar a concessão indiscriminada de crédito, em especial para fins não produtivos e para sustentar gastos públicos. É imperioso reafetar o crédito disponível para as pequenas e médias empresas criadoras de valor económico e de emprego e para as exportações.

Em paralelo, é essencial traçar um caminho que permita o reforço da nossa competitividade e o aumento da produtividade do trabalho e do capital. A perda de competitividade da economia portuguesa é talvez o sintoma mais grave das nossas fragilidades.

Neste contexto, é crucial a realização de reformas estruturais destinadas a diminuir o peso da despesa pública, a reduzir a presença excessiva do Estado na economia e a melhorar o desempenho e a eficácia da administração pública. Só com uma gestão rigorosa, determinada e transparente das contas públicas será possível um crescimento económico duradouro, a criação de novos e melhores empregos e a consolidação da credibilidade externa. A sustentabilidade das finanças públicas portuguesas é uma questão iniludível para a confiança dos investidores internacionais. Quando a taxa de juro da dívida pública

é superior à taxa de crescimento nominal da economia aumenta a exigência em relação ao saldo primário das contas públicas.

É preciso valorizar a iniciativa empresarial e o conceito de empresa como espaço de diálogo e cooperação entre gestores e trabalhadores, captar e manter investimento de qualidade e aproveitar as vantagens comparativas de que Portugal dispõe.

É crucial aprofundar o potencial competitivo de setores como a floresta, o mar, a cultura e o lazer, as indústrias criativas, o turismo e a agricultura, onde detemos vantagens naturais diferenciadoras. A redução do défice alimentar é um objetivo que se impõe elevar muito a sério, tal como a remoção dos entraves burocráticos ao acesso da iniciativa privada à exploração económica do mar.

O futuro da economia portuguesa depende bastante da capacidade de acrescentar valor, de inovar e de incorporar mais conteúdo tecnológico nos nossos produtos. A interligação entre as empresas e os estabelecimentos de ensino superior e centros de investigação é da maior relevância.

Ainda no plano estrutural, é necessário garantir uma fiscalidade mais simples, transparente e previsível, melhorar a qualidade do investimento em formação e qualificação dos recursos humanos, assim como assegurar mais eficiência, credibilidade e rapidez no funcionamento do sistema de justiça. A Justiça desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico, como fonte de segurança e de previsibilidade, e funciona como referência para a captação de investimento internacional.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Na atual situação de emergência impõem-se, também, medidas de alcance conjuntural, que permitam minorar os efeitos imediatos da crise e criar o suporte económico e social necessário às transformações estruturais. Exige-se, em particular, um esforço determinado no sentido de combater o flagelo do desemprego. A expectativa legítima dos Portugueses é a de que todas as políticas públicas e decisões de investimento tenham em conta o seu impacto no mercado laboral, privilegiando iniciativas que criem emprego ou que permitam a defesa dos postos de trabalho.

Por outro lado, é essencial valorizar o papel das empresas e do empreendedorismo, da mesma forma que se celebra, por exemplo, o sucesso dos nossos atletas na obtenção de títulos internacionais.

É importante reconhecer as empresas e o valor por elas criado, em vez de as perseguir com uma retórica ameaçadora ou com políticas que desincentivam a iniciativa e o risco. No atual contexto, são elas que podem criar novos empregos e dar esperança a uma geração com formação ampla e diversificada e que não consegue entrar no mercado de trabalho. São as empresas que podem dinamizar as exportações e contribuir para a contenção do endividamento externo. Não podemos assistir de braços cruzados à saída de empresas do nosso País. Pelo contrário, temos que pensar seriamente no que é que podemos fazer para atrair mais empresas.

O essencial do investimento rentável e virado para os setores transacionáveis vem das empresas privadas. Precisamos de valorizar, em particular, quem tem vontade e coragem de inovar e de investir sem precisar dos apoios do Estado. É especialmente decisivo atrair os jovens para a iniciativa empresarial. O empreendedorismo jovem é hoje uma realidade em desenvolvimento no nosso país que deve ser apoiada para que surjam muitos mais casos de sucesso. Portugal precisa de uma nova vaga de empreendedores. Empreendedores com autonomia do poder político, que não esperem qualquer tipo de proteção ou de favores, cidadãos empenhados na qualidade e na inovação, dispostos a assumir riscos e a competir no mercado global.

Os nossos autarcas, que saúdo nesta ocasião solene, já compreenderam que o poder local adquiriu um novo perfil, a que correspondem novas exigências. As autarquias podem assumir um papel fulcral na valorização da iniciativa empresarial, na criação de emprego e, genericamente, na resposta às dificuldades económicas e sociais das respetivas regiões.

Para além do contributo em iniciativas de apoio aos mais carenciados, tenho constatado que existe um número crescente de autarcas que estão a reorientar as suas prioridades para o tecido produtivo e para a valorização económica das suas regiões e dos seus recursos. Este é um caminho de futuro e também aquele que poderá ter um impacto mais rápido na economia nacional.

As iniciativas locais de emprego e os investimentos de proximidade são aqueles que podem produzir resultados de forma mais imediata e que melhor podem ser avaliados, reformulados ou reproduzidos.

Urge remover os obstáculos à reabilitação urbana, cujas potencialidades de criação de emprego e de promoção turística, embora há muito reconhecidas, permanecem em larga medida desaproveitadas.

Não podemos privilegiar grandes investimentos que não temos condições de financiar, que não contribuem para o crescimento da produtividade e que têm um efeito temporário e residual na criação de emprego. Não se trata de abandonar os nossos sonhos e ambições. Trata-se de sermos realistas.

As políticas ativas de emprego desempenham também um papel importante no combate ao desemprego. A concertação social tem uma responsabilidade particular na definição de políticas de rápido efeito, avaliando resultados, corrigindo erros e servindo a criação efetiva de emprego.

A inovação e a incorporação de conteúdo tecnológico nos bens que produzimos são essenciais. Contudo, não podemos deixar de ver o potencial e a importância dos chamados setores tradicionais. As vantagens competitivas adquiridas e aprofundadas por estes setores, bem como a experiência que já têm do mercado internacional, não podem ser desaproveitadas nem vítimas de preconceitos. Estão em causa setores tipicamente criadores de emprego, contribuintes positivos para a nossa balança externa e que são, além disso, elementos essenciais de coesão social e territorial.

Aumentar a eficiência e a transparência do Estado e reduzir o peso da despesa pública são prioridades não apenas de natureza estrutural, mas também conjuntural.

Realismo, avaliação rigorosa das decisões, justiça na distribuição dos sacrifícios e melhoria do clima de confiança são exigências impostas pelo presente, mas que devemos também às gerações futuras. O caminho é possível, mas não será fácil nem rápido.

Reitero a minha convicção de que está em causa um esforço coletivo. É importante, por isso, que Governo, Assembleia da República e demais responsáveis políticos assumam uma atitude inclusiva e cooperante, que seja também fator de confiança e de motivação para os nossos cidadãos. A estabilidade política é uma condição que deve ser aproveitada para a resolução efetiva dos problemas do País. Seria desejável que o caminho a seguir fosse consubstanciado num programa estratégico de médio prazo, objeto de um alargado consenso político e social. Espero que todos os agentes políticos e poderes do Estado e os agentes económicos e financeiros estejam à altura das dificuldades do momento e dêem sentido de futuro aos sacrifícios exigidos aos Portugueses.

Da União Europeia, devemos esperar não apenas que assegure a estabilidade e a sustentabilidade da zona euro, mas também que desenvolva uma estratégia comum e solidária que promova o crescimento, o emprego e a coesão.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

A nossa sociedade não pode continuar adormecida perante os desafios que o futuro lhe coloca. É necessário que um sobressalto cívico faça despertar os Portugueses para a necessidade de uma sociedade civil forte, dinâmica e, sobretudo, mais autónoma perante os poderes públicos. O País terá muito a ganhar se os Portugueses, associados das mais diversas formas, participarem mais ativamente na vida coletiva, afirmando os seus direitos e deveres de cidadania e fazendo chegar a sua voz aos decisores políticos. Este novo civismo da exigência deve construir-se, acima de tudo, como um civismo de independência face ao Estado. Em vários setores da vida nacional, com destaque para o mundo das empresas, emergiram nos últimos anos sinais de uma cultura altamente nociva, assente na criação de laços pouco transparentes de dependência com os poderes públicos, fruto, em parte, das formas de influência e de domínio que o crescimento desmesurado do peso do Estado propicia.

É uma cultura que tem de acabar. Deve ser clara a separação entre a esfera pública das decisões coletivas e a esfera privada dos interesses particulares. Os cidadãos devem ter a consciência de que é preciso mudar, pondo termo à cultura dominante nas mais diversas áreas. Eles próprios têm de mudar a sua atitude, assumindo de forma ativa e determinada um compromisso de futuro que traga de novo a esperança às gerações mais novas.

É altura de os Portugueses despertarem da letargia em que têm vivido e

perceberem claramente que só uma grande mobilização da sociedade civil permitirá garantir um rumo de futuro para a legítima ambição de nos aproximarmos do nível de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia.

Esta é uma tarefa de todos. Cada um tem de assumir as suas próprias responsabilidades. É essencial que exista uma união de esforços, em que cada português se sinta parte de um todo mais vasto e realize o quinhão que lhe cabe. Necessitamos de recentrar a nossa agenda de prioridades, colocando de novo as pessoas no fulcro das preocupações coletivas. Muitos dos nossos agentes políticos não conhecem o país real, só conhecem um país virtual e mediático. Precisamos de uma política humana, orientada para as pessoas concretas, para família inteiras que enfrentam privações absolutamente inadmissíveis num país europeu do século XXI. Precisamos de um combate firme às desigualdades e à pobreza que corroem a nossa unidade como povo. Há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos.

A pessoa humana tem de estar no centro da ação política. Os Portugueses não são uma estatística abstrata. Os Portugueses são pessoas que querem trabalhar, que aspiram a uma vida melhor para si e para os seus filhos. Numa República social e inclusiva, há que dar voz aos que não têm voz.

No momento que atravessamos, em que à crise económica e social se associa uma profunda crise de valores, há que salientar o papel absolutamente nuclear da família. A família é um espaço essencial de realização da pessoa humana e, em tempos difíceis, constitui o último refúgio e amparo com que muitos cidadãos podem contar. A família é o elemento agregador fundamental da sociedade portuguesa e, como tal, deve existir uma política ativa de família que apoie a natalidade, que proteja as crianças e garanta o seu desenvolvimento, que combata a discriminação dos idosos, que aprofunde os elos entre gerações.

O exercício de funções públicas deve ser prestigiado pelos melhores, o que exige que as nomeações para os cargos dirigentes da Administração sejam pautadas exclusivamente por critérios de mérito e não pela filiação partidária dos nomeados ou pelas suas simpatias políticas.

A coesão entre as gerações representa um importante ativo de que Portugal ainda dispõe. Os jovens não podem ver o seu futuro adiado devido a opções erradas tomadas no presente. É nosso dever impedir que aos jovens seja deixada uma pesada herança, feita de dívidas, de encargos futuros, de desemprego ou de investimento improdutivo.

O exemplo que temos de dar às gerações mais novas é o exemplo de uma cultura onde o mérito, a competência, o trabalho e a ética de serviço público sejam valorizados. Entre as novas gerações, Portugal dispõe de recursos humanos altamente qualificados. Se nada fizermos, os nossos melhores jovens irão fixar-se no estrangeiro, processo que, aliás, já começa a tornar-se visível.

É fundamental que a sociedade portuguesa seja despertada para a necessidade de um novo modo de ação política que consiga atrair os jovens e os cidadãos mais qualificados. O afastamento dos jovens em relação à atividade política não significa desinteresse pelos destinos do País; o que acontece, isso sim, é que muitos jovens não se revêem na atual forma de fazer política nem confiam que, a manter-se o atual estado de coisas, Portugal seja um espaço capaz de realizar as suas legítimas ambições. Precisamos de gestos fortes que permitam recuperar a confiança dos jovens nos governantes e nas instituições.

Seria extremamente positivo que os jovens se assumissem como protagonistas da mudança, participando de forma construtiva, e que as instituições da nossa democracia manifestassem abertura para receber o seu contributo.

A geração mais jovem deve ser vista como parte da solução dos nossos problemas.

Numa sociedade que valoriza o mérito, a educação é o elemento-chave da mobilidade social. Aqueles que dispõem de menores recursos, mas que revelem méritos e capacidades, têm de ser apoiados, para que não se aprofundem situações intoleráveis de desigualdade entre os Portugueses.

Temos de despertar toda a sociedade para a importância do investimento na Excelência da nossa educação. Todos os estabelecimentos de ensino que se destaquem pelos seus resultados têm de merecer o reconhecimento da sociedade e do Estado. Só assim se cumprirá o ideal de premiar o mérito que norteou a nossa República centenária.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Ao tomar posse como Presidente da República, estou firmemente convicto de que existem razões de esperança para o nosso país.

Ao longo da sua História, Portugal viveu dificuldades e, com coragem, determinação e vontade de vencer, foi capaz de ultrapassá-las.

Logo a seguir à revolução do 25 de abril, a sociedade civil deu uma prova excepcional da sua vitalidade na forma como acolheu, sem convulsões, quase um milhão de Portugueses que regressaram de África, em condições extremamente difíceis. Graças ao apoio das família e de diversas instituições, a sua integração no País processou-se sem sobressaltos de maior, apoiada naquela que é uma das melhores qualidades do nosso povo: a capacidade que revela para, nas horas difíceis, dar provas de um espírito de solidariedade e de entreatujada que é absolutamente extraordinário. Esse espírito é nosso, é único, é o espírito de Portugal.

Todos os dias, encontramos esse espírito solidário nas diversas campanhas de apoio aos mais desfavorecidos. Os jovens participam nessas campanhas como voluntários, aos milhares. Sem nada pedirem em troca, sem pensarem em cargos ou proveitos para si próprios. Aos jovens, que nos dão tantas lições de vida, quero deixar aqui, neste dia, o testemunho da minha admiração mais profunda. Temos jovens talentosos que ombreiam com os melhores do mundo, em inovação empresarial, em qualidade académica e científica, em criatividade artística e cultural. Há uma nova geração que ganha sucessivos prémios nas mais diversas áreas da investigação, que assume papéis de liderança nos mais variados projetos, que participa com grande entusiasmo e admirável generosidade em ações de voluntariado social ou nas campanhas de defesa do ambiente.

Os nossos jovens movem-se hoje à escala planetária com uma facilidade que nos surpreende. Cidadãos do mundo, familiarizados com as novas tecnologias e a sociedade em rede, dispõem de um capital de conhecimento e de uma vontade de inovação que são admiráveis. Muitos dos académicos, investigadores, profissionais de sucesso e jovens empresários que trabalham no estrangeiro aspiram a regressar ao seu país, desde que possuam condições para aqui fazerem florescer as suas capacidades. Temos de aproveitar o enorme potencial desta nova geração e é nela que deposito a esperança de um Portugal melhor.

Foi especialmente a pensar nos jovens que decidi recandidatar-me à Presidência da República. A eles dediquei a vitória que os Portugueses me deram. Agora, no momento em que tomo posse como Presidente da República, faço um vibrante apelo aos jovens de Portugal: ajudem o vosso País!

Façam ouvir a vossa voz. Este é o vosso tempo. Mostrem a todos que é possível viver num País mais justo e mais desenvolvido, com uma cultura cívica e política mais sadia, mais limpa, mais digna. Mostrem às outras gerações que não se acomodam nem se resignam.

Sonhem mais alto, acreditem na esperança de um tempo melhor. Acreditem em Portugal, porque esta é a vossa terra. É aqui que temos de construir um País à altura das nossas ambições. Estou certo de que, todos juntos, iremos vencer.

Obrigado.

Presidente: Marcelo Rebelo de Sousa

Proferido em: 09.03.2016

Acessível em: DSDA – Correspondência - Secretaria-Geral da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.pt/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=TIT=Discurso%20de%20tomada%20de%20posse%20do%20Presidente%20da%20Rep%C3%ABlica&DataBase=10011_DISCURSOSPR

Portugal é a razão de ser do compromisso solene que acabo de assumir.

Aqui nasci, aqui aprendi com meus Pais a falar a língua que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo.

Aqui eduquei os meus filhos e espero ver crescer os meus netos.

Aqui se criaram e sempre viverão comigo aqueles sentimentos que não sabemos definir, mas que nos ligam a todos os Portugueses. Amor à terra, saudade, doçura no falar, comunhão no vibrar, generosidade na inclusão, crença em milagres de Ourique, heroísmo nos instantes decisivos.

É para Portugal, para cada Portuguesa e para cada Português que vai o meu primeiro e decisivo pensamento.

Feito de memória, lealdade, afeto, fidelidade a um destino comum.

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Dr. Eduardo Ferro Rodrigues,

Na pessoa de Vossa Excelência, saúdo a representação legítima e plural da vontade popular expressa na Assembleia da República. E garanto a solidariedade institucional indefetível entre os dois únicos órgãos de soberania fundados no voto universal e direto de todo o Povo que somos.

Senhor Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva,

Ao percorrer, num imperativo exercício de memória, a longa e singular carreira de serviço à Pátria de Vossa Excelência – com uma década na chefia do Governo e uma década na chefia do Estado, que, largamente, definiram o Portugal que temos – entendo ser estrito dever de justiça – independentemente dos juízos que toda a vivência política suscita – dirigir a Vossa Excelência uma palavra de gratidão pelo empenho que sempre colocou na defesa do interesse nacional – da ótica que se lhe afigurava correta, é certo – mas sacrificando vida pessoal, académica e profissional em indelével dedicação ao bem comum.

Senhor General António Ramalho Eanes e Senhor Dr. Jorge Sampaio,

A presença de Vossas Excelências é símbolo da continuidade e da riqueza da nossa Democracia, linhagem na qual também se insere o Senhor Dr. Mário Soares.

Democracia que se enobrece com a presença de três ilustres convidados estrangeiros que nos honram, ao aceitarem os convites pessoais que formulei, correspondentes a coordenadas essenciais da nossa política externa.

Da origem nacional, convertida em exemplares vizinhança, irmandade e cumplicidade europeias, na pessoa de Sua Majestade o Rei Felipe VI.

Da vontade de construir um novo futuro assente numa eloquente e calorosa fraternidade, e comunidade de destino, na pessoa de Sua Excelência o Presidente Filipe Nyusi.

Da constante afirmação do nosso empenho numa Europa unida e solidária, na pessoa de Sua Excelência o Presidente Jean-Claude Juncker. Acresce a esta dimensão de Estado uma outra, pessoal, em que se juntam respeito, laços antigos e grata amizade.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Escreveu um Herói Português do Sec. XIX que «este Reino é obra de soldados». Assim foi, na verdade, desde a fundação de Portugal, atestada em Zamora e reconhecida urbi et orbi pela Bula «Manifestis Probatum est».

Nas batalhas da expansão continental ou da defesa e restauração da independência, como nas epopeias marítimas ou, nos nossos dias, nas missões de paz, ou humanitárias, dentro e fora da Europa. Com as nossas Forças Armadas sempre fiéis a Portugal.

Assim foi, também, em 25 de Abril de 1974, com os jovens capitães, resgatando a liberdade, anunciando a Democracia, permitindo converter o Império Colonial em Comunidade de Povos e Estados independentes, prometendo a paz, o desenvolvimento e a justiça para todos.

A quantos – militares e civis – fizeram o Portugal de sempre, como, de modo particular, a quantos – civis e militares – construíram a República Democrática devemos aqui estar, eleitos pelo Povo, em cumprimento da Constituição.

Digo bem, a Constituição. Neste mesmo hemiciclo, discutida e aprovada no meio de uma Revolução. E promulgada há quase quarenta anos, no dia 2 de abril de 1976.

Recordo, com emoção, esses tempos inesquecíveis, em que, jovem constituinte, juntei a minha voz e o meu voto a tantos mais, vindos de quadrantes tão diversos, tendo percorrido caminhos tão variados, havendo somado anos ou mesmo décadas de luta ao combate do momento.

Para que pudesse nascer a Constituição que nos rege, e que foi sendo revista e afeiçoada a novas eras.

Por isso, a Lei Fundamental continua a ser o nosso denominador comum. Todos, nalgum instante, contribuíram para, ao menos, uma parte do seu conteúdo.

Defendê-la, cumpri-la e fazê-la cumprir é dever do Presidente da República.

E sê-lo-ia sempre, mesmo que o tê-la votado, o ter acompanhado algumas das suas principais revisões e o tê-la ensinado ao longo de quarenta anos, não responsabilizassem acrescidamente quem acaba de assumir perante vós as funções presidenciais.

O Presidente da República será, pois, um guardião permanente e escrupuloso da Constituição e dos seus valores, que, ao fim e ao cabo, são os valores da Nação que nos orgulhamos de ser.

O valor do respeito da dignidade da pessoa humana, antes do mais.

De pessoas de carne e osso. Que têm direito a serem livres, mas que têm igual direito a uma sociedade em que não haja, de modo dramaticamente persistente, dois milhões de pobres, mais de meio milhão em risco de pobreza, e, ainda, chocantes diferenças entre grupos, regiões e classes sociais.

Salvaguardar a vida, a integridade física e espiritual, a liberdade de pensamento, de crença e de expressão e o pluralismo de opinião e de organização é um dever de todos nós.

Como é lutar por mais justiça social, que supõe efetiva criação de riqueza, mas não se satisfaz com a contemplação dos números, quer chegar às pessoas e aos seus direitos e deveres.

Valores matriciais da Constituição são, de igual modo, os da identidade nacional, feita de raízes na nossa terra e no nosso mar, mas de vocação universal – plataforma que constituímos entre continentes e, sobretudo, entre culturas e civilizações.

Raízes nesta terra e neste mar, que formam um verdadeiro arquipélago com três vértices – Continente, Açores e Madeira –, e abarca o Oceano que nos fez e faz grandes. Daí o podermos e devermos continuar a assumir o Mar como prioridade nacional. Prioridade nascida de uma geoestratégica e, sobretudo, de uma vocação universal – como escrevia António Lobo Antunes: «se a minha terra é pequena, eu quero morrer no mar».

Vocação universal, de Nação repartida pelos cinco continentes, em que mais de metade de nós, entre nacionais e descendentes, vive a criar Portugais fora do nosso território físico, mas dentro do nosso território espiritual.

Vocação universal, no abraço que nos liga aos povos irmãos, que partilham a nossa língua, numa comunidade aberta e inclusiva.

Vocação universal, em que a História se junta à Geografia, e em que o sermos europeus no ponto de partida e na firme vontade de participarmos na unidade europeia se enriquece com o sermos transatlânticos e, mais do que isso, podermos aproximar gentes e falas e economias e sociedades as mais distintas, sem xenofobias, intolerâncias, complexos de falsa superioridade ou de incompreensível inferioridade.

Em suma, identidade nacional feita de solo e sangue, e aposta na Língua, na Educação, na Ciência, na Cultura, na capacidade de saber conjugar futuro com passado, sem medo de enfrentar o presente.

Uma identidade vivida em Estado de Direito Democrático, representativo, mas também participativo e referendário. Plural e fraterno. Respeitador da soberania popular, da separação e conjugação de poderes, da independência da Justiça, da autonomia político-legislativa dos Açores e da Madeira e da autonomia administrativa do Poder Local.

Zeloso na proteção das liberdades pessoais e políticas, mas apostado na afirmação dos direitos económicos, sociais e culturais. E, por isso, Estado Social de Direito.

Em que a criatividade da iniciativa privada se conjuga com o relevante Setor Social, e tem sempre presente que o poder económico se deve subordinar ao poder político e não este servir de instrumento daquele.

Dito de outra forma, o poder político democrático não deve impedir, nos seus excessos dirigistas, o dinamismo e o pluralismo de uma sociedade civil – tradicionalmente tão débil entre nós –, mas não pode demitir-se do seu papel definidor de regras, corretor de injustiças, penhor de níveis equitativos de bem-estar económico e social, em particular, para aqueles que a mão invisível apagou, subalternizou ou marginalizou.

É no quadro desta Constituição – que, como toda a obra humana, não é intocável, mas que exige para reponderação consensos alargados, que unam em vez de dividir – que temos, pela frente, tempos e desafios difíceis a superar.

Temos de saber compaginar luta, no plano universal, pelos mesmos valores que nos regem – dignidade da pessoa, paz, justiça, liberdade, desenvolvimento, equidade intergeracional ou valorização do ambiente – com a defesa da reforma de instituições que se tornem notoriamente desajustadas ou insuficientes.

Temos de ser fiéis aos compromissos a que soberanamente nos vinculámos – em especial, aos que correspondem a coordenadas permanentes da nossa política externa, como a União Europeia, a CPLP e a Aliança Atlântica –, nunca perdendo a percepção de que, também quanto a elas, há sinais de apelo a reflexões de substância, de forma, ou de espírito solidário, num contexto muito diverso daqueles que testemunharam as suas mais apreciáveis mudanças. Os desafios dos refugiados na Europa, da não discriminação económica e financeira na CPLP e das fronteiras da Aliança Atlântica, são apenas três exemplos, de entre muitos, de questões prementes relevantes, mesmo se incómodas.

Temos de sair do clima de crise, em que quase sempre vivemos desde o começo do século, afirmando o nosso amor-próprio, as nossas sabedorias, resistência, experiência, noção do fundamental.

Temos de ir mais longe, com realismo mas visão de futuro, na capacidade e na qualidade das nossas Educação e Ciência, mas também da Saúde, da Segurança Social, da Justiça e da Administração Pública e do próprio sistema político e sua moralização e credibilização constantes, nomeadamente pelo combate à corrupção, ao clientelismo, ao nepotismo.

Temos, para tanto, de não esquecer, entre nós como na Europa a que pertencemos, que, sem rigor e transparência financeira, o risco de regresso ou de perpetuação das crises é dolorosamente maior, mas, por igual, que finanças sãs desacompanhadas de crescimento e emprego podem significar empobrecimento e agravadas injustiças e conflitos sociais.

Temos de cicatrizar feridas destes tão longos anos de sacrifícios, no fragilizar do tecido social, na perda de consensos de regime, na divisão entre hemisférios políticos.

Tudo indesejável, precisamente em anos em que urge recriar convergências, redescobrir diálogos, refazer entendimentos, reconstruir razões para mais esperança.

Temos de reforçar o sentido de pertença a uma Pátria, que é a mesma para todos e perante a qual só há – ou deve haver – Portugueses de igual dignidade e estatuto.

São difíceis, complexos, envoltos em incógnitas os reptos evocados?

Obrigam a trabalhos reforçados perante um mundo incerto, uma Europa a braços com tensões novas em solidariedades internas e externas, finanças públicas a não comportarem temeridades, sistema financeiro que previna em vez de remediar e não crie ostracismos ou dependências contrárias ao interesse nacional, política a ensaiar fórmulas novas, exigência de respostas mais claras, mais rápidas e mais equitativas?

Sem dúvida.

Depois da transição da revolução para o constitucionalismo, da estabilização da democracia partidária, da adesão europeia e da adoção do euro, das expectativas elevadas da viragem do século e das frustrações, entretanto, vividas, bem como da resposta abnegada dos Portugueses, esperam-nos cinco anos de busca de unidade, de pacificação, de reforçada coesão nacional, de encontro complexo entre democracia e internacionalização estratégica, dentro e fora de fronteiras e entre crescimento, emprego e justiça social de um lado, e viabilidade financeira do outro, de criação de consonâncias nos sistemas sociais e políticos, de incessante construção de uma comunidade convivial e solidária.

Nunca perdendo a Fé em Portugal e na nossa secular capacidade para vencer as crises.

Nunca descrendo da Democracia.

Nunca deixando morrer a esperança.

Nunca esquecendo que o que nos une é muito mais importante e duradouro do que aquilo que nos divide.

Persistindo quando a tentação seja desistir.

Convertendo incompreensões em ânimo redobrado.

Preferindo os pequenos gestos que aproximam às grandes proclamações que afastam.

Com honestidade. Com paciência. Com perseverança. Com temperança. Com coragem. Com humildade.

É, arrimado a estes valores e animado destes propósitos, que inicia o seu mandato o quinto Presidente da República livremente eleito em Democracia.

E, porque, livremente eleito pelo voto popular, Presidente de todos sem exceção.

Um Presidente que não é nem a favor nem contra ninguém. Assim será politicamente, do princípio ao fim do seu mandato.

Mas, socialmente, a favor do jovem que quer exercitar as suas qualificações e, de balde, procura emprego.

Da mulher que espera ver mais reconhecido o seu papel num mundo ainda tão desigual.

Do pensionista ou reformado que sonhou, há trinta ou quarenta anos, com um 25 de Abril que não corresponde ao seu atual horizonte de vida.

Do cientista à procura de incentivos sempre adiados.

Do agricultor, do comerciante, do industrial, que, dia a dia, sobrevive ao mundo de obstáculos que o rodeiam.

Do trabalhador por conta de outrem ou independente, que paga os impostos que vão sustentando muito dos sistemas que legitimamente protegem os que mais sofrem no nosso Estado Social.

Do novo e ousado talento que vai mudando a nossa sociedade e a nossa economia.

Da IPSS, da Misericórdia, da instituição mais próxima das pessoas – nas Regiões Autónomas e nas Autarquias –, que cuida de muitos, de quem ninguém mais pode cuidar melhor.

Do que, no interior ainda distante, nas Ilhas, às vezes esquecidas, nas Comunidades que povoam o mundo, é permanente retrato da nossa tenacidade como Nação.

De todos estes e de muitos mais.

O Presidente da República é o Presidente de todos.

Sem promessas fáceis, ou programas que se sabe não pode cumprir, mas com determinação constante. Assumindo, em plenitude, os seus poderes e deveres.

Sem querer ser mais do que a Constituição permite.

Sem aceitar ser menos do que a Constituição impõe.

Um servidor da causa pública. Que o mesmo é dizer, um servidor desta Pátria de quase nove séculos.

Pátria que nos interpela a cada passo. Exigindo muito mais e muito melhor.

Mas a resposta vem de um dos nossos maiores, Miguel Torga. Que escreveu em 1987, vai para trinta anos:

«O difícil para cada português não é sê-lo; é compreender-se. Nunca soubemos olhar-nos a frio no espelho da vida. A paixão tolda-nos a vista. Daí a espécie de obscura inocência com que atuamos na História. A poder e a valer, nem sempre temos consciência do que podemos e valemos. Hipertrofiamos provincianamente as capacidades alheias e minimizamos maceradamente as nossas, sem nos lembrarmos sequer que uma criatura só não presta quando deixou de ser inquieta. E nós somos a própria inquietação encarnada. Foi ela que nos fez transpor todos os limites espaciais e conhecer todas as longitudes humanas...

...Não somos um povo morto, nem sequer esgotado. Temos ainda um grande papel a desempenhar no seio das nações, como a mais ecuménica de todas. O mundo não precisa hoje da nossa insuficiente técnica, nem da nossa precária indústria, nem das nossas escassas matérias-primas. Necessita da nossa cultura e da nossa vocação para o abraçar cordialmente, como se ele fosse o património natural de todos os homens.»

Pode soar a muito distante este retrato, quando se multiplicam, na ciência, na técnica, na criação da riqueza, tantos exemplos da inventiva portuguesa, entre nós ou nos confins do universo.

E, no entanto, Torga viu o essencial.

O essencial, é que continuamos a minimizar o que valemos.

E, no entanto, valemos muito mais do que pensamos ou dizemos.

O essencial, é que o nosso génio – o que nos distingue dos demais – é a indomável inquietação criadora que preside à nossa vocação ecuménica. Abraçando o mundo todo.

Ela nos fez como somos.

Grandes no passado.

Grandes no futuro.

Por isso, aqui estamos.

Por isso, aqui estou.

Pelo Portugal de sempre!

DISCURSOS BRASILEIROS

Presidente: Fernando Collor de Mello

Proferido em: 15.03.1990

Acessível em: Portal da Biblioteca da Presidência da República

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da república;
Excelentíssimos Senhores Chefes de estado e de Governos estrangeiros;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos deputados;
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;
Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões especiais estrangeiras;
Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa;
Excelentíssimos Senhores Senadores,
Excelentíssimos Senhores deputados, altas autoridades da república;
Senhoras e Senhores,

Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo.

Venho trazer ao Poder legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da república, meu apreço e minha homenagem.

Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da república, o legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação brasileira.

Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal.

Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia. a transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em assembleia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador.

Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante.

Nem poderia ela, a transição democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional.

Meu respeito, e minha consideração, a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia.

Meu apreço, e meu louvor, a cada um de meus compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso.

Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. assim é nas grandes democracias. assim há de ser

no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. a própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

Senhores Membros do Congresso Nacional, é meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.

Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo – inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é – com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.

A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo – é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o estado da nação. É um compromisso sagrado de minha parte.

Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõe determinado clima moral. requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. essa confiança, essa estabilidade, inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos.

A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. a inflação é, além disso, um enorme fator da desmoralização. desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo. Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. e assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em

todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o estado pelo mandonismo ou absentéismo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.

Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritariamente às tarefas do estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal.

O propósito imediato de meu Governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano. Farei da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste Governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. a guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil.

Conhece Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do estado. No momento em que logarmos esse equilíbrio – o que ocorrerá com certeza –, teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública.

Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. a dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.

Essa perversão das funções estatais – agravada por singular recuo na capacidade extrativa do estado – exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa – não ao estado – criar riqueza e dinamizar a economia. Ao estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. deve prover o acesso à moradia, a alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades – pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.

Entendo assim o estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento

intensivo e sustentado. daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a idéia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil.

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição.

Permanece válido, ainda hoje, o adágio medieval: o estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete.

Na realidade, diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, a pujança e expansão do mercado: o imperativo ecológico. O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. Pertencço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. a urgência que meu Governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade, e particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial.

Em recente viagem ao exterior, como presidente eleito, ressaltai que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados nessa grave matéria. Indiquei que somente o volume dos gastos militares das nações do Norte já seria suficiente para realizar a mais ampla limpeza da Terra.

Mas observei que, fora do simplismo de acusações unilaterais, o Brasil estará sempre disposto ao diálogo e à cooperação internacional sobre o drama ecológico. Nas Nações Unidas e nos demais foros, passaremos a formar entre os países que melhor sustentam o esforço de encontrar soluções objetivas e inteligentes para harmonizar o desenvolvimento – único meio de resgatar nossa gente da pobreza – com a preservação do ambiente. Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e consequente, não apenas defensiva, frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos, o destino do gênero humano em seu conjunto.

Marquei a sinceridade de nossos propósitos precisando que, no caso brasileiro, não só a Amazônia, mas também o Pantanal e a Mata Atlântica, nossos rios e bosques, integram um temário conservacionista, norteados pela deliberação de desenvolver sem depredar. Finalmente, para vincar a nova importância que o Brasil confere ao problema ecológico, relancei minha proposta de um imposto internacional sobre poluição e convidei pessoalmente os Chefes de estado e de Governo com que me avistei a comparecerem à Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e desenvolvimento, que o Brasil sediará em 1992.

Duas considerações qualificam atualmente nosso impulso de retomada irreversível do desenvolvimento. O cuidado ecológico é uma delas. a outra, Senhores Congressistas, é o empenho de justiça social, a decisão – que incorporei às prioridades absolutas de meu Governo – de criar condições para o resgate de nossa gritante e vergonhosa dívida social. Tanto a ética quanto o interesse nacional reclamam uma completa mudança de mentalidade nesse terreno.

Até aqui, nossa atitude básica frente às carências sociais brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do Governo e das elites, um comportamento paternalista. esse paternalismo, a seu turno, engendrava alternativamente dois tipos de conduta prática frente ao problema. Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem-estar

coletivo, o progresso social duradouro só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral.

Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos, a finalidade maior de meu governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também que o estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria. Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo insequente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste País. do binômio de Juscelino - democracia e desenvolvimento – queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça social.

Uma das dimensões mais arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação. Meu Governo terá maior empenho não só em combater o analfabetismo, cuja dimensão permanece incompatível com o estágio econômico e tecnológico a que chegamos, mas também em enfrentar com determinação os problemas da educação de base e da qualidade do ensino superior.

Neste terreno, o Brasil precisa de nada menos que uma revolução educacional, que transforme prioridades constantemente reconhecidas numa reorientação concreta e drástica da atuação do Poder Público. Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor, caminhando em marcha batida para a redenção educacional dos mais pobres e para a conquista duradoura de padrões de Excelência na educação superior e na pesquisa universitária. Minha presidência acrescenta a seus compromissos principais essa revolução educacional, componente indispensável de nosso futuro próximo.

Senhores Congressistas, direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo.

Antes de tudo, é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional. O perfil de uma nova Europa Oriental faz ver como encerrada uma fase na história das relações internacionais, dominada pelo confronto ideológico leste-Oeste. Fica definitivamente sepultada a guerra fria. repensam-se alianças. Cancelam-se alinhamentos. enquanto isso, novas áreas se preparam para adotar as leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais. em toda parte o poder monolítico, as estruturas dirigistas e os resíduos autoritários estão na defensiva.

Nesse quadro dinâmico, tão diferente daquele de apenas dez anos atrás, propendem a emergir grandes espaços econômicos. Não se trata necessariamente de blocos fechados, mas de novas configurações econômicas e políticas, às quais terão de ajustar-se o potencial competitivo de cada país.

Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo.

A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional.

Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular, que quer – e com urgência – a modernização do Brasil. As opções que teremos de fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura.

Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais.

São essas as premissas sobre as quais definirei a política externa brasileira.

Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da segurança. a paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas de conflito. Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar. Insistirei na ideia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, como o respeito à soberania, a não intervenção, a auto - determinação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos.

Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há de desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação da política externa. Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico. Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.

O Brasil estará aberto ao mundo.

Queremos integração, crescente e competitiva. a diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a Nação dos tempos novos em que vivemos.

A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudonacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto - suficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo.

Essa disposição de abertura, associada ao combate eficaz à inflação e à superação da crise econômica no País, virá acompanhada de regras claras, que garantam a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança.

A política externa de meu Governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras. a contribuição para a paz e a justiça será permanente. A luta pelo desenvolvimento orientará a todo tempo a ação externa da república.

Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os estados Unidos e a União Soviética. a dissensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional e a orientação permanente de meu Governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz.

Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. a tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo serão reforçadas. daí a crescente importância do processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu Governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial. a integração latino-americana vai deixando de ser um sonho para se tornar realidade tão concreta quanto fecunda.

O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido.

Pretendo exercer, no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, a melhor disposição para o diálogo e o entendimento.

Na convivência entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias, o respeito por opiniões distintas ou mesmo divergentes. Tenho certeza de que diferenças de interesse e percepção, naturais em intercâmbio denso como o nosso, serão tratadas de forma construtiva, para benefício mútuo. O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenham sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo.

Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias raízes são também europeias. Confio em que a unificação comunitária prevista para 1992 não tenha um perfil excludente. De nossa parte, como disse a vários governantes europeus em meu périplo de presidente eleito, trataremos de explorar todas as potencialidades que a nova dinâmica da comunidade possa trazer em termos de comércio, capitais e tecnologia. Senti essa disposição de arrojo e abertura por parte do Brasil muito bem acolhida na Alemanha, França, Inglaterra e Itália.

Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações. Afinal, da ação histórica dos irmãos portugueses deriva nossa própria existência como nação e como estado. A Espanha, por sua vez, não deixará de ser vista pelo Brasil, tal como por nossos vizinhos, como parceiro bilateral e ator destacado no diálogo entre a América Latina e a Europa. Espero de ambos os governos o apoio para o necessário fortalecimento dos laços do Brasil com a Comunidade Europeia.

O Japão ocupará posição de especial realce na política externa do Novo Brasil. Nossas realizações comuns já constituem uma história de êxitos. Temos bases suficientemente sólidas para nos lançarmos a uma nova e mais ambiciosa etapa da cooperação brasileiro-japonesa no plano dos investimentos, da tecnologia, do comércio e do diálogo político.

A súbita, inesperada e positiva evolução do Leste Europeu, que aplaudimos com toda nossa sinceridade de democratas, representa um fator a mais para que nos capacitemos da absoluta necessidade de uma integração competitiva do Brasil na economia mundial. País de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranquilo para a experiência da abertura de sua economia.

Meu Governo acompanhará com atenção redobrada o curso da transformação do Leste Europeu: o Itamaraty terá instruções específicas para dar prioridade ao exame e interpretação dos temas daquela área. Essa diretriz justifica-se não só pelo fato de se estar abrindo uma nova era na universalização da democracia, mas também porque se trata de um processo que terá grandes consequências nas relações internacionais.

Meu desejo é que as mudanças ocorram em paz e na forma a que aspiram os povos europeus. Darei ênfase especial à modernização do relacionamento com a União Soviética, tanto no plano do diálogo político como no do intercâmbio econômico, científico, tecnológico e cultural.

Com os países da África deveremos trabalhar para restituir dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado nos últimos anos pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento. É imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação que dêem, o quanto antes, impulso a esse esforço. Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenando o racismo, particularmente o regime de apartheid na África do Sul, que esperamos esteja em sua etapa terminal.

O Brasil buscará aproveitar ao máximo o potencial de diálogo e colaboração existente no seio da comunidade de expressão portuguesa, à qual estamos ligados por estreitos laços, cujas origens remontam a quase cinco séculos. No período seguinte ao processo de descolonização dos anos setenta, o Brasil e seus irmãos de além-mar souberam demonstrar que, longe de se limitarem à fraternidade retórica, são capazes de ajudar-se mutuamente na construção do progresso e do bem-estar.

Aos países do Oriente Médio, o Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e dinâmico. Aproximados pela presença de milhões de brasileiros com origens naquela parte do mundo, sofremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. Desejamos que se chegue à paz firme e duradoura naquela região. Sustentamos que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio

internacional: o direito dos povos à autodeterminação; a negação da conquista pela força; a observância do direito internacional, particularmente os elementos incorporados nas resoluções do Conselho de Segurança. a moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema, que exige diálogo amplo, sem discriminações, entre os povos envolvidos. Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos legitimamente definidos pela comunidade internacional.

Com a República Popular da China e com a Índia, dois grandes atores do cenário internacional, o Brasil tratará de ampliar e multiplicar as vias de entendimento e cooperação. Temos consciência plena do peso desses estados, de suas semelhanças conosco – em termos de dimensão, estágio de desenvolvimento e potencial – e, sobretudo, da necessidade de que tais semelhanças sirvam de base ao maior benefício de nossos povos.

O mesmo ânimo valerá também para os demais países em desenvolvimento da Ásia e do Pacífico, que se encontram agora inseridos num dos espaços de maior dinamismo econômico do planeta. O Brasil não deixará de enriquecer-se com o exemplo dessas experiências e cuidará de abrir com essas nações novas frentes de cooperação. Considero decisiva a ação dos organismos multilaterais, políticos e econômicos. Cabe a eles, de fato, através do diálogo e da cooperação, permitir que as transformações extraordinárias que vivemos sejam retratadas em instituições e regras estáveis. Por isto, darei atenção especial ao novo papel das Nações Unidas e da Organização dos estados americanos, como instrumentos de paz e segurança, e também aos organismos econômicos, como o Gatt e a Aladi, que procuram estabelecer formas novas de convivência entre as nações.

Com os países credores, tratarei de reequacionar o problema da dívida externa. Nossa proposta de renegociação da dívida tem um parâmetro fundamental: não se trata, para nós, de saber quanto poderemos crescer depois de servir à dívida, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido nosso crescimento econômico em níveis consentâneos com sua taxa histórica e com o projeto de desenvolvimento e justiça que norteará nosso futuro.

Ao longo de todo um século, até a década de oitenta, o Brasil foi, na opinião de historiadores econômicos abalizados, o país que mais cresceu. Os terríveis anos oitenta trouxeram trágica interrupção a esse processo de crescimento que, apesar de vigoroso, era, como sabemos, eivado de distorções e fragilidades.

Temos de lutar para que os anos noventa restaurem e acentuem a trajetória de crescimento, fazendo as opções necessárias – e muitas serão extremamente penosas a curto prazo – para desenterrar as energias econômicas do nosso País. Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida, nos níveis em que se encontra. No marco do parâmetro que defini, estarei aberto a uma negociação franca e leal com os credores. Não quero confrontação. Não quero impor fórmulas. Mas não aceitarei contratos de adesão que determinem

unilateralmente caminhos e soluções. Negociar significa aceitar a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, admitir que existe um interesse maior: a chegada ao ponto de encontro que sirva a todas as partes. As perspectivas de aproximação são claras e tenho certeza de que, ao esforço brasileiro de sanear as finanças públicas, de modernizar a economia, corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional.

A palavra de ordem do meu Governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, a plenitude do processo econômico. essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. essa é a real vocação do Brasil.

Senhores Congressistas, filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembléia, o Congresso Nacional. Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. e há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo.

Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. e foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo

Collor, foi o autor da primeira Carta de Direitos Sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do País.

Aí têm os Senhores Congressistas, em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional. Creio sinceramente que ele encerra uma firme resposta de minha geração ao desafio do Brasil na modernidade. O Congresso receberá a partir de amanhã, 16 de março de 1990, as primeiras propostas específicas, corporificando essa visão e essa estratégia de modernização do Brasil, de reforma do estado, de recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social.

Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui toda atenção e apoio, pois bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação.

Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização. O que tem faltado, quase sempre – no nível do estado – é uma prática coerente com aquela. Meu Governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.

Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na Presidência da república é realizar um governo digno das melhores qualidades da nação, um governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.

Presidente: Fernando Henrique Cardoso

Data: 01.01.1995

Acessível em: Portal da Biblioteca da Presidência da República

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrto-federal-01-01-95/view>

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;

Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;

Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa;

Excelentíssimos Senhores Senadores;

Excelentíssimos Senhores Deputados;

Altas Autoridades da República;

Senhoras e Senhores;

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração. Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. Vem de longe a chama deste sonho.

Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos tenentes revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos do meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha "O petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos do meu avô, abolicionista e republicano.

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a História dá voltas que nos confundem.

Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos.

E, depois, nem isso, mas somente o legado - este, sim, para todos - de uma dívida externa que amarrrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980.

Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça - justiça, liberdade e desenvolvimento- andariam juntos nesta terra.

Eu nunca duvidei de que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.

Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo -, mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranquilidade, e apesar das mágoas e das cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade, ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos farão abrir mão dela.

Recuperamos a confiança no desenvolvimento. Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda.

Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que não um longo período de crescimento.

As condições internacionais são favoráveis. O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes - as pessoas e as empresas que produzem riqueza - resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação.

Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.

Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbitrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico.

Chegou o tempo de crescer e florescer.

Mais importante: hoje nós sabemos o que o Governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos.

Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.

Devemos isso não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.

No momento em que deixa o Governo, cercado da estima que fez por merecer, agradeço, em nome da Nação, a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.

Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

A isso eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos estados e de todas as forças vivas da Nação.

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

Falta a justiça social. É esse o grande desafio do Brasil neste fim de século. Será esse o objetivo número um do meu Governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra" - mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos, mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentirem no coração o horror da escravidão e por entenderem que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos - e ainda que não fossem brasileiros -, vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação: quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social. Veio também, e em grande número, dos excluídos; dos brasileiros mais humildes, que pagavam a conta da inflação sem terem como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos - a eles eu devo em grande parte minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvida: eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do Governo. Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.

Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros países pelo Brasil. Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.

Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo, restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia.

Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.

Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la.

Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.

Nesse sentido, atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro,

No mundo pós-Guerra Fria» a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar» dos sinais vitais da economia —a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional - e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis,

Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.

Temos identidade e valores permanentes, que não de continuar se expressando em nossa política externa.

Continuidade significa confiabilidade no campo internacional. Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.

Não devemos contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem.

É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos,

É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a Chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e combate às formas de criminalidade internacional.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica, condição que tanto nos permite aprofundar-nos nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia, do Pacífico. E, ainda, identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid. Sem nos esquecermos das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que, por sua dimensão continental, enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem-sucedidos do planeta, no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar vêm dos nossos desequilíbrios internos - das desigualdades extremas entre regiões e grupos sociais.

Sabemos que o desenvolvimento de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente.

À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea e em que, ao mesmo tempo, os públicos se fragmentam e se especializam, a identidade cultural torna-se o cimento das nações.

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena.

Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiar-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania, pois a cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O Governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido. E se jogará por inteiro no grande desafio - que é do Brasil e não é apenas desta ou daquela região; que é de todos e não apenas dos excluídos - de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas.

Mas a saúde tem que ser encarada - e assim vai ser no meu Governo- principalmente como a prevenção da doença, e não só como a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor - e a recuperação do seu salário, principalmente no ensino básico; é muito mais que isso. É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi - analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos", se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade.

Chega de construir escolas faraônicas e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para ter um bom aproveitamento.

Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual; Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TVs numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.

Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do Governo.

Isso vai demandar uma ampla reorganização da máquina do Governo. A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do Governo, principalmente na área social.

As CPIs do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo Governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos. Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.

Isso não me assusta. Sei que terei o apoio da maioria da Nação, inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.

O apoio mais importante, na verdade, não é ao Governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que fomos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil. Essa verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade.

O Governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel. Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis —algumas das quais apontei em meu discurso de despedida do Senado —e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças.

Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa. Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor, mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem por mais em

perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.

O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade, É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante. Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o Governo e a comunidade, para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria.

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens.

Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais; às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito, oportunidades de educação e de trabalho; às minorias raciais e a algumas quase minorias – aos negros, principalmente -, que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade; aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade.

Vamos fazer da solidariedade o fermento, da nossa cidadania, em busca da igualdade.

E a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar, cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.

Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento.

Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno.

A tantos que me acompanham nas lutas políticas.

À minha família, que soube compreender os desafios da História. Ao Congresso, ao qual pertenci até hoje e que, nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República.

Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos que vieram prestigiar este ato.

Aos nossos convidados.

A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil.

Muito obrigado.

Presidente: Fernando Henrique Cardoso

Proferido em: 01.01.1999

Acessível em: Portal da Biblioteca da Presidência da República

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/01.pdf/view>

Por um Brasil Solidário

Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar.

Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as ideias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro Presidente antes. Empenharei toda minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da Nação brasileira.

Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender, tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram aspiração tão antiga, quanto legítima, de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.

Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade no ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo ou a merenda que é mais nutritiva. É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.

Na saúde - o pesadelo de todos os brasileiros - mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que poucos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar.

E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.

Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura.

Estas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.

Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.

O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população.

Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo; mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.

Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países.

Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais.

O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento. É o que estamos fazendo no Mercosul – dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado

de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a

União Europeia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África.

O Brasil está assim consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos últimos anos, se é verdade que muito foi feito, ainda resta muito por fazer.

Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para a frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: “ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga”.

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão.

Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo.

O objetivo central do Governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado aumentando a competição e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

Senhores Congressistas,

Oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.

O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática.

Mas precisamos avançar mais.

Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado, mais do que da sociedade, precisam modificar-se para serem, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País.

Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária.

Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.

O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio a todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um de seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano passado, nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao País.

Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nesta área. É inegável. Mas temos que fazer mais.

O desafio está em transformar os valores e as normas em práticas quotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e controle das políticas.

Senhores Congressistas,

Não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso.

A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pago, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para por fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fiscal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam nosso ímpeto de crescimento econômico.

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.

Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.

Os ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do Presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens; na extensão do crédito à pequena empresa; nos programas de qualificação do trabalhador; e na assistência ao desempregado.

Tudo o que o Governo puder fazer na área do emprego, será feito.

Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante desta conjuntura desfavorável: “a vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido”.

Senhores Congressistas,

De pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social.

Este quadro tem que ser revertido.

Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.

Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação, saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma destas áreas, comprovam o progresso alcançado.

Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam. Assim é na educação fundamental e na saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos para pequenas e médias empresas.

Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.

Em breve completaremos 500 anos. Este será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.

Um País que venceu o autoritarismo e implantou a democracia; em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade, tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.

Esta é a minha visão do País para o século XXI. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós.

Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência.

O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso País. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aula, como nas ruas.

Lutou contra o arbitrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor.

A vontade nunca faltou. Ela continua firme.

O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.

Esta é esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas viagens pelo País. Estas são as vozes que ouço nas ruas. Esta foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sergio Motta, companheiro de uma vida de lutas:

“Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País.”

Assim farei. Muito obrigado.

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Data: 01.01.2003

Acessível em: Portal da Biblioteca da Presidência da República

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo;

visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras;
excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet;
Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar;
Excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Morais;
Excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello;
senhoras e senhores ministros e ministras de Estado;
Senhoras e senhores parlamentares,
Senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praijeiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país.

Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de família e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho.

Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as

pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra - estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o país demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista.

Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão.

Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas.

Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o

Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei.

Sou agora o servidor público número um do meu país.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Proferido em: 01.01.2007

Acessível em: Portal da Câmara dos Deputados

<https://www.camara.leg.br/noticias/93776-veja-a-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-lula/>

Senhoras e Senhores,

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida – a de assumir a presidência do meu País.

Não era apenas a realização de um sonho individual.

O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia – e ainda hoje me sinto – parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República.

Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto.

Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.

Tenho a meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos.

E assim o será no Governo que se inicia.

Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente.

É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora.

Mas é diferente – para melhor – na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social.

Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego.

É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.

O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso país é diferente – para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos.

Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio-ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias.

O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo.

E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois?

Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros.

Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais.

Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou. A solução dos grandes problemas mundiais, como: as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio-ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional; não evoluiu.

Os organismos internacionais – especialmente a ONU – não se atualizaram em relação aos novos tempos que vive a humanidade.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir.

Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam.

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.

Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha.

Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.

É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato.

Tenho plena consciência do que isso significa.

Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.

O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo.

Ouçoo as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência.

Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo. E o Brasil mudou.

Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos.

Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente. Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível – debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona.

É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade.

Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado.

Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado.

Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar. Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças.

Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal. Disso não abriremos mão, em hipótese alguma.

Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país.

É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso país havia perdido.

É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado.

Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores.

Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado.

Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento.

Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado.

Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento.

Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro.

Ao contrário, elas serão apenas o começo.

Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa.

Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução.

O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.

Continuaremos dando prioridade ao setor de Bio-energia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo.

O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade.

Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade.

E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para união, estados e municípios.

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macro - econômica, com a redução da taxa real de juros.

Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital – ou seja, o juro – for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios.

Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito.

Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infra - estrutura, a agricultura, a habitação e o consumo.

Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade. Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macro - econômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.

Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do país.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero – saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados – teve duplo efeito.

Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres.

Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime.

Por isso, obteve reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países.

Nosso governo nunca foi, nem é "populista". Este governo foi, é e será popular.

Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda.

E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do micro - crédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular.

Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões.

Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infra -estrutura.

Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade.
Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semi - condutores e TV Digital.

Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo.
Na construção civil, os setores de infraestrutura, habitação e saneamento básico.
Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo. Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia. Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres.

Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos.

Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.

Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional – sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio.

O que outros países fizeram ainda nos séculos dezanove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos.

Trata-se de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso país em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo.

O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro.

Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o FUNDEB.

Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor.

Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.

Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica.

A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades.

Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas.

Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade.

Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades polo do país.

Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do ProUNI.

O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.

Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.

Outras áreas vitais para a população – e objeto de permanente demanda – são as da saúde e da segurança pública.

Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.

Sinto que em matéria de segurança pública – um verdadeiro flagelo nacional – crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos.

Nunca o mundo viveu – como vive hoje – um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível.

Temos no Brasil um desafio pela frente. Desafio para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas.

Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas. Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social.

Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas.

Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa. As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam.

Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros.

Continuaremos nesse rumo.

Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça.

A reforma política deve ser prioritária no Brasil.

Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir.

O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial. Nossa política externa – motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação – foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.

Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo.

Estamos mais próximos da África – um dos berços da civilização brasileira.

Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa.

O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-americana de Nações.

Senhoras e Senhores,

É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade.

O Brasil tem muito o que contribuir neste debate.

Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações.

Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do país. Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica.

A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá conduzir este país nas próximas décadas.

Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer.

Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade.

Pode ajudar a mostrar que neste planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e Senhores,

Fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro.

A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados.

O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.

Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de "distribuição de migalhas".

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente.

O que distribuímos – e mais do que isso: socializamos – foi cidadania.

Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar.

Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental.

A vontade de mudança – que esteve reprimida por décadas, séculos – expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro. Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta.

Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses.

Mas exige opções, alinhamentos. Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.

Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo.

Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos.

Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária.

Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Reconheço que Deus tem sido generoso comigo.

Mais do que mereço.

Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.

Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.

Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.

Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.

Muito obrigado.

Presidente: Dilma Vana Rousseff

Proferido em: 01.01.2011

Acessível em: Portal da Biblioteca da Presidência da República

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>

Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,
Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças,
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Senhoras e senhores governadores,
Senhoras e senhores senadores,
Senhoras e senhores deputados federais,
Senhoras e senhores representantes da imprensa,
Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira.

Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes.

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo.

Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o Presidente Lula deixa para todos nós.

Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da nossa história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nesses oito anos: nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem!!

E que parceria fizeram o Presidente Lula e o vice-presidente José Alencar pelo Brasil e pelo nosso povo!!

Eu e o vice-presidente, Michel Temer, nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, liderados pelo Presidente Lula, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar sempre novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade, especialmente a estabilidade de preços, e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo da nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade.

O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente.

A competitividade de nossa agricultura e da nossa pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda a nossa atenção.

Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo, o desenvolvimento e o apoio à agricultura familiar e ao microempreendedor.

As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia, no Norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do Centro-Oeste, à força industrial do Sudeste e à pujança e ao espírito de pioneirismo do Sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população no período do governo do Presidente Lula.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovadora, efetiva e integrada dos governos federal, estadual e municipal, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, o que é vontade expressa das famílias e da população brasileira.

Queridos brasileiros e brasileiras,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. É este o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a nossa sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa – reitero – manter a estabilidade econômica como valor. Já faz parte, aliás, da nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que essa praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas externas para garantir o equilíbrio das contas externas e bloquear e impedir a vulnerabilidade externa.

Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da inovação desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um Estado provedor de serviços básicos e de Previdência Social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços públicos é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa Minha Casa, Minha Vida manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos Ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios.

Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Esse princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso desse meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém, é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso dos professores e da sociedade com a educação das crianças e dos jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar, sim, a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis do governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com estados e municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo – quando necessário – a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e infelicitiza as nossas famílias.

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente, queridas brasileiras e queridos brasileiros, se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente dessa política foi e é a Petrobras, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética e do petróleo.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Queridos e queridas brasileiras e brasileiros,

Muita coisa melhorou no nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra natal. Ele diz: “o que tem de ser, tem muita força, tem uma força enorme”.

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente também da cultura e do estilo brasileiros – o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive em um ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e para a inovação como instrumento fundamental de produtividade e competitividade do nosso país.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico ou no campo do desenvolvimento econômico pura e simplesmente. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da nossa imensa diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação de nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia a dia da nossa nação.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energias hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, (incompreensível) a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e de suas imensas florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do Planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, ao início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

dos movimentos sociais,

dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,

dos servidores públicos,

dos empresários,

das mulheres,

dos negros, dos índios, dos jovens,

de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas, no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos Poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso país, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são os elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice-presidente, Michel Temer, fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final deste longo discurso. Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio.

Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

“O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

É com essa coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!

E que tenhamos paz no mundo!

Presidente: Dilma Vana Rousseff

Proferido em: 01.01.2015

Acessível em: Portal da Biblioteca da Presidência da República

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>

Senhoras e Senhores,
Senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros,
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves,
Senhoras e senhores Chefes de Estado, Chefes de Governo, Vice-chefes de Estado e Vice-chefes de governo que me honram com suas presenças aqui hoje.
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski,
Senhores e senhores chefes das missões estrangeiras e embaixadores acreditados junto ao meu governo,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Senhoras e senhores governadores,
Senhoras e senhores senadores,
Senhoras e senhores deputados federais,
Senhoras e senhores representantes da imprensa,
Meus queridos brasileiros e brasileiras.

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo.

Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor.

Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção.

Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la.

A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais. O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor.

Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. Por isso, eu repito hoje, nesta solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores: fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado. O povo brasileiro quer mudanças, quer avançar e quer mais. É isso que também eu quero. É isso que vou fazer, com destemor mas com humildade, contando com o apoio desta Casa e com a força do povo brasileiro.

Este ato de posse é, antes de tudo, uma cerimônia de reafirmação e ampliação de compromissos. É a inauguração de uma nova etapa neste processo histórico de mudanças sociais do Brasil.

Faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição, das leis, das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Queridos brasileiros e brasileiras,

Em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza. Mas, como eu disse - e sei que é a convicção e a expectativa de todos os brasileiros -, o fim da miséria é apenas um começo. Agora é a hora de prosseguir com o nosso projeto de novos objetivos. É hora de melhorar o que está bom, corrigir o que é preciso e fazer o que o povo espera de nós.

Sim, neste momento, ao invés de simplesmente garantir o mínimo necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o máximo possível. Vamos precisar, governo e sociedade, de paciência, coragem, persistência, equilíbrio e humildade para vencer os obstáculos. E venceremos esses obstáculos.

O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. O povo brasileiro quer educação, saúde, e segurança de mais qualidade.

O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária.

Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinha, não vou enfrentar esta luta sozinha. Sei que conto com o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, legítimos representantes do povo neste Congresso Nacional. Sei que conto com o apoio do meu querido vice-presidente Michel Temer, parceiro de todas as horas. Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário. Sei que conto com o forte apoio da minha base aliada, de cada liderança partidária de nossa base e com os ministros e as ministras que estarão, a partir de hoje, trabalhando ao meu lado pelo Brasil. Sei que conto com o apoio de cada militante do meu partido, o PT, e da militância de cada partido da base aliada, representados aqui pelo mais destacado militante e maior líder popular da nossa história, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que conto com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos; e sei o quanto estou disposta a mobilizar todo o povo brasileiro nesse esforço para uma nova arrancada do nosso querido Brasil.

Assim como provamos que é possível crescer e distribuir renda, vamos provar que se pode fazer ajustes na economia sem revogar direitos conquistados ou trair compromissos sociais assumidos. Vamos provar que depois de fazermos políticas sociais que surpreenderam o mundo, é possível corrigir eventuais distorções e torná-las ainda melhores.

É inadiável, também, implantarmos práticas políticas mais modernas, éticas e, por isso, mesmo mais saudáveis. É isso que torna urgente e necessária a reforma política. Uma reforma profunda que é responsabilidade constitucional desta Casa, mas que deve mobilizar toda a sociedade na busca de novos métodos e novos caminhos para nossa vida democrática. Reforma política que estimule o povo brasileiro a retomar seu gosto e sua admiração pela política.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Neste momento solene de posse é importante que eu detalhe algumas ações e atitudes concretas que vão nortear nosso segundo mandato.

As mudanças que o país espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade da economia. Isso, para nós todos, não é novidade. Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal, e a necessidade de conquistar e merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários.

Mesmo em meio a um ambiente internacional de extrema instabilidade e incerteza econômica, o respeito a esses fundamentos econômicos nos permitiu colher resultados positivos. Em todos os anos do meu primeiro mandato, a inflação permaneceu abaixo do teto da meta e assim vai continuar.

Na economia, temos com o que nos preocupar, mas também temos o que comemorar. O Brasil é hoje a 7ª economia do mundo, o 2º maior produtor e exportador agrícola, o 3º maior exportador de minérios, o 5º país que mais atrai investimentos estrangeiros, o 7º país em acúmulo de reservas cambiais e o 3º maior usuário de internet.

Além disso, é importante notar que a dívida líquida do setor público é hoje menor do que no início do meu mandato. As reservas internacionais estão em patamar histórico, na casa dos US\$ 370 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos atingiram, nos últimos anos, volumes recordes.

Mais importante: a taxa de desemprego está nos menores patamares já vivenciados na história de nosso país. Geramos 5 milhões e 800 mil empregos formais em um período em que o mundo submergia no desemprego. Porém queremos avançar ainda mais e precisamos fazer mais e melhor!

Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de ação firme e sóbria, firme e sóbria na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando.

Mais que ninguém sei que o Brasil precisa voltar a crescer. Os primeiros passos desta caminhada passam por um ajuste nas contas públicas, um aumento na poupança interna, a ampliação do investimento e a elevação da produtividade da economia. Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial para os mais necessitados. Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Temos consciência que a ampliação e a sustentabilidade das políticas sociais exigem equidade e correção permanente de distorções e eventuais excessos. Vamos, mais uma vez derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura.

Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. Em meu primeiro mandato, aprimoramos e universalizamos o Simples e ampliamos a oferta de crédito para os pequenos empreendedores.

Quero, neste novo mandato, avançar ainda mais. Pretendo encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei criando um mecanismo de transição entre as categorias do Simples e os demais regimes tributários. Vamos acabar com o abismo tributário que faz os pequenos negócios terem medo de crescer. E sabemos que, se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce. Nos dedicaremos, ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas.

Daremos prioridade ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estimulando e fortalecendo as parcerias entre o setor produtivo e nossos centros de pesquisa e universidades.

Um Brasil mais competitivo está nascendo também, a partir dos maciços investimentos em infraestrutura, energia e logística. Desde 2007, foram duas edições do Programa de Aceleração do Crescimento - o PAC-1 e o PAC-2 -, que totalizaram cerca de R\$ 1 trilhão e 600 bilhões em investimentos em milhares de

kms de rodovias, ferrovias; em obras nos portos, nos terminais hidrovíarios e nos aeroportos. Em expansão da geração e da rede de transmissão de energia. Em obras de saneamento e ligações de energia do Luz para Todos.

Com o Programa de Investimentos em Logística, demos um passo adiante, construímos parcerias com o setor privado, implementando um novo modelo de concessões que acelerou a expansão e permitiu um salto de qualidade de nossa logística. Asseguramos concessões de aeroportos e de milhares de km de rodovia e a autorização para terminais privados nos portos.

Agora, vamos lançar o 3º PAC, o 3º Programa de Aceleração do Crescimento e o segundo Programa de Investimento em Logística. Assim, a partir de 2015 iniciaremos a implantação de uma nova carteira de investimento em logística, energia, infraestrutura social e urbana, combinando investimento público e, sobretudo, parcerias privadas. Vamos aprimorar os modelos de regulação do mercado, garantir que o mercado privado de crédito de longo prazo, por exemplo, se expanda. Garantir também que haja sustentação para os projetos de financiamento de grande vulto.

Reafirmo ainda meu compromisso de apoiar estados e municípios na tão desejada expansão da infraestrutura de transporte coletivo em nossas cidades. Está em andamento na realidade uma carteira de R\$ 143 bilhões em obras de mobilidade urbana por todo o Brasil.

Assinalo que, neste novo mandato, daremos especial atenção à infraestrutura que vai nos conduzir ao Brasil do futuro: a rede de internet em banda larga. Em 2014, em um esforço conjunto com este Congresso Nacional, demos ao Brasil uma das legislações mais modernas do mundo na área da internet, o Marco Civil da Internet. Reitero aqui meu compromisso de, nos próximos quatro anos, promover a universalização do acesso a um serviço de internet em banda larga barato, rápido e seguro.

Quero reafirmar ainda o compromisso de continuar reduzindo os desequilíbrios regionais, impulsionando políticas transversais e projetos estruturantes, especialmente no Nordeste e na região da Amazônia. Foi decisivo mitigar o impacto desta prolongada seca no semi-árido nordestino, mas mais importante será a conclusão da nova e transformadora infraestrutura de recursos hídricos perenizando mais de 1.000 km de rios, combinada com o importante investimento social em mais de um milhão de cisternas.

Senhoras e Senhores,

Gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo.

Nosso lema será: BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA!

Trata-se de lema com duplo significado. Ao bradarmos "BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA" estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano.

Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero.

Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; Significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade.

Ao longo deste novo mandato, a educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos oriundos dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal. Assim, à nossa determinação política se somarão mais recursos e mais investimentos.

Vamos continuar expandindo o acesso às creches e pré-escolas garantindo para todos, o cumprimento da meta de universalizar, até 2016, o acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos à pré-escola. Daremos sequência à implantação da alfabetização na idade certa e da educação em tempo integral. Condição para que a nossa ênfase no ensino médio seja efetiva porque através dela buscaremos, em parceria com os estados, efetivar mudanças curriculares e aprimorar a formação dos professores. Sabemos que essa é uma área frágil no nosso sistema educacional.

O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento.

Vamos continuar apoiando nossas universidades e estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da nossa sociedade. O Ciência Sem Fronteiras vai continuar garantindo bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 100 mil jovens brasileiros.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras

O Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. Aos beneficiários do Bolsa Família continuaremos assegurando o acesso às políticas sociais e a novas oportunidades de renda. Destaque será dado à formação profissional dos beneficiários adultos e à educação das crianças e dos jovens.

Com a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida contrataremos mais 3 milhões de novas moradias, que se somam aos 2 milhões de moradias entregues até 2014 e às 1 milhão e 750 mil moradias que estão em construção e que serão entregues neste segundo mandato.

Na saúde, reafirmo nosso compromisso de fortalecer o SUS. Sem dúvida, a marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi a implantação do Mais Médicos, que levou o atendimento básico de saúde a mais de 50 milhões de brasileiros, nas áreas mais vulneráveis do nosso país. Persistiremos, ampliando as vagas em graduação e em residência médica, para que cada vez mais jovens brasileiros possam se tornar médicos e assegurar atendimento ao povo brasileiro.

Neste segundo mandato, vou implantar o Mais Especialidades para garantir o acesso resolutivo e em tempo oportuno aos pacientes que necessitem de consulta com especialista, exames e os respectivos procedimentos.

Assumo, com todas as brasileiras e brasileiros, o compromisso de redobrar nossos esforços para mudar o quadro da segurança pública em nosso país. Instalaremos Centros de Comando e Controle em todas as capitais, ampliando a capacidade de ação de nossas polícias e a integração dos órgãos de inteligência e das forças de segurança pública. Reforçaremos as ações e a nossa presença nas fronteiras para o combate ao tráfico de drogas e de armas com o Programa Estratégico de Fronteiras, realizado em parceria entre as Forças Armadas e as polícias federais, entre o Ministério de Defesa e o Ministério da Justiça.

Vou, sobretudo, propor ao Congresso Nacional alterar a Constituição Federal, para tratar a segurança pública como atividade comum de todos os entes federados, permitindo à União estabelecer diretrizes e normas gerais válidas para todo o território nacional, para induzir políticas uniformes no país e disseminar a adoção de boas práticas na área policial.

Senhoras e senhores,

Investimos muito e em todo o país sem abdicar, um só momento, do nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade ambiental do nosso desenvolvimento. Um dado explicita este compromisso: alcançamos, nos quatro anos de meu primeiro mandato, as quatro menores taxas de desmatamento da Amazônia.

Nos últimos 4 anos, o Congresso Nacional aprovou um novo Código Florestal e implementamos o Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Vamos aprofundar a modernização de nossa legislação ambiental e, já a partir deste ano, nos engajaremos fortemente nas negociações climáticas internacionais para que nossos interesses sejam contemplados no processo de estabelecimento dos parâmetros globais de redução de emissões.

Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global.

Manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (Celac), sem discriminação de ordem ideológica. Agradeço, inclusive, a presença de meus queridos colegas e governantes da América Latina aqui presentes. Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos e com o mundo árabe.

Com os Brics, nossos parceiros estratégicos globais - China, Índia, Rússia e África do Sul -, avançaremos no comércio, na parceria científica e tecnológica, nas ações diplomáticas e na implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e na implementação também do acordo contingente de reservas.

É de grande relevância aprimorarmos nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política, científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. O mesmo é válido para nossas relações com a União Europeia e com o Japão, com os quais temos laços fecundos.

Em 2016, os olhos do mundo estarão mais uma vez voltados para o Brasil, com a realização das Olimpíadas. Temos certeza que mais uma vez, como aconteceu na Copa, vamos mostrar a capacidade de organização do Brasil e, agora, numa das mais belas cidades do mundo, o nosso Rio de Janeiro.

Amigos e amigas,

Tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. Democratizar o poder significa combater energeticamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo.

A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada.

O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores.

A luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre.

São cinco medidas: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstrem a origem dos seus ganhos; modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa 2; criar uma nova espécie de ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e criar uma nova estrutura, a partir de negociação com o Poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que têm foro privilegiado.

Em sua essência, essas medidas têm o objetivo de garantir processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras, mas jamais poderão agredir o amplo direito de defesa e o contraditório; jamais poderão significar a condenação prévia sem defesa de inocentes.

Estou propondo um grande pacto nacional contra a corrupção, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado.

Senhoras e Senhores,

Como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa Petrobras, uma empresa com 86 mil empregados dedicados, honestos e sérios, que teve, lamentavelmente, alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção.

A Petrobras já vinha passando por um vigoroso processo de aprimoramento de gestão. A realidade atual só faz reforçar nossa determinação de implantar, na Petrobras, a mais eficiente e rigorosa estrutura de governança e controle que uma empresa já teve no Brasil.

A Petrobras é capaz disso e capaz de muito mais. Ela se tornou a maior empresa do mundo em capacitação técnica para a prospecção de petróleo em águas profundas. Daí resultou a maior descoberta de petróleo deste início de século – as jazidas do pré-sal -, cuja exploração, que já é realidade, vai tornar o Brasil um dos maiores produtores de petróleo do planeta.

Temos muitos motivos para preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalecê-la cada vez mais. Vamos, principalmente, criar mecanismos que evitem que fatos como estes possam voltar a ocorrer. O saudável empenho da Justiça, de investigar e punir, deve também nos permitir reconhecer que a Petrobras é a empresa mais estratégica para o Brasil e a que mais contrata e investe no país.

Temos, assim, que saber apurar e saber punir, sem enfraquecer a Petrobras, nem diminuir a sua importância para o presente e para o futuro. Não podemos permitir que a Petrobras seja alvo de um cerco

especulativo de interesses contrariados com a adoção do regime de partilha e da política de conteúdo nacional, partilha e política de conteúdo nacional que asseguraram ao nosso povo o controle sobre nossas riquezas petrolíferas. A Petrobras é maior do que quaisquer crises e, por isso, tem capacidade de superá-las e delas sair mais forte.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é este destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir. Uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, viver em condições dignas na cidade ou no campo. Um país que respeita e preserva o meio ambiente e onde todas as pessoas podem ter os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao consumo, à dignidade, à igualdade independentemente de raça, credo, gênero ou sexualidade.

Dedicarei obstinadamente todos os meus esforços para levar o Brasil a iniciar um novo ciclo histórico de mudanças, de oportunidades e de prosperidade, alicerçado no fortalecimento de uma política econômica estável, sólida, intolerante com a inflação, e que nos leve a retomar uma fase de crescimento robusto e sustentável, com mais qualidade nos serviços públicos. Assumo aqui um compromisso com o Brasil que produz e com o Brasil que trabalha.

Reafirmo também o meu respeito e a minha confiança no Poder Judiciário, no Congresso Nacional, nos partidos e nos representantes do povo brasileiro. Reafirmo minha fé na política, na política que transforma para melhor a vida do povo. Peço aos senhores e às senhoras parlamentares que juntemos as mãos em favor do Brasil, porque a maioria das mudanças que o povo exige tem que nascer aqui, na grande casa do povo.

Meus amigos e minhas amigas,

Já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte.

Sou ex - opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente. Também enfrentei doenças mas, se me permitem, quero dizer mais: pertenço a uma geração vencedora. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar.

Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro - ele também, um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica de seus sonhos. Luta para realizá-los.

Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

Esta chave pode ser resumida num verso, e esse verso tem, de uma certa forma, sabor de oração, que diz o seguinte:

"O impossível se faz já; só os milagres ficam para depois".

Muito Obrigada.

Viva o Brasil e viva o povo brasileiro!